UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

TESE

DAS LIDERANÇAS LOCAIS ARMADAS AOS GRUPOS ARMADOS NA ZONA OESTE DO RIO DE JANEIRO: como nasceu a chamada milícia "Liga da Justiça"

THIAGO SARDINHA SANTOS

Sob orientação da Professora Doutora

Nalayne Mendonça Pinto

Tese de Doutorado apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Doutorado em Ciências Sociais, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, na linha de pesquisa: Teoria Política, instituições, Políticas Públicas e Globalização.

Seropédica, RJ Março, 2026

2026

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANA E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

TESE DE DOUTORADO

DAS LIDERANÇAS LOCAIS ARMADAS AOS GRUPOS ARMADOS NA ZONA OESTE DO RIO DE JANEIRO: como nasceu a chamada milícia “Liga da Justiça”

THIAGO SARDINHA SANTOS

2026

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S237 l

Santos, Thiago Sardinha , 13/02/1984-
Das Lideranças Locais Armadas aos Grupos Armados: como nasceu a chamada milícia "Liga da Justiça". / Thiago Sardinha Santos. - Rio de Janeiro, 2026.
337 f.: il.

Orientadora: Nalayne Mendonça Pinto.
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais - PPGCS, 2026.

1. Milícia. 2. Liga da Justiça. 3. Lideranças Locais. 4. Zona Oeste. 5. Militarização. I. Pinto, Nalayne Mendonça , 08/02/1974-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais - PPGCS III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

THIAGO SARDINHA SANTOS

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutor**, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Concentração em Ciências Sociais.

TESE APROVADA EM 09/03/2026

Banca Examinadora:

gov.br Documento assinado digitalmente
NALAYNE MENDONCA PINTO
Data: 22/05/2026 12:38:13-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Professora Doutora Nalayne Mendonça Pinto (PPGCS/UFRRJ) Orientadora

gov.br Documento assinado digitalmente
MAURILIO LIMA BOTELHO
Data: 21/05/2026 20:52:22-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Professor Doutor Maurílio Lima Botelho – IAPPG/UFRRJ

gov.br Documento assinado digitalmente
EDSON MIAGUSKO
Data: 22/05/2026 13:32:49-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Professor Doutor Edson Miagusko – PPGCS/UFRRJ

Documento assinado digitalmente
gov.br
RHAYSA SAMPAIO RUAS DA FONSECA
Data: 21/05/2026 14:47:38-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Professora Doutora Rhaysa Sampaio Ruas da Fonseca – ESS/UFRJ

Documento assinado digitalmente
gov.br
LUCIANE PATRICIO BARBOSA MARTINS
Data: 21/05/2026 15:29:31-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Professora Doutora Luciane Patricio Barbosa Martins - PPGJS/UFF

Dedicatória

Agradecimentos

Quero agradecer ao Hip Hop citando um caso muito particular, destacando como a cultura hip hop foi fundamental para o processo de desenvolvimento de minha tese.

Para quem conhece a cultura hip hop, é sabido que ela surgiu em meio às intensas dificuldades sociais e econômicas vivenciadas pela população negra do bairro do Bronx, em Nova Iorque. Nesse contexto, o hip hop constituiu-se como possibilidade de expressão e, sobretudo, como ferramenta de enfrentamento e superação das adversidades que marcavam a estrutura urbana local. O pressuposto de superação associado a essa cultura mobiliza jovens (independentemente de gênero) a enfrentar problemas de múltiplas dimensões que atravessam suas trajetórias de vida. Tal dinâmica não se restringe àqueles que pretendem ocupar funções específicas no universo do hip hop, como MC, DJ, produtora ou produtor musical, mas também abrange os que buscam desenvolver diferentes iniciativas nesse contexto ou, conforme expressão recorrente entre seus praticantes, “fazer o corre”.

Como espectador, consumidor e admirador da cultura hip hop, incorporei essa premissa e a mobilizei no desenvolvimento desta tese. Na condição de pessoa negra em circulação nos espaços universitários da pós-graduação, deparei-me com inúmeras dificuldades materiais e simbólicas. Habitar um tempo-espaço não linear e, ainda assim, ser constantemente interpelado pela exigência de linearidade acadêmica revelou-se um processo profundamente desgastante, a ponto de me fazer questionar se o caminho que eu percorria, correspondia de fato, ao “corre” que deveria realizar. Por essa razão, interrompi essa trajetória por diversas vezes: uma, duas, três, quatro. Desisti. As engrenagens institucionais dessa linearidade não se mostravam, em verdade, espaços concebidos para sujeitos com trajetórias como a minha.

Nas tentativas de manter meu corre em movimento, busquei motivações nas iniciativas e incentivos vindos do Outro, fosse no conselho de amigos e amigas, fosse nas conversas com minha orientadora sobre os rumos da tese. Foi nesse contexto que me aproximei das batalhas de MCs, especialmente da Batalha do Coliseu, realizada no centro do Rio de Janeiro. Ao longo de 2025, estive presente em quase todas as edições, ao mesmo tempo em que mergulhava no universo das batalhas que se espalham por diferentes regiões do Brasil.

Essa experiência permitiu-me conhecer inúmeros MCs, manos, minas, monas e pessoas com deficiência, que, apesar de suas dificuldades individuais, mantinham seus corres vivos e, mais do que isso, mobilizavam outras pessoas por meio das rimas, do freestyle e da afirmação cotidiana da superação. Foi nessa perspectiva que encontrei força para sustentar meu próprio corre, apropriando-me dessa ética de resistência em um contexto bastante distinto daquele das batalhas.

Além disso, revisitei a obra do rapper Emicida. Essa retomada foi fundamental para a continuidade do meu trabalho. Ouvir com atenção, retornar aos versos e destacar trechos significativos fez com que eu estabelecesse um diálogo prolongado com o artista. Emicida, ao que parece, sabe muita coisa sobre minha trajetória de vida e expressa tudo isso em suas canções. É muito preciso ao descrever meus momentos de angústia, desânimo, objetivos, dificuldades e superação. Sou muito grato ao Emicida por ter concluído esse trabalho.

Colocado diante de uma versão de mim mesmo, que buscava sintetizar dois mundos e duas dimensões distintas, passei a observar como cada um desses universos (o acadêmico e do hip hop) enfrentava suas próprias dificuldades e construía seus modos de perceber o Outro. Essa reflexão mostrou-se fundamental para que eu compreendesse, com maior profundidade, o papel do rap e da cultura hip hop em minha trajetória e, especialmente, naquele momento da minha vida.

A partir de um olhar inspirado pelo hip hop, pelas batalhas de MCs e pelas composições de Emicida, tornou-se possível perceber uma diferença decisiva entre o "corre" no universo do rap e aquele vivenciado na academia, especialmente em sua dimensão institucional. No hip hop, a dificuldade constitui elemento central de aproximação e de construção de identidades coletivas, nas quais a individualidade é fortalecida pela experiência compartilhada. Observa-se, de modo geral, maior sensibilidade e disposição à empatia diante dos contextos sociais em que os corres se desenvolvem, sejam quais forem suas naturezas.

No ambiente universitário, por outro lado, ressalvadas importantes exceções, prevalece uma lógica distinta. A competitividade velada, frequentemente incorporada ao ethos acadêmico, orienta as trajetórias muito mais para o individualismo do que para a construção coletiva. As dificuldades não operam como elemento de identificação mútua; ao contrário, tendem a ser instrumentalizadas como estratégias para obtenção de

vantagens em uma espécie de maratona de sofrimento, cuja legitimação é projetada para um futuro de resultados e reconhecimentos.

Por isso, precisei me apoiar no hip hop para realizar um corre que, à primeira vista, pouco tinha a ver com esse universo, mas que se conectava profundamente à sua relevância social e, consequentemente, à minha própria trajetória, pois conforme sublinhei acima: fui esse elo. Se hoje escrevo estas linhas, não foi a universidade que me proporcionou isso, e sim o hip hop. Sou profundamente grato.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

RESUMO

A presente tese tem por objetivo analisar e descrever o processo de formação da milícia denominada como Liga da Justiça, cuja atuação se concentrou na Zona Oeste do

Rio de Janeiro. Busca-se demonstrar que o surgimento desse grupo armado resulta de dinâmicas históricas e geográficas vinculadas a uma tradição local de violência, articulada a um modelo de desenvolvimento urbano seletivo, desigual e particular da região periférica da cidade. Antes da consolidação da milícia Liga da Justiça que se tornaria a maior do Rio de Janeiro, já existiam lideranças armadas que controlavam territórios específicos e mobilizavam a violência como mediadora das relações sociais. Com isso, será possível analisar a heterogeneidade do espaço urbano da Zona Oeste e da milícia liga da justiça, explorando atores e agencias até então negligenciados, que foram importantes para a atuação e existência do grupo. A pertinência desta pesquisa reside na análise de processos empíricos articulados a referenciais teóricos e conceituais, os quais contribuem para uma compreensão mais aprofundada do fenômeno investigado. Nesse sentido, recorro a produções tanto do campo da Geografia quanto da Sociologia, a fim de desenvolver um trabalho com maior rigor analítico. Para desenvolver esta análise, mobilizo conceitos como acumulação social da violência e mercados ilegais, formulados por Michel Misse, entre outros autores, bem como o de militarização do espaço urbano. Esses referenciais são articulados a macro análises sobre os novos paradigmas da guerra, especialmente a partir da década de 1990, no contexto da crise do capitalismo. Nesse sentido, a guerra molecular e a militarização integram dimensões centrais do fenômeno investigado nesta tese. Além disso, para lidar com a complexidade do fenômeno, examino a consolidação do termo milícia em suas dimensões teóricas e empíricas, dialogando com narrativas de jornais de circulação regional, produções acadêmicas e percepções de moradores dos bairros através de entrevistas em territórios marcados pela presença da milícia Liga da Justiça. Assim, sustento que práticas violentas e mercados ilegais constituem eixos fundamentais para compreender o surgimento, a reestruturação e as transformações desse grupo armado.

Palavras-Chave: Milícia – Liga da Justiça – Lideranças Locais – Zona Oeste – Militarização.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze and describe the formation process of the militia known as the Justice League, whose activities were concentrated in the West Zone of

Rio de Janeiro. It seeks to demonstrate that the emergence of this armed group is the result of historical and geographical dynamics linked to a local tradition of violence, articulated with a selective, unequal, and particular model of urban development in the city's peripheral region. Before the consolidation of the Justice League militia, which would become the largest in Rio de Janeiro, there were already armed leaders who controlled specific territories and mobilized violence as a mediator of social relations. This will make it possible to explore the heterogeneity of the urban space of the West Zone and the Justice League militia, exploring actors and agencies that had been neglected until then, but which were important for the group's actions and existence. The relevance of this research lies in the analysis of empirical processes linked to theoretical and conceptual references, which contribute to a deeper understanding of the phenomenon under investigation. In this sense, I draw on works from both the fields of geography and sociology in order to develop a study with greater analytical rigor. To develop this analysis, I draw on concepts such as the social accumulation of violence and illegal markets, formulated by Michel Misse, among other authors, as well as the militarization of urban space. These references are linked to macro analyses of the new paradigms of war, especially since the 1990s, in the context of the crisis of capitalism. In this sense, molecular warfare and militarization are central dimensions of the phenomenon investigated in this thesis. Furthermore, to deal with the complexity of the phenomenon, I examine the consolidation of the term militia in its theoretical and empirical dimensions, dialoguing with narratives from regional newspapers, academic productions, and perceptions of neighborhood residents through interviews in territories marked by the presence of the Justice League. Thus, I argue that violent practices and illegal markets are fundamental axes for understanding the emergence, restructuring, and transformations of this armed group.

Keywords: Militia - Justice League – Local Leaders – West Zone – Militarization.

Lista de Figuras

Figura 1 - Reportagem do Jornal do Brasil Sobre a Criação do Quartel do Rio**.** 48
Figura 2 - Membros do Cartel do Rio**.** 49

Figura 3 - Novos Integrantes do Cartel do Rio. 50
Figura 4 - Altar Construído por Pedrinho Maluco na Favela do Vilar Carioca em 1995 e Atualmente. 58
Figura 5 - Ocupação do Regimento de Polícia Montada - RPMont no Loteamento do Vilar Carioca. 62
Figura 6 - Prisão de Pedrinho Maluco em Brasília no ano de 1996**.** 64
Figura 7 - Primeira Matéria Jornalística a Utilizar o termo “Milícia" 124
Figura 88 - Membros da Liga da Justiça Citados Pela Primeira Vez no Jornal Impresso de Circulação Regional. 175
Figura 9 - Prisão de Aldemar e Baby na Churrascaria em Campo Grande**.** 182
Figura 10 - Prisão de Aldemar Almeida (Batman) e Ricardo Texeira (Robin). 183
Figura 11 - Tipos de Vans, Capacidade de Passageiros e Preço**.** 203
Figura 12 - Adesivos Identificáveis de Vans e Kombis Cadastradas. 208
Figura 13 - Adesivo na Traseira de um Carro Contendo o Símbolo do Batman com o Nome de Natalino**.** 236
Figura 14 - Policiais Realizando Controle na Favela Kelson's (Zona Norte do Rio)**.** 240
Figura 15 - Ricardo Batman Grava Vídeo na Forma de Entrevista e Disponibiliza no Youtube. 241
Figura 16, 17 e 18 - Empresa Regular de Serviço de Internet Sob o Controle do Grupo Miliciano**.** 279

Lista de Fotos

Foto 1 - Altar Construído por Pedrinho Maluco Atualmente**.** 58

Foto 2 - Centro Social Jerominho Localizado na Rua Guandu Sapé, em Campo Grande**.** 194
Foto 3 - Centro Social Jerominho, Localizado na Rua Guarujá, em Cosmos. 195
Foto 4 - Salão de Festas do Grupo Armado - Na parte Interna do Muro há Caricaturas de Personalidades que Frequentavam o Salão ou Era Admirado por Toni. (O salão Também era Utilizado para Reuniões do Grupo). 255
Foto 5 - Livro Escrito por Toni Ângelo na Prisão: "Eu vi Demônios". 263
Foto 6 - Banner Homenageando Alguns Moradores Colocado por Carlinhos Três Pontes na Favela Três Pontes. 270

Lista de Mapas

Mapa 1 - Loteamentos, Favelas e Bairros da Zona Oeste do Rio de Janeiro 1990. 34

Mapa 2 - Lideranças Armadas e seus Referências Territoriais antes da Formação do Grupo Armados Miliciano 75
Mapa 3 - Divisão Territorial do Bairro de Campo Grande entre o Grupo Armado liderado por Chico Bala e Jerominho e Batman. 228

Lista de Imagem de Satélite

Imagem de Satélite 1 - Na Imagem estão os Locais Destacados com Círculos que Indicam a Localização e a Distância entre o Centro Social do Jerominho (Círculo Vermelho); O Posto de Gasolina Texaco (Círculo Azul); E a Sala da Nova Gestão, Encontros e Reuniões (Círculo Preto). 197

Imagem de Satélite 2 - Mudança de Local de Encontro do Grupo Armado Sob a Liderança de Toni Ângelo**.** 253

Imagem de Satélite 3 - Favela do Antares e Favela do Três Pontes Separadas Pela Avenida Cezário de Melo**.** 266

Imagem de Satélite 4 - Mudança de Referência Espacial e de Encontro do Grupo Armado Sob a Liderança de Carlinhos Três Pontes. Do Círculo Preto (Cosmos) para o Círculo Azul (Três Pontes). 268

Lista de Quadros

Quadro 1 - Atividades Praticadas por Pedrinho Maluco no Exercício do seu Domínio e Controle. 56
Quadro 2 - Mudanças de Negócios na Passagem de Ademar para o Grupo Armado. 189
Quadro 3 - Novos Mercados Ilegais criados Pelos Grupos Milicianos**.** 249
Quadro 4 - Negócios e Mercados Do Grupo Armado sob a Liderança de Toni Ângelo. 259
Quadro 5 - Mercados do Grupo Armado sob a Liderança de Ecko**.** 278

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Perfil Demográfico de Ocupação das Zonas Espaiciais da Cidade do Rio de Janeiro**.** 43
Tabela 2 - Mercado de Trabalho 1980-1991 81
Tabela 3 - Taxa de Participação, Taxa de Ocupação, Taxa de Desemprego e Taxa de Desemprego Total. 82

Lista de Abreviaturas e Siglas

ADA – Amigos dos Amigos

ALERJ – Assembleia Legislativa do Estado Rio de Janeiro

BOPE – Batalhão de Operações Especiais

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CV – Comando Vermelho

DRACO – Delegacia Regional de Ações Criminosas Organizadas

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MP-RJ – Ministério Público do Rio de Janeiro

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

ROTA - Rondas Ostensivas Tobias Aguiar

RUDI - Rondas Unificadas do Departamento de Investigações

TCK – Terceiro Comando Kiko

TCP – Terceiro Comando Puro

ANTP – Associação Nacional de Transportes Públicos

SMTU – Superintendência Municipal de Transportes Urbanos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **1**

METODOLOGIA **18**

Capítulo 1: A Acumulação Social (Racial e Territorial) da Violência na Construção dos Territórios Violentos e Militarizados na Zona Oeste do Rio de Janeiro. **28**

1.1 – Evolução Urbana da Zona Oeste do Rio de Janeiro e a Formação de Territórios Racializados e Violentos. 28

1.2 – Nem Essencialmente Traficante, Nem Essencialmente Bandido: Pedrinho Maluco, o Bandido Pacificador. 45

1.3 – Reconfigurações do Poder no Território: A Luta pelo Legado do "Bandido Pacificador" e a Produção de um Novo Espaço no Vilar Carioca. 66

1.4 – A Representação do Mito do Policial Herói Movido pela Violência : Wiliam Melo. 69

Capítulo 2: Teoria da Marginalidade, Crise do Capitalismo e a Militarização do Espaço Urbano no Rio de Janeiro. **78**

2.1 – Capitalismo em Crise e a Desintegração Social. 88

2.2 - A Militarização do Espaço Urbano do Rio de Janeiro. *95*

Capítulo 3 – Milícia: de um Termo Jornalístico a uma Categoria Sociológica e Jurídica. **110**

3.1 - "O Escritório do Crime" e a Fabricação de um Termo. 113

3.2 – A Reportagem Nascedouro: do termo ao conceito. 125

3.3 – A Experiência do Termo Milícia na América Latina 136

3.4 – A CPI das Milícias 140

3.5 – Termo ou Categoria? 152

3.6 – Estado e Grupos Armados: a dialética do legal e ilegal na Execução da Violência. 163

Capítulo 4 – De Lideranças Armadas Locais ao Grupo Armado: nasce a "Liga da Justiça." **176**

4.1 – A Assim Chamada "Liga da Justiça" 177

4.2 – “O Fundamento Sou Eu”: Aldemar Almeida dos Santos. 179
4.3 – A Expansão Territorial: de Cosmos para a formação de um Complexo miliciano na Zona Oeste (2005 – 2010). 194
4.4 – Transportes por Vans: de informalidade a uma mercadoria ilícita e lucrativa para os grupos milicianos. 204
4.5 - A Disputa Territorial por Mercados Ilegais e por Votos: Jerominho e Batman encontram Chico Bala. 224
4.6 – Desmantelamento Simbólico e Reestruturação Real: fragmentação, disputa interna e expansão territorial. 238
4.7 – Introdução às Mudanças: Toni Ângelo e a virada para um “Bando Armado” 253
5 – Para Onde Vai o Grupo Armado Miliciano (Milícia)? 268
CONCLUSÃO 288
REFERENCIAS 292

INTRODUÇÃO

O objetivo desta tese foi analisar as relações entre o espaço urbano periférico, a crise do capitalismo, a atuação de grupos armados, a violência e a militarização. Para isso, examinei o grupo miliciano conhecido como Liga da Justiça, articulando o contexto geral às dinâmicas locais nas décadas de 1990 e 2000. Também investiguei os processos, sujeitos e agências que antecederam sua formação. Busquei analisar e descrever a trajetória da Liga da Justiça, suas práticas, lideranças e as transformações ocorridas ao longo de sua existência. A relevância deste trabalho decorre da presença e da expansão de diferentes grupos milicianos na realidade carioca. Ademais, a originalidade da tese reside na exploração aprofundada de trajetórias e processos territoriais, abordando dinâmicas até então pouco conhecidas pelo público em geral. Além disso, tentei explorar ao máximo contribuições teóricas e conceituais oriundas tanto geografia quanto da sociologia. Espero ter alcançado este objetivo.

A militarização do espaço urbano é uma chave para compreensão da violência em diferentes cidades do mundo e do Brasil. Desde a sua profunda crise na década de 1970, o capitalismo passou (vem passando) por significativas transformações em diferentes aspectos. Aliado a isso, o fim da Guerra Fria na passagem da década de 1980 para 1900 também constituiu um importante fator agregado a esta mudança. Eric Hobsbawm (2002) pontua que com fim da Guerra Fria ocorrem mudanças no paradigma de guerra, em que, os conflitos territoriais entre estado-nação e, portanto, por definições de fronteiras, são deslocados para os centros urbanos das cidades, porém, e principalmente, da periferia do capitalismo. Ou seja, para o interior do Estado-nação tendo as cidades, o espaço urbano, como o locus dos conflitos contemporâneos. Com isso, todo aparato bélico disponível para as guerras é transferido para os centros urbanos que convivem com conflitos moleculares e permanentes. Esta é a herança do que foram as guerras e os conflitos globais mobilizando o Estado-nação. Seguindo na mesma esteira Raul Zibechi (2008) afirma que as periferias das cidades do terceiro mundo são o novo cenário geopolítico decisivo. Estrategistas do Pentágono estão dando muita importância ao urbanismo e à arquitetura, já que essas periferias são um dos grandes desafios que o futuro colocará às tecnologias bélicas e aos projetos de controle generalizado.

Portanto, a década de 1990 foi decisiva para a cidade do Rio de Janeiro, fortemente marcada por esse contexto mais amplo. Trata-se do período em que o paradigma da guerra passa a ser incorporado pelas forças de segurança do governo estadual. Paralelamente, o espaço urbano carioca presencia a proliferação de grupos armados[1] dotados de elevada capacidade bélica, com controle territorial e inserção em mercados ilegais de alcance local e internacional. Ao final da década, já na transição para os anos 2000, emerge como aparente novidade a figura do grupo armado miliciano, a milícia, com destaque para aquele que ficou conhecido como Liga da Justiça. Em relação ao aspecto geral que chamei atenção acima, a atuação dos grupos armados constitui a particularidade da realidade da cidade do Rio de Janeiro.

Todavia, a militarização do espaço urbano constitui um fenômeno complexo, sobretudo quando analisado a partir de diferentes escalas sociais e espaciais que atravessam cidades, regiões e territórios. É justamente nessa dimensão espacial que se encontra a principal distinção em relação a outras abordagens sobre a militarização. Não há fenômeno social que se realize fora do espaço, assim como não existe espaço que não seja produzido pelas relações sociais. A militarização, portanto, também se materializa espacialmente.

Ao longo desta tese, a espacialidade será uma categoria analítica recorrente, orientando o diálogo com autores da sociologia e da sociologia criminal que, em diferentes graus, discutem o objeto aqui investigado. A partir da minha formação em Geografia, assumo o desafio de construir uma síntese interdisciplinar entre a Geografia e as Ciências Sociais, operando conceitualmente de modo a demonstrar que a violência possui não apenas uma sociabilidade (Machado da Silva, 2010), mas também uma espacialidade. Nesse sentido, a principal contribuição deste trabalho reside na incorporação explícita da categoria espacial à análise do fenômeno da militarização, razão pela qual adoto a noção de militarização do espaço urbano.

Stephen Graham (2012) compreende a militarização em termos semelhantes ao que denomina "urbanismo militar", entendido como o deslocamento de tecnologias, técnicas e formas de sociabilidade próprias de territórios em guerra para outros contextos urbanos – como as cidades dos países centrais – onde passam a ser

[1] Durante este trabalho utilizarei Grupos Armados como categoria ao invés de "milícias". Ou grupos armados milicianos como forma de tipificação considerando outros grupos com características muito parecidas que atuam na cidade do Rio de Janeiro. Esta discussão será melhor bem debatida durante os capítulos.

empregadas de maneira generalizada, tanto por forças armadas quanto por civis. Graham (2010) ainda argumenta que

> Novas ideologias militares de guerra permanente e ilimitada estão intensificando radicalmente a militarização da vida urbana. O processo está longe de ser novo: ele simplesmente adiciona nuances contemporâneas a transformações contínuas — políticas, culturais e econômicas — que, juntas, servem para normalizar a própria guerra, bem como os preparativos para ela (Graham, 2010, p.61).

Em linhas gerais, o que o autor de "cidades sitiadas" está dizendo é que a sociedade civil se organiza para produção de violência, extrapolando as esferas militares. Embora Graham destaque esse aspecto, sua principal preocupação concentra-se quase exclusivamente nas técnicas militares aplicadas ao espaço urbano, desenvolvidas e aperfeiçoadas pelas forças armadas e empresas especializadas, que se tornam progressivamente mais sofisticadas para se adequar ao chamado urbanismo militar, que são transferidos de locais em guerra declarada para cidades do centro capitalista. Retornarei as discussões de Graham com maior profundidade em um capítulo posterior.

Com base nas formulações de Stephen Graham, Lia Rocha (2018) busca compreender o processo de militarização na cidade do Rio de Janeiro. A autora recorre às reflexões de Graham para analisar esse fenômeno no contexto das políticas de pacificação e da realização de megaeventos na cidade. Como afirma a socióloga:

> "Compreendo a militarização como processo de justificativa moral-ideológica para trazer o "campo de batalha" – que na versão dos países centrais analisados por Graham seria até recentemente apenas localizado em outros países, 'lá onde se fazia a guerra' – para dentro das grandes cidades, inclusive nesses países centrais. Neste novo enquadramento da questão da segurança, exércitos inimigos seriam igualados a gangues, milícias e quadrilhas armadas no geral e outros grupos considerados como insurgentes – inclusive cidadãos presentes em manifestações políticas; normalizar a presença constante de soldados do Exército nas ruas; naturalizar a participação de membros do Exército nos debates sobre os rumos da política que organiza a vida urbana etc. Segundo Grahan (2016), 'a militarização da sociedade civil é a extensão das ideias militares de rastreamento, identificação, seleção nos espaços e meios de circulação da vida cotidiana'. Para o autor, ela se caracteriza por ser uma "visão de mundo" onde a doutrina securitária passa a ser a principal organizadora da vida social" (Rocha, 2018 p.225).

Nesse trecho, em diálogo com Graham, Lia Rocha destaca elementos centrais para a compreensão da militarização e do que aqui denomino militarização do espaço urbano, entendida como a transferência de padrões amplos de comportamento militar —

associados ao uso sistemático da violência — para a vida social e civil. Um ponto fundamental ressaltado pela autora é a utilização das forças armadas no policiamento urbano (expressão minha), expressa na "normalização da presença constante de soldados do Exército nas ruas".

Como materialização dessa nova forma de policiamento, Lia Rocha, enfatiza o período da política de pacificação e dos megaeventos como marcos dessa transformação. Contudo, no caso da cidade do Rio de Janeiro, esse processo é anterior ao período por ela destacado, remontando principalmente à década de 1990. Diversas foram as ocasiões em que as Forças Armadas foram empregadas nessa nova função, como na operação de segurança da Rio Eco-92 e nas Operações Rio I e Rio II, até chegar nessa política de pacificação, conforme Botelho e Barreira (2013).

Ainda em diálogos com Lia Rocha, em outra passagem da reflexão destacada, ela menciona o papel da militarização no que seria uma parte mais ampla do processo.

> "A disseminação da militarização como dispositivo de disciplinamento, controle e tutela dos trabalhadores e pobres urbanos, dos moradores de favela e periferias e também, em determinados momentos, de manifestantes ocupando o espaço público: todos classificados, dentro dessa lógica, como 'insurgentes urbanos' (Rocha, 2018, p. 225).

Essa parte que menciona "militarização como dispositivo de disciplinamento" é importante para entender que militarização é parte de um circuito de violência aliado a outros elementos que falarei mais à frente. Já no que concerne sobre "o controle e tutela dos trabalhadores e pobres urbanos", pode ser associado, no caso brasileiro, ao episódio em que o exército foi convocado em 1989 para reprimir uma greve operária da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda, no Rio de Janeiro. Nesta ocasião, três operários foram mortos (Botelho e Barreira 2013). Já os "pobres urbanos", proponho um avanço nesta compreensão ao considerar as classes perigosas de Guimarães (1982) e a franja marginal de Clovis Moura (1980). Ambos partem da economia política juntamente com o processo de formação social brasileiro para dizer que no Brasil, historicamente, há uma formação de um contingente populacional excluído da estrutura social que sobrevive às margens. É essa população inserida no contexto da militarização do espaço urbano. Além disso, há dois elementos chaves nessa compreensão: o racial e o territorial (periferias e favelas).

Tanto Stephen Graham quanto Lia Rocha destacam, em suas análises, processos de militarização nos quais se sobressaem sobretudo a esfera institucional e, no caso de Graham, também a esfera empresarial. Lia Rocha, ao tratar da militarização, enfatiza a atuação das forças armadas e das forças policiais, aspecto no qual suas reflexões convergem com as de Graham, especialmente no que diz respeito às políticas públicas e à sua incidência sobre a esfera civil. Contudo, esta tese busca ampliar esse enfoque ao considerar que, para além dessas expressões institucionais, a atuação de grupos armados — ou grupos civis armados — também constitui uma manifestação da militarização do espaço urbano, extrapolando o âmbito estrito das políticas públicas. Nesse sentido, grupos ligados ao varejo de drogas, milícias e outros grupos, ainda que de difícil categorização, configuram exemplos concretos desse processo. Ademais, certas formas de arquitetura urbana podem igualmente ser compreendidas como expressões da militarização do espaço urbano (Melgaço, 2010). Com isso, é possível explorar a particularidade da militarização na cidade do Rio de Janeiro e daí considerá-la como militarização do espaço urbano.

Tanto a abordagem de Stephen Graham quanto a de Lia Rocha são pertinentes para a compreensão do objeto desta pesquisa. Ambos afirmam que a militarização se expressa principalmente nas cidades; contudo, no caso do Rio de Janeiro, na passagem da década de 1980 para a de 1990, há especificidades relevantes, como a atuação de grupos armados de diferentes naturezas, precedidos historicamente por lideranças armadas em áreas periféricas da cidade.

Marcelo Lopes de Souza (2008), por sua vez, avança em relação a Graham e Rocha ao oferecer uma compreensão mais aprofundada da militarização. Em *Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana*, o autor analisa o fenômeno de maneira mais próxima da realidade carioca. Seu argumento central consiste em demonstrar como as respostas aos problemas urbanos — tanto institucionais quanto sociais — passam a ser formuladas e interpretadas como desafios de natureza militar, em que muitas das vezes é promovido por civis, com doses de violência que atravessam as relações sociais. Esses problemas são oriundos de uma crise social mais ampla. Nessa parte adiciono ser uma crise do capitalismo.

> A título de complementação é importante registrar que, paralelamente a essa militarização – ou ainda melhor: como um subconjunto dela, desde que sentido amplo, o qual vá além das instituições do Estado como as Forças Armadas e a polícia e incorpore o conjunto de

> organizações com feição e caráter militar e voltadas para funções de defesa e/ou coerção –, pode-se perceber igualmente uma "paramilitarização da questão urbana" (Souza, 2008, p.68).

A partir das categorias de "segregação espacial" ou "segregação socioespacial", o geógrafo analisa a formação de enclaves territoriais marcados pela atuação do tráfico varejista de drogas e pela presença de uma criminalidade violenta generalizada, elementos que, combinados, produzem e reforçam uma sensação difusa de insegurança. Destaca também o crescimento da segurança privada como saída para a mesma questão urbana. Por conseguinte, a principal contribuição de Marcelo Lopes consiste em compreender a militarização da questão urbana como uma forma de "guerra civil molecular" ou "guerra civil difusa" (Souza, 2008, p. 33). Apoiado nas reflexões de Hans Magnus Enzensberger (1993) sobre a guerra civil, o autor aplica essa interpretação à análise da cidade do Rio de Janeiro.

> A guerra civil molecular, mescla elementos de criminalidade menos ou mais organizada e criminalidade ordinária não-organizada, respostas menos ou mais preventivas , menos ou mais repressivas por parte da polícia (muita das vezes, dependendo do país, mesmo truculentas, com abundância de violência policial abusiva e seletiva) e reações autodefensivas por parte da classe média e da elite (uso de carros blindados, compra de armas, utilização de segurança privada e estratégias espaciais diversas) – reações essas que agravarão a guerra civil molecular, ao invés de estanca-la ou detê-la – , apresenta pontos de contato com uma guerra civil, visto ser, também, uma situação de violência difusa, ações e reações de ressentimento, ódio e violência de cidadão contra cidadão um uma multiplicidade de situações no interior de uma cidade (Souza, 2008,p. 36)

Nesse sentido, militarização ou militarização do espaço urbano possui dimensões e escalas tanto sociais quanto espaciais. Na verdade, perfaz um fenômeno mais amplo que se possa imaginar. Tanto Graham (2012) e Rocha (2018), quanto Lopes (2008) destacam os aspectos mais cotidianos e presente na vida civil, isto é, uma microescala materializada no território. E aqui há uma contribuição importante de Hanz Enzensberger

> A guerra civil penetrou nas metrópoles. Suas metástases pertencem ao cotidiano das grandes cidades, não só de Lima e Johannesburg, de Bombaim e Rio de Janeiro, mas de Paris e Berlim, Detroit e Birmingham, Milão e Hamburgo. De lá não participam apenas terroristas e agentes secretos, mafiosos e skinheads, traficantes de drogas e esquadrões da morte, neonazistas, justiceiros e seguranças, mas também cidadãos comuns, os quais, de uma hora para outra, que á noite se transformam em hooligans, incendiários, chacinadores e serial killers (Enzensberger, 1993, p.15)

Enquanto Enzensberger desenvolvia essas reflexões nas décadas de 1980 e 1990, a cidade do Rio de Janeiro já vivenciava a atuação de lideranças armadas locais (cidadãos comuns) com controle territorial armado. Esse processo antecede a consolidação mais ampla e generalizada dos grupos armados, a qual se efetivaria, de fato, apenas no final da década de 1990. No entanto, a militarização do espaço urbano também possui uma dimensão macroespacial, atrelada a uma crise profunda do capitalismo, na qual pretendo analisar esse aspecto em um capítulo específico desta tese.

Nesse contexto, de mudança de paradigma de guerra associada a crise do capitalismo constitui uma parte dos circuitos de violência embutidos na sociabilidade em crise, mas com um direcionamento ao perfil indesejados e racializados das cidades. Assim, a militarização do espaço urbano se junta ao encarceramento em massa; ao controle generalizado dos indesejados com uso de tecnologias de ponta; e o extermínio sistemático destes que são forjados como inimigos sociais internos do Estado. Estes elementos podem ser observados em diferentes espaços urbanos na periferia do capitalismo, porém, mesmo com certas particularidades, a cidade do Rio de Janeiro também se encontra afetada por este fenômeno. Um outro elemento que expressa a militarização do espaço urbano, conforme adiantei acima, perfaz a atuação dos grupos armados de diferentes objetivos, com práticas parecidas e controle territorial. E na cidade do Rio de Janeiro a presença desses grupos constitui uma marca histórica presente no contexto desta cidade.

É na cidade do Rio de Janeiro que um grupo armado ganha destaque com atuação na periferia, as chamadas milícias recebem a primeira menção na imprensa no ano de 2005, em uma matéria publicada pelo *Jornal O Globo*, porém antes desta menção sua atuação já era consolidada nos territórios em que controlavam[2]. E na Zona Oeste do Rio de Janeiro, um grupo armado miliciano em específico recebeu grande notoriedade. Trata-se da chamada "Liga da Justiça". Nome que possui uma série de controvérsias, narrativas ambíguas e complexas envolvendo figuras históricas localmente conhecidas, que fez com que no universo da temática despertasse meu

[2] Misse (2007) também já fazia esta observação. Vai dizer o sociólogo: "O aparecimento das chamadas "milícias", nome que a imprensa fez circular por toda a cidade a partir de 2006, é anterior ao atual fenômeno. Em pequenas favelas e conjuntos habitacionais onde há moradores policiais militares, esses conseguiram organizar-se seja para impedir a entrada do tráfico seja para expulsar ou matar assaltantes e outros jovens que ali pudessem ser identificados como criminosos. Na favela de "Rio das Pedras", por exemplo, o tráfico jamais conseguiu organizar-se, mesmo numa área com milhares de habitações. Sabia-se que policiais ofereciam e cobravam por "proteção" aos moradores e comerciantes há muitos anos.

interesse em investigar para o desenvolvimento de minha tese. Como surgiu a chamada Liga da Justiça? Quais os processos históricos e territoriais que desencadearam na formação de um grupo armado com controle territorial em diferentes bairros da Zona Oeste do Rio de Janeiro? Quais práticas eram operadas e qual a origem delas?

Nesse sentido, seguindo a chave do desenvolvimento urbano, em particular na Zona Oeste do Rio de Janeiro, caracterizado pela seletividade urbana, precariedade e exclusão, é possível compreender como que ao longo das décadas de 1970, 80 e 90 a Zona Oeste foi construindo uma estruturação[3] territorial formando uma estrutura mediada pela violência. Uma composição a partir de uma particularidade do desenvolvimento urbano com participação de diferentes atores, incluindo o Estado na constituição da trama social. Formou-se um território combinando ordenamento do poder público através de políticas de habitação para um público específico e racializado com uma sociabilidade atravessada pela violência na mediação das relações sociais e, portanto, dos conflitos. Essa violência é expressa por diferentes figuras localizadas em bairros, loteamentos e favelas da região. Entre os anos de 1980 e 1990 aparecem as lideranças locais armadas com controle territorial recorrendo ao uso da força e coerção. Contudo, essas figuras possuíam uma relação contraditória com a população local, em que nem sempre eram vistas como criminosas, mas uma figura simbolizada pela justeza e resolução de problemas concretos do território, fossem sobre violência ou ordenamento urbano. O perfil dessas lideranças armadas locais percorria desde civis, pessoas comuns, até policiais que agindo por conta própria mobilizavam os elementos do ser social policial para expressar poder e controle local[4]. Assim, muitos bairros, loteamentos e favelas da Zona Oeste possuíam uma liderança com destaque territorial.

A partir dessas lideranças locais armadas, na passagem dos anos de 1990 para os anos 2000 é que grupos armados de diferentes espectros crescem e se ampliam na cidade do Rio de Janeiro e especificamente na Zona Oeste. Além dos já existentes

---

[3] De acordo com a teoria da estruturação em Giddens, devemos compreender os processos sociais como entrelaçamentos de práticas, interesses e racionalidades dos atores sociais em confluência com sistemas, instituições e estruturas, dessa forma não é a experiência do ator individual nem a existência de qualquer forma de totalidade social que configuram a dualidade da estrutura, mas as práticas sociais ordenadas no espaço e no tempo (Giddens, 2003, p. 2).

[4] Sobre essa ação do policial vai dizer Misse: "Não se pode entender as formas de organização da criminalidade no Rio de Janeiro se não se atentar para o importante papel cumprido por grupos de policiais entre outros agentes do Estado na manutenção do status quo. A sobreposição de dois mercados ilegais um que oferece bens econômicos ilícitos e outro que o parasita impondo a troca de mercadorias políticas constitui um dos eixos principais de reprodução ampliada da violência no Rio de Janeiro e de sua acumulação social". (Misse, 2007, p. 155).

grupos armados do varejo de drogas, aparece a milícia. Embora na época possuísse status de "novo grupo armado", a milícia acaba que incorporando práticas dessas lideranças locais, além de outros grupos armados[5]. Porém, um ponto chave para compreender a virada nesse processo territorial atrelado à violência, controle armado, recorrendo ao uso da força, é a constituição e ampliação dos mercados ilegais[6], sendo um dos principais da trama que pretendo percorrer é o do transporte por Van e o de proteção. Por conta dessa dinâmica criminal ocorre uma mudança de paradigma na violência presente na Zona Oeste. Novos negócios são inseridos no mercado, novas relações políticas com diferentes atores são estabelecidas. Porém dois elementos operacionais ainda permanecem estáveis: o medo e o terror promovidos por esses agentes.

Por tudo isso é que mobilizo uma categoria importante elaborada por Michel Misse (1999) para entender esses processos de violência no tempo e espaço na Zona Oeste e, portanto, no espaço urbano. A acumulação social da violência[7] é uma importante ferramenta na compreensão de como a violência tornou-se em ente estruturante nas relações socais da Zona Oeste do Rio de Janeiro. No entanto, adiciono o *território* como um ente espacial indispensável para a análise de grupos armados na Zona Oeste do Rio de Janeiro e as disputas envolvendo relações de poder. Daí combinando com a categoria elaborada por Misse ficaria neste trabalho como acumulação social e *territorial* da violência. Essa relação pode ser explicada pela formação que possuo em geografia e em ciências sociais, em que facilita estabelecer pontes teóricas e conceituais.

---

[5] A estratégia das "milícias" é nitidamente inspirada nas táticas do tráfico reunião de traficantes de várias áreas para invadir uma área, depois a fixação de um pequeno grupo, bem armado, mantendo o controle do "território", sobre o qual exercem domínio e exploram atividades rentáveis. Não se devem confundir, entretanto, essas atividades de "proteção" com as de "vigilância privada", geralmente acionadas pelos próprios moradores junto a empresas licenciadas pela polícia (Misse, 2007. p. 154). Além disso, a chamada milícia também incorpora práticas de grupos de extermínio da Baixada Fluminense; polícia mineira e Esquadrões da Morte das décadas de 1960 e 1960. Tratarei dessa influência de sistemática mais a frente.

[6] Mercados Ilegais será demasiadamente utilizado nesta tese para operar a compreensão dos diferentes grupos armados. Com isso é necessário recorrer a explicação de Misse (2007) para maior esclarecimento. "1. distinguir sociologicamente o que é tratado, nas práticas sociais, como delito ou crime do que é tratado tolerantemente apenas como mercado informal ou ilegal; 2. Distinguir o tratamento que é dado a trocas toleradas e não-toleradas como: mercadorias lícitas e vendidas no mercado formal, mercadorias lícitas e vendidas no mercado informal, mercadorias lícitas de venda regulamentada vendidas ilicitamente no
mercado formal, mercadorias ilícitas vendidas no mercado informal. É para este último grupo que geralmente se reserva a expressão "mercado ilegal" e não a todo o grupo de ilegalismos e delitos, sejam os do mercado legal sejam os do informal, ou do ilegal (que reúne informalidade e ilegalidade da mercadoria)."

[7] Vou discutir esta categoria com mais afinco no capítulo 1.

Nesse sentido, a proposta desta tese é investigar e narrar a formação do grupo armado conhecido como Liga da Justiça, ou a milícia Liga da Justiça[8], objeto deste estudo, registrando as diferentes formas organizativas que esse grupo assumiu ao longo dos anos e sua expansão territorial militarizada pelos bairros da Zona Oeste do Rio de Janeiro. Pretendo documentar como suas práticas iniciais foram sendo rearranjadas à medida que a conjuntura da cidade mudava, seja do ponto de vista político, da segurança pública ou do governo. Embora não seja possível determinar uma data exata de fundação do grupo, talvez isso nem seja o mais importante, o crucial é entender que antes mesmo de ser reconhecido como um grupo definido e organizado, suas práticas já eram bastante comuns no território onde atuavam. Isso devido ao fato, das lideranças locais exercerem controle armado recorrendo à violência, gerindo negócios ilícitos e combatendo "certos criminosos" – prática por eles nomeada como "fazer segurança". Por isso é que considero um ponto chave para entender a formação dos grupos armados na Zona Oeste e especificamente a Liga da Justiça investigar as lideranças locais armadas.

Antes da formação desse grupo armado, a Zona Oeste era divida em pequenos territórios em que cada um possuía uma liderança local armada exercendo controle e ordenamento social, como foram os casos de Pedrinho Maluco e do policial William. Com atuação apenas local nenhuma dessas lideranças ambicionava a expansão territorial, o interesse inicial partia da necessidade de resolver problemas estruturais e urbanos expressos localmente, conforme essas questões foram sendo sanadas, e ocorrendo aumento populacional e comercial, mercados ilegais foram sendo construídos como atividades fora do alcance dessas lideranças, era, portanto, necessário a formação de grupos armados para gerir a nova dinâmica imputada à Zona Oeste da cidade.

Entretanto, conforme mencionei acima, há diferentes grupos amados atuantes na cidade da cidade Rio de Janeiro cujas práticas são muito parecidas e observadas por diferentes olhares. Portanto, cabe mencionar brevemente como a geografia política desses grupos armados estão postas no espaço urbano.

Enquanto trabalha na escrita deste trabalho cujo enfoque será o grupo armado miliciano presente na Zona Oeste do Rio de Janeiro conhecido como Liga da Justiça, o

[8] A milícia Liga da Justiça também era conhecida localmente como "Os Caras do Posto" por conta de ter como ponto de encontro um posto de Gasolina no bairro de Cosmos; "Os Caras do Toni" em referência a um de seus líderes chamado Toni Ângelo; e "O Bonde do Ricardo" que também era chamado de Batman, uma outra liderança.

jornal *O Globo* publica no dia 14 de julho de 2024 uma série de reportagens exclusivas sobre o avanço do Comando Vermelho (CV) tanto na cidade do Rio de Janeiro como no Brasil e América Latina[9]. Ao todo a série conta com três reportagens assinadas por diferentes jornalistas e mais um artigo assinado por dois renomados pesquisadores da temática do crime organizado e grupos armados no Rio de Janeiro.[10] A primeira reportagem é titulada como "*Contragolpe sangrento: após se alastrar por 21 estados, Comando Vermelho trava guerra expansionista no Rio e já tomou 19 comunidades da milícia."* No decorrer da matéria é revelado o impressionante aumento territorial do Comando Vermelho nos três últimos anos após anos de perda de território na capital fluminense tanto para milícia, quanto para seu principal rival no varejo das drogas na cidade, o Terceiro Comando Puro (TCP) e para outros grupos armados sem identificação em diferentes localidades. Pode-se adicionar a este processo o fato que desde o ano 2016 a facção priorizou uma expansão nacional rivalizando com outra facção, o Primeiro Comando da Capital de São Paulo (PCC) e na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, por conta da investida das forças de segurança do Estado do Rio de Janeiro na implementação do projeto de pacificação da cidade, sintetizada na instalação das UPP's (Unidade de Polícia Pacificadora) em favelas cariocas.

O Comando Vermelho, possui influência direta ou através de alianças com outros grupos armados em pelos menos vinte e um estados brasileiros. A hipótese a partir da análise que venho realizando sobre a dinâmica dos grupos armados e a disputa territorial, é que o comando vermelho objetiva se tornar o grupo armado mais hegemônico no Rio de Janeiro, incluindo sua Região Metropolitana. Uma perspectiva bem diferente comparada com há 10 anos atrás.

Ao longo das outras reportagens da série são destacados elementos interessantes que mais a frente neste mesmo trabalho examinarei com mais cuidado, contudo, a surpresa mais notável nas reportagens é o fato de o Comando Vermelho retomar territórios perdidos para milícias depois de alguns anos[11], ou mesmo, territórios que

---

[9] SOUZA, Roberta; SOARES, Rafael. ***"Contragolpe sangrento: após se alastrar por 21 estados, Comando Vermelho trava guerra expansionista no Rio e já tomou 19 comunidades da milícia."*** Disponível em: https://oglobo.globo.com/rio/especial/rastro-de-sangue-na-guerra-do-comando-vermelho-238-pessoas-foram-assassinadas-pelo-menos-26-delas-inocentes.ghtml. Visitado em:18/07/2024.

[10] Trata-se de Daniel Hirata e Carolina Grill, ambos são coordenadores do GENI/UFF – Grupos de Estudos dos Novos Legalismos da Universidade Federal Fluminense.

[11] Segundo o relatório publicado em 2022 pelo GENI e Instituto Fogo Cruzado (Mapa Histórico dos Grupos Armados do Rio de Janeiro) foi de 2006 a 2021 de aumento de território dos grupos armados milicianos na capital e Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Disponível em:

tradicionalmente pertenciam a outro grupo armado, fosse milícia ou facção rival, é o caso da Gardênia Azul, que fica na Região de Jacarepaguá. Aliás, toda a região da chamada Grande Jacarepaguá tem sido retomada pelo Comando Vermelho há pelo menos oito anos. Antes destes territórios terem sido perdidos pelo CV, a maioria deles formavam o complexo[12] do Comando Vermelho tendo como a principal favela a Cidade de Deus (CDD). A novidade desta vez é que o Comando Vermelho vem se expandido ainda mais do que a delimitação de fronteiras passada, indo em direção à Zona Norte chegando a Cascadura e assim formando um corredor que liga a Zona Oeste de Jacarepaguá até Madureira em que se depara com o Campinho e Serrinha, controlados pelo Terceiro Comando Puro. Ao todo, segundo a reportagem, foram dezenove favelas tomadas pelo Comando Vermelho nesta região, incluindo quatorze bairros diferentes. Na direção leste, o CV tem avançado para o bairro do Recreio dos Bandeirantes, Vargem Grande e Guaratiba através de uma disputa armada contra diferentes grupos armados milicianos. Os milicianos que historicamente controlaram essas localidades nunca foram os mesmos. Sempre houve troca violenta entre os próprios milicianos naquela região O único território que ainda sobrevive ao avanço do Comando Vermelho é a favela do Rio das Pedras, tradicionalmente conhecida como sendo um dos primeiros locais a ser controlado por uma determinada milícia.

Ainda analisando a reportagem, ela também revela uma forma de agir do Comando Vermelho em que já era bastante conhecida através do boca-boca pela cidade, que é sempre colocada em prática na hora de realizar as ofensivas em que os territórios serão (re) tomados após a referida investida. Dentro do Comando Vermelho existem os "puxadores de guerra" um líder destacado não somente por controlar uma determinada favela, mas pela lealdade e disposição em defender e conquistar território em nome do CV. Cada um desses líderes puxadores de guerra possui sua própria equipe que se soma aos outros que participarão da guerra, esta equipe também é chamada de Tropa. Estas Tropas recebem treinamento militarizado e armamento sofisticado de guerra, é papel

---

https://geni.uff.br/2024/06/05/grande-rio-sob-disputa-mapeamento-dos-confrontos-por-territorios/.
Visitado em: 21/07/2024

[12] Complexo é uma referência espacial que possui o mesmo significado de região. Conceito bastante utilizado e debatido na geografia. Neste caso, é usado como referência que a diferencia de outras áreas, por exemplo, os territórios vizinhos são dominados pelo mesmo grupo armado, o CV, assim como na outra parte da Zona Oeste da cidade os territórios são controlados pela milícia. O complexo de Israel poderia também ser um exemplo, por conta do aspecto religioso como elemento diferenciador de área. Tratarei mais a frente sobre o conceito de Região e complexos.

deste líder, usar de recursos disponíveis, que vai desde armas até suborno, para garantir a conquista territorial.

A função da Tropa dos puxadores de guerra é altamente específica: ajudar em algum território ou favela que está em via de ser perdido para algum grupo armado ou mesmo ser o operador de limpeza do terreno para que os futuros ocupantes do local não tenham problemas com os rivais[13]. Cada Tropa recebe o nome do seu principal líder, como por exemplo, "Tropa do Urso" do Comando Vermelho; "Tropa do Doca" também do Comando Vermelho. Na milícia havia a "Tropa do Tandera", "Tropa do Zulu". No Terceiro Comando Puro existem as Tropas do Menor Din da Pedreira e do Dino (que antes de integrar o TCP saiu do Comando Vermelho); a "Tropa do Lacoste"; "Tropa do Rugal" etc. No Terceiro Comando Puro os puxadores de guerra e suas Tropas são menos conhecidos e falados no geral comparando com os do Comando Vermelho. Um interlocutor durante uma entrevista explicou que o comportamento dos líderes de guerra do TCP é evitar se exporem ou mesmo entrar em confronto com o Estado, diferente do que ocorre com os líderes do CV que são mais falados como o Urso, Abelha etc.

Por tudo isso pode-se observar que a cidade do Rio de Janeiro e a Região Metropolitana vem experienciando um novo período de confrontos armados[14] envolvendo Grupos Armados e o Estado via Forças de Segurança. Um outro relatório publicado pelo GENI (Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos) aponta para um crescimento do confronto armado na capital entre os anos de 2017 e 2022. Ao todo foram registrados 19.954 confrontos armados. Comparada com a Região da Baixada Fluminense e Leste Fluminense, a capital concentra a maior frequência destes confrontos. Coincidentemente o mesmo período pós enfraquecimento das UPP's[15]. Observando as regiões demarcadas para a análise do relatório (Rio de Janeiro e Região

[13] Este método de conflito armado foi bastante utilizado quando a época da instalação das UPP's em que antes da instalação/inauguração das UPP's, o BOPE (Batalhão de Operações Especiais) junto com as Forças de Segurança do Estado realizava Megaoperações provedoras de chacina. Este tipo de Operação via BOPE ainda é muito frequente. Para que um dado território ou favela cesse o conflito entre os grupos armados ou tiroteios, o BOPE ou batalhões semelhantes como a CORE da polícia civil (Coordenadoria de Recursos Especiais) realizam essas Megaoperações.

[14] "Confrontos são conflitos armados, com tiroteios e, por vezes, mortos e feridos, que podem estar associados às variações da extensão do controle territorial armado, às mudanças dos grupos armados que controlam determinado território e à atuação das forças policiais" (GENI, p. 6).

[15] A crise das UPP's e por conseguinte, a crise da política de pacificação, indicam modificações no cenário da segurança pública na cidade. E o Estado busca estratégias para tentar imputar o "legado" deixado pela política de pacificação e no seu lugar algumas políticas são implementadas, porém, longe de solucionar a questão do aumento da violência. A intervenção federal de 2018 é uma dessas políticas que escancarou o que a política de planejamento e ação na política de segurança pública no Rio de Janeiro se tornou apenas o confronto.

Metropolitana) o número total de confrontos foram de 38.271, sendo que o ano com mais confrontos foi o de 2018, com 9.354 deste total e o menos conflitivo foi o de 2022 como 4.502.

A atuação dos diferentes Grupos Armados no espaço urbano do Rio de Janeiro, a disputa territorial e os conflitos gerados sejam entre si ou com as Forças de Segurança do Estado perfazem uma parte da dimensão geral da violência na cidade.

No dia quinze de julho de 2024 o Estado Fluminense declarou o início de uma "Ação Estruturada Ordo", nome que se refere na tradução imediata em "Ordem". A primeira curiosidade é chamar de "Ação" algo que até então sempre foi nomeada como "Operação". A segunda curiosidade é em saber qual seria a novidade em relação a outras inúmeras operações que a cidade já experimentou, apenas por mudar uma singela nomeação. A Operação Ordo (como irei chamar) contou com ação integrada dos órgãos do Estado de diferentes esferas: Forças de Segurança do Estado (polícias civis e militares); Guarda Municipal, da Marinha, de secretarias e órgãos públicos estaduais e municipais. Enquanto a disponibilidade do recurso bélico o Estado mobilizou dois mil militares, civis e agentes do programa Segurança Presente[16], com apoio de duzentas viaturas, quarenta motocicletas, dois helicópteros, ambulância blindada, além de um grande aparato tecnológico, que inclui drones com câmera de reconhecimento facial e de leitura de placas, faróis de busca e imageador térmico[17].

O resultado da Operação Ordo descrita como "eficiente" ocorrida até então entre os dias quinze e dezenove de julho contou com noventa pessoas no total presas e apreendidas, pois entre estes números menores de idade também contabilizam os presos da operação. Além disso, segundo a Polícia Civil do Rio de Janeiro[18] alguns índices de violência melhoraram juntando dados de três delegacias das Regiões de Jacarepaguá, Barra da Tijuca e Recreio, área foco da operação (delegacias da Barra da Tijuca - 16ª DP, Taquara - 32ª DP e do Recreio dos Bandeirantes - 42ª DP). Antes do início da Ordo

[16] Para saber mais sobre o projeto ver "O Projeto Segurança Presente e a Militarização do Espaço Urbano no Rio de Janeiro." (Sardinha, 2020).
[17] Sobre o aparato bélico cada vez mais sofisticado usado pelas forças de segurança do Estado do Rio de Janeiro, constitui tecnologias bélicas usadas e experimentadas em outros territórios em conflitos armados declarados no mundo, como é o caso do genocídio sofrido pelos Palestinos provocado pelo Estado de Israel. Tecnologias de guerra usadas contra os Palestinos são compradas pela Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro aplicadas nas periferias e favelas. Uma característica do que venho chamando de "Militarização do Espaço Urbano do Rio de Janeiro" que tratarei no capítulo dois desta tese.
[18] Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: *https://www.policiacivil.rj.gov.br/news/7099*. Visitado em: 23/07/2024.

os registros de homicídio estavam acima de 110 homicídios, depois da operação não houve sequer um único registro; Já os índices de roubo e furto a redução foi de 70%, sendo o que polícia chamou de "maiores quedas" foram de carros e celular, com 55% e 70% respectivamente.

Para os moradores atingidos[19] diretamente pela Ordo não há muita diferença do que já foram inúmeras operações anteriores nas favelas:

> "Eu não acredito que essa operação vá acabar com o tráfico. Há outros meios, como criar oportunidades para tirar jovens da rua. Temos milhares de moradores e nenhuma escola de ensino médio aqui dentro, por exemplo." (Dona Aparecida, moradora da Cida de Deus, 2024[20])
>
> "Estamos passando por uma fase muito ruim. Entendo que é o trabalho do governo, mas não adianta arrombar porta de morador, entrar nas casas por buraco de ar-condicionado e cortar nossa fiação, porque isso não vai resolver o problema da criminalidade. Os moradores de bem são a maioria aqui e os que mais perdem nessa guerra. O mais triste é que tudo cai na conta da Cidade de Deus, que sempre é a mais culpabilizada e definida como o câncer de Jacarepaguá. Se há algo de errado, que se faça cumprir a lei, mas não com porrada. Tem agente que vê moradores circulando e pergunta o que ele está fazendo na rua. Como assim? Não temos mais direito de ir e vir?" (Euclides, morador da Cidade de Deus, 2024).
>
> "As crianças estão de férias e não podem desfrutar de opções de lazer para ocupar o tempo delas, como as colônias, que estariam acontecendo se tudo estivesse normal. Também não podemos sair para levá-los a um cinema. Os comércios estão perdendo dinheiro, porque estão fechados. Tem padaria que chegou a não ter pão, porque o fornecedor da farinha não pôde entrar." (Zamiliano, morador da Cidade de Deus, 2024)
>
> "Quando acontecem, as ações (policiais da Ordo) têm interferido muito o ir e vir. É helicóptero sobrevoando, é caveirão na entrada da comunidade. Nunca houve isso aqui. Temos medo de que fatalidades acabem atingindo quem não tem nada a ver com a operação. A gente evita sair e, principalmente, chegar de madrugada. Queria que Rio das Pedras voltasse a ter paz. Hoje, há de pessoas armadas circulando (pela comunidade), passando de moto." (Gustavo, morador da Cidade de Deus, 2024).
>
> "A polícia vai ficar só um tempo enxugando gelo, como sempre faz, e vai embora depois. Sinto muito parecer pessimista, mas a operação sozinha não vai minar o crime. Tem que colocar o aparato do Estado dentro da comunidade. Nossa comunidade não tem nada, nem Clínica da Família. Dependemos de atendimentos em áreas vizinhas, como a Muzema." (Romão, morador da Muzema, 2024)

[19] Os moradores entrevistados para esta operação estão presente na reportagem supracitada. Portanto, não fazem parte dos interlocutores entrevistados diretamente para a tese.
[20] Todos o nomes utilizados são fictícios.

Comparar os números oferecidos pela polícia civil de uma operação concluída como “eficiente” com os relatos de moradores não significa evocar a contradição, dependendo da perspectiva. Na verdade, aliás, é expressão de uma norma violenta estabelecida há muitos anos associada a uma estrutura social violenta entre classes sociais (fragmentadas), que definiu o pobre, o negro, o favelado, o excedente social a ser exterminada sistematicamente como inimigo de guerra, controlada e encarcerada. Constitui, portanto, o nexo de um desenvolvimento (evolução) urbano da cidade do Rio de Janeiro. É parte de um complexo dimensional do que Michel Misse chama de *Acumulação Social da Violência*[21].

O Instituto Fogo Cruzado, plataforma que sistematiza dados sobre violência no Brasil, realizou um estudo intitulado *"Futuro Exterminado" (2024)*, analisando casos de crianças e adolescentes vítimas de armas de fogo no Rio de Janeiro e Região Metropolitana entre 2016 e 2023. Os dados revelam que, nesse período, 661 pessoas de zero a dezessete anos foram baleadas na região, uma média de uma criança ou adolescente atingido a cada quatro dias. Desse total, 295 foram assassinadas e 366 ficaram feridas. A maioria das vítimas foi atingida em situações cotidianas, como ir ou voltar da escola, brincar na rua, no quintal ou em deslocamentos rotineiros, como ir à padaria. O que também chama atenção nessa trama catastrófica, é que quase metade dessas pessoas feridas ou mortas antes de completarem dezoito anos, são vítimas de operação policial. Ao todo duzentas e oitenta e seis sofreram ou perderam a vida diante das ações de guerra do Estado via suas Forças de Segurança, principalmente a polícia militar.

No primeiro semestre de 2024, por conseguinte, o Rio de Janeiro e sua Região Metropolitana (RMRJ) registraram 1.346 tiroteios, sendo que em 450 deles (33%) houve participação policial. Em comparação com 2023, houve uma redução nos registros – naquele ano, foram 1.777 tiroteios, com 664 envolvendo a polícia (37%). Isso significa que, em média, a cada três tiroteios, pelo menos um contou com ação policial. Esses números ajudam a entender por que a história da cidade do Rio de Janeiro é marcada por chacinas – a produção sistemática de mortes de pessoas negras em operações policiais que assumem características de guerra, ainda que não haja um conflito armado oficial. (Fogo Cruzado, 2024)

---

[21] Michel Misse (2008) analisa o que ele chama de “Acumulação Social da Violência”. Um conceito e suma importância para este trabalho que tratarei com mais afinco em outra passagem mais a frente.

Ainda segundo o Instituto Fogo Cruzado, a Região Metropolitana do Rio do Rio de Janeiro entre os anos de 2016 a 2023 registrou 283 chacinas[22] promovidas por operação policial. Foram mais 1.137 pessoas mortas nestas circunstâncias, uma média de 3 chacinas policiais por mês. No Complexo do Salgueiro, a localidade em que registrou-se mais chacinas, foram quatorze no período, com 66 pessoas assassinadas; no Complexo da Maré foram dez operações com cinquenta e uma pessoa morta; no Complexo da Penha foram oito chacinas com 55 mortos; na Cidade de Deus foram oito chacinas com 27 mortes. Neste horrendo cenário é importante destacar algumas reflexões. A primeira tem a ver com a quantidade de pessoas mortas em operações policiais que, até então, eram chamadas de chacinas policiais e possuíam intervalos mais longos entre elas. Recentemente, os intervalos entre essas chacinas policiais têm se reduzido, e houve um aumento significativo no número de pessoas mortas [23]. Portanto, para melhor precisar chacinas policiais é mais coerente chamar de Megachacinas[24], pois assim, corresponde fielmente ao grau de letalidade e violência policiais em suas ações. A segunda observação é sobre as chacinas oriundas de "operações vingança", quando um policial é morto em alguma favela ou próximo, independente das circunstâncias, automaticamente forças policiais (com suas tropas de elite) organizam uma resposta para vingar a morte deste policial de forma independente ou com respaldo oficial do Estado e governo. Segundo o mesmo estudo do Fogo Cruzado, entre 2016 e 2023 foram dezoito operações caracterizadas como operação vingança na região metropolitana do Rio de Janeiro, nelas 117 pessoas foram assassinadas, a mais sintomática foi a megachacina do Jacarezinho em 2022, quando que 27 pessoas foram mortas após uma operação da CORE na favela do Jacarezinho após um policial ter sido baleado nas proximidades da favela.

---

[22] "Chacina é quando três ou mais pessoas são mortas em decorrência de intervenção policial. No Brasil, o termo "chacina" é adotado por pesquisadores para se referir a ocorrências com três ou mais mortes violentas intencionais. A expressão "chacina policial", por sua vez, refere-se exclusivamente às ocorrências com três ou mais mortes decorrentes de ações policiais. Portanto, podem ocorrer chacinas praticadas por grupos armados, como as facções do tráfico de drogas, milícias e grupos de extermínio – incluindo aquelas praticadas por policiais fora de serviço envolvidos nessas organizações –, como também chacinas policiais, perpetradas por agentes públicos das forças policiais em horário de serviço e cujas ações são avalizadas pelas autoridades políticas e policiais." (Grillo e Hirata, p.5).

[23] "A porcentagem de chacinas policiais e de mortos nessas situações vem aumentando nos últimos anos, 2022 foi o ano em que 80,4% das chacinas e 87% das mortes em chacinas foram perpetradas por policiais. Isto significa que as forças policiais cometem muito mais chacinas com muito mais vítimas letais em eventos desse tipo do que todos os grupos armados somados." (Grillo e Hirata, p.6).

[24] As megachacinas retrata o período de crise do capitalismo contemporâneo, que é de crise profunda e uma produção de uma massa sobrante e excluída do processo produtivo direto junto com o processo de formação social brasileiro passando pelo escravismo até a formação de um capitalismo dependente. Assunto que tratarei mais a frente neste trabalho.

Importante frisar que as operações vingança também denotam algumas expressões políticas históricas e atuais que constituem a sociedade brasileira. É um modus operandi que revela um Estado que opera pela exclusão, mortes e produção diferenciada das politicas públicas nos territórios, atingindo o perfil racializado considerado o inimigo de guerra das forças policiais e que, portanto, eliminá-los tornar-se uma ação eficaz, sobretudo, carregado de uma subjetividade caracterizado como heroísmo de guerra. A brutalidade recorrente com que essas mortes são consumadas pelos agentes do Estado, são também respaldadas pela chamada opinião pública em geral, deixando claro, por conseguinte, que operação vingança não significa desvio espontâneo da ação policial, mas é parte de uma política de segurança baseada na ostensividade.

Além dessas dimensões da violência presente no espaço urbano do Rio de Janeiro, como letalidade violenta provocada por intervenção dos agentes de segurança do Estado e Grupos Armados, também é importante destacar outros aspectos da violência na cidade. Segundo o Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro que também possui sua própria elaboração e formulação de dados sobre violência no espaço urbano do Rio de Janeiro, no primeiro semestre de 2024 os resultados foram positivos. Resultados que seguiram um planejamento que contou com "estratégias de policiamento baseadas em dados, além dos investimentos em tecnologia, inteligência e treinamento das forças policiais," como aponta a publicação do Instituo de Segurança Pública (Instituto de Segurança Pública, 2025).

Nesse sentido os números positivos são apenas traduzidos, por exemplo, na redução de roubo de cargas comparados com o mesmo período do ano passado, uma redução de 41%. A letalidade violenta incluindo homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte, morte por intervenção de agente do Estado e roubo seguido de morte, registrou queda significativa de 19%. Mortes por intervenção de agentes do Estado também teve sua queda (isto não quer dizer que os números sejam baixos), 37% comparado com o mesmo período de 2023.

Analisar as expressões recentes de violência no Rio de Janeiro é fundamental para esta pesquisa, que examina as relações entre tempo, espaço e dinâmicas sociais. Passado e presente se articulam de modo estrutural, permitindo identificar tanto continuidades históricas quanto rupturas, situações antigas que ecoam no presente e processos atuais que reproduzem lógicas anteriores. No entanto, o objetivo não é

estabelecer comparações simplistas ou construir uma narrativa linear que reduza a complexidade do fenômeno a uma visão determinista. Mais do que buscar conclusões definitivas, interessa destacar as contradições inerentes a essas dinâmicas, já que elas são centrais para a compreensão crítica do tema.

O trabalho está divido em cinco capítulos de forma que em cada um destes esteja destacada a relação entre teoria (conceitos mobilizados) e situações empíricas associadas ao objeto da pesquisa. Fazer esta observação é importante para deixar ciente o leitor que tenha interesse separado em um dos entes contidos em trabalhos deste campo teórico e social. Sendo assim, no primeiro capítulo pretendo inicialmente fazer um balanço espacial sobre as identidades espaciais das quais são demasiadamente utilizadas para identificar a particularidade regional da chamada Zona Oeste do Rio de Janeiro. Muito embora, o espaço de referência tenha sua configuração oficial[25], esta referência não é operacionalizada na hora de relacionar lugares e territórios em que o fenômeno analisado neste trabalho ocorre. É por isso que bairros como Campo Grande e Santa Cruz tornam-se grandes guarda-chuvas espaciais, ou seja, sem fronteiras geográficas definidas quando determinadas abordagens se referem a Zona Oeste. Portanto, o equívoco está na ausência de compreensão da divisão espacial administrativa e das dinâmicas locais em que, embora tenha relação com aspectos estruturais gerais, também possui sua própria forma de funcionamento relacionado ao local.

Além disso, o capítulo analisará a trajetória de personagens que, de diferentes formas, contribuíram para a constituição dos territórios que serviram de base ao posterior desenvolvimento do grupo armado miliciano conhecido como Liga da Justiça. Trata-se de três personagens cujas formas de atuação (articulando crime, extermínio e controle da circulação de mercadorias ilícitas) deixaram marcas profundas na relação dos moradores locais com o crime e na sociabilidade urbana.

O primeiro deles é Pedro Jorge Gouveia Filho, conhecido como Pedrinho ou Pedrinho Maluco, cujo domínio territorial se restringia ao (sub) bairro Vilar Carioca. Por atuar durante longo período na localidade e ser conhecido também em bairros vizinhos por seus feitos, Pedrinho tornou-se um mito urbano, transitando entre as

[25] O instituto Pereira Passos – IPP é a instituição da Prefeitura do Rio de Janeiro responsável pelo Censo da cidade do Rio, produção, armazenamento e georreferenciamento de dados e publicações sobre a Cidade do Rio de Janeiro. Uma espécie de IBGE carioca.

figuras de herói e criminoso, bandido e marginal. Seu domínio territorial estendeu-se do final da década de 1980 até 1996, quando foi preso em Brasília. Pedrinho era uma liderança local armada com legitimação social pelos moradores.

O segundo personagem, conhecido como Kiko ou Kiko do Gouveia, apresentava características semelhantes às de Pedrinho, a ponto de, à época, muitos acreditarem que fossem irmãos, em razão dos métodos de controle territorial adotados. Embora menos conhecido, Kiko era claramente reconhecido pelos moradores não espaço onde exercia seu domínio, identificadas como "território do Kiko".

O terceiro caso não diz respeito a um único personagem, mas a dois policiais militares — Wiliam e Jorge — cujos nomes raramente eram mencionados de forma separada. Ambos eram conhecidos por impedir sistematicamente que criminosos estabelecessem controle territorial ou domínio sobre mercados ilícitos, atuando tanto em serviço quanto fora dele. Seu controle incidia principalmente sobre os bairros de Paciência e Sete de Abril. Conforme será detalhado ao longo do trabalho, enquanto Wiliam e Jorge exerciam esse domínio territorial, o grupo liderado por Aldemar e Ricardo, conhecidos como Batman e Robin, já era reconhecido no bairro vizinho de Cosmos, bem como em Campo Grande e áreas adjacentes. Posteriormente, esse grupo se aproximou do policial Jerominho, dando origem à chamada Liga da Justiça.

Apesar de apresentarem perfil semelhante — policiais militares — e práticas também convergentes, como a extorsão e a execução sumária, Wiliam e Jorge não alcançaram a mesma projeção ou alcunha associada ao futuro grupo miliciano.

A hipótese geral discutida nesse capítulo é que a Zona Oeste do Rio de Janeiro ocorre um processo de urbanização particular em que as dinâmicas constituídas favoreceram a presença de perfis criminosos fossem individuais ou grupos, perfazendo uma marca socioespacial da região. Para compreender os fenômenos discutidos neste primeiro capítulo, utilizarei os conceitos desenvolvidos por Michel Misse (1999) em sua obra fundamental: *"Malandros, Marginais, Vagabundos e a Acumulação Social da Violência no Rio de Janeiro."* Esta obra é crucial para o desenvolvimento dos conceitos que serão centrais não apenas neste capítulo, mas em todo o trabalho. Inicialmente, pretendo estabelecer um diálogo com a concepção de Misse sobre a *Acumulação Social da Violência*, explorando o conceito de acumulação. Outros conceitos mobilizados de Misse são *"trocas ilícitas de mercadorias políticas"* (Misse, 2010a), *sujeição criminal,*

incriminação, marginal e malandro (Misse 2010b). Também pretendo mobilizar conceito de território, que, embora pouco explorado na obra de Misse, é fundamental para o desenvolvimento do trabalho. O território, abordado por diversas áreas do conhecimento, tornou-se um elemento espacial recorrente na literatura em geral, especialmente na geografia, onde é amplamente discutido. *No entanto, utilizo como área definida (delimitada) por e a partir relações de poder* (Souza, 2012) em diferentes escalas. Ainda sobre o fraterno diálogo com Michel Misse, adicionarei o aspecto racial nas formulações sobre acumulação social da violência.

O segundo capítulo separo para dar mais ênfase a parte teórica mais geral, além das mencionadas nos demais capítulos. Busco relacionar questões específicas com teorias que ultrapassam o campo social do meu objeto. Nesse sentido, tento mostrar como militarização do espaço urbano no Rio de Janeiro, grupos armados, grupos milicianos possuem um entrelaçamento com aspectos teóricos mais gerais. Assim, sigo o caminho da formação social brasileira utilizando Alberto Passos Guimarães e Clóvis Moura em que ambos se apropriam da categoria superpopulação relativa de Marx para compreender o caso brasileiro. Daí que categorias como a franja marginal, massa marginal e classes perigosas para entender a realidade brasileira se tornam pertinentes e atuais. Meu esforço, nesse sentido, foi articular essas categorias com situações de violência brasileiro e carioca a fim de apontar pistas estruturais para a realidade contemporânea.

Além do processo de formação social brasileiro, recorro de forma articulada a crise contemporânea do capitalismo tendo seu marco a crise de 1970. Esta crise atinge o processo central de funcionamento do capitalismo: o processo de valorização do valor, bastante explorado por Robert Kurz. Com isso, a superpopulação relativa, a massa marginal e a franja marginal terão suas dimensões inflacionadas.

Essa crise atingiu de alguma forma diferentes nações, no entanto, no caso brasileiro seu impacto foi bem mais dramático. Além disso, o impacto desta crise também será visto nas mudanças de paradigmas de guerra, alterando escalas, dimensões, sujeitos e agências. Todo esse processo tanto de crise quando de mudança de paradigma são analisadas por Marildo Menegat e Hans Magnus Enzensberger e o conceito de *Guerra Molecular ou Guerra Civil Molecular.*

Ambos os processos, formação social brasileiro e crise do capitalismo são atravessados por situações permanentes de violência direcionada a essa massa marginal, franja marginal e classes perigosas. Esse direcionamento pode ser sistematizado aos circuitos de violência com destaque para militarização do espaço urbano, o qual mobilizo para esta tese. Para discutir militarização do espaço urbano utilizo autores estrangeiros e nacionais como os casos de Stephen Grahan, Marcelo Lopes de Souza e Lia Rocha. No entanto, ambos compreendem a militarização ou militarização do espaço urbano pela chave institucional ou do Estado. Meu desafio foi assimilar essas compreensões e avançar trazendo a esfera civil e socioespacial para a caracterização da militarização do espaço urbano. É por isso, que ao longo de minha tese, entendo grupos armados ou grupos civis armados como expressões da militarização do espaço urbano do Rio de Janeiro e, neste caso, grupos milicianos. A partir das reflexões destes autores proponho a definição de *militarização do espaço urbano como sendo o controle minucioso, rigoroso e ostensivo da sociabilidade urbana através de práticas militares e regulação armada conjuntamente a um disciplinamento e controle social generalizado em que se define a demarcação territorial por e partir relações de poder.*.

No terceiro, dediquei a investigar o surgimento do termo milícia no Brasil e especificamente no Rio de Janeiro para se referir a um grupo armado. A escolha desse caminho analítico se deu por conta da falta de uma definição mais sistemática do que seria esse grupo miliciano. O que havia eram apenas reproduções para caracterizar determinadas atividades ilícitas como sendo de milícia. Assim, meu esforço foi percorrer toda a trajetória que o termo passou desde sua primeira menção em uma reportagem jornalística até se tornar um conceito sociológico e jurídico previsto no código penal brasileiro.

Inicio a análise a partir do contexto em que, durante a elaboração desta etapa do trabalho, ganhou ampla repercussão o caso do chamado "Escritório do Crime". Utilizo esse episódio como exemplo para sustentar a hipótese geral do capítulo, especialmente no que se refere aos exageros e generalizações presentes na abordagem da imprensa. Em seguida, examino o percurso do termo "milícia", que rapidamente foi incorporado ao debate público, alcançando o legislativo por meio da CPI, sendo reforçado pelos meios de comunicação e posteriormente absorvido por parte da produção acadêmica, muitas vezes sem problematização conceitual.

Na sequência, discuto a principal característica atribuída a esses grupos — a ideia de que seriam uma extensão ou expressão do próprio Estado. Por fim, argumento que o termo "milícia", além de impreciso para descrever um fenômeno que assumia dimensões complexas e alarmantes, passou a ser utilizado de maneira ampliada e, em certos casos, excessiva. Diante disso, proponho a adoção da categoria mais abrangente de "grupos armados" como forma de delimitação analítica do fenômeno.

No quarto capítulo tratarei amplamente aspectos empíricos do grupo armado miliciano conhecido como Liga da Justiça. Pretendo narrar a trajetória de lideranças e lideranças locais antes de formarem a Liga da Justiça em que cada uma destas lideranças possuíram um papel importante para o futuro do grupo miliciano se constituir. Primeiro a partir de suas práticas e segundo pela delimitação de fronteiras armadas formando um território. Portanto, parto da "primeira" liderança local do bairro de Cosmos projetando o grupo armado conhecido como a maior milícia do Rio de Janeiro.

Esse capítulo analisa a complexa dinâmica entre agentes, redes organizacionais e práticas de controle que impulsionam a expansão dos mercados ilegais, particularmente e inicialmente através dos serviços de transporte informal (kombis) e de segurança privada. Examino como processos microlocais (territoriais) se articulam - seja de forma coordenada ou autônoma - com dinâmicas macrorregionais, gerando configurações político-institucionais e econômicas particulares que se distribuem espacialmente segundo uma lógica de desenvolvimento geográfico desigual. Essa análise revela um padrão de evolução territorial que, através de mecanismos de acumulação social, redefine o desenvolvimento urbano na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Adicionalmente, o capítulo problematiza o conceito de milícia como grupo armado, fenômeno de raízes históricas na cidade do Rio de Janeiro e objeto de intenso debate acadêmico multidisciplinar. Nesta seção, serão particularmente examinados: (1) o perfil sociopolítico dos integrantes desses grupos; (2) suas complexas relações de interdependência com as instituições estatais, especialmente as forças policiais; e (3) sua atuação como agentes de ordenamento territorial do cotidiano urbano da Zona Oeste.

Por fim, no quinto e último capítulo analiso as transformações sofridas pelo grupo armado e argumento se as práticas das quais foram atribuídas para caracterizá-los como milícia ainda se sustentam. Argumento que depois de anos o grupo miliciano que ficou conhecido como liga da justiça não só modificou sua forma de atuar, como

também o perfil do miliciano mudou significativamente. Além disso, os mercados ilegais também foram modificados e diversificados. Com isso, novos agentes assumem novos papéis para a manutenção o controle territorial e das novas mercadorias ilícitas. Tudo isso fez com que a liga da justiça se fragmentasse a outros grupos milicianos.

METODOLOGIA

Quando assumi o desafio de realizar pesquisa para uma tese de doutoramento, inicialmente, não imaginei que os resultados seriam o que por hora estão neste trabalho. Duas motivações conduziram meu interesse no tema: a primeira diz respeito a possibilidade em oferecer uma novidade diante da miríade de trabalhos e pesquisas sobre a dimensão mais geral do meu objeto, as milícias. Além disso, enxergava como uma possibilidade de continuidade aos trabalhos e pesquisas anteriores sobre militarização do espaço urbano do Rio de Janeiro em que realizei no trabalho de conclusão de curso e na dissertação de mestrado, quando analisei as teorias acerca da militarização do espaço urbano relacionando-as com a realidade do Rio de Janeiro, porém a partir de um olha macro do fenômeno[26]. Até então, o que circulava era que militarização na cidade do Rio se restringia apenas ao aspecto do Estado e, portanto, das políticas públicas. Com isso, reforçar a hipótese de que grupos armados, mais especificamente, os grupos milicianos são expressões da militarização do espaço urbano, constitui o desafio bastante árduo que me empreenderia durante o desenvolvimento desta tese.

A segunda motivação vem de uma espécie de ajuste de contas com o território. O objeto do qual penso em desdobrar e desenvolver, a chamada Liga da Justiça, possui suas raízes formadoras cuja geração vinculada a minha própria experiência cotidiana (para não dizer vivência), nas proximidades de onde sou nascido e criado e, portanto, onde construir relações culturais, sociais e afetivas. A partir desta particularidade, pude acessar ao objeto de uma outra maneira, muito diferente aliás, de quando me deparava com as narrativas de fora do território, fossem elas acadêmicas ou via imprensa oficial. E foi através desse contato que uma inquietação se somou a minha motivação inicial. Afinal, quem é essa "liga da justiça" que tanto se falam, já que, pelas bandas de cá não se ouve uma menção sequer? Nem nas interações interpessoais, nos comentários amenos em bares, mercados, nas ruas etc. Sabia que existia Aldemar, depois Batman e Robin, porém, liga da justiça era uma nomeação exclusivamente externa.

---

[26] Sardinha, Thiago. ***A Militarização do Espaço Urbano: uma análise das teorias aplicadas à cidade do Rio de Janeiro.*** 2018, 180 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2018.

Cada vez que aprofundava minhas reflexões e pesquisas descobria que no imaginário social (senso comum) havia uma única milícia no Rio e que toda cidade do Rio de Janeiro era completamente dominada por uma única milícia, diferente do que se apregoava no senso comum, além de contar com ampla participação de civis na liderança dos grupos. Fato completamente diferente com o marco inicial das chamadas milícias. Em linhas gerais esse era o cenário quando inicio minha trajetória no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro em 2020.

No entanto, no mesmo ano um acontecimento de proporções inimagináveis, até então, mudaria completamente o funcionamento natural da sociedade nas suas diferentes dimensões, principalmente a pessoal, portanto, era claro que afetaria minhas pretensões e projeções para o desenvolvimento da tese de doutoramento. Trata-se da pandemia de COVID-19. Portanto, precisava neste duro contexto reorganizar todo meu planejamento de pesquisa. Pois, envolvia ferramentas metodológicas de pesquisa que correspondia ao contato com agentes que seriam cruciais para o desenvolvimento do trabalho.

A intenção inicial era narrar a trajetória do grupo armado da Zona Oeste que ficou conhecido como "a maior milícia do Rio de Janeiro". Partindo da primeira liderança até a liderança de Wellington da Silva Braga, o Ecko. Apontar contradições, processos, explorar o conhecimento local registrar diferenças, a evolução dos mercados para exploração territorial, disputa territorial entre grupos armados e lideranças armadas, também faziam parte do projeto inicial. Entretanto, embora boa parte destes elementos estejam presente, alguns precisaram ser sacrificados. Por exemplo, era de meu interesse incluir a trajetória de Pablo, um traficante do Comando Vermelho da favela do Antares, que ao ser tomada pela milícia em 2018, teve que fugir durante a guerra para sobreviver. Ferido com um tiro no maxilar, fugiu para o Complexo do Alemão, onde foi atendido e precisou fazer uma cirurgia de emergência. Após esse drama, foi recompensado pelo comando do grupo armado do varejo como dono do lucro da venda da maconha de 10 (reais) na favela no Jacarezinho. Entretanto, em 2021 estava entre as vítimas da maior chacina da cidade do Rio de Janeiro, a chacina do Jacarezinho em que 28 pessoas foram assassinadas numa operação de vingança institucional da CORE (Coordenadoria de Operações Espaciais) da Polícia Civil. Dois meses antes, havia entrevistado Pablo para este trabalho. Pude coletar muitas informações sobre seu

relato. Cabe mencionar que quando fui até a favela do Jacarezinho entrevistar Pablo ainda era o período de restrições por conta da pandemia da covid-19. A vacinação da população ainda não estava completa e a recomendação era ouso de máscaras. Contudo, ao embarcar no trem lotado com muitas pessoas sem máscaras para ir até o Pablo, o risco de vida que passei me fez refletir se valeria a pena continuar ingresso no programa para o desenvolvimento da tese. Sim, pensei em desistir.

A história de Pablo junto com o seu relato se somaria a de outros personagens com trajetórias parecidas com a sua, com um detalhe diferente: trocaram de grupo armado, de facção para milícia, como o Zulu, Flavinho, Hamburgão e o Jiraya, ambos, hoje presos como milicianos, mas antes pertenceram ao comando vermelho. Chamaria este processo de "territorialização, desterritorialização e a morte. Contudo, deixarei esse material para uma outra oportunidade de escrita.

Uma discussão que não estava no projeto inicial, mas que, por conta dos desdobramentos e do contato com o objeto, resolvi incluir neste estudo. Estou me referindo ao capítulo em que discuto o processo de urbanização da Zona Oeste do Rio de Janeiro. Nesse processo, precário, conflituoso e contraditório é que surge uma tradição de violência expressa em lideranças locais armadas e grupos armados. Há uma relação processual, e, portanto, histórica, com o que há na atualidade. Nesse sentido, o passado encontra-se muito presente nos territórios onde que há a presença marcante desses atores. Por isso as entrevistas com moradores mais antigos foram importantes para revelar o quão presente esses personagens da violência estão em suas memórias. Durante as entrevistas, era comum o relato vir em tom comparativo entre presente e passado. As vezes criticando o presente sob a régua do passado como padrão de funcionamento do território. Não se cogitava o local, a Zona Oeste, sem a presença da violência, dos atores envolvidos com reputações de "segurança" e nem mesmo o Estado através da polícia. E aqui cabe mencionar uma observação importante. Essa urbanização da Zona Oeste, seletiva, precária e sobretudo segregada, imputará aos bairros da região a característica de bairros dormitórios ou bairros de moradia, comparados aos locais distantes de trabalho. Essa lógica também afetou a construção da segurança pública local. Este elemento pode ser considerado chave para entender policiais que formaram grupo armado para realizar "segurança" no bairro em que morava.

Para entender a dinâmica de violência acompanhada do processo de urbanização da Zona Oeste, passando das lideranças armadas locais aos grupos armados e

especificamente à milícia Liga da Justiça, utilizei a ferramenta de entrevistas dentre outras. Ao todo foram doze pessoas entrevistadas dos bairros de Cosmos, Paciência e Campo Grande. Quatro estavam na faixa de acima de 45 anos e os outros entre 30 e 45[27]. Ambos os recortes etários possuíam uma aproximação geracional com diferentes atores que atuaram como lideranças armadas ou dos grupos armados. Isso me permitiu, em certa medida, conhecer um pouco do aspecto pessoal desses agentes. Minha aproximação com os interlocutores partiu de um contato que possuía com algum deles, mas não todos, contato que foi construído através do movimento de pixação no Rio de Janeiro. Como pixação é um movimento marginalizado e criminalizado, é mais fácil interagir com outras atividades que possuem condição parecida. Durante um breve período de minha vida participei do movimento de pixação carioca e foi assim que conheci Valdecir, Pablo, Ronaldo e Marcos. A maioria dos meus interlocutores foram homens, sendo apenas uma mulher quando o foco da pesquisa naquele momento era o Pedrinho Maluco. E aqui cabe uma observação importante por causa da diferença entre os relatos associados a homens e mulheres. Quando entrevisto essa interlocutora ela permanecia muito tempo relatando informações de âmbito estritamente pessoal do Pedrinho, como quantidade de amantes, relação de parentesco e filhos fora do casamento. E quando entrevisto homens sobre a mesma figura, o relato começa pelos feitos mais conhecidos, com muita violência e mortes. A partir desses interlocutores é que pude ir acessando outros indicados e mediados por eles, pois como havia estabelecido uma relação de confiança os outros se sentiam seguros em interagir comigo sobre assuntos “sensíveis”. Em seguida, ao ouvir as entrevistas e interações, apenas ia organizando os fragmentos junto ao ator que seria analisado na trama.

Em outros casos alguns interlocutores que seriam de extrema importância para a pesquisa não pude me aproximar para coletar dados e informações, mesmo sendo indicado por esse núcleo duro de interlocutores (Valdecir, Ronaldo e Marcos). Havia um policial que ingressou no grupo armado durante a liderança de Toni Ângelo e ficou até Carlinhos Três Pontes. Quando já durante a gestão de Carlinhos, internamente já havia sinais de mudança de caracterização do grupo, isso fez com que este policial abandonasse o grupo e as mercadorias e mercados que havia construído como integrante, Contudo, infelizmente, este policial mudou sua opinião sobre conversar

[27] Todos os interlocutores que entrevistei sabiam que se tratava de uma pesquisa, mas não compreendiam especificamente para que e ara onde. Contudo, era sempre visto como o “amigo professor que faz pesquisa”. E foi assim que fui construindo interações, entrevistas e conversas

comigo, segundo ele por "preservar minha própria vida". Quando conheci esse policial ele acabara de ingressar no grupo armado. Um policial militar que havia deixado o BOPE para ficar apenas no policiamento. Por conta da minha trajetória, em que, diferente de outras pessoas de minha geração, segui um caminho do estudo, me formando como professor em uma universidade pública, para ele constituía um elemento de respeito e seriedade no que estava trabalhando[28]. Uma outra interlocutora, que também não tive oportunidade de entrevistar até o encerramento da pesquisa, era uma pessoa muito próxima de Chico Bala. Graças a Marcos cheguei até ela e inicialmente se mostrou disposta a interagir, porém, sempre com problemas de agenda.

Nesse sentido, destaco dois interlocutores que foram fundamentais para a coleta de dados e informações obtidas diretamente por meio de seus relatos, ao mesmo tempo em que forneceram indícios para a exploração de outras trajetórias e contextos: Valdecir e Ronaldo (nomes fictícios). Valdecir é filho de um policial aposentado e de idade avançada, e seu irmão mais velho integrou a milícia durante a gestão de Toni Ângelo. Esse irmão foi assassinado e teve seu corpo submetido a desaparecimento forçado após a prisão de Toni, em 2013, quando se desencadeou uma disputa interna entre os membros do grupo. Ele estava diretamente envolvido nesses conflitos, que marcaram um período de crise interna, no qual disputas por prestígio e poder frequentemente resultavam em mortes.

Já Ronaldo chegou a trabalhar para o grupo durante a gestão de Toni. Ronaldo era uma espécie de "contador" de toda a arrecadação das linhas de vans. Entrevistá-lo foi uma das tarefas mais difíceis por causa do seu medo de que acontecesse algo à sua vida caso o que me contasse fosse vazado. Mesmo tendo passado muito tempo desde sua colaboração com os milicianos, e o perfil geracional ter virado, Ronaldo até os dias atuais anda pelas ruas com medo de ser assassinado por ter sido integrante do grupo. Nunca participou de guerra ou de tomada de território, apenas contava e registrava a arrecadação oriunda das vans.

O medo que Ronaldo possuía em algumas ocasiões influenciou no planejamento da pesquisa. Em certas ocasiões estava disposto a explicar determinadas situações, em outras, mesmo aceitando a me receber, não falava uma palavra sequer. Para que não

[28] Todos os interlocutores sabiam que eu era pesquisador, porém a confiança adivinha muito mais por me verem apenas como professor de geografia. Em certas ocasiões quando era apresentado a um interlocutor novo a primeira referência que apontava era a de professor.

ficasse um silêncio constrangedor, puxava outros assuntos para interagir. Às vezes, tinha que me tornar consumidor do seu estabelecimento para conseguir alguma informação. Os melhores momentos eram quando alguém ou mais de uma pessoa, inesperadamente aparecia e se juntava a nós dois e interagia no assunto. A presença dessas pessoas, de alguma forma deixava Ronaldo confortável para falar sobre mais situações em que somente ele havia presenciado ou sabia da existência. Era na interação, portanto, que eu obtinha mais informações e pistas. Tanto Ronaldo quanto Valdecir falavam bastante sobre o assunto (milícia), daí decorre uma observação relevante: este assunto é muito natural e recorrente para determinados moradores dos bairros das pessoas que entrevistei. Foi através dessas interações mais fluidas, ainda que naquele momento não tenha saído de casa com tal objetivo, que se tornaram ocasiões em que conseguia informações muito significativas. Das vezes em que combinava uma entrevista diretamente, havia uma dificuldade por parte dos interlocutores sobre "o que eu queria ouvir". Ronaldo, por exemplo, não aceitou nem que eu anotasse na caderneta o que ele falava. Meu trabalho, após a conversa com ele, era voltar correndo para casa e registrar tudo o que havia dito.

As interações ocorriam quando eu era convidado a estar com eles em algum tipo de confraternização. Ali os assuntos mais comuns, quase sempre exclusivos, eram 1) atuação armada local, descrevendo situações em que integrantes do grupo miliciano estavam envolvidos, além do ingresso de novos membros quando era algum amigo de infância; 2) grupos armados no Rio de Janeiro, CV, TCP, Polícia, acordos, disputas de território etc.; 3) Torcida Organizada; 4) Pixação. Quando a pauta era grupos armados no Rio de Janeiro, automaticamente ligava-se como afetaria o território. Sabendo das pautas e da "ordem" que seriam mencionadas, por estratégia de campo, tomava a iniciativa de puxar algum desses assuntos baseando-se em alguma notícia de jornal.

Durante a pesquisa, conforme o grupo armado inicial que pesquisava desdobrou-se em dois (o grupo do Ricardo Batman e o de Chico Bala), então para cada grupo armado organizei grupos de entrevistados. Por exemplo, Valdecir e Ronaldo sabiam mais sobre o Grupo de Ricardo Batman e Jerominho, já Juliana e Paiva (nomes fictícios) sabiam mais sobre o grupo de Chico Bala. Isso, foi estabelecido pela própria dinâmica da pesquisa e durante seu desenvolvimento.

Uma observação relevante foi perceber que Valdecir, ao relatar certos eventos, frequentemente ressaltava: "isso saiu no jornal". Essa repetição me levou a considerar a

imprensa como uma fonte crucial para minha pesquisa. Decidi, então, comparar as narrativas que coletava nas interações com a forma como os mesmos fatos eram noticiados. Esse método me permitiu não apenas verificar a ocorrência dos eventos mencionados, mas também analisar as diferentes perspectivas narrativas sobre um mesmo fato. Isso serviu também para registrar se o que os interlocutores falavam realmente havia acontecido, porém através de narrativas diferentes, principalmente as dos jornais. Por isso a relevância dessa pesquisa em que destaco que já falei acima: acerto de contas com o território. Pois, nessa tese haverá demasiada narrativas de agentes do território.

Nesse sentido, reposicionei a pesquisa para dedicar um tempo específico no cronograma para investigar jornais antigos que tratassem do meu objeto e de temas derivados. É importante ressaltar que nessa parte considerei discursos de matérias de jornais, como também recorri a elas como elemento narrativo possuidor de registro histórico sobre determinados fatos (objetivos e subjetivos). Desta forma, em alguns casos a reportagens são vetores de crítica, principalmente no aspecto conceitual, mas também uma importante fonte de registro histórico e até mesmo de evidência diante de hipóteses lançadas pelos interlocutores. Aliás, o contrário também ocorre.

Ao iniciar a pesquisa encontro o primeiro problema: a dificuldade em acessar o acervo dos jornais dos quais necessitava do arquivo. Por conta disso, precisei me tornar assinante do *Jornal o Globo* em que também teria acesso ao *Jornal Extra*, pertencente ao mesmo grupo. Não foram encontradas matérias sobre Pedrinho Maluco, William e Aldemar nesses jornais. Diante da especificidade do período, utilizei palavras-chave que se conectassem diretamente ao meu objetivo. Por exemplo, buscar por "Liga da Justiça" no acervo gerava resultados menos detalhados do que pesquisar pelos nomes de integrantes específicos, como “Jerominho”, “Natalino” ou “Batman” (Ricardo). Essa abordagem também permitiu encontrar mais detalhes sobre a própria Liga da Justiça. Além disso as palavras-chaves, eram adaptadas a um período específico e até mesmo histórico. Entre 1998 e 2005 a palavras-chaves que me trouxeram melhores resultados foram Jerominho e Alerj. Com elas pude acessar naquele momento os interesses institucionais incipientes de Jerominho e sua aproximação com Aldemar. Entre os anos de 2004 a 2005, período que o termo “milícia” inicia sua menção nos jornais, poucas foram as vezes que aparecia associada aos nomes de Jerominho e Natalino, Liga da

Justiça nem sequer ainda aparecia. Esta tem sua primeira aparição em 2007. E desde então só aumentou, e muitas das vezes sendo associada à milícia e a Jerominho.

A associação geral, que nesse sentido facilitou minha busca, decorre entre os anos de 2007 e 2010. Nesse período colocar na busca do acervo qualquer uma dessas palavras (Jerominho, Liga da Justiça e Batman) nos resultados continham matérias sobre todas elas. E nesse caso, o Batman mencionado era sempre o Ricardo. E aqui cabe uma observação interessante sobre esse aspecto. O nome de Aldemar só aparece como resultado das palavras-chaves Jerominho e Alerj entre os anos de 1998 e 2005. Acreditando ter melhores resultados usando o nome Aldemar como palavra-chave na busca do acervo, o resultado não se concretizou. Isso me instigou uma dúvida até o encerramento da pesquisa, por causa dela mesma revelar a importância de Aldemar para o território que incluía o bairro de Cosmos e mesmo para o surgimento do grupo armado Liga da Justiça. Com um pouco de diferença, o mesmo acontece com o nome de Toni Ângelo, que neste caso apareciam poucas matérias sobre ele. E como será visto mais a frente, também, Toni Ângelo era uma figura a importante para os desdobramentos do grupo.

Além dos jornais já mencionados, consultei o acervo do Jornal do Brasil por meio da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Nessa fonte, utilizei o nome "Pedrinho Maluco" como palavra-chave, o que permitiu localizar matérias específicas sobre ele. A pesquisa, no entanto, também revelou conexões com temas mais amplos, como a situação da então favela do Vilar Carioca e o fenômeno da "indústria do sequestro", marcante no início dos anos 1990. As reportagens descreviam essa prática como uma forma de arrecadação de recursos do Comando Vermelho, o que direcionou a investigação para lideranças armadas e notórias da época, como o próprio Pedrinho. É importante ressaltar que, embora o Comando Vermelho já existisse, nem todos os envolvidos na "indústria do sequestro" necessariamente pertenciam à facção, ainda que algumas matérias fizessem essa associação.

A segunda questão envolvendo os jornais refere-se a construção, nomeação e conceituação contidas nas reportagens. A todo momento, as matérias de jornais, principalmente as chamadas páginas policiais, tentam lançar mão de algum termo que sintetize a descrição do fato (objetivo) para que seja utilizado sempre que se tratar de situações semelhantes. Em repetidas ocasiões os/as jornalistas nem sequer visitaram o local da cidade em que o fenômeno estaria ocorrendo, para assim ouvir como as pessoas

que moram naquela localidade estariam lidando com o fenômeno. Qual sua percepção? Como enxerga determinada situação? Desta forma, a discrepância entre realidade e o registro narrativo oferecido pelos jornais ficaram tão evidentes que não pude ignorar e tratar rapidamente neste trabalho. Essa noção também foi possível por ser morador local podendo notar assim a ausência das narrativas do território.

Por outro lado, a ação pode ser interpretada como pragmática, à luz do conceito de "universo simbólico" proposto por Berger e Luckmann (2004) quando analisam a construção social da realidade. Esse universo é composto por significados que, embora socialmente construídos, são experimentados como subjetivamente reais. Tais universos possuem uma história própria, que determina em grande parte como os fatos objetivos são significados. No contexto da vida cotidiana, o universo simbólico oferece níveis de integração que dotam a experiência (individual) de sentido. Dessa forma, os processos simbólicos são, em essência, processos de significação, um fenômeno que se manifesta quando jornais e jornalistas abordam determinados fatos. Para Berger e Luckman a realidade social é produzida por meio de um processo dialético composto por três momentos fundamentais: externalização, objetivação e internalização. Nesse sentido, pode-se compreender a mídia como um agente de objetivação de produções simbólicas e ideológicas, que passam a se apresentar como fatos sociais. Portanto, marcará presença ao tratarem de grupos armados e as milícias. Ou seja, a apreensão ou interpretação imediata de um acontecimento objetivo, dotado de sentido torna-se subjetivamente significativo para quem o interioriza[29].

As discrepâncias tornaram-se tão recorrentes que dificilmente pude acessar alguma outra forma de abordagem do mesmo fenômeno (realidade objetiva). Parecia que estes jornais possuíam o monopólio da narrativa. Isso aconteceu, com os termos “Milícia”, “Liga da Justiça” e “Escritório do Crime”. Foram termos precários conceitualmente, quando não ausente de qualquer definição que correspondesse a realidade de suas bases. Acabou tornando-se algo que muitos sabiam do que estavam falando, mas que quase ninguém saberia definir precisamente. É por isso que como

[29] Em A Construção Social da Realidade (2004), Peter L. Berger e Thomas Luckmann apresentam uma teoria sociológica do conhecimento que analisa como a realidade social é produzida, mantida e transformada nas interações humanas. Para os autores, a realidade da vida cotidiana não é natural ou dada, mas socialmente construída por processos históricos, simbólicos e intersubjetivos. A linguagem ocupa papel central nesse processo, ao organizar experiências, estabilizar significados e possibilitar a transmissão do conhecimento social. As instituições resultam da habitualização das ações e são legitimadas por sistemas simbólicos, enquanto o conhecimento cotidiano (senso comum), assim como o científico, é fundamental para a manutenção da realidade social.

pesquisador, optei em seguir um caminho diferente e olhar com crítica e cuidado o uso destes termos. Como tarefa do pesquisador, problematizei o uso conceitual e analítico destes termos tanto em jornais quanto em trabalho de pesquisadores e assim oferecer uma alternativa analítica. Espero ter alcançado este objetivo.

E por fim, não menos importante, para melhor esclarecer a proposta deste trabalho, recorri a produção espacial em que o fenômeno ocorre, isto é, mapas de bairros e territórios da Zona Oeste e, portanto, do fenômeno. Parto de um problema espacial muito frequente no tratamento com os bairros da Zona Oeste do Rio de Janeiro. Para quem é de fora, e como observei acima, a abordagem das milícias era realizada na sua maioria por quem não visitava e nem experienciava a região, mas com vantagens narrativas, como os jornais por exemplo. Com isso, para esses segmentos a Zona Oeste e seus bairros eram um "não lugar[30]" em suas menções. Vargas (2020) aponta para o aspecto racial embutido nesse tipo de tratamento quando afirma que "antinegritude torna não lugares todos os espaços marcados pela negritude: espaços físicos, espaços metafísicos, espaços ontológicos, espaços sociais. A antinegritude, portanto, define a não pessoa, o não lugar". Desta forma, produzir mapas pela ferramenta (software) QGis[31] demonstra a superação das dificuldades em conhecer uma outra geografia da cidade há muito tempo negligenciada pela sociedade carioca. Portanto, este aspecto também configura um ajuste de contas, porém, espacial.

[30] Há uma exaustiva e polêmica discussão teórica na geografia sobre o "Não-Lugar". Pra esta ocasião utilizarei o debate realizado por Marc Auge (2005): "Se um lugar se pode definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode definir-se nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico, definirá um não-lugar. O lugar e o não-lugar são antes polaridade fugidias: o primeiro nunca é completamente apagado e o segundo nunca se consuma totalmente – palimpsestos nos quais se reinscreve sem cessar o jogo misto da identidade e da relação".

[31] Software de Geoprecessamento e Georreferenciamento de dados.

Capítulo 1: A Acumulação Social (Racial e Territorial) da Violência na Construção dos Territórios Violentos e Militarizados na Zona Oeste do Rio de Janeiro.

1.1 – Evolução Urbana da Zona Oeste do Rio de Janeiro e a Formação de Territórios Racializados e Violentos.

O desenvolvimento urbano do Rio de Janeiro carrega uma marca histórica de segregação espacial e desigualdades, especialmente nas áreas mais distantes do núcleo central da cidade. Este processo começou com o surgimento dos subúrbios e favelas na transição do século XIX para o XX e se perpetuou ao longo do século XX, estendendo-se até os dias atuais na região da Zona Oeste da cidade e em outras localidades e mesmo nas proximidades da área central. Por conta disso construiu-se um padrão de estrutura socioespacial e urbana indicando ao mesmo tempo um padrão estritamente social correspondente a um tipo de ocupação urbana, ou seja, determinando tipo específico do perfil populacional ao tipo de espaço ocupado por diferentes grupos sociais, portanto, é possível destacar uma urbanização social e territorialmente seletiva (Santos, 2020). Desde a colonização como ponto de retrospecto histórico de ocupação espacial brasileiro, mostra que o pensamento e o espaço sempre se orientam predominantemente pelas atividades econômicas e de "distribuição" de renda (Castro, 1979, p. 71). Este fato pode ser explicado por diferentes eixos teóricos e metodológicos: a) acesso e mobilidade no espaço urbano; b) o papel do Estado a partir de suas políticas públicas e, neste caso a sua destacada negligência ou mesmo através da regulação e regularização fundiária; c) o mercado imobiliário e; d) a questão da habitação[32].

Essa lógica de segregação urbana prevaleceu até a década de 1980, quando a distância social se traduzia também em distanciamento político e ocupacional no uso do solo. Na Zona Oeste, essa segregação se manifestava por meio de ocupações espontâneas e planejadas em loteamentos (lotes urbanos ou populares) e conjuntos habitacionais, atrelada ao agravamento do empobrecimento da classe trabalhadora, como resultado da desvalorização salarial, instabilidade no emprego, dificuldades de

[32] Cada uma destas razões permitiria uma longa análise teórica, social, política e metodológica, todavia, deixaremos para outra oportunidade.

endividamento a curto prazo, superexploração da força de trabalho entre outros. Sintomas da crise econômica da década de 1980. Neste período, era possível delimitar claramente as fronteiras geográficas entre o centro e a periferia, entre ricos e pobres.

Em certa medida, essa interpretação ainda persiste, especialmente quando se observa o acesso a serviços e as condições de circulação na cidade do Rio de Janeiro, como no caso da mobilidade urbana. Nesse contexto, a Zona Oeste pode ser caracterizada como uma localidade com ausência de precisão na configuração espacial da cidade[33]. A região pode ser definida, conforme a perspectiva adotada, como região, território ou lugar, mas, de modo geral, trata-se de uma área frequentemente delimitada sem critérios sociais e políticos consistentes, o que favorece interpretações imprecisas e enviesadas. Assim, a produção do espaço urbano da Zona Oeste resulta da atuação de diferentes atores e dos discursos que disputam sua definição. Uma produção do espaço capitalista no geral, porém com as particularidades da formação social brasileira e sua relação de dependência. Telles (2010) vê este fenômeno como uma característica do capitalismo produzido no Brasil, figurando as relações entre o “arcaico” e o “moderno”, entre o formal e o informal, de tal modo que práticas e tradições populares operam como um prisma que esclareceu as relações entre a superexploração da força de trabalho e as formas selvagens (incluindo violência) de urbanização ou, então, para o que então se convencionou chamar de urbanização por expansão de periferias. Ermínia Maricato (1995) pontua que:

> A evolução urbana no Brasil contrariou a expectativa de muitos, da superação do atraso, do arcaico e da marginalidade, pelo moderno capitalista. O processo de urbanização, acelerado e concentrado, marcado pelo "desenvolvimento moderno do atraso", cobrou, a partir dos anos 80, após poucas décadas de intenso crescimento econômico do país, um alto preço, através da predação ao meio ambiente, baixa qualidade de vida, gigantesca miséria social e seu corolário, a violência (Maricato, 1995, p. 31).

[33] Interessante destacar nesse aspecto a questão racial na conformação deste não lugar debate João Vargas (2020): As palavras, que denotam espaços sociais geograficamente delimitados, são imediatamente associadas à negritude, e assim os tornam lugares saturados de características negativas, poluídas e ameaçadoras: *não lugares*. A pessoa negra não somente é desprovida de ontologia, mas é desprovida de lugar. Ela está sempre fora do lugar, seja lá qual for o lugar. Isso quer dizer que a antinegritude define também o lugar da pessoa moderna, da Humanidade, sempre presente e sempre localizada. (Grifo nosso)

Feltran (2007) analisa um processo parecido na periferia de São Paulo. Porém, seguindo a chave de uma construção democrática brasileira a partir do Movimento em Defesa das Favelas. Ele vai apontar que no processo de urbanização das periferias de São Paulo os movimentos sociais foram importantes protagonistas no acesso aos direitos sociais e espaciais, como regularização fundiária, habitação, iluminação pública, assistência social etc. Nos 1970 e 1980 esses movimentos junto com a prefeitura conseguiram amenizar temporariamente as desigualdades espaciais a partir de ações inclusivas ao inserirem esses atores nos processos de formulação de ações e projetos para a periferia de São Paulo. No entanto, com o passar dos anos, integrantes dos movimentos sociais de favela e periféricos foram se institucionalizando e burocratizando suas demandas em que as disputas foram encontrando mais dificuldades para serem implementadas. Os anos de 1990 foi a década em que os movimentos de favela e periféricos foram perdendo seu protagonismo, chegando a mudar de caráter: de movimento de favela para apenas movimento de moradia. Já nos anos 2000, a urbanização, sem o papel desses movimentos e com a ascensão de novos habitantes nas periferias, a violência começa a assumir o protagonismo na mediação das demandas sociais e espaciais, e, portanto, novos atores também se estabelecem nesse novo cenário, como os grupos armados e facções, porém com menor legitimidade frente aos antigos movimentos de favelas[34].

Até a década de 1970, por exemplo, a Zona Oeste era referenciada como área rural, cuja referência espacial era o "Sertão Carioca" por cumprir um papel na divisão socioespacial do trabalho. A Zona Oeste era o espaço onde se exercia a agricultura, principalmente Campo Grande e Guaratiba. Pós década de 1950, por conta do processo de urbanização que avançava, algumas referências espaciais aparecem tanto nas pesquisas, literaturas e até mesmo na noção popular[35] de espaço. "Zona Oeste: periferia suburbana" (Bernardes, 1961, p.81); "Periferia Metropolitana" (Lago, 1995, p. 5).

A década de 1980, sinalizada por uma profunda crise econômica, resultou em uma reestruturação produtiva que impactou diversos segmentos sociais e o Estado. Conhecida como a "década perdida", essa reconfiguração também deixou marcas

[34] No caso da Zona Oeste, enquanto realizava pesquisa para minha tese, não encontrei pistas e nem tempo para aprofundar se a região passou por um processo semelhante, ou seja, buscar outros atores (movimentos sociais) com papel no processo de urbanização periférico.

[35] Segundo Soares (1962) a noção popular de bairro é muito mais geográfica, mais rica e mais concreta. Ela se baseia em um sentimento coletivo dos habitantes, que têm a consciência de moraram em tal ou qual bairro.

profundas na produção do espaço urbano e na reprodução material da vida da população mais pobre e negra, tanto no Brasil quanto na cidade do Rio de Janeiro. Novos padrões de desigualdade socioespaciais emergiram, transformando significativamente a estrutura urbana e a paisagem das cidades (Lago, 2012, p.11).

> "A cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico, de que é o suporte, como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é somente um modelo socioeconômico vigente, mas também, do modelo espacial (Santos, 2020, p. 10)

Grosso modo, o centro do Rio do Janeiro e suas imediações ocupadas por uma classe média se concentraram no que havia de mais moderno, a construção de edifícios e apartamentos[36], enquanto na periferia e subúrbios uma produção habitacional seletiva, ocupada por uma população pobre e negra expulsa das favelas e de habitações precárias do Centro, Zona Sul e na Zona Norte da cidade[37]. Este dado, importante observar, quando se analisa a Zona Oeste contemporânea, a relação que possuem com processos anteriores que muito ajudam a entender alguns fenômenos atuais, como moradia e violência por exemplo. Portanto, um dos esforços desta seção será analisar os nexos entre urbanização seletiva e desigual, questões da racialidade envolvidas nessa dinâmica e violência que passa de um elemento subjetivo para tornar-se estruturante.

Durante às décadas de 1950-60-70 a ocupação da Zona Oeste se dava principalmente através de políticas de regulação fundiária (loteamentos) via Estado ou mesmo de forma espontânea e irregular[38]. Por meio do Estado o acesso à moradia, e portanto, à casa própria ocorria pelo SFH (Sistema Financeiro de Habitação)[39] e pelo

[36] Este movimento também ensejou um novo padrão de verticalização de bairros até então desvalorizados como Jacarepaguá, Vila da Penha e Méier. Portanto, a década de 1980 passou por momentos de expansão e crise do setor imobiliário.

[37] Ao mesmo tempo que não se pode generalizar, até porque no final da década de 1970 alguns bairros mais longínquos e distante dos interesses dos grandes construtores/incorporadoras, começam a experimentar uma mudança na ocupação fundiária principalmente por pequenas e médias incorporadoras. Condomínios fechados, verticais e horizontais começam a fazer parte da paisagem urbana da Zona Oeste do Rio de Janeiro. O bairro de Campo Grande segue essa premissa espacial.

[38] Antes destas intervenções o que se tinha de acesso à moradia enquanto política pública era o FCP (Fundação da Casa Popular) de 1946. Além de contribuir com acesso à casa própria, o FCP também ajudava com infraestrutura urbana. Estas formas de acesso à moradia também eram reconhecidas como formas de habitação popular.

[39] A fim de garantir fontes estáveis e permanentes de financiamento, criou-se o Sistema Financeiro da Habitação (SFH), que utilizou poupança tanto compulsória (FGTS) quanto voluntária (caderneta de poupança/letra de câmbio). Da mesma forma, para evitar a descapitalização do Banco, como ocorreu com seus predecessores (Fundação da Casa Popular e carteiras imobiliárias dos institutos de aposentadoria), instituiu-se uma "moeda forte" imobiliária (unidade-padrão de capital, UPC), sobre a qual se baseiam todas as operações realizadas, e institucionalizou-se a correção monetária das prestações e dos saldos devedores dos mutuários finais (Azevedo, 1988, p. 109).

BNH (Banco Nacional de Habitação)[40]. Mesmo com políticas direcionadas ao processo de ocupação desta região, em termos de alcance, o propósito se configurou como insuficiente para atender a demanda da questão da moradia. Enquanto aparelho institucional consolidado o BNH possuía um caráter de provedor do desenvolvimento urbano com foco nos pobres da cidade. O interessante era que não atuava apenas restrito a questão da moradia, mas também oferecendo saneamento básico, abastecimento de água, material de construção, transporte etc.

Apesar dos esforços realizados, o Banco Nacional da Habitação não conseguiu atender de forma satisfatória os setores de renda mais baixa por meio de seus programas. "O público-alvo do Banco eram as famílias de renda mensal entre um e três salários mínimos" (Azevedo, 1988, p. 112). O cenário agravou-se com a crise econômica que se intensificou no final da década de 1970 e se estendeu ao longo dos anos 1980. Ao mesmo tempo, a política de arrocho salarial imposta pela Ditadura Civil-Militar afetava profundamente a classe trabalhadora, que dependia das políticas estatais para acessar a moradia própria.

Além disso, apesar da implementação de políticas públicas de habitação popular, o Estado enfrentou grandes dificuldades para cumprir as promessas relativas à oferta de infraestrutura urbana. Muitos locais destinados à construção de moradias populares, loteamentos e conjuntos habitacionais sofreram com problemas graves de infraestrutura e atrasos na conclusão ou na entrega das obras, deixando diversas construções inacabadas e abandonadas, que, ainda assim, foram ocupadas pela classe trabalhadora pauperizada.

Portanto, a chamada evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro possui como elemento estrutural uma crise de habitação em que ao longo do espaço-tempo nunca despertou uma preocupação efetiva do Estado para ser resolvida. As ações tomadas se limitavam a apenas intervenções pontuais ora mal projetada, ora violenta através de remoções forçadas[41]. Nesse sentido, tanto loteamentos quanto favelas atuavam como

[40] Criado em 1964 pela Ditadura Civil e Militar, tinha por objetivo substituir o FCP, porém, na prática possuía quase as mesmas características. Segundo Azevedo (1988, p.104) "A motivação principal para a criação do Banco Nacional da Habitação foi de ordem política. Segundo os mentores do BNH, o desempenho marcante na produção de casas populares deveria permitir ao regime militar emergente obter a simpatia de largos setores das massas que constituíram o principal apoio social do governo populista derrubado em 1964."

[41] Sobre este processo, vai dizer Lage (2001): "Segundo Santos (1978), 175.800 pessoas haviam sido removidas até 1968, mas foi a partir desse ano, até 1973, que o programa foi mais sistemático e intenso. Vale mencionar o caráter seletivo de tal política, na medida em que 70% dos domicílios removidos

problema social e racial e ao mesmo tempo como "solução" habitacional para uma cidade em processo de enquadramento ao modelo capitalista geral de produção do espaço urbano, caracterizado por um capitalismo dependente, sobretudo[42].

Os loteamentos perfizeram a principal forma de acesso à moradia e a casa própria na Zona Oeste da cidade. Era uma periferia metropolitana que surgia como alternativa ao crescimento das favelas[43]. Seguindo a dinâmica urbana referenciada pelos conjuntos habitacionais ou mesmo bairros que possuíam uma certa infraestrutura confusa e inacabada, com serviços e comércio etc. Portanto,

> Nesse período, o loteamento periférico, com baixos investimentos em infraestrutura e comercialização a longo prazo, tornou-se o principal meio de acesso dos pobres à casa própria. Com efeito, houve o redirecionamento dos fluxos migratórios intra e intraregionais para essas novas áreas, especialmente os oriundos do próprio município do Rio de Janeiro, o que gerou a diminuição do número de migrantes na capital (Lago, 2001, p. 34).

As favelas retomam o crescimento na década de 1980[44], agora associada à crise política e econômica que marca o período, mas também por conta de os poderes municipais e estaduais iniciarem tímidas formas de reconhecimentos legais das favelas e loteamentos irregulares. A demanda populacional por moradia era volumosa, muitos trabalhadores, negros e pobres se aprofundavam em uma situação de miserabilidade em que a opção de habitação se limitava entorno dos loteamentos clandestinos e irregulares e favelas, já que, os programas de acesso à moradia haviam sido reduzidos por causa da crise. O Estado viu-se condicionado a reconhecer que o processo de urbanização característico da cidade do Rio de Janeiro se daria nesses termos. Sendo assim, permite que a população mais pobre comece a tomar posse do solo urbano, ainda que sem infraestrutura, participação ou proposta mínima de ocupação e planejamento. Apenas a garantia de moradia própria mínima. Com efeito, essa expectativa de melhora de vida

---

localizavam-se na Zona Sul, Tijuca e Méier. O resultado foi a perda de representatividade das favelas da Zona Sul: se, em 1950, 25,4% da população favelada estava na Zona Sul, em 1970 apenas 9,6% ainda residiam na área (Castro, 1979).

[42] Na passagem do século XIX para o XX, aponta Castro (1979), baseado em uma distribuição residencial da cidade no ano de 1870, que Campo Grande seria ocupada por uma população de lavradores pobres e comerciantes e uma minoria ex-escrava. Enquanto Guaratiba será ocupada por uma população predominantemente ex-escrava.

[43] Lago (2001) aponta que durante a década de 1970 a população carioca e favelada decresceu significativamente. No período de 1950-60 a população carioca cresceu 3% ao ano, enquanto a favelada 7%. Na década de 1970 os percentuais diminuem para 1,8% e 2,5% respectivamente. A mudança da capital federal para Brasília explica o caso da cidade do Rio de Janeiro deixar de ser o atrativo do fluxo imigratório de outras localidades. Já a favelada, explica-se pela generalização dos loteamentos periféricos como principal fator de acesso à moradia.

[44] Na passagem do século XIX para o XX se deu principalmente pela crise de habitação.

via acesso à moradia própria vira um fator importante para a retomada do crescimento das favelas. Na Zona Oeste, por exemplo, segundo o censo demográfico do IBGE de 1991-96[45], apresentará um crescimento anual de 3,4% de favelas contra 1,3% de não favelados.

Ambos os tipos de crescimento urbano são fundamentais para a análise proposta, pois, naquele contexto, ainda não havia uma distinção clara entre favelas e loteamentos irregulares (ou populares). Uma hipótese plausível é que, no Rio de Janeiro, a identidade espacial das favelas esteve historicamente associada a morros e encostas. Contudo, na Zona Oeste, essa configuração geomorfológica se modifica, uma vez que muitas ocupações ocorreram em áreas de terreno plano. Esse fator ajuda a explicar, em parte, por que alguns conjuntos habitacionais foram posteriormente reconhecidos como bairros, enquanto outros passaram a ser classificados como favelas.

Outro aspecto relevante refere-se às diferenciações sociais relacionadas às formas de sociabilidade e às dinâmicas de relação entre centro e periferia. Desse processo resulta uma configuração particular de ordenamento socioespacial, na qual a periferia (representada pela Zona Oeste) passa a se distinguir do centro e de suas áreas adjacentes. À medida que o abandono estatal e a precariedade acompanham as transformações sociais e espaciais dessa região, multiplicam-se estratégias de sobrevivência que se manifestam na oferta informal de serviços, como coleta de lixo, transporte, iluminação e lazer, além das carências em saneamento básico e segurança pública.

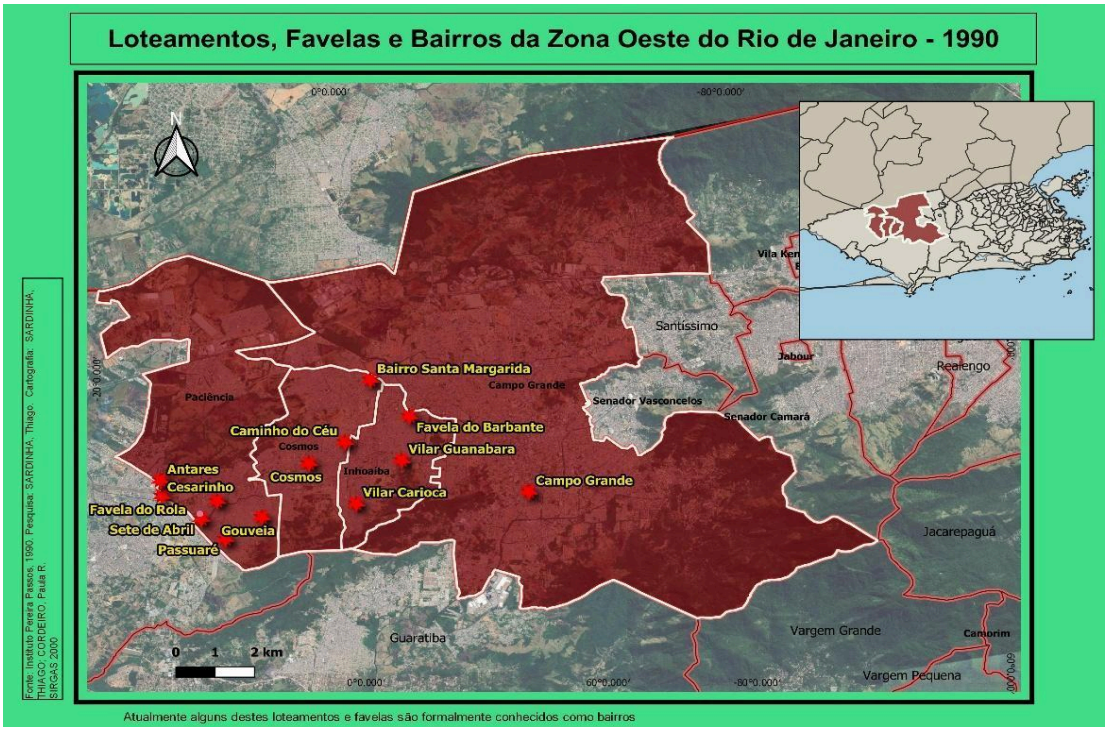
Nesse contexto, observa-se também a formação de lideranças locais armadas que recorriam à violência como forma de mediação das condições precárias de vida nesses espaços. Antes do recurso sistemático às armas de fogo, a valentia e a força física eram mobilizadas conforme as circunstâncias exigiam. Paralelamente, mercados ilegais passaram a se estruturar a partir dessa mesma dinâmica e, embora inicialmente de forma incipiente, diversificaram-se e se expandiram ao longo do tempo e do território, tornando-se elementos estruturais da dinâmica social e econômica dessa parte da cidade.

É dessa maneira que, favelas, loteamentos e bairros se constituíram como territórios dominados por lideranças locais armadas, tema que analisarei adiante com mais cuidado. A Favela do Rola (bairro de Paciência) é um exemplo emblemático desse

[45] Censo demográfico do IBGE de 1996. Visitado em: 03/09/2024.

processo, assim como a Favela do Antares. Outras, que receberam o reconhecimento de bairro, como Vila Carioca, Vila Guanabara, Vila São Jorge se juntam ao mesmo processo; os Loteamentos Cesarinho e Passuaré I e II (Gouveia); Caminho do Céu, Santa Margarida etc. também perfazem (Mapa 1) essa lógica.

Mapa 1 - Loteamentos, Favelas e Bairros da Zona Oeste do Rio de Janeiro 1990.



Fonte: Instituto Pereira Passos. Elaborado por SARDINHA, Thiago; CORDEIRO, Paula R. 2025.

Todos esses elementos integram o processo de ocupação da Zona Oeste do Rio de Janeiro. Em razão desse padrão específico de desenvolvimento urbano[46], articulado a formas particulares de organização social que o acompanham, é possível definir esse processo como uma espécie de acumulação socioespacial da violência. A Zona Oeste passou, assim, a concentrar uma modalidade própria de violência criminal, marcada por uma pretensão difusa de legitimidade, por justificativas de ordem cultural e espacial e por uma explicação de natureza histórica (Misse, 1999, p. 17).

Dedicar esta parte do trabalho para examinar o processo de ocupação espacial é necessário para que o fenômeno seja referenciado espacialmente, algo que no geral é

[46] "Em cada área, há uma « história » local de eventos, personagens e feitos, como há também, na cidade, uma história jornalística que interliga personagens da polícia e do crime, do jogo do bicho com a história das escolas de samba, da malandragem com o samba, da cocaína com crimes envolvendo personagens da elite, enfim, histórias que se conectam num objeto comum que é representado como o submundo carioca, um submundo em ampliação constante". (Misse, 1999, p.19).

ignorado quando se analisa a região da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. A partir da referência geográfica é possível reconhecer diferenças locais significativas, que possuem processos gerais e particulares de acumulação social na trajetória do desenvolvimento urbano. Colocar em pauta os bairros, territórios e regiões pelo olhar de quem experiencia com mais afinco ajuda a não seguir um caminho da generalização ao identificar/relacionar fenômeno com o bairro (território). Portanto, demarcar com precisão a localidade e sua respectiva identidade espacial reconhecida e consolidada por aqueles que mais usam é fundamental para que não haja um distanciamento geográfico e social quando determinados processos sociais são tratados. Outro ponto importante a ser destacado é sobre o desafio de mobilizar elementos a partir de olhares mais próximos para que se tenha uma noção das notórias diferenças de processos que envolvam violência, controle e domínio territorial. Pois se estamos cogitando os processos de desenvolvimento geográfico desigual, estes também se manifestam na esfera da violência e na escala territorial.

Nesses termos, ao examinar o processo de ocupação seletiva da Zona Oeste do Rio de Janeiro, observa-se que o papel do Estado assume uma forma específica de atuação, marcada não por ausência absoluta, mas por uma presença que pouco se compromete com a oferta de condições mínimas para a constituição do espaço urbano, como o saneamento básico, por exemplo. Não se trata, portanto, de comparar essa realidade a um tipo ideal de urbanização observado em outras áreas da cidade, até porque esse modelo ideal raramente se concretiza. Tal idealização baseia-se em expectativas normativas sobre o modo como o Estado deveria atuar na implementação de padrões urbanos.

Dessa forma, a análise proposta privilegia a compreensão do espaço urbano tal como ele é produzido em meio às suas próprias contradições, seja nos aspectos da sociabilidade, seja nas dimensões jurídicas, políticas e sociais. Tradicionalmente, presume-se que o Estado deva garantir, de forma imparcial, direitos e deveres, incluindo o acesso à moradia para as populações de baixa renda e o planejamento habitacional adequado. Contudo, na Zona Oeste, a atuação estatal, pautada formalmente por expectativas de imparcialidade e eficiência, ocorreu de modo distinto das relações efetivamente constituídas no território.

Essa discrepância pode ser entendida como um dos fatores que favorecem a criação de “saídas de emergência” sociais, nas quais se confundem regra e exceção,

centro e marginalidade. A totalidade social e espacial resultante dessa dinâmica conforma a estrutura urbana tal como ela se apresenta, produzida a partir de múltiplas determinações e sobredeterminações históricas.

Essa perspectiva serve para interpretar situações de violência. Espera-se que o Estado, a partir de uma interpretação da teoria política moderna, deveria garantir o monopólio legítimo da violência sendo guiado apenas por práticas legais e éticas no exercício da força. É somente o Estado quem poderia recorrer a qualquer ferramenta baseada na força e na violência. Entretanto, o que se viu até então, foi que sim, o Estado sempre demonstrou sua capacidade mobilizadora de todo seu aparato violento através do uso da força, principalmente em localidades determinadas pela própria forma social específica do Estado se constituir: favelas, loteamentos, conjuntos habitacionais, periferias etc. lugares em que é historicamente ocupado por um contingente social posicionado na escala inferior da estrutural social do processo modernizador atravessado ao mesmo tempo por uma de racialização. Todavia, mesmo por toda produção gerada pelo uso presumido do monopólio legítimo da violência, ele não é pleno em termos de práticas engendradas na formação social brasileira. Nesta tradição forjada, o Estado, embora tenha a maior capacidade de exercer a violência, nunca foi o único. É por isso que Misse (2008) tem razão quando afirma:

> O problema é que, no Brasil, o Estado nunca conseguiu ter completamente o monopólio do uso legítimo da violência, nem foi capaz de oferecer igualmente a todos os cidadãos acesso judicial à resolução de conflitos. O que significa que o Estado brasileiro não deteve, em nenhum momento, a capacidade de ter o monopólio do uso da força em todo território, nem o de ser capaz de transferir para si a administração plena da Justiça. Ao dizer isso, eu estou afirmando que sempre restaram espaços e, portanto, sempre restou uma incompletude no processo de modernização do país, que atingiu tanto o Estado quanto a sociedade, e que é, em parte, responsável pelos efeitos de violência que nós estamos assistindo hoje (Misse, 2008, p.4).

Em consequência disso, é que a violência será um recurso geral utilizado também no âmbito privado, em escala empresarial e mesmo interpessoal. Violência e contra violência serão entes cotidiano entrelaçados nesta forma social na qual a sociedade brasileira foi formada[47]. É por conta disso, que não somente o Estado de forma legal e ilegal, indivíduos e grupos armados, lideranças locais armadas,

[47] Seguindo a perspectiva de Maria Sylvia de Carvalho Franco (1997) em "O Código do Sertão", onde a violência, as rupturas e as tensões são entendidas como elementos constitutivos das relações comunitárias, analiso a particularidade da Zona Oeste do Rio de Janeiro e o papel central que a violência assume em suas dinâmicas sociais.

justiceiros[48] etc. recorrem à violência para a estruturação de agências simbolizando estratégias de sobrevivência como qualquer outra que esteja ao iminente alcance. Neste caso, porém, há que destacar que o uso da força é difundido e mobilizado também para além das questões de sobrevivência, como a ela se recorre mesmo quando estão em jogo meios de vida inteiramente prescindíveis (Franco, 1997). Ou seja, a violência serve como uma espécie de metodologia para ordenamento territorial e, portanto, das relações sociais.

Com o passar do tempo ela é transferida para as relações de vizinhança, incorporada com certa regularidade eclodindo de circunstâncias diferenciadas tornando-se parte de um *ethos* e assumindo um caráter costumeiro. Barreira (2002) analisando a pistolagem e a vingança afirma que "a pistolagem surge como uma opção possível para se ter uma melhor condição econômica." Já Machado da Silva (2004) vai dizer que "a violência urbana está no centro de uma formação discursiva que expressa uma forma de vida constituída pelo uso da força como princípio organizador das relações sociais" (Machado da Silva, 2004, p. 59).

Nesse sentido, é que para a próxima parte do trabalho mobilizarei as análises e conceitos elaborados por Michel Misse para auxiliar no exame de Acumulação Social (Racial e Territorial) da violência no contexto da Zona Oeste do Rio de Janeiro. Pretendo estabelecer diálogos francos ao considerar os limites destas elaborações do professor, mas ao mesmo tempo esgotar toda contribuição possível para entender o fenômeno da violência e grupos armados.

[48] É importante salientar, desde já, que Justiceiros e Lideranças Armadas Locais constituem categorias distintas, as quais serão examinadas neste trabalho. O elemento central para diferenciá-las reside na origem e no vínculo com a comunidade: as Lideranças Armadas Locais eram nativas e criadas nas localidades onde atuavam, gozando, portanto, de um contato direto com os moradores. Esse perfil contrasta com o dos justiceiros, muitos dos quais eram agentes das forças de segurança e, por isso, não compartilhavam da mesma inserção comunitária. Para uma análise aprofundada da atuação dos justiceiros, consultar Silva (2004). Fernandes (1992) destaca que a trajetória do justiceiro passa pela agência da Polícia Militar.

A Acumulação Social da Violência[49], abordada por Misse (1999), traça um panorama geral da violência criminal no Rio de Janeiro. Esse estudo se destaca por seu esforço em analisar as especificidades dessa violência[50], explorando suas diversas formas de representação e seus impactos sociais na cidade. Afinal, grupos armados operadores de diferentes mercados ilegais, lideranças armadas, justiceiros etc. estão presentes em outras regiões do Brasil e em outras cidades do mundo, contudo, ao que parece, no Rio de Janeiro, somente, que se configura de uma forma a partir de uma acumulação social desdobrando em formas contemporâneas distintas[51], mas que pertencentes a uma mesma estrutura social desigual e complexa mediadora de ações. Portanto, acumulação social da violência refere-se aos tipos e tipificações de processos sociais violentos presente no espaço urbano e de sujeitos que vão se acumulando ao longo dos anos. Tipificações que estigmatizam o perfil social indesejado (sujeição criminal) da cidade em que ao longo do tempo recebe novos contornos subjetivos e explicativos, porém, sempre atrelado a uma certa hierarquia que o posiciona na parte mais rebaixada da estrutura social, formando assim uma acumulação de desvantagens para quem é associado a esta tipificação. No entanto, há elementos denotativos que acompanham estes diferentes entes e processos de interações sociais cotidianas, um de caráter geográfico e o outro racial. Dessa forma, além da posição inferior na estrutura

[49] "A noção de acumulação social da violência, que proponho neste trabalho, é um modo de lidar com essas dificuldades, num caso específico. Abdico de operar com um conceito de violência, qualquer que ele seja, e tomo-o como *referente* da representação social de um perigo, de uma *negatividade social* que é assimilada a uma seleção de práticas e agentes cujos cursos de ação, heterogeneamente motivados, carregariam seu signo uniforme. Refiro-me à representação de um poderoso fantasma social, ao seu crescimento quantitativo, à sua crescente abrangência e diferenciação, mas também às representações de seus tipos sociais, de sua localização urbana, de sua história, de seus motivos e do que é necessário fazer para destruí-lo. Refiro-me, por conseguinte, às mudanças na sociabilidade que acompanham essas representações e à definição de seus principais catalizadores em ciclos distintos: a desordem pública, a montante de saques e assaltos, a subversão e sua repressão, as mortes no trânsito, as incivilidades e, desde os anos 70, a montante de agressões, de feridos e de mortos decorrentes das tensões internas a vários mercados ilícitos, e das tensões desses mercados com as práticas policiais operadas na sua repressão ou resultantes da interligação clandestina com suas redes, que alcançará plena visibilidade pública no tráfico varejista de drogas nas favelas, conjuntos habitacionais e outras áreas de pobreza urbana da periferia do Rio de Janeiro, de São Paulo e de outras capitais brasileiras a partir dos anos 80" (Misse, 1999, p.46).

[50] "Não existe violência, mas violências, múltiplas, plurais, em diferentes graus de visibilidade, de abstração e de definição de suas alteridades. A violência é, em primeiro lugar, uma ideia, a tessitura de representações de uma idealidade negativa, que se define por contraposição a outra idealidade, positiva, de paz civil, de paz social ou de consenso, de justiça, de direito, segurança, de integração e harmonia social. É uma ideia constituída preventivamente, e aplicada retrospectiva e polissêmicamente a eventos, coisas, ideias ou pessoas que sejam representados como ameaças à sociabilidade integradora, ao social genérico. Uma fenomenologia ou uma dialética da violência detectaria em seu estatuto polissêmico um núcleo mínimo, elementar, básico, constituído por sua dimensão retrospectiva e preventiva." (Misse, 1999, p.43).

[51] "As diferenças, claramente existentes, se devem a especificidades de trajetória, origem, poder, prestígio, associadas à natureza da estrutura social." (Misse, 1999, p.28)

social de determinados sujeitos, ela se alia a outros fatores e sentidos quando o fator estrutural é insuficiente para explicar a sujeição.

O interesse de Michel Misse é acompanhar as transformações sociais ocorridas na cidade do Rio de Janeiro cujo impacto apontará para a constituição de mudanças sociais em que produzirá um conjunto de práticas sociais ligadas às esferas legais e ilegais, à violência (sem juízo de valor moral) e às sensações atreladas a sociabilidade formada a partir de um desenvolvimento urbano disruptivo capaz de produzir relações em que só são vistas em determinadas localidades, no pós década de 1950 no Brasil e mais especificamente no Rio de Janeiro (Região Metropolitana) e evidentemente em outros estados. Esta demarcação temporal, a qual enfatiza, refere-se à ruptura com a compreensão sociológica de violência até então presente na formação social brasileira. Ao que parece, violência era apenas mencionada antes da abolição, enquanto no pós abolição, imperava-se a concepção de povo cordial de um país pacífico. A noção de Misse sobre acumulação social da violência, portanto, possui um caráter amplo e ao mesmo tempo específico rompendo com a ideia de país pacífico, pois trata-se de uma cidade com referência nacional, no entanto, há do mesmo modo, uma distribuição geográfica desigual em que estas representações da acumulação social da violência se expressam, como bem descreve:

> Essa acumulação social da violência é medida pelo volume de mortes, de lutas e agressões, de roubos, assaltos e sequestros, pela insegurança em deixar uma filha andar à noite em seu próprio bairro, em deixar uma casa fechada, um apartamento num prédio sem porteiro, um veículo estacionado na rua. Os agentes dessa acumulação são representados, principalmente, como bandidos, marginais, vagabundos, traficantes. Mas também são acusados, principalmente nas áreas urbanas pobres, a polícia (especialmente a Polícia Militar), e os alcaguetes ou delatores (Misse, 1999, p.84).

Misse (2008) destaca, como primeiro indicativo de acumulação social da violência, dois marcos: um temporal, localizado no período pós-1950, e outro relacionado ao surgimento dos Esquadrões da Morte[52]. A partir da década de 1980 o destaque para a acumulação social da violência será o aumento da criminalidade violenta, muito abordado pela imprensa, principalmente. As páginas policiais adotam uma nova forma de abordar violência na cidade do Rio de Janeiro. A ideia é sugerir uma categoria analítica que fuja de olhares fragmentados e que se direcionam para aspectos

[52] Esquadrões da Morte é um grupo armado presente nos anos pós década de 1950. Este grupo armado terá uma importância chave na formação de outros grupos armados que atuam na cidade do Rio de Janeiro, inclusive as milícias. Trataremos deste contexto no segundo capítulo.

cumulativos da violência. Portanto, é necessário considerar estes aspectos do ponto de vista legal, sempre tendo a lei como horizonte ideal, mas também aquilo que não é legal, reconhecendo como dimensão determinante na sociabilidade, afinal, trata-se da dimensão pertencente a uma totalidade social interligada e importante para a estrutura e estruturação que se movimenta por relações de poder de diferentes posições. Esta movimentação possui práticas sociais que atravessam as dimensões legais e ilegais antes mesmo de serem atribuídas a cada uma delas. Deste modo, é muito mais indispensável primeiro entender as práticas sociais a partir da maneira que ela se organiza do que forçar um enquadramento teórico conceitual para em seguida defini-la. São processos complexos, repleto de imprevisibilidade social, mas capazes de construir formas concretas ingerentes no tempo e no espaço. Em outras palavras, um crime só é definido como tal perante a um aparato jurídico vinculado ao Estado, sobretudo, refletindo o período histórico de uma determinada correlação de forças sociais. Contudo, suas práticas, antes mesmo de tornarem-se crime, possuem demasiado lastro com base social ampla. Como veremos adiante, alguns sujeitos que exercem liderança armada local, não necessariamente são vistos como "bandidos" ou "criminosos" para a população local, mas uma espécie de mal necessário diante do que de pior possa acontecer para aquele território, assim, a figura armada dessa liderança local torna-se um "bandido pacificador" em que seu papel é, no limite, manter o equilíbrio do uso da violência sem exageros do ponto de vista da moralidade e da variedade do que para o senso comum signifique violência, por exemplo, recorrer a violência física que leve a morte de um estuprador é um tipo de violência necessária para que os moradores locais tenham a sensação das fronteiras da punição exemplar e a violência excessiva. E apenas a liderança armada local tem a "coragem" para realizar tal feito. Trata-se de uma construção social que com o passar dos anos vai sendo assimilada e constituindo como regra geral social de uma identidade assimilada em que mistura acusações e rótulos. Por outro lado, qualquer forma de controle violento relacionado à comercialização de drogas, como armamento pesado, consumo em locais abertos, disputa com outros grupos armados e operação policial, são exemplos do caminho da desaprovação de expressões de violência. Pode ser que este bandido pacificador sofra processos de criminação, incriminação via institucionalidade jurídica, porém não necessariamente a nível local. Segundo o referido autor, o processo de incriminação passa por três etapas. O primeiro momento define-se como Criminalização, que representa a passagem da norma moral para a lei positiva. Em seguida a ocorre a Criminação, processo de

construção social do evento como crime e por último, a Incriminação que busca o sujeito do evento e o rotula como criminoso. Seguindo esta definição, para ocorrer o crime é preciso, antes, que se intrerprete o evento como uma transgressão à lei e o crimine, isto é, que o faça passar da condição de transgressão moral para a condição de transgressão à lei, e desta para a esfera do dispositivo estatal de criminação, que iniciará o processo de incriminação pela localização do sujeito-autor e seu indiciamento.

No entanto, o que Misse destaca é que o processo de incriminação é marcado pelo que ele chama de sujeição criminal. Esta se define pela inversão do processo; quando a construção do crime e da incriminação é realizada a partir da construção de certos "tipos sociais", determinados a partir de estereótipos sociais.

Para compreender melhor o acúmulo social da violência, Michel Misse desenvolve conceitos e instrumentos analíticos que explicam esse fenômeno na cidade do Rio de Janeiro. Mais que meros conceitos, trata-se de processos históricos vivos, cuja presença ainda é identificável na atualidade, com numerosos exemplos que poderiam ser fartamente citados. São processos de criminação, incriminação e sujeição criminal e mercadorias políticas[53], que no geral, estão incluídos na modernização destacando-se o individualismo como principal valor moderno, tendo a normalização de determinadas condutas sociais como princípio de uma sociabilidade disjuntiva capaz de produzir novos parâmetros de força e poder. Tal dinâmica modernizadora tem efeito no processo de separação entre sujeito e subjetividade, porém, ainda atrelado a diferentes formas de regulação social. Esta regulação perpassa por elementos da economia, da política e da sociabilidade transportada de uma estrutura de exigência filiadora, mas que não há espaço para filiação daquele que não serve para a normalização modernizante porque nunca poderá ser incorporado a esta dita estrutura normalizadora. Portanto, forma-se um tipo ideal de estrutura social voltada apenas para segmentos sociais determinados. É por isso que Vargas (2020) acerta quando afirma que o processo modernizador, criador de uma antinegritude em que o negro não é parte desta construção, pois o ser moderno se define pela oposição do não ser negro. Assim uma

[53] Para Michel Misse (2006), o conceito de **"**mercadorias políticas" refere-se a bens, serviços ou vantagens que circulam em mercados informais ou ilegais, cujo valor não é econômico no sentido estrito, mas deriva do controle de recursos de poder. Essas mercadorias são produzidas e negociadas a partir da capacidade de agentes — estatais ou não — de administrar ilegalidades, suspender a aplicação da lei, oferecer proteção, garantir impunidade ou impor coerção.
.

série de desvantagens recaem apenas para a pessoa negra. Porque lhe é negada à sua associação à chamada Humanidade. “A existência ontológica normativa, a existência não negra, só é possível enquanto oposto da não existência, a não existência da pessoa negra. A não existência é a pessoa negra, a negritude. Esse é o princípio fundamental da constituição da pessoa moderna (Vargas, 2020, p. 4).

Na trama normalizadora a acusação social é fundamental para entender o cumprimento da regulação e de controle social por diferentes olhares. Primeiro uma acusação subjetiva ao comportamento indesejado e no outro que esta acusação alcance a dimensão da esfera pública (poder judiciário), podendo até mesmo tornar-se institucional e ser um operador oficial de poder (via polícia e Estado) a ser mobilizado quando necessário, este é o processo de criminação. É nesse sentido que há uma noção da diferença entre acusação e transgressão. Há diferentes entendimentos acerca do tipo de acusação que se faz e para quem se faz; e que tipo de transgressão é essa direcionada apenas aquele perfil social específico que normalmente também é racializado. Com isso, a norma estabelecida calcada no estigma social ultrapassa seu caráter normalizador para tornar-se legal e institucional mediada pelo Estado. Muito próximo à criminação está o processo de incriminação, que se refere a um conjunto de práticas e discursos que transformam determinadas condutas em crimes e determinados sujeitos em criminosos. O processo de incriminação, ocorre quando o poder público ou outros atores sociais (como a mídia, elites econômicas etc.) decidem que certos comportamentos devem ser vistos como ameaças à ordem social e, portanto, precisam ser controlados. Isso culmina em processos seletivos de aplicação da lei (criminação), voltadas para os pobres e negros marginalizados. Com isso a criminação e incriminação nem sempre está ligada à gravidade do ato em si, mas sim às relações de poder envolvidas e quem comete o crime. Dessa forma, o processo de incriminação é tanto um aspecto jurídico quanto social, vinculados a uma sujeição criminal.

Sujeição criminal também é um conceito importante e demasiadamente explorado por Misse (1999;2008;2010) que irá ajudar consideravelmente neste trabalho. Sujeição criminal são formas de estigma e rótulos sociais atribuídos a determinados indivíduos construindo uma descrição e imagem que os definem criminalmente sem ao menos explorar o contexto social. “O conceito de sujeição criminal engloba processos de rotulação, estigmatização e tipificação numa única identidade social, especificamente ligada ao processo de incriminação e não como um caso particular de desvio” (Misse,

2010, p.23). Assim, no Brasil e na cidade do Rio de Janeiro, construiu-se um conjunto de rótulos que foram atribuídos ao longo dos anos a um perfil específico de sujeito em que o transformava no potencial criminoso sem ao menos o crime acontecer de fato, ou mesmo de que tipo de crime se fala. Carregado de subjetivação, a sujeição criminal funciona como uma espécie de territórios mentais restritos apenas quando apontado para aquele sujeito. Durante anos, esses sujeitos criminais foram sintetizados na figura do malandro, depois vagabundos, bandidos, marginais e atualmente outros irão compor esta acumulação de desvantagens à acumulação social da violência. Traficantes, gansos, milicianos, justiceiros, lideranças armadas locais etc. Perceba que, sujeição criminal possui uma reestruturação com o passar do tempo. Considero que milicianos e outros integrantes de grupos armados entram como sujeição criminal por conta do que venho examinando aqui e especificamente para o caso da Zona Oeste. Existem práticas e papéis sociais de uma forma de agir, pensar e sentir que além de possuir um sujeito específico, pré-determinado, há também um território ou uma região que corresponde a este fenômeno. Além disso, uma ideia de lícito e do ilícito acompanha esta estruturação.

Uma subjetivação conjugada junto com a incriminação (mas nem sempre), formadora de rótulos estigmatizantes, produzindo categorias criminais com território definido, a sujeição criminal muda com o passar do tempo em diferentes espaços. Entretanto, por mais que apareçam novas categorias associadas ao processo de criminação e incriminação, na descrição, o conjunto de características sempre aponta para a pessoa negra ou o assujeitamento do ser negro. É neste ponto que cabe destacar o caráter extremamente racista da sujeição criminal desde o seu caminho, oriundo do processo de modernização, em que o ser negro significa ser, desde sempre, excluído das esferas de cidadania, do consumo, de pertencimento político, do processo civilizador. Da humanidade. Ser negro significa não ser; significa ser, desde sempre, socialmente morto (Vargas, 2017). Esta ideia é fundamental para entender o processo de ocupação da Zona Oeste, a formação de territórios definidos por e partir relações de poder, gestado e atravessado por/pela violência em que se encontram diferentes formas de categorias de sujeição criminal conforme analisa Michel Misse. Nesse sentido, há na Zona Oeste uma segregação residencial antinegra estruturante da distribuição espacial de corpos racializados. Essa estruturação determina quem pertence e quem não pertence, quem tem qualidade de vida boa e quem não tem, quem vive e quem não vive; quem convive e naturaliza cotidianamente a violência através de lideranças armadas ou

grupos armados. Portanto, são características embricadas nas representações da sujeição criminal, para que, se aprofundar o que cada um deles possui em comum salta os olhos o caráter racial desta assim chamada abstração.

> O sujeito negro, num mundo antinegro, é tanto irrelevante quanto fundamental na formação do ser não-negro, incluindo o ser branco. O negro é o não-sujeito com posicionalidade a partir da qual todos os sujeitos não-negros se definem. Um sujeito *é* porque esse sujeito não é negro. O não sujeito negro é a referência central. Mas, pelo fato de o sujeito negro ser um não sujeito, ele é também uma não-referência. Assim, o não-sujeito negro é a presença ausente fundamental (ou a ausência presente fundamental). É a presença ausente da pessoa negra que estrutura a gama de posicionalidades subjetivas não negras (Vargas, 2017, p. 91).

Ou seja, conforme João Vargas (2017), sujeição criminal é atravessada pela categoria da Antinegritude. Assim sendo, ao assimilar o rótulo, o conjunto de estigmas criminais que culminam na sujeição criminal, para este mesmo "sujeito" é aceitar o ser negro nesse processo "ontológico" do ser negro na modernidade. E toda a precariedade geográfica especificada associada à Zona Oeste, assim as relações sociais atravessadas pela violência torna-se uma espécie de estratégias de sobrevivência daqueles que jamais serão incluídos no processo modernizador, no processo de urbanização ou, em linhas gerais, do chamado desenvolvimento social. A tabela elaborada por Lago e Ribeiro (2001) em seu estudo sobre "A Divisão do Favela-bairro no Espaço Social do Rio de Janeiro" ajudar a elucidar a dimensão racial na formação da Zona Oeste, pois há uma coluna que se dedica em tratar da cor na ocupação em favelas e não favelas na Zona Oeste nas décadas de 1980-90.

Tabela 1 - Perfil Demográfico de Ocupação das Zonas Espaciais da Cidade do Rio de Janeiro.

Grandes Zonas	Sexo - %		Cor - %	
	homem	mulher	branco	não branco
Centro/Z.Sul - favela	48,4	51,6	44,4	55,6
Centro/Z.Sul - não favela	43,7	56,3	84,0	16,0
Barra/Jacarepaguá - favela	48,2	51,8	34,6	65,4
Barra/Jacarepaguá - não favela	44,2	55,8	87,1	12,9
Z. Norte - favela	49,3	50,7	37,4	62,6
Z. Norte - não favela	48,4	51,6	47,9	52,1
Subúrbio - favela	49,4	50,6	36,4	63,6
Subúrbio - não favela	47,4	52,6	65,8	34,2
Z. Oeste - favela	48,7	51,3	37,3	62,7
Z. Oeste - não favela	46,7	53,3	62,9	37,1
Total RJ - favela	48,8	51,2	38,0	62,0
Total RJ - não favela	46,6	53,4	64,3	35,7

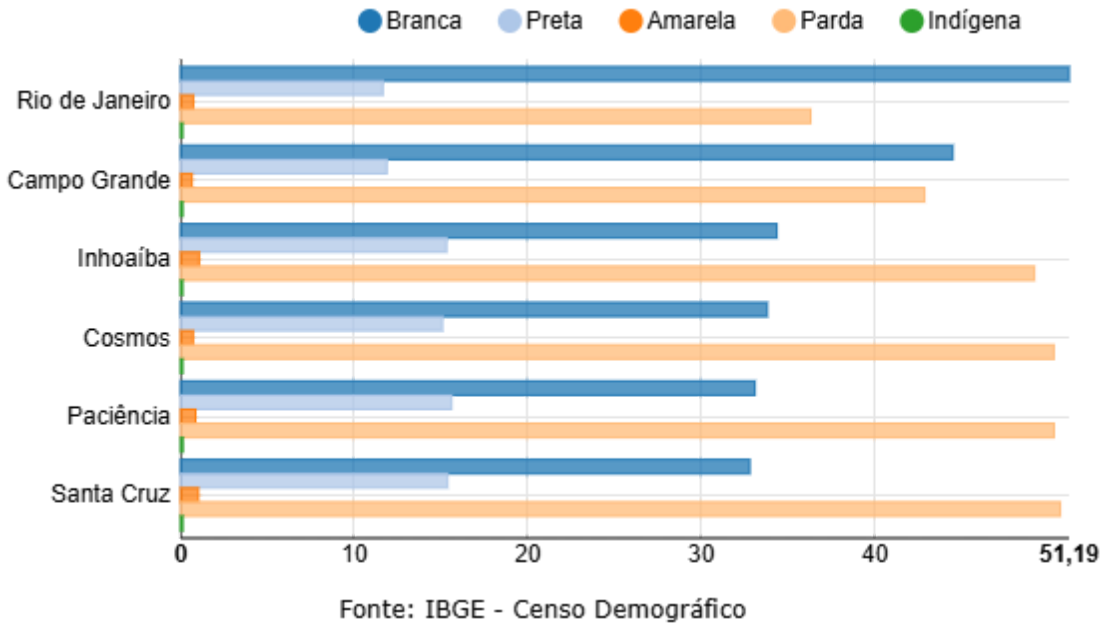
Fonte: Censo Demográfico de 1991 - FIBGE. Elaborada por Lago e Ribeiro (2001).

Esse ponto é interessante quando se examina pela perspectiva do território e da territorialidade (Haesbaert, 2012). Se o território constituído por diferentes escalas sociais e de poder, permitindo a formulação de territorialidades (subjetividades) criminais (sujeição criminal), há duas formas deste processo se consolidar. Por um lado, os próprios agentes formam territórios independente do Estado (ou a partir de ralações instrumentais com ele). Segundo, também é formado pelas relações sociais históricas racializadas em que pessoas negras foram empurradas para estes territórios e que um dos condicionantes disponíveis para sobrevivência perpassam pela violência armada generalizada. Esse processo aproxima-se dos ditames da supremacia branca, na medida em que ela define modos de viver, pensar e agir. Assim, considerando que a violência nesses territórios se concentra majoritariamente sobre pessoas negras e pobres e se reproduz de forma sistemática, torna-se plausível pressupor a racialização na constituição da violência na Zona Oeste do Rio de Janeiro, bem como na formação dos agentes envolvidos em sua reprodução e na consolidação dos grupos armados. Além disso, se o negro é o alvo concentrado da violência e no que significa o combate a esta violência, a explicação se dá pela antinegritude embutida no processo de formação da Zona Oeste do Rio de Janeiro. Nesse sentido, violência armada e controle são mobilizados tanto para o "combate" à violência quanto como ferramenta convencional de acordo com a dinâmica local. É o ocaso dos atores que irei tratar na próxima seção.

Pedrinho (Pedrinho Maluco), Kiko e Wiliam recorrem a estas variáveis violentas para exercer seu domínio territorial.

A relevância desta discussão decorre dos impactos produzidos pelo processo histórico de formação da Zona Oeste. Conforme indica o Gráfico 1, com base nos dados do Censo de 2010, observa-se a predominância de uma população majoritariamente negra nos principais bairros que compõem a espacialidade das dinâmicas das lideranças armadas locais e dos grupos armados.

Gráfico 1 - Perfil Demográfico por Cor e Raça dos Bairros da Zona Oeste[54]



Fonte: IBGE - Censo Demográfico

1.2 – Nem Essencialmente Traficante, Nem Essencialmente Bandido: Pedrinho Maluco, o Bandido Pacificador.

Nesta seção, examino a figura de Pedrinho Maluco, personagem relevante para a compreensão da atuação contemporânea dos grupos armados milicianos na Zona Oeste do Rio de Janeiro, sobretudo no que se refere às suas práticas e formas de ação. Pedro Jorge Gouveia Filho é o nome civil associado ao vulgo Pedrinho Maluco, uma figura que transita entre o legal e o ilegal, bem como entre o legítimo e o ilegítimo, à medida que suas ações ganham notoriedade na favela do Vilar Carioca (Loteamento Vila Carioca) e em seu entorno, na Zona Oeste carioca.

[54] Elaborado pelo autor.

A expressão que intitula esta seção funciona como uma síntese reflexiva da dificuldade de enquadrar Pedrinho Maluco em uma tipificação criminal precisa, dado que a complexidade territorial não conduz de forma categórica a tal conclusão, apesar do termo "maluco" presente em seu apelido. Esse vulgo, longe de remeter à ideia de incapacidade mental, assume o significado de alguém dotado de coragem, disposto a romper regras e a realizar ações que muitos desejam, seja para o bem, seja para o mal, conforme as demandas do território.

Nesse contexto, se por um lado há uma violência desmedida associada a figuras que exercem o poder sem carisma ou consenso social, por outro, a figura antagonista tende a se diferenciar por outros atributos, como o carisma, o modo de tratamento com os moradores ou a estética, ainda que não prescinde da violência. É justamente essa ambiguidade que dificulta sua redução a uma figura criminal marcada exclusivamente pelas subjetivações típicas da sujeição criminal. Embora apresentem características distintas, essas figuras se aproximam na centralidade da violência como mecanismo de manutenção do poder e de controle social.

E aqui cabe uma observação importante. No decorrer da tese destacarei o papel da análise estrutural (macro) e das situações cotidianas (micro). Nesse contexto, considero que não há separação rigorosa entre ambas as dimensões, pelo contrário, elas se entrelaçam. E no caso das lideranças armadas locais e, portanto, de Pedrinho Maluco isso fica claro. Embora ele esteja posicionado na parte inferior da estrutura social mais geral, foi preciso outros sentidos e particularidades cujos papéis são tão importantes quanto o da estrutura social para que ele passasse de Pedro Gouveia para Pedrinho Maluco ou de um trabalhador da marcenaria para o "bandido pacificador".

Pedrinho Maluco irá dificultar o seu assujeitamento e interpretações sobre suas práticas do ponto de vista da análise sociológica. A imprensa policial também irá percorrer trajetórias confusas ao descrever a figura do Pedrinho para a opinião pública. Não basta dizer que é um "bandido mal", porque, conforme o papel da escala espacial, quem irá concordar com esta afirmação? Enquanto, para um olhar homogeneizado e racializado esta perspectiva será acolhida, por outro ângulo, no território, o impacto negativo não causará o efeito esperado. É por isso que a imprensa policial, considerando o cuidado que precisa ter, irá descrevê-lo com um "bandido" que realiza obras comunitárias, mas que possui regras e rígidos "códigos de punição". Se Pedrinho sofre realmente algum tipo de sujeição criminal é preciso examinar a complexidade da

categoria de sujeição criminal bandido, e se possui relação com as práticas de Pedrinho Maluco. Para entender a figura do Pedrinho, que virou uma espécie de "mito urbano" foi necessário recorrer a jornais das décadas de 1980-1990, além de conversar (interagir e entrevistar) com moradores do ainda controverso bairro ou favela do Vilar Carioca.

Hoje, Vilar Carioca ainda não possui um consenso de identidade espacial urbana. Alguns dos entrevistados ainda o chama de favela, outros de bairro e os mais antigos de loteamento, mas em ocasiões raras, pois no decorrer das conversas ocorria trocas de identidade espacial ao referenciar o local onde mora e, portanto, onde viveu Pedrinho.

Pode parecer algo corriqueiro, para a compreensão imediata da atuação dos grupos armados na cidade do Rio de Janeiro, ver o Comando Vermelho como o principal e mais forte dos grupos armados (e de fato é) existentes na cidade. No entanto, esta conclusão só pode ser sustentada juntamente com a também compreensão de que o grupo armado do varejo de drogas ilícitas Comando Vermelho é resultado de processo social carregado de contradições sociais e complexidades. Ou seja, sua hegemonia e expansão territorial foram sendo construídas ao longo das décadas de 1980-90, principalmente na década de 1990 em que além dos grupos armados de diferentes formas de atuação, havia também lideranças armadas com controle e domínio territorial recorrendo à violência para a manutenção do seu domínio. Muito antes do Comando Vermelho se estabelecer como a principal forma organizativa que se expande para bairros, loteamentos periféricos e favelas, havia lideranças locais com capacidade bélica, enfrentamento às forças policiais e controle da circulação de mercadorias ilegais. A diferença em relação ao Comando Vermelho pode ser explicada pelo fato 1) estas lideranças não terem em certa medida a necessidade de expansão territorial e, portanto, formar uma rede do crime e de mercados espalhadas pela cidade. 2) E o contato externo, uma rede internacional varejista, com um grande atacadista, principalmente do mercado de cocaína e de outras drogas. Estas diferenças se aproximam ao que Vera Telles vai observar acerca das mudanças na trama violenta das cidades brasileiras e principalmente São Paulo.

> O tempo e a passagem do tempo deixam as marcas no território e deslocam suas coordenadas, redefinem o jogo dos atores e as mediações que compõem os campos de força das disputas locais. São essas marcações que nos dão as pistas das redefinições da trama do mundo social que veio se redesenhando desde o início da década de 1990 (Telles, 2010, p.126)

Pode-se dizer algo parecido sobre o grupo rival do Comando Vermelho no mercado de drogas ilícitas. Bastante conhecido atualmente, o Terceiro Comando Puro, que reconhecido como um grupo armado com bastante poder bélico e controle territorial no início da década de 2000, especula-se que desde o funcionamento do Presídio Cândido Mendes (Caldeirão do Diabo), local de nascimento do Comando Vermelho, o Terceiro Comando Puro, já apresentava sinais de organização de determinados presos que não concordavam com os ditames do CV. Amorim (2008) aponta para o grupo de presos denominados de Falange Jacaré, que dentro do presídio rivalizava com a Falange Vermelha (Falange do Fundão), futuro Comando Vermelho.

Analisar os grupos armados nas décadas de 1980 e 1990 é essencial para compreender a formação e a atuação das lideranças locais armadas. Em certos momentos, observam-se práticas semelhantes entre esses atores; em outros, a existência de acordos e até a integração de lideranças locais aos grupos armados. Dessa forma, é plausível considerar que tais lideranças mantinham vínculos diretos com grupos armados específicos, como aqueles ligados ao varejo de drogas ou a grupos de extermínio.

O crescimento dos grupos armados do varejo, por conseguinte, se confunde com a história de Pedrinho Maluco, não somente na escala territorial e local, como também para o âmbito da segurança pública do Estado. Pedrinho era visto como um dos bandidos mais procurados do Rio de Janeiro. A imprensa policial já havia o posicionado como um dos líderes do "Cartel do Rio" cujo membros iam desde lideranças locais armadas, como o caso de Pedrinho Maluco, que dominava de Campo Grande à Santa Cruz, até Marcinho VP, do Complexo do Alemão, integrante do Comando Vermelho. Umas das práticas criminosas realizadas por ambos era o sequestro de empresários no Rio de Janeiro[55] como forma de arrecadação econômica mediante ao pagamento de resgate, tanto para as lideranças armadas quanto para o Comando Vermelho. Entre os casos vou citar apenas o dos irmãos Khoury (Alberto e Wiliam) em que foram sequestrados pelo bandido conhecido como Ribibiu da favela do Jacarezinho (Comando Vermelho), de onde foram resgatados pela polícia em 31 de maio de 1990. Pedrinho

[55] Do final da década de 1980 e início dos anos de 1990 a chamada "Indústria do Sequestro" era uma prática comum dos grupos armados e de liderança local armada, tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo. O objetivo era servir de fonte econômica para outros fins, como compra de armas e drogas. Com a maior circulação da cocaína possibilitando maior arrecadação e portanto, permitindo maior capacidade bélica, a prática do sequestro perdeu fôlego no final dos anos de 1990. No Jornal do Brasil do dia 24 de Maio de 1990, afirma que esta prática é importada da Europa, mas sem dar maiores detalhes de como.

Maluco também será associado aos sequestros no período do funcionamento da indústria. Deveras, era uma atividade que realizava com frequência.

Segundo uma notícia do Jornal do Brasil do dia 15 de Agosto de 1995 é que "oficialmente" nasce o Cartel do Rio, após uma reunião na Baixada Fluminense dos principais bandidos da cidade. Além disso, a reportagem já refere como "maiores traficantes de drogas do Rio" ao mesmo que também os associa como sequestradores (Figua 1). É interessante pontuar o exagero da imprensa policial na movimentação da sujeição criminal e da incriminação, pois conforme salientei acima, nem toda liderança armada era traficante de drogas. Esta reflexão serve para Pedrinho Maluco também, até porque, ele só vai iniciar suas atividades no comércio de drogas pouco depois de se estabelecer como liderança local armada com domínio territorial.

Figura 1 - Reportagem do Jornal do Brasil Sobre a Criação do Quartel do Rio.



20 • TERÇA-FEIRA, 15 DE AGOSTO DE 1995 □ 2ª edição — CIDADE — JORNAL DO BRASIL

Traficantes se unem e criam 'Cartel do Rio'

■ Decisão surgiu de reunião feita na Baixada há 6 meses

RENATO LAGUNES

Os maiores traficantes de drogas do Rio se uniram, há seis meses, para montar um cartel e centralizar nas mãos de dois bandidos a distribuição de drogas e armas no estado. De acordo com investigações conduzidas pelo delegado Marcus Pires, chefe de gabinete da Superintendência de Atividades Especiais (SAE) da Polícia Civil, o novo desenho do mapa do poder dos traficantes foi definido numa reunião realizada em março, num sítio em Nova Iguaçu (Baixada Fluminense), que contou com a presença de todos os principais *donos* do tráfico. Ficou decidido que Jorge Luis de Souza, da Favela de Acari, ficaria responsável pela distribuição de toda a droga vendida nos morros e favelas do Rio. O monopólio do contrabando e da venda de armas foi definitivamente entregue a Rosinildo Souza da Costa, o *Miltinho* do Morro do Dendê, na Ilha do Governador.

Paulo Nicoletta

Na Favela de Acari está o bando de Jorge Luis, responsável pela distribuição das drogas aos morros do Rio

Traficante e seqüestrador

Jorge Luis de Sousa, o chefe do tráfico da Favela de Acari, é segundo a polícia o maior seqüestrador do Rio. Isso, porem, não impediu que o criminoso tivesse relações com alguns policiais da Divisão Anti-seqüestro (DAS), aos quais pagou R$ 150 mil pela libertação de seu *funcionário* Raimundo Ivan Mesquita Pinto, conhecido como *Buda*, seqüestrado em abril deste ano por dois policiais civis e um informante (X-9). O caso, divulgado pelo **JORNAL DO BRASIL** na semana passada, aconteceu durante a gestão do delegado Ícaro da Silva à frente da Divisão Anti-seqüestro.

Jorge Luis, a exemplo de muitos outros traficantes, também pratica atos de *benemerência* para os moradores de Acari. No ano passado, promoveu uma festa de Dia dos Pais, com farta distribuição de chocolates e sorvetes para as crianças, que faziam fila para receber os doces das mãos de seus *soldados* armados de fuzis e metralhadoras. O traficante tem mais de 20 filhos espalhados por Acari com dezenas de mulheres. Por isso, um de seus apelidos é *Papai*.

Cauteloso, o bandido só aparece depois de escurecer. E sempre tem ao seu lado homens fortemente armados e sempre portando telefones celulares. Na época da Operação Rio 1, Jorge Luis protagonizou um dos muitos *tiroteios* ocorridos pelo tráfico carioca: entregou 28 armas à polícia — a maioria enferrujada e obsoleta — junto a um cartaz que dizia "não queremos guerra com a polícia nem conflito com as Forças Armadas". Jorge Luis sucedeu o traficante *Denis*, depois de uma luta com *Parazão*, considerado pela polícia um dos bandidos mais violentos do Rio.

Fonte: Jornal do Brasil 15 de Agosto de 1995.

O chamado Cartel do Rio constitui mais um exemplo de denominação formulada e difundida pela imprensa e por setores das forças policiais com o objetivo de produzir forte impacto social, ampliar a sensação de medo e reforçar processos de sujeição criminal. Tais nomeações costumam anteceder e justificar operações policiais marcadas pela truculência, muitas vezes resultando em chacinas e megachacinas. Assim, o termo ganha maior relevância por sua repercussão pública do que por corresponder, de fato, à forma como os próprios integrantes desses grupos se identificam. Processo semelhante

ocorre com outras organizações armadas que serão analisadas adiante, como o Esquadrão da Morte e as milícias.

O problema é que com o passar dos anos, pesquisadores aceitam o termo e o mobilizam como "conceito" ou categoria para interpretar uma realidade complexa. O jornalista e escritor Rafael Soares (2025) comenta que trata-se de uma guerra comunicacional entendida pela polícia do Rio de Janeiro.

> "Aqui no Rio isso não é bem novidade. As polícias do Rio sabem trabalhar bem esses termos. Se você chamar de 'traficante', parece que é menos do que 'narcotraficante'. Há dez anos, começaram a chamar a 'milícia' de "narcomilícia", que é uma coisa que nunca ficou provada" (Soares, 2025).

Neste caso, mesmo já tendo o Comando Vermelho como o principal grupo armado do varejo, o Cartel do Rio parece ser uma organização mais robusta envolvendo as principais figuras criminosas da cidade. Uma hipótese razoável é que na passagem da década de 1980-90 o Comando Vermelho havia estabelecido proximidades com o Cartel de Medelin, Colômbia, para a circulação e ampliação do mercado de cocaína (Amorin, 2008.), portanto, se havia um Cartel de Medelin, evidentemente poderia também haver um cartel no Rio de janeiro. O exagero é tamanho que no dia 11 de setembro de 1995 o mesmo Jornal noticia que o Cartel do Rio "empregava mais de 100 mil funcionários. O dobro da Petrobrás."

"Fundado o Cartel do Rio", este ocupa as principais páginas de jornal do Rio de Janeiro, sendo associado na maioria das vezes ou a vendas de drogas ou aos sequestros. No primeiro momento os membros fundadores serão os mais assujeitados criminalmente como "os inimigos a serem combatidos". Na figura 2 seus membros são expostos:

Figura 2 - Membros do Cartel do Rio.

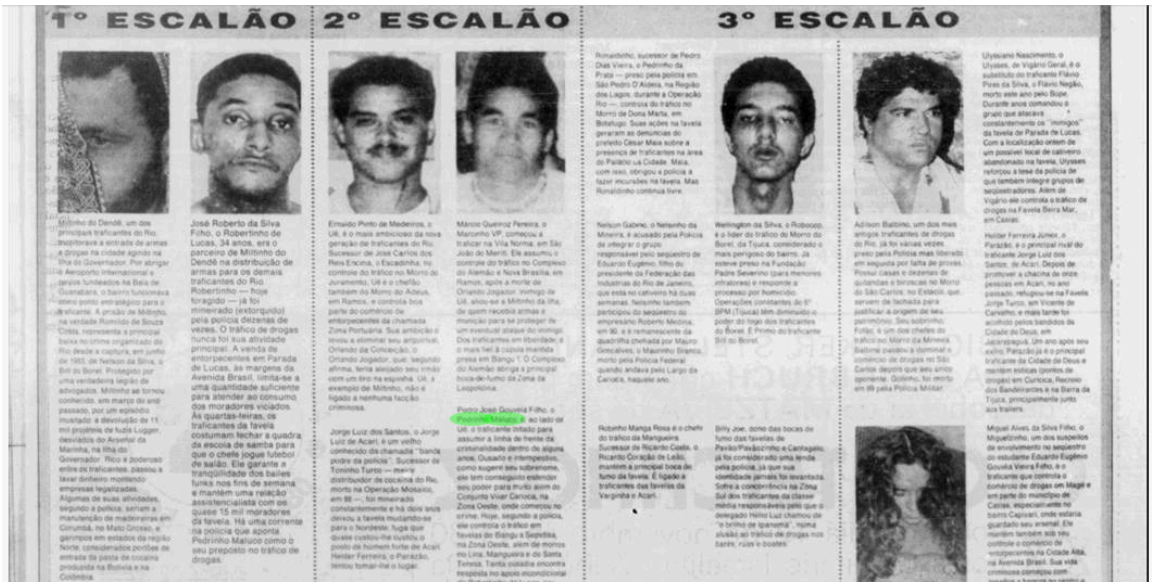


Figura 2. Fonte: Jornal do Brasil do dia 9 de novembro de 1995. Visitado em: 16/10/2023.

A reportagem apresenta o chamado Cartel do Rio como um conjunto de lideranças distribuídas por diferentes territórios da cidade, sem que isso implique, necessariamente, a existência de uma estrutura hierárquica formal. São mencionados Miltinho do Dendê, com atuação na Ilha do Governador, e Robertinho de Lucas, vinculado à região de Parada de Lucas, ambos na Zona Norte do Rio de Janeiro. Também aparece Uê, apontado como sucessor de Escadinha na favela do Juramento, em Irajá, área então associada ao Comando Vermelho. Ednaldo Pereira (Uê), é ainda citado como liderança no Morro do Adeus, em Ramos. A reportagem inclui ainda Marcinho VP, apresentado como sucessor de Orlando Jogador no Complexo do Alemão, compondo esse conjunto de personagens associados ao grupo.

Embora a imagem apresentada não seja inteiramente nítida, observa-se um destaque em verde sobre o nome de Pedrinho Maluco, posicionado no segundo escalão dessa possível organização. De forma significativa, Pedrinho é descrito como sucessor de Uê e, ao mesmo tempo, como detentor de domínio sobre favelas em Sepetiba e Bangu, na Zona Oeste, além do Morro da Mangueira e do Complexo do Lins, ambos situados na Zona Norte. Essa atribuição revela não apenas a recorrente desproporção na sujeição criminal, mas também um evidente desconhecimento geográfico por parte da imprensa carioca, especialmente no que se refere à Zona Oeste e à organização territorial da cidade para além da Zona Sul. É geograficamente inviável que um mesmo

indivíduo exerça controle simultâneo sobre territórios tão distantes e situados em extremos opostos da cidade, como Sepetiba e Mangueira.

No terceiro escalão do Cartel do Rio, segundo a reportagem, figuraram Robocop, apontado como chefe no Morro do Borel, na Tijuca, e Adilson Balbino, vinculado ao Morro de São Carlos, ambos na Zona Norte. De modo geral, os personagens citados são associados pela imprensa e pelas forças policiais quase exclusivamente a duas práticas: o comércio de drogas e o sequestro. Não há menção a disputas territoriais, apesar de algumas dessas figuras virem a integrar, posteriormente, facções rivais do varejo de drogas, como no caso de Uê e Marcinho VP, que estariam envolvidos em conflitos armados pelo controle de territórios no espaço urbano carioca. Ainda assim, em curto intervalo de tempo, o mesmo jornal reformula a hierarquia do Cartel, incorporando novos integrantes e redefinindo posições, conforme indicado na Figura 3.

Figura 3 - Novos Integrantes do Cartel do Rio.

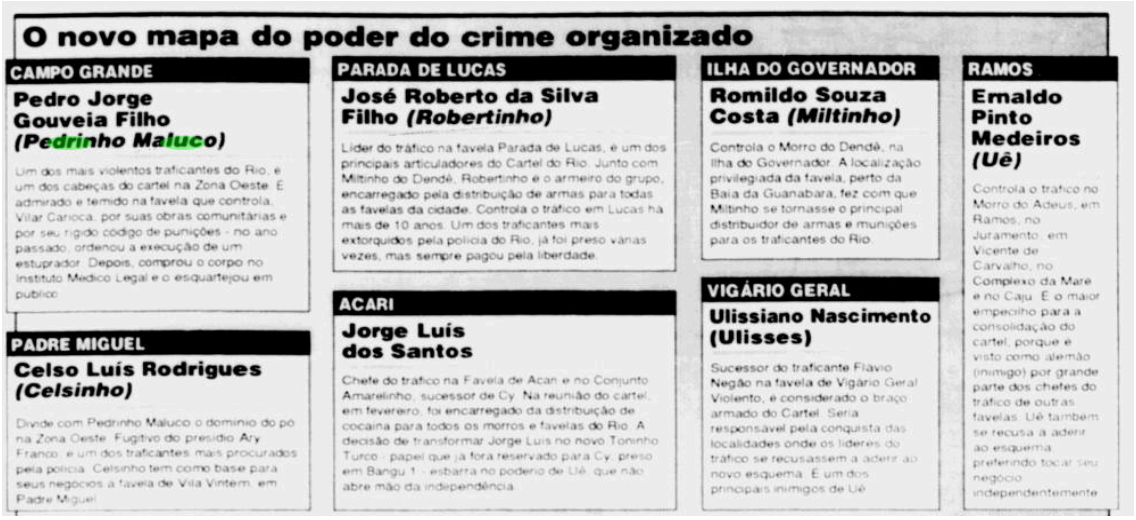


Figura 3. Fonte: Jornal do Brasil, 11 de setembro de 1995. Visitado em: 16/10/2023.

Já nesta ocasião Pedrinho é mencionado como “líder do Cartel na Zona Oeste” e chefe na favela do Vilar Carioca apenas. Enquanto outros novos surgem no cenário da violência e do grupo armado Cartel do Rio. Celsinho de Padre Miguel; Jorge Luis da favela do Acari; Ulisses de Vigário Geral. Todos eles são associados a um grupo armado do varejo do tráfico na qual a imprensa chama de “Cartel do Rio” no mesmo instante

que já havia a atuação conhecida do Comando Vermelho, inclusive, algumas destas lideranças iriam ingressar no Comando Vermelho ou em outros grupos que rivalizariam com o CV. Este retrato é semelhante ao da formação do grupo armado miliciano da Zona Oeste chamado de Liga da Justiça. Este grupo se forma a partir de domínios territoriais de lideranças locais armadas sob o projeto eleitoral inicialmente de Jerominho e em seguida de Natalino, com Ademar e Ricardo.

Esse "mapa do poder do crime" é relevante porque, ao longo dos anos, o destino dessas lideranças, de seus territórios, de suas práticas de dominação e dos mercados ilegais passou a receber tratamentos diferenciados. Parte desses atores esteve envolvida na formação de novos grupos armados, como o Terceiro Comando, o Terceiro Comando Puro e os Amigos dos Amigos (ADA), enquanto outros permaneceram atuando como lideranças armadas locais, como no caso de Pedrinho.

Entre os moradores entrevistados, não houve confirmação consistente sobre a qual grupo armado Pedrinho teria pertencido organicamente — se ao Comando Vermelho ou ao Terceiro Comando Puro. Ainda assim, duas práticas eram comumente associadas aos integrantes do chamado Cartel do Rio, fossem membros formais ou não: o sequestro e o varejo de drogas ilícitas.

A vinculação de Pedrinho Maluco ao Cartel do Rio ou ao Comando Vermelho persistiu por muitos anos no imaginário social. Contudo, nenhum dos entrevistados residentes no Vilar Carioca confirmou tais informações, tampouco sua participação direta em sequestros. Nessa situação, permanece a incerteza: o silêncio sobre essas práticas pode decorrer tanto do desconhecimento quanto da construção de uma imagem local de Pedrinho como um "bandido pacificador", reconhecido como mediador de conflitos no território.

A trajetória de Pedrinho Maluco é carregada de mitos e de feitos reais que podem ser considerados mitos. Por um lado, um sujeito capaz de realizar feitos extremamente violentos, versado em causar dúvida se de fato ocorreu, e por outro, os exageros costumaz da sujeição criminal de um indivíduo que ocupa um espaço de resultado de racialização, como foi a Zona Oeste do Rio de Janeiro.

No loteamento do Vilar Carioca, a falta de infraestrutura urbana básica era evidente: esgoto a céu aberto, ruas sem pavimentação e um abastecimento de água extremamente precário, fazendo com que alguns moradores se identificassem como uma favela. Embora, ao longo dos anos, o local tenha recebido parte dos serviços públicos necessários, o estigma de favela permanece no imaginário social. Durante esse período, entre as definições de favela, loteamento e bairro em formação, já existia um território com limites bem definidos e sob um controle estabelecido por relações poder que influenciava profundamente a dinâmica local. Esse controle era exercido por uma liderança armada local conhecida por Desastre. Reconhecido por certos tipos de sujeição criminal explorada por Michel Misse (1999). Desastre trafegava entre a sujeição do malandro e do valente. Quanto a isso, vai dizer Misse:

> Ambas as figuras, no entanto, se tipificaram (quando não se originaram) nas maltas dos capoeiras do século XIX e, como elas, deslizam constantemente para o seu rótulo semântico original, provavelmente italiano, do malandrino, que reúne o atributo de gatuno à vadiagem. Constituem grande parte dos incriminados cotidianos da polícia carioca na rubrica judicial da vadiagem desde meados do século XIX até muito recentemente. A idealização do malandro o identifica inicialmente à recusa ao trabalho e à sua substituição por atividades ilícitas, expedientes de ganho como o jogo, o furto e o estelionato, ou à sua preeminência em mercados ilícitos, que exigem certos talentos e habilidades (...), Mas no 'capoeira' ele é também assimilado ao desordeiro (Misse, 1999, p. 255)

O Desastre era este tipo de assujeitado que entra nas características narrada por Michel Misse e referenciada acima, o que Misse não destaca, principalmente ao falar sobre a criminação e sujeição criminal dos capoeiras é sobre o racismo e o racial.

O bandido Desastre é exemplo do que venho tentando confirmar como hipótese acerca da formação territorial na Zona Oeste do Rio de Janeiro, em que ocorre a evolução combinada de uma urbanização e violência através de figuras de lideranças armadas locais até a formação de grupos armados, como os grupos milicianos, que exercem controle e domínio territoriais. Porém, se atualmente os grupos armados não possuem o consenso necessário para sua dominação a não ser pela violência e coerção, com as lideranças armadas o processo é bem mais complexo.

Desastre era um valente que carregava um grupo de homens dispostos a ajudar na sua empreitada em oferecer medo para conseguir controle social. Praticava extorsão não sistemática, mas vivia do furto, dos roubos, uso de drogas e até mesmo da venda de

drogas. (sem a ajuda de um grande grupo do atacado). Para os moradores do Vilar Carioca, o problema não estava no fato de o Desastre fazer tudo o que fazia, mas sim na forma como agia: ele não apenas realizava as ações, como também se enaltece por isso e fazia questão de mostrar que era o único responsável por tais feitos. Pois veja, Pedrinho Maluco não tinha um comportamento tão diferente do Desastre, mas Pedrinho seguia (ou tentava) algum tipo de regra social geral de convívio, podendo combinar, elementos religiosos, criminais e políticos. Além de demarcar diferenças em relação ao seu antecessor, como por exemplo, vestimentas. Desastre não tinha preocupação com sua aparência, pelo contrário, carregava o estigma do "largado[56]."

Desastre e Pedrinho se encontram no final da década de 1980 e início de 1990. Desastre como contumaz, tentou extorquir uma família de marceneiros no Vilar Carioca. A extorsão de Desastre não era sistemática no sentido de sustentação econômica ou fim último de seu controle territorial, contudo, funcionava como repertório do exercício da força pelo medo, portanto, os moradores do Vilar Carioca cederiam ao Desastre não apenas pelo que ele era capaz de fazer, mas por toda a fama que ele já possuía no local. Diferentemente do Pedrinho e de outros grupos armados. A família então recusa a extorsão imposta pelo criminoso, mas ele retorna pouco tempo depois com sua quadrilha, destruindo itens da marcenaria e executando sumariamente um membro da família. A notícia se espalhou rapidamente devido à brutalidade específica da ação e ao fato de ser dirigida contra uma família de trabalhadores marceneiros, contrapondo a qualquer relação a vagabundagem. Um membro da família, que sobrevive a este crime cruel jura vingança à quadrilha do Desastre, seu nome é Pedro Jorge Gouveia Filho, em vista da situação de violência sofrida por sua família. Daqui em diante, Pedro Jorge não será mais reconhecido desta forma, mas como o Pedrinho Maluco.

Esse encontro direto entre Pedrinho e Desastre, mediado pela violência, também terá um impacto profundo na dinâmica territorial. Pois ele representará a mudança na forma de controle do território, novos repertórios de práticas serão mobilizados e, além disso, a escala geográfica também sofrerá significativa ampliação. Portanto, o local terá novas dimensões sociais, de violência, social e simbólica. Desastre possuía como

[56] Todas as informações sobre o bandido Desastre foram cedidas pelos entrevistados que ao falarem sobre Pedrinho Maluco mencionaram o Desastre, porém sem muitas informações precisas, como por exemplo seu nome verdadeiro. Minha hipótese é que o Desastre ainda é lembrado pelos moradores do Vilar Carioca por causa do seu sucessor, o Pedrinho, alguém que mudou o ordenamento territorial.

principal ferramenta de controle a valentia produtora de medo no local. Pedrinho maluco também utilizará este recurso, usando a violência como mediadora de conflito. A diferença entre ambos, para o senso comum no geral, era que Pedrinho ao se vingar de Desastre em um ato de coragem ("maluquice" talvez, daí vem a alcunha de maluco), eliminou o que mais incomodava a sociabilidade no loteamento. Sua ação violenta não possuía a mesma dimensão e interpretação pelos moradores de violência que a de Desastre. É por isso que Pedrinho terá a figura do bandido pacificador, em que sua violência é vista com justeza e necessidade. As práticas de violência de Pedrinho Maluco eram vistas como forma de manter o equilíbrio no território, embora fosse contra os moradores do próprio território, pouco se questionava a dimensão desta violência, posto que, se era praticada por Pedrinho provavelmente a vítima teria responsabilidade por sofrer o ato violento, enquanto Pedrinho maluco só recorreu a ela porque foi "forçado" pela própria vítima. Uma ação constituída de legitimidade local.

Não poderia deixar de comentar uma circunstância importante relatada por interlocutor, era que o domínio de Desastre já vinha em decadência. Tanto que, antes mesmo do ataque do Pedrinho para tomar o controle, a favela experenciava o confronto promovido por uma divisão dentro do grupo do Desastre em que o assassinato entre eles era frequente. É nesta crise interna, que Pedrinho aproveita para agir.

Conforme destaquei acima, Desastre não agia sozinho, havia um grupo com ele, no entanto, toda violência ocorrida no território era associada a ele. Uma típica interpretação do senso comum em localidades em que há um justiceiro, uma liderança local armada ou até mesmo um grupo armado miliciano. Todas as práticas de controle e violências operadas eram sintetizadas na figura do Desastre, embora este fosse membro de um grupo armado. É por isso que pretendo defender neste trabalho o argumento de que muito mais do que figuras criminosas conhecidas, personagem da violência na cidade do Rio de Janeiro, há a presença marcante de grupos armados. Os casos de Desastre e Pedrinho são salutar para esta hipótese. Na quadrilha do Desastre havia um homem conhecido como soldado e era ele quem praticava o roubo de carga muito antes do Pedrinho. Era o roubo de carga que dava uma nova característica ao Desastre além da valentia para se manter na posição em que se encontrava.

Para Pedrinho, porém, a cobrança (vingança) teria que vir de qualquer forma em "honra" aos seus familiares assassinados pela quadrilha do Desastre e ela veio. Por

outra quadrilha montada por Pedrinho, que dali em diante, entre os anos de 1991-92, o loteamento Vilar (Vila) Carioca, a Favela do Vilar ou o futuro bairro do Vilar Carioca sofreria um novo arranjo espacial, melhor dizendo, territorial, poque o espaço ainda continuaria sendo operado por e a partir relações de poder locais.

Pedrinho recebe notoriedade pelo ato de coragem (maluquice) ao desfazer completamente da quadrilha do Desastre e junto com ele sua forma de controlar o território. Portanto, a valentia para produzir medo deixaria de ser parte do repertório para o exercício do controle violento (força e poder). Outra prática que também será abandonada será a extorsão aleatória[57], que ficava a critério do Desastre. Contudo, o roubo de carga ficará como um mercado ilícito promissor para a quadrilha do Pedrinho, e o já Pedrinho Maluco. Em geral, é importante destacar que, nos bairros da Zona Oeste, desde pelo menos a década de 1990 (período que abrange o recorte temporal deste trabalho) não houve momentos de paz em territórios moldados e reorganizados por diferentes lideranças e grupos armados locais. Com o passar dos anos diferentes atores serão responsáveis pela gestão de territórios agenciados de diferentes formas. Porém, é difícil pensar se o bairro em algum momento esteve ausente de controle territorial baseado em alguma figura representativa da violência, fosse um indivíduo ou grupo armado.

Pedrinho Maluco passou a assumir o controle do território anteriormente dominado por Desastre. Para os moradores, Pedrinho representava uma figura pacificadora em um bairro marcado pela ausência de infraestrutura urbana e pela precariedade de serviços públicos, como saúde e educação, onde as relações sociais eram frequentemente mediadas pela violência. Sua atuação teria reduzido o medo associado à valentia e à extorsão, ainda que esses elementos tenham sido reorganizados sob novas formas de controle. Para alcançar esse objetivo, uma das estratégias adotadas por Pedrinho consistiu na construção de sua imagem pública perante os moradores. Ele procurou modificar e, ao mesmo tempo, desconstruir a representação do marginal violento associada à aparência desleixada. Assim, apresentava-se sempre com vestimentas alinhadas, usando calça jeans e sapatos sociais, compondo uma estética que transmitia respeito e autoridade no território. Quase não foi visto de outra forma pelos

[57] Chamo de aleatória porque ainda não era uma prática mais sistemática e essencial para os grupos armados como é atualmente com os chamados de milicianos.

moradores. Essa é uma medida de grande valor simbólico, que redefiniria a imagem de um bandido envolvido a crimes violentos, mercados ilegais etc[58].

> "Pedrinho não se parecia com um bandido. Era trabalhador, esses casos assim. Se ele passasse por aqui (local da entrevista) você jamais saberia que era ele. Andava de blazer, bem apessoado nas vestimentas. Não ficava se expondo muito também[59]. Essa coisa do traficante à moda antiga". (Entrevistado – Cláudio, 2024).

Pedrinho Maluco traria um novo status para o território que agenciava, consequentemente o loteamento do Vilar Carioca também seria visto de outra forma no mapa da violência da cidade do Rio de Janeiro. Mas principalmente para os moradores de onde era oriundo (cria[60]). "Pedrinho tinha uma nova forma de comandar...não deixava esculacharem morador." (Entrevistada – Carolina, 2024).

E para manter este agenciamento Pedrinho irá recorrer a novos repertórios ilícitos, já que, agora precisa seguir na vida do crime, para tanto pensará o território para além das fronteiras deixadas por Desastre. Duas atividades ilícitas constituíam como sendo as principais efetuadas por Pedrinho e seu grupo: o varejo de drogas e o sequestro de figuras do empresariado ou ligadas a estes. No quadro abaixo há as atividades realizadas por Pedrinho e uma breve descrição de como funcionavam.

Quadro 1 - Atividades Praticadas por Pedrinho Maluco no Exercício do seu Domínio e Controle.

Roubo de Carga	Dentro e fora do Território
Venda de Drogas e Circulação de Armas	Dentro do Território associado a um grupo atacadista, neste caso, o Comando Vermelho
Sequestro de Empresários (Industria do Sequestro)	Fora do Território
Assassinato de Policiais	Não havia desaparecimento forçado.

[58] Existe um tipo estético estigmatizado associado ao tipo de sujeição criminal. 1) o marginal e vagabundo como o maltrapilho; 2) o traficante do varejo sem camisa e de chinelo de dedo com radinho na cintura; 3) o bicheiro com blusas sociais largas, pulseiras e cordões de ouro;4) o miliciano com blusa preta básica, cordão de ouro discreto e relógio de ouro chamativo, corte de cabelo militar.

[59] O "se expondo" aqui mencionado pelo interlocutor diz sobre andar armado para impor medo por onde passasse. Ou fazer questão em demonstrar que ele era o Pedrinho.

[60] "Cria" é uma abreviação de "criação" ou "criado com ou de onde vem". Refere-se a alguém com quem você cresceu em uma determinada localidade da periferia ou da favela, vizinhança ou comunidade e denota confiança entre os envolvidos na relação interpessoal.

Assistencialismo e Festas	Ajudava Moradores com medicamentos e obras com a casa além de realizar festas e distribuição de brinquedos para as crianças.
Baile Funk	Baile Funk para facilitar a circulação de drogas. Contava quase sempre com a presença de algum artista renomado.

Fonte: Elaborada pelo autor.

As fronteiras territoriais foram redefinidas com a nova ordem imposta por Pedrinho Maluco, configurando uma mudança no padrão espaço-temporal em relação ao período do Desastre e ao contexto posterior à sua atuação. Passou a circular de forma recorrente entre moradores e na imprensa policial a ideia de que o território sob seu domínio abrange um amplo perímetro, que se estenderia de Campo Grande até Santa Cruz. Essa narrativa foi produzida tanto pelos moradores do Vilar Carioca e de bairros adjacentes, quanto pelos meios de comunicação, contribuindo para a construção da imagem de Pedrinho Maluco como uma figura "poderosa".

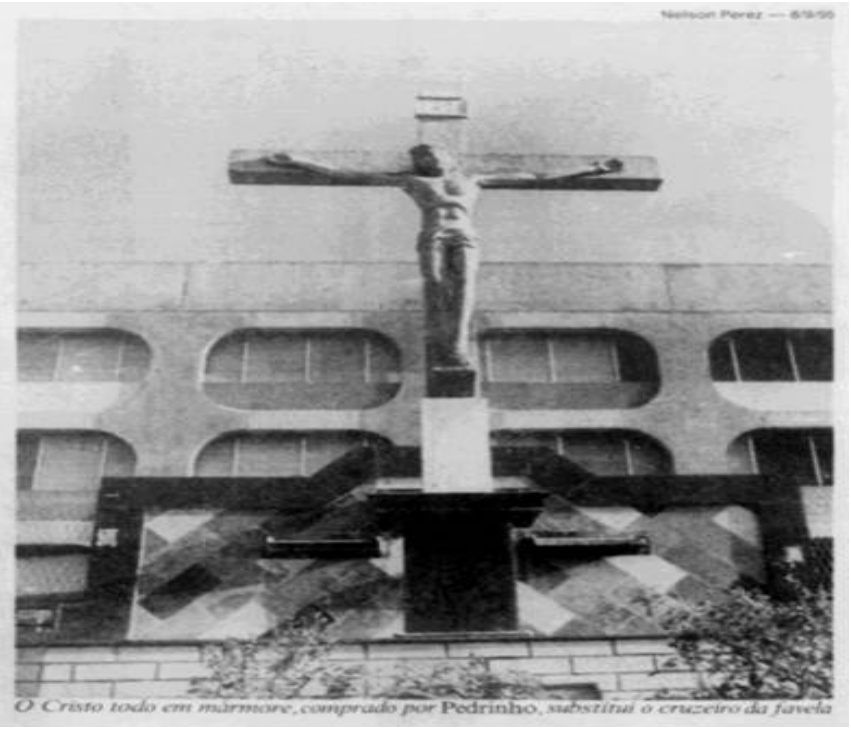
Contudo, coloca-se a questão acerca da origem e da consistência empírica dessa atribuição territorial, tema que será retomado adiante. Embora não haja dúvidas quanto à sua notoriedade e à capacidade de exercer controle armado local, é difícil delimitar com precisão as fronteiras efetivas desse domínio, mesmo quando se recorre às divisões administrativas oficiais dos bairros. Como será desenvolvido em capítulo posterior, durante o período de atuação de Pedrinho, no início da década de 1990, havia outros atores armados disputando e agenciando territórios na Zona Oeste. É o caso de Aldemar, então conhecido como "Ademar do Opala Preto", atuante no bairro de Cosmos, vizinho de Inhoaíba, onde se localiza o loteamento Vilar Carioca. Posteriormente, já sob a alcunha de Batman, Aldemar tornar-se-ia uma figura central na formação do grupo armado miliciano conhecido como Liga da Justiça. Em Campo Grande, também se destacavam outras figuras envolvidas na tentativa de estruturar grupos armados, como os policiais civis Jerominho e Natalino, que desempenhariam papel relevante nesse contexto.

Dessa forma, a ampla extensão territorial atribuída a Pedrinho Maluco parece explicar-se mais pelo medo generalizado que sua figura inspirava do que por uma presença efetiva e contínua, seja pessoalmente, seja por meio de integrantes de seu

grupo. Assim, havia bairros cujos moradores afirmavam estar sob seu domínio, embora, na prática, não integrassem seu território efetivamente.

Com Pedrinho Maluco, o mercado de drogas também terá um salto importante. Mais drogas circularam pela favela que terá a principal boca dominada por Pedrinho. Agora ele possui uma relação mais próxima com o Comando Vermelho, principal grupo atacadista da cidade. Entretanto, não fica muito claro o pertencimento de Pedrinho Maluco ao Comando Vermelho, por isso que enfatizo a palavra *relação*. Existem elementos indicativos de que Pedrinho realmente pertencia ao Comando Vermelho, conforme menciona um entrevistado: "Tinha muita ponto 30[61] na favela...de onde vinha? Comando Vermelho! Era o CV quem dava drogas e armas para o Pedrinho. Em cima da minha casa tinha uma ponto trinta." (Entrevistado – Cláudio, 2024). Além disso, no interior da favela do Vilar Carioca havia um cruzeiro, um pequeno altar, seguindo uma prática muito comum de favelas dominadas pelo CV, reforçando a

Figura 4 - Altar Construído por Pedrinho Maluco na Favela do Vilar Carioca em 1995 e Atualmente.



[61] A arma ponto 30, ou Browning M1919 .30 (ou M1919A). É conhecida por seu poder de fogo e capacidade destrutiva, sendo montada com tripés, em veículos e até em aviões. Ela dispara em rajadas rápidas e é capaz de penetrar blindagens leves e atingir alvos com grande capacidade de destruição.

Fonte: Jornal do Brasil de 2 de Novembro de 1995

Foto 1 - Altar Construído por Pedrinho Maluco Atualmente.



Fonte: Registro do Autor em 20 de Agosto de 2024

ideia de que mesmo na vida do crime, não abandonaram o lado religioso.

A relação entre religiões e grupos armados constitui um fenômeno recorrente, ainda que apresente variações conforme o contexto, sendo o cristianismo ocidental a matriz simbólica mais frequente dessas influências. Um exemplo significativo é o altar construído por Pedrinho na rua principal da favela Vilar Carioca, via que conecta a comunidade à Avenida Cesário de Melo. Qualquer pessoa que ingressasse na favela encontraria, ao final da rua, uma estátua de Cristo crucificado com cerca de três metros de altura. Durante anos, essa imagem funcionou não apenas como ponto de referência e espaço de visitação e registro fotográfico, mas também como símbolo do respeito e da ordem que Pedrinho impunha ao território. Como relatou um morador em entrevista: “não tinha bagunça”. Além disso, o fato de o cruzeiro permanecer preservado até os dias atuais, mesmo com a área sob domínio aberto de um grupo miliciano, expressa simbolicamente a permanência de referências de um período que ainda é lembrado por parte dos moradores com certo saudosismo.

Embora Pedrinho tenha construído o altar como um símbolo que indicava a presença do Comando Vermelho no Vilar Carioca, a favela não possuía a mesma relevância estratégica que outras áreas controladas pelo grupo na cidade. Para a mídia, de modo geral, Pedrinho não era visto como uma liderança de destaque no grupo armado do varejo de drogas. Diferentemente de outras comunidades, o território do Vilar Carioca não operava sob um modelo tradicional de controle armado, uma vez que Pedrinho mantinha, sobretudo, acordos estratégicos voltados à dinâmica dos mercados ilegais, baseados em trocas de proteção territorial por garantias de circulação e monopólio da venda de drogas.

Na prática, suas atividades estavam mais direcionadas para o sequestro e o roubo de cargas, o que o distinguia de outras lideranças diretamente vinculadas ao comércio varejista de entorpecentes. A indefinição quanto ao seu pertencimento efetivo ao Comando Vermelho abriu espaço para a formulação de novas classificações. Durante o período de atuação de Pedrinho Maluco e de seu grupo, sua área de influência na Zona Oeste passou a ser associada à denominação “Comando Neutro”, em razão da ausência de uma aliança explícita com grandes grupos atacadistas do tráfico de drogas ou com outras organizações de mercados ilegais. Além disso, como havia outras lideranças armadas atuando em territórios próximos e relativamente delimitados, Pedrinho passou a ser considerado um dos integrantes da cúpula desse arranjo informal denominado Comando Neutro.

Em termos de práticas de dominação e controle, Pedrinho Maluco concentrou sua atuação em dois eixos principais vinculados aos mercados ilegais e ao repertório de poder exercido no território. Em primeiro lugar, destacou-se pela prática recorrente de sequestros, que funcionavam como importante fonte de arrecadação econômica para suas atividades. Em segundo lugar, controlava a venda de drogas no interior do Vilar Carioca, onde mantinha o principal ponto de comercialização dentro desse perímetro territorial. Associada a essa dinâmica, permitia o consumo de drogas durante os bailes funk, prática que contribuiu para a construção de sua imagem pública.

Esse conjunto de ações alimentou a formação de um mito em torno de sua figura, construído por diferentes fatores. Um deles refere-se à discrepância entre o território efetivamente controlado e a dimensão territorial imaginada pela população. Pedrinho não promoveu expansão territorial por meio de confrontos diretos ou pela

tomada de áreas pertencentes a outras lideranças ou grupos armados de bairros vizinhos. Ainda assim, sua reputação ultrapassava os limites do Vilar Carioca: em localidades próximas, sua existência era amplamente conhecida, bem como sua capacidade bélica e o potencial de violência associado ao seu nome.

A imprensa policial também desempenhou papel relevante na construção dessa imagem, difundindo a representação do "bandido mau", elaborada externamente ao território como figura promotora de terror na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Além disso, a prática de sequestros atuou como elemento central na reprodução dessa reputação, tanto fora quanto dentro do território, reforçando a imagem de poder e periculosidade associada a Pedrinho Maluco.

Um sequestro específico colocaria Pedrinho Maluco e o loteamento do Vilar Carioca no centro das atenções da segurança pública do Rio de Janeiro. A vítima, o estudante Marcos Chiesa[62], filho de um dos proprietários da churrascaria Oásis, foi resgatado no Rio da Prata, Campo Grande, após ser sequestrado na Ilha do Governador e levado para a Zona Oeste. Na época, a imprensa rapidamente associou o crime ao Cartel do Rio — já reconhecido como grupo armado, destacando Miltinho do Dendê da Ilha (Governador) e Pedrinho Maluco como mentores do sequestro, dada a proximidade dos locais do sequestro e do resgate. Vale lembrar que, frequentemente, a recorrência com que imprensa policial da época associava episódios de violência armada na cidade ao Cartel do Rio ou ao Comando Vermelho, muito mais aquele do que este, reforçando a narrativa de envolvimento do grupo, pois segundo a mesma imprensa as principais atividades empreendidas pelo grupo armado eram varejo de drogas e sequestro.

O resgate de Marcos Chiesa foi realizado pelo Regimento de Polícia Montada (RPMont), localizado em Campo Grande, com apoio da Divisão Anti-Sequestro (DAS). Marcos ficou preso em cativeiro por oito dias, período durante o qual foi transferido entre diferentes locais. Apesar das suspeitas iniciais sobre Miltinho e Pedrinho como mentores do crime, ambos nunca foram presos, e a participação deles acabou não sendo

[62] O caso mais famoso que recebeu atenção da imprensa e da mídia em geral foi o do empresário e dono do Rock' in Rio, Roberto Medina. O empresário e publicitário foi sequestrado no início do ano de 1990, onde permaneceu por 15 dias em cativeiro. Foi solto apenas após o pagamento do resgate no valor, apontado pela imprensa, de 5 milhões de dólares. Jornal do Brasil do dia 1 de Novembro de 1995. Acervo Hemeroteca Digital. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_11&pasta=ano%20199&pesq=%22sequestro%20de%20Marcos%20Chiesa%22&pagfis=287060

comprovada ao longo dos anos. No entanto, sendo em Campo Grande (Zona Oeste), qualquer crime nas proximidades era atribuído a Pedrinho. Após o resgate de Marcos, a polícia do Rio de Janeiro, por meio da RPMont, ocupou a favela do Vilar Carioca.

O objetivo era prender Pedrinho Maluco a qualquer preço, porém, Pedrinho já era considerado um foragido. E duas hipóteses para o desaparecimento de Pedrinho Maluco em 1995. 1) Após a repercussão do sequestro do estudante Marcos, filho de sócio da churrascaria Oásis, Pedrinho tornou-se prioridade da segurança pública na cidade e particularmente na Zona Oeste, portanto, precisaria desaparecer para não ser preso. 2) Outro motivo que levou Pedrinho a sair de cena temporariamente foi uma questão pessoal que uma entrevistada revelou. Pedrinho teria ido para a cidade de Santos, litoral paulista, com duas esposas, deixando uma terceira e mais um filho na favela do Vilar Carioca.

A operação de ocupação do Vilar Carioca foi realizada com o objetivo de reprimir a prática de sequestros, prender Pedrinho Maluco e desarticular o chamado "Reduto do Cartel" (figura 4). Na Zona Oeste, Pedrinho era reconhecido pela reputação de não estabelecer acordos com policiais corruptos. Ao contrário, era visto como responsável por confrontos letais contra agentes que tentavam impor esquemas contínuos de extorsão.

Segundo o relato de Cláudio, meu interlocutor, os tiroteios que ocorriam na região não envolviam disputas territoriais entre grupos armados rivais, mas confrontos diretos entre o grupo de Pedrinho e policiais que buscavam exercer algum tipo de controle sobre suas atividades. Diferentemente do que se observa na atualidade — sobretudo em favelas da Zona Norte do Rio de Janeiro, naquele período não eram comuns megaoperações ou ações robustas de ocupação territorial conduzidas pelas forças de segurança do Estado.

Figura 5 - Ocupação do Regimento de Polícia Montada - RPMont no Loteamento do Vilar Carioca.



16 JORNAL DO BRASIL — CIDADE — QUINTA-FEIRA, 2 DE NOVEMBRO DE 1995

A maioria das denúncias é relativa às drogas: 1.088 pessoas já ligaram para dar informações sobre traficantes.

Das 189 denúncias sobre roubos e furtos em geral, somente quatro não foram confirmadas pela polícia

Reduto do Cartel do Rio

Pedrinho Maluco teria planejado e executado seqüestro

O seqüestro do estudante Marcos Chiesa foi planejado e executado por integrantes do Cartel do Rio. O jovem foi seqüestrado por policiais do Regimento de Polícia Montada Coronel Eryr Coni dos Santos (RPMont) no bairro do Rio da Prata, em Campo Grande, área dominada pelo traficante Pedro Jorge Gouveia Filho, o *Pedrinho Maluco*, maior vendedor de drogas da Zona Oeste e um dos principais líderes do Cartel do Rio. "Tenho certeza de que Pedrinho organizou os cativeiros de Marcos Chiesa e Carolina Dias Leite", avalia o capitão Weber Guerenberg Colyer, comandante dos dois seqüestros.

Segundo policiais que participaram do seqüestro de Marcos Chiesa, *Pedrinho* começou a se envolver em seqüestros depois que se juntou aos traficantes José Roberto da Silva Filho, o *Robertinho* de Parada de Lucas, Jorge Luís dos Santos, de Acari, e Ronaldo Souza Costa, o *Milionário*, do Morro do Dendê, na Ilha do Governador (bairro onde o estudante foi seqüestrado), para formar o Cartel e controlar o tráfico de drogas em todo o estado. A Polícia Federal destacou 20 de seus melhores agentes para investigar o crime organizado no Rio, mas a operação para desbaratar o Cartel não foi deflagrada por falta de verbas.

Ocupação — *Pedrinho* está foragido de seu principal reduto, favela Vilar Carioca, desde julho, quando o comandante do RPMont, coronel Gilberto Pereira de Araújo, determinou a ocupação do local. Desde então, um contingente de 40 soldados toma conta da favela para evitar a volta do traficante. Os policiais transformaram a antiga associação de moradores em um posto policial e controlam o movimento na favela de cima

Desde julho os homens do RPMont vigiam dia e noite a Favela Vilar Carioca para impedir o regresso de Pedrinho Maluco que, ao ser forçado, controla o tráfico na região

Fonte: Jornal do Brasil do dia 2 de Novembro de 1995. Visitado em: 23/10/2023.

Com a saída de Pedrinho da favela do Vilar Carioca, abriu-se espaço para diversas especulações sobre quem assumiria o controle dos territórios anteriormente dominados por ele, bem como dos mercados ilegais que havia estruturado. Nesse contexto, emergiu um personagem que também se tornou uma espécie de mito local, embora sua existência tenha sido real: um criminoso conhecido como Kiko.

Kiko era um criminoso local com um perfil bastante semelhante ao de Pedrinho Maluco. Suas atividades limitavam-se ao loteamento de Passuaré, área que futuramente daria origem ao bairro do Gouveia e a favela Nova Jersey. Embora fosse próximo de Pedrinho — ao ponto de alguns acreditarem que eram parentes, Kiko mantinha uma relação independente, sem subordinação a Pedrinho ou vínculo com qualquer outro grupo armado. Diferentemente do que ocorre em alguns grupos atuais, onde o líder controla o território e delega partes a membros de confiança subordinados a ele, a relação entre Pedrinho e Kiko era amistosa, mas sem supervisão ou dependência direta.

Assim como Pedrinho, a relação de Kiko com o tráfico de drogas nunca ficou totalmente clara, embora ele fosse frequentemente associado ao Terceiro Comando, rival do Comando Vermelho. A associação foi tão forte que uma marca de roupas passou inusitadamente a ser ligada a Kiko: o slogan da marca incluía as letras "TCK"[63], que, segundo a lógica popular, significava "Terceiro Comando Kiko". Essa ideia cresceu a ponto de se transformar em um movimento em alguns territórios da Zona Oeste, com divisões territoriais que restringiam a circulação de pessoas entre os bairros. Quem se identificou com o Terceiro Comando e com Kiko usava roupas da TCK, enquanto aqueles identificados com o Comando Vermelho usavam a marca Cyclone. Assim, os moradores identificados com um dos grupos evitavam circular em locais dominadas pelo grupo rival, criando uma dinâmica onde as marcas de roupas funcionavam como demarcação simbólica de território.

Esta ordem de funcionamento territorial perde força conforme o tempo vai passando e Pedrinho Maluco não retornava para sua posição de grande "chefe local". Já Kiko, infelizmente, não pude encontrar mais informações tanto com moradores antigos quanto novos, o que consegui coletar foi apenas que ele sumiu do local à medida que o Comando Vermelho ia se estabelecendo com mais força na Zona Oeste. Todavia, e por muito tempo, esta forma de sociabilidade violenta (Machado da Silva, 2010) orientou muitos moradores dos bairros onde os nomes de Pedrinho e kiko fossem mencionados. Trata-se de um certo *imaginário ilícito*, alguém que recebia respeito pela população local apenas pela ideia de estar envolvida em alguma atividade ilícita.

Já Pedrinho Maluco ficou sem notícias até que em 1996 foi preso em Brasília por planejar sequestro a empresários próximos ao ex-presidente Fernando Collor (Figura 6).

[63] Durante a década de 1990 era muito comum marcas de roupa usada por jovens da periferia e favelas serem utilizadas como marcador territorial.

Figura 6 - Prisão de Pedrinho Maluco em Brasília no ano de 1996.



Amigos de Collor eram alvo de seqüestrador

■ Preso em Brasília, o traficante 'Pedrinho Maluco' confessou que sua intenção era capturar empreiteiros ligados ao ex-presidente

FRANCISCO LEALI

BRASÍLIA — O traficante Pedro Jorge Gouveia Filho, o *Pedrinho Maluco*, confessou ontem em Brasília que pretendia realmente seqüestrar empresários da cidade. Preso há dois dias pela Polícia Civil do Distrito Federal, o criminoso contou que não teve dificuldade para escolher os possíveis seqüestrados: o deputado distrital Luis Estevão (PMDB-DF) e o ex-deputado federal Paulo Otávio, empresários e integrantes do círculo íntimo de amizades do ex-presidente Fernando Collor.

"Passei três meses em Brasília e os nomes deles estão espalhados pelas ruas da cidade", contou *Pedrinho Maluco*. O traficante referia-se aos *outdoors* das duas principais empreiteiras de Brasília — a OK e a Paulo Otávio —, de propriedade dos dois amigos de Collor. O traficante explicou que só não colheu informações detalhadas sobre a vida e os hábitos dos empresários porque não teve tempo.

Folha — Os agentes da Polícia Civil disseram ter encontrado entre os objetos do traficante carioca uma folha de papel com os nomes de Luis Estevão e Paulo Otavio escritos com letras recortadas de jornal e assinadas a sangue com a inscrição "3C", uma referência ao *Terceiro Comando*, quadrilha dissidente do *Comando Vermelho* na luta pelo controle do tráfico no Rio de Janeiro. A polícia brasiliense recomendou aos dois empresários que reforçem a segurança.

O delegado da 1ª Delegacia de Polícia, Antônio Coelho, acertou ontem por telefone com o chefe da Polícia Civil do Rio, delegado Hélio Luz, a transferência do traficante. Segundo o delegado de Brasília, *Pedrinho Maluco* só deverá deixar a cidade na próxima semana. Policiais fluminenses participarão da escolta. Por questões de segurança, o criminoso foi levado ontem para o Presídio da Papuda até o dia da viagem para o Rio.

Acusado de estar envolvido em pelo menos 20 homicídios, dez deles de policiais, *Pedrinho Maluco* impressionou os policiais de Brasília pela frieza ao falar da ligação com o tráfico. Sem abaixar a cabeça, o preso falou abertamente que atua no tráfico de drogas. "Para mim é um trabalho como qualquer outro", afirmou o líder do tráfico na favela Vilar Carioca, em Santa Cruz (Zona Oeste).

Descrição — A Polícia Civil informou ontem que foram precisos 22 homens para localizar *Pedrinho Maluco*. Para a prisão, 12 policiais participaram da operação. Há 15 dias, os policiais de Brasília receberam da Polícia Civil do Rio a informação de que havia um líder do tráfico do Rio — alto, magro, careca e acompanhado de duas mulheres — perambulando pela capital.

Os agentes passaram a procurar pelos hotéis de Brasília um homem que coincidisse com essa descrição. Na quarta-feira da semana passada, encontraram um hóspede no hotel Garvey que poderia ser o traficante procurado. Ele usava o nome falso de Rafael Castro Silva e estava acompanhado de suas duas mulheres, Lisângela Lemos Morais, de 24 anos, e a menor S.C.M., de 14 anos. Lizângela estava com duas crianças e a menor, grávida de sete meses.

Mudança — No fim da semana passada, o traficante não deixou o hotel. Ficou na piscina com as mulheres e só saiu para jantar no sábado. Segundo o delegado Antônio Coelho, foi somente na última terça-feira que os policiais se deram conta de que o traficante seguido era *Pedrinho Maluco*. Na madrugada de terça para quarta-feira, o traficante mudou de hotel. Foi para um apart-hotel modesto no fim da Asa Norte. Na quarta-feira passada, viajou para Luziânia (GO), a 60 quilômetros de Brasília, onde comprou uma chácara que seria usada como cativeiro para o seqüestro dos empresários. Quando retornou, mudou de taxi quatro vezes na região central da cidade. Na última troca, ao ser preso pelos policiais, ainda tentou subornà-los oferecendo-lhes R$ 30 mil.

Ricardo Marques — 8.8.96

Pedrinho será transferido para o Rio em uma semana

Sócio de empresa de transportes é libertado

O empresário do ramo de transportes Marcelo Lins Pinto, 30 anos, foi libertado pelos seqüestradores depois de passar um mês em cativeiro. A família do empresário, que é um dos sócios da Viação Real, pagou o resgate na terça-feira da semana passada e aguardava silenciosamente sua libertação, depois que os criminosos anunciaram que ele só seria solto quando a família de outro empresário seqüestrado, Herminio Rosa Soqueira, também pagasse o resgate. Os seqüestradores, no entanto, não cumpriram a promessa, e libertaram o empresário há dois dias. A polícia não revelou onde Marcelo foi deixado.

Muito debilitado por ter sido maltratado e bem mais magro depois de quase um mês de cativeiro, Marcelo viajou com a mulher, Iara, no mesmo dia, para descansar. Marcelo havia sido levado, no dia 7 de julho, de seu apartamento no Leblon, na Zona Sul, por bandidos vestidos com coletes da Polícia Federal.

Já a família de Herminio Rosa Soqueira, sócio da Viação São Jorge e da Lacoste Turismo, da Baixada Fluminense, ainda negocia com os seqüestradores. Herminio é sobrinho de Manoel Alves Lavoura, dono da Viação Flores, que já sofreu dois seqüestros. O irmão de Manoel, José, foi assassinado no cativeiro em 1994. Por este motivo, a família nunca pediu colaboração para a polícia, o que tem dificultado as investigações. A polícia acredita que traficantes do Morro da Mineira, no Catumbi, estejam envolvidos no seqüestro dos dois empresários e que a quadrilha tenha mais um comerciante seqüestrado em seu poder.

Figura 6 – Prisão de Pedrinho Maluco em Brasília. Fonte: Jornal do Brasil do dia 10 de agosto de 1996.

Com a confirmação da prisão de Pedrinho Maluco em Brasília, junto com as duas mulheres que o acompanharam de Vilar Carioca até Santos, todos os envolvidos na segurança pública e no crime da cidade do Rio de Janeiro sabiam que "o mito caiu" — finalmente, o paradeiro de Pedrinho foi revelado. Agora, o território encontra-se desprotegido, sem a presença da figura que mais contribuiu para manter seus limites e defendê-lo contra forças externas, sejam policiais ou outros grupos armados. Na reportagem, menciona-se um caderno com o inicial "TC", que os policiais interpretaram como “Terceiro Comando”. No entanto, Pedrinho nunca confirmou ser membro desse grupo ou do Comando Vermelho. Nesse sentido, posso conjecturar a partir desta dubiedade que permeou a trajetória de Pedrinho como sendo uma significante característica do bandido pacificador. Pois, ao que parece, Pedrinho mantinha contato íntimo com diferentes grupos armados do varejo, mas sem aderir formalmente cada um deles. Apenas trocas ilícitas e instrumentais. Esta informação é interessante por conta do que virá a frente acerca do futuro do território deixado por Pedrinho, dado que, haverá uma espécie de reivindicação do espólio deixado por ele.

1.3 – Reconfigurações do Poder no Território: A Luta pelo Legado do "Bandido Pacificador" e a Produção de um Novo Espaço no Vilar Carioca.

Haesbaert (2004) aponta que existem diferentes maneiras de interpretar o território e que estas interpretações correspondem a uma determinada área de conhecimento. Por exemplo, interpretar o território como sendo um espaço delimitado por e a partir de relações de poder, principalmente na dimensão das relações de poder entre Estados e sua delimitação de fronteiras é muito mobilizado pelas ciências políticas. Outro exemplo, na Antropologia, destaca-se sua dimensão simbólica e aspectos culturais (territorialidades), de sociedades consideradas tradicionais. Para a psicologia, destaca-se a importância do aspecto subjetivo, reforçando uma escala diferente daquela entre os Estado. Salta aos olhos, portanto, o caráter individual do sujeito e sua identidade.

Até aqui venho priorizando a interpretação do território sendo definido por e a partir relações de poder estabelecidas no interior do Estado, daí a importância da geografia política em uma escala urbana. Uma interpretação muito presente na geografia que enxerga o território, independente do Estado, como uma relação de espaço-poder em múltiplas escalas. Com isso, venho analisando a movimentação de lideranças locais armadas e de grupos armados no interior dos loteamentos, bairros e favelas da Zona Oeste do Rio de Janeiro, ultrapassando suas fronteiras e formando territórios e delimitando novas fronteiras para além da escala administrativa tanto do âmbito da prefeitura quanto da unidade federativa. Evidentemente que as interpretações a partir da identidade, da subjetividade e do simbólico fazem parte da trama fabricada pelas relações sociais desenvolvidas por estes agentes. E no caso da favela do Vilar Carioca e outros bairros e loteamentos, agenciados por Pedrinho Maluco serão modificados à medida que suas marcas serão consolidadas.

Após a saída de Pedrinho Maluco do loteamento em 1995 e sua prisão em 1996, a polícia ocupou a área para tentar restabelecer a ordem social conforme os processos considerados legais, embora apenas a operação do RPMont realmente representasse essa perspectiva. Para os moradores, permaneceu um vazio territorial, simbólico e subjetivo deixado pela figura do "bandido pacificador" e o temor de que os tempos de violência

descontrolada dos tempos do Desastre voltassem. Já para os integrantes do grupo de Pedrinho, restava reorganizar as atividades e seguir de onde o líder parou. É relevante notar que, diferentemente da organização de outros grupos armados do tráfico ou até mesmo de milícias atuais, Pedrinho não indicou diretamente um substituto ao deixar o Vilar Carioca, nem alguém que pudesse herdar o papel de "bandido pacificador." Dessa forma, o território se abriu para disputas pautadas no exercício do poder local e pelo controle da área e, portanto, dos mercados ilegais.

Quem tomou a iniciativa imediata de assumir o lugar deixado por Pedrinho foi o Terceiro Comando, porém, os funkeiros locais liderados por um sujeito conhecido como Índio assumiu o controle da favela deixado por Pedrinho. Esses grupos estavam vinculados à tradição das “brigas de galera”, prática comum em alguns bailes realizados no Rio de Janeiro durante a década de 1990. Embora o Vilar Carioca também promovesse seus próprios bailes, nos quais não predominavam confrontos, parte de seus frequentadores participava de eventos em outras localidades, onde as brigas eram recorrentes. Marcados pela valorização da valentia como traço distintivo, esses grupos acreditavam possuir legitimidade para assumir o controle do território, operando de maneira semelhante à de Pedrinho. O objetivo, segundo relato de um interlocutor, era impedir que “o que foi feito de bom se perdesse” (Entrevistado – Cláudio, 2023). Nessa perspectiva, a permanência do cruzeiro com a estátua de Cristo na favela simboliza não apenas a referência territorial construída durante o domínio de Pedrinho, mas também a tentativa de preservar o poder simbólico associado ao período em que ele exerceu o controle da localidade.

No entanto, Pedrinho Maluco havia estabelecido uma rede de trocas ilícitas, que permitia sustentar seu controle, algo que faltaria ao grupo de que ficaria em seu lugar, algo crucial nas relações de poder. À medida que o grupo do Índio perdia força, com seus membros sendo mortos pela polícia ou por rivais internos, o Comando Vermelho (CV) aproveitou a crise para assumir o controle do território. No entanto, manteve certo respeito pela figura de Pedrinho, independentemente de sua real ligação com o grupo armado do varejo. Na verdade, o CV chegou a reivindicá-lo também como um membro importante, alimentando ainda mais a confusão sobre a verdadeira afiliação de Pedrinho. Durante o domínio do Índio, o território ainda era considerado "Comando

Neutro", ou seja, não havia proximidades e nem acordos fosse com o Comando Vermelho ou o Terceiro Comando.

Durante alguns anos, finais dos anos de 1990 e início de 2000, o bairro do Vilar Carioca passou por sucessivas mudanças de controle territorial entre diferentes grupos armados: os funkeiros, o TCP e o CV. Nessa disputa pelo poder local, o Terceiro Comando Puro buscou promover a incorporação simbólica de Pedrinho como integrante do grupo, estratégia utilizada para obter vantagens nas disputas travadas com organizações rivais. O TCP, também mobilizou a estratégia de pertencimento e identificação dos crias da favela com o grupo, para reforçar uma ideia de que o Vilar Carioca sempre possuiu relações amigáveis com o Terceiro Comando.

Nesse contexto de disputas, o Comando Vermelho saiu vitorioso e manteve o controle do território por alguns anos. À época, o principal objetivo do grupo era ampliar sua área de domínio e consolidar a formação de um complexo territorial na Zona Oeste, tendo em vista que já exercia controle sobre favelas próximas, como Barbante e Antares. Outro fator que favorecia essa estratégia expansionista era a relação relativamente sem conflitos estabelecida com uma liderança armada atuante em um bairro vizinho ao Vilar Carioca, Ademar, de Cosmos, que já era reconhecido como chefe de um grupo armado[64].

Os planos do Comando Vermelho foram interrompidos pouco tempo depois quando, mais uma vez, o Terceiro Comando Puro retomou as disputas pelo legado territorial de Pedrinho e reassumir o controle da favela. Dessa vez, contudo, o processo contou com uma aliança peculiar, resultante da articulação entre lideranças armadas locais e grupos armados. O Terceiro Comando Puro recebeu apoio de dois policiais militares que se destacavam por atuar na “segurança” do bairro de Paciência e de áreas adjacentes. William e Jorge teriam fornecido aos integrantes do grupo rival do Comando Vermelho rotas estratégicas de acesso ao território, contribuindo para o êxito da investida e para a retomada do controle local.

> Lembro muito bem que a gente ia soltar um balão e de repente parou uma kombi, do nada, quando a porta abre saiu um monte de cara armado, mas muita gente...porra! Claro que ficamos com medo. Logo

[64] No terceiro capítulo darei mais atenção sobre a relação entre Ademar com o Comando Vermelho. Inclusive, adiantando um pouco, Ademar quando foi preso estava na companhia do chefe da Vila Cruzeiro, o traficante conhecido como Baby.

> atrás para a kombi beje e sai o Wiliam dizendo pra gente ficar tranquilo e perguntou se éramos dali mesmo. Falamos que sim. Depois um dos caras da kombi branca disse que era pra deixar a gente soltar o balão e depois irmos embora. Quando que o balão subiu o Wiliam mandou a gente sair dali e avisou se aquilo desse merda ele saberia quem foi (nós né). Todo mundo calado, era umas 15 cabeças. Geral pra casa...depois só escutamos os tiros. Rapá, aquilo eram os cara de Senador Camará - bairro dominado pelo Terceiro Comando (Entrevistado – Rubens, 2024).

Após a conquista do território, o Terceiro Comando Puro permaneceu em sua gestão até o final da primeira década dos anos 2000, quando um grupo armado miliciano liderado por Toni Ângelo organizou uma invasão e expulsou a facção da favela do Vilar Carioca. Atualmente, mesmo após o desmembramento da Liga da Justiça, o controle territorial permanece sob o domínio de um grupo miliciano.

Ainda assim, parte dos moradores mantém viva a memória de Pedrinho Maluco, estabelecendo frequentemente comparações entre as diferentes formas de controle exercidas ao longo do tempo. Como destacado anteriormente, em bairros da Zona Oeste inseridos em contextos marcados pela violência armada, torna-se difícil para a população imaginar a vida cotidiana dissociada da presença de agentes armados exercendo algum tipo de poder local. Nesse cenário, a experiência de circular pelo bairro, conviver com práticas de extorsão impostas por milicianos que controlam mercados legais e ilegais e, ao mesmo tempo, passar pelo cruzeiro deixado por Pedrinho Maluco, evoca uma trajetória histórica marcada pela sobreposição de memórias e vivências atravessadas pela violência.

1.4 – A Representação do Mito do Policial Herói Movido pela Violência: Wiliam Melo[65].

Um exemplo recorrente da corrupção policial no Rio de Janeiro é o pagamento por serviços extras de agentes, estejam eles em serviço ou não. Um caso típico é o de um comerciante que, para transmitir segurança a seus clientes, paga a um policial para que este estacione a viatura em frente ao seu estabelecimento. Conforme o porte do negócio, o comerciante pode recorrer até mesmo a comandantes de batalhão. Essa prática é atualmente tão comum em diversos bairros da cidade que passa a impressão de

[65] Uma advertência conceitual importante: William não cabe na sujeição criminal proposta por Michel Misse.

possuir lastro institucional. Quando o policial atua fora de seu horário de serviço, a ausência da viatura é suprida pela sua reputação, que funciona como um símbolo de segurança. É o caso do policial conhecido como William, "Melo" ou "Melo Bombinha", figura notória nos bairros de Paciência, 7 de Abril e Varanda.

No que se refere à Zona Oeste da cidade, essa prática apresenta particularidades relevantes do ponto de vista da constituição das lideranças armadas locais e das formas posteriores de atuação policial. Enquanto, na atualidade, as rondas realizadas por viaturas são frequentemente associadas ao pagamento de propinas decorrentes de esquemas de corrupção policial, em bairros da Zona Oeste essa função era desempenhada por patrulhas a cavalo, em razão de determinadas áreas estarem sob responsabilidade do Regimento de Polícia Montada.

Entre o final da década de 1990 e o início dos anos 2000, observa-se uma mudança significativa nesse modelo de policiamento não oficial. As patrulhas montadas foram gradativamente substituídas por viaturas motorizadas, e a responsabilidade pelas rondas deixou de ser exclusiva do Regimento de Polícia Montada, passando a envolver também outros batalhões da Polícia Militar e delegacias da Polícia Civil. Ainda assim, os territórios permaneceram marcados pela presença de diferentes agentes de poder, fossem lideranças armadas locais, grupos ligados ao tráfico de drogas ou mesmo policiais que buscavam afirmar-se como uma espécie de “herói” comunitário.

William Melo, conhecido simplesmente como William, constitui uma figura relevante para a compreensão das dinâmicas contemporâneas dos grupos milicianos, ao mesmo tempo em que evidencia contradições que dificultam a associação da “origem” do modus operandi dessas organizações exclusivamente à sua atuação nos bairros da Zona Oeste. Apesar de sua condição de policial e da participação historicamente significativa de agentes das forças de segurança na formação e consolidação de grupos milicianos, não há evidências suficientes que permitam sustentar, de forma conclusiva, tal hipótese explicativa. Ainda assim, William encontra-se inserido na complexa trama de acúmulo social da violência que caracteriza a Zona Oeste do Rio de Janeiro, contexto no qual diferentes agentes e repertórios de coerção se articulam na conformação de mercados ilícitos e formas armadas de controle territorial.

É possível mapear os territórios e seus respectivos agentes de violência local, responsáveis pelo controle, domínio e exercício do poder. Exemplos incluem Pedrinho Maluco no Vilar Carioca, Ademar (Batman) em Cosmos, Escangalhado na Favela do Barbante (posteriormente dominada pelos Irmãos Metralha, vinculados ao Comando Vermelho), Kiko no Gouveia e o policial William Melo em Paciência. Diferentemente dos grupos milicianos contemporâneos, esses agentes não buscavam expandir territorialmente sua atuação para além das áreas sob seu controle direto. O exercício do poder fundamentava-se, sobretudo, na proteção do território já consolidado, com ênfase na contenção da entrada de lideranças armadas concorrentes ou de grupos externos, como as organizações ligadas ao tráfico de drogas, que, à época, constituíam a principal e mais conhecida expressão da criminalidade armada.

Embora o domínio territorial também seja uma característica dos grupos armados atuais, uma diferença relevante reside na ausência, naquele contexto, de projetos sistemáticos de expansão que ultrapassassem os limites administrativos de bairros, favelas ou loteamentos específicos. William Melo, por exemplo, concentrava seu prestígio e sua atuação exclusivamente no bairro de Paciência, não demonstrando pretensões de ampliação de seu domínio para áreas vizinhas.

> O bagulho do Wiliam ia ali de fora, do Guanabara até o sete de abril. O único lugar que não tinha tráfico era ali na época por causa do Wiliam. Cada área tinha um quebra (liderança armada). Igual depois que veio em Cosmos com o Ademar e o Ricardo. Quem tentava os cara passava o cerol mermo, não tinha caô não (Entrevistado – Valdecir, 2023).

Wiliam era um policial formado no início dos anos de 1990, filho de outro policial conhecido como Bombinha. Nascido e criado no bairro de Paciência, era morador de um bairro próximo, Campo Grande. Porém, passava boa parte do tempo muito mais presente no bairro onde nasceu do que onde morava com sua família. Além de ser conhecido como um policial, Wiliam era o protetor do bairro[66]. Não permitia que nenhuma atividade ilícita fosse realizada no bairro de Paciência (incluindo os sub-bairros 7 de Abril e Varanda), nem algo que atentasse a ordem da moral social: roubos, pequenos furtos, brigas, valentia, usos de drogas, festas com som alto etc.

[66] Difícil enquadrar Wiliam em algumas nomenclaturas usuais, como justiceiro, matador, liderança local armada ou mesmo miliciano. Já que, além de possuir certas semelhanças com estes tipos sociais, também possui sua própria forma de agir.

> Rapá, Wiliam é das antiga, meu primo pegou a época dele...os caras estavam fazendo pega (carro) na praça do 7 (ponto de referência do bairro de Paciência), ele apontou lá embaixo de samba canção com uma 12 (arma), deu-lhe uns três e botou geral pra ralar, acabou com o bagulho...tá maluco, ele matou muita gente com essa 12. Pô o cara mora lá não sei quantas ruas depois da praça, saí de lá da casa dele para perturbar lá na praça. (Entrevistado – Valdecir, 2023)

Sempre acompanhado de sua espingarda calibre 12, William era uma presença constante no bairro, acompanhado de sua Kombi bege, onde a arma estava sempre ao alcance. Como já mencionado, ele atuava na proteção do bairro, prevenindo possíveis invasões externas, além de garantir a segurança local. Embora esses dois termos possam parecer semelhantes, há uma diferença significativa nesse contexto. William, criado e conhecido na comunidade, demonstrou uma preocupação genuína com o bairro e a manutenção da ordem, sem transformar suas ações em um meio de arrecadação econômica. Em contraste, os grupos milicianos operam de forma distinta: a segurança, e não necessariamente a proteção, é transformada em um negócio, opcionalmente como base para seu funcionamento enquanto grupo armado.

É nesse contexto que se estabelece uma prática de extorsão econômica de comerciantes locais, promovida por grupos armados na Zona Oeste do Rio de Janeiro e em outras regiões. No entanto, a diferença entre as ações de William Melo e a atuação dos grupos armados contemporâneos reside na forma como essa arrecadação era obtida. Enquanto esses grupos estruturam a coerção a partir da ameaça e da produção do medo como mecanismos de imposição de pagamentos, no caso de William, a contribuição financeira pela proteção assumia caráter voluntário, sendo realizada de maneira espontânea por comerciantes locais. Havia, nesse contexto, um reconhecimento simbólico associado ao suposto heroísmo atribuído às ações do policial.

Entretanto, tal reconhecimento não se explica exclusivamente por sua condição institucional, visto que outras lideranças locais que não integravam as forças de segurança também recebiam legitimidade semelhante. É o caso de Ademar em Cosmos, cuja atuação igualmente foi interpretada por moradores como expressão de bravura e proteção territorial.

> É isso...é uma segurança, sempre teve. Os cara (comerciante) que oferece. Os cara chega aqui: coé, fazer a segurança ai e tal. No caso, ele que fazia segurança ali e matou gente pra caralho. Matava viciado, ladrão...viciado faz o que? O cara rouba mano, não tem uma profissão. O cara rouba. Aquele cara lá, o Perninha, o cara foi passar droga lá no bairro (Paciência), na minha rua. Passava no bar. Ele achou assim: vou passar aqui porque não vai ter que ir lá na boca. Hã, matou o cara...Wiliam matou ele (Entrevistado – Valdecir , 2023).

Impressionava como o monitoramento realizado por Wiliam funcionava. Mesmo sendo apenas uma pessoa, ele poderia agrupar informações detalhadas sobre o que acontecia no bairro. Nada escapava ao seu controle: nomes, direções, ações realizadas — tudo passando por ele. Sem recorrer a bancos de dados da polícia ou instalar câmeras pelas ruas, Wiliam demonstrou uma notável habilidade de monitorar, com precisão, atividades lícitas quanto ilícitas, roubos, furtos, até mesmo novos moradores que chegavam em Paciência. Nesse sentido, o policial que fazia policiamento onde bem entendia por sua própria escolha, havia se tornado referência para diferentes grupos sociais locais. Comerciantes no geral e pequenos estabelecimentos sabiam que se algo fosse furtado, algum problema com algum adolescente exercendo a valentia, poderia avisar ao Wiliam que o "problema" era resolvido. E o repertório metodológico para resolução era variado.

> Os caras babavam ovo dele (puxa saco). Tinha um cara lá da peixaria que meu pai[67] pegava peixe fiado. Pro Wiliam ele dava era uma caixa de peixe de graça. Quando meu pai descobriu ele ficou sem graça. Porra o cara era baba ovo. (Entrevistado – Valdecir, 2023)

O método de "segurança" do Wiliam possuía doses de terror social conjurada com medo. Além disso, o policial herói não se preocupava em demonstrar simpatia. Para os moradores o nome do Wiliam era sinônimo de medo que ecoava de diferentes maneiras, fosse pelo boca-boca ou assistindo agir em alguma ação direta. Sem projeto social, sem participação em festinhas, sem ser visto conversando cordialmente com algum conhecido ou socializando normalmente. Quando Wiliam andava pela rua, de farda ou civil, pairava no ar a incerteza do que poderia estar realizando naquele momento: procurando alguém que tenha cometido algum delito, fazendo ronda, procurando alguma anormalidade local etc. ou mesmo apenas transitando. Difícil pensar nesta última hipótese. Tratando-se do Wiliam, algo estaria prestes acontecer,

[67] O pai deste entrevistado também era policial e desfrutava de alguns privilégios, neste caso, comprar mercadorias fiadas, ou seja, para pagar depois. O Entrevistado chama atenção para comparar o tratamento que seu pai recebia com o do Wiliam, mesmo ambos sendo policiais.

independentemente do local, independente de quem pudesse estar assistindo. Todos precisavam sentir sua presença, física ou simbólica.

> Tinha um maluco, lá do bicão, maluco ia dar trabalho também. Uma vez quase briguei com ele. Maluco no ano novo meteu de jete (spray) uma camisa com o tridente e escrito A.D.A. Pô mané no asfalto? Precisava disso? No ano novo? Aí perguntei dele pro outro maluco lá do bicão: pô cadê aquele maluco? Pô Wiliam matou! Matou e ainda avisou pra mãe dele: "eu matei teu filho." Não, qual foi...a mulher acho que estava procurando. Os cara também faz isso. Teve uma vez uma mulher botou no face (facebook) que tava procurando o filho. Bateram na porta dela..."Ô tia pode apagando que foi a gente." Esses cara mano...(Entrevistado Valdecir, 2023)

O trecho transcrito acima suscita uma comparação com os grupos milicianos atuais. Todavia, a prática do desaparecimento forçado (assassinato e ocultação de cadáver) (Pinto et al, 2025) não é inaugurada por estes grupos, mas uma prática inerente aos diferentes repertórios da violência armada para realizar controle territorial violento, independente do grupo armado ou da liderança armada como é o caso do policial Wiliam. Além do medo generalizado atrelado ao nome do PM, parecia que as práticas de violência ocorridas em Paciência, só poderia ser exclusividade do "dono" do território. Quem tentasse algo semelhante com outra pessoa, furto, roubo, mais cedo ou mais tarde Wiliam ficaria sabendo.

> Mano ele acabou com o baile lá no cezarinho...foi lá de viatura, ele e mais um cara. Quando vi ele, pô o que esse cara tá fazendo aqui? Foi lá, tentou arrumar arrego. Não conseguiu acabou com o baile. Botou geral pra casa. Desligou o som. (Entrevistado – Valdecir, 2023)

Depois de alguns anos de atividade em que quase todos sabiam quem era Wiliam e o que era capaz de fazer, o policial recebe a parceria de outro policial, Jorge. Não consegui coletar muitas informações sobre Jorge, apenas que era outro policial que realizava os mesmos feitos que Wiliam. Tanto que por um período seus nomes eram mencionados sempre juntos. Entretanto, o mais visto ainda era o Wiliam, Jorge muito menos.

Enquanto Paciência era controlada por estes dois policiais, muito mais por Wiliam, sustentados por suas práticas já definidas, sem projeção expansionista, sobretudo, no bairro vizinho, Cosmos, circunstâncias no mínimo peculiares pareciam apontar mudanças que reestruturariam o significado de práticas como a de Wiliam e

Jorge, Pedrinho Maluco, Kiko etc. Territórios controlados por estes agentes não seriam mais os mesmos depois das mudanças produzidas no bairro de Cosmos. Foi deste bairro que nasce o embrião de um dos maiores grupos armados milicianos do Rio de Janeiro. Porém, neste período, de territórios ainda divididos, o grupo ainda carregava o nome de Ademar e Ricardo (Batman e Robin). São eles quem inauguram a prática de expansão do território, portanto, logo chegariam ao bairro de Paciência.

A chegada do grupo liderado por Batman e Robin, que já compartilhava essa denominação com "os caras do posto[68]", diferentemente do que ocorreu em outras localidades, não se deu de forma violenta, tampouco foi acompanhada por confrontos armados ou homicídios. Os integrantes apenas comunicavam aos comerciantes que anteriormente contribuíam com os pagamentos destinados à segurança promovida por William Melo que, a partir daquele momento, os repasses deveriam ser direcionados ao novo grupo, conhecido como "bonde do Ricardo".

Coincidentemente, esse processo ocorreu em um período no qual o policial já demonstrava progressivo afastamento das práticas de controle coercitivo exercidas sob a justificativa de "proteção" do bairro. William, por sua vez, seguia um movimento de abandono das ações que anteriormente o caracterizavam como símbolo de temor generalizado e de imposição de autoridade local. Não houve esforço para retomar o espaço perdido para "os caras do posto", que, naquele momento, já possuíam reconhecimento e reputação consolidados no cenário local, especialmente na transição da década de 1990 para os anos 2000.

Esse período constitui, portanto, um marco simbólico das transformações nas práticas e nos agentes responsáveis pelo exercício do controle violento dos territórios na Zona Oeste.

Ainda que a transição do controle territorial no bairro de Paciência tenha ocorrido de forma relativamente "pacífica" — isto é, sem confrontos armados agudos —, os novos grupos dominantes consideravam arriscado manter vivo um personagem cuja trajetória e reputação estavam profundamente associadas ao exercício do poder

[68] Referência com o local de encontro dos membros do grupo. Era comum se reunirem em posto de gasolina no bairro de Cosmos

local. Nesse contexto, William Melo tornou-se um símbolo incômodo e potencialmente ameaçador para a consolidação da nova ordem territorial.

William foi morto em uma emboscada na Estrada da Pedra, enquanto seu veículo aguardava a abertura do semáforo. Sua morte resultou de uma articulação que envolveu diretamente seu antigo aliado, Jorge, que desempenhara papel central na dinâmica anterior de controle armado do bairro. No dia do crime, Jorge entrou em contato com William e o convidou para um encontro. Ao atender ao chamado daquele que havia sido seu auxiliar nas práticas de domínio territorial, William foi surpreendido e executado. Pouco tempo depois, o próprio Jorge também seria assassinado, evidenciando a instabilidade e a lógica volátil que marcavam as alianças no interior dessas redes de poder armado.

A morte de William não representou apenas o fim da trajetória de um policial que, convertido em liderança armada local, mobilizava violência, assassinatos, tortura e intimidação como instrumentos de controle e de legitimação da autoridade territorial. Simboliza, igualmente, o esgotamento de um modelo específico de acumulação de poder centrado na figura individual, sustentado pela força física, pela reputação de valentia e por uma capacidade bélica pessoalmente concentrada. Esse processo sinaliza a transição para formas mais complexas e coletivas de organização do poder armado, nas quais a atuação em grupo passa a constituir elemento fundamental para a manutenção do domínio territorial. Agora, no território não há um único sujeito, como o Wiliam, controlando a dinâmica social, mas "vários" Wilians dentro de um grupo. Conforme Machado da Silva (2004)

> "E, mais importante, a noção de violência urbana não se refere a comportamentos isolados, mas à sua articulação como uma ordem social (característica que permanece quer se venha a demonstrar ou não sua relação com o crescimento quantitativo do crime comum violento)" (Machado da Silva, 2004, p.60).

Em linhas gerais, busquei demonstrar, neste capítulo, as complexidades socioespaciais que marcaram o processo de ocupação habitacional da Zona Oeste do Rio de Janeiro, considerando o peso do racialismo estrutural da sociedade moderna e seus desdobramentos violentos. Em diálogo com as formulações de Michel Misse, recorro à noção de acumulação social da violência (compreendida em suas dimensões racial e territorial) como eixo analítico para interpretar, sob outra perspectiva, a

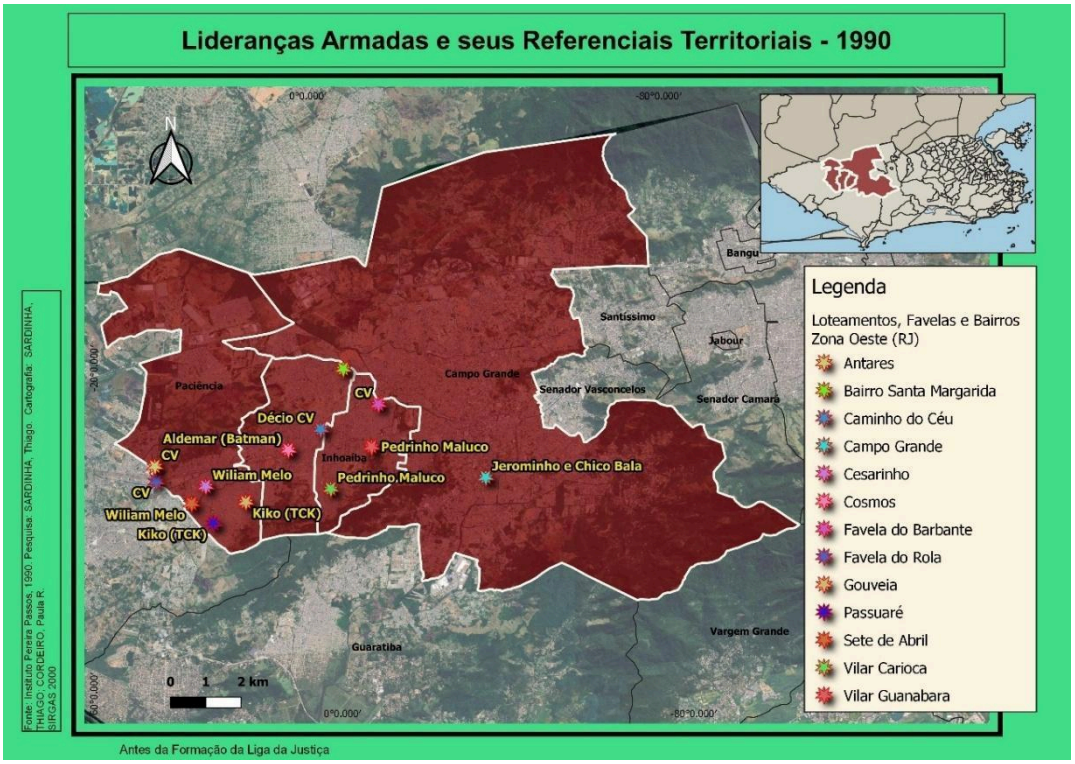
formação urbana dessa região. Procurei, ainda, apreender a complexidade da constituição territorial a partir da atuação de diferentes agentes da violência e das múltiplas formas de sujeição criminal por eles engendradas.

Traçar a trajetória da urbanização da Zona Oeste do Rio de Janeiro, com destaque para a atuação de distintos agentes da violência ao longo do tempo e do espaço, mostra-se fundamental diante das questões desenvolvidas nesta tese. A análise histórica das lideranças locais armadas, bem como do processo que culmina na formação de grupos armados com controle territorial rígido, evidencia dinâmicas de dominação que delimitam formas de sociabilidade e configuram territórios a partir de relações de poder sustentadas pelo uso recorrente da violência. Tais processos podem ser compreendidos como expressões da militarização do espaço urbano[69].

Embora também fosse possível falar em militarização da vida social, a dimensão espacial contribui de maneira mais precisa para a compreensão da localização do fenômeno e de sua diferenciação em relação a outras áreas da cidade (Mapa 2), além de evidenciar a centralidade do território para o exercício do controle e do poder. Nesse sentido, a presença de lideranças individuais e de grupos armados na Zona Oeste expressa uma militarização do espaço urbano que extrapola a esfera estatal e a institucionalidade militar, tensionando as fronteiras entre o civil e o militar no Brasil e, de modo particular, no Rio de Janeiro. Essa discussão será aprofundada no próximo capítulo.

Mapa 2 - Lideranças Armadas e seus Referenciais Territoriais antes da Formação do Grupo Armados Miliciano

[69] Defendo que tanto William quanto Pedrinho são expressões de militarização por realizarem controle territorial armado, rigoroso e ostensivo da sociabilidade recorrendo a coerção e a violência. Além disso, embora sejam essas figuras que recaem exclusivamente as atividades, haviam outras pessoas ajudando no agenciamento do território. Já nesse momento, poderia ter a possibilidade de constituição de um grupo armado.



Fonte: Instituto Pereira Passos. Elaborado por SARDINHA, Thiago; CORDEIRO, Paula R. 2025.

Além disso, um elemento central na transição das lideranças armadas locais (tradicionais) para os grupos armados contemporâneos, podendo funcionar como um elo entre esses agentes, é a formação e consolidação de um mercado de proteção e segurança, além do mercado de vans. Este mercado, por sua vez, viabiliza a constituição de outros mercados paralelos, como o de votos (que serão analisados adiante) e o controle territorial. Estes agentes notaram que para a consolidação desse ecossistema ilegal depende, necessariamente, da dominação e do controle de um território. Assim como as antigas lideranças locais, os novos grupos armados compreenderam que a oferta (ou a coerção via) segurança é um elemento fundamental e inegociável para seu poder, ainda que a explorem com perspectivas e métodos distintos.

Ao longo do tempo, transformações histórico-geográficas na Zona Oeste exigiram que esses grupos adaptassem seu controle a uma dinâmica espaço-temporal mais complexa. Novas formas de dominação precisaram ser estabelecidas, e novas mercadorias ilegais foram incorporadas à sua acumulação econômica. A circulação dessas novas mercadorias ilegais, por sua vez, passou a gerar e a responder a dinâmicas espaciais inéditas no território.

Portanto, a evolução urbana da Zona Oeste constitui simultaneamente o processo e o elemento central na transição das lideranças armadas locais para formas mais complexas de grupos armados. Conforme analisado neste capítulo, tais lideranças emergem em um contexto de urbanização precária, marcado por loteamentos espontâneos, o que possibilita um controle ainda limitado sobre determinados mercados ilegais. À medida que a urbanização avança, novas dinâmicas territoriais se configuram, atravessadas por relações sociais mediadas pela violência, o que desencadeia a emergência de novas formas de agência. Nesse contexto, não por acaso, observa-se também a diversificação e a expansão dos mercados ilegais, acompanhando o próprio processo de urbanização, como por exemplo, o controle da distribuição de internet e TV por assinatura, ambos os serviços prescindem de uma infraestrutura urbana para o seu funcionamento.

Capítulo 2: Teoria da Marginalidade, Crise do Capitalismo e a Militarização do Espaço Urbano no Rio de Janeiro.

No capítulo anterior, busquei explorar a ocupação urbana da Zona Oeste do Rio de Janeiro, destacando como o fator racial influenciou a formação de favelas, conjuntos habitacionais e loteamentos populares nas décadas de 1960, 1970 e 1980. Esse processo ocorreu a partir de uma urbanização precária que deu origem a uma metropolização periférica, característica da cidade até os dias atuais. Tal dinâmica impactou a configuração territorial da região, fragmentada em áreas controladas por lideranças armadas locais, cuja atuação pavimentaria o caminho para o surgimento de grupos armados, como as chamadas milícias e facções do varejo.

Argumento que nos espaços periféricos é que estão mais nítidas as interseções entre as esferas legais e ilegais de um modelo social tipo ideal em que leis, códigos e normas sociais quase nunca são obedecidas na plenitude, mas que funcionam como marco inicial para outras relações ramificadas onde emergem "saídas de emergência" subalternas originadas de um grupo social histórico, sofrente da racialização contida em todos os projetos da era moderna.

Outro ponto que se destaca em minha análise é o papel da violência e das práticas violentas como mediadoras das relações sociais nas periferias metropolitanas da cidade. Quando associadas à ocupação urbana seletiva e racializada, essas dinâmicas tornam-se vetores fundamentais para o surgimento de lideranças armadas locais, conforme argumentei no capítulo anterior. Frequentemente progridem para a formação de grupos armados, conforme ocorre a evolução urbana, para isso, recorro a construção dos processos de criminação, incriminação, e sujeição criminal do sociólogo Michel Misse, apontando fraternos diálogos. Desse modo, a evolução urbana da Zona Oeste expressa um processo de acumulação social, racial e territorial da violência. A urbanização da região, orientada por diretrizes administrativas do Estado e marcada pela formação de bairros periféricos, consolidou-se também como referência espacial para a constituição de múltiplos territórios definidos pelo uso da força, da violência e do poder. Ao longo do tempo, e em consonância com a própria dinâmica de expansão urbana, esses territórios passaram a ser dominados por agentes armados, seja por meio de lideranças individuais e locais, seja pela atuação de grupos armados, como as milícias.

Neste capítulo, concentro meu esforço que se traduz em articular o teórico e o empírico para analisar o fenômeno que me propus a compreender, tratando-o como um processo histórico permeado por contradições, determinações, sobredeterminações e serntido. Não pretendo, ao menos por hora, oferecer respostas definitivas. Este trabalho não busca confirmar uma razão previamente solicitada ou distanciada da motivação original que o impulsionou. Meu objetivo, antes, é provocar reflexões e inquietações permanentes, que podem servir como inspiração teórico-empírica para transcender o óbvio e questionar o que é repetitivo. Pretendo oferecer, pistas oriundas da estrutura social brasileira para compreender os atravessamentos do fenômeno da violência. Claro, com o esforço da mediação empírica referenciada pelo meu objeto: a milícia liga da justiça.

Com isso, busco compreender as relações estabelecidas entre aspectos teóricos e empíricos, bem como entre a narrativa e o conceito. No campo da violência urbana, não faltam perspectivas-chave que contribuem para a interpretação do problema, das agências e dos agentes. Contudo, pretendo adotar um percurso analítico que permita esclarecer quem são os agentes da violência nesses termos, lideranças armadas locais e grupos armados, assim como identificar as vítimas permanentes de uma norma social difusa e em crise. Ao mesmo tempo, abordarei, de forma sintética, o processo de formação social brasileira sob uma perspectiva racial, política e econômica.

Busco, ainda, articular o processo de formação de uma massa marginal no Brasil, a crise do capitalismo e os circuitos de violência, com ênfase na militarização do espaço urbano, categoria que proponho como hipótese geral deste trabalho. É pertinente questionar por que a população negra, tanto no Brasil quanto na cidade do Rio de Janeiro, ocupa as estatísticas mais altas de mortes causadas por agentes de segurança do Estado? Por que essa mesma população é mais impactada por diversos circuitos de violência ocorridos em várias dimensões? Embora seja uma resposta imediata apontar para o racismo, é fundamental considerar o racial, enquanto elemento estruturante da formação social brasileira, este caminho oferece uma explicação mais ampla e complexa para essa dinâmica, revelando nuances desafiadoras. Nesse sentido, meu desafio é articular reflexões de âmbito estrutural com dimensões empíricas do meu objeto de análise e pesquisa.

Clóvis Moura (2020), ao analisar o processo de formação social brasileiro, destaca que a população negra, ao ser libertada da escravidão, não alcançou plenamente

o status de trabalhadora livre em um contexto de modernização do processo produtivo da economia política brasileira e da sociedade no geral. A partir do racial Moura (2020) vai descrever que a formação social brasileira atravessou diferentes períodos dos quais ele define como escravismo pleno, escravismo tardio até a formação de um capitalismo dependente[70]. Nas palavras do próprio sociólogo:

> Os senhores de escravos aproveitaram o processo de modernização e, ao mesmo tempo, de dependência, para manterem os seus próprios privilégios de classe e sobreviverem à passagem do escravismo tardio para o trabalho livre. Ficaram na dependência dessas forças econômicas modernizadoras. Mas, ao mesmo tempo, conseguiram estabelecer táticas de manipulação política para, de um lado, apoiaram esse processo modernizador-subalternizador, mas, de outro, conservar os seus interesses e privilégios que tinham como suporte as relações arcaicas no campo, no caso a permanência da escravidão ou, com seu término, a conservação dos interesses das oligarquias latifundiárias que constituíram a classe senhorial. A passagem da escravidão para o trabalho livre não afetou por isso os interesses dessas oligarquias, pois ao perderam os escravos, muitos deles, já onerosos pode serem membros de um estoque envelhecido, continuaram com a posse da terra, símbolo econômico e social de poder. E essa tática apelou para uma solução alternativa que permitisse a essa oligarquia continuar na posse da terra: a vinda dos imigrantes (Moura. 2020. p. 89).

A passagem destacada acima aponta para algumas reflexões importantes. 1) a manutenção da estrutura social desigual privilegiando uma classe que obtinha vantagens econômicas e sociais com a escravidão, mesmo com as mudanças após seu término; 2) A racialização do campo e da sociedade em geral que foi aprofundada pela política de branqueamento promovida no Brasil, que incentivou a imigração europeia como estratégia para redefinir a composição racial da população ignorando e subalternizando a população negra.

Com isso Clovis Moura (1980) vai apontar para o surgimento de uma *franja marginal* na sociedade brasileira, resultado da desintegração da condição de trabalhador livre e do rebaixamento da população negra às margens do que é hoje o Brasil contemporâneo. Uma marginalidade que não se restringe aos aspectos econômicos, mas sociais, políticos, culturais e simbólicos[71]. Trata-se de mecanismos repressivos,

[70] O tema do Capitalismo Dependente Brasileiro suscinta um debate amplo envolvendo diferentes autores de diferentes espectros políticos. Por hora opto em não aprofundar nesta discussão para fugir do tema proposto.

[71] Lélia Gonzalez (2020, p. 46) também vai sinalizar para o caráter racializado da formação social brasileira para além do aspecto econômico. Nas suas palavras: privilégio racial é uma característica marcante da sociedade brasileira, uma vez que o grupo branco é o grande beneficiário da exploração, especialmente da população negra. E não estamos apenas referindo ao capitalismo branco, mas também aos brancos sem propriedades dos meios de produção que recebem seus dividendos do racismo. Quando

ideológicos, econômicos e culturais visando acomodar os ex-escravos nos grandes espaços marginais de uma economia de capitalismo dependente (Moura, 1980. p. 10).

Essa análise de Clovis Moura acerca da formação da marginalidade brasileira ocupada por uma maioria populacional negra, originada da passagem de uma sociedade escravista para uma considerada livre é cabível para entendermos o processo brasileiro em detrimento do processo europeu analisado por Marx quando examina a formação de um exército industrial de reserva ou uma superpopulação relativa[72]. Moura já está ciente que no caso da população negra no Brasil dificilmente seria em algum momento integrada ao regime de assalariamento conforme espera-se daqueles que compunham o chamado exército industrial de reserva. Por outro lado, além da exclusão pelo trabalho livre, esse mesmo negro sequer seria incluído como cidadão.

A categoria de superpopulação relativa, desenvolvida por Marx, foi retomada por diversos autores, incluindo José Nun, para aprofundar a discussão no contexto da América Latina nas décadas de 1960 e 1970[73]. Nun (2001) reafirma que a superpopulação relativa como sendo uma tendência geral do capitalismo, mas enfatiza que, na América Latina — e, por extensão, no Brasil —, essa dinâmica assume características específicas, moldadas pelas particularidades locais. Em linhas gerais esta noção se manifesta a partir de uma compreensão de uma exclusão social de um contingente significativo da população, que no caso brasileiro é majoritariamente negra, restando ocupar a posição de marginal (marginalização) no processo produtivo direto e da formação social, política e econômica[74]. Desta forma, Jose Nun irá sinalizar para a existência de uma *Massa Marginal*[75] oriunda de forma específica de desenvolvimento do capitalismo na América Latina. O avanço de Nun se dá em dois importantes aspectos: 1) A Massa Marginal é um constante no processo de aprofundamento do capitalismo latino-americano rompendo com as dualidades convencionais de

---

se trata de competir no preenchimento de posições que implicam recompensas materiais ou simbólicas, mesmo que os negros possuam a mesma capacitação, os resultados são sempre favoráveis aos competidores brancos. E isso ocorre em todos os níveis de segmentos sociais. O que existe no brasil efetivamente, é uma divisão racial do trabalho. Por conseguinte, não é por coincidência que a maioria quase absoluta da população negra brasileira faz parte da massa marginal crescente: desemprego aberto, ocupações refúgio em serviços puros, trabalho ocasional, ocupação intermitente e trabalho por temporada etc. Ora tudo isso implica baixíssimas condições de vida em termos de habitação, saúde e educação.

[72] Para Marx (2008) são três os tipos de Superpopulação Relativa: a) flutuante; b) latente; c) estagnada.

[73] Outros autores que também deram atenção para a temática são: Xiberras (1996); Quijano (1978); Kowarick (1985).

[74]

[75] Grifo nosso.

"marginal/integrado". 2) massa marginal não se restringe a ausência apenas de meios de produção, mas, no geral, um contingente populacional ausente de meios de sobrevivência, portanto, à deriva do que for necessário para manter-se vivo.

Essa massa marginal racializada, ou a franja marginal constituída no Brasil, não representa apenas um segmento social marcado pela racialização, mas também tem seu reconhecimento enquanto sujeito histórico-moderno sistematicamente negado. Tal negação produz consequências graves, dentre as quais se destaca a inserção dessa população em circuitos de violência que se tornam, de certo modo, funcionais à manutenção dessa forma social enquanto ela persiste. Como será analisado adiante, essa realidade se expressa nas múltiplas formas de violência que atravessam os modos de tratamento dispensados à população negra no Brasil e, em particular, no Rio de Janeiro, tanto por parte do Estado quanto pelas condições sociais mais amplas que estruturam seu funcionamento. É o que Coelho (1978)[76] já apontava quando analisa a criminalização da marginalidade e a marginalização da criminalidade.

Essa força de trabalho historicamente esgarçada de forma violenta pela acumulação de capital e de caráter estrutural *(Massa Marginal),* portanto, extrapola a categoria do exército industrial de reserva. Tratando-se de um capitalismo em ruínas, a produção de trabalhadores descartáveis conceituado como superpopulação relativa por Marx se intensificou mundo afora, mas com contornos dramáticos para países de capitalismo dependente e periférico, que são os casos da América Latina e Brasil. Ou seja, existe hoje uma força de trabalho que não serve para os processos produtivos do capitalismo contemporâneo, precisando sobreviver de alguma forma que é sempre de maneira subjugada, precarizada e inepta.

Alberto Guimarães (1982), analisando esse processo no Brasil, vai chamar essa massa de trabalhadores supérfluos de "classes perigosas". As classes perigosas ou *dangerous classes,* segundo ele, representam um conjunto social formado à margem da sociedade civil que surgiu na primeira metade do século XIX, num período em que a superpopulação relativa ou o exército industrial de reserva atingia proporções exponenciais na Inglaterra. As classes perigosas eram formadas por pessoas que tivessem passagem pela prisão ou não, notoriamente pessoas que dependiam da pilhagem, roubos e trapaças, convencidas de que poderiam, para o seu sustento e o de

[76] Ainda sobre a análise de Edmundo Coelho (1978), quando afirma que não é a pobreza em si que gera a criminalidade, pois, afinal de contas, no espaço rural existe áreas pobres.

sua família, ganhar mais praticando furtos do que trabalhando. É o que venho tentando desenvolver como formas de saída de emergência da massa marginal contemporânea. Portanto, é possível apontar a maneira como se constitui as classes perigosas: 1) pelo conjunto populacional sobrante e excludente que forma uma força de trabalho dispensada tanto pelo avanço tecnológico quanto pela reorganização da atividade produtiva e até mesmo do exército industrial de reserva vivendo muita das vezes da ilegalidade; 2) pelo contingente de pessoas submetidas ao subemprego e ao emprego precário, sem qualquer seguridade social e trabalhista; 3) a população negra da cidade que ocupa as favelas e periferias.

Em linhas gerais, as categorias de franja marginal, massa marginal e classes perigosas são importantes para realizar o elo entre aspecto teórico e empírico, no sentido de apontar pistas estruturais e históricas para os condicionantes em que uma determinada população se encontra e precisa mobilizar a violência como estratégias saída de emergência objetivando mudanças sociais, ainda que no aspecto individual. é por isso, que aparecem as lideranças armadas locais e os grupos armados. No entanto, uma observação importante, a posição na estrutura social não é o único determinantes que define as ações destes agentes, há outros sentidos e motivações que cumprem um papel para determinados agentes muito maior que posição estrutural. Por conseguinte, será a estigmatização social que exercerá as diferença no tratamento social e violento na diferenciação específica de determinado sujeito envolvido na mesma trama.

2.1 – Capitalismo em Crise e a Desintegração Social.

De modo geral, é possível observar que a sociedade capitalista, fundada em um processo de modernização ocidental racializado, tem passado por transformações rápidas e profundas. Não faltam eixos interpretativos para compreender esse contexto de definhamento social (Menegat, 2012), seja a partir de dimensões ambientais, econômicas, políticas ou sociais. Ao mesmo tempo, há abordagens que recusam a ideia de uma crise de esgotamento da forma social, interpretando o momento atual como parte dos ciclos de acumulação próprios ao capitalismo, que tenderiam a conduzir, novamente, a períodos de prosperidade. Contudo, essa retomada vem sendo aguardada desde a década de 1970, quando o sistema enfrentou uma de suas crises mais significativas e de dimensão estrutural.

Embora os diferenciados eixos interpretativos possuam uma certa razão ao analisar os rumos sociais da realidade capitalista, vou seguir o eixo de que sim, estamos no período histórico de esgotamento profundo, crítico e talvez duradouro de uma crise social bastante ampla e aberta, afetando diferentes escalas da vida social. Estas escalas são traduzidas em processos globais, regionais e até mesmo locais, neles, os centros urbanos assumem o destaque espacial mais avançado das relações sociais em ruínas, conforme havia adiantado na introdução, pretendo nesta seção aprofundar a análise de crise social profunda no capitalismo contemporâneo.

Nesta parte do trabalho procuro examinar determinadas mudanças e concepções de conflitos urbanos e guerras, mas também de violência em que esta forma social tem produzido em uma escala até então impensada. Processos violentos em que substitui questões sociais atravessando a vida social de maneira que, no geral, não há escapatória. Se antes, conflitos, guerras e momentos de violência cotidiana eram passageiros, (como as Primeira e a Segundas Guerras, além das Guerras do Golfo, Iraque etc.) na contemporaneidade eles têm cada vez mais assumido um caráter permanente de sociabilidade, sobretudo, sendo resultado de uma crise capitalista e desintegração social.

> Imaginando-se um atlas que mostre a distribuição geográfica das massas supérfluas – isto é, por um lado as regiões subdesenvolvidas em suas diferentes degradações e, por outro, de subemprego nas metrópoles – e comparando-se os lugares que abrigam essas massas à localização que abriga essas hordas de guerras civis, pode-se notar nitidamente uma correlação. Poder-se-ia concluir que violência coletiva é apenas uma reação dos perdedores à sua desesperançosa situação econômica" (Enzensberger, 1995, p.29).

Botelho (2018) examinando a crise do capitalismo e seus impactos enumera o que seria eixos para compreender a dimensão do problema que na sua interpretação seria estrutural. (1) A crise do trabalho que significa uma mudança no conteúdo desta forma social e o desemprego crescente e generalizado no instante do avanço da tecnologia tanto na esfera produtiva quanto em outras partes da vida social; (2) crise do valor, portanto, da valorização do valor. Neste sentido, ocorre uma expulsão e a transferência de uma quantidade de trabalhadores dos setores produtivos para setores improdutivos que jamais voltariam a ser incluídos novamente, ou seja, é o capitalismo perdendo sua capacidade inclusiva. Aumentando ainda mais a Superpopulação Relativa e a massa marginal; (3) A crise do dinheiro que é analisada pelo fato da capacidade do capitalismo em sobreviver com bolhas especulativas em que o dinheiro circulado não tenha qualquer lastro, ou seja, o lucro capitalista advém da dedução de produção futura

em que muitas das vezes nem se quer entrou em vigor. Cada vez mais esta lógica de multiplicar dinheiro apenas através do próprio dinheiro é o imperativo reinante da sociedade contemporânea; (4) a crise do capital global possui relação intrínseca com a crise do valor e do dinheiro. A necessidade de expansão da composição orgânica do capital encontra seu limite geográfico em diferentes localidades do globo. É o limite da própria globalização como forma contemporânea de ampliação capitalista (composição orgânica). Já não é mais possível os ganhos gerados com a ampliação geográfica produtiva. Em linhas gerais o que Botelho (2018) tenta afirmar é que se trata de um o momento histórico em que o desemprego estrutural é um desses fenômenos. Portanto, conforme venho discorrendo, não se trata apenas do clássico exército industrial de reserva, mas de um exército (sobrante) estrutural eterno, ao menos dentro da lógica da realidade criada pelo sujeito automático, e que resulta das transformações da Terceira Revolução Tecno-científica dentre outros processos[77].

Embora não seja meu objetivo aprofundar cada ponto levantado por Botelho (2018) para não desviar do foco central, é possível afirmar que, além de se tratar de uma crise do capitalismo, trata-se também de uma crise generalizada da modernidade. Não há como enfrentar os problemas atuais recorrendo às referências do processo modernizador. Assim, a crise do capitalismo revela uma crise ainda mais ampla, cuja superação só seria plausível por meio de um novo ciclo de acumulação, tal como ocorreu no período pós-década de 1950, algo que não se pode mais vislumbrar.

Com isso, o que se chama atualmente de neoliberalismo a partir de diferentes olhares, na verdade é uma tentativa (frustrada ou não) de manutenção de uma sociedade que já não consegue se manter dentro dos seus parâmetros clássicos oriundos da modernidade. Portanto, neoliberalismo também possui o significado de crise capitalista e a confusão generalizada da falta de rumo social. O que parece, à primeira vista, como "nova etapa" do capitalismo, trata-se do seu limite absoluto experienciada em diferentes dimensões. Menegat (2012) traz importantes reflexões nesta linha.

> Na atual situação histórica em que o capitalismo maduro tornou plenas as potências da riqueza e começa a inutilizar boa parte do proletariado,

[77] Tenho compreensão que as formas de violências possuem muitas dimensões e inúmeras chaves de interpretação. Estamos falando de uma sociedade marcada por 400 anos de escravidão, por uma estrutura hierarquizada, patriarcal, machista e uma sociabilidade violenta que opera nas formas de violência doméstica (uma das mais graves no Brasil), violência moral e simbólica, e alta incidência de violência física e interpessoal. Todavia para esta tese optei em seguir a chave a violência que se compreende atrelada a estrutura social capitalista, que nesse período encontra-se em crise profunda.

> cuja existência não requer mais como força de trabalho, estas massas - que, portanto, apenas cabem nos conceitos de vendedores de força de trabalho como única condição em que seria possível a sua existência numa sociedade produtora de mercadorias, mas que, de fato, não encontram mais condições objetivas para existirem enquanto tal – juntamente com proletariado ainda empregado na valorização do capital, precisam se construir num sujeito de ação política de novo tipo. Na verdade, uma situação histórica desta ordem representa um eloquente sintoma da própria decadência da sociedade burguesa, ou melhor, da sua crise estrutural, uma vez que a acumulação de capital sem novos acréscimos de trabalho vivo é inviável. Este é o objetivo com o uso deste conceito de formação de massas em tempo de barbárie: o de pretender indicar bases sociais para a constituição de possível sujeito de um processo revolucionário no momento em que o capitalismo começa a desmoronar e a se tornar uma ameaça iminente para a existência da humanidade e do planeta, e em que uma parcela cada vez mais significativa da população seguirá existindo na condição de exército industrial de reserva (isto é, excedente, sobra), portanto, à margem do mundo do trabalho; e os coveiros naturais da sociedade burguesa encontraram-se integrados em impotentes (Menegat, 2012, p. 48).

No entanto, é importante reforçar que esta crise possui contornos geográficos e sociais mais violentos para países da periferia do capitalismo do que para outros países localizados no seu centro. Evidentemente, não se trata de uma regra, pois são processos carregados de contradições. Na medida em que esta crise se aprofunda, cada vez menos o capital encontra saídas a médio e longo prazo para uma nova etapa produtiva de valorização do valor, isto é, de trabalho abstrato. Elemento fundamental de rejuvenescimento para o capitalismo.

> A crise que amadurece não é mais qualquer daquelas crises *cíclicas,* como são conhecidas desde o processo de ascensão e preponderância dos modernos sistemas de mercado, mas uma crise *estrutural* que vai mais fundo, na qual as contradições intrínsecas à economia de mercado surgem à tona. (Kurz, p.2, 1993).

O processo de acumulação de capital demonstra sinais explícitos de transbordamento (supermacumulação) embora ainda haja tentativas de se perpetuar pela crise. A chamada acumulação primitiva foi apenas o processo histórico que dissociou a força de trabalho dos meios de produção, mas que no capitalismo contemporâneo assume proporções mais elásticas atravessando diferentes setores da vida social. Percebe-se que, mesmo contendo como aspecto fundamental do seu funcionamento -- produzir uma massa de trabalhadores desimpedidos para vender seu único bem, ou seja, sua força de trabalho --, o próprio capitalismo não possui a capacidade para explorá-lo sistematicamente. Assim, ao mesmo tempo em que esta forma social produz uma massa marginal que não serve nem para inseri-los à própria ordem, resta a esta massa

excludente da geração do processo de valor uma penúria na vida social, enfrentando, de um lado, escasso acesso às políticas sociais e, do outro, a criminalização baseada numa voraz penalização, simplesmente por estar numa condição inferior dentro da estrutura social e racial[78].

> A existência dessas massas não pode mais se efetivar dentro das normas e da legalidade da sociedade. Tudo indica que, tanto lá como cá, as populações envolvidas em formas desesperadas de sobrevivência são cartas fora do baralho para a continuidade dessa forma social (Menegat, 2013, p. 19).

A atualidade da crise tem se destacado por esses elementos discorridos acima. Ou seja, decomposição da forma social clássica de produção da vida material e, portanto, uma produção generalizada de uma massa marginal que, vem assumindo cada vez mais o eixo central da realidade capitalista que nem poderia dizer que é um fenômeno "marginal", mas o centro das relações estabelecidas na contemporaneidade. Tal processo expressasse na proliferação de grupos armados e na violência, cada vez mais, assumindo o protagonismo na mediação das relações sociais em diferentes escalas.

Aliada a esse processo, a crise também tem se mostrado eficaz na transformação de determinados paradigmas relativos à concepção de guerra, tornando-a mais constante e menos periódica. Para além dessa dimensão temporal, observam-se igualmente mudanças em sua espacialidade e em suas formas de funcionamento. Desse modo, a guerra, que muitas vezes era compreendida como uma espécie de metáfora ou mecanismo de aceleração da acumulação de capital em momentos de crise cíclica, passa a assumir novas configurações. "A ideologia democrática capitalista naturalmente não quer admitir que o novo inimigo mundial é o produto da decomposição global do seu próprio sistema" (Kurz, 2019, p.31).

Durante o século XX, ocorreu um número significativo de guerras, o que marcou este período como um dos mais conflituosos da história da modernidade. Esses

[78] Evidentemente, a política social muda de natureza – não se trata mais de garantir as condições de reprodução de trabalhadores, mas de garantir a sobrevivência de crescentes massas de não-trabalhadores. Como se sabe que uma parte considerável dos excluídos não retornarão ao mercado, eles se tornam disfuncionais e uma ameaça (aparente ou real) à propriedade. O assistencialismo direto substitui cada vez mais as políticas de bem-estar, ou o seu esboço na periferia, assim como a guerra aos pobres assume o lugar do Estado de direito. A socialização pelo trabalho entrou em falência e o Estado, que durante o ciclo de ascensão histórica do mercado teve a função de desenraizar as populações para torná-las mercadorias, agora só pode operar como o mercado, que em momentos de excesso de oferta, destrói seus estoques invendáveis (Botelho, 2018).

conflitos eram, em geral, organizados e caracterizados por dois lados bem definidos, envolvendo principalmente o Estados-nação. Nesse contexto, prevalecia a ideia de que o Estado detinha o monopólio legítimo da violência, sendo a guerra entendida como o último recurso após o esgotamento do diálogo e das tentativas de alcançar um consenso moral. No entanto, na transição do século XX para o século XXI, novas interpretações surgiram, trazendo à tona elementos que ajudam a compreender a crise capitalista, o colapso social e as transformações nos conflitos armados. Uma dessas mudanças foi a superação da visão limitada de que a guerra era apenas uma expressão do Estado na manutenção do monopólio da violência. Atualmente, as formas de violência se disseminaram por quase todo o tecido social, tornando-se uma mediadora central das relações sociais. Muitas vezes, essas manifestações incorporam elementos das guerras convencionais do século XX, mas não são oficialmente reconhecidas como tal, refletindo uma nova dinâmica de conflitos na era contemporânea.

> Os conflitos primordiais que subjazem ao foco de cada distúrbio configuram guerras civis tão ferozes quanto aparentemente atávicas, que, de facto, se direcionam menos para o exterior do que para o interior – significando o "interior" uma economia nacional mais ou menos doente ou já destruída, cujo enquadramento estatal está a romper-se (Kurz, 2019, p. 32)

Esta ruptura faz com que um novo inimigo seja produzido, pois a generalização da violência atrelada ao caráter de guerra precisa se justificar como recurso mobilizador para operar determinadas relações sociais. Antes o inimigo era externo do ponto de vista do Estado, das fronteiras do território da nação. Contudo, atualmente, o inimigo é interno oriundo de um perfil pré-fabricado, mas também presente na massa marginal assumindo a responsabilidade da decomposição social.

> A violência da concorrência de crise no limiar do século XXI, no entanto, apenas constitui uma cruel caricatura desta relação burguesa fundamental. E o fato de a violência se virar essencialmente para o interior, e não para o exterior, é mais um sinal de decadência da subjacente pseudo civilização. A relação inverteu-se: já não é o inimigo externo, mas, sim, o inimigo interno a determinar a definição do conflito. Agora a imagem do inimigo interno é construída e desenvolvida até à explosão desmedida, com o mesmo esforço cultural e psíquico outrora usado para definir a imagem do inimigo externo" (Kurz, 2019).

É possível prever que esse processo tende a desencadear uma forma de guerra civil generalizada, caracterizada por conflitos não convencionais disseminados em escala global. Como discutido no primeiro capítulo, isso se relaciona ao fato de a violência passar a atuar como principal mediadora das relações sociais em contextos de

extrema precariedade. Soma-se a isso a crise da estrutura social capitalista, que tende a intensificar esse cenário e a levá-lo a níveis mais agudos. Nesse contexto, a noção de “guerras não convencionais” torna-se relevante, uma vez que a proliferação desses conflitos não se submete a acordos ou tratados internacionais, tampouco conta com instâncias institucionais capazes de assegurar, ainda que minimamente, a proteção de direitos. Trata-se de um período de fragilização institucional profunda, agravado pela crise, que intensifica as tensões e acelera o esvaziamento dos mecanismos regulatórios da guerra. Como consequência, as regras convencionais tornam-se progressivamente obsoletas, enquanto se observa o aumento expressivo do número de mortos e a ampliação da circulação de armas entre diferentes territórios e grupos civis armados. Paralelamente, diversos Estados têm reduzido seus exércitos permanentes, substituindo-os por tecnologias avançadas e contingentes profissionais especializados, ao mesmo tempo em que se torna cada vez mais difusa a distinção entre o civil e o militar.

Robert Kurz (1980) já vinha destacando algum tempo o quanto que a crise do capitalismo na década de 1970 seria o marco da derrocada do projeto civilizacional oriundo do ocidente, moderno e, portanto, capitalista. Uma vez que, atualmente, não faltam elementos que asseguram sua análise.

> Evidentemente, as vertigens sanguinárias, os massacres e as crueldades espontâneas das "guerras civis" que proliferam já por todo o mundo (o próprio conceito de "guerra civil" tornou-se entretanto frágil, dando apenas uma vaga ideia do panorama real) já não obedecem a qualquer lógica económica. Mas a maior parte dos guerreiros de Deus ou dos bandidos étnicos tem vontade de autoafirmação, formada por critérios capitalistas, suficiente para cobiçar o dinheiro e os bens associados ao consumo de massas moderno ou "pós-moderno"; ainda que, por outro lado, a referida autoafirmação de certo modo já não o seja, uma vez que deixou de estar integrada no contexto funcional da reprodução capitalista. É bom de ver que esta economia de saque deixou de corresponder ao modo de produção da economia empresarial, precisamente porque esta, localmente, ou se encontra em adiantado estado de decomposição, ou já se desmoronou por completo, ou saiu pela calada, já não podendo a concorrência concretizar-se na esfera de realização do mercado, mas apenas na esfera de realização da agressão armada ” (Kurz, 2019, p.34).

Enzensberger (1995) aponta que o período de crise social é marcado por uma guerra civil generalizada, rompendo com ditames clássicos das guerras entres Estados e a disputa pela monopolização do poder. “Na guerra civil existe uma ameaça permanente do colapso da disciplina e da desagregação dos exércitos em bandos armados que

operam segundo seus próprios interesses" (Enzensberger, 1995, p.12). O tipo de guerra atual analisada por Hans Enzensberger é o que ele chama de guerra civil molecular de baixa escala geográfica[79]. Nesse sentido, há um marco de mudança histórico comparado com o período que antecede, como as guerras para acumulação de capital diante de uma profunda crise ou as guerras de libertação dos países colonizados. "A guerra civil molecular das metrópoles está igualmente esvaziada de fundamento ideológico e político" (Enzensberger, 1995, p.19). É por isso que se trata de uma guerra civil generalizada.

Pode parecer redundante enfatizar o caráter violento associado à crise capitalista, uma vez que essa forma social sempre se estruturou sobre a violência como pressuposto de sua expansão geográfica e de sua implementação entre diferentes povos. Como destaca Kurz (2019), a constituição e a imposição da modernidade foram marcadas por terror, massacres, coerção violenta, pilhagens e trabalho forçado — não como elementos externos, mas como fundamentos do trabalho assalariado "livre" e da individualização capitalista. Contudo, a hipótese aqui desenvolvida aponta para uma mudança de paradigma: processos conflituosos antes compreendidos como momentos de exceção tendem a se converter em regra no contexto de crise, tendo a violência ampliada como eixo estruturante. Nesse cenário, a proliferação de grupos armados civis configura uma das principais expressões desse novo padrão social. Ambos se associam ao processo de militarização do espaço urbano ou da vida social. Nesse sentido, controle territorial praticado por grupos armados e lideranças armadas locais de diferentes espectros, recorrendo a coerção, terror e medo para realizar ordenamento nos territórios objetivando exploração econômica e pilhagem social[80], também é parte desse paradigma.

2.2 - A Militarização do Espaço Urbano do Rio de Janeiro.

A temática da violência é amplamente abordada por diferentes caminhos teóricos e metodológicos trazendo como resultado diferentes formulações, conceitos e categorias que tratam da violência no aspecto geral e, não obstante, de temas específicos

[79] Poderia também ser chamada de Guerra Civil Difusa.
[80] É uma expressão explorada por Franz Schandl (2015) para descrever a proliferação de grupos armados que combina exploração econômica com violência extrema diante de uma crise capitalista que se aprofunda. Tratarei da pilhagem social mais a frente.

em que muitas das vezes é possível relacionar ou referenciar para seguir para outras reflexões ainda inexploradas por diferentes campos de conhecimento. Portanto, o meu esforço em discutir militarização nesta seção é de não abandonar reflexões que ajudaram a apontar caminhos, porém, e ao mesmo tempo, também ofereceram possibilidades de avançar em determinados aspectos. Sendo assim, busco seguir este trajeto reflexivo para em seguida operar com minhas próprias reflexões para melhor relacionar o objeto de minha pesquisa.

É por tudo isso que a relevância das reflexões a seguir consideram o grau acentuado de violência urbana e a militarização da vida social no Brasil, particularmente na cidade do Rio de Janeiro, e a expansão territorial dos grupos armados milicianos na Zona Oeste da cidade. Um dos temas do debate no cenário político atual é o fortalecimento dos grupos armados milicianos e a crise da "polícia pacificadora" nas favelas cariocas: portanto, a atualidade dessa reflexão é evidente, mas quase sempre reduzida a uma dimensão ligada instrumentalmente às políticas públicas. Misse (2008) analisando sobre a acumulação social da violência, afirma que no Brasil, o Estado nunca conseguiu ter completamente o monopólio do uso legítimo da violência, nem foi capaz de oferecer igualmente a todos os cidadãos acesso judicial à resolução de conflitos. Portanto, isto evidencia o quão complexa é esta questão. É o que aponta também Lessing (2022) quando fala de governança criminal, pois não se trata ser ou não ser Estado. Segundo ele, grupos armados criminosos "não constituem uma ameaça existencial ou mesmo uma alternativa contundente à governança estatal. Em vez disso, é por natureza enraizada em uma esfera maior de governança do Estado" (Lessing, 2022, p.7).

Nesse sentido, ao delimitar o estudo de caso e o recorte espacial da pesquisa, busco analisar como um determinado grupo armado — a milícia — passou a atuar como agente da produção do espaço urbano e como gestor territorial em uma parcela significativa da Zona Oeste do Rio de Janeiro. Trata-se de um grupo cujo marco inicial remonta à década de 1990, no bairro de Cosmos, onde uma de suas principais lideranças ficou conhecida como "Batman". Em determinado momento, esse grupo expandiu seu controle para bairros como Santa Cruz, Campo Grande, Paciência, Cesarão e Vilar Carioca, entre outros já mencionados no primeiro capítulo. Além disso, sua atuação também se estendeu a favelas anteriormente dominadas pelo varejo do tráfico de drogas, consolidando-se como mais um agente de controle territorial na cidade do Rio de

Janeiro. Para analisar melhor a relação entre grupos armados e militarização do espaço urbano retomo as reflexões anunciadas na introdução, como por exemplo, Stephen Graham.

Os fenômenos dos grupos armados milicianos e da militarização do espaço urbano carioca dialogam com o que Stephen Graham (2012) chama de um urbanismo militar. O autor de "Cidades Sitiadas" chama atenção para as características da lógica urbana militarizada. Neste sentido, o conjunto dessas práticas difusas de disciplina e controle pode ser notado na atuação dos grupos armados na cidade do Rio de Janeiro. Existe uma miríade de mecanismos de controle generalizado da vida nas cidades dos quais Grahan considera como sendo expressão de um urbanismo militar. Tais mecanismos possuem diferentes localidades e experiências urbanas variadas. Portanto, tecnologias utilizadas na faixa de Gaza são aplicadas nas operações policiais em favelas no Rio de Janeiro. Blindados de guerra utilizados na Guerra do Iraque em 2003, hoje também são utilizados na Síria.

Entretanto, é preciso adentrar nas particularidades da cidade do Rio de Janeiro para saber como se manifesta este urbanismo militar e Stephen Grahan nos ajuda a ter esta noção. "Essa guerra tem como alvo as classes raciais e sociais inteiras e seus distritos urbanos, enquanto isso, a nação se torna uma incompatível "democracia penal" (Grahan, 2016, p. 178). Portanto, é por isso que, quando a análise da militarização é feita em países da periferia do capitalismo, suscitam-se outras nuances capazes de complexificar a militarização. Souza (2008) afirma que a militarização é uma resposta ao medo generalizado da violência urbana, na verdade, a questão urbana é tratada por uma espécie de violência militarizada.

> A título de complementação é importante registrar que, paralelamente a essa militarização – ou ainda melhor: como um subconjunto dela, desde que sentido amplo, o qual vá além das instituições do Estado como as Forças Armadas e a polícia e incorpore o conjunto de organizações com feição e caráter militar e voltadas para funções de defesa e/ou coerção –, pode-se perceber igualmente uma "paramilitarização da questão urbana" (Souza, 2008, p.68).

Nesse sentido, a compreensão do conceito de "prisonização" torna-se relevante para analisar a dimensão espacial do controle generalizado da massa marginal discutida neste capítulo. O termo foi elaborado pelo autor norte-americano Donald Clemmer (1958) e posteriormente aprofundado por Vanessa Gonzaga (2013). Gonzaga mobiliza o conceito para destacar o processo de transposição de práticas, valores, formas de

controle e hábitos próprios do sistema prisional para a vida cotidiana. Tal dinâmica pode ser observada tanto em escala global quanto no contexto urbano do Rio de Janeiro, especialmente no que se refere às populações excluídas do mercado. Nesse caso, disseminam-se mecanismos de controle que operam por meio da intimidação, da ameaça e da violência física e psicológica, dirigidos aos considerados indesejáveis. Assim, características típicas do ambiente prisional extrapolam seus limites institucionais, configurando formas de aprisionamento a céu aberto das populações pobres. Diante disso, favelas, periferias e prisões passam a constituir territórios específicos de controle, marcados por práticas intensivas de vigilância.

No entanto, quando o controle, a disciplina e a vigilância generalizada são insuficientes para lidar com os marginalizados estigmatizados da cidade assume o padecido expediente, o extermínio sistemático e contínuo destes que são descartáveis para a ordem social em ruínas. Pode se dizer que esta realidade mais recente como expressão da forma capitalista avançada, representada pelo seu triunfo desde à queda União Soviética, significa também o esgotamento desta forma social (Menegat, 2019).

Essas reflexões servem para corroborar com minha hipótese acerca do tratamento dado à massa marginal. Assim, a norma estabelecida possui uma função de disciplinar e controlar este contingente populacional que não encontra saída para manutenção das condições sociais mínimas restando apenas opções precárias e subalternizadas e até mesmo a economia do crime e mercado ilegal como opção imediata (saída de emergência). Agora imagine esse movimento generalizado de âmbito global encontrando em cada território o perfil estereotipado, social e dispensável, confundida e forjada como classe perigosa? Esta lógica é a norma vigente da ordem severa contemporânea do capitalismo em ruínas. Por isso que a militarização junto com outros dispositivos agressivos e rigorosos constituem a resposta unívoca ao nascedouro de excedente de grupos estigmatizados da sociedade.

Nos termos da sociabilidade urbana esta é a nova regra citadina, se é que assim pode se chamar, um quadro de imposição aberto e despudorado de ataque aos que foram condenados como inferiores históricos na estrutura social pela imposição da forma racial.

Diferentemente do avanço do Estado punitivo nos Estados Unidos, analisado por Wacquant (2008), tendo o Estado policial como carro-chefe, quando se olha em países

periféricos a situação é bem mais danosa e histórica, pois além do Estado punitivo via instituições legais, conta também com a atuação dos grupos armados. No início, a justificativa para tal regra restringia-se a evitar o aumento da criminalidade cuja eliminação total é um plano utópico dentro de um quadro sociológico desigual que às vezes diminui conjunturalmente, mas nunca estruturalmente, isto é, um cenário atroz de violência permanente para manutenção de poder restrito a uma pequena classe social.

O Estado punitivo no Brasil ocorre ao mesmo tempo em que aumentava-se as políticas sociais através dos governos de Lula (2002) e Dilma (2010), por exemplo, junto com o desenvolvimento capitalista, aumentava-se medidas punitivas para o perfil indesejado da cidade[81]. Diferentemente dos Estados Unidos e Europa, o Estado punitivo possui uma presença marcante na formação social brasileira de caráter econômico e social dependentes, seja nos períodos de crise ou mesmo de crescimento econômico, o que complexifica ainda mais a análise comparando com outros países do centro. Por exemplo, no Brasil, no mesmo instante que uma população miserável é atendida com medidas compensatórias, são as mesmas que são vítimas de operações policiais[82]. Portanto, é possível notar o nexo entre a situação econômica e social com a violência sofrida pela massa marginal em capitalismo dependente em crise, em que se intensifica a formação de uma massa sobrante e excludente.

Essas medidas do Estado são sumariamente bem-sucedidas e correspondem aos objetivos não confessáveis da classe social dominante em "punir os pobres", pois corresponde como a estrutura social desigual está organizada, porém, e ao mesmo tempo, corresponde a uma espécie de decomposição social generalizada. O discurso oficial sempre entoa que tais medidas são para conter a violência, o narcotráfico, a imoralidade provocada pela imersão no uso das drogas e até mesmo a pobreza, e como saída racionalmente plausível no cenário contemporâneo – neoliberal – seria

[81] Lepletier e Carezzato (2024), apontam que entre 2006 e 2016 a população carcerária no Brasil teve um aumento de 85%, alcaçando em 2020 a posição de terceira maior população carcerária do mundo, com mais de 800 mil presos.

[82] É possível identificar duas grandes tendências contraditórias em termos de precarização do trabalho durante os governos petistas. Por um lado, reduziu-se o processo de precarização ocupacional tendo em vista o aumento da formalização da força de trabalho. Por outro, a ampliação do processo de terceirização das atividades produtivas para todos os setores econômicos acabou por precarizar contratos e salários desapossando os trabalhadores de alguns direitos sociais. À medida que o mercado de trabalho se ampliava no ritmo do crescimento econômico dos anos 2000, uma massa de trabalhadores em ocupações terceirizadas, precárias e sub-remuneradas não tardou a revelar a face despótica do emprego informal (Braga, 2017, p. 116).

transformar os pobres favelados em empreendedores de si mesmo (Botelho, 2013). Algo que não reduz a violência sofrida pelo perfil já extremamente estigmatizado.

Este panorama vem se difundindo cada vez mais nas principais cidades do Brasil e do mundo, está na ordem do dia combinar violência como ação do Estado para conter a violência para assim garantir a manutenção do projeto de civilização modernizador e racial em crise. Para os projetores da sociedade, os pobres das cidades são como os bárbaros de antigamente e sua falta de enquadramento corresponde a falta de entes civilizatórios, quando na verdade a questão que se coloca é o esgotamento desse ciclo civilizatório. A classe perigosa e a franja marginal urbana é etiquetada como problema social ou como potencial a ser expropriada para o projeto civilizatório já excedido, desta forma, a linha atenuante contida neste programa criminalizante se complexifica.

Machado da Silva (2010) ao analisar a "Violência urbana, Segurança Pública e Favelas" na cidade do Rio de Janeiro trata dessa questão como sendo "sociabilidade violenta" que atravessa o cotidiano. Assim afirma o sociólogo:

> O núcleo do conflito social passou a concentrar-se na relação entre a espiral de violência policial e criminal e as interrupções nas rotinas cotidianas, constituindo-se, assim um circulo vicioso que, como venho insistindo, se expressa no par violência urbana e sociabilidade violenta (Machado da Silva, 2010, p. 293).

Com efeito, o que ele chama de sociabilidade violenta[83] se soma aos resultados da violência policial (Estado) e criminal (Grupos civis Armados). Embora o autor não destaque a questão do território e as diferentes escalas de manifestação do fenômeno, são determinantes para sua formulação teórica. Portanto, o problema da violência e dos grupos armados no espaço urbano do Rio de Janeiro definidos por e a partir relações de poder perfaz necessariamente pela defesa e construção do território cuja dinâmica se modifica ao longo do tempo e espaço. Isto é, ao mesmo tempo que violência possui "sociabilidade" ela também possui espacialidade. E mais ainda, conforme Oliveira (2025) analisando a relação entre espaço e violência, ele adiciona que este mesmo espaço e essa mesma sociabilidade produz um racismo antinegro, promovendo uma

[83] Para Luiz Antônio Machado da Silva (2004)mercadorias políticas, sociabilidade violenta refere-se a um padrão de relações sociais no qual a violência e a ameaça do uso da força armada deixam de ser fenômenos excepcionais e passam a estruturar o cotidiano, orientando comportamentos, hierarquias e formas de autoridade, especialmente em territórios populares marcados pela atuação de grupos armados. Nessa forma de sociabilidade, a violência funciona como princípio regulador das interações sociais, produzindo uma ordem específica baseada na coerção, na previsibilidade das punições e no reconhecimento de poderes locais, ao mesmo tempo em que desloca ou enfraquece as mediações institucionais do Estado e redefine as experiências de cidadania e pertencimento social.

experiência espacial limitada, o seja, o racismo impede que negros tenham uma experiência do espaço (sociabilidade) como totalidade em movimento.

Na América Latina[84] e principalmente no Brasil, além das Forças Armadas e Forças de Segurança do Estado, estes territórios contam com as práticas de grupos armados onde muitas das vezes possuem objetivos que às vezes cruzam com o do próprio Estado, mas com independência na gestão do controle territorial. Desta maneira, fica complicado entender e demarcar onde e como se entrelaçam esses objetivos, entretanto, para a massa marginal a consequência é o extermínio através das repetidas chacinas, o desaparecimento forçado ou o ingresso nos mesmos grupos armados, configurando, neste caso, como "saída de emergência" de uma profunda decomposição social em que vivemos.

Neste sentido, a Acumulação Racial da Violência por Despossessão[85], é um conceito usado por Jackie Wang (2018) em "Capitalismo Carcerário" que é importante considerar sua relevância. Nele a autora compreende que os processos de violência atingem majoritariamente uma população não branca. E que além das condições de violência, esta mesma população é condicionada, 1) à superexploração através de condições de trabalho extremamente subjugadas e precárias seja pelo subemprego ou pelo desemprego, 2) a uma expropriação das condições mínimas da reprodução social, ou seja, da sobrevivência em que pese a incapacidade do Estado de oferecer serviços sociais juntamente com o processo de privatização de determinados serviços; 3) além destes dois processos amarrados a vida da população racializada, não branca, entra na ordem do dia o extermínio policial.

Além da relfexão de Wang (2018), nesta trama de violência, precarização da vida social, marginalidade e grupos armados, as reflexões de Hirata e Telles (2010), sobre como os mercados ilegais são parte importantes para a constituição dos grupos armados operando com violência. Em "Ilegalismos e Jogos de Poder os/as autores destacam que:

> Nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito, lançando mão de forma descontínua e intermitente das oportunidades legais e ilegais que coexistem e se superpõem nos mercados e trabalho, ao mesmo tempo em que se expande uma zona cinzenta que torna

[84] Tratarei mais adiante o exemplo de outra localidade da América Latina.

[85] A Despossessão aqui refere-se ao conceito discutido por David Harvey (2003) em "Novo Imperialismo". Harvey chama atenção para o que seria a atualidade do processo de acumulação primitiva de capital de Marx. Desta forma, vai formular o conceito de "acumulação por despossessão."

> incertas e indeterminadas as diferenças entre o trabalho precário, os expedientes de sobrevivência e as atividades ilegais (Hirata e Telles 2010, p. 40).

Dessa forma, compreendo a dinâmica da violência urbana na realidade brasileira, envolvendo grupos armados e outros agentes — estatais e/ou atores políticos e econômicos locais — como parte de uma trama complexa. Essa trama é constituída por circuitos territoriais difusos, porém articulados, nos quais se estabelecem relações de poder bem definidas, mercados ilegais e intercâmbios que combinam práticas lícitas e ilícitas, incluindo iniciativas que envolvem o próprio Estado. Em torno dessas relações, formam-se estruturas duradouras e sistemáticas, responsáveis por (re)definir continuamente as fronteiras entre o legal e o ilegal.

Aliado a isso, é preciso enfatizar que essa trama passa por períodos de reestruturação de modo que afeta as relações de poder, mudança de agentes que atuam diretamente na vida social atrelada especificamente ao próprio território, na constituição de novos mercados, novas mercadorias políticas etc. Portanto, o jogo de poder parece ser permanente como parte de uma cena urbana de um capitalismo de formação social dependente. Por conseguinte, pactos são firmados, acordos instituídos, velhas e novas formas de violência para o exercício do controle e domínio territoriais são colocadas em prática pelos grupos armados que atuam na cidade do Rio de Janeiro.

Isto posto, em linhas gerais, estou convencido de que estas pontes teóricas acerca das análises de diferentes espaços, formam um conjunto de reflexões que contribuem significativamente para a compreensão da crise profunda do capitalismo contemporâneo e o processo de militarização do espaço urbano. É por conta deste fato que a acumulação social e racial da violência tem anunciado contornos agudos para uma parcela marginalizada do tecido social urbano; das relações de poder baseadas na constituição territorial de mercados ilegais, trocas lícitas e ilícitas e a intensificação da violência e de um Estado punitivo.

O conceito de governança criminal (Lessing, 2020) oferece elementos importantes para a análise do processo de militarização do espaço, especialmente em contextos marcados por altos níveis de violência, como os territórios controlados por grupos armados milicianos. Em primeiro lugar, destaca-se a ausência do monopólio legítimo do uso da violência por parte do Estado. A atuação de grupos armados nos espaços urbanos evidencia esse traço do capitalismo contemporâneo e de uma

modernidade em crise. Como afirma Lessing (2020, p. 1), “o que une esses casos é que, para os governados, as reivindicações dos Estados de um monopólio sobre o uso legítimo da força soam vazias”. Em segundo lugar, observa-se a instabilidade na definição de inimigos e aliados, seja nas relações entre grupos armados, seja nas interações com o próprio Estado. Dependendo do contexto, agentes que ocupavam a posição de aliados podem rapidamente ser reconfigurados como inimigos.

O que também pode ser observado é a mudança de paradigma de política de segurança nacional para o paradigma de segurança urbana; a dificuldade em definir e delimitar a confusa relação com Estado em escala territorial urbana. Não se sabe ao certo se o Estado é responsável direto da governança criminal ou se ele é mais um agente dentro da estrutura social determinada no território. Isto vale para alguns grupos armados, mas nem para todos. Não há tal respaldo subjacente à governança de grupos armados não estatais: sua autoridade repousa em sua própria capacidade coercitiva, em oposição pelo menos nominal a do Estado[86] (Lessing, 2020).

As discussões apresentadas acima contribuem significativamente para a fundamentação da minha proposta conceitual sobre a militarização do espaço urbano no Rio de Janeiro. A análise dos conceitos utilizados por outros autores permite concluir que a militarização vai além do âmbito das forças de segurança, estendendo-se também à esfera civil e armada. Além disso, existe um ente espacial muito claro no processo de militarização da cidade do Rio de Janeiro, pois não se trata apenas de aspectos sociais e políticos, há o espaço como forma intrínseca à militarização e neste caso o território é a chave espacial para entender militarização no espaço urbano. É por isso da escolha de militarização do espaço urbano em detrimento da militarização da vida social, ou associar militarização apenas a capacidade bélica e operações policiais do Estado. É menos eficaz do que a militarização do espaço urbano, já que, tratando-se de urbanização contemporânea, categorias espaciais são fundamentais para entender dinâmicas e processos de violência. Posso definir, portanto, a *militarização do espaço*

[86] Há muitas nuances que podem ser exploradas seguindo essa linha. Afinal grupos armados constituem poder paralelo ou é uma forma de controle ampliado do Estado? Considero que o controle territorial exercido pelos grupos armados é uma expressão de poder local coexistente com o poder do Estado, que em determinadas situações operam com conivência e convergência com agentes do próprio Estado, principalmente das forças de segurança e forças armadas. Embora haja um poder territorial mediado pela violência armada não significa que haja uma “governança criminal”, pois nos termos da teoria política clássica faltaria outros elementos para constituir um governo. Contudo, é preciso considerar o grau de legitimidade que o exercício do poder praticado pelos grupos armados possui junto às populações desses territórios.

urbano como sendo o controle minucioso, rigoroso e ostensivo da sociabilidade urbana através de práticas militares e regulação armada conjuntamente a um disciplinamento e controle social generalizado em que se define a demarcação territorial por e a partir relações de poder.

Mesmo fazendo o esforço para construir um significado geral para militarização do espaço urbano, ainda assim, é um processo muito mais amplo do que o próprio conceito consegue alcançar, isto por conta da dinâmica da própria realidade que muda com frequência. Com efeito, muita das vezes o conceito é parte constituinte de um momento histórico que lhe atribui, possuindo elementos particulares, mas também, gerais e determinadas abstrações. No intuito de ter o maior alcance possível proponho eixos para entender o que é a militarização do espaço urbano.

1) Uso militarização do espaço urbano como forma de demarcar as diferenças com outras análises que destacam o processo de militarização, como por exemplo, restringindo apenas ao caráter institucional (constitucional) do processo. Neste sentido, minha análise extrapola estas concepções ao usar a categoria miltoniana de espaço (social/geográfico). E por que utilizar militarização do espaço? Note que a militarização contemporânea significa uma série de expressões que perfazem um fenômeno social afetando a vida social de forma ampla. Até aqui, só se falava em militarização associada às operações policiais e das forças de segurança como um todo, militarização vai além das políticas públicas tornando-se um ente cotidiano, ou seja, a militarização do espaço urbano é um processo que expressa a separação das esferas civil e militar, aliás, muito evocada também, pelos grupos armados que atuam na cidade. Desta forma, eu defino a militarização do espaço urbano como 1) um processo social caracterizado pela ampliação do controle social com uso da violência direta recorrendo às práticas militares. 2) a militarização do espaço urbano significa o controle armado, rigoroso e ostensivo da sociabilidade urbana, formando territórios com uso de violência e práticas militares; 3) a militarização virou um modelo para a sociedade de maneira geral como forma imediata no tratamento da questão urbana ou da questão social (termo explorado pelo serviço social).

2) A militarização constitui como parte de um processo modernizador que serviu para expansão da sociedade moderna e na formação dos Estados nacionais. No entanto, o que venho desenvolvendo em minhas pesquisas é que a militarização e sua intensificação contemporânea tem assumido contornos dramáticos por conta da crise do

capitalismo que vem se aprofundando desde à década de 1970. Assim, a militarização do espaço urbano forma uma espécie de circuito que atravessa outras formas de sujeição condicionada a um contingente populacional do qual o próprio capitalismo já não consegue integrar, aliás, este contingente que alguns países do centro vêm conhecendo recentemente, ele já é esgarçado como parte da formação social brasileira. A militarização do espaço urbano, em linhas gerais, consiste numa resposta dada pelo capitalismo em crise estrutural e profunda, direcionada para a franja marginal excluída do processo produtivo direto, isto é, a uma massa marginal. Por conseguinte, junto com a militarização, temos o encarceramento em massa desta mesma população, o controle rigoroso com uso de tecnologias de guerra adaptadas para o espaço urbano, o extermínio brutal e permanente desta massa marginal, sendo ainda pior para a população negra da cidade e a militarização do espaço através do uso das forças de segurança (polícias civil, militar e federal) e forças armadas para a realização de policiamento ostensivo. Estas formas de tratamento dadas pelo capitalismo esse contingente populacional não funcionam de forma isolada ou sucessiva, mas, ao contrário, funcionam de forma concatenada, formando circuitos de violência.

3) Essa massa marginal historicamente esgarçada de forma violenta pela acumulação de capital e de caráter estrutural extrapola a categoria do exército industrial de reserva. Tratando-se de um capitalismo em ruínas, a produção de trabalhadores descartáveis conceituado como superpopulação relativa por Karl Marx se intensificou mundo afora, mas que com contornos dramáticos para países de capitalismo dependente e periférico, que são os casos da América Latina e Brasil. Ou seja, existe hoje um perfil social que não serve para os processos produtivos do capitalismo contemporâneo, precisando sobreviver de alguma forma que é sempre de maneira subjugada, precarizada.

4) A difícil demarcação do que é período de Guerra e o que é período de Paz no capitalismo contemporâneo. Há muito mais mortos em períodos de Paz. Por exemplo, no caso brasileiro, entre 2009 e 2016, 22 mil pessoas foram mortas em decorrência de operações policiais[87], não coincidentemente, período em que se aplicou a chamada política de pacificação tendo como maior expressão as Unidades de Polícia Pacificadora - UPP's. O projeto de paz mais recente aplicado ao Rio de Janeiro é do Governador

[87] 11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/11o-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/. Acesso em: 20 de Out. 2021.

Cláudio Castro, chamado de cidade integrada. Projeto implantado após a ocorrência de uma das maiores chacinas da cidade, na favela do Jacarezinho. Isto é, projeto de paz militarizado está diretamente associado ao extermínio sistemático. A forma encontrada pelo Estado em integrar uma favela (território hostil), que já é parte da cidade, é intensificando o controle social generalizado através de instalações de câmeras em postes de iluminação pública e "cadastro" facial dos moradores. Ou seja, mais uma vez a violência e o controle são operados para mediar questões sociais.

5) Uma confusão (ou o fim da separação conforme adiantei) em delimitar as fronteiras precisas das esferas civis e militares. Por isso, a definição de grupos armados como expressão dessa forma de militarização é importante considerando a complexidade do fenômeno. Temos, por exemplo, a CORE (uma espécie de tropa de elite da polícia civil) que é totalmente militarizada do ponto de vista da militarização. Outro exemplo são as Guardas Municipais seguindo uma formação militar rigorosa, além de possuírem suas tropas de elite no formato do BOPE. Neste momento tramita no congresso nacional a PEC das polícias municipais (PEC 57/2023). O objetivo é transformar a Guarda Municipal em órgão de segurança pública. Dezenove capitais brasileiras possuem Guardas Municipais armadas. Recentemente a prefeitura do Rio de Janeiro criou a chamada Força de Segurança Municipal[88]

6) A também confusa política de segurança, com indefinições do que é interna e externa. Neste caso pode-se citar o fato de as forças armadas (FA's) serem utilizadas inúmeras vezes para realizar policiamento interno, no interior do território do Estado-nação. Neste sentido, técnicas militares exclusivas para um potencial inimigo externo são deslocadas para o próprio território contra um inimigo forjado sociabilidade urbana. Para fins de exemplo, entre 2010 e 2018 tivemos cinco GLO's (Garantia da Lei e da Ordem) aplicadas em diferentes cidades, mas principalmente no Rio de Janeiro. Foram as chamadas Operação Arcanjo, Operação Pré Eleições, Operação São Francisco, Operação Carioca e Operação Rio de Janeiro. É por isso que, em linhas gerais, passamos do paradigma de segurança nacional para a segurança urbana. Stehpen

[88] ***19 Capitais do País Têm Guarda Municipal com Arma de Fogo; apenas 4 não fazem uso***. G1 – Portal de Notícias. Rio de Janeiro. Publicado em 07 de Fev de 2021. Diposnível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/02/07/19-capitais-do-pais-tem-guarda-municipal-com-arma-de-fogo-apenas-4-nao-fazem-uso.ghtml. Acessado em: 15/08/2021. Parei de acompanhar desde a publicação desta reportagem.

Graham (2012) chama de "guerra securocrática[89]", ou seja, uma guerra sem data para acabar. Cabe mencionar também, a proliferação de grupos especiais militarizados aos moldes do BOPE (Batalhão de Operações Especiais), aliás, o BOPE tornou-se o principal modelo de militarização dentro das forças de segurança do Estado quanto dos grupos armados, formando tropas especiais sob uma liderança específica, conforme mencionei na introdução. A PRF (Polícia Rodoviária Federal) formou três grupos nos moldes do BOPE ainda realizando operações em favelas. São eles o NOE – Nucleo de Operações Especiais – da polícia rodoviária federal, o GRR – Grupo de Resposta Rápida da Polícia Rodoviária Federal e o COT - Comando de Operações Táticas. Em 2022, ambos os grupos especiais participaram da operação policial na Vila Cruzeiro, em que vinte e três pessoas foram assassinadas. Além de outras operações resultando em chacinas em favelas. Este movimento é o resultado do que Botelho (2022) vem chamando de processo de passagem de policial soldado para policial guerreiro.

> O processo de militarização das forças de segurança convencionais não é apenas a sua transformação em tropas de soldados, mas a conversão dos policiais em verdadeiros "guerreiros". A compreensão cada vez mais naturalizada de que há um envolvimento objetivo numa guerra cria a subjetividade do guerreiro. Como resumiu um chefe de polícia norte-americano, há uma mentalidade militarizada de que "você não é um policial servindo a uma comunidade, você é um soldado em guerra". (Botelho, 2022, p.5).

7) O total solapamento da diferença de quem é o inimigo e de quem é aliado. É por isso que todos são inimigos potenciais, embora o peso recaia para as classes perigosas. Trata-se de uma Guerra Civil difusa em que ocorre uma reconfiguração das alianças. Aqui há um debate controverso a respeito do monopólio legítimo da violência, pois a confusão se generaliza quando o Estado não possui mais o monopólio da violência, e portanto, precisa acionar acordos ilícitos de ocasião diante dos conflitos armados no espaço urbano. Embora esta prática seja apenas direcionada aos grupos milicianos, isto ocorre com as grandes facções do varejo, como o PCC (Primeiro Comando da Capital) e o comando vermelho, para ficar nos casos mais comuns.

[89] Ao classificar os conflitos urbanos contemporâneos como guerras securocráticas Graham (2012) considera dois elementos fundamentais: 1) o fim da distinção entre quem é o inimigo interno e externo do Estado-nação. No caso do Rio de Janeiro essa ideia se aplica para o uso recorrente das forças armadas para realizar policiamento urbano contras as chamadas classes perigosas. O exército que teoricamente é programado para defender o território do Estado-nação contra invasores externos realiza ocupações em favelas e territórios hostis no centro urbano; 2) as guerras que não possuem tempo para acabar, como guerra às drogas, guerra ao terror, etc.

8) As rupturas do ponto de vista dos processos legais e ilegais. É o caso por exemplo, do Estado de exceção na tentativa de implementar novas leis, mas que as práticas destas leis são possuem um lastro social evidente. Vide por exemplo o caso da GLO, em que nas favelas e periferias as operações de garantia de lei e de ordem nunca foram suspensas. “Numa situação de exceção, o cumprimento de uma lei anda ao lado de sua própria violação, legalmente amparada “Para aplicar uma norma é necessário, em última instância, suspender sua aplicação, produzir uma exceção conforme Botelho (2022 p. 2).

9) Uma outra característica importante são as mudanças globais referentes aos processos de militarização relacionados à gastos militares, o número pessoal das forças armadas dos principais países e o avanço tecnológico. Um relatório publicado em 2023 pelo Institute for Economics e Peace descreve as mudanças no cenário global da militarização e demonstra que desde o fim da Guerra Fria ocorrem mudanças significativas nos processos de militarização. O relatório aponta que houve uma queda dos gastos militares nacionais, tendo retomado o crescimento com a deflagração da guerra da Ucrânia. Em 2023, os gastos militares globais atingiram o patamar de US$ 2,443 trilhões, um aumento de 6,8% em relação ao ano anterior. Muito deste aumento se explica por conta do desvio de outras áreas públicas como educação, saúde e desenvolvimento social. Apesar do aumento dos gastos militares globais, o que vem diminuindo são os efetivos de tropas e pessoal das forças armadas. Em 1995 o número total de militares era de 35 milhões, em 2020 este número cai para 28 milhões. Indo para um cálculo per capita, em 1970 havia 700 militares para 100 mil/hab, hoje são de apenas 350 (Instituto para Economia e Paz, 2024). A Índia foi o único país que teve aumento de efetivo militar e de tropas. Este fato é explicado pelo aumento de gastos com tecnologia militar, principalmente com drones. Portanto, a diminuição de tropas militares é diretamente proporcional ao investimento em tecnologia. A tendência é tão concreta que o instituto que realizou a pesquisa precisou criar uma nova categoria para realizar a pesquisa, o MTC *(Military Technological e Capability*[90]*).*

10) A ampliação da sociedade do controle com uso de tecnologias aplicadas em territórios declaradamente em guerra. Nano robôs e microrrobôs voadores que identificam o inimigo pelo seu DNA. Ou mesmo o software israelense utilizado pela polícia civil do Rio de Janeiro chamado de Cellebrite. Drones invisíveis têm sido

[90] Capacidade Tecnológica Militar (Tradução livre)

utilizados tanto pela polícia do Rio de Janeiro quanto por grupos armados do varejo de drogas. A hipótese, nesse sentido, é que por conta do avanço tecnológico militar global, tanto armas de alta tecnologia quanto as obsoletas têm circulado com maior fluidez seja direcionada para forças de segurança do estado, como as polícias ou seja os diferentes grupos armados.

O esforço desenvolvido neste capítulo busca analisar o processo de militarização do espaço urbano no Rio de Janeiro, articulado a dois outros fenômenos centrais: 1) a formação de uma massa marginal historicamente excluída do processo produtivo direto, cujas origens remontam ao período pós-abolição da escravidão, evidenciando, assim, seu marcante caráter racial; e 2) a crise estrutural do capitalismo, que, no caso brasileiro, intensifica esse processo ao mesmo tempo em que redefine paradigmas de conflitos e guerras em escala global e local. A partir dessa dinâmica, e das estratégias adotadas para lidar com a questão social decorrente da formação da massa marginal, consolidam-se os chamados circuitos de violência, cujo foco recai sobre a massa marginalizada historicamente constituída. Esses circuitos se manifestam por meio de três eixos principais: 1) o encarceramento em massa como política de controle social generalizado; 2) a utilização de tecnologias sofisticadas para ampliar o controle de territórios considerados hostis, transformando-os em verdadeiras prisões a céu aberto; e 3) a militarização do espaço urbano, com o emprego das forças armadas em funções de policiamento, frequentemente recorrendo a tropas de elite para operações de alto impacto.

Também defendo a hipótese de que a existência e a proliferação histórica de lideranças armadas locais e os grupos armados, são saídas de emergência mais imediata de sobrevivência da massa marginal, que por sua vez é formada por diferentes agentes[91]. E para garantir sua sobrevivência precisam recorrer a pilhagem social completa do território e acumular via uso da violência para manutenção das relações das quais estão inseridos.

Para o desenvolvimento do objeto desta pesquisa, é necessário percorrer alguns eixos centrais relacionados à militarização do espaço urbano, entendida aqui como uma de suas expressões empíricas. Nesse sentido, mobilizo o eixo que trata do esfacelamento

[91] Vale retomar a discussão para destacar que o uso da força é difundido e mobilizado também para além das questões de sobrevivência, com a ela se recorre mesmo quando estão em jogo meios de vida inteiramente prescindíveis (Franco, 1997). Ou seja, a violência serve como uma espécie de metodologia para ordenamento territorial e, portanto, das relações sociais..

das fronteiras entre as esferas civil e militar, cuja manifestação mais evidente é a formação de grupos armados atuantes no espaço urbano. Diante da presença de diferentes tipos de grupos armados na cidade do Rio de Janeiro, concentro a análise na formação das chamadas milícias, em especial naquela reconhecida como a maior organização desse tipo na cidade, a Liga da Justiça. Assim, os capítulos seguintes serão dedicados ao exame detalhado desse fenômeno.

Capítulo 3 – Milícia: de um Termo Jornalístico a uma Categoria Sociológica e Jurídica.

O grupo armado miliciano já é um tipo de organização criminosa prevista no código penal[92] e reconhecido na opinião pública brasileira em geral e na cidade do Rio de Janeiro. Isso faz com que um número significativo de pessoas, provenientes de diferentes posições sociais, analise, comente, pesquise ou noticie aspectos relacionados à atuação, organização e dominação de grupos armados de caráter miliciano. Por um lado, é um fato importante que mais pessoas tenham acesso a qualquer informação sobre como agem os grupos armados milicianos, ajuda muitas das vezes a identificar uma ação ilegal que de alguma forma afeta seu cotidiano. Por outro, pode gerar impactos na compreensão precisa de quem são os reais milicianos e se deveras se identificam como retratados por esses segmentos sociais: imprensa empresarial, pesquisadores e a sociedade civil em geral. Aliado a isto, outros fatos ocorridos no decorrer dos anos participaram para que cada vez mais tanto o termo milícia quanto as milícias propriamente ditas recebessem ampla repercussão. Como por exemplo, o sequestro e a tortura dos jornalistas do Jornal O Dia em 2008; a própria CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) também em 2008; o filme Tropa de Elite 2 lançado em 2010; e o assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista de serviço de aplicativo, Anderson Gomes, em março de 2018.

Neste capítulo pretendo percorrer a trajetória do termo milícia e como ele foi se ampliando até se consolidar como categoria sociológica e ser utilizado como definidor de práticas de um determinado tipo de grupo armado que atua na cidade do Rio de Janeiro. Começo pelos fatos historicamente recentes que lhe renderam ampla repercussão e consequentemente provocando mais confusão para compreensão do fenômeno e do termo - como a "descoberta" do chamado "Escritório do Crime". Analiso também a primeira reportagem em que o termo aparece, além, de como ocorreram os debates em torno do termo nos desdobramentos da CPI das milícias. Também recorro a autores, intelectuais e demais pesquisadores sobre a temática do

[92] Art. 288-A do código penal brasileiro. Constituir, organizar, integrar, manter ou custear organização paramilitar, milícia particular, grupo ou esquadrão com a finalidade de praticar qualquer dos crimes previstos neste Código: (Incluído dada pela Lei nº 12.720, de 2012). Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos. (Incluído dada pela Lei nº 12.720, de 2012).

grupo armado miliciano Portanto, o objetivo geral deste capítulo é percorrer como surgiu, como se consolidou e como é hoje tratado e utilizado tanto o termo milícia quanto o próprio grupo armado do qual é nomeado pelo mesmo termo. De acordo com o próprio objeto deste trabalho , este esforço tem mais importância do que, por exemplo, realizar um estado da arte sobre ele.

Nesta etapa do trabalho, busco descrever os processos pelos quais determinados indivíduos são reconhecidos socialmente como tais e, simultaneamente, passam a se reconhecer nessa condição. Desse movimento emerge uma dificuldade central para o pesquisador da sociologia: o grupo armado miliciano deve ser compreendido como objeto de uma sociologia específica ou como um problema social? Nesse sentido, torna-se necessário apreender a realidade social para, a partir dela, construir analiticamente o problema investigado. A noção de milícia ou de grupo armado miliciano envolve um conjunto heterogêneo de representações sociais, dotadas de diferentes graus de notoriedade. Assim, o pesquisador se depara com múltiplas definições do objeto, ainda em processo de constituição enquanto problema social. Resta, portanto, aprofundar a análise daquilo que pode ser entendido como a natureza mais propriamente social desse problema, reconhecendo, ao mesmo tempo, que nem todo fenômeno social se configura como problema social, embora possa constituir um objeto legítimo da sociologia.

> "Embora um problema social seja, como toda problemática sociológica, um produto de uma construção, acontece que seus princípios são diferentes. Um problema social não é somente o resultado do mau funcionamento da sociedade (que pode levar a pensar na utilização, por vezes abusiva, de termos como disfunção, patologia, transgressão, desorganização etc.) mas pressupõe um verdadeiro trabalho social, que compreende duas etapas essenciais: o reconhecimento e a legitimação do problema como tal. Por um lado, seu reconhecimento: tornar visível uma situação particular, torná-la, como se diz, digna de atenção, pressupõe a ação de grupos socialmente interessados em produzir uma nova categoria de percepção do mundo social a fim de agirem sobre o mesmo. Por outro lado, a sua legitimidade: esta não é necessariamente induzida pelo simples reconhecimento público do problema, mas pressupõe uma verdadeira operação de promoção para inseri-lo no campo das preocupações sociais do momento (Lenoir, 1998, p. 84).

Portanto, neste capítulo tentarei percorrer as diferentes compreensões, segundo o segmento social, de como a milícia é abordada. Quais caminhos levam o termo ser visto como conceito ou categorias de análise social e jurídica e como ocorre o retorno pós análise para a opinião pública e a sociedade civil.

Antes de prosseguir, contudo, é preciso lembrar um outro aspecto inerente a este contexto que é muito recorrente nas abordagens jornalísticas. Para o pesquisador, é fundamental que reportagens, notícias e matérias jornalísticas sirvam como fontes de registro e memória sobre o tema de sua pesquisa. No entanto, é crucial evitar a apropriação acrítica de elaborações conceituais, se é que podem ser chamadas assim, e sua incorporação direta aos resultados da pesquisa. Esse fenômeno ocorreu com as milícias e já se repetiu com outros grupos armados, como os Esquadrões da Morte e o Comando Vermelho. Diante disso, é necessário ressaltar que, embora este trabalho tenha recorrido amplamente a conteúdos jornalísticos, busquei adotar um cuidado rigoroso com os termos, expressões e conceitos mobilizados por aqueles que se dedicam a registrar a realidade de forma imediata.

Pode parecer desnecessário dedicar parte deste trabalho à discussão dessa questão, mas sua justificativa surge da constatação, durante minhas pesquisas, de termos criados por determinadas reportagens que, posteriormente, foram incorporados ao vocabulário acadêmico de pesquisadores. Essa inversão me causa certo incômodo, pois o esperado seria o contrário: os pesquisadores deveriam ser a fonte conceitual e categórica para os jornalistas na elaboração de suas matérias ou que minimamente estabeleçam diálogos para a melhor compreensão do fenômeno. Não se trata de reivindicar uma posse exclusiva do conhecimento, mas de buscar estabelecer diálogos que permitam que trabalhos e pesquisas transcendam o campo restrito da academia, alcançando um público mais amplo, sem perder o cuidado e a seriedade necessários ao tratar do problema.

> Nesse contexto a sociologia se estrutura como uma forma de pensar a realidade social, a sociedade vista no presente e em perspectiva histórica. O saber racional, científico. É mobilizado, em escala crescente, dentro e fora da universidade, nas esferas de poder econômico e políticos, nos partidos políticos, movimentos sociais e outros círculos, para fundamentar decisões de significação vital para a coletividade ou setores dela (Fernandes, 2004. p. 24)

Outra constatação relevante ocorreu quando notei que praticamente toda a cidade do Rio de Janeiro, assim como a imprensa em geral, falavam sobre um grupo armado chamado “Liga da Justiça”, que supostamente dominava a Zona Oeste da cidade. No entanto, a própria região e território onde esse domínio era alegado, o grupo não se identificava nem era reconhecido da mesma forma. Por que essa discrepância? Esta questão tornou-se a pergunta central da pesquisa.

Além disso, em um contexto marcado pela corrida para ser o primeiro a reproduzir uma informação, o desafio para quem pesquisa torna-se ainda mais complexo. Observa-se uma disputa frenética para ser o pioneiro na abordagem de determinado fenômeno, muitas vezes sem a devida preocupação, com a precisão necessária. O objetivo parece ser, acima de tudo, receber o mérito pela "descoberta" e alcançar prestígio social por meio deste feito. Como resultado, agentes com ou sem capacidade de pesquisa competem entre si pela exclusividade e pela suposta "originalidade", ainda antes que o tema ganhe repercussão. Assim aconteceu com o objeto da minha pesquisa.

3.1 - "O Escritório do Crime" e a Fabricação de um Termo.

Como venho destacando ao longo deste trabalho, existe uma dificuldade objetiva em associar determinados fenômenos sociais a um termo que seja capaz de sintetizar, de forma fiel os acontecimentos, os contextos e as tramas que envolvem agentes e agências. Nesse sentido, tomo como exemplo recente, no momento da elaboração deste texto, a trajetória do que a imprensa denominou "Escritório do Crime", buscando evidenciar as contradições presentes na construção social da realidade e no uso desse termo. Um caso claro em que semelhanças com o termo "milícia" e a "Liga da Justiça".

Em janeiro de 2019 é formada uma parceria entre o Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do MP-RJ com a Delegacia de Repressão às Ações Criminosas Organizadas (Draco) e a Coordenadoria de Recursos Especiais (Core) da Polícia Civil. Desta parceria é desencadeada a Operação "Os Intocáveis". O nome faz referência justamente porque antes disso nem a justiça, o ministério público e nem as forças de segurança do estado (policiais civis e militares), teriam sequer dado atenção para um grupo armado que atuava em alguns bairros na região de Jacarepaguá, Zona Sudoeste da Cidade do Rio de Janeiro. O que causou então o interesse do ministério público e da polícia a ponto deflagrar uma operação que atingisse diretamente um grupo armado com atuação estabelecida há mais de uma década? O assassinato da Vereadora do PSOL Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes em 14 de março de 2018.

A operação objetivava o cumprimento de mandados de prisão focados no grupo armado conhecido como "Escritório do crime". E este é meu interesse no decorrer deste capítulo: analisar como termos (nomeações), surgem no campo social e na esfera da

opinião pública e rapidamente são assimilados até se ascenderem a categorias de análises sociológicas. Com o chamado "Escritório do Crime" parecia repetir a mesma trajetória do termo milícia, contudo, antes mesmo que pudesse ser analisado com mais cuidado foi rapidamente chancelado como mais uma milícia atuante na cidade.

Após a tragédia do assassinato de Marielle e Anderson Gomes, com relativa demora, a Divisão de Homicídios da Polícia Civil, depois de uma pressão social sobre o andamento das investigações, no mês seguinte, resolve apontar o primeiro suspeito do caso. Trata-se do ex-policial militar Orlando de Oliveira Araújo, também conhecido como Orlando Curicica, que já estava preso, acusado de cometer homicídios e chefiar a milícia no bairro de Curicica na Região de Jacarepaguá. Orlando era acusado de ser o executor do crime a mando do outro acusado de envolvimento com a milícia, o vereador do PHS (Partido Humanista da Solidariedade) Marcello Siciliano[93]. Porém, detalhando o caso, a testemunha afirmou que os executores haviam sido dois policiais do grupo armado chefiado por Orlando Curicica. A acusação partiu de um policial militar e o miliciano Rodrigo Jorge Ferreira, conhecido como Ferreirinha. Rodrigo confirmou sua versão em quatro depoimentos dados à Divisão de Homicídios, à Polícia Federal, ao Exército e à Polícia Civil. Foi esta a primeira linha de investigação policial sobre o assassinato da vereadora e do seu motorista. A maneira como tudo foi contado parecia que, deveras, o crime que chocou toda a sociedade da capital fluminense, no geral, caminhava para sua resolução. Só se falava da morte de Marielle com o envolvimento de milicianos. É uma narrativa bastante plausível, já que, a coragem e a ousadia junto com a certeza da impunidade rondam mais o grupo armado miliciano da cidade do Rio de Janeiro do que de algum integrante de alguma facção do varejo do tráfico, outro grupo armado atuante na cidade. Parecia que rapidamente o executor do crime assim como o mandante e suas motivações, oriundo das esferas sociais ilegais da cidade do Rio do janeiro, que muitos gostam de chamar de submundo do crime[94] seria elucidado.

---

[93] ARAUJO, Vera; OTAVIO, Chico. ***Caso Marielle: MPRJ Denuncia Orlando de Curicica por Morte de Assessor Informal de Siciliano.*** Jornal O Globo,. Rio de Janeiro, 10 de Julho de 2018. Disponível em: https://oglobo.globo.com/rio/caso-marielle-mprj-denuncia-orlando-de-curicica-por-morte-de-assessor-informal-de-siciliano-22871604. Acessado em: 13/12/2021.

[94] A utilização deste termo possui uma circulação comum tanto na opinião pública de maneira geral e na imprensa oficial, quanto em trabalhos acadêmicos. E pouco acompanhada de um rigor explicativo. A meu ver, parece uma "expressão" carregada de preconceito social ou mesmo incompatível com a análise do fenômeno. Ora, se há um "submundo" do crime, como algo extraoficial ou ilícito, digamos, portanto, há crimes oficiais normativos e aceitos, sem compreensões críticas e sem impacto criminológico.

No entanto, ao tomar conhecimento que seu nome foi citado e uma investigação policial no envolvimento do assassinato de Marielle e Anderson, Orlando Curicica não aceitou a acusação calado e tratou de se defender. Curicica consegue publicar uma carta no *Jornal O Dia*[95] redigindo sua defesa das acusações relacionadas ao assassinato da vereadora e do motorista assassinados. Nela, nega qualquer envolvimento com o crime; afirma nunca ter conhecido a vereadora Marielle Franco e nem o Vereador Siciliano; além disso também aproveita as circunstâncias para dizer de forma ampla, que não é miliciano. O que seria crime por organização criminosa, segundo o código penal, contudo, Orlando foi preso sob a acusação de dois homicídios[96]. Filho de dona Maria do Carmo, Orlando de Araújo possui mais três irmãos. Ingressou na polícia em 1996 quando morava em Campo dos Elísios, distrito do município de Duque de Caxias, região da Baixada Fluminense. Foi expulso um ano depois, em agosto de 1997; preso em flagrante pela Polícia Rodoviária Federal com um carro de chassi adulterado, que usava para roubar carga na Rodovia Rio-Teresópolis, em Parada Modelo, Guapimirim, região metropolitana do Rio de Janeiro.

Após a carta, Orlando Curicica insistiu em fazer a delação sobre o caso de Marielle Franco e Anderson Gomes. Com clara intenção de se defender, muito mais do que contribuir com as investigações para elucidar o imbróglio. Ele consegue ser ouvido por procuradores federais e integrantes do Gaeco - RJ. Em seu depoimento, ao invés de falar sobre informações que levassem ao mandante e ao executor da vereadora e do motorista, Orlando Curicica cita a existência de um “Escritório” (do crime) e que os verdadeiros assassinos faziam parte deste grupo armado. Orlando também atribui mais dois homicídios executados pelo grupo armado. O primeiro foi o de Haylton Escafura, que possuía envolvimento com os negócios de máquina de caça-níquel e o segundo era o recém-eleito presidente da Escola de samba Portela, o subtenente da polícia militar Marcos Falcon. Além de ser presidente da Portela, Falcon era candidato a vereador na cidade do Rio de Janeiro[97].

---

[95] FANTTI, Bruna. ***Em carta, Miliciano Delatado no caso de Marielle Nega Acusações***. Jornal O dia. Rio de Janeio, 19 de Maio de 2018 Disponível em: https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2018/05/5539035-em-carta-miliciano-delatado-no-caso-de-marielle-nega-acusacoes.html. Acessado em: 21/10/2023.

[96] MPRJ. Nome da material. https://www.mprj.mp.br/home/-/detalhe-noticia/visualizar/68922 Visitado em: 02/12/2021.

[97] RAMALHO, Sergio; COSTA, Flávio. PF Suspeita que Milícia Tenha infiltrados em Delegacia do Caso Marielle. UOL síte de Notícias. Rio de Janeiro, 14 de Abril de 2019. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/03/14/pf-suspeita-que-milicia-tenha-infiltrados-em-delegacia-do-caso-marielle.htm?utm_source=chatgpt.com&cmpid=copiaecola. Acessado 13/12/2021.

São casos de assassinatos que poderiam render mais explicações na oportunidade deste trabalho, todavia, o risco de desviar do meu propósito faz com que eu mantenha o rigor conceitual e metodológico. Isto não quer dizer que o aprofundamento dos casos seja sem importância. Pelo contrário.

Orlando Curicica também menciona o nome de "Lessa" (Ronnie Lessa) como importante integrante do grupo armado. Hoje, Ronie Lessa encontra-se preso junto com Élcio Queiroz, como o principal suspeito do assassinato de Marielle e Anderson. Reforço a ideia mencionada acima: Orlando não estava interessado em contribuir com as investigações que levassem ao mandante e ao executor do crime, mas esclarecer a forma de funcionamento de relações ilegais estruturadas envolvendo personagens conhecidos no cenário de alguns bairros cariocas. Nesse caso, havia o envolvimento de grupo de extermínio, jogo do bicho, milícia e facção policial.[98] Assim, nomes de extremo reconhecimento pertencente aos ilegalismos das relações sociais da cidade, porém muito localizada, emergem como sujeitos cujo poder perpassa por um controle e uma governabilidade capaz de influenciar uma região bem mais ampla compreendendo a trama de boa parte da vida social da cidade.

Ocorre que não se sabe ao certo até onde Orlando Curicica estava dizendo a verdade, já que, seu interesse era se distanciar dos assassinatos que, a esta altura, já eram internacionalmente conhecidos. O "escritório" mencionado por ele, os nomes daqueles que compunham acende um alerta na sociedade em geral, mas também dos envolvidos na investigação do crime, em que até então, era marcada por muita controvérsia, circulação de informações por parte da imprensa oficial e, sobretudo, dos chamados especialistas que insistiam em promover a imagem individual em cima do caso.

A história de Curicica era tão convincente quanto a de Rodrigo Jorge, que o havia delatado sua participação no envolvimento dos assassinatos. Depois, entretanto, descobriu-se que as declarações de Rodrigo Ferreirinha convergiam com interesses em incriminar Orlando Curicica e assim garantir de forma definitiva sua retirada forçada dos negócios envolvendo os grupos armados da região da qual dividiam territórios, e, portanto, o monopólio da extorsão econômica daquilo que fosse possível no território.

[98] Chamo de facção policial grupos de policiais que atuam dentro e fora da instituição policial segundo seus próprios interesses. Estas facções possuem suas próprias regras de funcionamento independente das leis que regem a polícia fluminense e o seu próprio estatuto, mas que também carregam o respaldo legal e legítimo nas suas ações.

Por conseguinte, não havia provas concretas do envolvimento do miliciano de Curicica nos crimes do dia 14 de março de 2018. O falso depoimento envolvendo o nome de Curicica foi confirmado quando a Polícia Federal, mesmo não envolvida diretamente nas investigações, revelou em setembro de 2019, não somente a farsa montada para afetar Orlando e Marcello, mas também o nome de mais um envolvido, dentre outros, no assassinato da vereadora. Trata-se agora do ex-vereador e ex-deputado estadual Domingos Brazão. O policial posteriormente também confessou que havia mentido no depoimento que acusava Orlando[99]. Ao revelar suas mentiras, justificou que fez por vingança a Orlando por conta da perda de disputa territorial e de alguns negócios perdidos para Curicica.

Ferreirinha disse aos agentes da polícia federal ter procurado espontaneamente o ex-inspetor da Polícia Civil, Jorge Luiz Fernandes, o Jorginho. Este ex-policial civil é considerado um inimigo de Curicica pela disputa territorial com outros grupos armados, tanto milícia quanto outros indefinidos. Em seu depoimento, o policial afirma que Jorginho o apresentou ao agente federal aposentado Gilberto Ribeiro da Costa e ao delegado da polícia federal Hélio Khristian Cunha de Almeida. Hélio foi responsável por levar Rodrigo para prestar depoimento à DH (Delegacia de Homicídios), órgão da Polícia Civil do Rio responsável por investigar a morte da vereadora e do motorista. Gilberto Ribeiro da Costa trabalhou no gabinete do conselheiro afastado do TCE, Domingos Brazão (MDB).

A Polícia Federal revelou ainda que Brazão se antecipou em apontar Orlando Curicica e Marcello Siciliano como mandantes do crime para desfocar sua participação na execução da vereadora do Psol. Esta era uma linha de investigação[100] que guiou a polícia federal e assim chegar aos seus verdadeiros assassinos. Domingos Brazão tinha sido afastado de suas funções de conselheiro do TCE (Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro) pelo STJ (Superior Tribunal de Justiça) em abril de 2017, depois de ter sido preso na Operação Quinto do Ouro, desdobramento da Lava-Jato no Rio, contudo, seu retorno foi homologado em outubro de 2021. A prova encontrada pela polícia

[99] RAMALHO, Sergio; COSTA, Flavio. PM diz que Mentiu ao Apontar Miliciano como Mandante da no Caso Marielle. UOL Site de Notícias. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/05/31/pm-admite-que-mentiu-ao-apontar-miliciano-como-mandante-no-caso-marielle.htm Acessado em: 07/12/2021

[100] Medeiros (2017) demonstra que a investigação policial de homicídios se organiza por meio de fluxos entre pessoas e coisas, nos quais os policiais, ao conduzirem as chamadas “linhas de investigação”, mobilizam procedimentos burocráticos e juízos morais que orientam a construção institucional das verdades sobre os crimes.

federal de que Brazão era o possível mandante, era um áudio de uma conversa entre Siciliano e o presidente da associação de moradores do Rio das Pedras, bairro controlado territorialmente por um grupo armado miliciano, Jorge Alberto Moreth, conhecido como Beto Bomba. A denúncia foi assinada pela procuradora geral da república, Raquel Dodge. Os diálogos foram revelados em fevereiro de 2019, quase um ano após o assassinato de Anderson e Marielle, como não poderia ser diferente, causou um tremendo alvoroço e mais uma vez a imprensa oficial e os especialistas em expediente pareciam expectar que a qualquer momento o nome do mandante e do assassino seria finalmente revelado a todos. A gravação foi encontrada no celular de Siciliano por agentes da polícia federal ao apreenderam o aparelho do vereador. Em uma determinada parte da conversa o vereador Marcello Siciliano pergunta para Beto Bomba quem deveras havia matado a vereadora e por qual motivo. Beto Bomba inadvertidamente responde: Domingos Brazão. E que a articulação da execução havia sido responsabilidade do "Escritório". Moreth ainda apontava os três executores do assassinato e, evidentemente, pertencente ao grupo armado, são eles: "Mad (Leonardo Gouveia da Silva), Macaquinho (Edmilson Gomes Menezes), preso em 2021, e Leléo (Leonardo Luccas Pereira)[101]." Três notórios milicianos reconhecidos na região da Praça Seca, Jacarepaguá, Zona Sudoeste de Rio de Janeiro e no Morro do Fubá, localizado no bairro de Cascadura, Zona Norte do Rio de Janeiro. Ambos são vistos como lideranças de grupos armados milicianos cujo principal foco é o enfrentamento ao grupo armado do varejo do tráfico rival, a facção Comando Vermelho, antigo desafeto dos milicianos da região.

Beto Bomba é enfático em apontar o grupo armado responsável pelo crime, também é insistente em detalhar os envolvidos diretos na execução do crime; é mais veemente e repetitivo em dizer que o pedido (mandante) foi feito pelo "Senhor Brazão". Jorge Alberto na mesma ligação "entrega" outros detalhes sobre o crime. O custo da trama e execução teria equivalido quinhentos mil reais. E que Adriano da Nóbrega (já foragido da polícia) não teria qualquer envolvimento com o caso.

A repercussão dessas duas linhas investigadas em que ambas apontavam para os responsáveis do assassinato de Marielle e Anderson, revelou alguns pontos que a meu

---

[101]COSTA, Flavio. ***Gravação revela novos Suspeitos de Matar Marielle e Aponta Brazão Mentor***. UOL site de Notícias. Rio de Janeiro, 21 de Out de 2019. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/10/27/caso-marielle-beto-bomba-marcello-siciliano-domingos-brazao-mandante.htm. Acessado em: 07/12/2021.

ver são importantes para o desenvolvimento das hipóteses levantadas no decorrer deste trabalho. Por conseguinte, a conclusão, seja ela antecipada ou parcial da polícia federal, da polícia civil, procuradoria etc. era que havia interesses em "atrapalhar" as investigações. Uma obstrução, incomum talvez, para os padrões brasileiros, como queima de arquivo (assassinato de alguma testemunha-chave), fugas cinematográficas etc. A dificuldade imputada àqueles que tentavam a qualquer custo "resolver" o caso, refere-se aos fatos de criarem narrativas, que de alguma forma até continham verdades, mas que no fundo estavam longe da linha investigativa que levasse ao real culpado. E foi assim que Domingos Brazão, Orlando Curicica e Marcello Siciliano receberam exagerada atenção associados ao caso de Marielle Franco. Contudo, esta atenção se refere ao fato de que ambos construíram histórias (estórias) bastante consistentes a ponto de convencer os próprios investigadores e, além desses, a imprensa oficial e a opinião pública em geral ávida em ter uma resposta imediata do caso, um desfecho, um mandante, um executor, um nome ou vários nomes. Esta leviana apreensão é perigosa porque o que menos importa é o quanto está sendo dito ou "revelado", se possui base concreta, que de alguma forma lance luz aos fatos. Sendo, o fato real na sua integridade e a verdade perfazem apenas minúcias, entretanto, basta ecoar por todos os meios possíveis algo inconsistente, incompleto e estapafúrdio[102].

Esses fatos que tentei descrever brevemente são mais longos do que a atenção que pude dedicar aqui, porém, o suficiente para chamar atenção sobre meu objetivo original e o que tenho interesse em discutir. Esses fatos (os depoimentos que levaram as duas linhas de investigação) serviram ainda mais para que a sociedade carioca e brasileira aprofundasse sua noção sobre o poder e controles social e territorial dos grupos armados que atuam na cidade do Rio de Janeiro, principalmente os milicianos e os grupos de extermínio. Nesse sentido, não importa se o que Beto Bomba e Orlando Curicica comentaram é verdade[103], o que importa é que falaram algo para jornalistas e especialistas que possuem status de "novidade" e a oportunidade de um "furo" jornalístico.

---

[102] Evidentemente que a maior responsabilidade se concentrar na imprensa mais despreocupada e desatenciosa, mas também isso acaba impactando na opinião pública de maneira geral.

[103] COELHO, Gabi; PERLERBERG, Jefferson. ***É falso que a Polícia Tenha Concluído que Marielle foi Morta pelo Tráfico.*** Jornal O Estadão. São Paulo, 05 de Fev de 2021. Disponível em:https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/e-falso-que-policia-tenha-concluido-que-marielle-foi-morta-pelo-trafico-e-que-brazao-e-o-mandante-do-crime/. Acessado em: 07/12/2021.

Diante da descrição dos casos feita aqui cabe chamar atenção para três entes que corroboram com o meu argumento e tentarei extrair o máximo possível de elementos para refletir com mais cuidado, ainda que também corra risco de ser insuficiente. Depois do impacto produzido pelas declarações tomadas pelos investigadores muitas atividades ilícitas que aconteciam pela cidade do Rio de Janeiro trataram-se de serem definidas como "atividade miliciana". O "Escritório do Crime", um significante (se é que realmente existia um grupo armado com este nome) passou a ser confundido com o seu significado, milícia. Além disso, um outro nome que ecoou por dias a fio como quase sendo "um bandido de casaca" por conta da maneira seus feitos eram contados, também passou a significar a expressão mais cabal que tem na cidade do Rio de Janeiro de um exímio miliciano, trata-se de Adriano da Nóbrega.

A operação "os intocáveis" foi realizada para prender membros de uma "falange de pistoleiros[104]" cuja formação segue uma "evolução" do antigo grupo miliciano do Rio das Pedras, favela da qual passou pelo controle territorial de um grupo armado miliciano nas passagens dos anos de 1990 a 2000; Ao todo 13 mandados de prisão preventiva foram expedidos pelo 4º Tribunal do Júri do Rio de Janeiro. A investigação revelou ainda que a liderança era dividida entre Adriana Magalhães da Nóbrega, ex-capitão da Polícia Militar e membro do BOPE (Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar) e o major (da ativa) da Polícia Militar, Ronald Paulo Alves Pereira. Ambos ora apareciam como integrantes da "mais antiga milícia do Rio de Janeiro" ora como "chefes do Escritório do Crime", este não sendo ainda definido como crime organizado, milícia ou grupo armado com práticas criminosas do ponto de vista legal do Estado. Ao que parece, a operação pretendia alcançar membros do chamado "Escritório do Crime" que por sua vez eram integrantes de um grupo miliciano do Rio das Pedras que tinha como lideranças o Jorge Alberto Moreth, o Beto Bomba e Maurício Silva da Costa, o Maurição. O escritório funcionava como espécie de "grupo de elite" dentro da milícia. No entanto, como essa estrutura organizativa foi estabelecida e como ela se movimentava pelo território e pelas relações locais sem que prejudicasse o andamento dos negócios estruturados? É exatamente a linha de construção de minha hipótese. Ao que tudo indica, tanto Adriano quanto Ronald possuíam negócios que extrapolavam os

[104]ARTHUR, Leal; OTAVIO, Chico; ARAUJO, Vera. ***Operação Os Intocáveis: conheça os alvos e veja como age a milícia que comanda Rio das Pedras***. Jornal O Globo. Rio de Janeiro, 22 de Jan de 2019. Disponível em: https://oglobo.globo.com/rio/operacao-os-intocaveis-conheca-os-alvos-veja-como-age-milicia-que-comanda-rio-das-pedras-23353397. Acessado em: 17/06/2021

mais recorrentes para milicianos, como venda de serviços de segurança, TV a cabo clandestina (gatonet), venda de gás e água; e além do território definido até aquele momento, porém Adriano Magalhães era mencionado como líder também do grupo miliciano de Rio das Pedras[105].

O grupo de Ronald e Adriano estava também associado em outras atividades, segundo o Ministério Público e a polícia civil, obtida em ligações interceptadas, como falsificação de documentos, grilagem, construção, venda e locação de imóveis etc. A descrição das ações era que ambos possuíam negócios, principalmente de imóveis no território do grupo miliciano de Rio das Pedras, como os apartamentos em prédios de construção irregular. E é ao que parece havia um conluio amistoso de livre projeção dos diferentes negócios entre o grupo armado de Adriano e Ronald e milicianos no mesmo território. Isto é motivo suficiente para que associassem tanto Adriano da Nóbrega quanto Ronald Paulo Alves como integrantes da "milícia mais antiga do Rio de Janeiro" apenas por terem negócios em território dominado por um grupo miliciano. Esta é uma reflexão pertinente do ponto de vista da análise e pesquisa sociológicas, pois quais são os critérios que definem grupos armados como miliciano, são os negócios (i)legais dos quais são responsáveis ; são as execuções e homicídios praticado por seus membros como forma de manter uma manutenção territorial rigorosa ou o conjunto destes elementos somados a outras variáveis que ora facilita, ora dificulta uma definição mais precisa do fenômeno. Por conseguinte, poderia lançar mão de uma interpretação menos conveniente acerca do fenômeno. Seria o grupo armado miliciano um movimento ainda em formação? Para onde vai esta formação?

No decorrer das investigações o Ministério Público e a Divisão de homicídios descobrem que o grupo armado liderado por Adriano e Ronald na verdade possuía uma rede de outros membros e que não eram apenas Adriano e Ronald - os únicos participantes desde a fundação do grupo armado. A fundação também contou com a participação do ex-policial militar Antônio Eugênio de Souza Freitas, o Batoré. Uma espécie de justiceiro, que liderava um grupo armado atuante na Ilha do Governador. É importante perceber, que o chamado "escritório do crime" possuía, aparentemente, membros de diferentes formas de atuação ou atividade da qual estava inserido: extorsão

[105]ZUAZO, Pedro; SOARES, Rafael; GOULART, Gustavo; LEAL, Arthur; ARAUJO, Vera; OTAVIO, Chico. Jornal O Globo. Operação Prende Suspeitos de Envolvimento no Assassinato de Marielle Franco. Rio de Janeiro, 22/01/2019. Disponível em: https://oglobo.globo.com/rio/operacao-prende-suspeitos-de-envolvimento-no-assassinato-de-marielle-franco-23389700. Acessado em: 17/06/2021.

econômica, domínio territorial, extermínio por encomenda, negócios imobiliários etc. o que por este caminho dificulta concluir se o grupo armado chamado de escritório do crime era mesmo um grupo miliciano. Todavia, com o tempo o foco que justificasse que o grupo armado fosse considerado como miliciano era o fato da presença de destaque do Adriano Magalhães, que a todo momento era alçado como chefe de milícia. Às vezes o ex-capitão também era mencionado como "matador de aluguel" ou "miliciano que praticava assassinato por dinheiro" atividades diferentes das convencionais praticadas por milicianos.

As investigações sobre o assassinato de Marielle e Anderson, levaram à Orlando Curicica, que estava preso e foi o primeiro acusado de ter participado dos assassinatos. Através do depoimento de Orlando dado às promotoras do MP-RJ descobre-se da existência de um "escritório" cujos membros estariam envolvidos no planejamento e execução da vereadora e de seu motorista no dia 14 de março de 2018. O "escritório", começa a ser tratado como "escritório do crime" por conta das inúmeras atividades ilícitas das quais seus membros administravam efetivamente. O escritório era assim chamado por conta dos seus integrantes não participarem de atividades características de outros grupos armados, mas que constituíam relações instrumentais e amistosas com estes. Por exemplo, não se envolvia com a exploração da venda de gás, gatonet etc. contudo, explorava negócios de máquina de caça-níqueis, construção de imóveis irregulares nos territórios de milicianos. Foi também através destas investigações que descobriu o nome de Adriano Magalhães, ex-PM e ex-capitão do BOPE.

Adriano Magalhães da Nóbrega ingressou na polícia com 19 anos de idades em 1996, para no ano de 2000 fazer o curso para o Batalhão de Operações Especiais e torna-se um Caveira, como são conhecidos integrantes do BOPE[106]. A trajetória de Adriano no Bope durou pouco, por conta de sucessivas insubordinações. No entanto, o conteúdo das seguidas insubordinações é que causa estranheza. O caveira Adriano realizava operações sem autorização do comando hierárquico. Fato que provoca sua expulsão da tropa de elite a polícia militar do Rio de Janeiro[107]. É interessante notar que,

---

[106] SOARES, Rafael. ***Adriano da Nóbrega Recrutou Tropa de ex-PMs para Proteger sua Família***. Jornal Extra. Rio de Janeiro, 20 de Abril de 2021. Disponível em: https://extra.globo.com/casos-de-policia/adriano-da-nobrega-recrutou-tropa-de-ex-pms-para-proteger-sua-familia-24945728.html. Acessado em: 25/03/2021.

[107] GORTÁZAR, Maria Galarraga. ***Adriano da Nóbrega, o policial que partiu para o túmulo dos segredos do submundo do Rio***. Jornal El País. Rio de Janeiro, 15 de Fev de 2020. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2020-02-15/o-policial-criminoso-que-levou-para-o-tumulo-os-segredos-do-submundo-do-rio-de-janeiro.html. Acessado em: 08/05/2021.

Adriano segue uma prática recorrente dentro da polícia militar carioca: formar facções no interior da polícia e agir segundo seus interesses. Adriano e seu grupo de caveiras além de realizar operações da maneira que bem entendia, também realizava serviços fora da instituição. Já que, ser membro do Bope no Rio de Janeiro é ter reconhecimentos tanto do ponto de vista simbólico e social quanto de eficiência na execução dos "serviços prestados". Portanto, com status de policial do Bope, Adriano e seus caveiras faziam segurança para aqueles que pagavam pelo serviço. Por conseguinte, uma reflexão necessária de acordo com minha hipótese explorada neste trabalho é como caracterizar o grupo de policiais seguidores de Adriano e mesmo o próprio Adriano? Grupo de extermínio? Grupo de Contravenção (jogo do bicho)? Milícia privada? Justiceiros? Polícia Mineira?

Ocorre que não se trata de tentar enquadrar grupos armados em termos ou categorias pré-concebidas, uma análise genuinamente preocupada com o fenômeno se interessaria de antemão em compreender a complexidade da sua manifestação antes mesmo de preocupar-se em oferecer respostas rápidas. O que quero dizer com isso, é que embora seja frequente o enquadramento de grupos armados como milícia em termos de prática destes diferentes grupos é bastante complexo conceituar de forma definitiva. Por isso que retomo aqui a discussão de Misse (2008) sobre acumulação social da violência e os processos de criminalização, criminação e incriminação, de forma que ajuda a entender como o caso de Adriano recebe o mesmo tratamento ao se formular o termo milícia. A criminalização se consolidando como crime para a opinião pública; a criminação em que atravessa as esferas do legal e do ilegal em termos de significado e significante; e a incriminação sendo encerrada no sujeito do qual convergiu na sua imagem os diferentes estereótipos no processo de criminalização e criminação a partir da sua própria acumulação geral da violência.

O caso do Adriano Magalhães serve para discussão exposta aqui. Pois, Adriano além de ser policial formado, passando por curso de formação do Bope, também fazia segurança de famílias com envolvimento em contravenção (a família Garcia do contraventor Rogério Andrade, por exemplo), também possuía negócios com a contravenção, execução sumária, homicídios não esclarecidos em operações policiais, matador de aluguel, negócios com construção ilegal de imóveis em territórios dominados por grupos milicianos etc. Diante disto, pode-se afirmar que Adriano Magalhães Nóbrega era miliciano? Entretanto, foi por conta do assassinato de Leandro

dos Santos Silva, um guardador de carros que trabalhava em frente ao Copacabana Palace, quee morava em Olaria que Adriano e mais nove policiais seriam presos, além do comandante do batalhão também ter sido exonerado. Leonardo havia denunciado policiais do 16º batalhão, do mesmo bairro, por práticas de tortura e extorsão, o próprio Leonardo havia sido vítima do grupo de policiais. No entanto, Leonardo foi morto com um tiro na cabeça na porta de casa. A perícia do caso apontou que o projétil que atingiu Leonardo foi disparado da arma de um policial da guarnição de Adriano Magalhães.

A trama envolvendo Adriano Magalhães aufere contornos de uma magnitude diferente quando as investigações revelam a proximidade do ex-policial com a família Bolsonaro. Este fato, também contribui para a ampliação do termo e, portanto, uma "nova" forma de atuação. Prontamente os Bolsonaros foram enquadrados como milicianos ou de acordo com a expressão que circulou pelas redes sociais, impactando senso comum ao mesmo tempo, produzindo práticas e análises como "familícia".

As investigações sobre Adriano e o grupo armado do qual ele pertencia convergiu com outra investigação do então senador Flávio Bolsonaro. A descoberta revelou que Flávio Bolsonaro quando deputado estadual da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, exercendo quatro mandatos desde 2003, praticava um esquema de corrupção conhecido como "rachadinhas[108]". As rachadinhas funcionam quando um então membro do legislativo contrata funcionários para o seu gabinete com um salário definido. Contudo, parte ou todo o salário é devolvido pelo funcionário ao político, porém o funcionário nem sequer chegou a prestar qualquer serviço ao gabinete, perfazendo-se como um funcionário fantasma. No caso do então deputado estadual Flávio Bolsonaro, esposa e mãe de Adriano Magalhães cumpriram a função de funcionárias do esquema de corrupção rachadinha. Por si só, esta relação expressa a proximidade entre um deputado e o integrante e de um grupo armado, com assassinatos encomendados e segurança de família envolvida com a contravenção no currículo.

Além disso, essa relação tanto pessoal e funcional entre Adriano e Flávio era mediada pelo assessor da época (até 2018) e amigo da família Bolsonaro, Fabrício Queiroz, um ex-policial militar. Em 2003 Adriano e outros policiais receberam menção

---

[108] RAMALHO, Sergio. ***'Pica do Tamanho de um Cometa' Exclusivo: rachadinha de Flávio Bolsonaro financiou prédios ilegais da milícia no Rio, mostra investigação do MP. The*** Intercept. Rio de Janeiro, 25 de Abr de 2020. Disponível em: https://www.intercept.com.br/2020/04/25/flavio-bolsonaro-rachadinha-financiou-milicia/com. Acessado em: 15/05/2021.

honrosa por Flávio na Assembleia Legislativa. Alguns meses depois os mesmos homenageados por Flávio Bolsonaro foram presos acusados de tortura e homicídio. Entre outubro e novembro de 2003, Adriano e os policiais se envolveram, segundo a Corregedoria da Polícia Militar e o Ministério Público - RJ, no sequestro, tortura e extorsão de três jovens da favela de Parada de Lucas, na Zona Norte do Rio de Janeiro. Os moradores chamavam o grupo de policiais da qual Adriano fazia parte de "guarnição do mal[109]". As vítimas foram levadas para um terreno baldio no antigo Mercado São Sebastião, na Penha, bairro da Zona Norte do Rio de Janeiro.

Flávio Bolsonaro ainda homenagearia Adriano Magalhães com a menção mais honrosa da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, trata-se da medalha Tiradentes oferecida a personalidades nacionais ou estrangeiras que, de qualquer forma, tenham prestado serviços prestados ao Estado do Rio de Janeiro, ao Brasil ou à humanidade. Desta vez, o então deputado do PP (Partido Progressista) foi até a prisão entregar a medalha para Adriano[110]. Por tudo isso, muito se associou a família Bolsonaro, nas figuras dos filhos e do próprio pai, como "amiga de milicianos" , mesmo sem ao menos concluir que Adriano e seu grupo de matadores de aluguel era de fato miliciano. Longe de ser meu interesse fazer defesa aberta sobre com quem os Bolsonaros constroem suas relações. Chamo atenção para este fato porque pareceu-me muito mais uma tentativa de uma oposição querer de alguma forma macular o capital político da família do que ter a preocupação para o fato de que os acusados de vários crimes eram milicianos ou não, e, portanto, associá-los ao Flávio Bolsonaro e ao presidente Jair Bolsonaro.

Tentar impedir que algum conceito escape de seu fundamento real e concreto, às vezes é uma tarefa quase impossível, no máximo conseguimos apenas fazer críticas pontuais, mas de pouco alcance social. Assim, o conceito vira termo se distanciando do processo do qual lhe deu bases de formulação. Nesse sentido, como pesquisador, estou no esforço de seguir a trajetória do termo "milícia" e seus momentos em que ele foi tratado como conceito e categoria na análise geral associado ao fenômeno dos grupos armados da cidade do Rio de Janeiro.

---

[109] ARAUJO, Vera; MELLO, Igor. ***Flávio Bolsonaro Homenageou Policiais Acusados de Participar de 'Guarnição do Mal'.*** Jornal O Globo. Rio de Janeiro, 03 de Fev de 2019. Disponível em: https://oglobo.globo.com/politica/flavio-bolsonaro-homenageou-policiais-acusados-de-participar-de-guarnicao-do-mal-23424182. Acessado em: 07/07/2021.

[110] MOLICA, Fernando**.** ***Ex-PM Ligado a Flavio Bolsonaro Recebeu medalha na Cadeia***. Revista Veja. Rio de Janeiro, 25 de Jan de 2019. Disponível em: https://veja.abril.com.br/politica/ex-pm-ligado-a-flavio-bolsonaro-recebeu-medalha-na-cadeia/. Acessado em: 07/07/2021

3.2 – A Reportagem Nascedouro: do termo ao conceito.

No dia 20 de março de 2005, um domingo, o jornal *O Globo* publicou uma longa matéria assinada pela jornalista Vera Araújo sobre um grupo de policiais militares que se organizaram como milícias. O título da matéria era: “Milícias de PM’s expulsam o tráfico: grupo de policiais assume o controle de 42 favelas, mas há denúncias de abusos.” (Figura 7) O título, assim como a própria matéria é um tanto quanto ambíguo, passível de interpretação. Seria um fato positivo um grupo de policiais assumirem o controle de 42 favelas? Finalmente o Estado fez seu trabalho acabando com a dominação territorial de grupos armados do varejo do tráfico?

Figura 7 - Primeira Matéria Jornalística a Utilizar o termo “Milícia"



AÇÃO PARALELA

Milícias de PMs expulsam tráfico

Grupos de policiais assumem o controle em 42 favelas, mas há denúncias de abusos

Vera Araújo

Na contramão da violência produzida em áreas pobres controladas por traficantes de drogas, 11 grupos, seis deles chefiados por policiais militares, estão impondo uma nova ordem que conseguiu banir o tráfico de 42 favelas do Rio, em Jacarepaguá e na Barra. Depois da fase de esconder a identidade nas comunidades conflagradas onde moram, das quais alguns foram até expulsos, esses policiais formaram grupos armados e resolveram banir os traficantes dos pontos de drogas. O subprefeito de Jacarepaguá, Fernando Medolo, define os grupos como milícias armadas e faz um alerta:

— Houve uma redução sensível de favelas dominadas pelo tráfico na região. Essas milícias armadas formadas por policiais têm seus aspectos positivos, mas podem se tornar nocivas a longo prazo, pois você tem a ausência do poder constituído. São "xerifes" se prevalecendo da força — explicou o subprefeito — Se esta é a única alternativa ao tráfico, que eles continuem a tomar conta das favelas, mas o ideal é que os "xerifes" não fossem necessários.

Os grupos contam principalmente com a ajuda dos moradores dessas áreas carentes para denunciar os traficantes. Em contrapartida, além da segurança, essas polícias aplicam um modelo de assistencialismo semelhante ao que os bandidos adotavam no passado, financiados pelo comércio e as indústrias locais, ocupando o vácuo deixado pelo poder público na área social. São distribuídas cestas básicas para as famílias mais pobres e material para reforma de casas atingidas por disparos em tiroteios provocados pelo tráfico.

Esses grupos se comunicam por rádio e vigiam as favelas 24 horas, para evitar repressão dos bandidos. Na Vila Sapê, uma das favelas sem tráfico, PMs e moradores pintaram de branco os muros que tinham pichações com nomes das facções criminosas.

Duas favelas sob o domínio do tráfico

• Em Jacarepaguá, a retomada de grande parte das favelas nas mãos dos traficantes não seria possível sem o apoio do comando do batalhão. Hoje, apenas duas comunidades do bairro ainda são dominadas pelo tráfico: a Cidade de Deus e a Caleçó. Tomando como base dados

UM MORADOR do Morro do Jordão, em Jacarepaguá, uma das favelas onde as milícias de policiais militares assumiram o controle, expulsando os traficantes de drogas

Saiba mais sobre a área dos grupos armados

PROVA DE PAGAMENTO POR SEGURANÇA

AS PRINCIPAIS FAVELAS SEM TRÁFICO

Favelas sem a presença do tráfico
Na região da Barra e Jacarepaguá são ao todo 42 comunidades.

Favelas com tráfico
Na região de Jacarepaguá só há duas comunidades com presença de traficantes.

Morro do Jordão
Favela do Caicó
Nova Aurora
VILA SAPÊ
Vila Sapê
Cidade de Deus
JACAREPAGUÁ
Rio das Pedras
Muzema
Lagoa de Jacarepaguá
BARRA DA TIJUCA
RECREIO
Tijuquinha e Vila da Paz
Morro do Banco

Fonte: Jornal O Globo: 20/03/2005. Acessado em: 05/11/2021.

O texto da reportagem começa afirmando que esta empreitada vai “na contramão da violência do tráfico”, isto é, de antemão já descaracteriza a ação do Estado via operação policial como violenta, mas também não menciona se a ação é legal ou ilegal. Esta é, portanto, considerada a primeira menção oficiosa sobre o termo milícia que recebe ampla atenção sobre o fenômeno. Enquanto no Disque Denúncia, as primeiras ligações fazendo denúncia de controle armado por grupos civis junto de policiais militares que se tem registro foi em 2006 (Cano e Duarte, 2012).

Um relatório produzido por uma organização da sociedade civil – Rede Social e Direitos Humanos (2005) – da época já apontava o crescimento exponencial da violência policial na cidade do Rio de Janeiro. As taxas de homicídios, segundo o

relatório, indicavam que 10% dos homicídios dolosos eram provocados pela polícia, chegando as ocorrências a 900 assassinatos em 2002, 1.195 em 2003 e 983 em 2004. É na esteira da violência que o relatório também registra o número de policiais mortos, número alto, embora fosse bastante inferior comparado com o número de civis mortos por policiais. Em 2003, ao todo, foram 34 policiais mortos, enquanto somente os chamados autos de resistência no mesmo ano foram de 798 pessoas mortas. No entanto, chama atenção um dado importante na trama envolvendo as mortes de policiais, 70% das mortes de policiais ocorreram fora de serviço, quando eles realizavam "bicos" como seguranças privados, ou mesmo se envolvendo com grupos armados. Esta última constatação dificilmente ou quase nunca entra nas estatísticas, haja visto a conivência com a participação policial em grupos armados. O subprefeito de Jacarepaguá na época, Fernando Modolo, afirmava sobre a milícia:

> "Houve uma redução sensível de favelas dominadas pelo tráfico na região. Essas milícias armadas formadas por policiais têm seus aspectos positivos, mas podem se tornar nocivas a longo prazo, pois você tem a ausência do poder constituído. São "xerifes" se prevalecendo da força. Se esta é a única alternativa ao tráfico, que eles continuem a tomar conta das favelas, mas o ideal é que os "xerifes" não fossem necessários." (Araujo, 2005).

Jacarepaguá é o bairro onde se localiza a favela do Rio das Pedras, local conhecido como o "berço da milícia" (Brama, 2019)[111]. Portanto, mesmo na época, pode-se afirmar que não havia condições de fazer menção positiva ao grupo policial, mesmo agindo por contra própria no âmbito da segurança pública, qualquer pessoa mais atenta com a temática lembraria dos grupos armados denominados Esquadrões da Morte que atuaram no Rio de Janeiro nos anos 70 e 80, cujo impacto causado pela violência exercida por eles ecoa até os dias atuais por conta da presença de policiais e agentes de segurança do Estado. Era necessário, desta forma, um certo cuidado e responsabilidade ao analisar esse "novo" grupo de policiais. Ainda no decorrer da matéria[112], a jornalista aponta para a existência de pelo menos "11 grupos de policiais organizados como

[111] Em 2002 Marcelos Burgos organizou o livro "Utopia de comunidade: Rio das Pedras Uma favela carioca.", esta pesquisa tratou da favela de Rio das Pedras em muitas dimensões sociopolíticas. Em capitulo próprio ele apontou que a associação de moradores desde os anos 70 realizava o controle social tal como os cangaceiros (tal como justiceiros no nordeste); e afim de coibir o tráfico de drogas esses justiceiros de Rio das Pedras acabam por praticar toda sorte de violências e arbítrios, o pesquisador complementa ainda que tudo indicava que a segurança de Rio das Pedras estava a cargo de policiais que moravam ou frequentavam a favela e que, por sua condição profissional, tem facilidade para mobilizar colegas a fim de coibir praticas consideradas indesejáveis. (Burgos, 2002, p. 62 e 63)

[112] Idem.

milícias", também menciona mais de um grupo de milicianos, característica que com o passar do tempo sofrerá modificações.

Outro fato mencionado na reportagem que cabe sublinhar é a relação entre civis e militares que integram os grupos armados milicianos. A matéria destaca que dos onze grupos milicianos, seis eram chefiados por policiais militares e ainda contam com a ajuda de moradores para realizarem sua empreitada, esta informação é importante para ajudar a compreender quem eram e como agiam os milicianos, e até mesmo para a definição do termo. Contudo, desde seu início a milícia conta com a participação tanto de civis quanto de militares, ocorre que, para definição mais usual considerou-se apenas os militares principalmente policiais militares (Cano e Duarte, 2012). Portanto, justificar a participação policial (da ativa ou inativo) como premissa para classificá-lo como milícia é insuficiente, dada a complexidade da organização interna dos grupos armados e como estes vão passando por reorganizações. No caso da milícia, mesmo que tenha sido integrada por policiais de notório destaque no funcionamento do grupo, com o passar dos anos civis foram assumindo o papel de liderança dos grupos milicianos, é o caso por exemplo de Ecko e Tandera que chegaram a liderar o que sobrou da Liga da Justiça.

A reportagem faz referência a outros modos de financiamento dos grupos milicianos, Vera Araújo (2005) relata que essas atividades de expulsão do tráfico das favelas eram financiadas por comerciantes e indústrias locais[113], ainda completa dizendo que os milicianos repetem uma tática do tráfico para receberem mais apoio dos moradores. Realizam uma espécie de assistencialismo como ajuda aos moradores mais necessitados com problemas de saúde, distribuição de brinquedos para as crianças etc. No grupo miliciano que atuava na outra parte da Zona Oeste do Rio, chamado de Liga da Justiça, havia um centro social oferecendo serviços de diferentes especificidades. Ao analisar, contudo, a atuação dos grupos armados milicianos, percebe-se que a cobrança de taxas por serviços de segurança teve seu início por iniciativa dos próprios moradores e comerciantes locais, em vez de ser uma imposição externa como geralmente se presume atualmente[114]. Esta inversão de perspectiva desafia a noção convencional associada a esse tipo de grupo armado.

[113] Esta prática é vista atualmente de forma oficial e institucionalizada através do Projeto Segurança Presente nos bairros do Rio de Janeiro. Para saber mais sobre o projeto ver "O Projeto Segurança Presente e a Militarização do Espaço Urbano no Rio de Janeiro." (Sardinha, 2020).

[114] Alguns moradores entrevistados afirmaram ter ocorrido desta forma quando o Ademar começa atuar e formar o território.

O grupo armado miliciano se torna um desafio devido à sua natureza complexa. Ele é essencialmente uma síntese de vários outros grupos armados, amalgamando práticas associadas a cada um deles. Por exemplo, a extorsão de comerciantes e moradores, que era uma prática comum da chamada polícia mineira que operava no território conhecido como o "berço da milícia" no Rio de Janeiro, especificamente na favela do Rio das Pedras. Essas milícias, em geral, demonstram influências de outros grupos armados, que por sua vez têm origens geográficas específicas antes de assumirem sua forma atual. Dessa forma, a milícia contemporânea pode ser comparada, em termos práticos, aos grupos de extermínio da Baixada Fluminense, à polícia mineira[115] de Jacarepaguá, especialmente em Rio das Pedras, e à milícia de Campo Grande, como a Liga da Justiça e aos Esquadrões da Morte das décadas de 1960 e 1970.

No decorrer do ano de 2005, o termo milícia ausentou-se das páginas policiais e noticiários em geral. Contudo, o que mais tinha destaque era o chamado "Comando Azul" – referência ao grupo armado do varejo Comando Vermelho e a farda azul da polícia militar do Rio de Janeiro. Em várias ocasiões Comando Azul[116] e Milícia se confundiam como sendo um mesmo grupo armado, porque ambos possuíam a participação direta de (ex) policiais militares. Todavia, a diferença se explica na medida que o Comando Azul não pretendia o controle territorial, atuava mais como um grupo de extermínio dos perfis indesejados da cidade, além dos sentenciados politicamente e preconceituosamente (racismo) como "traficantes". É a sujeição criminal, imputada a determinados tipos sociais, explicada por Misse (2010a) como caminho para entender as relações entre crime, poder e controle social. Misse (2010b) também explora como que o processo de incriminação pelo qual determinados sujeitos são imputados por suas condutas sendo definidas como crimes pela sociedade e pelo Estado.

---

[115] Trata-se de um grupo armado formado por policiais e civis na década de 1970 que praticavam extorsão, tortura e violência contra moradores do bairro de Jacarepaguá sob a justificativa de "evitar a chegada do tráfico". Por conta a extorsão generalizada foram chamados de "polícia mineira". Zaluar e Conceição assim descrevem a polícia mineira: "Durante um longo período, dos anos 1970 até fins da década de 1980, a favela de Rio das Pedras foi dominada por um grupo que zelava pela mesma ordem prezada hoje pelos chamados milicianos, mas com atitudes mais arbitrárias, provocando inúmeras mortes na comunidade, em qualquer lugar ou horário, sob a justificativa de manutenção do código de conduta e de acertos de contas por disputas internas. O grupo era conhecido localmente como polícia mineira – como até hoje são chamados os grupos responsáveis pelo controle de Rio das Pedras, a despeito do aparecimento do termo milícia, amplamente utilizado pela mídia" (Zaluar e Conceição, 2007, p. 92).

[116] MONKEN e TORRES. "Massacre na Baixada: chamadas de 'Comando Azul no estado do Rio. As quadrilhas também praticam extorsões, roubos e sequestros". Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1104200521.htm. Acessado em: 05/11/2021.

As práticas dos Esquadrões da Morte da década de 1960, envolvendo civis e policiais militares seguem a mesma perspectiva. Da mesma forma que aconteceu com estes Esquadrões, a ambiguidade permeava sua "evolução", em grande parte devido ao aumento do conflito com os grupos armados do varejo de drogas. Esta ambiguidade é agravada pela incerteza em torno da legalidade desses grupos armados que envolvem agentes do Estado, especialmente policiais militares. Esses agentes do Estado agem conforme seus próprios interesses e perspectivas, mas também respondem às demandas da sociedade em geral, direcionando suas ações para um segmento social cuja posição na estrutura social é subalterna. Portanto, é legítimo do ponto de vista político e social, porém ilegal do ponto de vista jurídico. Essa questão se torna ainda mais complexa quando a própria formação social brasileira e o Estado de capitalismo dependente não conseguem discernir claramente as fronteiras entre o legal e o ilegal no contexto geral da segurança pública. Faz parte do jogo político diferenciar os ilegalismos para melhor administrá-los, sendo assim, alguns são tolerados e outros não (Foucault, 2011. p. 258).

Nesse sentido, é que Das e Poole (2008) vão argumentar que é na violência que se encontra a chave para compreender essas fronteiras (legal e ilegal) a partir das práticas estabelecidas e não naquilo que espera diante da atuação do Estado ou nas palavras das autoras: “um Estado incompleto”. Contudo, mesmo ocorrendo um emaranhado dessas fronteiras ainda vão existir práticas que delimitam o legal e o ilegal diante das ações, mas sempre tendo o Estado como o demarcador dessas fronteiras. Já Telles (2010) vai operar sob a perspectiva da porosidade entre o legal e o ilegal, pelas movimentações das relações entre agentes estatais e atores privados em cadeias de reprodução e apropriação econômica (através de mercados informais e ilegais). O que ambas estão analisando são práticas consideradas “à margem do Estado” e, portanto, necessariamente sendo definidas fronteiras legais e ilegais. Entretanto o que é margem é também parte de uma certa estruturação configurada. Com isso, pensar o Estado e o poder desde as margens encontra diálogo com o pensar as fronteiras entre o legal e o ilegal. Isso permite explicar práticas contemporâneas, confusas até, como a privatização da segurança pública, realizada por grupos civis armados e a institucionalização de práticas dos grupos milicianos via poderes legislativos locais. Sem afirmar, contudo, que é sempre o Estado operando tais mercados.

Por outro lado, esse contexto apresenta elevada complexidade quando tratado pela imprensa. De modo geral, jornalistas — especialmente aqueles voltados à cobertura

policial — tendem a ser os primeiros narradores de episódios de violência de grande impacto social. São eles, portanto, também os primeiros a descrever e atribuir sentidos a situações cotidianas que, muitas vezes, passam a servir de base tanto para análises acadêmicas quanto para a formação da opinião pública. Desse modo, a imprensa contribui para a construção social da realidade, ao instituir nomeações, acontecimentos e processos sociais (Berger e Luckmann, 2004). Resta, contudo, questionar se tais construções podem, de fato, ser consideradas categorias analíticas. Pois, a "milícia" pode ser considerada uma classificação (nomeação) de um grupo armado que opera no espaço urbano, assim como outros grupos armados[117], por exemplo: jogo do bicho, varejo das drogas e os que não possuem uma identificação precisa, mas que suas práticas podem se assemelhar a de outros, por isso que termo, neste caso, é mais adequado do que categoria. Termo é uma palavra ou expressão que é usada para se referir a algo sem muita precisão na definição.

Ele pode ser simplesmente uma etiqueta linguística para identificar objeto ou fenômeno e diante do exposto, milícia seguiu esse caminho. Enquanto categoria, para se referir a um grupo armado, pode ser considerado um conjunto de fenômenos que compartilham características semelhantes ou têm uma relação específica entre si. É uma forma de classificar e organizar ou enquadrar objetos ou fenômenos com base em seus atributos comuns ou para organizar dados concretos da realidade social observada. E neste caso tratando-se de grupos armados algumas características em comum saltam aos olhos: a) os controle e domínio armado rigoroso e ostensivo do território recorrendo a violência com uso de práticas militares; 2) exploração econômica no geral de mercados (i) legais. E por fim, ainda é prematuro tratar milícias como conceito, pois, além de exigir maior profundidade para alcançar um certo nível de abstração.

É nesse sentido que Mello Neto (2014) aponta um caso semelhante com os EM's. Surgidos em 1958 os Esquadrões da Morte tiveram pelo menos 15 referências, que vai de membros do SDE - Serviços de Diligências especiais (Huggins, 1998), a grupos de policiais de ocasião organizados temporariamente para ações específicas ou mesmo por civis. Muito embora, as práticas dos grupos armados da década de 1950-60 fossem muito parecidas. A primeira vez que o termo "Esquadrão da Morte", ainda segundo Mello Neto (2014), aparece na imprensa com força de categoria foi em 1960

[117] Uma outra referência interessante poderia ser Grupos Civis Armados demarcando a relação (separação) entre esfera civil e militar do Estado e na sociedade.

após o assassinato do motorista da Rádio Tupi Edgar Farias Oliveira, a partir de então, qualquer grupo armado era imediatamente apontado como Esquadrão da Morte[118]. E continua ao dizer que

> a categoria de "Esquadrão da Morte" foi fixada enquanto representação coletiva da violência urbana pela imprensa carioca, mais especificamente pelo jornal Última Hora. Ela será primeiro utilizada na década 1950 para transformar em "violência" algo que é criado como "contra-violência", ou seja, como reação à negatividade do tipo social "marginal". No devir da segunda metade do século XX, a categoria restitui a qualidade de "contra-violência" aos seus referentes. Em meados da década de 1980 ela se metamorfoseia em "grupos de extermínio" por meio da atuação de agências de problematização social ou de movimentos sociais envolvidos com a "questão do menor" (Mello Neto, p.4, 2014).

Já Bicudo (1976) vai dizer que na "realidade, não era possível afirmar a existência de apenas um esquadrão da morte, mas de vários, cada um funcionando à sua maneira e atendendo a interesses específicos".

Com isso, é possível relacionar com um aspecto da militarização do espaço urbano e da formação social brasileira que estou analisando é que as forças de segurança e armadas criaram legalmente grupos de elite. Tanto exército, marinha e depois a polícia militar do Rio de Janeiro com o BOPE, vão ter suas tropas de elite legais. Por outro lado, a sociedade na sua esfera civil, incluindo o Estado com a participação de determinados agentes, vão criar grupos armados para atuarem especificamente "contra o crime", só que sem o respaldo legal. Esses grupos na formação social brasileira terão diferentes nomes, como Esquadrões da Morte, Grupos de Extermínio e a mais recente chamada Milícia. Em que conta com a participação policial, ou mesmo o apoio de facções internas dentro da própria polícia, mas que conta também com um grande e significativo contingente de civis. Ao mesmo tempo, embora tenham práticas muito

---

[118] Algo parecido aconteceu com o justiceiro "Mão Branca" cuja atuação ocorria na Baixada Fluminense durante as décadas de 1980 e 1990. Enne e Diniz (2005), realizaram uma pesquisa sobre o caso do "Mão Branca" e destacaram a influência da imprensa na criação do mito: "Primeiramente, porque "Mão Branca", ao que tudo indica, é um personagem de ficção. Muitas são as versões que correm sobre sua "criação", mas a mais recorrente aponta para o repórter policial Jorge Elias, que trabalhava na Última Hora no período e teria sido o "inventor" de tal personagem. Na verdade, Elias teria criado o personagem para que este assumisse a autoria de diversas mortes sem explicação que ocorriam no Rio de Janeiro e arredores, provavelmente causadas por grupos de extermínio que atuavam, predominantemente, na Baixada Fluminense. Mesmo com as variantes em termos de versão, há um entendimento generalizado, visível na própria imprensa da época (embora para alguns jornais, como *A Última Hora e O Dia*, isso praticamente não tenha sido problematizado), e mais ainda na visão dos entrevistados hoje, de que Mão Branca se trata de uma "invenção", de uma "criação", um "mito", uma "brincadeira", uma "ficção", uma "estratégia para vender jornais".

parecidas, também terão um elemento geográfico central que os diferencia. Me refiro ao território definido por e a partir das relações de poder (Souza, 2013).

O termo "milícia" surgiu pela primeira vez em uma reportagem de um jornal nacional em 2005, ampliando a repercussão do fenômeno. Em 2008, com a CPI das Milícias, o termo se consolidou, entretanto os grupos armados já eram conhecidos nas áreas em que operavam, principalmente na periferia da cidade. Esses grupos e seus líderes, como o "Batman[119]", frequentemente tinham um reconhecimento local significativo e eram percebidos como líderes personalizados (armados) cuja ação de um grupo era direcionada apenas a esta figura.

Quando o termo "milícia" começou a ser associado a um grupo armado no Rio de Janeiro, inicialmente de maneira positiva, como observado na abordagem da jornalista Vera Araújo, demorou até um certo período para que a opinião pública reconhecesse esse grupo armado miliciano como criminoso. Uma hipótese é que essa referência possa ter seguido as milícias presentes nas comunas populares da Colômbia. Contudo, isto também demonstra as diferenças entre as milícias de Medellín e as milícias (grupo armado miliciano) do Rio de Janeiro. Franco (2006) revela que as milícias também são mencionadas na Colômbia na década de 1980 como um grupo que surge para combater os roubos e a violência cometida pelas Gangues Armadas em bairros das Comunas Populares do Nordeste do país, portanto, perfazendo como grupo de autodefesa. E este caráter de autodefesa será expresso no próprio nome do principal grupo armado miliciano, a “Milícia del Pueblo y para El Pueblo” (MPP)[120].

Outra questão crucial é a diferença geográfica e territorial entre os grupos armados do Rio de Janeiro e seus integrantes. Há confusões socioespaciais quando se analisam esses grupos sob diferentes perspectivas, especialmente considerando as variações entre áreas específicas da cidade e da Região Metropolitana. O imaginário social destas análises coloca milícias e Rio de Janeiro como sendo entes significantes indicando o Rio de Janeiro espacialmente como algo homogêneo, o mesmo ocorre com a milícia. Embora exista comprovadamente milícias tanto na capital quanto na região metropolitana do estado, nem todos podem ser considerados milícias, cada vez que um

[119] Chamarei de primeiro Batman o líder local que, depois, formou o grupo armado miliciano no bairro de Cosmos, Aldemar Almeida dos Santos e como o Segundo (antigo Robin) o ex-policial e miliciano Ricardo Texeira Cruz.

[120] Voltarei a este tema no próximo tópico.

determinado grupo armado age. Em termos gerais, posso afirmar que a milícia é uma entidade espacial, assim como outros grupos armados. Tanto a milícia quanto esses outros grupos armados tendem a adotar e mesclar práticas uns dos outros na busca pelo domínio territorial. Portanto, surge a questão: de que grupo e de onde a milícia extraiu influências para se constituir como tal? Uma primeira hipótese são as facções policiais que atuam tanto por dentro quanto por fora da institucionalidade, como por exemplo os Cavalos Corredores[121] que tiveram participação na chacina de Vigário Geral, o Comando Azul que eram grupos de extermínio atuantes principalmente na região metropolitana do Rio de Janeiro e Baixada Fluminense, tendo participação na chacina de Nova Iguaçu, a polícia mineira e os Esquadrões da Morte, sendo um dos mais antigos grupos armados tendo atuação não somente na cidade do Rio de Janeiro, mas na Baixa Fluminense, regiões Nordeste e Sudeste; a "Patamo 500[122]" (Soares, 2023); os justiceiros, que no caso da Zona Oeste do Rio de Janeiro eram figuras que disputavam domínio territorial com a milícia quando esta começa suas ações; além de outros grupos de policiais com envolvimento em alguma atividade ilícita tanto na Baixada Fluminense quanto na capital por diferentes bairros da cidade. A própria CPI ao final dos seus trabalhos já chamava atenção para esta temática:

> Cinco meses após sua instalação, esta Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a discutir o surgimento e a ascensão das milícias no Rio de Janeiro, encerra seus trabalhos com a convicção de que, embora recente, o fenômeno das milícias tem origem em práticas bem antigas. Remonta a uma cultura histórica de violência contra as camadas populares - algumas vezes até ideologicamente justificada por segmentos mais conservadores -, representada pela ação da polícia mineira, justiceiros ou matadores que, para se legitimar junto à população, adotavam a prática de eliminar fisicamente aqueles considerados indesejáveis para a comunidade, como usuários de drogas, ladrões, autores de pequenos e grandes delitos (ALERJ, 2008, p.257).

---

[121] O nome "Cavalos Corredores" refere-se a um grupo de policiais dirigidos por oficiais preparados para serem ágil e veloz. Para tanto utilizava cavalos como meio de transporte e intervenção. Quando realizavam incursões em favelas (principalmente de topografia horizontal) laçavam moradores remetendo aos filmes de faroeste. Durante os anos 1990, o Rio de Janeiro enfrentou desafios significativos em termos de segurança pública, com altos índices de criminalidade e violência. Os grupos dos Cavalos Corredores foram empregados para reforçar a presença policial em favelas e bairros. Com o tempo os Cavalos foram substituídos por automóveis, porém a prática de laçar moradores ainda permaneceu por um tempo, assim como o nome "Cavalos Corredores".

[122] Fundada em 1997 como uma unidade especializada da Polícia Militar, a "Patamo 500" representava uma forma de "Patrulhamento Tático Móvel", dedicada a lidar com situações de alta gravidade. O número 500 identificava as viaturas dos policiais envolvidos nesse tipo de patrulhamento. Dentro da corporação, a Patamo 500 é considerada uma lenda; porém, fora dela, era vista como um grupo que aterrorizava favelas e bairros na Zona Norte do Rio de Janeiro. Um dos integrantes proeminentes desse grupo foi Ronnie Lessa, posteriormente preso por envolvimento no assassinato da Vereadora Marielle Franco. SOARES, Rafael. "Série Pistoleiros: conheça a Patamo 500, patrulha que formou Ronnie Lessa, acusado de assassinar Marielle Franco." Disponível em: https://extra.globo.com/casos-de-policia/serie-pistoleiros-conheca-patamo-500-patrulha-que-formou-ronnie-lessa-acusado-de-assassinar-marielle-franco-25306685.html. Acessado em: 11/04/2024.

Difícil precisar como cada grupo armado se auto identifica em termos conceituais, porém é possível fazer apontamentos a partir de suas práticas em que se torna evidente semelhanças e diferenças. Como para esta ocasião não será possível dar conta de todos os aspectos, cabe apontar dois elementos determinantes: 1) a participação policial nestes grupos e 2) a questão do domínio territorial. No caso de um miliciano citado na CPI e acusado de ser liderança pelo delegado Pedro Paulo, Marco Aurélio França Moreira, o Marcão, disse em depoimento para a CPI que "só sabia sobre a milícia através da mídia" (ALERJ, 2008, p. 74).

Portanto, é perfeitamente possível compreender que apesar de tratarem milícia de forma homogênea existem outros grupos armados na cidade com práticas semelhantes, como os do varejo de drogas, grupos de extermínio[123]e grupos que controlam mercados ilegais de cigarro, por exemplo, que coexistem com as chamadas milícias. Estes grupos ainda possuem atuações em territórios da cidade, mesmo com o crescimento e a generalização dos grupos milicianos, e com a participação de agentes das forças de segurança do Estado. Por exemplo, no dia 26 de abril de 2021, o Ministério Público revelou após uma investigação a participação de policiais civis, militares (oficiais) e até mesmo de agentes da Polícia Rodoviária Federal por participarem de um grande esquema de venda de cigarros para vendedores da Feira da Pavuna, Zona Norte do Rio de Janeiro[124]. Em um outro caso, também envolvendo policiais militares, em uma outra operação organizada pelo MP-RJ, polícia civil e policiais militares, prenderam 13 policiais militares após "câmeras de segurança" flagraram os agentes da lei desviando carga de dois caminhões frigoríficos roubados. Chamada de "Operação Purificação", conseguiu desarticular a circulação de carne roubada de aproximadamente 12 toneladas na região metropolitana do Rio de Janeiro e capital[125]. Em outras palavras, o que quero dizer com estes exemplos, é reforçar que há

---

[123] É importante mencionar outro grupo armado conhecido como o "Escritório do Crime", denominado assim pela imprensa oficial. Uma prática distintiva do Escritório do Crime era o assassinato por encomenda. Este grupo se destacava por estar envolvido em atividades que iam além das atividades comuns de milícias, como controle da venda de gás e água. Um dos membros, Ronnie Lessa, foi preso por ser identificado como o atirador responsável pelo assassinato da vereadora Marielle Franco e Anderson Gomes em 2018. Após sua prisão, a polícia descobriu que Ronnie Lessa também era traficante de armas para grupos armados no Rio de Janeiro.

[124] SOARES, Rafael. "Oficiais da PM podem estar por trás de comércio ilegal de cigarros na Pavuna". Disponível em: https://extra.globo.com/casos-de-policia/oficiais-da-pm-podem-estar-por-tras-de-comercio-ilegal-de-cigarros-na-pavuna-24987449.html. Acessado em: 05/11/2021.

[125] COELHO, Henrique. "Supermercado recebeu parte de carga desviada por PMs de caminhões roubados, diz delegado" Disponível em:

uma complexidade para definir qual grupo armado atuante no espaço urbano do Rio de Janeiro é miliciano apenas por ter participação policial ou agente do Estado e, de toda sorte, estar envolvido em esquemas de mercados ilegais. É importante lembrar que cigarros também estão inseridos como uma mercadoria bastante afluente nos mercados ilegais com participação e interesse dos grupos armados milicianos.

Em linhas gerais, meu propósito não é questiona em apontar como "milícia" certos grupos armados que operam na cidade do Rio de Janeiro, minha preocupação é destacar a importância de definir cuidadosamente os termos antes da análise e de escolher as ferramentas teórico-metodológicas adequadas, a fim de evitar influências de setores que carecem de preocupação teórica-conceitual em relação ao fenômeno em questão[126]. É por isso que durante este trabalho usei em demasiado, grupos armados milicianos como forma de tipificação considerando outros grupos com características muito parecidas. Por conseguinte, cabe destacar, o termo milícia possui outra conotação na América Latina, diferente da corriqueiramente adotada no Rio de Janeiro e no Brasil.

É importante observar os imbricados desdobramentos que envolvem a consolidação das milícias e da Liga da Justiça. Jerominho, preso por envolvimento com o crime organizado e "milícia privada", teria laços instrumentais com membros de grupos armados do varejo do tráfico, que ao longo dos anos, esse discurso se reverteu em uma base de apoio essencial para as milícias. Em resumo, estou falando de presumidos inimigos mortais (milicianos e traficantes do varejo) que disputam violentamente territórios na cidade. Além disso, é interessante observar encontros cordiais entre lideranças locais armadas, milicianos e traficantes, como um encontro amistoso entre eles. Isso levanta a questão: será que o discurso moral "contra as drogas", usado para justificar a existência e expansão das milícias, não passa de retórica, sendo o verdadeiro interesse o controle dos mercados ilegais na cidade?

Outro ponto a ser considerado é que os grupos armados milicianos, que controlam territórios para exploração econômica, possuem laços instrumentais com agentes do Estado, incluindo forças de segurança e, principalmente, o legislativo, algo presente também em outros grupos armados como as facções do varejo. Contudo, no caso de boa parte da milícia, mas nem todas, esta relação permite que suas atividades

---

https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/12/13/supermercado-recebeu-parte-de-carga-desviada-por-pms-de-caminhoes-roubados-diz-delegado.ghtml. Acessado em: 05/11/2021.

[126] Nesse sentido, o que quero dizer é que quando o termo *milícia* aparece e recebe ampla circulação faltou problematizações acerca do termo.

persistam por mais tempo, especialmente quando agentes do Estado estão envolvidos na trama política junto aos grupos armados milicianos. Isso conduz a um processo de "milicianização" do Estado, onde os interesses e ações desses grupos se entrelaçam com as estruturas de poder institucionais. E isto caracteriza o funcionamento dos mercados (i) legais de diferentes mercadorias políticas entre esses agentes e as lideranças armadas locais ou mesmo grupos armados.

3.3 – A Experiência do Termo Milícia na América Latina

Assim como o caso brasileiro, a América Latina também experimentou a atuação do grupo armado miliciano, muito antes do Brasil, até. Como que por hora não daria para dar conta de todas as experiências, pretendo nesta seção refletir o exemplo da Colômbia.

A história da Colômbia é profundamente marcada pela presença contínua e significativa de grupos armados ao longo das décadas, desde os anos 1970 até os dias de hoje. Esses grupos desempenham um papel central na disputa territorial e nos conflitos do país. Nesse contexto político, bélico e social complexo, emergiram as milícias de Medellín, também conhecidas como milícias populares. Na década de 1980 a criminalidade crescia na figura dos grupos armados de diferentes espectros: grupos de narcotraficantes (narcos), grupos de guerrilha (ELN – Exército de Libertação Nacional), Paramilitares, Gangues de Roubo (Las Bandas de Deliquentes) e por fim as milícias. "O surgimento das milícias não é acidental, e seu crescimento está enraizado em uma longa tradição de autodefesa em algumas áreas da comuna do nordeste" (Franco, 2006. p.11).

As milícias (grupo armado miliciano) aparece já na década de 1980 para combater os roubos e a violência cometida pelas Gangues Armadas em bairros das Comunas Populares[127] do Nordeste da Colômbia, portanto, grupos deveras de autodefesa. E este caráter de autodefesa será expresso no próprio nome do principal grupo armado miliciano, a "Milícia del Pueblo y para El Pueblo" (MPP). Seus primeiros membros são dissidentes dos grupos armados de guerrilha como o ELN, mas também de ex-membros de gangues armadas derrotados pelas próprias milícias na disputa

[127]Na Colômbia referem-se a divisões territoriais e administrativas que foram estabelecidas como parte de um sistema de governança local e participativa em algumas cidades do país. Essas comunas são geralmente encontradas em cidades como Medellín e Cali, onde existem áreas urbanas densamente povoadas e historicamente afetadas pela violência e marginalização.

territorial[128]. Havia casos de ex-policiais (ou agentes de segurança do Estado) que ao desistirem de combaterem oficialmente outros grupos armados, com medo de morrerem, ingressaram nos grupos milicianos.

Inicialmente os grupos armados milicianos ao organizarem sua empreitada contavam com o apoio dos moradores por conta da referência política advinda dos grupos de guerrilha de esquerda. As milícias, segundo os próprios moradores, faziam aquilo quem nem Estado, nem guerrilheiros, nem os narcos se preocupavam em fazer, que era oferecer proteção e segurança contra os grupos armados das gangues. Ao realizarem, evitavam o uso da violência contra os moradores e não recorriam ao medo para manter o controle armado e territorial, pelo contrário, os milicianos se identificavam com os moradores. Ajudavam com a obra das casas dos moradores, defendiam o uso do diálogo antes de recorrer ao uso da violência. “Chegamos a um plano de trabalho social e de segurança, mas não como um grupo de extermínio” (Franco, 2006. p.27). Uma observação importante, nesse sentido, é que as tarefas relacionadas ao trabalho social não podem ser vistas como assistencialismo motivado por interesses ocultos, mas sim como uma necessidade concreta do território, onde os moradores se organizam para resolver questões sociais relacionadas à segurança e infraestrutura urbana.

Suas práticas variavam desde a implementação de um "código ético popular" nas comunidades, visando a redução do uso excessivo da violência, incluindo a proibição de tortura e do medo como método de dominação. Assim, os milicianos buscavam respeitar a população local desarmada e demonstrar lealdade à organização popular. Os grupos armados milicianos buscavam referências organizativas em partidos leninistas e aplicavam nos bairros populares.

Por conta da pacificação promovida pelos grupos milicianos nos bairros populares alguns empresários pequenos, locais, pagavam uma mensalidade aos milicianos, mas sem configurar como extorsão[129]. Pois, não era um pagamento recorrendo a violência ou ao medo e, em caso de não pagamento, não havia consequências. Com o passar do tempo organizaram as finanças (orçamento) e o

[128] Outro aspecto que gerou a luta das gangues criminosas foi o surgimento das milícias populares, que, em uma suposta operação de limpeza do setor, convidaram esses grupos a se afastarem das atividades criminosas e a aceitarem a vida em sociedade, a se desmobilizar como gangue e a se juntarem ao seu grupo (FRANCO, 2006).

[129] Um caso muito parecido com o bairro de Cosmos, no Rio de Janeiro, na figura de Ademar que trataremos mais a frente neste trabalho.

transporte dos bairros sem recorrer ao uso de preços abusivos e o monopólio do serviço, combatiam a corrupção na administração pública. Quando havia algum crime bárbaro, eram membros mais destacados e de confiança interna que realizavam a investigação do crime.

Quando as milícias ganharam notoriedade, o Estado colombiano prontamente as associou a mais um grupo a serviço dos narcotraficantes, e levou algum tempo para dissipar essa confusão. Isso foi exacerbado pelo fato de Pablo Escobar ter elogiado os grupos milicianos dos bairros populares. Posteriormente, o Estado optou por ignorar essa questão e concentrou-se principalmente no combate aos grupos guerrilheiros e narcotraficantes. No entanto, é importante ressaltar que alguns membros das milícias se envolveram na circulação e no comércio de drogas. Durante o início da desmobilização das milícias nos anos 2000, muitos membros foram assassinados, seja por narcotraficantes ou até mesmo por paramilitares.

Por conseguinte, as disputas territoriais entre as próprias milícias tornaram-se recorrentes. Em muitos casos por divergências ideológicas ou por algumas se aproximarem de narcotraficantes em busca de mais dinheiro. Com o tempo, as milícias foram se fragmentando, tendo alguns membros ingressando nas gangues de roubos.

O exemplo dos grupos armados milicianos das Comunas Populares da Colômbia, que ganharam notoriedade, é fundamental para compreender o contexto no Rio de Janeiro e formular algumas hipóteses. Quando o termo "milícia" começou a ser associado a um grupo armado no Rio de Janeiro, inicialmente de maneira positiva, como observado na abordagem da jornalista Vera Araújo, demorou até um certo período para que a opinião pública reconhecesse esse grupo armado miliciano como criminoso. Uma hipótese é que essa referência possa ter seguido as milícias presentes nas comunas populares da Colômbia. Contudo, isto também demonstra as diferenças entre as milícias de Medellín e as milícias (grupo armado miliciano) do Rio de Janeiro.

Além de adotarem práticas dos agentes de segurança do Estado, os milicianos também parecem ter origem em outros grupos armados, com territórios definidos e geograficamente afastados. Dois fatos foram decisivos para moldar como as milícias passaram a ser tratadas pela academia, imprensa e sociedade: a reportagem da jornalista Vera Araújo e a CPI das milícias. Após discutirmos a matéria de O Globo, analisaremos agora como o termo foi abordado no relatório da CPI de 2008.

3.4 – A CPI das Milícias

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) foi um marco decisivo a respeito de um movimento que vinha em rápida ascendência e que traria contornos dramáticos para a segurança pública da cidade do Rio de Janeiro. A formação do grupo armado do tipo miliciano era novidade no que tange a esfera dos grupos armados que já atuavam na cidade, contudo, mesmo sendo tratado como uma novidade pela imprensa e opinião pública de maneira geral, figuras políticas e até mesmo por acadêmicos, a própria CPI contribuiu para esclarecer certas nuances obscuras permitindo relacionar com outras práticas de outros grupos armados. Desta forma, nesta seção pretendo discorrer sobre como a CPI debateu o termo milícia em seus trabalhos.

No primeiro momento, em 2007, a CPI foi arquivada à medida que os escândalos de envolvimento com corrupção de membros da ALERJ aumentavam. Na época 33 do 70 Deputados respondiam algum caso deste tipo na justiça e mesmo assim a proposta foi engavetada. No entanto, já em 2008, após outro escândalo envolvendo o Deputado do PMDB (hoje MDB) Álvaro Lins, sob acusação de envolvimento com a milícia, fez com que o presidente da ALERJ na época, Jorge Picciani, retirasse da gaveta colocasse para votação no plenário da casa. Nas negociações subsequentes, o presidente da ALERJ manteve o autor do projeto, o hoje presidente da Embratur, Marcelo Freixo, como presidente da CPI e indicou para o vice e relator o Deputado Gilberto Palmares do PT (Partido dos Trabalhadores). E para acompanhar os trabalhos, representando o conselho de ética da câmara, Picciani escolheu o Deputado Paulo Ramos do PMDB.

Em seu trabalho a CPI conseguiu sistematizar um conjunto de informações, estudos da sociedade civil, dados, relatos, investigações policiais e do Ministério Público, produzindo resultados cuja magnitude ressoa até os dias atuais. Qualquer produção analítica sobre grupos armados milicianos precisa considerar com muito cuidado e referência a importância da CPI das milícias. Por conseguinte, o levantamento realizado pela CPI lançou luz sobre uma série de questões das quais tentarei debruçar no decorrer desta seção. A maneira como organizou o relatório oferece a possibilidade de olhar com mais clareza um fenômeno incipiente, até então, carregado de complexidade.

Em primeiro lugar, a CPI inicia seu relatório final com uma discussão relevante, voltada ao esclarecimento dos principais significados associados ao fenômeno em

análise. Para tanto, recorre a uma trajetória histórico-conceitual que busca delimitar com maior precisão o objeto, evitando ambiguidades interpretativas. No entanto, algumas questões, em função das circunstâncias e dos limites próprios da investigação, não puderam ser aprofundadas de maneira satisfatória. Nesse sentido, o presente trabalho segue uma direção semelhante, mas procura enfatizar aspectos que o próprio movimento do objeto evidenciou no mesmo período de realização da CPI, bem como ao longo dos anos subsequentes. Iniciando pela origem do termo, a CPI destaca bem no início o contexto em que o ainda termo recebe fôlego na vida social de maneira, porém, com mais frequência na imprensa empresarial conforme pontuei acima.

> A expressão milícias se incorporou ao vocabulário da segurança pública no Estado do Rio e começou a ser usada freqüentemente por órgãos de imprensa quando as mesmas tiveram vertiginoso aumento, a partir de 2004. Ficou ainda mais consolidado após os atentados ocorridos no final de dezembro de 2006, tidos como uma ação de represália de facções de narcotraficantes à propagação de ― milícias na cidade (Relatório da CPI -ALERJ, 2008, p.34).

Os "atentados" mencionados no trecho referem-se aos eventos de dezembro de 2006, quando o grupo armado do varejo do tráfico de drogas, Comando Vermelho, realizou uma série de ações em diferentes pontos da cidade, incluindo incêndios a ônibus. Tais ações podem ser interpretadas como uma reação ao avanço das milícias e à consequente perda de território. O trecho também evidencia o processo de incorporação, em caráter oficial, do termo "milícia" no vocabulário da imprensa e na esfera administrativa da segurança pública. No plano oficioso, contudo, tudo indica que a expressão já circulava anteriormente, vindo apenas a ganhar reconhecimento e legitimidade em outros segmentos. Neste sentido, passando de expressão para termo, diferentes especialistas da área de segurança pública são convidados para contribuírem para determinar o que seria milícia.

> Para o delegado Marcus Neves, da 35ª DP, milícias são grupos armados compostos por agentes do Poder Público e pessoas cooptadas nas comunidades carentes, inclusive ex-traficantes, que usam a força e o terror para dominar uma determinada região e explorar de maneira ilegal as atividades de transporte alternativo, gás e tevê a cabo. Seu mote é a questão financeira, o lucro farto e fácil (Relatório da CPI ALERJ, 2008, p.35).

Nessa primeira tentativa de definição o agente da segurança pública consegue amarrar o que hoje é ao que parece aquilo que estaria mais próximo quando se pensa em grupo armado miliciano: agentes do Estado (poder público) agindo segundo interesses autônomos; civis de comunidades (favela), principalmente ex-traficantes. Esta

característica por um tempo parecia ser um fato absurdo, já que, grupos armados milicianos justificam a necessidade de sua existência para combater e expulsar grupos armados do varejo tráfico. O controle rigoroso e ostensivo da sociabilidade com uso de práticas militares para assim manter a exploração econômica, como por exemplo a venda de gás e o serviço de TV por assinatura. A questão econômica é a principal motivação que movimenta a justificativas deste grupo armado na cidade. Em seções mais à frente, vou me ater com mais fôlego para discutir como as atividades econômicas se ampliaram pós CPI chegando ao ponto de se constituir uma pilhagem social e econômica.

Outro delegado da polícia civil pertencente a DRACO (Delegacia Regional de Ações Criminosas Organizadas), Cláudio Ferraz, usa uma definição ao que ele chama de semelhança com crime organizado internacional, muito parecido com grupos mafiosos, na tentativa de definir o que seria este um novo grupo armado na cidade do Rio de Janeiro.

> As milícias se enquadram no conceito internacional de crime organizado. Primeiro, auto-padrão organizativo; segundo, a racionalidade do tipo de empresário da corporação criminosa que oferece bens e serviços ilícitos, tais como drogas, prostituição, e vem investindo seus lucros em setores legais da economia; terceiro, a utilização de métodos violentos com a finalidade de ocupar posições proeminentes ou ter o monopólio de mercado, obtenção do lucro máximo sem necessidade de realizar grandes investimentos, redução dos custos e controle da mão-de-obra; quarto, valer-se da corrupção da força policial e do Poder Judiciário; quinto, estabelecer relações com o poder político; sexto, utilizar a intimidação e o homicídio, seja para neutralizar a aplicação da lei, seja para obter decisões políticas favoráveis ou para atingir seus objetivos. (Relatório da CPI - ALERJ, 2008, pg. 35)

O delegado Cláudio (2008) também levanta questões relevantes, como a exploração da prostituição enquanto atividade econômica por grupos armados milicianos. À época, o grupo que dominava o bairro de Cosmos mantinha prostíbulos em funcionamento — prática que, no mesmo território, sob lideranças anteriores, não era observada durante o período da CPI. O autor também destaca a corrupção no interior das forças policiais, tanto de forma direta quanto indireta. Nesse contexto, após a CPI das milícias, verificou-se um movimento de afastamento de policiais envolvidos com esses grupos na Zona Oeste do Rio de Janeiro, especialmente em áreas de planejamento como Campo Grande, Cosmos, Paciência e Santa Cruz. Ao que se refere sobre a influência do poder judiciário, desconheço algum caso de conluio, pelo contrário, e o

caso da juíza Patrícia Aciolli, que foi assassinada em 2011 por enfrentamento aos grupos milicianos, é emblemático nesse sentido; outro elemento que requer destaque é sobre o varejo de drogas com envolvimento direto de grupos milicianos. Fato que na época da CPI das milícias era quase impossível pensar em tal ocorrido. Porém, com o passar dos anos essa discussão assume dimensões que me chamou atenção: Será mesmo que grupos armados milicianos participaram do comércio varejista de drogas? Esta hipótese circulou a esmo pela opinião pública em geral que chegou a ser cunhado a expressão "narcomilícia". Seguindo essa linha e as anteriores citadas, o procurador do Ministério Público é enfático ao dizer que grupo armado miliciano que atua na cidade do Rio de Janeiro segue parâmetros internacionais de crime organizado. "Milícia configura o crime de quadrilha destacando que o crime organizado é hoje, em todo o planeta, uma atividade empresarial, um negócio" (ALERJ, 2008). E vai além ao destacar o perfil dos envolvidos: "não há crime organizado sem que haja um braço no Estado, braço na polícia, braço no poder político, braço, inclusive, nas esferas de Poder Judiciário, do Ministério Público (ALERJ, 2008)." Este pressuposto de que "milícia é Estado e não poder paralelo" também ecoou e ainda ecoa como explicação unívoca (e resolvida) no entendimento do significado do grupo armado miliciano. Ora, se milícia é Estado atuando de forma ampliada, então é somente através do próprio Estado que esta questão será resolvida. Ou seja, através dos mecanismos de "gestão do Estado". Quanto a este debate, também pretendo dedicar um capítulo para discutir a relação entre Estado e grupo armado em uma formação social de capitalismo dependente e periférico.

Pesquisadores da área de segurança pública também foram consultados para contribuírem com a conceituação histórica no contexto da CPI. Jaqueline Muniz, antropóloga, professora e pesquisadora de segurança pública e Domício Proença, também professor e pesquisador da área consideram o termo ou a consideração enquanto conceito histórico "inadequados por serem gangues formada por policiais e ex-policiais que vendem segurança contra eles próprios" (Muniz e Proença, p.35). Domício ainda acrescenta que é inoportuno enquanto conceito por configurar "gente armada querendo prover segurança fora da lei." Consultado também para CPI, o delegado Pedro Paulo Pinho concorda com os pesquisadores quanto à aplicação do termo. Por conseguinte, quem mais se dedica nessa ocasião na tentativa de definir milícia é o professor e pesquisador Inácio Cano. Antes mesmo de atender ao pedido da CPI das milícias em 2008, Inácio já pesquisava as movimentações deste "novo" grupo

armado na cidade do Rio de Janeiro e publicou alguns artigos nos jornais Globo e O Dia. Também recorria aos dados registrados pelo Disque Denúncia.

> "Impressiona, no estudo do uso do termo milícia ao longo da história mundial, seu uso equivocado recentemente (...) milícia é comumente usada para designar uma força militar composta de cidadão ou civis que peguem em armas para garantir sua defesa, o cumprimento da lei e o serviço paramilitar em situações de emergência, sem que os integrantes recebam salários para ou cumpram função especificada em normas institucionais (Zaluar e Conceição, 2008, p. 2).

A CPI contando com a ajuda da base de dados do Disque denúncia, que por sua vez criou o canal "disque milícia" para "facilitar" de forma segura denúncias da existência desse grupo armado, nesse sentido, apontou números bastante interessantes para minha reflexão. O número total de indiciados por envolvimento com grupos milicianos foi de duzentas e dezoito pessoas. Sendo oito policiais civis; sessenta e sete policiais militares; três bombeiros militares; dois agentes penitenciários; dois militares das forças armadas; cinco militares de órgãos não identificados; e centro e trinta civis. Enquanto as mesmas, categorias separadas por denúncia, foram de quarenta e dois policiais civis; duzentos e oitenta e três policiais militares; trinta e dois bombeiros militares; oito agentes penitenciários; seis militares das forças armadas; vinte e sete militares de órgão não identificado; quinhentos e onze civis; além de dois integrantes do poder judiciário, dois guardas municipais e dezoito membros do setor político, sem especificar qual cargo e segmento. Mais de novecentas pessoas mencionadas ou denunciadas, formando a base de dados do canal criado pelo Disque Denúncia e usada pela Comissão Parlamentar de Inquérito.

Estas informações contribuem com a problemática que estou discutindo nesta tese: a trajetória do termo milícia e o seu uso exagerado tornando-se uma categoria social e jurídica. Ao mesmo tempo, distante do que possa parecer qualquer indicativo de depreciação do trabalho realizado pela CPI e os resultados obtidos a partir dela. A Comissão Parlamentar de Inquérito contribuiu significativamente para a compreensão, publicização e formas de ações denunciando mais este perigoso grupo armado atuando na cidade do Rio de Janeiro. Entretanto, referenciada pela base de dados do Disque Denúncia, renuncia-se o rigor conceitual explorado no início dos trabalhos da CPI, em que se discutiu um é tipo ideal de milícia. Cano e Duarte (2012) alertavam para essa questão:

> Não há como comprovar, a priori, a veracidade de cada denúncia e se existem, de fato, indícios da apresentação eventual de denúncias falsas como forma de confundir as investigações ou de prejudicar pessoas. Entretanto, é razoável supor que a proporção de denúncias inconsistentes seja relativamente constante ao longo do tempo, de forma que a evolução das denúncias deve corresponder aproximadamente à tendência real da criminalidade (...) De fato, o Disque Denúncia não conta com uma definição própria do que seja 'milícia' e inclui nesta categoria, aparentemente, os casos em que o próprio denunciante utiliza o termo. Nesse sentido, essa fonte serve também como um indicador do grau em que as pessoas estão usando o conceito (Relatório - CPI Alerj, 2008 p.25-26).

Sabendo da dificuldade em definir de forma precisa e concisa o significado de milícia por conta da dinâmica do fenômeno e da realidade da qual estão inseridos, Inácio Cano assume o cuidado e em concluir antecipadamente o termo, por isso que o sociólogo pontua cinco eixos que ajudam a refletir, afinal, o que é milícia. "O controle de um território e da população que nele habita por parte de um grupo armado irregular (1); O caráter coativo desse controle (2); O ânimo de lucro individual como motivação central (3); A participação reconhecida dos agentes do Estado (4); um discurso de legitimação referido à proteção dos moradores e à instauração de uma ordem (5). Em linhas gerais, esta foi a participação de Cano (2008) à Comissão Parlamentar de Inquérito. Voltarei a ele mais a frente neste capítulo. Por conseguinte, ao final dos trabalhos a CPI define o que seria, naquele período, a definição de grupo armado miliciano:

> milícias como grupos armados para prática de diversas extorsões e exploração irregular de serviços públicos, controlados por integrantes das instituições de segurança pública e/ou das Forças Armadas, para fins econômicos escusos, não raro com representação direta de parlamentares ou indiretamente na forma de sustentação dessa atividade criminosa, contando, no mínimo, com a tolerância de autoridades de Poderes Executivos (braço político-eleitoral) (Relatório da CPI - ALERJ, 2008, p.261)

No entanto, o que se observou parcialmente com minhas pesquisas até o presente, é que ao invés de cada vez mais caminhar para precisão mais ampla possível do significado do grupo armado miliciano, destaca-se uma significativa generalização por parte daqueles que outrora tiveram uma contribuição social na compreensão do fenômeno, como o caso, por exemplo da imprensa oficial.

Outras contribuições sistemáticas que a CPI alcançou, destaco o que poderia ser a origem deste grupo armado, o modus operandi e suas finanças. Estas, ao que parece, a CPI destacou apenas as principais, se ocorriam outras e a comissão não teve tempo de

provar, é outra questão. Entretanto como sendo destaque dos trabalhos da CPI as atividades econômicas que motivaram/sustentavam a atividade de grupos milicianos eram: 1) o transporte "alternativo" de Vans que, ao contrário do que se pensa, não foi a milícia quem "inaugurou" este tipo de atividade, mas era algo reconhecido na periferia da cidade do Rio de Janeiro na passagem da década de 1990 para 2000. Com uma onda de desemprego decorrente da crise econômica e social no final dos anos de 1990, muitas pessoas sem empregos buscaram algum tipo de ocupação na chamada informalidade. Entre estas ocupações o transporte via o Kia Besta, a Kombi e as Towers, tornaram uma espécie de escape para o quantitativo de desempregados. Portanto, por causa de uma intensa demanda, mesmo onde um determinado trajeto era oferecido por um transporte coletivo administrado por alguma empresa de ônibus, tinha alguns destes veículos disputando passageiros. Por outro lado, em locais onde havia a demanda de transporte, o chamado transporte alternativo, não somente se proliferou como também se constituiu como única opção que atendia determinados bairros[130].

Com o tempo, o transporte alternativo foi se organizando em cooperativas de acordo com o trajeto e bairro que atendia. Era preciso organizar a demanda, já que, no período, era uma opção economicamente viável para o trabalhador desempregado e com uma Kombi parada na garagem. Com o passar dos anos, as disputas se acirraram por conta da possibilidade de lucro. As linhas (trajetos) mais lucrativas, ou seja, que movimentavam mais passageiros, começaram a ter interferência da ação policial corrupta através do arrego. Fato que fazia circular ainda mais dinheiro. Como os bairros da Zona Oeste eram os que mais careciam da efetividade do transporte coletivo, a "máfia das Vans", como ficou conhecida antes da chegada do grupo armado miliciano no negócio, encontrou um terreno fértil para se estruturar enquanto equipamento de serviço urbano que atende centenas de pessoas periferia da cidade, nem mesmo com a chegada do BRT (Bus Rapid Transit) e nem do Uber conseguiram atingir negativamente a movimentação econômica das Vans. As mudanças, e pouco do que vemos atualmente, só foi possível com a investida do grupo armado miliciano do Batman e Jerominho. As cooperativas deixaram de existir, motoristas que não aceitaram repassar sua linha, que no início dos anos 2000 estava em torno de 15 a 20 mil reais, foram assassinados.

[130] Examinarei com mais detalhes o surgimento do transporte de vans e sua trajetória de trabalho informal a mercadoria ilícita do grupo armado mais a frente neste trabalho.

O negócio de venda de serviço de sinal de Tv por assinatura (2), que tempos depois o sinal de Internet será adicionado, serviu por muitos anos como fonte de arrecadação econômica para os grupos armados milicianos. Como era um serviço que atendia a uma empreitada consumista, muita gente da periferia não tinha qualquer acesso por conta dos preços altos. Neste sentido, o grupo armado miliciano, ao oferecer um serviço proporcionando uma falsa ideia de "democratização" do acesso à comunicação como serviço público, recebe significativa notoriedade positiva em relação aos moradores dos territórios dos quais o grupo miliciano dominava. Daí que emergia contradição dos moradores pela atitude "nobre". Se por um lado não era a favor de nenhum grupo armado, seja ele do varejo, miliciano ou de qualquer outra nomenclatura, por outro, parecia muito satisfeito com o serviço prestado. Por um tempo, esta forma pragmática de raciocínio foi aplicada para a segurança pública (territorial). O serviço possuía contornos sofisticados e profissionais que contavam com centrais de atendimento e sinal. O custo pelo acesso ao ganonet, como era conhecido, variava de 20 a 50 reais, dependendo do número de canais por assinatura[131].

A venda de gás de cozinha (3) também se constituiu como uma atividade lucrativa e monopolizada pelos grupos armados milicianos. Digo monopolizada nos termos locais, pois apenas os grupos milicianos com poder constituído territorialmente é que vendia o gás.

> No dia 11 de junho de 2008, uma ação coordenada de fiscais da Agência Nacional de Petróleo (ANP) e da Polícia Civil autuou e interditou um depósito clandestino de gás de cozinha em Campo Grande. No depósito clandestino foram encontrados 5.180 botijões de gás que seriam distribuídos para 34 comunidades do município do Rio, abrangendo uma área que iria da Zona Oeste à Zona Sul uma vez que chegaria até a Rocinha. A descoberta foi mais um exemplo da atuação das milícias num ramo da atividade econômica legal que, diante a precariedade da fiscalização do Estado, tem se tornado numa das mais lucrativas fontes de receita para grupos criminosos[132] (Relatório da CPI - ALERJ, 2008, p.117).

A venda de gás ainda funciona como fonte de manutenção econômica, ao que parece, até o momento, para moradores de territórios controlados por grupos armados milicianos, o gás a ser comercializado por um determinado grupo é algo mais provável

[131] Atualmente as taxas variam de acordo com o local e quem comanda o grupo. O valor atual está entre 40 e 70 reais, a depender do tipo de serviço, como quantidade de canais.
[132] PONTES, Fernanda. Tráfico e Milícia Disputam Lucros de Serviços Ilegais: TV a cabo clandestina, ágio de gás e taxas para vans rendem R$ 280 milhões/ano. Jornal O Globo. Rio de Janeiro, 27 de Agos de 2008. Disponível em: https://oglobo.globo.com/acervo/resultado/. Acessado em: 18/11/2025.

do que o contrário nestes territórios. Portanto, por conta de um pragmatismo condicionado, pouco importa se a revendedora de gás seja regularizada ou não. Porém, o que intriga é que grupos armados milicianos não "produzem" gás, ou seja, há uma relação estrutural entre a produção oficial e a circulação geral para alcançar os mercados nas suas diferentes dimensões. E mais ainda: uma relação entre mercados legais e ilegais (Misse, 2010; Hirata, 2010; Das e Poole, 2008; Telles, 2010; Foucault, 2011). Contudo, vou me ater neste assunto mais a frente no decorrer do desenvolvimento da pesquisa.

Com o discurso de que asseguraria o impedimento de circulação de qualquer tipo de droga ilícita convencional, os grupos armados milicianos foram se estabelecendo como "profissionais" da segurança privada. Bem como, fomentam a demonização e o perigo iminente dos grupos armados do varejo de drogas, que a qualquer momento poderia "invadir o bairro". Portanto, o medo da vítima virtual já bastante impactado pela imprensa quando quase todos os dias entoa que o único problema da cidade é o grupo armado do varejo e suas respectivas facções, serviu de catalisador para reforçar a territorialização dos grupos milicianos

> Na cidade do Rio, especialmente, há bairros inteiros de classe média onde é praticamente impossível caminhar por qualquer rua sem encontrar um vigilante com colete escrito ―APOIO‖. Apavorados, os moradores passam a pagar essa segurança privada na crença de que estão protegendo sua vida e seu patrimônio. Mas se nos bairros de classe média a contratação de uma segurança privada se apresenta em geral como uma opção de livre escolha dos moradores, nas comunidades populares as famílias e os comerciantes só têm uma alternativa: pagar o que é cobrado para não ser vítima de punições que vão da intimidação à agressão e até expulsão da casa (Relatório da CPI - ALERJ 2008, p.123).

Este trecho é importante para compreender algumas questões que atravessarão por um longo trajeto os resultados de minha pesquisa. Trata-se da relação de milícias com a segurança pública. Pois como venho defendendo em minha hipótese, milícia é mais um grupo armado atuando no espaço urbano do Rio de Janeiro. Portanto, se é grupo armado, não pode ser considerado "segurança privada" como apresentado na CPI e que serviu de referência para outros pesquisadores. "Dizer que toda segurança privada nas áreas pobres tem formato de milícia que sequer é paramilitar, por sua composição de militares ou ex-militares é um exagero e uma distorção" (Conceição e Zaluar, 2008, p. 3).

O trecho retrata um movimento que se intensificou paralelamente com ascensão dos grupos milicianos, eu ao invés de ser chamada de segurança privada, nesse caso prefiro o termo segurança espontânea. Esses seguranças que eram vistos em diferentes bairros, fossem eles dominados por grupo armado miliciano ou não, faziam a segurança mediante o pagamento de moradores e comerciantes locais. Eram identificados com um colete escrito "apoio" com o objetivo de transmitir seriedade, profissionalismo e mesmo proximidade com a algum grupo armado miliciano se fosse o caso. Estes apoios de bairro eram muitas das vezes moradores do próprio bairro que voluntariamente se prontificaram espontaneamente para fazer a segurança por causa dos "assaltos" frequentes[133]. Em alguns casos também, a iniciativa espontânea era reconhecida por algum policial local, que logo tratava de incentivar o apoio. A partir deste contato, o policial, mesmo não recebendo qualquer quantia pelo auxílio, tornava-se o respaldo simbólico para a continuidade do serviço de segurança do apoio. Assim, a CPI consegue dar conta de distinguir o que seria empreitada de policiais da ativa e fora de serviço com a segurança privada. É preciso ter cuidado e perceber as diferenças para não cair em generalizações.

Em linhas gerais a CPI enumera de forma condensada o que poderia ser as principais atividades econômicas que motivam/sustentam grupos armados milicianos, baseada na coerção, controle armado, rigoroso e ostensivo do território.

> Taxa de segurança; Taxa diferenciada para moradores que possuem veículos; Taxa de instalação e mensalidade dos serviços de sinal de TV a cabo e Internet; Controle e ágio na venda de gás e garrafão de água Cobrança de alimentos para composição da cesta básica para os milicianos; Taxa que varia de 10 a 50% do valor da venda de imóveis; Taxa para legalização de imóveis Taxa para permitir construções na comunidade (Relatório da CPI - ALERJ, 2008, p. 124).

Nessa linha, cabe ressaltar que com o passar do tempo, como demonstrarei neste trabalho, mudanças ocorreram e uma ampla e significativa exploração econômica assume proporções impensadas no período da CPI. É por isso que este grupo armado pratica a pilhagem social. Esta categoria tem que ver com o período social em completo esgotamento da sua forma social ou em colapso, mas que ainda alguns dos seus elementos ainda funcionam. No caso do modelo social em vigor, de capitalismo dependente, a crise social aponta para o aumento exponencial da violência em paralelo com a perda de controle de parte da violência social pelo Estado. Neste sentido, cresce o

[133] Os casos do Desastre, do policial William e até mesmo do primeiro Batman (Ademar).

número de grupos civis armados (e a ampliação e domínio dos já existentes), sob diferentes justificativas recorrendo ao uso da violência para qualquer questão social, política e econômica. É num ambiente de esgotamento que ascendem-se os saqueadores de qualquer recurso.

> Eles estão interessados em se apropriar, com o mínimo esforço, dos bens ainda subsistentes (valores, votos, serviços etc.). Observa-se um alto grau de brutalidade na realização de seus objetivos. A marca distintiva do saquear é que essa atividade, antes de tudo, não quer destruir as forças destrutivas da sociedade, e nem se limita a adaptar-se a essas forças, mas faz uso delas contrariando as regras. Essa atividade as aceita, as organiza e as utiliza. Seu ideal pode ser tipificado como uma conduta absolutamente construtiva em relação à destrutividade (Schandi, 2015, p.1).

Esta pilhagem social ou "economia de pilhagem, portanto, segue a premissa de modelo social em ruínas que já apresenta sinais claros de esgotamento. Os grupos armados milicianos que atuam na periferia da cidade do Rio de Janeiro encontram diferentes formas de pilhagem à medida que a crise social se aprofunda, como a extorsão e a espoliação territorial é definida modelo operacional. Dessa forma, tudo que é passivo de exploração social, política e econômica está sujeito ao controle dos saqueadores dos quais aponta Franz Schandl (2015).

> Os saqueadores são os últimos e mais recentes aproveitadores da aceleração do ímpeto capitalista, que não consegue mais, porém, funcionar convencionalmente. Auto-impelidos, eles são o mais puro modelo da flexibilização de direitos e da desregulamentação. Se o mais enxuto dos Estados é uma quadrilha de criminosos, como defende Gerhard Scheit, o respectivo "criminoso" é então o indivíduo completamente atomizado e flexibilizado que mesmo em sua impotência caminha rumo a um bando a fim de escapar de seu abandono pelo Estado – seja este o Estado Nacional, o Estado de Direito, o Estado de Bem-Estar Social (Schandi, 2015).

A reflexão de Schandl (2015) é importante para entender o grupo armado miliciano no início de sua formação. Basta lembrar que neste período o Brasil iniciava seu ciclo acumulativo orientado principalmente pelas *commodities*. De toda sorte, não faltava associação entre grupos milicianos ao Estado, como sendo, na verdade, o próprio Estado. Como apontarei mais a frente, tal associação é precipitada por conta de diferentes especificidades. Contudo, o fato é que esta relação destaca muito mais uma relação instrumental que se estreitam em determinados períodos, mas que mudam conforme a degradação social da ordem estabelecida vai se definhando.

> Em certas situações, podem acontecer de fato alianças entre o Estado e o bando, e bandos podem ser incorporados à comunidade

> como componente essencial dela. Protótipos disso seriam figuras como Arkan e seu grupo paramilitar Tigres na Sérvia ou o Capitão Dragan na Croácia. Estes bandos comportam-se então como pontas-de-lança da autodeterminação nacional, sistematicamente até o horror. Primordialmente, o pano de fundo formado por crimes comuns transforma seus líderes em heróis nacionais (Schandi, 2015).

Portanto, vejo grupos armados milicianos como parte integrada de uma estrutura social que em dados momentos esta forma emerge com mais clareza sua intimidade institucional e outra sua longitude, autonomia e independência na forma de funcionamento. A *criminalidade* sempre equilibrou um déficit estrutural, sem se tornar ela própria estruturalmente determinante: ela *é a anomalia que foge à norma, mas que ainda assim pertence à norma*[134] (Schandl, 2015).

Ainda sobre as contribuições marcantes sustentadas pela CPI é importante que se mencione o que ela trouxe de possibilidade para pensar o *modus operandi* dos grupos armados milicianos. Isto é, suas práticas tornando possível sua identificação enquanto grupo armado definido.

Difícil desenhar cabalmente práticas que apontem para definição do grupo armado miliciano, haja visto, a complexidade e dinâmica destes grupos. Na época da CPI, até poderia apontar a partir de suas práticas um "modelo operacional", contudo, com o passar do tempo o movimento se alterou quantitativamente e qualitativamente. Por exemplo, o grupo armado miliciano adentrava (constituía) o território baseado no discurso da segurança contra o grupo armado do varejo do comércio. O objetivo era "impedir" que o comércio de drogas chegasse a determinados bairros da Zona Oeste do Rio. Entretanto, suas práticas indicavam que a operação para evitar o tráfico era na verdade combater qualquer atividade ilícita, ou algo que representasse algum significado de desordem, como bailes e festas na rua até certo horário, determinadas músicas sendo tocadas, consumo de drogas ilícitas, mesmo não tendo nenhuma facção comercializando no território, assaltos e furtos. Quem contrariasse os códigos instituídos, passaria por diferentes consequências. Para manter o controle armado e militarizado, era de praxe expulsar pessoas, que segundo os milicianos poderiam ter ligações com o crime, a facções criminosas e familiares de traficantes. Agiam de forma violenta na área conquistada, espancado, torturando e matando (desaparecimento forçado) viciados e criminosos que resistem a obedecer às suas ordens. (ALERJ, 2008, p. 44). Para se estabelecer e consolidar-se territorialmente, tal discurso foi abandonado

[134] Grifo do autor

porque já há um reconhecimento amplo do significado do grupo armado miliciano na opinião pública. Portanto, o discurso moral como símbolo da legitimidade sucumbiu, o que ao mesmo tempo não foi o que aconteceu com a atividade dos grupos armados milicianos. Pelo contrário, cresceram e modificaram ou ampliaram seu "modelo" operacional. E isto tem sido ainda o motivo de certas confusões quando se analisa às práticas operacionais dos grupos milicianos, algo que varia à medida que se modifica a dinâmica territorial, histórica e culturalmente. "O termo encobre uma multiplicidade de situações que vão desde moradores não pagos encarregados pelos vizinhos de fazer a segurança da área [território], ou mesmo moradores pagos para o mesmo fim que seriam até ex-policiais" (Conceição e Zaluar, 2008). Portanto, a questão da segurança como ente justificador de grupo miliciano não é exclusividade deles. Por essa mesma razão, outros grupos armados também fazem a segurança territorial contra invasão dos inimigos e indesejados, como é o caso do grupo armados do varejo do tráfico que também faz a segurança do seu território.

Com o crescimento e a multiplicação das milícias na cidade do Rio de Janeiro, é necessário analisar até que ponto o varejo do tráfico de drogas e outros grupos armados foram afetados pela formação e expansão dos grupos armados milicianos e quais os locais que não apresentavam domínio do grupo armado do varejo e foram mesmo assim dominadas pelos grupos armados milicianos. Este é outro tema que a CPI ao final do relatório, também tratou e que depois, com o tempo, apareceu com mais clareza enquanto movimento frequente.

> Avaliação da Subsecretaria de Inteligência das comunidades possivelmente controladas pelas milícias mostra que os milicianos se expandiram, preferencialmente, em áreas onde não havia tráfico de drogas, ou seja, pequenas comunidades ou áreas da cidade que por sua condição geográfica e outros fatores não interessavam aos traficantes e não ofereceriam resistência. Das 171 comunidades onde é registrada a presença de milícias, 119 comunidades não pertenciam a nenhuma facção criminosa, o que representa quase 70%. As que anteriormente seriam dominadas por facções criminosas totalizariam 52%. Outro viés importante - indicado pelas agências - mostra que não é comum o poder concentrado em único grupo miliciano, mas em vários grupos distintos, alguns com grande destaque, principalmente, pela divulgação da mídia e pela evolução de suas lideranças no cenário político do Rio de Janeiro (Relatório da CPI - ALERJ, 2008, p.46).

3.5 – Termo ou Categoria?

Cano e Duarte (2012) vão analisar o crescimento e a evolução das características levantadas neste trabalho sobre os grupos armados milicianos na cidade do Rio de Janeiro. E como foi discutido acima, ambos preservam a definição relatada à CPI das milícias. Como resultado de suas pesquisas, compiladas em relatório, os pesquisadores apontam que houve um crescimento substancial desses grupos armados tanto na cidade do Rio de Janeiro quanto em outros municípios da região metropolitana baseado nas denúncias registradas pelo banco de dados do Disque Denúncia, no geral, houve uma redução geográfica na capital, ficando a maioria restrita apenas aos bairros de Campo Grande, Santa Cruz e Jacarepaguá, que por consequência considerado como território origem e das metamorfoses sofridas pelos grupos armados milicianos.

Por outro lado, houve um aumento significativo na região da Baixada Fluminense, principalmente nos municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu e Belford Roxo. Porém, vale levantar algumas hipóteses diante dos números apresentados. Este aumento de denúncias pós-CPI indica que as milícias se expandiram para Região da Baixada Fluminense? Estou convencido que sim, considerando a definição que os autores refletiram. Todavia, isto não quer dizer que antes não pudessem existir grupos armados milicianos sem a devida identificação (ou autoidentificação), uma vez que, a região da Baixada Fluminense é marcada pela atuação de outros grupos armados, como os grupos de extermínio, com práticas bem parecidas com as dos grupos milicianos, portanto, é possível que já estivessem organizados.

Além disso, estou de acordo com a explicação que Cano e Duarte (2008) ofereceram para esclarecer o aumento e a concentração nos bairros da Zona Oeste da Capital, principalmente Campo Grande:

> O crescimento intenso das denúncias em Campo Grande é condizente com a repressão do Estado particularmente dirigida contra a 'Liga da Justiça', que tem sua base neste bairro e era considerada a milícia mais poderosa do Rio de Janeiro. Muitos dos seus líderes foram presos e condenados. As notícias sobre essa ação repressiva foram amplamente divulgadas, o que deve ter estimulado as denúncias. De fato, a proporção de denúncias em Campo Grande sobre o total era de 5 a 8% entre 2006 e 2007, subiu para 13% em 2008 e para 21% em 2009, período com muitas prisões e processamentos contra milicianos da Liga da Justiça. Em 2010 e 2011 a proporção fica na faixa de 13 a 15%. Por outro lado, o resultado destes últimos anos revela que, a despeito das prisões e condenações, o poder público não conseguiu acabar com as atividades das milícias

> neste bairro, já que continua existindo um patamar de denúncias elevado, com mais de 600 por ano (Cano e Duarte, 2012, p.34).

Diante do trecho destacado uma reflexão instigante que faço é se o em algum momento esteve interessado e se mobilizou para tanto em acabar com os grupos milicianos, mesmo acontecendo a CPI. Pois, conforme Duarte e Cano (2012), os grupos tiveram um crescimento após os acontecimentos da CPI. Neste sentido venho propondo, então, uma investigação sobre questões que passaram despercebidas em produções anteriores, mas que hoje se mostram fundamentais. Esta abordagem abre uma nova perspectiva para compreender o fenômeno que pesquiso. Anteriormente não havia como saber se tal questão assumiria proporções significativas que, a meu ver, considero como uma possibilidade de entender como novidades sobre o fenômeno. Evidentemente que há recorte temporal claro tendo a CPI como marco importante de registro sobre esse grupo armado. Ignacio Cano e Thais Duarte inauguram uma reflexão indispensável para observar com mais cuidado a dinâmica das milícias.

Em certo momento Cano e Duarte (2012), afirmam:

> Sob o risco de fazer afirmações excessivamente enfáticas, podemos concluir que as milícias renunciaram ao seu discurso de legitimação no debate público mais amplo, pois o discurso anterior deixou de ser viável no novo cenário. Dentro das comunidades, as milícias ainda disputam em boa medida a legitimidade social, na medida em que fornecem ordem e regulação das atividades rotineiras e, supostamente, protegem os moradores contra o crime e a incerteza (p.58).

O que pude observar com minhas pesquisas até aqui é que o discurso de legitimidade do grupo armado miliciano perdeu o expediente, pelo menos na região da qual proponho analisar. O grupo armado miliciano já reconhecido pela população local como grupo armado violento que realiza domínio territorial militarizado e que não tem alternativas de como evitar este domínio, não precisa de justificativa para obter "ibope" na opinião pública local, já é parte integrante do território. O grupo armado miliciano é o gestor territorial independente do que os moradores pensam sobre ele. Portanto, desta forma, predomina o medo com a possibilidade de consequências horrendas que este grupo é capaz de executar. Desse modo, torna-se desnecessário o discurso legitimador, seja ele moral, político ou social.

Outra mudança apontada por Cano e Duarte (2008) como sendo uma característica do pós-CPI e que pretendo explorar com mais afinco, perfaz a relação com o legislativo ou a institucionalidade de modo geral. "Vários dos candidatos que se

elegeram com votos concentrados em área de milícia não foram reeleitos e, de qualquer forma, se afastaram politicamente das milícias na medida em que elas foram objeto de condenação cada vez mais unânime" (p.58). Este fato não quer dizer ao mesmo tempo um afastamento geográfico e implícito. Esta relação se adaptou e constitui como uma mercadoria política instrumental para ambos, porém, sem o envolvimento direto de representantes do legislativo com o grupo armado miliciano e nem mesmo o contrário. De fato, uma mudança ou "evolução" substancial do ponto de vista qualitativo ao que se refere ao modus operandi do grupo armado miliciano.

> Mudanças políticas, jurídicas e internas geraram um impacto significativo na atuação das milícias. Os testemunhos coletados nas comunidades permitem estabelecer duas conclusões complementares: a) enfraquecimento do controle social e da capacidade das milícias de geração de renda; b) mudança no estilo de operar, adotando um estilo mais discreto e um perfil mais baixo. (Cano e Duarte, 2012.p.63).

Desde a CPI e mais recentemente, o grupo armado miliciano não se enfraqueceu tanto acerca do controle social quanto das formas de arrecadação econômica. Aliás, pelo contrário, diversificou as formas de arrecadação econômica para além das tradicionais como venda de gás, gatonet e segurança. Esta última, conforme destaquei, muito por conta de um amplo conhecimento sobre esses grupos armados não oferecem mais a chamada "proteção" e muito menos utiliza a segurança como mercadoria que legitima sua atuação. E sobre o controle social, este também não diminuiu, mas por outro lado encontrou novas formas de realizá-lo, como por exemplo, utilizando muito do medo e do simbolismo circulante sobre do que o grupo armado miliciano é capaz de fazer violentamente. O fato de a CPI ter servido de motivador para que a opinião pública em geral assumisse um tom mais crítico referente a atuação desses grupos, não quer dizer que isso tenha diminuído o perímetro territorial sob seu controle armado e militarizado.

"A pressão a que as milícias têm sido submetidas nos últimos anos certamente não conseguiu desarticulá-las na grande maioria dos casos, como as denúncias e as entrevistas revelam, mas enfraqueceu seu poder" (Cano e Duarte, 2012). Esta é mais uma questão que venho analisando no desenvolvimento desta tese. Trata-se de como o grupo armado miliciano que atua nos bairros mencionados reconfiguraram seu modus operandi principalmente para a manutenção do poder. O poder em escala territorial é fundamental para as pretensões dos grupos. Portanto, de forma alguma o grupo armado miliciano perdeu poder pós-CPI. E continuam:

> "O enfraquecimento das milícias é mais claro em termos de perda de fontes de renda. Em muitas comunidades, o gás ou a TV a cabo pirata, que tinham sido controladas anteriormente pelas milícias, não estavam mais em regime de monopólio. Isso se relaciona com a perda de controle das milícias e também com mudanças tecnológicas, como a chegada do gás encanado ou a entrada de novas empresas de TV a cabo (Cano e Duarte, 2012.p.73).

É interessante observar que estes apontamentos feitos do Ignacio Cano e Thais Duarte se concentraram na em um recorte temporal bastante específico (entre 2008 e 2011) o que talvez neste período essas informações indicavam esta forma de projeção para os grupos armados milicianos. Portanto, não se trata em dizer aqui que ambos "erraram" em suas análises, descartando totalmente os resultados de seu trabalho, porém, servem como referências metodológicas e empíricas para a compreensão contemporânea do grupo armado miliciano. Neste sentido, por conta da própria dinâmica urbana da cidade do Rio de Janeiro, faz com que o grupo armado miliciano esteja sob intensa dinâmica que dificulta bastante o estudo e acompanhamento para fins de pesquisa. Por conseguinte, mudanças ocorrem em tempo bastante ágil desproporcional a capacidade de acompanhar tais mudanças, pois como já mencionado, por razões de preservação de segurança individual, é difícil conseguir informações independentemente do método e do instrumental adotado pelo pesquisador. Ainda sobre as mudanças, vão dizer os pesquisadores:

> Se há claras evidências de que, em vários territórios, as milícias ficaram debilitadas depois de 2008, existe uma unanimidade quase total sobre a mudança dos seus procedimentos e do seu estilo nestes últimos anos. No novo cenário, as milícias se caracterizam pela discrição e por um perfil muito mais baixo, conforme já exposto. Se a milícia sempre se contrapôs à conduta espalhafatosa do tráfico, o contraste é ainda mais marcante quando se considera o estilo atual desses grupos, que tenta diminuir sua visibilidade. (IDEM).

Este trecho destacado também é importante pelo que venho fazendo nesta seção. Pois trata-se das transformações operativas para realização do domínio e controle territorial. É claro que após a CPI membros do grupo armado miliciano precisaram reorganizar suas ações, consequentemente isto afetou até mesmo certos pressupostos impensados até então. O medo e o terror assumiram a ordem do dia muito mais do que uma ostentação simbólica que os identificassem como controladores militarizados do território. Ao que se refere ao perfil, algo muito mais impressionante ocorreu trazendo uma complexidade para compreensão que é arriscado afirmar que a partir de agora será desta forma que o grupo armado miliciano se organizará. Estou falando da entrada

significativa de ex-traficantes do varejo aos grupos armados milicianos. Fenômeno que já tinha sido apontado pela CPI mas que sem a devida atenção, até porque realmente não pareceu um movimento expressivo. Contudo, como fato novo, houve uma significativa entrada de ex-traficantes dos quais pertenciam ao grupo armado do varejo, algo curioso por conta do discurso legitimador se basear exatamente no combate aos grupos armados do varejo. Como venho demonstrando ao longo da tese, a favela do Antares e o bairro do Gouveia, ambos em Paciência, são didáticos para exemplificar tal movimento.

Essa movimentação também é reconhecida como "pula-pula", ou seja, quando um integrante de algum grupo armado muda de um grupo para outro, mesmo sendo rival. O que ocorre é que, a partir desta movimentação que outro termo toma forma, a chamada "narcomilícia". O termo narcomilícia recebeu muita atenção no decorrer do ano de 2021. Reportagens, ações policiais e a formação da opinião pública pareciam estar diante de uma "evolução" em que se refere à atuação dos grupos armados na cidade. Quem poderia imaginar que grupos armados do varejo do tráfico e grupos armados milicianos poderiam algum dia consumar alguma aliança.

A confusão em torno do termo começa pela ampliação das práticas para exercer o domínio territorial que anteriormente era o que caracteriza cada um desses grupos. Se o grupo armado do varejo é reconhecido como o comerciante de drogas, o grupo armado miliciano aparece exatamente como combatente deste tipo de prática. Portanto, é impensável que de alguma forma pudessem realizar qualquer aproximação via interesse que poderiam ter em comum. Além disso, conforme sublinhamos, a extorsão econômica era apenas uma característica de grupo miliciano, mas ao que parece, tornou-se também uma atividade dos grupos do varejo do tráfico. Todavia, o que mais recebeu destaque para sustentar o termo narcomilícia era o fato de milicianos liderados pelo Ecko[135] estarem envolvidos como o tráfico de drogas.

A generalização do termo assumiu proporções sociais, geográficas e até jurídicas. Baseado em um relatório do Ministério Público, uma reportagem do dia 7 de julho de 2020[136] do Jornal Extra do Rio de Janeiro, chamava atenção para o tamanho da

[135] Wellington da Silva Braga, conhecido como Ecko assumiu a liderança do grupo armado miliciano após a morte do seu irmão e também ex-líder, Carlinhos Três Pontes. Carlinhos foi morto durante uma operação policial em 2017. Ecko também foi morto após uma operação policial em 2021.
[136] SOUZA, Rafael Nascimento de; WERNECK, Antônio. Milicianos e Traficantes já se Uniram em 180 Locais no Rio. Jornal Extra. Rio de Janeiro, 10 de Set de 2019. Disponível em:

influência dessa narcomilícia. Segundo a matéria, "a investigação do MP constatou que esses grupos já controlam cerca de 180 localidades. Foram identificadas narcomilícias nos 13 municípios da Baixada Fluminense, em comunidades das zonas Norte e Oeste da capital e também de São Gonçalo, Itaboraí, Maricá e Rio Bonito." Mesmo apontando este "tamanho" da narcomilícia, o foco da matéria tratava do bairro de Madureira, Zona Norte do Rio de Janeiro, pois ali expressava-se a tal novidade de membros de um grupo armado miliciano dominar a extorsão de camelôs locais, o comércio de drogas e a segurança local. "Em todas essas áreas, a exploração ilegal de serviços e a cobrança de taxas de segurança passaram a ser feitas junto com a venda de drogas." Portanto, a matéria jornalística afirmava que a narcomilícia seria, neste caso, apenas o fato de um grupo armado que possui a prática de extorsão, segurança e a circulação de mercadorias e mais o comércio de drogas. Uma outra reportagem, também do Jornal Extra, do dia 10 de outubro de 2019, apontava que já havia no Rio de Janeiro e Região Metropolitana um total de "180 territórios dominados pela união entre traficantes e paramilitares[137]."

E é daí que decorre o perigo conceitual[138], porque não há qualquer demonstração desse compartilhamento do comércio de drogas pelos milicianos, até porque grupo armado miliciano justifica sua existência como grupo que enfrenta a circulação do varejo de drogas pela cidade. Mais à frente a reportagem afirma que estas atividades são resultado da aliança entre o grupo armado miliciano e grupo armado do varejo do tráfico e neste caso da facção Terceiro Comando Puro. Esta "aliança" foi referenciada em outros territórios em que havia disputa territorial entre o Comando Vermelho e grupo armado miliciano na região de Jacarepaguá.

Interessado em saber o que era esta "aliança" entre tráfico e milícia chamada de narcomilícia pela imprensa oficial, realizei um campo especificamente para apurar com mais cuidado o que acontecia e meus interlocutores disseram tratar-se de uma "trégua" alcunhada por milicianos mais jovens e recém-ingressados de "5.3". O cinco representando numericamente o grupo miliciano e o três representado pela facção Terceiro Comando Puro. Uma trégua temporária para focar em seu inimigo comum, o

---

https://extra.globo.com/casos-de-policia/guerra-do-rio/milicianos-traficantes-ja-se-uniram-em-180-locais-no-rio-rv1-1-24007767.html. Acessado em: 07/06/2022.

[137] Cano e Duarte (2008, p.35) assim chamaram atenção para a questão:" destaca-se também as mais de 1.600 denúncias que vinculam milícias a drogas, confirmando a tendência que já tinha sido estabelecida no estudo anterior. Se as milícias em geral se apresentavam como uma cruzada contra o tráfico, alguns milicianos pareciam incorporar o comércio de drogas como uma de suas fontes de lucro."

[138] Cabe destacar a falta de compromisso conceitual comum em matérias jornalísticas.

Comando Vermelho. Em uma outra reportagem também do *portal G1 de notícias*, do dia 24 de novembro de 2018[139] afirmava que a milícia após expulsar o grupo armado Comando Vermelho, terceirizou a venda de drogas através da facção rival Terceiro Comando Puro. Neste sentido, seria a narcomilícia o "novo" grupo armado atuante no espaço urbano na cidade do Rio de Janeiro? Seria uma espécie de "evolução" do grupo armado miliciano? Difícil responder diante de um fenômeno extremamente dinâmico. Porém, se de fato configurasse um novo grupo armado teria que ser tipificado de outra forma, já que, possui elementos que contradizem a própria existência do grupo armado miliciano enquanto tal. Caso seja mais próximo de uma força auxiliar do grupo armado do varejo, é preciso contestar, também, elementos que destoam sua existência, como a proximidade com facções policiais. Se deveras a milícia está participando do comércio do varejo, qual a parte da fronteira territorial, imprescindível para circulação das drogas a milícia carioca tem domínio, como o Comando Vermelho por exemplo? Qual grande polo internacional produtor da milícia possui acordo? Essas e outras perguntas são necessárias para desfazer a questão do grupo miliciano com o comércio de drogas ilícitas.

Como venho dissertando durante minha exposição, o fenômeno do grupo armado miliciano ainda não "amarrou" seu tipo ideal. É por causa dessa dinâmica e das tentativas de interpretação diante do seu crescimento e fortalecimento, que cada vez mais e quase proporcionalmente, a confusão ao redor do termo se generaliza, criando ainda mais dificuldades. Digo isto, porque esta mesma dificuldade atinge a esfera jurídica.

Em setembro de 2012 foi publicada uma alteração do Código Penal referente a uma lei de 1940 que previa crimes de homicídio e lesão corporal, incluindo o crime de constituição/formação de "milícia privada"[140]. O artigo 288-A, acrescentando, baseado nesta alteração descreve que milícia privada tange "constituir, organizar, integrar, manter ou custear organização paramilitar, milícia particular, grupo ou esquadrão com a

---

[139] COELHO, Henrique. Milícia Domina Antares e Lucra com Tráfico de Drogas em Santa Cruz, diz MP. G1 Portal de Notícias. Rio de Janeiro, 24 de Nov de 2018. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/11/24/milicia-domina-antares-e-lucra-com-trafico-de-drogas-em-santa-cruz-diz-mp.ghtml. Acessado em: 21/04/2022.

[140] Ver: "Constituição de milícia privada. Artigo 288-a do Código Penal: uma lei fadada ao fracasso? Comentários à Lei nº 12.720/2012" (SILVA, 2012). *Disponível em: https://jus.com.br/artigos/22822/constituicao-de-milicia-privada-artigo-288-a-do-codigo-penal-uma-lei-fadada-ao-fracasso*

finalidade de praticar qualquer crime previsto neste código" (Silva, 2012). Evidentemente que a alteração da lei e a constituição do artigo 288-A em 2012 ainda é resultado dos impactos sociais (jurídico neste caso) da CPI das milícias de 2008, pois já transcorreu a PL de 2007 no âmbito da CPI. Pois, os grupos armados milicianos sofreram alteração do ponto de vista qualitativo no período pós CPI. Contudo, uma das reflexões que conduziu minhas pesquisas é se a constituição desta lei perfaz tardiamente pela própria dinâmica jurídica ou a movimentação dos grupos armados milicianos são mais perspicazes do que se possa imaginar. Estou convencido que os dois movimentos fazem parte da complexidade do todo social envolvendo os grupos armados e a segurança pública na cidade do Rio de Janeiro.

É interessante observar que mesmo avançando juridicamente no tratamento aos grupos armados milicianos, o texto do código penal também teve interesse em acrescentar outros grupos armados que de alguma forma influenciaram a formação dos grupos milicianos. No entanto, mesmo incorporando práticas dos diferentes grupos armados, não há base conceitual para entender e compreender o que são cada um deles, se há diferenças ou se trata do mesmo fenômeno. Esquadrão (esquadrões da morte), paramilitares e milícia privada constituem fenômenos iguais? Ora se há uma complexidade em tipificar "milícia privada" esta dificuldade também se manifesta na compreensão contemporânea de outros grupos armados mais antigos como os Esquadrões, por exemplo. Silva (2012) no seu trabalho destaca tais obstáculos para constituir tais definições.

> "A milícia particular" se refere a um grupo menor de agentes criminosos que se reúnem inicialmente para fornecer "segurança" (vulgarmente conhecido como "bico") e depois passa a extorquir uma determinada população. Em alguns casos pode, por exemplo, ser formada por policiais militares, como no caso do Estado do Rio de Janeiro. Existe uma semelhança grande entre as expressões organização paramilitar e milícia particular" (Ishida, 2012 *Apud* Silva, 2012).
>
> Por milícia armada entende-se grupo de pessoas (civis ou não, repetindo a discussão acima quanto ao número mínimo) armado, tendo como finalidade (anunciada) devolver a segurança retirada das comunidades mais carentes, restaurando a paz. Para tanto, mediante coação, os agentes ocupam determinado espaço territorial. A proteção oferecida nesse espaço ignora o monopólio estatal de controle social, valendo-se de violência e grave ameaça (Cunha, 2012 *Apud* Silva, 2012).

> Podemos tomar como parâmetro, para efeitos de definição de milícia privada, as lições do sociólogo Ignácio Cano, citado no Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (pág. 36), quando aponta as seguintes características que lhe são peculiares: 1. controle de um território e da população que nele habita por parte de um grupo armado irregular; 2. o caráter coativo desse controle; 3. o ânimo de lucro individual como motivação central; 4. um discurso de legitimação referido à proteção dos moradores e à instauração de uma ordem; 5. a participação ativa e reconhecida dos agentes do Estado (Greco, 2012 *Apud* Silva, 2012).

Marcelo Da Silva (2012) recorrendo a especialistas do campo jurídico evoca uma análise crítica que permeou as discussões durante os trabalhos da CPI das milícias e que existem debates que ainda não foram resolvidos, mesmo depois da CPI. Ele percebe que a principal dificuldade estampada do campo jurídico era que até então não se tinha qualquer referência que pudesse ajudar a tipificar milícias como crime organizado, mesmo tentando explorar definições em outros grupos armados. Para tanto, volta ao Ishida (2012) quando atesta sobre esquadrões:

> "No conceito militar refere-se a uma unidade da cavalaria, do exército blindado etc. O termo se vincula a uma reunião de pessoas quantitativamente maior que o grupo. O esquadrão pode ser exemplificado na organização criminosa formada no interior dos estabelecimentos penitenciários ou em São Paulo, com o chamado "esquadrão da morte" (Greco, 2012 Apud Silva, 2012).

Portanto, mesmo recorrendo a definições "externas", para Silva (2012) "milícia privada" ainda permanece um conceito aberto e consequentemente afeta ações do âmbito legal do combate a este grupo armado. "Assim, é impossível salvar o novo artigo 288-A do Código Penal por meio de conceitos elaborados pela doutrina de origem advinda dos costumes e particularidades de cada milícia privada local?" (Souza, 2012 *Apud* Silva, 2012). Por conseguinte, elementos levantados por Marcelo Da Silva, convergem para uma reflexão que levantei acima: os diferentes grupos armados milicianos existentes no espaço urbano do Rio de Janeiro. E que, portanto, estabelece problemas em construir um tipo ideal de grupo miliciano para definir grupos armados. Grupos armados não são milícias, mas exatamente o contrário, milícia é parte de uma categoria mais ampla da qual chamo de grupos armados ou grupos civis armados, dependendo de qual grupo seja analisado. A semelhança que dificulta em entender processos é com certeza as generalizações ocasionadas por diferentes áreas de conhecimento. A militarização do espaço urbano também funciona como suporte

teórico-analítico que explica os grupos armados e a milícia nestes termos, porém, neste caso, nos ajuda a diferenciá-los sem cair em armadilhas situacionistas.

Diante do longo e necessário exposto até aqui, queria destacar algumas reflexões e apontamentos em que não necessariamente convergem para uma resposta diante do problema social apresentado ou do objeto sociológico citado acima. Perceba que, estou tratando de um fenômeno dinâmico, complexo e ativo. As milícias ou grupo armado miliciano como prefiro chamar[141], é resultado de um momento histórico da formação social brasileira, repleto de contradições, perguntas sem respostas e de processos em andamento. Não tenho o interesse de oferecer respostas findadas, pois não estou convencido de que minha contribuição sozinha resolva a complexa problemática das categorias de análise para entender os grupos armados milicianos e outros que são impactados por essa aproximação social, geográfica e prática.

Por conseguinte, não há problema em não ter uma resposta peremptória para um fenômeno ainda em regular movimento apontando para diferentes direções. Em vista disto, torna-se um tanto quanto arriscado promover tal empreitada apenas para tentar corresponder fielmente a intensidade e dinâmica das quais o objeto sociológico se mobiliza. Não se questiona apontar como "milícia" e certos grupos armados que operam na cidade do Rio de Janeiro; minha preocupação é destacar a importância de definir cuidadosamente os termos antes da análise e de escolher as ferramentas teórico-metodológicas adequadas, a fim de evitar influências de setores que carecem de preocupação sociológica em relação ao fenômeno em questão. É por isso que durante este trabalho recorri em demasiado a grupos armados milicianos como forma de tipificação considerando outros grupos com características muito parecidas. Por conseguinte, cabe destacar, o termo milícia possui outra conotação na América Latina, diferente da corriqueiramente adotada no Rio de Janeiro e no Brasil.

É importante destacar os intricados desdobramentos que envolvem a consolidação das milícias e da Liga da Justiça, por exemplo. Outro ponto a ser considerado é que os grupos armados milicianos, que controlam territórios para exploração econômica, possuem laços instrumentais com agentes do Estado, incluindo forças de segurança e, principalmente, o legislativo, algo presente também em outros

[141]Prefiro usar esta nomenclatura para discutir as "milícias" do Rio de Janeiro devido às diferenças que existem em relação a outros lugares da América Latina. Embora possa parecer redundante, uma vez que, todo grupo miliciano é armado, é importante ressaltar que nem todo grupo armado é necessariamente uma milícia, o que ajuda a esclarecer como o termo "milícia" se tornou generalizado

grupos armados como as facções do varejo. Contudo, no caso de boa parte da milícia, mas nem todas, esta relação permite que suas atividades persistam por mais tempo, especialmente quando agentes do Estado estão envolvidos na trama política junto aos grupos armados milicianos. Isso conduz a um processo de incorporação de suas práticas pelo Estado, onde os interesses e ações desses grupos se entrelaçam com as estruturas de poder institucionais. E isto caracteriza o funcionamento dos mercados ilegais de diferentes mercadorias políticas entre esses agentes e as lideranças armadas locais ou mesmo grupos armados.

3.6 – Estado e Grupos Armados: a dialética do legal e ilegal na Execução da Violência.

Quando esse grupo armado (milícia), que já atuava no espaço urbano carioca, passa a receber atenção da imprensa, ele passa a ser nomeado como "milícia". Não é possível afirmar com precisão se a jornalista responsável pela difusão do termo buscava diferenciá-lo de forma consciente de outras formações já reconhecidas, como os grupos de extermínio e os Esquadrões da Morte, embora as milícias apresentem fortes continuidades em termos de práticas e repertórios de ação. Posteriormente, o termo "milícia" foi consolidado como um conceito capaz de definir e sintetizar um tipo específico de grupo armado, em distinção a outros, sendo amplamente adotado também no âmbito institucional e debatido na CPI. Nesse processo de definição, emergem interpretações que associam a milícia ao próprio Estado (Alves, 2019), em razão da participação, sobretudo em sua fase inicial, de agentes estatais, como policiais.

Contudo, ainda que o Estado tenha desempenhado um papel relevante na formação de grupos armados que operam na interseção entre o legal e o ilegal, não se pode reduzir a milícia a um ente estatal. A presença de agentes do Estado, por si só, não é suficiente para caracterizá-la como tal, seja do ponto de vista empírico, seja em termos teóricos. Nesse sentido, torna-se pertinente examinar de que maneira o Estado atuou historicamente na formação de grupos armados no Brasil. A atuação de Grupos Armados no Brasil é reconhecida por muitos brasileiros, não faltam exemplos destes grupos como Esquadrões da Morte, Jogo do Bicho (contravenção), Justiceiros, Grupos de Extermínio, Milícia (Alves, 2019; Mattos, 2016; Brama 2018; Huggins, 1998; Bicudo, 1976; Enne e Diniz, 2005; Mello Neto, 2014; Misse, 2007; Hirata e Rocha, e Santos Junior, 2024). O que também é sabido por boa parte da sociedade é a

participação direta ou indireta do Estado via suas forças de segurança (polícias civis e militares) e forças armadas. O que talvez poucos saibam, é a participação externa na formação dos grupos armados tanto no Brasil quanto na América Latina. Além disso, essa participação deixará como legado legal ou ilegal do que se concebe no Brasil como "segurança pública", formando uma espécie de tradição violenta, ou seja, o controle militarizado e o extermínio através do terror e da brutalidade para manter a ordem social estabelecida, e domínio territorial (Das, 2020; Taussing, 1993).

Nesta seção, trarei alguns apontamentos sobre um processo pouco explorado acerca da formação de grupos armados no Brasil, em que há a participação de agentes externos dos Estado Unidos e da França. Nesta perspectiva tem se o prelúdio de uma característica muito presente na formação das milícias e de outros grupos, que é a relação com o Estado. E mais uma vez não se trata de seguir um caminho para no final concluir que é essencialmente o Estado, mas de compreensão histórica e seus desdobramentos para contextos atuais.

Essa participação externa, conforme adiantei, se expressa em torno de duas potências estrangeiras: Estados Unidos e França, que durante todo o século XX produziram dezenas de conflitos armados em países controlados por suas forças militares, de alguma forma Ásia, África e América Latina possuem marcas deixadas por essas forças imperialistas, principalmente nas policiais nacionais. No caso francês esta intervenção pode ser sintetizada na política da *Doutrina de Guerra Contra-Revolucionária* e no caso estadunidense na *Doutrina de Defesa Nacional*. Em termos de comparação, evidentemente, EUA teve uma participação bem mais efetiva em relação a francesa na América Latina e Brasil. Aliás a participação dos Estados Unidos foram também bem mais duradoura.

No caso da França, esta possuía um forte domínio colonial em territórios tanto na África quanto na Ásia. E foi exatamente por causa desta dominação territorial imperialista que explodem processos de emancipação através do conflito armado nas colônias dominadas pela França. No caso das guerras da Indochina (1946-1954), o exército francês sai derrotado por suas ex-colônias, a mais emblemática sendo a derrota para o Vietnã. No entanto, esse fiasco serviu para que os generais franceses avaliassem com profundidade seu fracasso frente às colônias e decidiram futuramente mudar sua tática de guerra. Os franceses concluíram que a principal dificuldade no campo de

batalha era a organização e a disciplina daquela população influenciada ideologicamente pelas ideias comunistas da China e da URSS. Portanto, era preciso encontrar uma nova tática que enfrentasse com mais rigor, sobretudo violência, de forma que impedisse qualquer dificuldade no campo de batalha.

É nesse contexto que os generais irão desenvolver o que ficou conhecido como *Doutrina da Guerra Contra-Revolucionária*. Esta doutrina consistia não somente em combater a propagação de ideias comunistas pela população geral de um dado território invadido e ocupado pelos franceses, mas também na formulação de sistemas de ação inteligente capazes de se antecipar ao inimigo na conquista do apoio da população, com todos os meios sendo aplicáveis para chegar ao objetivo desejado.

A *Doutrina de Guerra Contra-Revolucionária* será aplicada pela Escola de Guerra Francesa pela primeira vez na guerra de independência da Argélia (1954-1962) e de fato todos os meios para se alcançar o fim foram utilizados, como a tortura, violência sistemática e o terror generalizado em locais periféricos, longe dos centro urbanos. Mesmo com todos estes métodos de terror imperialista de Estado, a Argélia saiu vitoriosa e em 1962 declara sua libertação nacional. Porém, foi criada pela escola de guerra francesa e seus generais uma doutrina que serviria de referência para outros territórios com condições similares das regiões da Indochina e Argélia. Nesse sentido, a exportação da doutrina francesa teria como alvo a América Latina e o Brasil, oficiais e generais brasileiros das Forças Armadas serão treinados por agentes da escola de guerra francesa durante a década de 1950, no entanto, com o golpe civil-militar, este processo se intensifica. Contudo, a orientação francesa já era presente na chamada "Força Pública Paulista" um tipo de força policial bastante truculenta.

A exportação da doutrina militar francesa, que dentre seus métodos de ação incluía a formação de Esquadrões da Morte e o propósito de evitar a formação de grupos comunistas no Brasil e, mais ainda, impedir a formação de qualquer célula subversiva à ordem civilizatória burguesa destinada aos povos "bárbaros". Sendo assim, qualquer comportamento tido como "subversivo" já era o suficiente para que qualquer um a julgo desses grupos armados sofresse as consequências de seus atos criminosos (Huggins, 1998; Mattos, 2016).

Ao que se refere a participação norte americana, esta será bem mais incisiva e por muito mais tempo. Seguindo a *política de boa vizinhança*, os Estados Unidos

deslocará diferentes órgãos para intervir nas polícias tanto da América Latina quanto do Brasil. Martha Huggins (1998) descreve como os Estados Unidos participaram ativamente da formação policial como também dos grupos armados através da formação de Esquadrões Especiais como princípio de policiamento eficaz, que reprimiria tanto movimentos subversivos quanto criminosos comuns. "Esses tomam a forma de Esquadrões da Morte que apenas de maneira mais ou menos próxima se relacionam ou com a polícia, ou com justiceiros ligados à polícia, ou enfim, ligados a setores de segurança interna", (Huggins, 1998, p. 24).

Huggins analisa casos empíricos de países da América Latina, que sofreram com estas intervenções, como Haiti, El Salvador, Honduras, Brasil, Nicarágua etc. que terão como postulado tradicional a formação de suas polícias e grupos armados os legados franceses e estadunidenses. "Há muitas semelhanças entre os treinamentos das Forças Públicas de São Paulo pelos franceses e a instituição, pelos Estados Unidos, de forças policiais na Nicarágua e no Haiti" (Huggins, 1998). Isto, sucinta um processo bastante nebuloso entre as fronteiras definidas da legalidade e ilegalidade na atuação desses grupos. Do ponto de vista do Estado, são sujeitos reconhecidos institucionalmente como seus agentes, contudo, suas práticas ultrapassam as barreiras legalmente recomendadas pelo mesmo, mas que o Estado lhe garante respaldo jurídico e independência na execução de suas ações. Ou seja, é aquele trabalho sujo que atende o clamor social.

Esse fato é importante para a compreensão geral de minha reflexão. Pois este foi um pressuposto estabelecido no acordo firmado entre os Estados Unidos, a polícia brasileira e as Forças Armadas, que durante a década de 1960, possuía controle sobre as forças de segurança no Brasil. Foi Através da AID, *Agency fot Internacional Development*, encarregada do treinamento das polícias estrangeiras, na sua Seção de Segurança Pública OPS – *Office of Public Security* – que a iniciativa da formação de Esquadrões da Morte irá se generalizar sob a tutela dessas agências. O caso é tão crítico que a *Office of Public Security* possuía uma seção exclusiva para o Brasil, a OPS-Brasil. Além dessas agências CIA - *Central Intelligence Agency)* - e FBI - *Federal Bureau of Investigation* - também tiveram participações na formação dos quadros das polícias civis e militares e das Forças Armadas. O objetivo da imersão estadunidense em território nacional era conter qualquer influência comunista além de oferecer uma "profissionalização" da polícia nacional, porém, o modus operandi acabou se estendendo para uma dominação dos pobres em territórios periféricos.

Martha aponta que "a escola de formação policial do FBI junto ao DOPS do Rio de Janeiro prosseguiu, com palestras proferidas por Rolf Larson. A primeira palestra de Larson foi assistida por 80 pessoas, a maioria delas funcionários de diversas organizações regionais do DOPS - *Departamento de Ordem Política e Social* -. No curso de Larson, cinco tópicos das palestras cobriam espionagem, contra-espionagem, atividades de Quinta Coluna e sabotagem; dois outros eram sobre observação e vigilância; e outros quatro centravam-se em técnicas de interrogatório." Embora esse registro tenha ocorrido na década de 1960, o pedido brasileiro de ajuda às polícias e ao FBI data da década de 1930. Em 1938 o Ministério das Relações Exteriores do Brasil havia solicitado apoio ao FBI.

A partir desse período em diante vários agentes do alto escalão oficial das Forças Armadas e policiais receberam treinamento "profissional" dos órgãos estadunidenses citados acima. Na época do Governo Kennedy a ofensiva foi reforçada por conta da Guerra Fria já em andamento. O presidente americano exigia que o treinamento de policiais civis e militares fosse administrado pela OPS e com orçamento e pessoal próprios, extremamente profissionais, tudo isso com a fiscalização da CIA. A CIA que tinha sua própria escola de formação de policiais nacionais e estrangeiros, a IPA – *Internacional Police Academy* - estava determinada no recrutamento e treinamento de agentes para essas finalidades. É o caso, por exemplo, do coronel brasileiro Moacir Coelho, oficial que participou do curso de "Operações Psicológicas". O Coronel Coelho foi membro e fundador do Serviço Nacional de Informações, o SNI e também chefiou a Polícia Federal.

Outro caso que merece destaque é o do General Amaury Kruel, que em 1958 chegou a ser chefe das forças policiais da capital federal – Rio de Janeiro. O general Kruel foi o agente do exército escolhido para o programa de Segurança Pública em parceria com os EUA através do programa da Administração de Cooperação Internacional (ICA), assim o general fez parte da coordenação de operações policiais (OCB). Em 1943, ele passou três meses no Forte Leavenworth, no Estado de Kansas/EUA, juntamente com outros onze oficiais do Exército brasileiro, com o objetivo de aprender a "substituir os métodos franceses de luta pelos métodos dos Estados Unidos", o que significava implantar táticas de movimento rápido e audacioso em um sistema de patrulha motorizado. Porém, as atividades de maior destaque de Amaury Kruel foram a efetiva participação nos Esquadrões da Morte. Antes mesmo de

ser membro do Grupo de Extermínio conhecido como esquadrão da morte, o general Kruel já tinha "seus homens de confiança" nas práticas de controle social e execução sumária, conhecidos como "Esquadrão Motorizado", o E.M, para somente em seguida fundar oficialmente o esquadrão da morte (Mello Neto, 2014; Dias de Antônio, 2018).

Um fato marcante irá acelerar a constituição oficial do Esquadrão da Morte no Rio de Janeiro que servirá de modelo para outros estados.

Entre os "homens corajosos" do general Kruel dois policiais se destacavam pela eficiência na produção de mortes: Milton Le Cocq e Eurípides Malta, ambos policiais civis. É exatamente o detetive Malta que receberá a "honra" de ter sido o primeiro criador oficial de um Esquadrão da Morte. Já seu companheiro será lembrado de uma forma diferente. Milton Le Cocq, será assassinado no final da década de 1950 e a responsabilidade do crime será atribuída ao bandido Manoel Moreira conhecido como Cara de Cavalo. Uma execução "cheia de controvérsias, já que uma das balas retiradas do corpo do detetive foi deflagrada pela arma de um dos policiais da própria equipe de Le Cocq". No enterro do detetive, seus amigos de "coragem" prometem vingança não somente a Cara de Cavalo, mas a qualquer um que fosse considerado inimigo pelo Grupo de Extermínio em processo de reorganização (Mattos, 2016; Dias de Antônio, 2018). Começa então uma ofensiva contra aqueles que já eram considerados matáveis. Chacinas sistemáticas serão a ordem policial de agora em diante, mortes com sinais de crueldade, etc. É nesse momento então que o detetive Malta decide apelidar o Esquadrão da Morte do Rio de Janeiro de Scuderie Le Cocq em homenagem ao amigo assassinado, o detetive Le Ccoq. Com o passar dos anos, estes também ficaram conhecidos como "os 12 homens de Ouro da Polícia Carioca" pois, para opinião pública tratava-se de uma espécie de elite da polícia.

Cara de Cavalo é encontrado pelo grupo de extermínio e é brutalmente assassinado tendo em seu corpo perfurado com mais de cinquenta tiros. Está oficializada a vingança como método de operação policial, principalmente porque Amaury Kruel é Chefe de polícia e irá institucionalizar o modus operandi do Esquadrão da Morte Scuderie Le Cocq através do Serviço de Diligências Especiais, o SDI[142]. Uma

[142] Há outra narrativa para a formação do Esquadrão da Morte no Rio de Janeiro a partir do depoimento à Comissão da Verdade do estado do Rio de Janeiro O depoimento de Alessandra Vieira à Comissão da Verdade em audiência pública no dia 15 de outubro de 2014 está registrado no Tono I. Na apresentação cedida à Comissão da Verdade "Rubens Paiva" a jurista atesta que "O primeiro ato [do Esquadrão da Morte] data de 1958 quando o então chefe da polícia do Distrito Federal, o temido general Rogério Mont

espécie de licença para matar, promoção de extorsão policial, jogo do bicho, venda de segurança privada, etc. como respaldo institucional. As práticas de execução, tortura e desaparecimento forçado de suas vítimas era o que o General Amaury Kruel havia apreendido com a escola dos EUA. Esta é a origem das técnicas do General e de outros militares que depois também atuarão em Esquadrões da Morte. O que ocorre, na verdade, é a mistura dos dois métodos de policiamento oficial e marginal - exercidos como política de segurança nacional, um francês e outro estadunidense (Huggins, 1998).

A morte do policial, independente do motivo, será a justificativa nacionalizadora dos Esquadrões da Morte, assim, estados como São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais e Alagoas vão aos poucos se deparando com misteriosos casos de mortes brutais em série sem autoria. O que apenas era possível perceber era o mesmo perfil de crime, e a crueldade na execução. Como não poderia ficar muito tempo no anonimato, aos poucos, a letalidade ia sendo reconhecida por conta da semelhança do *modus operandi* em outros estados, até que pela própria imprensa os Esquadrões começam a anunciar os crimes cometidos, assinando-os. Os corpos, que já eram brutalizados, também passavam a receber um o desenho de uma caveira com as iniciais "EM" como forma de assinatura da autoria da execução: Esquadrões da Morte. Assim como no Rio de Janeiro, em outros estados os grupos também são compostos por policiais militares e civis, além de jagunços e pistoleiros que prestam serviços para fazendeiros.

Os Esquadrões da Morte haviam feito uma promessa que viraria uma espécie de estatuto e indicador comportamental dos grupos de extermínio: "para cada policial morto, serão dez bandidos mortos". É notável a força dessa máxima, cuja trajetória servirá tanto para justificativas legais quanto ilegais, caindo no senso comum e na opinião pública, e nela ecoando por anos. Uma retórica completamente descabida, mas que alimenta a lógica da vingança reforçada no estatuto policial. Em 2017, a polícia do Rio de Janeiro matou 1.127 pessoas em decorrência de operações, enquanto 119 policiais foram mortos neste mesmo período[143]. Daí surge uma dúvida muito pertinente

Karp, criaria o Serviço de Diligências Especiais – SDI –, em resposta a uma onda de roubos a lojista e taxistas na cidade. Conhecido tanto por seus métodos fatais de enfrentamento ao crime como por seu envolvimento no jogo do bicho, tráfico de entorpecentes e clínicas de aborto, Mont Karp prometeu à população resposta imediata no combate aos assaltantes, dispondo que o SDI realizasse, se necessário, "o extermínio puro e simples dos malfeitores" E deu-se início à matança de diversos suspeitos, apoiada por grande parte da população à época. Essas versões estão sempre em disputa para serem oficiais.

[143] RIO DE JANEIRO (Estado). Instituto de Segurança Pública. Segurança em Números – 2017. Rio de Janeiro: ISP, 2018. Disponível em: https://www.isp.rj.gov.br/. Acesso em: 21/07/2022.

quando pensamos a atuação policial nas diferentes cidades brasileiras. Quem define os limites do legal e ilegal da atuação policial? É importante fazer esse questionamento acompanhado de situações cotidianas, mas que logo são estruturadas e definem padrões de desempenho policiais que terão duração por longos anos.

É nesse jogo entre o legal e ilegal que a violência policial, praticada tanto pela polícia agindo legalmente quanto por grupos armados seguindo o seu *ethos* militarizado, irá encontrar a repressão política institucional. O interlocutor deste encontro será o Golpe Empresarial e Militar de 1964. Serão os militares das Forças Armadas que irão legalizar a atuação dos Grupos de Extermínio. O caso mais famoso foi do delegado de polícia Sérgio Paranhos Fleury, que depois será chefe do DOPS-SP. Sérgio Fleury será notoriamente conhecido como um dos piores torturadores da Ditadura Empresarial e Militar que assombrou o Brasil por 21 anos, mas, além de chefe do DOPS, Fleury, também era líder de um Esquadrão da Morte em São Paulo, que praticava contravenção, execuções e domínio territorial.

Além de Sérgio Fleury, uma miríade de policiais, justiceiros e executores membros dos Esquadrões da Morte será incorporada pela ditadura e alocada especificamente aos departamentos de tortura, algo bastante simples para os militares, já que, à época, não havia concursos como hoje. Ademais, os grupos de extermínio, que tornam-se também grupos de caça aos comunistas e subversivos, foram treinados por generais da escola francesa da Doutrina de Guerra Revolucionária, aplicada na Argélia. A doutrina teria sido incorporada à Lei de Segurança Nacional em 1967, por meio da aplicação dos parâmetros teóricos de Guerra Revolucionária posto no Decreto-lei nº 314 de 13 de Março daquele ano. Alguns órgãos brasileiros foram criados com a mesma função e configuração que órgãos da Escola Francesa, como o Destacamento de Operações Internas (DOI) no Brasil, que remontava ao *Détachement Opérationnel de Protection* (DOP) francês. Paul Aussaresses (1918-2013), um general francês que participou da formulação e exportação da Doutrina para outros países da América Latina foi adido militar francês no Brasil já na ditadura militar, entre os anos de 1971 e 1973. Ele afirmou que “ensinou a doutrina e os métodos aplicados na Argélia a oficiais latino-americanos em Fort Bragg, na Virgínia, mencionando atividades do mesmo tipo na Escola de Guerra na Selva, em Manaus”. Outros adidos franceses também estiveram presentes no território brasileiro, colaborando para a implantação da Doutrina francesa no Brasil, conforme afirma Mattos (2016).

Quando, na década de 1980, a ditadura perdia seu fôlego, o acobertamento desses policiais, membros dos Esquadrões, centros de tortura e de grupos de execução sumária, se intensifica, e são oferecidas aos seus membros ocupações "beneficentes" na vida social. No entanto, muitos desses policiais e militares já haviam costurado sua fama com prestígios autênticos e domínio territorial, de forma que era vantajoso mantê-los. Por isso, muito agentes dos Esquadrões da Morte, que serviram por um tempo aos ditames da Ditadura Empresarial e Militar ou que participaram de centros de tortura como o DOPS, permaneceram com suas práticas intactas. Estes mesmos agentes organizaram outros grupos de extermínio, operando de diferentes formas a dominação territorial e experimentando ao longo do tempo um ramo muito antigo da contravenção carioca: o Jogo do Bicho.

Dessa forma, percebe-se que Grupos de Extermínio no Brasil tiveram como ponto fundamental um fluxo *sine qua non* entre as esferas legal e ilegal do ponto de vista da institucionalidade jurídica, porém, comprometidamente legítima do ponto de vista do funcionamento do Estado. Posso, dessa forma, citar dois exemplos concretos correspondentes que permitiram sua manutenção.

Primeiro a ROTA (Rondas Ostensivas Tobias Aguiar), uma espécie de esquadrão especial dentro da polícia de São Paulo, que institucionalizou as práticas dos grupos de extermínio citados acima. Criada na década de 1970, a ROTA possui relação direta com os Esquadrões da Morte da época. Entretanto antes de possuir a forma institucional a ROTA era reconhecida como RUDI (Rondas Unificadas do Departamento de Investigações) um tipo de Esquadrão da Morte que envolvia a participação de policiais civis. A RUDI se juntava a RONE (Rondas Noturnas Especiais), ambas foram instituídas na década de 1950, enquanto a ROTA em 1970. Huggins (1998) pontua que "as qualificações da RONE e da RUDI eram as mesmas de quaisquer outros esquadrões da morte paralelos com ligações na polícia. Em todos eles, era essencial ser destemido, forte, ter familiaridade com o mundo policial, garantindo o contato entre organização oficial e as atividades desviantes dos grupos informais." Quem também passa pela chefia da RONE é o já mencionado delegado torturador Fleury (Mattos, 2016).

Em todo caso no final da década de 1960 os esquadrões da morte policiais formalmente reconhecidos e instituídos, assim tanto quanto, os esquadrões da morte

"não oficiais" proliferavam no Brasil, era a consolidação de uma ordem de Segurança Pública vista até os dias atuais.

É interessante destacar que a formação de Grupos de Operações Especiais e esquadrões partiu da OPS-Brasil. Através do secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, o general do Exército Luís França Oliveira a OPS exigia que fosse formado um "esquadrão de elite" envolvendo policiais do DOPS, do Exército, da Polícia Militar e dos Bombeiros com total autonomia frente às suas atuações. O critério para o recrutamento ao GOE era a coragem já demonstrada durante a vida profissional destes agentes. Os membros do GOE recebiam um curso de ação e comando instruído por militares da Brigada de Paraquedistas do Exército, no treinamento envolvia-se táticas de guerrilha urbana vinda exclusivamente do exército ajudado por instrutores estadunidenses. A primeira operação do GOE foi em uma favela.

Nesse contexto é que podemos citar nosso segundo exemplo, que é o Batalhão de Operações Especiais (BOPE) da Polícia Militar do Rio de Janeiro, que propositalmente ou não, possui um símbolo bastante parecido com o Grupo de Extermínio Scuderie Le Cocq.

Embora não tenha nenhum vínculo oficial e, sobretudo, institucional, não se pode descartar o vínculo político herdade da orientação das "escolas" francesas e estadunidenses. O BOPE surgiu originalmente no final da década de 1970. Seu nome inicial era "Núcleo da Companhia de Operações Especiais". Como critério de recrutamento, o agente precisava comprovar uma sólida integridade moral. Este núcleo inicial era composto por membros das Forças Armadas, tais como o Estágio de Operações Especiais, o Curso de Guerra na Selva (Exército) e o Curso de Contra Guerrilha (CONGUE), dos Comandos Anfíbios, além de destacados policiais. Aos poucos, por conta da dinâmica política e social condicionada à própria realidade. O núcleo vai mudando de nome de acordo com a especificidade de sua atuação, até que em 1991 depois de ser definido que seria um grupo especial do combate em favelas seria reconhecido como BOPE. Já não se tinha mais a ditadura civil-militar, já não havia mais oficialmente a existência de Esquadrões da Morte, nem mesmo a participação de agentes dos órgãos americanos e franceses, contudo, permaneceu todo o legado de Segurança Pública acumulada ao longo desse tempo (Huggins, 1998; Mattos, 2016).

A relação entre o Estado e grupos armados é um debate central na realidade do Rio de Janeiro. No caso das milícias, parte do argumento predominante sugere que, pela participação ativa de agentes estatais em sua organização e liderança, esses grupos representam uma extensão do próprio Estado na busca pela manutenção do monopólio legítimo da violência. Essa tese ganha força quando se analisa casos históricos, como os Esquadrões da Morte – grupos paramilitares surgidos no pós-década de 1950, formados majoritariamente por agentes de segurança estatais e voltados para execuções sumárias e extermínio, tanto em centros urbanos quanto periferias. Sua atuação, alinhada às doutrinas de *Guerra Contrarrevolucionária e Defesa Nacional*, intensificou-se durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985), operando em uma zona ambígua entre o legal e o ilegal, mas sempre com lastro institucional. Com o fim do regime, a violência sistemática praticada pelo Estado não desapareceu: reconfigurou-se, influenciando a formação de novos grupos – tanto institucionais (como forças especiais) quanto civis armados –, os quais se tornariam um traço marcante da segurança pública nas décadas seguintes.

A proliferação de grupos civis armados, nesse sentido, ilustra, na verdade, a erosão do monopólio estatal da violência – mesmo que parte desses grupos ainda seja composta por agentes estatais, para que o Estado brasileiro seguisse a premissa em manter o monopólio da violência precisaria de algumas disposições, como destacou Charles Tilly (1990) em sua análise da formação dos Estados europeus no século XVII, a consolidação desse monopólio exigiu medidas como o desarmamento da população civil, a apreensão de armas após rebeliões, o controle da produção e circulação de armas, a regulamentação do porte por particulares e a restrição de demonstrações públicas de força armada. Creveld (1999) complementa essa perspectiva ao associar o processo à transição das guerras pessoais (privadas, ligadas à principados) para guerras impessoais no século XVI, quando Estados-nação em ascensão centralizaram forças e redefiniram fronteiras entre o interno e o externo. No caso brasileiro, contudo, o Estado nunca logrou um monopólio absoluto da violência, tampouco consolidou plena legitimidade sobre ela, embora permaneça como seu principal executor. Ademais, sua violência é sistematicamente contestada tanto por segmentos internos (como o Ministério Público) quanto por agentes externos institucionais e não territoriais.

É o que acontece com os grupos armados milicianos, embora tenha participação direta de agentes do Estado (no seu início), e conforme já adiantei, a maioria dos seus

integrantes eram civis. É preciso, portanto, investigar de que forma operam estes agentes do Estado em relação ao grupo miliciano. Porque ao que parece, essa discussão limita-se apenas aos grupos milicianos, enquanto, acerca de outros, das facções do varejo de drogas, a relação ou presença do Estado é deixada de lado. Entretanto, há muito mais operação entre integrantes de grupos armados do varejo das drogas com agentes do Estado de diferentes posições e escalas do que com o grupo miliciano. Por que em relação a estes grupos não se afirma categoricamente como sendo o próprio Estado como ocorre com os grupos milicianos?

Max Weber (1967) a quem muito se atribui essa discussão sobre o monopólio legítimo da violência pelo Estado, afirma que violência é uma particularidade fundamental para o Estado. Portanto, nesse sentido, somente o Estado deteria o direito no exercício da violência. Contudo, tal prática seria compreensível quando fosse posta em questão as fronteiras de um determinado território. Com isso, o Estado não admitiria qualquer outro grupo que exerça o uso da violência, sendo o Estado o único a ter o direito do exercício da violência, não admitindo até mesmo indivíduos. Esta reflexão se aproxima com a de Charles Tilly (1990) quando analisa a formação dos Estados Europeus. É por isso, seguindo esta premissa, que muitos irão afirmar que grupo miliciano seria o Estado tentando manter o monopólio da violência apenas por ter agentes do Estado presente ou operando com os grupos milicianos e agenciando mercados ilegais. Portanto, é mais fácil concluir que agentes do Estado compondo grupo armado miliciano seria o próprio Estado agindo para ter o monopólio da violência do que analisar com mais cuidado as complexidades envolvidas. Pois tratando-se de mercados ilegais esses agentes se constituem como mais um ator na circulação dessas mercadorias e suas trocas.

Ainda assim, tratando-se de exercício da violência envolvendo grupos armados e Estado, não se pode negar a capacidade incomparável do Estado com esses grupos ao exercer a violência. E ainda conforme Weber (1967), o que também diferencia a ação do Estado, em casos de operações policiais, é o "direito" em exercer esta violência. Já que o Estado possui uma relação íntima com a violência, pois é o seu instrumento específico.

E se tratando do Estado brasileiro a dificuldade aumenta ainda mais. Nesse sentido, a resposta para esta questão não deve ser positivada na tentativa de "provar" se

é ou não Estado quem articula, mantém e operacionaliza os grupos milicianos, mas de compreender como agem o conjunto de agentes civis envolvidos, incluindo o próprio Estado, na operação dos grupos armados no Brasil e Rio de Janeiro.

À luz da crise social e profunda, discutida acima, as milícias podem ser compreendidas não apenas como organizações criminosas ou desvios institucionais, mas como formas sociais específicas da crise do sujeito automatizado em contextos periféricos. Por isso a necessidade de fazer uma relação com a formação social brasileira. Diante do esgotamento da integração pelo trabalho e da incapacidade estrutural do Estado e a própria sociedade em garantir a inclusão geral e a reprodução social, esses grupos passam a exercer funções de controle territorial, mediação econômica e produção de regulação segundo seus próprios critérios, operando segundo a lógica da valorização por meios extra econômicos e violentos. Assim, longe de representarem uma ruptura com o capitalismo ou com a sociedade no geral, os grupos milicianos expressam sua continuidade em condições de crise da forma salarial e da mediação estatal clássica proposta pela modernidade. Desta forma, é que Estado, mercados ilícitos e grupos armados coexistem e se interpenetram.

Para compreender essa complexidade, aprofundei a análise do objeto de estudo a fim de esclarecer, ainda que provisoriamente, algumas de suas dinâmicas centrais. Nesse percurso, tornou-se indispensável examinar a formação do principal grupo miliciano da época: a chamada Liga da Justiça.

Capítulo 4 – De Lideranças Armadas Locais ao Grupo Armado: nasce a "Liga da Justiça."

No primeiro capítulo tratei das lideranças locais armadas que operavam o controle social em um determinado perímetro conforme ocorria a expansão urbana da Zona Oeste. Este controle possuía uma certa referência espacial associada ao bairro que se formava, como o bairro de Vilar Carioca, que chegou a ser reconhecido como loteamento ou favela. Na maioria dos casos, o controle e domínio dessas lideranças extrapolavam as fronteiras do bairro formando um limite imaginário, mas que protegido do ponto de vista militar.

Essas lideranças locais estabeleceram um paradigma significativo no que diz respeito à segurança pública e à dinâmica da violência na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Ao longo dos anos, tais lideranças deram origem a grupos armados, os quais contaram com a participação direta e indireta de agentes estatais, incluindo policiais, bombeiros e outros funcionários públicos. Foi nesse contexto que, na transição da década de 1990 para os anos 2000, emergiu um fenômeno até então inédito: as chamadas milícias. À medida que esses grupos ganhavam notoriedade perante a sociedade carioca, a imprensa e o próprio Estado, alguns deles passaram a se destacar mais que outros. Dentre esses, um grupo armado em particular recebeu maior atenção, sendo inclusive reconhecido como a "maior milícia" do Rio de Janeiro: a Liga da Justiça. Um elemento chave para a compreensão da passagem de lideranças locais armadas para grupos armados foi a evolução urbana pela qual a Zona Oeste do Rio de Janeiro passou no final da década de 1990 e início dos anos 2000. Pois a partir dessa mudança é que novos mercados ilegais foram se estabelecendo, como por exemplo, estrutura urbana que permitisse a instalação de equipamentos para oferecer serviços relacionados a TV por assinatura e internet, que no futuro seria um importante mercadoria explorado pelo grupo armado miliciano.

Neste capítulo tratarei da trajetória do grupo armado miliciano conhecido como Liga da Justiça; Quais foram as lideranças armadas locais que tiveram papel na formação deste grupo; qual bairro/território serviu de referência territorial para a expansão do grupo armado; qual a relação com agentes do Estado?

Conforme discutido no primeiro capítulo, a formação e consolidação da Liga da Justiça dependia de um projeção territorial que transcendesse os limites dos bairros e favelas da Zona Oeste, mesmo que essas localidades já estivessem sob o controle de lideranças armadas responsáveis pela defesa do território. Nesse contexto, o bairro de Cosmos e suas adjacências assumiram um papel como referência espacial e, consequentemente, territorial. Era essencial que o grupo armado mobilizasse suas mercadorias políticas e realizasse trocas ilícitas, estratégias que permitiriam ao empreendimento criminoso expandir sua influência a ponto de atrair, posteriormente, a atenção de diversos segmentos da sociedade.

4.1 – A Assim Chamada "Liga da Justiça"

A "Liga da Justiça" era o nome atribuído a uma milícia que atuava nos bairros de Campo Grande, Cosmos e Santa Cruz, no Rio de Janeiro, no início dos anos 2000. Considerada à época "a maior milícia do Rio de Janeiro", o grupo era liderado principalmente pelo vereador Jerominho, seu irmão, o deputado estadual Natalino, e o ex-policial civil Ricardo Teixeira, apelidado de "Batman" em referência ao famoso super-herói da DC Comics.

No entanto, minhas entrevistas com os moradores dos bairros de Cosmos e Campo Grande revelaram que o fenômeno era muito mais complexo do que os nomes frequentemente usados de forma sensacionalista sugerem, especialmente pela imprensa oficial, uma das principais divulgadoras. O nome "Liga da Justiça" não encontrava eco entre os moradores do território controlado pelo grupo, nem nos bairros adjacentes. O que existia era um grupo armado, com figuras de destaque e liderança local, que mantinham controle sobre a área. Curiosamente, o nome "Liga da Justiça" era mais citado fora desse território. Embora essa hipótese possa parecer surpreendente, ela se baseia nas entrevistas com moradores locais, em jornais antigos e na bibliografia sobre o objeto desta tese. Ao longo desta seção, examinarei esse processo.

A primeira menção a chamada Liga da Justiça que encontrei foi em uma reportagem do Jornal Extra publicada no dia 27 de dezembro de 2007. A matéria assinada pelo jornalista Camilo Coelho não finca objetivamente que há uma milícia com este nome, mas "uma milícia que se autointitula Liga da Justiça" e é liderada pelo então vereador Jerominho, e que se localiza no bairro de Campo Grande. Cabe salientar que, esta "descoberta" ocorre ocasionalmente, pelo menos aparentemente, por conta de uma

investigação sobre um plano para assassinar o diretor da Polinter, Herald Esppolinterínola. A investigação que envolvia uma espécie de ação conjunta da Polícia Civil e da DRACO (Delegacia de Repressão às Ações Criminosas Organizadas) e a CORE (Coordenadoria de Operações e Recursos Especiais), a operação foi batizada de "Operação Latifúndio". Na ocasião, seu irmão, Natalino Guimarães também foi denunciado e preso junto com Jerominho ambos acusados de tramarem o assassinato do diretor da Polinter e fazer parte de uma quadrilha de criminosos. Foi a primeira vez que Jerominho havia sido acusado e preso por liderar e integrar "grupo de paramilitares" que praticavam extorsão em bairros na Zona Oeste do Rio de Janeiro. A Operação Latifúndio revelou outros nomes dos integrantes da milícia liderada por Jerominho, o ano era 2007, e pela primeira vez, formalmente a Liga da Justiça é citada em um veículo de imprensa oficial. Ainda na reportagem, é publicada a foto de membros da Liga da Justiça (Figura 8). Por conseguinte, em 2008 é criada a CPI das Milícias, porém, neste contexto, a Liga da Justiça torna-se um significante do termo milícia na cidade do Rio de Janeiro e é amplamente usado para referenciar grupos armados e quadrilhas de criminosos.

Figura 8 - Membros da Liga da Justiça Citados Pela Primeira Vez no Jornal Impresso de Circulação Regional.



Fonte: Jornal Extra 27/12/2007. Visitado em 05/11/2021.

A reportagem representada na foto acima transmite algumas questões que antes não pareciam preocupantes. É fato que o termo milícia já circulava de forma ampla por diferentes circuitos sociais da cidade, analisei o início do termo no capítulo anterior. Contudo, se a milícia já era um grupo armado reconhecido no espaço urbano carioca,

por quê Jerominho, que nunca fez questão de esconder sua atuação "política" na Zona Oeste, não havia sido mencionado como um líder de um grupo armado? E que este mesmo grupo armado já era denominado de "Liga da Justiça". Ao que parece, neste caso, milícia e Liga da Justiça são significados e significantes para estas formas hegemônicas de compreensão do problema social, como para a imprensa oficial, senso comum etc.

Além disso, nesta foto faltaram dois membros importantes que naquela época eram figuras conhecidas nos bairros da Zona Oeste por sua presença constante e o papel fundamental no grupo armado. Estou me referindo a Toni Ângelo e Aldemar Almeida dos Santos, também conhecido pelos moradores de Cosmos e proximidades como "Ademar". Este último desempenhou um papel determinante no que viria a ser a "Liga da Justiça", possivelmente com uma importância até maior do que a de Jerominho e Natalino.

4.2 – "O Fundamento Sou Eu": Aldemar Almeida dos Santos.

Aldemar Almeida dos Santos era um morador nascido e criado no bairro de Cosmos. A frase que compõe parte do título foi a que ouvi com muita frequência ao realizar entrevistas ou conversar com moradores de Cosmos sobre como a chamada Liga da Justiça começou se formar: "Se tu que saber como tudo começou o fundamento é o Ademar, é o Ademar..." (Entrevistado – Valdecir, 2023)[144]. E o Aldemar ou "Ademar", o Batman, possui um papel fundamental neste processo que no futuro viria a se tornar "a maior milícia do Rio de Janeiro." Além disso, mesmo tendo o bairro de Cosmos como principal referência geográfica há uma complexidade espacial, e até mesmo territorial, das quais pretendo discorrer sobre elas. O bairro de Cosmos, assim como outros bairros da Zona Oeste do Rio de Janeiro, conheceu tardiamente os elementos de infraestrutura urbana como saneamento básico e asfalto. Na década de 1990 parte do bairro era dividido territorialmente em Vila São Jorge, Loteamento e Marujo (tendo uma praça como ponto de referência espacial) e Caminho do Céu[145]. Cada território era definido por e a partir relações de poder local (Souza, 2013), em que alguma liderança armada era o principal responsável que convergia e concentrava

[144] Reforçando mais uma vez para esta parte do trabalho:todos os nomes dos moradores entrevistados para este trabalho são fictícios.

[145] Chama-se Caminho do Céu porque na época era a parte mais precária do bairro no início do seu processo de ocupação. Além de ser associada à favela, era o local de desova de corpos quando alguém era assassinado, daí ser chamado o "caminho para o céu".

formas de exercício do poder local. Por exemplo, a figura que representava o exercício do poder no Caminho do Céu era um traficante chamado Décio. Ele, embora fosse o traficante local, por ali não existia a presença efetiva de algum grupo armado do varejo. Décio era apenas o responsável pela boca (venda drogas) do Comando Vermelho, porém não havia a presença armada do Comando Vermelho no bairro de Cosmos. O território mais próximo era a favela do Barbante, localizada no bairro de Inhoaíba, vizinho de Cosmos na direção leste.

Ademar (será mencionado desta forma porque foi assim que ficou mais conhecido no início de sua empreitada) era apenas um usuário de drogas lá pela década de 1980. Foi preso em 1988 por porte de drogas e corrupção e condenado a quatorze anos de prisão, quando solto (quatro anos depois) decidiu que o problema das drogas e, portanto, da sua prisão era a existência das drogas e do tráfico. Era preciso combatê-los. Por isso, também institui seu próprio território cuja delimitação envolvia a Vila São Jorge, o Loteamento e o Marujo.

> De 94 para 95 (1994-5)...toda essa transição começou assim, porque na época tinha o Pedrinho e o Oliveira né, na verdade eles eram traficantes, tinham uma parceria e devido algumas situações que aconteceu né...o que acontece, dizimou, houve alguma situação que a galera do Pedrinho foi para um lado, do Oliveira foi para um outro, houve até uma troca de tiros...eles mandavam na Vila São Jorge. Ai devido essa quebra, esse racha, eles se mataram, daí a Vila ficou neutra né, creio que depois supostamente que se ajuntaram, as pessoas da rua 7... (Bruno - Entrevistado, 2023).

Ademar inicia sua empreitada de liderança local armada focando apenas no combate ao uso de drogas e em pequenos furtos pelo bairro. É muito comum a confusão entre combate às drogas e aos usuários com oferecer segurança e no caso de Ademar isto foi levado como princípio de suas ações. Agora, os moradores sabem que tem o Ademar pelo bairro tratando, de certa forma, de problemas com violência, roubo e circulação e uso de drogas. Sabe que tem um "justiceiro" que anda no seu carro Chevrolet Opala preto[146] fazendo ronda durante o dia, mas principalmente à noite para "proteger" os moradores e assegurá-los. Os moradores da Vila São Jorge vendo um corajoso conhecido ter a iniciativa em "resolver" problemas de segurança, tornam-se apoiadores de Ademar. No entanto, ele é preso pela segunda vez no ano de 2000 e os moradores, como forma de respeito e necessidade do serviço prestado organizam um abaixo-assinado para que ele fosse solto. Pois como disse um interlocutor que

[146] Referência proposital a novela "A Próxima Vítima" da Rede Globo exibida no ano de 1995. Nela acontece assassinatos em série em que o assassino usava um carro do tipo Opala preto na hora de cometer seus crimes.

entrevistei: “Ademar tinha moral de cria da Vila São Jorge.” “Porque assim cara, as pessoas sempre vão te apoiar quando você faz uma determinada atividade de segurança” (Entrevistado – Marcos, 2023).

A dedicação de Ademar logo é reconhecida por moradores, comerciantes e por aqueles que de alguma forma via mérito no que o futuro Batman estava se propondo a fazer. Como forma de demonstrar reconhecimento, comerciantes e moradores voluntariamente começaram a remunerá-lo espontaneamente. Este fato é curioso porque comumente quando se fala em grupo armado miliciano logo associa-se a cobrança de taxa pelo “serviço de segurança” ou via extorsão direta sem justificativa como acontece atualmente. Todavia, nesse momento de mudança na gestão do território tal fato ainda era inexistente. Contudo, e talvez, essa prática fosse o prelúdio do qual mais a frente no tempo e espaço o grupo armado miliciano jamais iria abandonar, já que, possibilita a arrecadação significativa de dinheiro e ao mesmo tempo oferecia aumento do prestígio local.

Nestes primeiros anos, o ainda Ademar, era o personagem de maior destaque da trama que pesquisei para esta tese, e para a principal pretensão nesta seção, que é explicar a origem do grupo armado miliciano chamado de Liga da Justiça. Com o passar do tempo e o “sucesso” do seu negócio, Ademar organiza com mais qualidade o seu serviço e dedica-se em realizar segurança privada, principalmente em bailes de galera[147] que aconteciam no Cosmos Atlético Clube dentre outras festas. Ademar virou significado de segurança para o bairro de Cosmos.

> Ademar não andava armado, não metia bronca, mas todo mundo sabia quem era ele (o que podia fazer)...uma vez ele pegou um cara ali na esquina essa esquina aqui (apontando com a mão). Deu um pau no cara (agrediu com violência) na frente de geral...ninguém entendeu nada e também ninguém se meteu. Depois botou o cara sentado e começou a falar um monte...ele tava de moto. Depois botou o cara pra ralar, sentou na moto e saiu. Ademar dava ideia, ele era maneiro nesse sentido, porque dava ideia antes de fazer algo. Hoje não tem isso” (Entrevistado – Marcos, 2023).

Neste sentido, seu comportamento virou exemplo para outras pessoas de outras localidades ou bairros vizinhos que copiaram o “modelo” de segurança de Ademar. Portanto, em um outro bairro vizinho, como Santa Rosa, terá como o “responsável” pela

[147] Nome que é atribuído aos Bailes em que as brigas ocorrem de forma oficial durante a década de 1990. Grupos de jovens se dividem no interior do estabelecimento por uma corda onde a briga acontece como forma de diversão. A divisão se dava muitas das vezes por territórios de origem destes jovens, ou seja, bairros ou conjuntos de bairros do Rio de Janeiro. “Baile de Cosmos Atlético Social”. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=YT_yOOtcXJ4. Visitado em: 06/03/2024.

segurança um sujeito chamado Rambo e em Inhoaíba um homem chamado Escangalhado. É também neste momento que Ademar receberá, de forma tímida, o apelido de Batman. Pois, o salto qualitativo já era visível: fazia rondas de carro pelo bairro, demonstrava seriedade no serviço executado, era remunerado sem recorrer a extorsão, uma vez que, tinha apoio dos moradores. Além disso, com a exceção do Décio (CV), as outras lideranças eram próximas de Ademar, mesmo atuando em territórios diferentes.

> Assim...naquela condição a ordem e a decência tinha, cara...os moradores viam isso. Na época do baile de Cosmos vinha traficante do Vilar Carioca, do Gouveia, do Pombal, mas não acontecia nada, porque o Baile de Cosmos era o principal atrativo entre Cosmos e Santa Cruz, os caras eram amigos lá, mesmo os caras sendo rivais não podiam brigar lá... Porque naquela época eles vinha crescendo, tendo contato com outras galeras, policias (ex-policiais), outras pessoas que faziam a mesma situação dele, ele foi botando as pessoas do bairro pra trabalhar pra eles, começaram a se juntar depois de ver como tava ficando (Bruno - Entrevistado, 2023).

É interessante perceber como a definição de território a partir do controle social e das relações de poder acompanham a acumulação social (e territorial) da violência (Misse, 2008) e o desenvolvimento urbano dos bairros da Zona Oeste do Rio de Janeiro. Essa dinâmica é uma marca que reflete o desenvolvimento social de uma região e assume um caráter estrutural, manifestando-se de maneira variada em diferentes contextos sociais ao longo do tempo e do espaço. Nesse contexto, a violência não é tratada como um fenômeno isolado, mas sim como um conjunto complexo de sobredeterminações, interações, sentidos e estruturas.

É possível mapear territorialmente o controle exercido pelos grupos armados em diferentes períodos, como na década de 1990 e atualmente. Por exemplo, o bairro de Cosmos está dividido entre os territórios de Ademar e Décio (Comando Vermelho). Em Inhoaíba, havia divisões entre os territórios de Escangalhado e Comando Vermelho (favela do Barbante) nos anos 1990. Avançando para o oeste, o bairro (loteamento) do Gouveia era controlado por Kiko, ao lado do qual estava Paciência, onde dois policiais[148] atuavam de forma independente, impedindo a formação de grupos armados, tanto do tráfico quanto de milicianos. Na direção leste, a favela (que se tornaria um bairro anos depois) do Vilar Carioca era controlada por Pedrinho Maluco. Já Campo Grande estava dividido entre os territórios de Jerominho e Natalino, junto com Chico Bala. Esses exemplos ilustram como a configuração territorial está intimamente ligada

[148] Ver Capítulo 1.

às dinâmicas sociais e de poder presentes nessas comunidades ao longo do tempo. É a acumulação social e territorial da violência.

Pode-se afirmar que este é o primeiro núcleo duro definido territorialmente antes mesmo de se constituir como uma milícia ou mesmo como a "Liga da Justiça." São as práticas destas lideranças armadas localizadas e seus grupos cujos desdobramentos vão culminar no que ficou conhecido como o maior grupo armado miliciano do Rio de Janeiro.

No caso de Ademar no bairro de Cosmos as mudanças só começam a ocorrer quando Ricardo Texeira e outros policiais militares se juntam a Ademar para compor sua empreitada, mas também ter acesso a uma parte do lucro. Nesse momento, a violência atravessará as relações, o clima de medo irá aumentar, e é neste instante, quando Ricardo se junta ao Ademar e nasce a alcunha "Batman e Robin[149]".

A chegada de Ricardo já com seu próprio destaque por ser um ex-policial militar ao grupo do Ademar, faz com que se constitua como mais um elemento que trará contornos legítimos (não legais) ao sucesso do Ademar no local. Robin ou Ricardo não aparecia muito nas ruas, quase não era visto, pois estava sempre articulando algum mercado ilegal fora do território, como o roubo de carga, que era o que mais realizava. Portanto, mesmo que ainda circulava com mais amplitude a presença do Batman e do Robin fazendo a segurança do território contra a chegada do tráfico, quem mais aparecia era o Ademar. Só que agora de outra forma: com uma moto de modelo Falcom. Pois era um período comum no Rio de Janeiro em que possuir moto significava status simbólico, de consumo e prestígio social. Ao mesmo tempo, servia também de expressão de resultado e do dinheiro que ganhava com suas atividades. Isso era notório para cada morador do bairro que os negócios (independentemente de ser legal ou ilegal) permitia demonstrar que o grupo ganhava muito dinheiro.

Ricardo Texeira também cumprirá uma função importante que depois seria a principal forma de adentrar em outros territórios, senão a única, de fazer acordos políticos em trocas de mercadorias ilícitas. E o primeiro a fazer acordo com o grupo do

[149] Hoje o apelido Batman é atribuído ao Ricardo Texeira, contudo o que os moradores revelaram nas entrevistas é que o "verdadeiro" Batman era o Ademar e Ricardo o Robin, isso porque Ademar foi o primeiro a iniciar as atividades de segurança e era um homem negro, fazia rondas no seu carro Opala preto. No entanto, Ricardo não aceitava ser chamado de Robin por atribuir o personagem à homossexualidade. Ele só se torna o Batman, como é visto hoje, quando Ademar é morto em 2005. Portanto, deixa de existir Batman e Robin e apenas Batman.

Batman e Robin foram Jerominho e Natalino. Jerominho queria abrir territórios para sua futura campanha eleitoral, já o grupo de Ademar e Ricardo precisam de força bélica para expulsar no primeiro momento o Décio (CV), pois já tinha passado da hora, conforme a empreitada havia crescido, de encerrar com esta divisão de fronteira com o varejo do tráfico, portanto, uma reconfiguração territorial era necessária.

Em uma entrevista publicada pelo jornal O Dia no seu canal no Youtube, Ricardo fala deste acordo com o Jerominho e ao mesmo tempo afirma em um tom de defesa do ex-vereador, que apenas tinham acordos políticos: "minha relação com ele sempre foi política, a comunidade apoiou ele, eu apoiei ele...não tinha nada ver com transporte alternativo[150]." A aproximação entre o grupo do Batman com o grupo do Jerominho e Natalino perfaz um ponto chave para as mudanças que viriam. Uma aproximação facilitada pelos interesses que convergiam: político (eleitoral) e econômico. Batman e Robin, que até aquele momento dependiam da ainda contribuição dos moradores e comerciantes, da segurança de bailes e festas na localidade, de um depósito de Gás, que por mais estranho que pareça hoje, possuía registro formal no nome de Ademar. Jerominho queria votos, somente votos, isto é, formar um curral eleitoral sem que ele necessariamente precisasse exercer o controle direto recorrendo às práticas violentas, este trabalho sujo, de assegurar o território para a campanha eleitoral de Jerominho era do Batman e do Robin[151].

Além disso, o mais importante dos interesses convergentes era a expansão territorial. É o que Misse (2010) pontua como sendo as trocas ilícitas de mercadorias políticas abrindo para uma série de transações e acordos entre atores criminosos e políticos, que podem envolver desde o suborno e corrupção de agentes públicos até a manipulação de políticas públicas para favorecimento destes dois grupos criminosos, fortalecendo ao longo dos anos relações com autoridades locais, regionais ou até mesmo estaduais para garantir a proteção de suas operações, evitar investigações ou promover vantagens competitivas em suas atividades ilícitas, já que, a disputa territorial continuava a todo vapor. Para Jerominho, Ademar era necessário, seguindo suas

[150] "Entrevista: "Batman: fugi para proteger minha família". Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=acgkozV6TYk. Visitado em: 11/03/2024

[151] A hipótese é que venha daí a menção a "Liga da Justiça". Provavelmente investigadores fossem da polícia civil ou Ministério Público através de escuta telefônica ouviram alguém mencionar sem intenção de nomear. Outra hipótese é também que esta alcunha tenha partido dos próprios investigadores como é comum nesses casos. Porém, demorou muito entre o acordo entre os grupos de Jerominho e Ademar até a primeira menção na impressa oficial, algo que só irá ocorrer em 2007.

ambições eleitorais que jamais poderia perder contato com este catalisador de votos no território.

Aliado a isso, é possível notar o método de Jerominho para conseguir votos com a segurança em que não haveria concorrentes: Jerominho focava em lideranças locais armadas ou em grupos armados, até mesmo do varejo do tráfico. Contudo, pouco se comenta no geral essa tática do Jerominho para conseguir o monopólio dos votos.

Este modus operandi de Jerominho pode ser observado no episódio da prisão do traficante Levi Batista da Penha, o Baby, em uma tradicional churrascaria de Campo Grande no dia 19 de Setembro de 2000. Até o chefe da polícia civil da época, Álvaro Lins, participou da operação para a prisão do traficante do Comando Vermelho do Complexo do Alemão, pois era umas das prisões mais importantes do período em que traria como resultado significativo capital político, que no caso do chefe da polícia civil anos mais tarde seria trivial. Entretanto, mais do que a emblemática prisão de um membro do grupo armado do varejo, tão importante quanto ela, era quem estava na companhia de Baby. E ao levantar sua "ficha criminal" descobre-se que Ademar ou Batman, também havia sido preso na ocasião (Figura 9). Além de Ademar ter sido preso, outro personagem importante para o futuro do grupo armado, ainda incipiente, também foi preso, porém, sua participação naquele momento não perfazia tão necessária quanto nos anos que se seguiram, trata-se do ex-policial Ricardo Texeira Cruz, que também no futuro seria o Batman no lugar de Ademar.

Figura 9 - Prisão de Aldemar e Baby na Churrascaria em Campo Grande.



ANA CRISTINA CAMPOS

Aldemar Almeida dos Santos — preso junto com o traficante Levi Batista da Penha, o **Baby**, na sexta-feira — não faz mais parte dos quadros da Assembléia Legislativa do Rio. O presidente da Alerj, deputado Sérgio Cabral Filho, exonerou ontem Aldemar, que era assessor adjunto administrativo do Departamento de Recursos Humanos. Contratado há três anos ele recebia mensalmente R$ 1.600.

Quando ele foi nomeado para Alerj, Aldemar já tinha sido condenado a 14 anos e dois meses por tráfico de drogas, corrupção ativa e porte de armas. A exoneração vai ser publicada hoje no DO.

Sérgio Cabral, que no sábado garantiu que iria investigar quem o nomeou, agora deu o caso por encerrado:

— A Alerj não tem responsabilidade e nem fiscaliza a vida privada de seus funcionários. Neste caso, há uma ilegalidade grave. O problema agora é da polícia.

No sábado, entretanto, ao responder se investigaria quem nomeou Aldemar, Sérgio Cabral foi enfático: "Isso nós vamos ter que averiguar. Como ele (Aldemar) chegou lá. Não é um caso de CPI, porque seria um absurdo achar que dentro da Alerj tem tráfico de drogas. Mas vamos checar e ver como se deu a nomeação". A entrevista foi gravada.

Ontem, o presidente da Alerj garantiu que não há deputados por trás da indicação de Aldemar:

— Em geral, o parlamentar não indica ninguém para a área administrativa. Ele não foi indicado nenhum deputado.

Para o presidente da Comissão contra a Impunidade da Alerj, Carlos Minc, o caso tem que ser apurado.

— É grave. Deve-se investigar como ele entrou e o que fez nesse período dentro da Alerj. Ele pode ter passado informações para o tráfico — disse.

Minc disse que vai propor, na quarta-feira, junto com Sérgio Cabral, uma série de medidas para moralizar a Assembléia:

— Todos os que ocupam cargos desta natureza vão ter que mostrar a folha corrida.

Colaboraram Marcus Alencar e Fábio Gusmão

LIGAÇÕES PERIGOSAS

FOTOS DE ARQUIVO

LBV-5355

■ **PRISÃO**
Aldemar Almeida (à esquerda) foi preso quando almoçava com **Baby** numa churrascaria. Ele estava com um Vectra, com o adesivo de Jerominho.

■ **PUNIÇÃO**
O assessor administrativo da Alerj foi exonerado ontem por Sérgio Cabral filho. Ele ganhava no emprego, onde estava desde 1997, R$ 1.600.

Fonte: Jornal Extra: 19/9/2000. Visitado em: 05/11/2021.

No caloroso contexto que se seguiu, Ricardo não foi tão lembrado quanto Baby e Ademar, aliás, estes últimos tiveram muitos mais destaques por causa de suas evidentes aproximações com Jerominho. Na imagem acima (figura 9), o carro que Baby usava possuía no vidro traseiro adesivo de campanha eleitoral de Jerominho para o ano de 2000 e Ademar era assessor na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), na verdade, Ademar era Assessor adjunto administrativo da assembleia desde 1997, quando ainda cumpria pena por tráfico (Figura 10). Na época da segunda prisão de Ademar o presidente da ALERJ era Sérgio Cabral Filho, que foi bastante questionado pela imprensa por ter um "condenado" por tráfico de drogas como seu assessor e nomeado por ele. Batman não cumpria expediente na ALERJ, mas recebia mil e seiscentos reais de salário. Cabral disse que assumiria "a responsabilidade da nomeação mas que não revelaria o nome da pessoa que indicou" o sujeito que formaria o grupo armado miliciano de grande repercussão no bairro de Cosmos. Também na época, Sergio Cabral admitiu que a nomeação de Ademar como assessor era porque ele proporcionava votos: "Me pediram por ele, disseram que tinha voto. Então, tudo bem, entra[152]", afirmou o então presidente da ALERJ. Chama atenção também que na reportagem destacada nas figuras 9 e 10 a ausência do termo milícia e mesmo Liga da Justiça. Algo que pude notar em outras reportagens após essas que utilizo para esta parte do trabalho.

Figura 10 - Prisões de Aldemar (Batman) e Ricardo Texeira (Robin).



Nomeação de condenado

Quando foi nomeado, em 1997, como assessor adjunto administrativo da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), Aldemar Almeida dos Santos, de 34 anos, ainda cumpria pena por tráfico de drogas, corrupção ativa e porte ilegal de arma. De acordo com informações divulgadas ontem pela assessoria de imprensa do Tribunal de Justiça, a extinção de punibilidade do ex-assessor só aconteceu em julho de 1999.

Cabo eleitoral do candidato a vereador Jerônimo Guimarães Filho, o Jerominho, Aldemar foi detido na Churrascaria Boizão, em Campo Grande, na semana passada, com Levi Batista da Penha, o **Baby**, suspeito de ser traficante. Junto com eles, estava o ex-PM Ricardo Teixeira Cruz, que também seria cabo eleitoral de Jerominho.

Aldemar foi condenado em 1988. Um ano antes, ele e o amigo Manoel Antônio da Silva Júnior haviam sido presos em flagrante com cerca de meio quilo de cocaína, na Estrada de Boa Esperança, em Santa Cruz. Dirigindo uma motocicleta, o ex-assessor, que estava com uma pistola Taurus sem licença, tentou, sem sucesso, subornar os policiais.

Os dois foram levados para a 36ª DP (Santa Cruz). Aldemar foi condenado a 14 anos e dois meses de prisão. No mesmo ano da condenação, seus advogados, através da apelação criminal 311/88, conseguiram a redução da pena por tráfico de 12 para oito anos. Sua pena em regime fechado caiu, então, para dez anos.

Em 1991, o ex-assessor da Alerj conseguiu dois benefícios: mudar o regime para semi-aberto e, meses depois, com um recurso ordinário no Supremo Tribunal de Justiça (STJ), passou a cumprir o restante da pena, que só acabou no ano passado, em liberdade condicional.

Assistencialismo com doses de terror

Jerominho mantém ambulâncias e centro social, mas impõe o medo na Z. Oeste

O candidato a vereador pelo PMDB e policial civil Jerônimo Guimarães Filho, o Jerominho, conquistou seu espaço político graças ao assistencialismo praticado no seu reduto eleitoral. Em Cosmos e na Vila Aliança, na Zona Oeste, ele mantém um serviço social, com médicos e ambulâncias para remoção de doentes. Mas são as festas públicas e a "segurança" feita nos bairros que rendem ao policial um maior prestígio.

O ex-PM Ricardo e o ex-assessor da Alerj Aldemar: "no sapatinho"

Moradores de Cosmos, principalmente os mais jovens, sabem muito bem que se não andarem na "linha" vão sofrer algum tipo de punição. Segundo a polícia, o juiz da sentença seria Jerominho e a pena seria executada por uma dupla conhecida pelo nome de **Batman** e **Robin**, mas que na realidade seria formada pelo ex-assessor administrativo da Alerj Aldemar Almeida dos Santos, o **Batman**, e pelo ex-PM Ricardo Teixeira Cruz, o **Robin**.

— Aqui no bairro todo mundo tem que ficar no "sapatinho". Se fizer alguma besteira, é certo que vai ter que acertar contas com **Batman** e **Robin** — contou um morador de Cosmos.

A polícia também está levantando os crimes ocorridos nas regiões, como homicídios, para saber se têm alguma ligação com **Batman** e **Robin**. O diretor da Polinter, Álvaro Lins, está aguardando para qualquer momento a autorização da Justiça para a quebra do sigilo telefônico de Ricardo e Aldemar.

— Quando isso acontecer, vamos dar prosseguimento às investigações — adiantou Álvaro Lins.

Ainda segundo o delegado, todas as denúncias recebidas contra Jerominho e **Baby** estão recebendo prioridade na Polinter.

[152] JORNAL EXTRA. "Sérgio Cabral nomeou miliciano para cargo na Alerj quando era presidente da assembleia; relembre o caso". Disponível em: https://extra.globo.com/rio/casos-de-policia/noticia/2024/03/sergio-cabral-nomeou-miliciano-para-cargo-na-alerj-quando-era-presidente-da-assembleia-relembre-o-caso.ghtml Acessado em: 25/03/2024

Fonte: Jornal Extra: 22/09/2000. Visitado em Dia 22/11/2021.

O título da reportagem – Assistencialismo e Terror" – também sugere uma forma de atuação que só será fixada com a aproximação entre Jerominho e o grupo do Batman e Robin. Jerominho de forma eficaz para suas pretensões, inaugura elementos que possibilitou controlar territórios por anos. No aspecto da violência a referência recaia apenas na figura do Batman e Robin, no aspecto do assistencialismo na figura apenas do Jerominho. A cada conquista territorial do Batman e Robin era acompanhada de uma instalação do Centro Social Jerominho, estavam estabelecidas as trocas ilícitas de mercadorias políticas. Ademais, esta aproximação também será decisiva para a compreensão no futuro do que seria um grupo armado miliciano, indicando, em linhas gerais, sua face territorial e institucional, bem como legislativa.

A empreitada eleitoral de Jerominho tem origem no reconhecimento que ele e seu irmão, Natalino, conquistaram na Zona Oeste do Rio de Janeiro, especialmente em Campo Grande. Conhecidos como os "Irmãos Coragem", essa alcunha foi consolidada ao longo da década de 1990. Há duas hipóteses para a origem do apelido: a primeira está ligada à trajetória dos dois como policiais civis, ingressando na corporação nas décadas de 1970 e 1980, período em que os processos seletivos eram marcados por critérios pouco transparentes, reflexo da ditadura militar-civil. Seguindo os passos do pai, Jerominho e Natalino integraram as forças de segurança do Estado, destacando-se como agentes dedicados ao combate ao crime. No exercício da profissão, ganharam fama de policiais incólumes à corrupção, atuando frequentemente em parceria – o que teria reforçado a imagem de coragem e lealdade que lhes rendeu o apelido.

A imagem dos "Irmãos Coragem" como agentes da segurança pública da Zona Oeste do Rio consolidou-se após a prisão de Celso Luís Rodrigues, o "Celsinho da Vila Vintém", considerado pela imprensa o maior traficante da região. Jerominho e Natalino foram os policiais responsáveis pela investigação e pela captura de Celsinho em um sítio em Cachoeiras de Macacu, em janeiro de 1990[153]. A partir desse episódio, difundiu-se no imaginário local – tanto entre criminosos quanto na população – a ideia de que a segurança na área estava sob o domínio dos dois irmãos. Há, porém, uma segunda narrativa: a de que Jerominho e Natalino integravam um grupo de extermínio. Essa versão, no entanto, não pôde ser confirmada em entrevistas ou em registros

[153] JORNAL O GLOBO. "Polícia Prende 'Celsinho', Maior Traficante do Estado". Jornal o Globo doa dia 5 de Janeiro de 1990. Visitado em: 5/04/2025.

jornalísticos da época, mas que alguns moradores com quem conversei disseram “terem ouvido isso” sobre os irmãos policiais. O que alguns relatos sugerem é que os "Irmãos Coragem" teriam cometido execuções sumárias, ainda que não necessariamente vinculadas a um esquema organizado de chacinas ou desaparecimentos forçados – prática comum entre grupos de extermínio com participação de policiais.

O prestígio conquistado por seus supostos "atos de bravura" impulsionou Jerominho – mais do que seu irmão – a investir na carreira política. Essa ambição se materializou em 1998, quando ele se lançou como candidato a deputado estadual pelo PSC (Partido Social Cristão), marcando sua estreia na vida política institucional. Foi nesse contexto que Jerominho teria estabelecido seu primeiro acordo político com Ademar, recrutando-o como cabo eleitoral no bairro de Cosmos. Em troca do apoio, Ademar seria recompensado com um cargo na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), cujo presidente na época era Sergio Cabral Filho.

O acordo entre Jerominho e o "Batman" revela um padrão que marcaria a trajetória política do ex-policial: o uso sistemático de lideranças armadas como base de apoio eleitoral, independentemente de seu vínculo com grupos organizados ou atuação individual, e mais ainda: independente do espectro, seja liderança de grupo armado do varejo do tráfico ou de alguma localidade na Zona Oeste ou na cidade. Jerominho apostou que a associação com Ademar - figura notória conhecida como "Batman" - lhe renderia capital político significativo. Em contrapartida, Ademar obteve acesso a armas ilegais, instrumentos cruciais para expandir seu domínio territorial, ainda que se restringisse pelo bairro de Cosmos. A estratégia, contudo, não produziu os resultados esperados. Enquanto Jerominho obteve pouco mais de 18.000 votos, ficando aquém da eleição para deputado estadual, Ademar consolidou seu poder ao expulsar Décio e ampliar consideravelmente sua área de influência. Esse desfecho, embora desigual, ilustra as complexas dinâmicas de poder que permeavam as relações entre política e violência na região, também representa as trocas ilícitas de mercadorias políticas.

A parceria entre Jerominho e Ademar ("Batman") pode ser entendida como o embrião do que posteriormente a imprensa e a CPI denominariam como “milícia Liga da Justiça". Contudo, é crucial distinguir os personagens envolvidos: quando o termo "Liga da Justiça" ganhou notoriedade midiática como denominação de um grupo paramilitar sob a liderança de Jerominho, a alcunha de Batman já não se referia mais a Ademar, mas sim a Ricardo Teixeira - o antigo "Robin" que ascendeu na hierarquia do

grupo. Esse processo de transformação reflete a dinâmica evolutiva da organização. À medida que a rede se expandia - incorporando policiais ativos, bombeiros e civis - ocorria uma sofisticação operacional. O grupo passou por um processo de pseudo-profissionalização, buscando não apenas maior eficiência em suas atividades ilícitas, mas também construção de credibilidade perante as comunidades e maximização dos lucros obtidos através desse modelo de negócios violento. Este momento é emblemático como uma virada de chave, em que passa de um sujeito (liderança armada) para um grupo com propósitos e interesses convergentes.

Com a ampliação do controle territorial de Ademar após a tomada da parte de Décio, Jorominho tinha uma área maior de possíveis eleitores. Só faltava apenas investir na sua imagem com apoio do herói local do momento: o Batman (Ademar). Jerominho estava convicto que a dobradinha irmãos coragem e Batman daria certo para alcançar seu objetivo, que era uma cadeira no legislativo do Rio de Janeiro. Na primeira tentativa não conseguiu, porém obteve uma quantidade expressiva de votos, formando assim elementos suficientes para que se mantivesse focado nesta perspectiva e voltasse a se candidatar no ano de 2000, só que agora a vereança da cidade do Rio de Janeiro.

Em Cosmos, principal reduto do Batman e Robin, só se ouvia o carro de som da campanha eleitoral de Jerominho, em bairros adjacentes era possível ver e ouvir traços da sua campanha para vereador. E isso era possível por conta de ainda não ocorrer uma relação direta e monopolista entre candidatos no geral e lideranças armadas nos bairros. Com exceção do bairro controlado pelo maior rival de Jerominho e, portanto, de Batman e Robin, que era o policial militar conhecido como Chico Bala[154]. Jerominho estava em ascensão na Zona Oeste, embora ainda não tivesse domínio territorial que teria no futuro. Seu propósito estava se materializando aos poucos, até que veio a prisão de Ademar, Ricardo e Baby em uma churrascaria conhecida de Campo Grande. Como já explicado acima, o alvo da prisão era o traficante do Comando Vermelho conhecido como Baby. Em sua companhia estavam Batman e Robin (Aldemar e Ricardo). A prisão ocorreu em setembro do ano 2000, as eleições ocorreram no mês seguinte, como o foco da prisão era o traficante mais procurado da época, demoraram para saber a procedência dos outros que estavam na companhia de Baby. Quando olham para os outros presos descobrem que um deles era Aldemar, porém, ainda sem saber (ou fizeram vista grossa) que se tratava do Batman e do ainda tímido Robin. O que descobriram foi que Aldemar

[154] Falarei sobre ele mais adiante.

já tinha sido preso por tráfico e tinha cargo de assessor na ALERJ. Com isso, uma pergunta pairou no ar: quem contratou Aldemar, um "ex-traficante" como assessor da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Sérgio Cabral, presidente da ALERJ, disse, na época, que não sabia da história do assessor, mas que assumia a responsabilidade institucional pela contratação. O máximo que Cabral fez foi exonerar o Batman em uma tentativa de mitigar os danos políticos – insuficiente, porém, para evitar questionamentos sobre as conexões entre o poder legislativo e figuras envolvidas com o crime organizado.

A trama envolvendo a prisão de Baby junto com Aldemar e Ricardo praticamente às vésperas das eleições claramente configurava uma manobra política para tentar impedir a eleição de Jerominho. Este que tinha uma investigação aberta por supostamente integrar um grupo extermínio. Os jornais da época pressionaram bastante Sérgio Cabral por ter empregado um ex condenado por tráfico, em que também havia proximidade com Jerominho. Do lado do Jerominho a pressão era por ter seu número de campanha adesivado no carro de Baby, porém, perceba que não havia ainda a menção do termo milícia porque a reportagem que inaugura o uso do termo só seria publicada em 2005, portanto, Jerominho não podia ser acusado de envolvimento com "milícia". Nem para seus amigos de grupo era problema o fato de Jerominho ter diálogos muito próximos com um chefe de uma facção do tráfico de drogas. Entretanto, as pressões não causaram o efeito esperado e Jerominho é eleito vereador da cidade do Rio de Janeiro pelo PMDB, no ano de 2000, com 20.560 votos.

A primeira eleição de Jerominho consolidou uma transformação em curso, que redefiniu as relações de poder em Cosmos e em parte da Zona Oeste. Essa mudança, mais do que pelo aspecto institucional – ainda que relevante –, destacou-se pelo impacto social e pela demonstração de uma ampla base de apoio, refletida no expressivo número de votos. Por mais paradoxal que pareça, esse sucesso eleitoral inicial não foi resultado de medo ou coerção violenta, mas sim da associação estratégica a Ademar, que lhe garantiu um capital político extraordinário e grande prestígio. Para Batman e Robin, a mudança se traduziu em uma adesão ainda maior ao projeto paramilitar e na expansão de seus negócios. Como hipótese, esses dois fatores podem ser vistos como o diferencial desse novo grupo em comparação com antecessores, como os grupos de extermínio e a polícia mineira.

Com a sensação de mudança no bairro e o sucesso do novo modelo de segurança implementado por Ademar, muitos policiais e ex-policiais passaram a apoiá-lo, direta ou indiretamente. O apoio direto se dava pela participação no grupo que estava em formação, enquanto o indireto manifestava-se de forma simbólica — afinal, ainda que houvesse o surgimento de uma extorsão generalizada, crimes como roubos, furtos e o tráfico de drogas haviam desaparecido do bairro, dando a impressão de que a segurança estava garantida. Ronaldo (entrevistado) aponta que a extorsão embora fosse grande, ela não era aplicada a todos os comerciantes do bairro, porém ele não soube detalhar o critério de escolha de quem pagava. “Meu sogro tinha um comércio e não pagava, aqui (estabelecimento em que é proprietário) não pagava, ali não pagava (apontando para uma padaria). Esse negócio de pagar taxa era muito relativo. No início os caras tinham ideologia.”

Nesse contexto, a conivência policial também funcionava como uma mercadoria política. Com a eleição de Jerominho, respaldado pelo apoio dos moradores ao trabalho de segurança de "Batman e Robin" e pelo aparente fim da criminalidade local, organizou-se um grupo armado que representava uma novidade no exercício do poder local, contando com aval policial e militar. "Os Caras do Posto" foi a primeira denominação atribuída a esse grupo durante esse período de avanço organizacional. O nome surgiu pela falta de uma identificação formal — referiam-se a eles simplesmente como "os caras do posto" ou, por vezes, apenas como "Ricardo", mesmo quando outro membro era reconhecido. Aos poucos, Ricardo (Robin) tornava-se sinônimo do próprio grupo. “Ali que começa os bagulho. Acho que é quando eles começam a se reunir no posto que depois falam esse lance milícia. Lá era tipo um escritório deles. Todo mundo ia lá. Meu irmão chegou até ir lá pegar dinheiro emprestado. Era na loja de convivência” (Valdecir – Entrevistado, 2023).

O posto ao qual o grupo faz referência era de gasolina da Texaco, localizado em Cosmos, em frente à estação de trem. Periodicamente, o grupo de Ricardo reunia-se ali, confiante na impunidade, o grupo armado transformou o local não apenas em ponto de encontro, mas também no centro de administração de seus negócios e da expansão da organização. Esse cenário, como já mencionado, reflete uma transformação nas relações de poder no território. Ou seja, consolida-se uma evolução na dinâmica territorial e criminosa de Cosmos, cujos desdobramentos impactariam a Zona Oeste. Se antes o modus operandi dependia quase exclusivamente de lideranças locais armadas, agora a

atuação passava a ser comandada por um grupo organizado[155]. A complexidade desse grupo em particular crescia exponencialmente devido ao envolvimento ativo de agentes públicos da segurança, como policiais, realizando acordos com políticos. No entanto, em seus primórdios, a operação se limitava às ações de Ademar - e assim permaneceu por algum tempo. Seu escopo era modesto comparado ao que a organização viria a alcançar. Batman (Ademar) restringia-se a fornecer segurança local contra roubos, tráfico de drogas e a garantir a ordem em bailes e festas, recebendo em troca contribuições voluntárias dos comerciantes. Essa dinâmica, porém, sofreria uma radical transformação com a consolidação do grupo - mudança impulsionada principalmente pela aproximação com Jerominho e pela incorporação de Ricardo (Robin) à operação, que trouxeram novas ambições e métodos ao esquema (Quadro 2).

Quadro 2 - Mudanças de Negócios na Passagem de Ademar para o Grupo Armado.

Ademar	Segurança do bairro	Segurança de bailes funk no Cosmos Atlético Clube.	Combate ao tráfico e uso de drogas em Cosmos
Ademar e Ricardo	Segurança do bairro	Segurança de Festas de rua;.	Roubo de cargas fora do território e do bairro e combate ao tráfico e uso de drogas. Depósito de Gás
Os Caras do Posto	Segurança do bairro	Realização de festas e bingos para fins de arrecadação	Agiotagem e Linhas de Vans.

Fonte: Elaborada pelo autor.

A mudança beneficiou tanto o grupo armado quanto Jerominho. De fato, após sua eleição, ele consolidou a convicção de que seu método para angariar votos era eficaz – estratégia que consistia, essencialmente, em concentrar sua campanha em territórios sob domínio de lideranças criminosas. Diante do resultado favorável, ele planejou uma ofensiva para ampliar seu projeto político e de poder transitando entre o legal (legislativo) e o ilegal (territórios controlados pelo crime). Este fato também demonstra que as tentativas de impedir a eleição de Jerominho foram desastrosas. A prisão do Baby com o seu número de campanha adesivado no carro do traficante e a sua

[155] Importante dizer que a figura da liderança armada local não será totalmente perdida. No entanto o interesse do grupo armado é maior do que o individual, até para que não houvesse conflitos internos.

aproximação com Aldemar enfatizando o fato dele ter sido condenado e preso por tráfico, não funcionaram, e Jerominho foi eleito em 2000.

Uma outra mudança significativa nesse contexto e período refere-se a transição da associação de atividades (seja ela considerada criminosa ou mal necessário) convergir a uma única figura, de um único ator para grupo armado. Na verdade, não significa o desaparecimento completo deste tipo associação, mas sim uma combinação entre a figura da liderança e a do próprio grupo. Ou mesmo quem possuía uma maior evidência, seja ela oriunda de uma liderança local armada, como foi Ademar, ou como o caso de Ricardo e posteriormente a de Toni Ângelo, entre outros. No território, por um tempo, tudo era associado às figuras de Batman e Robin, conforme as mudanças foram amadurecendo, e cada vez mais Ademar saindo de cena, Ricardo quem assumiria a alcunha de Batman. Jerominho e seu grupo, aos poucos, foram sendo responsabilizados pelas atividades. Para a imprensa no geral só havia Ricardo, Jerominho e Natalino.

A saída de cena de Aldemar, o primeiro Batman, foi um mistério[156] em que nenhum dos entrevistados souberam responder de forma conclusiva, mas lançaram hipóteses. A primeira diz sobre algo que é muito comum em grupos cujas atividades envolvem poder e dinheiro. Ademar teria sido assassinado em 2005 a mando do próprio grupo como "queima de arquivo", já que, quando a mídia queria atacar Jerominho para desqualificar sua imagem recorria a Aldemar como alguém que tinha sido preso por tráfico e tinha proximidades com o político, portanto, tanto Jerominho quanto o grupo temiam que Ademar pudesse fornecer informações que, no futuro, prejudicasse ambos. O mês da morte de Ademar foi em janeiro de 2005, mês em que os candidatos eleitos ou reeleitos em 2004 tomam posse. Jerominho havia sido reeleito para seu segundo mandato para vereador da cidade do Rio de Janeiro para mais quatro anos de mandato com 33.373 votos, ocupando a posição de 11ª dos mais votados no município. A segunda hipótese diz ainda mais sobre as mudanças do período e como fato simbólico de encerramento da forma deste tipo de controle territorial. Ademar teria sido assassinado por naquele momento divergir das ambições expansionistas do grupo armado. Ele ainda tinha a perspectiva em se manter uma liderança armada local com

[156] Pesquisei em acervos dos principais jornais do Rio, mas não encontrei nenhuma reportagem sobre a morte de Aldemar. Os entrevistados quem mais ajudou nessa parte da pesquisa. Um deles, Valdecir, disse com muita convicção que lembra de a morte do Batman ter sido noticiado na época e lembra até do título da matéria: "Cabo eleitoral de Jerominho é morto por membros da milícia". Mesmo com esta informação não consegui encontrar nenhuma reportagem antiga sobre a morte do Batman. Desde então é que Ricardo Texeira assume como o novo Batman.

controle territorial, além, é claro, de manter uma relação "carismática" com os moradores, pois era nascido e criado no bairro. Enquanto o grupo almejava expandir os mercados ilegais conquistando novos territórios, ao mesmo tempo, que para Jerominho representava mais eleitores para suas pretensões políticas.

A morte do primeiro Batman marca o fim de um modelo específico da relação entre evolução urbana, violência e território, abrindo espaço para uma nova dinâmica que, embora já em movimento, não apaga completamente os traços da anterior – uma espécie de acumulação social e territorial da violência. Nesse novo ciclo, dois projetos se complementam: 1) a construção de uma ampla base eleitoral para Jerônimo e seus aliados; e 2) a expansão do controle territorial, representado, simbolicamente, pelos Caras do Posto (liderados por Batman Ricardo), cujo objetivo é a conquista de novos mercados ilícitos.

4.3 – A Expansão Territorial: de Cosmos para a formação de um Complexo miliciano na Zona Oeste (2005 – 2010).

O termo "complexo" tem sido amplamente utilizado pelos grupos armados no Rio de Janeiro, conforme anunciei na introdução desta tese, embora ainda tenha recebido pouca atenção sistemática da imprensa e da academia. Para esses grupos e para a dinâmica criminal como um todo, constituir um *complexo* sob a direção de uma facção específica expressa a capacidade de controle territorial que cada grupo armado exerce sobre determinada porção geográfica da cidade. Nesse sentido, o uso do termo aproxima-se das discussões clássicas e contemporâneas da Geografia, sobretudo da noção de região. A formação de complexos revela, portanto, um processo de regionalização: um recorte da totalidade espacial que agrupa áreas consideradas semelhantes entre si e distintas de outras delimitações. Como observa Gomes (1995), a ideia de região é frequentemente empregada para identificar a localização e a extensão de um fenômeno no espaço e, nesse caso, o conceito de complexo segue a mesma lógica. A região é a materialização territorial de um complexo, contudo, seus limites não são fixos, mas funcionais e históricos, por isso ocorrem as mudanças territoriais que venho tratando ao longo desta tese.

Com isso grupos armados definem seu próprio complexo, sua própria região: Complexo do Alemão que é um conjunto de favelas e bairros cuja especificidade é o controle exercido apenas pelo Comando Vermelho. Em outro exemplo, o Complexo de

Israel que também corresponde um conjunto de favelas e bairros sob o controle de um único grupo, neste caso, o Terceiro Comando Puro, porém com um adendo: o aspecto religioso que não apenas o diferencia dos outros grupos rivais, mas também internamente com outros territórios fora deste complexo. Ou seja, o domínio administrativo, a região, o complexo, é visto como uma unidade administrativa (Gomes, 1995)**.** Com isso, o grupo miliciano também construiu seu complexo, sua região dentro da Zona Oeste do Rio de Janeiro. É o que vou examinar na próxima seção.

O projeto dos Caras do Posto e de Jerominho eram mais ousados em termos territoriais do que Ademar pudesse imaginar. A expansão territorial não se limitou apenas a tomada de território de lideranças armadas de outros bairros, mas também na formação de novos, onde nem sequer havia a presença de algum presumido inimigo do grupo armado. Portanto, o discurso inicial usado pelos milicianos como mote comparativo aos traficantes serviria tanto para moradores dominados pelos grupos rivais, quanto para novos moradores de bairros que nunca haviam experienciado o controle armado exercido por um grupo armado. Assim, para os caras do posto, segurança e medo foram utilizadas como principal ferramenta de convencimento (nesse momento convencimento era mobilizado, mas depois será apenas a coerção) para ter o respaldo dos moradores de Cosmos e outros bairros que nas suas ações havia algo de diferente do que até então o Rio de Janeiro havia experimentado. Alves (2020) analisa esse fenômeno na Baixada Fluminense e explica a aproximação entre grupos de extermínio com candidatos a cargos no legislativo, além de integrantes dos grupos armados também se candidatarem. A diferença para o caso de Jerominho e o grupo armado iniciado por Ademar se explica pelas trocas ilícitas de mercadorias políticas, pois, Jerominho cedia armas e respaldo político, além de exercer outras atividades econômicas e evitar o máximo possível a prática do extermínio. Ademar abria o território para Jerominho para suas pretensões eleitorais, função que posteriormente seria exercida sob a liderança de Ricardo Batman.

Em uma entrevista concedida ao canal no youtube do Uol[157] em fevereiro de 2020, Jerominho comenta rapidamente sobre como foi a época das atividades que exercia juntamente com o Ricardo e como, também, avança a partir da figura de liderança armada de Campo Grande para grupo armado com participação policial:

[157] Entrevista com Jerominho, ex-policial, ex-vereador e acusado de fundar uma milícia. YouTube. Uol Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=iC7ftpyZrOk. Visitado em: 04/05/2021.

> "O tráfico fazendo festa na sua casa. Aí tem tuas filhas já mocinhas, novinha. E ai o traficante começa a olhar: ô gostosa essa garota hein! Dá uma repasse nela...Você como chefe de família tá desesperado. Ai daqui a pouco um polícia que mora ali na esquina diz: poxa, esses caras vão acabar querendo fazer festa na minha casa também. Pô covardia fazer isso com meu vizinho ali. Aí os caras foram se reunindo, não aguentaram a pressão! Os polícia tem umas armas, os outro ali também tem, daqui a pouco tá todo mundo armado. Daí começa a querer a expulsar os traficantes. E tem um embate! Tem morte, os traficantes acabam tudo fugindo. E eles veem que desta forma consegue a sua sobrevivência. Família não vai ser mais esculachada, comerciante não vai ser mais esculachado...você reúne um grupo e pronto! Conseguiu se criar uma milícia.

O comentário começa recorrendo a um pânico moral aplicando a fórmula que justificaria o controle social e territorial. O medo de "traficante fazer festa na tua casa e assediar sua filha" é uma perspectiva imaginária, mas que deu certo por anos e serviu como uma espécie de entrada do grupo armado em bairros e favelas da Zona Oeste. Outra parte chave da entrevista é quando Jerominho fala sobre a entrada de policiais armados (aparentemente de folga) e outros civis armados para formar o grupo. Neste período, com a repercussão positiva da atuação de Batman em Cosmos e mais o sucesso eleitoral de Jerominho, em que os discursos se concentravam no aspecto da segurança pública, muitos policiais se voluntariaram para "ajudar" o grupo armado na expansão do modelo de controle territorial inaugurado, ou a partir do ponto de vista deles, oferecer segurança contra o tráfico ou mesmo um "trabalho social". Este suposto tráfico fazendo festa ou traficante circulando reforça tanto estigmas raciais e da sujeição criminal, apontando para os mesmos perfis de sempre.

Outro ponto interessante surge no início da entrevista, quando Jerominho revela que moradores de Campo Grande, especialmente os que vivem próximos à sua casa, sabendo de sua influência como liderança armada, recorrem a ele para resolver conflitos familiares, brigas e até casos de assalto: "Moradores quem tem sua casa assaltada, elas não vão a delegacia não, elas vêm correndo pra minha casa pra eu defendê-las. Briga de marido e mulher em vez de resolver na delegacia ou dentro de casa mesmo vem aqui pra minha casa." Essa dinâmica era comum em bairros da Zona Oeste sob controle de lideranças armadas, que frequentemente usavam o medo e a violência para impor "soluções", como no caso de Pedrinho Maluco, analisado no primeiro capítulo.

Um interlocutor relatou que, quando o grupo conhecido como os caras do posto assumiu o controle de Cosmos, estabelecendo sua base em um posto de gasolina, muitos moradores recorriam a eles para mediar conflitos. Contudo, o relato apresenta uma

nuance importante: diferentemente do modelo usual em que a população procurava o grupo, aqui eram os próprios integrantes que convocavam os moradores envolvidos em alguma dinâmica da qual julgavam moralmente negativa. Demonstrando, portanto, um conhecimento prévio dos conflitos e um ativo monitoramento do território.

> "Fui chamado lá uma vez...lá no posto. Um amigo veio me falar que um dos caras de lá pediu para transmitir o recado. Quando cheguei lá me questionaram se eu ainda me envolvia com briga de baile. Ainda tinha quando eles começaram. Disse que não, mas mesmo assim eles avisaram para não ter mais isso em festas ou em bailes." (Entrevistado – Ronaldo, 2025).

Ronaldo foi um importante e interessante interlocutor por conta de ser um morador antigo para os dias atuais e ter observado o processo de perto, atento ao que acontecia, ele aponta para as mudanças que aconteceram no bairro por conta da empreitada do grupo armado. Em certos momentos da entrevista notei uma admiração e concordância com as ações do grupo armado Ao narrar este acontecimento com ele, em tom comparativo com o que ocorre hoje, ele disse que neste período havia mais conversa e menos violência individual.

> "Os caras davam ideia. Qualquer um que fizesse algo...ah, pixava, se envolvia com torcida organizada, eles não chegavam batendo ou botando dedo na cara, os cara dava ideia. Eles só pegavam que era muito queimado" (Ronaldo – Entrevistado, 2024).

Aproveitando esta exposição comparativa, perguntei como os moradores enxergavam a atuação deste grupo armado (evidentemente que para não causar problemas não usei o termo grupo armado), e ele respondeu que: "90% do bairro (Cosmos) gostavam dos caras. Mais de 20 anos sem ter roubo aqui...tinha boca ao redor todo, Gouveia, Vilar Carioca, Barbante e não tinha roubo aqui." Ronaldo também revela que o combate ao uso de drogas no bairro não era de forma violenta com quem era reconhecido como morador.

> "Sempre que eles pegavam um grupinho fumando ou que eles sabiam que estavam com maconha, mandavam pra linha do trem. 'Vai pra linha do trem'. Até pichador quando queria se reunir eles mandavam. Daí não podia desobedecer, né? Teve dois menor que desobedeceram e foram fumar na rua na frente de geral. Hã, eles pegaram, deram um pau e levaram pra linha do trem, botaram deitado pro trem passar por cima; Isso dava pra ver da escada da estação de Cosmos; Mas eles não mataram, era só pra eles ficarem ligado que o ritmo era outro." (Entrevistado – Ronaldo, 2024)

Na mesma entrevista citada acima, Jerominho refere-se ao movimento em que policiais se unem para expulsar o tráfico como "milícia". Essa menção revela como o

personagem, considerado fundador de um dos maiores grupos armados do Rio de Janeiro, incorpora o termo que, duas décadas depois, tornou-se sinônimo de grupos policiais que atuam na ilegalidade, com defesa territorial. Contudo, quando Jerominho diz que esse movimento de formação de uma milícia a partir de união individual de policiais, aparentemente, entoa como algo positivo. Tal fato não era impossível de se pensar, até porque, a opinião pública no geral não era contra ou via algum mal na atuação do grupo armado. Isto só iria mudar após a CPI das milícias.

A perspectiva geral positiva sobre a "milícia" que envolvia policiais e civis controlando o território e supostamente expulsando o tráfico foi construída não apenas pelo aspecto de um "novo modelo de segurança pública", mas como era executada este modelo. No caso de Jerominho, além de se alinhar a policiais aproveitando da fama de policial honesto (irmãos coragem), o ex-policial também investia em trabalho social[158]. Jerominho fazia questão que cada território conquistado pelo grupo armado em conluio com sua perspectiva política, inaugurasse um centro social que levava seu nome: "Centro Social Jerominho" (Fotos 2 e 3).

[158] Para o senso comum "trabalho social" significa realizar atividades nas favelas e periferias tendo como público-alvo crianças. Daí distribuir brinquedos nos Dia das Crianças; chocolate na Páscoa e até promover uma festa de natal.

Foto 2 - Centro Social Jerominho Localizado na Rua Guandu Sapé, em Campo Grande.



Fonte: Facebook e Google Maps.

Foto 3 - Centro Social Jerominho, Localizado na Rua Guarujá, em Cosmos.



Fonte: Facebook.

Ao todo, Jerominho construiu cinco centros sociais em diferentes locais da Zona Oeste, porém consegui o registro de apenas dois em seu perfil no Facebook e utilizando a ferramenta Google Maps. Vale destacar que o centro social de Cosmos ficava a menos de um quilômetro do posto onde o grupo armado se reunia (imagem de satélite 1), enquanto o de Campo Grande estava localizado muito próximo de sua residência. No centro social de Jerominho, eram oferecidos diversos serviços, como atendimento médico (clínico geral e especializado), fisioterapia, odontologia, assistência social, consultoria jurídica, cursos preparatórios para concursos e profissionalizantes, entre outros. De fato, o centro cumpria um papel importante ao fornecer serviços que no geral eram precários ou inexistentes para a população mais carente da Zona Oeste, o que ampliava sua base social e prestígio político. Os centros sociais de Jerominho não representam uma novidade em termos de técnica de controle territorial, comparado com Pedrinho Maluco, por exemplo, oferecer um certo de assistência ao território é uma característica muito presente nessas lideranças locais. Conforme descrevi no capítulo um, Pedro ajudava os moradores, promovia festas (bailes), etc. Era recorrente a realização de festas no Dia das Crianças, bem como a distribuição de brinquedos. O que Jerominho faz é dar um salto qualitativo nesse padrão, oferecendo todo tipo de serviço centralizado espacialmente. Avançando naquilo que era tradicional nesses territórios, pois, além de realizar comícios, também oferece tratamento odontológico gratuíto.

Além disso, como o nome de Jerominho estava associado à milícia e ele realizava esse tipo de trabalho social, a opinião pública e o senso comum reforçaram a enxergar a milícia como uma novidade positiva, por um lado eram um grupo de policiais que finalmente faziam um trabalho honesto, por outro imperava, finalmente uma sensação de segurança. Afinal, ela não apenas resolvia questões de segurança (reais ou imaginárias), mas também supria carências em saúde e outros serviços negligenciados pelo Estado. Por algum tempo, esta era a principal justificativa para a existência dos grupos armados milicianos: “entrar nos locais onde o Estado é ausente”. Posteriormente, conforme a opinião ia mudando paulatinamente aparece a antítese desta afirmação sobre o grupo armado miliciano em que não representava “o poder paralelo, mas o próprio Estado”[159].

[159] ALVES, Jose Claudio. “No Rio de Janeiro a milícia não é um poder paralelo. É o Estado”. Entrevista Concedida para o site de notícia Agência Pública. Disponível em:

O bairro de Cosmos estava na ordem do dia, até mesmo para as pessoas dos bairros vizinhos, a fama sobre um grupo armado liderado pelo Batman se espalhou rapidamente. Contudo, outros bairros e favelas eram dominados por outro grupo armado ou alguma liderança armada. No imaginário dos moradores passava a reflexão se esse modelo de Cosmos chegaria à sua proximidade. Algo que era questão de tempo, bastava elaborar melhor as estratégias militares de tomada de território.

Enquanto isso, Jerominho cada vez mais aparecia no bairro de Cosmos em shows e festas locais (showmício fora do período eleitoral), às vezes sozinho, mas com consentimento do Batman ou junto do mesmo. Jerominho aproveitou o cargo de político para pressionar a prefeitura e receber o mérito pelas obras públicas que o bairro de Cosmos iria receber. Por exemplo, locais como Caminho do Céu e Loteamento receberam saneamento e asfaltamento em todas as ruas. Praças foram construídas ou reformadas e os méritos dessas obras recaiam sempre na figura de Jerominho e, portanto, na figura de Ricardo Batman e seu grupo armado. Essas ações foram fundamentais para ampliar o apoio comunitário e consolidar a imagem de uma gestão territorial bem-sucedida. Para os moradores do bairro que entrevistei, representavam mais do que um simples "mal necessário", eram a expressão de um pragmatismo eficaz, que unia obras estruturais à promoção da segurança pública junto a uma sensação de segurança, tornando-se um modelo exemplar.

Essa mesma percepção positiva iria se repetir no bairro do Gouveia e em outros bairros onde a "fórmula" aplicada com êxito em Cosmos foi implementada. Estes outros bairros dos quais tornou-se território do grupo armado de Batman e Jeromimho pertenciam a alguma facção (Comando Vermelho possuía mais territórios) ou a alguma liderança local armada, sendo policial ou um civil com prestígio local. Para tomar o território da facção, o meio era a guerra com mortes e a transferência tímida de ex-traficante para o grupo miliciano. Já o território da liderança armada se dava pela negociação desvantajosa para a liderança ou a morte, como por exemplo, aconteceu com o policial Wiliam Melo. A condição era se somar de alguma forma ao grupo, mas sem perder a liderança do local. Em termos políticos somente Jerominho podia fazer campanha política no território em termos de mercado ilegal, a extorsão de comerciantes para o grupo armado do Batman estava liberada em troca de segurança

---

https://apublica.org/2019/01/no-rio-de-janeiro-a-milicia-nao-e-um-poder-paralelo-e-o-estado/. Visitado em: 01/06/2023.

(mais segurança, neste caso). Além de inaugurar uma linha de van explorada exclusivamente pelo grupo armado do Ricardo Batman. O único território que o grupo armado do Batman e Jerominho não conseguiram conquistar foi o da região do Rio da Prata, pois este era controlado pela maior desavença inicialmente de Jerominho e depois do Batman. Trata-se do policial Chico Bala.[160]

Estabelecido esse modelo geral de gestão inicial do território, contando com um forte apoio comunitário, os Caras do Posto perceberam que estavam se expondo ao fazer seus encontros e reuniões quase todos os dias no posto de gasolina Texaco. Pois, além de estarem vulneráveis a possíveis inimigos, o posto de gasolina não era o local de demonstração adequada de seriedade no trabalho de segurança e agiotagem. Esta última atividade envolvia grandes quantidades de dinheiro, portanto, era necessário mudar de localidade para um local mais reservado. E para não confundir o morador acerca de uma referência espacial, muito menos especular que outros haviam tomado o lugar do mesmo grupo, os caras do posto se mudam para uma sala a poucos metros dali. Duas ruas de diferença para ser mais preciso, e ainda continuava próximo do centro social de Jerominho (Imagem de satélite 1).

[160] Vou examinar o território de Chico Bala e sua relação conflituosa com o grupo do Batman e Jerominho mais a frente em uma seção específica.

Imagem de Satélite 1 - Na Imagem estão os Locais Destacados com Círculos que Indicam a Localização e a Distância entre o Centro Social do Jerominho (Círculo Vermelho); O Posto de Gasolina Texaco (Círculo Azul); E a Sala da Nova Gestão, Encontros e Reuniões (Círculo Preto).



Fonte: Google Maps (sem escala).

Vale destacar a estratégia adotada por Ricardo Batman e seu grupo, que articula dimensões militar, geográfica e simbólica na gestão territorial. A proximidade entre os pontos de referência espaciais, visíveis na imagem acima, cumpria funções estratégicas: do ponto de vista militar, garantia resposta rápida caso um dos locais fosse atacado por grupos rivais, além de reforçar a proteção do Centro Social do Jerominho; no plano simbólico, reforçava a ideia de uma gestão compartilhada, transmitindo aos moradores a união do grupo tanto nas atividades econômicas quanto na segurança e políticas públicas do território.

Com isso, o plano e Jerominho era expandir sua imagem atrelada ao "sucesso" de Cosmos e Campo Grande[161] (Jerominho e Batman) para outros bairros. Jerominho com suas pretensões eleitorais e Ricardo Batmam em conquistar novos mercados. Para ser mais específico os mercados que Ricardo Batman pretendia aglutinar para o seu controle era segurança eram as linhas de Kombis que depois tornam-se de vans apenas. Para cada território conquistado, principalmente em direção a Santa Cruz, uma nova forma de gestão das linhas de transporte de kombis e vans era implementada sem discussão. Uma nova lei foi outorgada e o responsável por ela era Ricardo Batman. A

[161] Durante a entrevista Ronaldo comentou que Jerominho tinhas planos para ser candidato a Governador do Rio em uma ocasião muito próxima.

tomada das linhas de vans de outras lideranças armadas locais e até de outros policiais sem envolvimento com grupo armado foi o mote principal para a formação do complexo miliciano, sendo Ricardo Batman a maior liderança simbólica, junto com Jerominho. Portanto, aos poucos, a Zona Oeste, espacialmente tornaria significado de grupo armado miliciano, que no futuro seria nomeado pela imprensa como "Liga da Justiça".

Ricardo Batman junto com os Caras do Posto e policiais que orbitavam a figura de Jerominho, entre eles Chico Bala, partem para uma ofensiva objetivando conquistar territórios controlados pelo grupo armado do varejo. A tomada destes territórios não seria tão simples como foi o caso entre Ademar e Décio, pois envolvia um grupo mais forte e com maior capacidade bélica diante dos conflitos para tomada e proteção do território. As favelas do Barbante, Vilar Carioca e Três Pontes foram conquistas ainda no período em que Ricardo Batman ainda ficava a frente da expansão do grupo[162]. Contudo, o processo não seria tão simples, pois o TCP também estava com um projeto expansionista em curso. Conforme mencionei no primeiro capítulo havia conquistado o Vilar Carioca do Comando Vermelho. Pouco tempo depois direciona sua expansão para a favela do Barbante, conquistando com a ajuda da polícia que na ocasião de tomada, alugou o caveirão[163] para que os integrantes do TCP tomassem o território. O ano era 2003, enquanto acontecia um baile na favela.

A conquista do TCP não duraria muito tempo por conta de um outro projeto expansionista, o de Ricardo Batman. Em 2006 Ricardo Batman e seu grupo conquistam a favela do Barbante, para em seguida, em 2007 e 2008, conquistar a favela do Vilar Carioca, formando o complexo territorial miliciano na Zona Oeste do Rio. De Campo Grande a Santa Cruz o controle e domínio da região pertencia ao grupo armado miliciano, restavam apenas a favela Três Pontes, que pertencia ao TCP e a favela do Antares, pertencente ao Comando Vermelho[164]. Nesse sentido, a favela do Antares antes de ser conquistada de fato precisou sofrer sucessivas tentativas, por outro lado, a favela do Três Pontes foi tomada sem conflito e tiroteio.

> Pô esses lugares, Gouveia, Bicão e Três Pontes os caras tomaram sem resistência porque eram lugares fracos (poucas armas). Pra comprar

[162] A disputa entre os grupos armados para conquistar esses territórios exigiria um maior aprofundamento por conta das tramas envolvidas. Consegui coletar muita informação para adentrar separadamente em uma seção. Contudo, avaliando bem, deixarei para uma outra ocasião.
[163] Apelido do carro blindado da Polícia Militar.
[164] Ambas seriam conquistadas pelos milicianos no futuro. Ver nota 21 deste trabalho.

> maconha no bicão, tu botava 50 reais e a boca não tinha troco. Isso tudo foi em 2006, os caras fizeram que nem uma avalanche. Os cara veio como? Tomando esse negócio de Van e tomando esses lugares. Pô o cara chegou pra mim e falou: 'tu sabe que acabou a parada lá trás, né (boca). Tô avisando acabou o negócio lá'. Os caras tomaram sem dar um tiro. Bicão então os caras dali nem ficaram sabendo, vieram falar comigo: 'Pô, Valdecir tem uns cara de radinho estranhão. Pô, coé...tomaram sem dar um tiro'. (Entrevistado - Valdecir, 2024).

Ricardo Batman foi o principal responsável por toda essa expansão para a formação do complexo miliciano na Zona Oeste assim como havia os complexos do Terceiro Comando Puro e Comando Vermelho na Zona Norte. Ambos os grupos estavam em ascensão na Zona Oeste quando o grupo miliciano atravessou seus interesses e formaram o complexo antes mesmo que o pudessem concretizar. Nos territórios em que Valdecir menciona que foi tomado sem "dar nenhum tiro" ele explica que muitos traficantes trocaram de grupo e foram para o grupo miliciano. Na gramática dos grupos armados a tomada do território considerando esta estratégia é chamada de golpe.

Como as linhas de kombis e vans foram a principal razão para a expansão do grupo armado que atuava em Cosmos para outros bairros e favelas, é interessante explorar como surgiu e como tomou as dimensões que tomou ao longo da década de 2010. É o que farei na próxima seção.

4.4 – Transportes por Vans: de informalidade a uma mercadoria ilícita e lucrativa para os grupos milicianos[165].

É impossível percorrer o Rio de Janeiro sem notar a presença marcante das vans circulando pelas ruas, avenidas ou estacionadas em pontos de parada. Atualmente consolidadas como modalidade de transporte legalizado[166] em itinerários específicos da capital e região metropolitana, essas vans carregam uma história complexa. Sua trajetória foi marcada por conflitos violentos, com grupos milicianos e lideranças armadas disputando o controle desse lucrativo mercado de transporte. Paradoxalmente, representavam também uma alternativa crucial para trabalhadores desempregados que

[165] Atualmente os mercados ilegais controlados pelos grupos milicianos é bem mais amplo. Portanto, a escolha em seguir a trajetória das Vans, que passa de ocupação informal para mercado ilegal, me pareceu fundamental por conta de ouvir entre os entrevistados como sendo a mercadoria mais lucrativa e motivadora de ampliação para novos mercados e, por conseguinte, novos territórios.

[166] A primeira regulamentação do uso de vans e kombis no município do Rio de Janeiro data de junho de 1996, quando foi autorizado o seu uso no transporte escolar, de deficientes, de turistas e de pessoas para espetáculos artísticos. Em março de 1997, estabelece-se um marco de negociação, no âmbito estadual, que
permite a circulação, realizada neste tipo de veículos, com algum grau de legalidade (Mamani, 2004).

viam nesse serviço uma oportunidade imediata de subsistência[167]. Enquanto isso, o poder público, prefeitura e governo estadual, aliado às empresas de ônibus, buscava erradicar essa modalidade de transporte informal, apesar da evidente ineficiência do serviço convencional. Assim, o transporte que hoje é vital para favelas e periferias tornou-se palco de um triplo conflito: a luta por sobrevivência dos trabalhadores informais, a ganância dos grupos armados milicianos pelo controle do negócio e para fins de expansão territorial, e os interesses políticos e empresariais que privilegiavam um sistema de transporte público ineficiente.

No decorrer desta seção tentarei explorar o surgimento das linhas de transportes por Vans passando por Topics, Towers e Kombis, até se tornarem objeto de expansão e exploração territorial do grupo miliciano liderado por Ricardo Batman, que partia de Cosmos para outros bairros da Zona Oeste. Como que Batman e seu grupo atingiram quase a totalidade do controle da circulação de Vans na Zona Oeste do Rio de Janeiro.

No dia 19 maio de 1996 o jornal O Globo publica uma matéria sobre a ilegalidade das Vans em Niterói. A matéria destaca que a legalização das Vans só ocorreria em 1997. Durante o texto da matéria é explicado que Vans do tipo furglaine estão realizando o transporte de passageiros e escolar sem identificação. Ao todo seriam 800 carros circulando pela cidade[168]. Esta é uma das primeiras reportagens (senão a primeira) a documentar o surgimento das Vans oferecendo o serviço público de transporte de passageiros espontaneamente. Em seguida, outras reportagens são registradas alertando para o problema do crescimento das Vans oferecendo o serviço e disputando passageiros com as empresas de ônibus. Ao longo das matérias de jornais que pude analisar, de 1996 a 2008, pouca ou quase nenhuma das reportagens traziam alguma menção positiva e nenhuma delas tentou explicar o porquê a cidade do Rio de Janeiro assistia o crescimento de motoristas de vans oferecendo transporte privado.

Esse período coincidiu com a intensa onda de privatizações de empresas estatais no Brasil realizada pelo Governo de Fernando Henrique (1994-2002), que resultou na dolorosa extinção de milhares de postos de trabalho e na perda da estabilidade empregatícia por parte dos trabalhadores. Diante desse cenário de desemprego

---

167

168 MELLO, Marcelo. Uma Ilegalidade com Prazo Determinado. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 19 de Maio de 1996. Disponível em: https://oglobo.globo.com/acervo/resultado/. Visitado em: 10/03/2022.

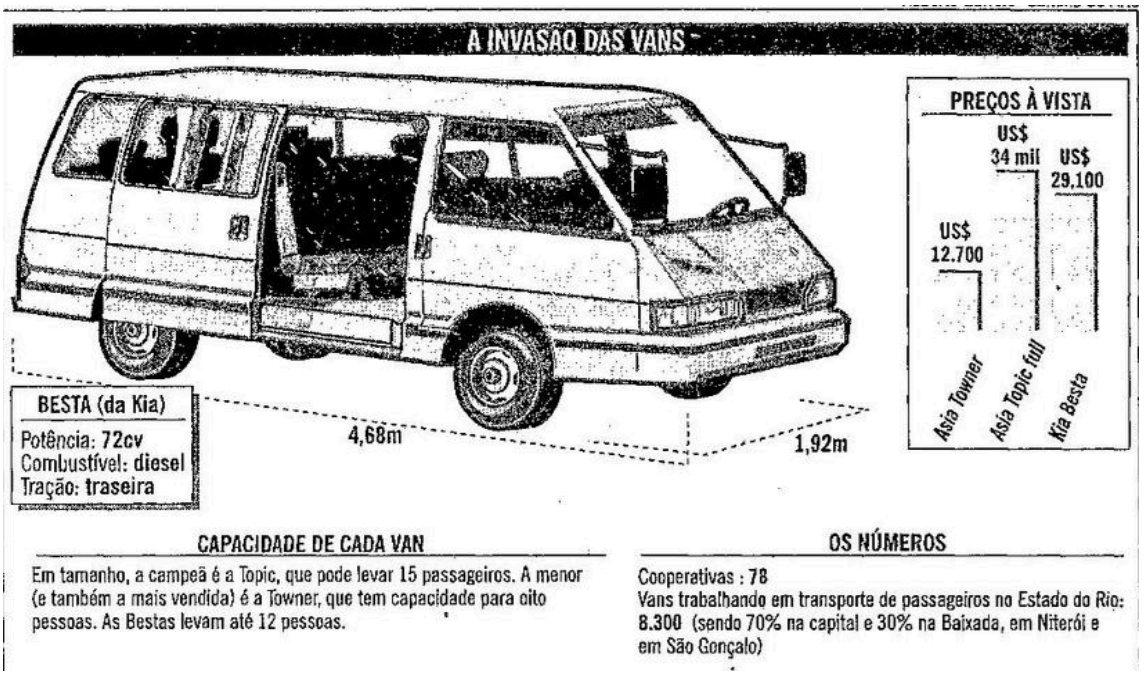
estrutural, muitos profissionais viram-se obrigados a migrar para a economia informal[169] como única alternativa para garantir sua subsistência e de suas famílias. Nesse contexto, o transporte por vans emergiu como uma opção crucial, embora restrita a apenas aqueles que já possuíam um veículo próprio, cujo valor, à época, representava uma barreira significativa. No início, poucos conseguiam ingressar nessa atividade. Algo que vai mudando até o início dos anos 2000. Conforme explica Mamani (2004) as transformações no mercado de trabalho, a partir de reformas na administração pública e a reestruturação produtiva, foi criado no governo Collor de Mello e também aplicado por FHC, os denominados Planos de Demissão voluntária – PDV's, que foram determinantes para o impulso da informalidade e o crescimento do mercados das vans: "As vans surgiram também numa brecha deixada pelo governo, que incentivou a demissão voluntária, estimulou milhares de trabalhadores a largarem seus empregos (Mamani, 2004, p.8). Quanto a isso, Milton Santos (2008) vai chamar de funcionamento dos circuitos superiores e inferiores da economia a partir de um processo de modernização. O discurso do período era que as privatizações seguiam o modelo global da economia de mercado, isto é, uma espécie de modernização em países da periferia do capitalismo (Terceiro Mundo). Com isso, são formados circuitos superiores e inferiores da economia. Sendo o superior àquele com contatos e utilização do que há de mais avançado tecnologicamente, enquanto o inferior tendo que se virar em uma economia subqualificada, com subemprego e precariedade. Ambas, porém possuem uma combinação necessária para o seu funcionamento. "No último circuito (o inferior), vai dizer Santos (2008), o da classe marginal (marginalizada) procura sobreviver graças aos empregos não-qualificados, serviços domésticos, pequenos ofícios, assistência social" etc (Santos, 2008, p. 39).

Circulavam na cidade nesse período três tipos de vans: Topic Full, Tower e Besta. A Topic e a Tower eram da fabricante Asia Motors, enquanto a Besta pertencia a Kia Motors. Em termos de capacidade a Topic era que possuía transportar mais passageiros, 15 no total. A Besta, 12 e Tower 8. O valor de cada uma era bem elevado para o período. A Topic custava 34 mil reais; A Tower 12, 700 mil reais e a Besta 29

[169] A volta à tona da informalidade, a partir de meados da década de 80, difere do antigo debate dividido em dois aspectos principais: a informalidade não seria mais, apenas, um problema típico do Terceiro Mundo, e as mudanças na estrutura produtiva, surgidas como conseqüência da crise de 70, adoção de novas
tecnologias, terceirização, flexibilização, além da retração do Estado de Bem-estar Social, desregulamentando o mercado de trabalho, alçaram o trabalho informal como alternativa válida para a geração de renda (Mamani, 2004.p. 10).

mil reais. Mesmo com os preços dificultando o acesso, o que se viu no período era uma quantidade de trabalhadores que não possuíam habilitação para transporte de passeio e muito menos carteira de motorista. Consequentemente, acidentes com vans são comuns, contribuindo ainda mais para que a pressão para sua proibição aumentasse e fosse mais rigorosa. É interessante destacar que os itinerários neste período eram os mais imprevisíveis possíveis, em alguns casos seguiam o trajeto dos ônibus, em outras nasciam do zero. Na Zona Oeste, havia uma linha que ia de Santa Cruz ao Castelo (centro do Rio) durante o dia. As estimativas publicadas na imprensa, era que haviam ao todo no Rio de Janeiro e Região Metropolitana 8.500 vans realizando o transporte de passageiros.

Figura 11 - Tipos de Vans, Capacidade de Passageiros e Preço.



Fonte: Jornal o Globo, 31 de Julho de 1997. Acessado em 14/05/2023.

Em pouco tempo, as vans de lotada[170] (como eram conhecidas inicialmente) tomaram conta da cidade, impulsionadas pelo desemprego galopante decorrente da política econômica de FHC. Esse fenômeno representava, na verdade, uma nova fase do neoliberalismo à brasileira. Logo, a imprensa passou a publicar matérias destacando os supostos perigos desse transporte, além de seu impacto no trânsito e na circulação dos ônibus, evidenciando assim, a sintonia dos veículos de comunicação com os interesses das empresas do setor. Com a proliferação das vans, que paravam em pontos aleatórios e disputavam passageiros com os ônibus, cresceu o descontentamento dos empresários, que pressionaram o poder público por medidas regulatórias. Em resposta, a prefeitura do Rio de Janeiro, em especial, intensificou as blitzes para coibir a circulação desses veículos, tarefa sob responsabilidade da Superintendência Municipal de Transportes Urbanos (SMTU), órgão encarregado da fiscalização do transporte irregular. Seguindo esta estratégia, empresários, poder público e meios comunicação se esforçaram para empurrar os trabalhadores de vans de lotada para ilegalidade e marginalidade, embora tenha ocorrido tentativas de cooptação e legalização, boa parte do funcionamento deste setor de ocupação ficou mesmo na informalidade, ilegalidade e marginalidade. Mamani (2004) explora o fenômeno como sendo uma cruzada contra os transportes informais, e é encarada como uma luta contra a desregulação. A legalização e, até mesmo, a tolerância, significaria permitir a livre concorrência sobre um serviço que não se presta ao mesmo tratamento de uma "mercadoria comum".

Nesse contexto, o Judiciário também desempenhou um papel crucial no debate sobre a legalidade das vans. Juízes emitiam liminares que ora proibiam, ora autorizavam a circulação desses veículos como lotação, gerando insatisfação tanto entre os motoristas quanto entre os opositores do serviço. Vale destacar que muitos condutores já estavam organizados em cooperativas, que serviam como representação coletiva dos trabalhadores do setor informal. Algumas dessas associações remontavam ao período em que as vans eram usadas principalmente para transporte escolar, antes de se

[170] Vans de Lotada foi uma das primeiras menções a atividade, porém, outras também foram utilizadas como 'transporte complementar" e "transporte alternativo" e "sistema suplementar de transportes". Estes termos eram utilizados com frequência em contrapartida do chamado "transporte de massa". No final das contas transporte alternativo prevaleceu. Segundo a Agência Nacional de Transportes Públicos O transporte clandestino - feito à margem da regulamentação - tem aumentado muito no Brasil. Ele é realizado geralmente por meio de veículos de pequeno porte - peruas ou vans - que transportam passageiros entre regiões periféricas e terminais de ônibus/trem/metrô, ou diretamente para destinos centrais. O aumento desta forma de transporte e sua aceitação pelo público estão ligados às deficiências do transporte regulamentado, no que tange à oferta espacial e temporal. Existe controvérsia a respeito de como encaminhar o problema, na medida em que este transporte disseminou-se, ocupando fatia importante da demanda (ANTP, 1997. p. 145)

tornarem uma alternativa para mobilidade urbana. E foi através das cooperativas que motoristas de vans organizaram manifestações contra a repressão da prefeitura via SMTU. Era o que esses trabalhadores podiam fazer para conter o avanço das “caças as vans”. Vale destacar, segundo Mamani (2004), a organização em cooperativas, associações ou sindicatos teria, para a ANTP, a finalidade em dar proteção e assistência em caso de multa e apreensão do veículo, bem como lutar pela legalização do serviço. Existiria, também, um jogo de trocas e favores políticos que garantiria o apoio aos trabalhadores do transporte alternativos no legislativo.

O crescimento das vans na cidade tornou-se tão expressivo que passou a incomodar até mesmo os taxistas, que reclamavam não apenas da perda de passageiros, mas também da concorrência por espaço no trânsito. Era inevitável que a população rapidamente aderisse a esse novo meio de transporte em substituição aos táxis. No Rio de Janeiro o fenômeno apenas adquiriu visibilidade (como problema) a partir de 1996, quando se tornou tema de debate na imprensa. No mês de abril do mesmo ano a questão foi posta em evidência a partir de mobilização do Sindicato de Motoristas de Táxi do Rio de Janeiro (Mamani, 2004). Além do preço mais acessível, os usuários perceberam que as vans ofereciam rotas mais convenientes, passando próximas às suas residências. Outro atrativo era o conforto, por se tratar de veículos particulares adaptados, proporcionavam uma sensação de viagem mais agradável em comparação aos transportes tradicionais.

No final da década de 1990, a disputa pelo transporte urbano no Rio de Janeiro havia se consolidado como um complexo jogo de forças. Vans, empresas de ônibus, a SMTU (representando a prefeitura) e a imprensa travavam uma batalha não apenas pelo espaço físico nas ruas, mas pelo controle da narrativa, discutindo se as vans representavam um serviço legítimo ou uma atividade marginal. Nesse cenário, a prefeitura tentou mediar os interesses conflitantes implementando um sistema de cadastramento das vans através da SMTU. No entanto, essa estratégia revelou-se ambígua: ao legalizar apenas uma parcela reduzida dos veículos, transformava automaticamente todas as demais em alvos da fiscalização. O objetivo era claro, reduzir progressivamente o número de vans em circulação. O plano, contudo, fracassou. Paradoxalmente, enquanto a quantidade de vans só aumentava nas ruas cariocas, a imprensa as retratava cada vez mais como atividade marginal, o que, por sua vez, justificava o aumento da repressão municipal contra os motoristas.

O cenário do transporte informal no Rio de Janeiro apresentava distintas modalidades de veículos, cada qual com suas particularidades operacionais. Enquanto as vans do tipo Topic e Besta realizavam trajetos mais extensos, as Tower - menores e mais ágeis - dedicavam-se a percursos curtos. Curiosamente, estas últimas eram frequentemente adaptadas para o comércio ambulante, especialmente na venda de cachorro-quente em praças e pontos estratégicos. A situação, já complexa, tornou-se ainda mais intrincada na virada do século, quando a cidade testemunhou a ascensão de um novo protagonista no transporte informal: as Kombis. Mais acessíveis financeiramente que as vans, esses veículos rapidamente se tornaram a opção preferencial dos trabalhadores impactados pelo desemprego crescente e pela expansão da economia informal durante esse período. Rapidamente as kombis se proliferam pela cidade, preferencialmente, nas periferias da cidade como favelas e bairros na Zona Oeste e Zona Norte. Realizavam trajetos menores, independente se havia ônibus circulando ou não. Muitas inauguram trajetos novos entre bairros, principalmente bairros cuja referência espacial permitia possuir seu próprio centro comercial. Era o novo paradigma de cidades descentralizadas e policêntricas. As cidades, onde tantas necessidades emergentes não podem ter resposta, está desse modo fadada a ser tanto o teatro dos conflitos crescentes como o lugar geográfico e político das soluções (Santos, 2020).

Apesar das diferenças técnicas entre vans e kombis, ambos os veículos eram igualmente estigmatizados pelo poder público e pela imprensa, processo que transformou progressivamente essa atividade de mera informalidade para condição marginal. Para os trabalhadores do setor, tratava-se de suprir uma demanda essencial, ou seja, oferecer transporte em áreas negligenciadas pelo Estado em que o sistema de serviços persistentemente ignorava[171]. Essa dinâmica exemplifica também os vazios deixados pelo Estado em que informalidade e ilegalidade penetram com facilidade, fenômeno onde a população, abandonada pelas políticas públicas, cria soluções próprias para necessidades básicas, desde segurança até mobilidade urbana[172]. Nos anos de 2000, segundo a SMTU, haviam mais de 2.500 kombis circulando só na região de

[171] Trabalhadores informais foram capazes de confrontar todos os recursos jurídicos, políticos e legais e descobrir carências e falhas nos serviços regulares de transporte urbano (Mamani, 2004).

[172] Este transporte atenderia apenas áreas inacessíveis, sem linhas regulares ou com baixa demanda. Mas a partir de 1995-1996 este transporte se expande com vigor inusitado, conformando uma nova geração de serviços informais, que passaram a disputar passageiros com ônibus regulares e táxis, inclusive nos centros urbanos e nos bairros de classe média. Intensificaram-se os antigos “informais” da periferia e das favelas (Mamani, 2004).

Jacarepaguá. Este recorte demonstra um pouco da dimensão crescente do transporte alternativo na cidade do Rio. Entretanto, para o Estado e outros setores sociais, como empresários e imprensa, era mais fácil sujeitar criminalmente do que compreender o motivo para que tantas pessoas ingressarem no ramo do transporte informal, que era o desemprego no país. A abertura econômica ao capital estrangeiro, flexibilização do mercado de trabalho e as privatizações são eixos esclarecedores para compreender o fenômeno da informalidade[173] em ascendência e, portanto, do aumento de pessoas ingressando no transporte informal em vans e kombis. O mercado de trabalho metropolitano entra no século XXI com uma taxa de 51% de informalidade (IPEA, 2002).

No início dos anos 2000 a capital do Rio de Janeiro e a Região Metropolitana foi tomada pelas kombis. Primeiro a do tipo duas portas, em que correspondia também a pessoas que já possuíam o veículo para outras finalidades, mas que diante da crise econômica foram obrigados a transformar em instrumento de trabalho[174]. É interessante perceber que kombi nesse período era vista como instrumento de trabalho, assim como as vans são vistas hoje. Enquanto poder público, empresário de linhas de ônibus e motoristas ainda debatiam a legitimidade do trabalho com transporte de passageiro, a fabricante Volkswagem lança no Brasil o modelo "Kombi 2000", cuja propaganda direcionava especificamente para trabalho com transporte de passageiros[175]. Consequentemente, mais kombis circulavam pela cidade junto com a ambiguidade reinante: afinal kombis eram um transporte legal ou necessário? E aqui cabe referenciar a análise de Harvey (2003) a respeito da acumulação por despossessão. Em que a acumulação combina o funcionamento legal, informal e ilegal e violência territorial. Em suma, a acumulação envolve a apropriação e a cooptação de realizações culturais e sociais preexistentes, bem como o confronto e a supressão (p. 122). O capitalismo, explica David Harvey, internaliza práticas tanto canibais como predatórias e fraudulentas.

---

[173] Apesar de o IBGE ainda utilizar a categoria "Trabalho Informal", atualmente ele possui outras subcategorias para precisar melhor a complexidade do mundo do trabalho, como taxa de informalidade, setor informal etc.

[174] Um caso contemporâneo semelhante refere-se aos carros particulares que realiza transporte de passageiros através de aplicativos como Uber, por exemplo e as motos que além de servir de transporte (Mototaxi), também são operadas para outras finalidades.

[175] Além da formação deste "nicho de mercado", outros fatores são considerados importantes, tal como a ação da indústria automobilística nacional e estrangeira que incentiva o transporte "alternativo" mediante uma grande oferta de produtos e facilidades de pagamento. Também a mídia se mostraria simpática aos "alternatiivos", segundo a entidade, alimentando a "imagem nega t iva da população sobre as empresas de ônibus e, positiva sobre os transportes informais" (Mamani, 2004).

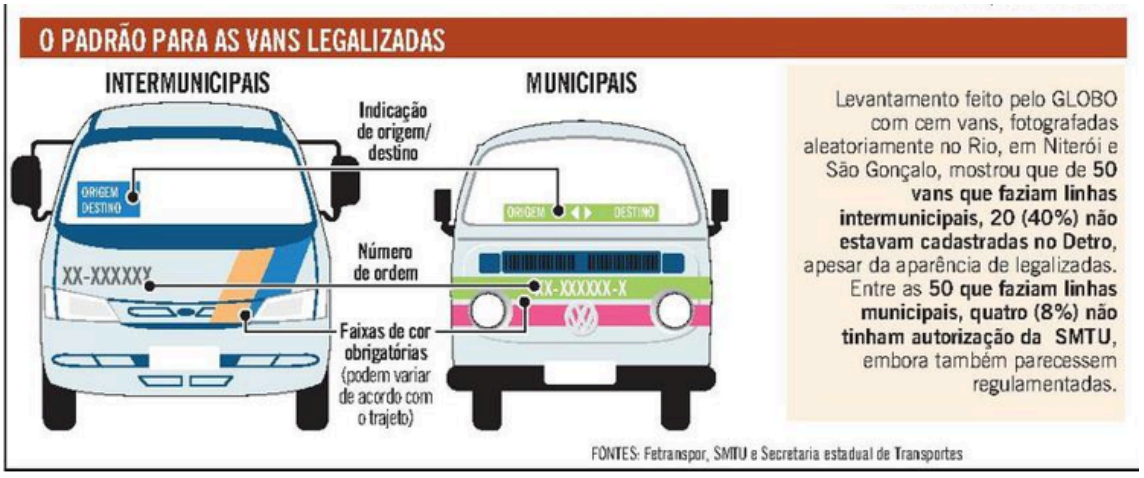
Na Zona Oeste era muito comum se deparar com kombis circulando por ruas no interior dos bairros, com destaque para o centro de Campo grande, principal centro comercial da região, fosse em trajetos que ainda não haviam sido explorados por alguma empresa de ônibus, pois não era lucrativo, fosse para atender uma demanda diante da precariedade do serviço oferecido pelas empresas de ônibus. Havia linhas em que a demora superava uma hora de espera. Poucas linhas de ônibus ligavam pontos da Zona Oeste ao Centro do Rio.

Diante do aumento no número de kombis circulando pelas ruas, a SMTU (Secretaria Municipal de Transportes Urbanos) implementou um plano de cadastramento de motoristas, que incluía a identificação dos veículos por meio de duas faixas adesivadas na carroceria, identificando o tipo de itinerário, se era intermunicipal e intramunicipal, por exemplo (Figura 12). Os governos locais de cidades e do estado tendem a evitar a regulamentação dos autodenominados alternativos. Alguns municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro regulamentaram o crescente e mais recente tipo de transportes urbanos, embora não houvesse padrões a serem seguidos, pois a responsabilidade era apenas do município que regulamentava. Assim, práticas desencontradas dificultam a compreensão da sua natureza e do seu alcance, impedindo também qualquer tipo de ação em conjunto objetivando uma integração metropolitana (Mamani, 2004), (Figura 12). No entanto, o processo se mostrou lento, excessivamente burocrático e, em alguns casos, sujeito a interferências políticas. Essa ineficiência fez com que a imprensa passasse a enxergar esses veículos como "transporte pirata", uma categoria informal que, uma vez consolidada, levou o poder público a intensificar a repressão[176]. Diante do problema, a prefeitura e o governo do estado uniram forças, e a SMTU, em parceria com o Detro (Departamento de Transporte Rodoviário do Estado do Rio de Janeiro), passou a realizar operações conjuntas para retirar vans e kombis irregulares das ruas. Apesar das medidas, o número desses veículos não parou de crescer. Em agosto de 2005, uma extensa reportagem do *Jornal O Globo* estimou que o Rio já tinha mais de 18 mil vans e kombis piratas em circulação, contra apenas 7 mil

[176] A estratégia dos empresários de ônibus tem sido dar ênfase aos aspectos técnico-racionais dos transportes. Estes empresários reforçaram os vínculos institucionais que lhes permite pronunciar o "discurso competente" através de um órgão legítimo: a Associação Nacional de Transporte Públicos (ANTP), que congrega instituições governamentais, entidades patronais e instituições de pesquisa da área da engenharia de transportes (Mamani, 2004)

regularizadas[177], enquanto que o Sindicato dos Trabalhadores Autônomos em Transportes Alternativos do Estado (Sintral) afirmava ter 24 mil kombis e vans circulando. Mesmo que algumas medidas institucionais estivessem sendo tomadas, era incompatível com a velocidade de crescimento das vans e kombis. A Detro chegou a montar um Força Especializada de Fiscalização envolvendo policiais militares e fiscais do próprio órgão, na tentativa de tirar os veículos piratas de transporte das ruas.

Figura 12 - Adesivos Identificáveis de Vans e Kombis Cadastradas.



Vans e Kombis Cadastradas. Fonte: Jornal O Globo de 21 de setembro de 2003. Visitado em 14/05/2023.

No entanto, mesmo com as medidas de fiscalização, repressão e regularização as vans e kombis continuavam na disputa por espaço no trânsito com os ônibus. Em alguns casos, certas empresas devolveram a concessão à prefeitura alegando que não conseguia manter-se na disputa por conta da quantidade de kombis e vans serem maior do que a quantidade de ônibus numa determinada linha. A SMTU mantinha suas operações de fiscalização, apreendendo vans e kombis irregulares, mas novas frotas continuavam a surgir, oferecendo serviços clandestinos em diferentes rotas. Em algumas linhas, era necessário estabelecer turnos de trabalho devido ao crescente número de trabalhadores desempregados que ingressavam nessa atividade informal e ilegal. Embora fosse uma solução emergencial para o desemprego, a imprensa persistia em estigmatizar essa atividade como ilegal e inconcebível. Foi assim durante os primeiros anos da década de 2010. Em setembro de 1997, representantes de 82 cooperativas do Estado do Rio de

[177] SCHMIDT, Selma. ***Fiscalização Montará 13 Barreiras para Reprimir vans e Kombis Piratas: objetivo é tirar de circulação a cada mês 2 mil veículos clandestinos.*** Jornal O Globo. Rio de Janeiro 9 de Agos de 2005. Disponível em: https://oglobo.globo.com/acervo/resultado/. Acessado em: 14/05/2023.

Janeiro, organizados na Confederação Nacional de Transporte Alternativo (Convan), elaboraram sua própria (auto) regulamentação[178]. Em seus princípios regulativos estavam a fixação de itinerários; pontos de parada; tarifa única; horários e, até mesmo, o uso de uniformes pelos motoristas. Além disso, constava no regulamento a contratação de 158 fiscais, além da fabricação de 12 mil placas de pontos de embarque e desembarque de passageiros. Exigiu-se, também, que os motoristas estivessem habilitados, com carteira de categoria D (profissional) e que todos os veículos tivessem tacógrafo (aparelho que registra a velocidade) e seguro de passageiros. As vans cooperativadas deveriam ser identificadas pelos passageiros por placa vermelha, sendo o número de ordem afixado na lateral e na frente do carro, assim como a identificação da cooperativa.

Nesse sentido e diante do crescimento desordenado da demanda por vans e kombis, os próprios trabalhadores do setor se organizaram para atender à necessidade em expansão, além de fortalecer a representação da categoria. Assim, surgiram cooperativas com o objetivo de estruturar o serviço e representar os profissionais do transporte alternativo em negociações com o poder público, seja municipal ou estadual. Na Zona Oeste, essas cooperativas geralmente adotavam o nome do bairro ou da linha de origem, ainda que operassem em outras rotas. A Cooperpedra, por exemplo, vinculava-se ao bairro Pedra de Guaratiba, mas também atendia a bairros vizinhos. Outras, como CooperOuro, Cooperprata, Cooperoeste, Coopersete e Coopermith, Coopervida[179] etc. Seguiam a mesma lógica, consolidando-se como referências no transporte informal. Para ingressar nesse sistema, um novo motorista precisava procurar uma cooperativa em busca de linhas disponíveis ou negociar a sublocação com um dono de rota já estabelecido, muita das vezes os donos dessas rotas eram policiais militares, algum valente local armado ou um simples trabalhador que para descansar em determinado período arrendava seu veículo e a linha.

No entanto, a dificuldade em definir claramente o transporte de passageiros por vans e kombis perpetuava uma relação ambígua entre informalidade, marginalidade e

---

[178] Jornal O Globo. Vans Fazem suas Próprias Leis no Rio: Sem regulamentação das autoridades, confederação cria pontos de parada e instala placas nas ruas. Rio de Janeiro, Jornal o Globo, 9 de Set de 1997. Disponível em: https://oglobo.globo.com/acervo/resultado/. Acessado em: 16/11/2025.

[179] Não encontrei dados sobre o número de Vans por cooperativas, porém uma reportagem do Jornal O Globo do dia 6 de Dezembro de 2012, afirmava que o total de Vans que circulava na cidade entre as legais e ilegais eram entorno de 10 mil Vans distribuídas em cooperativas. Disponível em: https://oglobo.globo.com/acervo/resultado/. Acessado em: 13/06/2023.

ilegalidade. A dificuldade em regulamentar criava um cenário propício para o surgimento de mercados ilegais, muitas vezes controlados por grupos armados, lideranças locais violentas e até mesmo policiais militares[180]. Aos poucos a circulação deste mercado vai se transformando no que Telles (2010) chama de personagem urbano, cada vez mais comum em nossas cidades, que transita nas fronteiras borradas entre o informal e o ilegal ao longo de percursos descontínuos entre o trabalho incerto e os expedientes de sobrevivência mobilizados conforme o momento e as circunstâncias. Nesse sentido, um traço das mudanças que vinham ocorrendo no capitalismo global, mas que chegava ao Brasil com forte densidade, marcando a economia política brasileira e, portanto, os mercados legais, ilegais e até ilícitos. Estruturam-se como verdadeiras economias que se beneficiam das mutações do capitalismo contemporâneo, produção flexível e financeirização da economia (Harvey, 1978) nas condições de ultraliberalismo e redefinições das regulações estatais (Telles, 2010).

As atividades de transportes de vans, empurrada para informalidade na disputa pela regulamentação entre os setores do poder público e os que tentavam sobreviver diante de uma economia em passos largos para fragmentação, será um vetor de transformações sociais na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Pois conforme Telles (2010), ilegalismos redefinem as tramas urbanas, as relações sociais e relações de poder em situações variadas. Este, em linhas gerais, foi o papel cumprido pelas vans para a trama dos grupos amados e para a milícia de Ricardo Batman. É o que Foucault (2012) e Telles (2010) reconhecem como gestão (administração) diferenciada dos ilegalismos. Não se trata, portanto, de movimento direcionado e racional na lógica da intenção. Mas formas diferenciadas de recursos disponíveis postas em ação, configuradas, organizadas e hierarquizadas de ilegalismos caracterizados como transgressão, porém, com uma certa característica de incriminação.

Atuar no mercado informal – esse limbo legal-ilegal, ilícito e marginal – é uma tarefa complexa e muitas vezes perigosa, pois envolve uma diversidade de atores urbanos cujas posições lhes garantem vantagens no jogo de poder. Nesse cenário, agentes do Estado, como fiscais, gestores urbanos, legisladores, forças policiais, guardas municipais e até mesmo o executivo, disputam influência na teia dos ilegalismos ao

[180] "Se há porosidade nos âmbitos formal-informal, legal-ilegal, lícito-ilícito, isso não quer dizer indiferenciação entre uns e outros, pois é justamente nas suas dobras que se dão os agenciamentos políticos (corrupção, extorsão, repressão, violência e as várias modulações dos mercados de proteção, entre outros) que condicionam essa ampla circulação de bens, mercadorias, pessoas e populações itinerantes (Telles, 2010, p. 181).

lado de trabalhadores informais, cooperativas e lideranças locais armadas. A forma como esta mercadoria circula será decisiva para os mecanismos de propagação da violência e da política e, consequentemente, para a atuação das milícias e outros grupos armados na Zona Oeste. É junto a esse mercado e através dele que outros mercados ilegais se propagam ou surgem, daí a necessidade de dedicar maior atenção ao mercado das vans. A corrupção policial, a extorsão e o mercado da segurança são alguns deles.

No dia doze de dezembro de dois mil o jornal O Globo publica uma longa reportagem com características de reportagem policial e investigativa sobre "as máfias das vans". Nela Bottari (2000) aponta para um amplo mercado ilegal e ilícito de linhas de vans controlado por policiais militares.[181] Ao que ele chama de "máfia com práticas de extorsão por quem deveria combater o transporte clandestino". E aqui salta aos olhos um momento importante para a linha temporal da análise. A reportagem é do ano de dois mil em que policiais militares estavam envolvidos com o mercado ilegal e ilícito das vans, contudo, essa relação receberá maior destaque quando o grupo armado miliciano adotar como uma mercadoria importante. Consequentemente, milícias sendo integradas policiais militares, logo, será neste momento que tal fato receberá notoriedade. Portanto, conforme já vimos destacando, tal prática que tempos depois seria frequentemente associada a atividade de milicianos, já era uma atividade, uma mercadoria ilícita importante, sobretudo, para grupos armados e facções policiais antes do termo milícia ser mencionado. E mercadorias ilegais constituem o substrato dos grupos armados.

Essa participação policial na disputa pelo mercado com outros atores denota uma particularidade interessante. Conforme destacado na matéria de Boratti em que aqueles que deveriam combater são os que controlam. O controle exercido pelo policial militar expressa a ambiguidade acerca de qual segmento ele representa nesta trama. Sendo ele agente do poder público e este participa diretamente da disputa, onde até então através da Detro e da SMTU, ou seus interesses privados convergindo em facções dentro da própria polícia. Aqui, é possível notar o braço legal-ilegal que a Telles (2010) discute sobre a gestão dos mercados ilegais e ilegalismos. O secretário de Segurança Pública da época, Coronel Paulo Alonso, destaca não apenas o controle territorial, mas

[181] É importante observar que neste momento não havia reconhecidamente o termo milícia, conforme adiantamos no segundo capítulo e neste. Milícia só irá aparecer na mídia quatro anos após esta matéria.

também a extorsão e as mortes causadas pelos impactos da movimentação de um mercado em disputa:

> "Esses policiais são Xerifes dos negócios, a maioria nem sequer possui frota. Apenas cobram taxas para que os topiqueiros (motoristas de van tipo topic) possam operar na área. Muita gente vem sendo assassinada por conta da disputa por linhas. Estamos vivendo a mesma situação de quando o bicho disputava pontos na cidade. (Bottari, 2000)"

O comentário do secretário deixa claro de forma enfática o controle territorial e militarizado realizado por policiais militares seguindo interesses privados e menos o Estado. Conforme o mercado ilegal de transporte por vans e kombis ia se estabelecendo como um mercado ilegal, ao mesmo tempo um mercado de proteção e segurança crescia em paralelo, principalmente organizado e controlado por policiais militares. Portanto, começa a circular um importante mercado ilegal que aos poucos vai impactando em outros mercados, como o da proteção e segurança, por exemplo. Antes, porém, além das linhas serem uma mercadoria primordial, outras começam a operar de forma lucrativa, como adulteração de placas, extorsão de cooperativas e de motoristas, suborno de policiais responsáveis pelo trânsito que não atuavam diretamente com os mercados relacionados à circulação de vans. E a maioria dos policiais envolvidos na denúncia citada na reportagem eram da RPMont de Campo Grande, o mesmo regimento que organizava operações para a prisão de Pedrinho Maluco e a ocupação militar da favela do Vilar Carioca, tratado no primeiro capítulo.

Desta forma estava exposta o que ficou sendo retratado na imprensa do período como a "máfia das vans". Ou seja, tratava-se de um mercado ilegal bastante lucrativo sendo assegurado por policiais com projeção de expansão territorial e controle. Fica claro, nesse contexto, a trajetória de uma atividade econômica desenvolvida no espaço urbano: as vans, que inicialmente surgiram como uma solução emergencial para o desemprego e a crise econômica, transformaram-se em uma ocupação informal. Posteriormente, tornaram-se objeto de disputa entre o poder público e os trabalhadores que dependiam dessa atividade para subsistência e, por fim, converteram-se em uma mercadoria rentável, circulando em um mercado ilegal e, muitas vezes, ilícito.

Portanto, o policial surge como o principal operador do mercado ilegal de vans e, consequentemente, também atua nos mercados correlatos, como o de proteção. Esses elementos indicam a consolidação de um mercado ilícito altamente lucrativo para todos os envolvidos, não apenas nesse setor, mas em outros igualmente dependentes dessa

rede. Controlar o mercado de vans representava, acima de tudo, uma demonstração de poder e influência. E onde há relações sociais mediadas por disputas de poder, emergem conflitos individuais e coletivos. No caso das vans, a competição por rotas e pela manutenção da circulação dependia da capacidade de cada agente em mobilizar os recursos necessários nesse jogo. As disputas eram tão intensas que frequentemente culminavam em ameaças de morte recorrentes e até mesmo em assassinatos.

Nas disputas envolvendo representantes do poder público, em especial a SMTU, um diretor foi assassinado em 2003[182]. O caso ganhou relativa repercussão devido à participação de um grupo de policiais no crime. Em 2000 mil, no bairro de Bangu, Zona Oeste do Rio de Janeiro, quatro pessoas foram assassinadas por conta das disputas violentas. Evidentemente, o principal motivo dos assassinatos estava ligado aos conflitos pelo controle do transporte irregular de vans. É importante ressaltar que esses policiais não eram classificados como milicianos na época, embora suas ações apresentassem características que, posteriormente, serviriam para enquadrá-los neste termo. Entre essas práticas estavam a execução sumária, o controle de um mercado ilegal com defesa territorial e a extorsão sistemática contra cooperativas de vans e motoristas. Sobre a proteção, neste caso, não se tratava contra algum grupo armado rival, mas a proteção contra outros policiais que tentavam exercer sua função e, portanto, coibir a circulação de vans, principalmente em pontos clandestinos.

A proteção funcionava na prática pela capacidade de diálogo corporativo em negociar com o "colega" de profissão para evitar repressão aos seus protegidos. Muitas das vezes a mercadoria de troca era a propina, que curiosamente, acontecia de policial para policial. Este tipo de relação, é interessante observar, ocorria também quando algum policial com certo prestígio corporativo entre os membros do grupo podia ter seu próprio negócio com a segurança de que nem o policial oficialmente poderia intervir e nem o grupo miliciano praticando pilhagem econômica. Valdecir narra uma situação de um policial que gestava um depósito de bebida, em que por muito anos não teve a intervenção de nenhum dos campos, nem do oficial, representado pela própria polícia, nem pelo grupo miliciano. Isso só mudaria com a entrada do Ecko na chefia no grupo. É neste momento que esse policial tem seu depósito expropriado pelo grupo. Valdecir conta que quando a expropriação ocorre, o policial é chamado em sua casa para receber

[182] O principal suspeito era o policial conhecido como Chico Bala. Falarei sobre este importante agente mais a frente, em outra seção.

o comunicado, porém, percebendo que poderia ser assassinado, saca sua arma e atira em um dos dois milicianos que bateram em sua porta, mas também é atingindo por um tiro e morre. Dias depois, Ecko procura a família do policial oferecendo (falsa) condolências dizendo não saber que seus subordinados planejaram o ocorrido. E mesmo assim, contudo, mantém a expropriação do depósito.

Essas mortes eram apenas o prenúncio do que estaria por vir e ainda não se comparavam em termos de disputa pelo controle de mercado de linhas de vans em que os homicídios de forma cruel seriam mais frequentes no cotidiano do morador dos territórios em disputa. E no caso do grupo armado de Ricardo Batman seria um necessário operador para expandir seus negócios ilícitos para outros bairros. A Avenida Cesário de Melo será, nesse contexto, apelidada de "a via da morte" por causa do assassinato de motoristas de vans. Esta via é um importante trajeto para a maioria das vans por conta de atravessar diferentes bairros e favelas de Campo Grande à Santa Cruz. Além dos bairros mencionados no decorrer do trabalho. As linhas de vans, assim como as de ônibus, não interligam bairros, mas ao centro comercial de Campo Grande, especificamente no terminal rodoviário. Havia ali no seu entorno estacionamentos que serviam de terminal para vans e kombis. Uma espécie de rodoviária paralela, haja visto, o tamanho gigantesco destes estacionamentos.

Para além dos serviços que já controlava no bairro de Cosmos e da notoriedade conquistada em outros locais, Ricardo Batman identificou no mercado de vans uma lucrativa oportunidade de expansão de seus negócios ilegais. Essa percepção estratégica o levou a reorientar tanto seus interesses quanto a atuação de seu grupo, passando a disputar o controle desse promissor mercado ilícito. Cabe observar aquilo que Gabriel Feltram (2018) afirma sobre os mercados ilegais, ou seja, para todo mercado ilegal também será mobilizado mercados de proteção e regulação. E quando Ricardo Batman direciona sua atenção para as vans a observação de Feltram se torna eficaz e pertinente.

> "O que dava muito dinheiro de longe era as vans. Não tinha gatonet, nem nada. Bagulho era as vans. Ricardo cresceu o olho e geral foi com ele. Abraçaram a ideia...Toni, todo mundo." (Ronaldo – Entrevistado, 2024).

Uma questão importante para ser observada era como estava configurado a regulação e proteção do funcionamento das vans neste momento. A maioria das linhas eram de propriedade de policiais militares e algumas lideranças armadas de bairro, mas boa parte estava mesmo nas mãos de policiais militares. O grupo de Ricardo era

integrado por uma porcentagem significativa de policiais além de possuir esquemas de propina e proteção com outros policiais que não participavam diretamente do mercado. Daria para imaginar o que estaria por vir quando os interesses do jogo ilícito começassem a se conflitarem.

Normalmente o policial dono da linha de van não trabalhava fazendo lotação e transporte de passageiro, a linha era arrendada a outro interessado que pagava uma taxa diária pela utilização do trajeto. Em alguns casos, o veículo (van ou kombi) era incluído na alocação, em outros, o motorista quem já possuía o veículo para "rodar" (termo usado que significava trabalhar com transporte alternativo). Para se ter uma ideia de como o mercado se ampliava, nesse contexto, em determinadas situações, o dono do veículo arrendava para uma terceira pessoa. Não havia problemas desde que os valores combinados fossem assegurados, principalmente o correspondente ao policial dono da linha. Este caso demonstra como que policiais no Rio de Janeiro são agentes operadores de mercados ilegais (Misse, 2007), ainda que haja uma defesa ou limitação territorial como fazem outros grupos armados. Isto só vai começar a mudar quando o grupo do Ricardo Batman dominar este mercado.

As linhas de vans nesse período possuíam uma dificuldade para tentar definir regras que fossem institucionais. Algumas até conseguiam via cooperativa, contudo, dependia muito mais das relações de poder e da demonstração de força do que do diálogo. Para se definir um trajeto exclusivo, por exemplo, a dificuldade se dava quando outras linhas precisavam utilizar deste mesmo trajeto, principalmente quando não tinha opção. Era o caso da Avenida Cesário de Melo, em que muitas linhas a utilizavam para perfazer seu trajeto, independente se fosse inaugurado pela linha de ônibus ou pelas vans. A linha que simbolicamente possuía exclusividade no trajeto da Avenida Cesário de Melo era a de Santa Cruz que passa praticamente por toda sua extensão. Portanto, por causa do trajeto, os donos das linhas acreditavam possuir exclusividade na hora de parar nos pontos para o embarque de passageiros. No entanto, outras linhas dividem parte de seu trajeto com as vans de Santa Cruz porque 1) não havia opção, e depois 2) era a oportunidade de transportar mais passageiros e mais passageiros significava mais dinheiro para todos envolvidos no arrendamento. As vans que partiam de bairros cortados pela importante via, em algum momento teriam que passar pela Cesário de Melo, daí que parece a questão para o mercado das vans: quem tinha a prioridade no embarque dos passageiros na parte em comum da Avenida Cesário de Melo? Hoje os

trajetos estão mais claros e definidos, entretanto, para que chegasse a este ponto muitas brigas, discussões e mortes ocorreram. Pois, interferir no trajeto de alguém significava envolver, em partes, no negócio que não lhe pertencia, portanto, nas regras de convívio ainda não institucionais era motivo para a violência ser mobilizada como recurso de mediação de questões sociais.

Essas vans vêm de outros bairros, como Paciência, Inhoaíba, Sepetiba etc. Precisavam passar por esses trajetos para que os passageiros tivessem a confiança tanto no trajeto quanto nos pontos de parada. Ambos deveriam ser familiarizados por eles. A dúvida era se nos trajetos comuns as vans de diferentes linhas respeitavam quem tinha a prioridade. Daí que aparece uma atividade geradora de muitos conflitos e problemas: as "vassouradas".

As "vassouradas" eram manobras realizadas pelos motoristas de van que consistiam em duas práticas principais: embarcar passageiros em pontos ou trajetos não autorizados em sua rota, ou interromper o percurso antes do destino final. Como a maioria das linhas não era circular, ou seja, não retornava a um terminal central, cada rota possui pontos de início e fim específicos. A linha de Santa Cruz, por exemplo, tinha como terminal um estacionamento no centro do bairro, enquanto na extremidade oposta, na Rodoviária de Campo Grande, as vans paravam em locais estratégicos para captar passageiros. Essa dinâmica gerava conflitos, pois motoristas com pontos fixos próximos à rodoviária, especialmente aqueles com estacionamento exclusivo, obtinham vantagem sobre os concorrentes que compartilhavam trechos do trajeto. Com o aumento de novas linhas, multiplicaram-se as vans estacionadas aleatoriamente ao redor da rodoviária, causando, em horários de pico, congestionamentos nas vias de acesso e nas proximidades do principal terminal do bairro. Valia tudo para garantir passageiros.

Para resolver os conflitos e regularizar as rotas, cooperativas e donos de linhas organizaram um sistema de fiscalização nos pontos estratégicos dos trajetos. Inicialmente, jovens ou adultos desempregados eram recrutados para monitorar as vans que burlassem as regras acordadas, como a vassourada, por exemplo. Função que, com o tempo, foi sendo formalizada. Atualmente, o fiscal atua não apenas no controle das paradas, mas também na cobrança das tarifas, organização de horários e avisos de algum policial de trânsito não subornado multando quem para em local indevido. Além disso, quase sempre cada fiscal atuava representando o grupo armado ou policial que dominava a operação, portanto, nenhum dos motoristas podia desobedecer ao fiscal.

Esse fiscal, era também responsável por negociar o valor do suborno caso algum policial fora do esquema estruturado fosse escalado para organizar o trânsito já muito congestionado.

Em uma das entrevistas, Ronaldo revela que em Campo Grande havia um policial que era escalado para operar como guarda de trânsito, sempre em um local estratégico em que muitas vans passavam. Este policial estava ali não apenas para administrar o trânsito, mas também para multar aquele que descomprimisse as leis de trânsito e as vans eram que mais descumpria, como fazendo de ponto de embarque qualquer lugar que bem entendesse e neste caso se fizesse no plantão deste policial a multa seria aplicada. Para os donos e motoristas das vans seria um prejuízo enorme. Com isso, a solução que encontraram foi estabelecer um valor fixo por van para ser o valor do suborno. Nesta época em que Ronaldo relata o valor deste policial específico (com o passar do tempo os policiais iam sendo substituído por outro) era de 30 reais por van enquanto o policial estivesse exercendo o controle do trânsito. O interessante, nesse sentido, era que os 30 reais eram por van de uma linha. Havia linhas que somente no turno da manhã eram entre 40 a 50 vans circulando. Imagina agora, por exemplo, 5 linhas com a mesma média de vans circulando. Tudo isso em apenas um dia. Em seguida, imagina este policial trabalhando todos os dias úteis. Em seguida imagine o quanto este policial iria receber por mês?[183]

> "Eu lembro daquele polícia. Aquele ali filho, hã, ganhou muito, mas muito dinheiro! Era muita Van na época. Santa Cruz, Gouveia, lá no Rio da Prata...Esse cara ganhou muito dinheiro, na moral." (Entrevistado – Ronaldo, 2024).

Para iniciar sua empreitada no mercado de vans, Ricardo Batman e seu grupo criaram uma linha própria, que tinha um duplo caráter: primeiro, estabelecia um novo trajeto ligando Cosmos a Cascadura, sob o número 875; segundo, complementava outras linhas que já faziam um percurso semelhante, como a que saía de Sepetiba até Cascadura. Ambas seguiam o itinerário de uma antiga linha de ônibus, que também operava com o mesmo número. Isto gerou um grande problema com outros operadores por conta do trajeto parecido com outras linhas e por não ter filiação com nenhuma cooperativa. Contudo, a linha do grupo do Batman permaneceu e, pior, ao invés de tentar regularizar a linha sob sua responsabilidade, Ricardo Batman tratou de iniciar a tomada do mercado de vans, começando por Santa Cruz, a mais lucrativa.

---

[183] Este parágrafo foi totalmente baseado na fala do Ronaldo, apenas tentei melhorá-lo.

> O papo que rolava na época foi que os caras foram lá no estacionamento, geral armado e deram o papo: “a segurança das vans aqui agora é nossa”. (Entrevistado - Valdecir, 2021).

E aqui cabe uma observação sobre o significado de “segurança” mencionado nessa parte da pesquisa. Segurança contra a possibilidade de algum outro grupo ou policial tentar tomar alguma linha (paradoxalmente era exatamente o que estavam fazendo); segurança para que o funcionamento das regras não fossem descumpridas e segurança contra operação da prefeitura para coibir o transporte alternativo ou quando policiais trabalhando no trânsito e não aceitavam suborno. Portanto, em linhas gerais, segurança significava o controle sobre o mercado de proteção.

Em Santa Cruz Batman encontrou uma breve resistência de um outro grupo armado com participação policial, a liderança era de Delson, que controlava as linhas de kombis e algumas topics[184]. Depois de algumas mortes de alguns membros do grupo, rapidamente a principal linha de van da Zona Oeste pertencia ao grupo armado de Ricardo Batman. E neste caso o benefício era maior para Batman do que para Jerominho, já que, o trajeto não adentrava aos circuitos de moradia do bairro, pelo contrário, apenas no centro comercial. Todavia, não alterava em nada a possibilidade de lucro. E assim foi o movimento de tomada de outras linhas pelo grupo armado. E neste caso algumas delas beneficiaram os interesses eleitorais de Jerominho.

A expansão territorial do grupo armado de Cosmos teve início com Aldemar, o primeiro "Batman". Posteriormente, o ex-policial Ricardo Teixeira Cruz aliou-se a ele, formando a dupla "Batman e Robin". Ambos compartilhavam o objetivo de controlar a segurança e os mercados ilegais, o que os levou a convergir interesses com Jerominho, político de Campo Grande cujo projeto eleitoral incluía a expansão de sua política de segurança. Juntos, formaram um grupo armado conhecido localmente como "Grupo do Ricardo Batman" ou "Os Caras do Posto[185]". Fora do território, ganhou notoriedade como a “Milícia Liga da Justiça", sendo apontada pela imprensa como a "maior milícia do Rio de Janeiro". Jerominho tinha a experiência de formar um grupo de policiais para fazer a segurança e expulsar o tráfico em parte de Campo Grande. Seu método de fazer policiamento gerou reconhecimento local, fosse legal ou ilegal. Os moradores sabiam

[184] Nenhum dos interlocutores conseguiram confirmar se Delson era policial ou apenas um civil atuando como liderança local armada com controle de mercado ilegal.

[185] Embora tenha ficado conhecido “Liga da Justiça” para o grupo armado a nomeação era o que menos importava. Portanto, as diferentes nomeações partiam dos moradores que vivenciavam a atuação do grupo ou a através da polícia civil junto com a imprensa. Com isso, não se trata de nome oficial, mas identificações a medida que o grupo armado ia ficando conhecido.isso já foi explicado

do grande feito de Jerominho e Natalino que lhes renderam o apelido de irmãos coragem. Com isso, Jerominho entra na política considerando todo esse contexto.

O que Jerominho e Natalino fizeram, em linhas gerais, foi trazer um novo método de domínio territorial para a Zona Oeste, tentando superar a forma anterior, que era baseada em uma liderança local armada, fosse civil ou policial. Para tanto, ao invés de partir para o confronto direto, propõe uma série de alianças com essas lideranças, unificando-as e assim formando um grupo armado. Começando com Ademar, o Batman de Cosmos. Jerominho não via problema no seu método de realizar controle social. Pelo contrário, percebeu uma oportunidade para suas pretensões eleitoreiras. Com isso, negocia mercadorias ilícitas com Aldemar. E assim foi para novos territórios em que Jerominho adentrava por causa do grupo de Ricardo Batman. Enquanto este pretendia a pilhagem social através do mercado de segurança, mas principalmente das vans; Jerominho via uma forma de fincar sua política para receber votos Foi dessa forma que por muito tempo o grupo armado recebeu notoriedade. Em uma entrevista concedida ao Jornal El País, em 2018[186], que já não circula mais no Brasil, ao serem soltos da prisão, Jerominho reafirma sua estratégia política: *“"A gente dizia 'olha, a área lá tem um fulano [policial e miliciano] que não deixa vagabundo [traficante] entrar'. A gente ia fazer campanha política lá e era bem recebido”*

Outro fato importante em que demarca essa “nova” forma de domínio territorial, foi o assassinato do policial Wiliam tratado no primeiro capítulo. Embora fosse policial, o corporativismo não foi suficiente para se manter diante do avanço de Ricardo Batman e seu grupo. Não apenas o sujeito, neste caso, que estava em jogo, mas a forma de gestão do território do qual Wiliam era expressão, já não fazia mais sentido perante os novos tempos. Nesse período a intolerância com os grupos do varejo assume a ordem do dia. Favelas e territórios dominados pelas facções vão sendo tomadas pelo grupo de Ricardo Batman[187]. E aqui cabe uma distinção importante que será condutor de muita confusão nas tentativas de interpretar o grupo armado conhecido Liga da Justiça.

Nesse contexto, conflitos, intrigas e mortes tornaram-se frequentes no cotidiano da Zona Oeste. Paralelamente, difundiu-se um simbolismo miliciano, expresso em

[186] LANDAU, Lucas; ALESSI, Gil. ***Os Fundadores da Milícia Liga da Justiça Querem Reerguer seu Império Político (e cuidar dos netos)***. Jornal El País. 8 de Maio de 2019. Acessado em: 25/06/2022.

[187] Alguns desses conflitos para conquistar favelas dominadas pelos grupos armados do varejo mereceriam um capítulo a parte. Destacaria a favela do Barbante em que o grupo do Batman contou com a ajuda do TCP e do Caveirão da polícia para expulsar o Comando Vermelho. Porém, ficará para uma outra ocasião e trabalhos futuros.

vestimentas, gírias e até músicas que glorificavam o grupo armado. A situação, porém, se agravou quando um dos aliados rompeu com a liderança principal para fundar sua própria facção, replicando o modelo de Aldemar e Ricardo com mais autonomia e independência. Como era previsível, a divisão gerou conflitos violentos e uma redefinição territorial. Esse foi o caso do policial Chico Bala, que, ao se desligar do grupo de Ricardo Batman e Jerominho, estabeleceu seu domínio em parte de Campo Grande – bairro até então sob hegemonia incontestável de Jerominho. Surgia assim uma concorrência direta pelos mesmos mercados ilegais: segurança, transporte de vans e controle de territórios. O Rio da Prata transformou-se, então, no principal palco dessas disputas entre os grupos milicianos.

4.5 - A Disputa Territorial por Mercados Ilegais e por Votos: Jerominho e Batman encontram Chico Bala.

A lógica do domínio territorial para acumulação ilegal recorrendo à violência e ao controle armado tornou-se um ente chave para entender o avanço do grupo armado de Ricardo Batman e Jerominho e a formação de um complexo miliciano na Zona Oeste. Na seção anterior, analisei como o controle do transporte por vans, ora exercido por policiais militares individualmente, ora por lideranças locais armadas, tornou-se um mercado ilícito e ilegal estratégicos para a expansão territorial a partir do bairro de Cosmos para o restante da Zona Oeste, além de inaugurar uma nova lógica de atuação de grupos armados. Em direção a oeste do bairro de Cosmos (bairros como Paciências e Santa Cruz), esse processo de expansão foi marcado por conflitos e mortes. Já na região leste, especificamente em Campo Grande, bairro onde Jerominho tinha maior influência, o grupo armado de Ricardo Batman, em conluio com Jerominho, não logrou alcançar seus objetivos. Na região do Rio da Prata, encontraram resistência que impediu sua expansão geográfica. Entre os obstáculos, destacava-se a figura que posteriormente se tornaria seu principal rival na disputa territorial: o policial militar conhecido como Chico Bala.

Campo Grande é um bairro bastante conhecido na cidade do Rio de Janeiro, não por acaso, pois é reconhecido pelo IBGE como o mais populoso do Brasil com uma população estimada em 352.704 habitantes e com uma extensão territorial de 119, 13km², segundo maior bairro do município perdendo apenas para o bairro de Guaratiba. Além disso, dá nome à XVIII Região Administrativa, que engloba outros bairros, como

Bangu, Santíssimo, Inhoaíba, Senador Vasconcelos e Cosmos. No entanto, essa divisão gera certa complexidade. Dentro do próprio bairro de Campo Grande, existem sítios urbanos com identidades próprias, muitas vezes percebidos como bairros independentes pelos moradores, embora não tenham status administrativo formal. Essa sobreposição de escalas – entre o bairro oficial, a região administrativa e as localidades cotidianamente reconhecidas – cria uma dinâmica espacial singular, mas também gera confusão sobre os limites territoriais reais.

Este esclarecimento geográfico nesta parte do trabalho objetiva uma compreensão mais clara das dinâmicas espaciais (territoriais) e como grupos armados e lideranças locais operam a partir de compreensão espacial que faz sentido para suas operações. Por exemplo, o centro comercial de Campo Grande é o local mais importante tanto para o próprio bairro quanto para boa parte da região administrativa. Na primeira década dos anos 2000, Campo Grande era a principal referência comercial e de serviços para os bairros de Cosmos, Inhoaíba e Senador Vasconcelos, enquanto Santíssimo e Bangu tinham a opção do centro comercial de Bangu. Atualmente a dinâmica espacial é bem mais complexa, além destes centros comerciais outros foram construídos trazendo novas opções e referências, portanto, expressões de uma cidade policêntrica.

A região do Rio da Prata remete a ocupação colonial, contudo, esta região só foi reconhecida como tal em substituição a antiga região do Cabuçu, o nome vem de antigo engenho da fazenda Cabuçu. Rio da Prata é um rio que é alimentado por diferentes cachoeiras cujas nascentes se formam na parte oeste do maciço da Pedra Branca.

No decorrer do século XX o que era toda a extensão da propriedade do Engenho tornou-se aos poucos escopo de urbanização, principalmente de conjuntos habitacionais. No entanto, estes conjuntos habitacionais foram entregues aos praças (soldados) e oficiais da Marinha do Brasil. Processo de ocupação diferente do descrito no primeiro capítulo deste trabalho. Por conta deste processo de ocupação singular, a região do Rio da Prata é marcada por uma urbanização operada pelo Estado construindo conjuntos habitacionais. Para os moradores locais que entrevistei mencionar conjunto da Marinha é quase que definir a região inteira. No entanto, Rio da Prata ainda prevalece como identidade espacial que abarca outros sítios urbanos e pequenos bairros.

A região do Rio da Prata é uma importante região geográfica para o bairro de Campo Grande. Sua via principal ainda é a Estrada do Cabuçu, que liga o centro

comercial de Campo Grande. Além de possuir pequenas vias que a ligam a outras estradas importantes que por sua vez ligam a bairros vizinhos, como a Estrada da Cachamorra, que liga ao bairro de Guaratiba e a Estrada do Viegas (que liga o largo do Rio da Prata até Bangu), Avenida Arthur Rios e a Estrada das Caboclas. Rio da Prata é tão importante para Campo Grande que foi um dos poucos locais de Campo Grande que possuía uma linha de bonde nas décadas de 1940 e 1950 (Mansur, 2016).

Essa região de Campo Grande também foi alvo de políticas públicas habitacionais, implementadas por meio de loteamentos e loteamentos populares. Progressivamente, novas divisões espaciais foram surgindo, acompanhadas pela construção de conjuntos habitacionais destinados a civis. Esse processo de urbanização seletiva e precária deu origem a aglomerados populacionais que, no imaginário dos moradores, adquiriram suas próprias identidades: Conjunto Marinha, Conjunto do Moinho, Santa Rita, Arnaldo Eugênio, Moriçaba e Rio da Prata. Embora sejam percebidos como bairros de dimensões semelhantes, todos integram a região do Rio da Prata, consolidando-se como parte da paisagem urbana e social de Campo Grande.

Nesse contexto, é que esta parte de Campo Grande também será controlada por lideranças locais armadas, o detalhe deste caso é que não era apenas uma que exercia o controle. Todavia, quem mais recebeu destaque tanto dentro quanto fora do território foi Chico Bala. Além de Chico Bala havia outros dois policiais, Robreldo e Ralfi e mais um civil, conhecido como Xando. Embora seus territórios fossem definidos a ponto de delimitar suas fronteiras, não havia disputa ou conflito entre os quatro que atuavam na região do Rio da Prata. E como atuavam essas lideranças?

A atuação dessas lideranças no período entre o final da década de 1990 e o início dos anos 2000 ainda era relativamente artesanal, especialmente quando comparada à sua posterior transformação. Inclusive, sua forma de domínio territorial lembrava muito a maneira como Aldemar iniciou seu controle em Cosmos e, assim como ele, essas lideranças não tinham pretensões expansionistas. Em contraste, o grupo de Jerominho e Ricardo Batman já se destacava como um grupo armado em franca expansão pela Zona Oeste, marcando uma diferença fundamental em relação às demais lideranças locais.

Cada uma dessas lideranças locais possuía sua própria forma de acumulação via mercado ilegal. Porém, o mercado que fazia com que convergissem era o de segurança e proteção. Assim como Pedrinho Maluco, Aldemar etc. Chico Bala, Robredo, Xando e

Ralfi estavam mais preocupados em fazer segurança local do que especificamente fincar algum tipo de braço econômico que lhes rendesse lucro demasiado. A proteção e segurança se parece muito com a de outras lideranças e o início do grupo armado de Ricardo Batman quando ainda era referenciado por Ademar. Evitar pequenos furtos e assaltos, impedir que algum grupo armado do varejo de drogas se instalasse pela região, além de evitar a circulação e o consumo de drogas ilícitas pelas ruas. Até aqui nenhuma grande diferença com o grupo de Ricardo Batman.

No entanto, uma diferença crucial residia no fato de que essas lideranças armadas introduziram uma inovação que representou uma mudança qualitativa: a instalação de cabines identificadas como postos de segurança e a contratação de vigilantes – alguns armados – para patrulhar as ruas à noite, usando coletes pretos com a palavra "APOIO[188]" nas costas e comunicando-se por apitos durante as rondas noturnas. Essa figura era inexistente em Cosmos e nos territórios controlados por Batman e seu grupo de policiais e civis. A ausência desse modelo pode ser atribuída ao clima de medo e à relação ambígua entre os moradores durante o período de domínio de Ricardo Batman no bairro.

Francisco Cesar de Oliveira, o Chico Bala, possui uma trajetória confusa por conta de suas atividades institucionais (como sargento da polícia militar) e ilegais (como policial exercendo liderança armada local)[189], no geral, o que importava era se suas atividades obtinham apoio da população local, e no seu caso o apoio era significativo como apontam os dois entrevistados moradores do Rio da Prata que compartilharam comigo como Chico Bala era conhecido na região. O confuso prestígio de Chico Bala era fato considerável a ponto de ele conseguir em 2009 o cargo de Secretário de transportes no município de São Pedro da Aldeia, município pertencente a microrregião dos lagos, a frente da prefeitura estava Carlindo Filho (PMDB na época). A hipótese para que Chico Bala assumisse um cargo em uma gestão municipal pode ser explicada pelo período em que ficou alocado no batalhão da polícia militar de Cabo Frio (25ºBPM), também na região dos Lagos. Contudo, antes disso, o ainda sargento da polícia militar esteve alocado no batalhão da polícia de Santa Cruz (27º BPM), na Zona

[188] Em bairros dominados pelo grupo de Ricardo Batman não havia a figura do apoio. Fato que confundia muitos moradores sobre quem estava por trás desta empreitada. Muito se associou à milícia, porém, em alguns bairros era apenas por iniciativa de policiais locais que organizavam civis para fazer a segurança em bairros pequenos.

[189] Aqui vale uma comparação com o policial militar William analisado no primeiro capítulo. Daí a problemática em "encaixa-lo" precisamente como miliciano.

Oeste do Rio de Janeiro. E no período em que esteve em Santa Cruz, Francisco César, participou de investigações contra Ricardo Batman, além de marcar presença em um mandado de busca contra o ex-PM em sua casa. Outra hipótese muito forte, nesse sentido, é que a rivalidade entre Ricardo Batman e Chico Bala tenha seu marco inicial neste episódio e transferido para a disputa territorial e do mercado ilegal das vans. Jerominho, seguindo a lógica das alianças, adotou Chico Bala também como inimigo por conta do seu principal aliado. Sobretudo, porque via a região do Rio da Prata como um importante reduto eleitoral para realizar campanha. Sendo alvo das principais lideranças do grupo armado conhecido como liga da justiça, Chico Bala era o inimigo número um do grupo armado e, portanto, de uma boa parte da Zona Oeste, parecia que sua morte seria questão de tempo. Não havia mais possibilidade de Chico Bala ainda ser lotado no batalhão de Santa Cruz, é nesse momento então que o Sargento volta para Cabo Frio, mas sem abandonar seus mercados de segurança e proteção na região do Rio da Prata.

O grupo de lideranças armadas da região do Rio da Prata, conforme destaquei, não almejava expansão territorial e exploração de mercados ilegais (com exceção de Chico de Bala) a ponto de entrarem em conflitos armados com o grupo de Batman e Jerominho, ambos já eram conhecidos na região. O que essas lideranças realizavam eram a proteção local contra roubos e furtos recorrendo a violência, assassinato e desaparecimento forçado.

> "Tinha o carro da linguiça, cara...todo mudo sabia quem era. Se tu ouvisse naquele dia 'o carro da linguiça vai passar hoje' alguém ia morrer e morria. Na época de carnaval tinha o carro da linguiça. Quem mais matava era o Xando. Mas Xando era um cara justo. O bairro todo gostava dele" (Entrevistada – Juliana, 2024).

A arrecadação[190] dessas lideranças se resumiam a pequenos negócios, como padarias, sacolão, festas de rua e privadas. No entanto, o que permitia maior arrecadação advinha da segurança e proteção. E neste caso um dado interessante é que a proteção servia também contra o grupo do Batman. Não era apenas por tomar posicionamento na briga entre Batman, Jerominho e Chico Bala, evidentemente que este fator teve um relativo peso, porém, o que mais pesou foi o modus operandi de Ricardo Batman, principalmente a extorsão generalizada e o controle de mercados ilegais. Era de conhecimento geral, não apenas das lideranças armadas, mas também dos moradores, o

[190] Os entrevistados não souberam dizer se as taxas que essas lideranças recebiam eram voluntárias ou coercitivas.

terror, violência, medo e mortes associados ao grupo de Ricardo Batman. Portanto, numa espécie de acordo comum, nenhum deles fizeram aliança para se juntarem ao grupo de Jerominho.

Nesse sentido, se por um lado o grupo armado miliciano acumulou prestígio por fazer questão de se mostrar diferente do grupo armado do varejo das drogas, em certa medida, as lideranças armadas locais ao observarem toda repercussão atrelada a chamada liga da justiça, não se interessava em ser aliar ou ser comparada com ambos. Na visão deles, teriam sua própria forma de gestar o território, considerando a opinião dos moradores. “Eles queriam ser os protetores do bairro” (Paiva – Entrevistado). Portanto, proteção e segurança significava a preocupação com a tomada do poder local feita por Jerominho e Batman e ao mesmo tempo não permitir que o loteamento Arnaldo Eugênio (localizado na região, por exemplo) tornar-se uma favela. Pois para os gestores do poder local, favela significaria venda de drogas, facções, depreciação urbana etc.

Essa perspectiva, ainda que coincidente, se aproxima da discussão realizada no primeiro capítulo, em que no geral, precariedade urbana, de serviços públicos, políticas de habitação incompletas, tornar-se mais favorável para o surgimento de lideranças locais armadas para mediar questões sociais atravessadas pela violência, força e poder. Paiva e Juliana mencionaram com frequência nas entrevistas esta projeção de realidade. Por conseguinte, aos poucos, eles viraram os solucionadores dos problemas na região.

> Você não ligava 190...comerciante nenhum ligava 190. Tinha que falar com o fulano (uma das lideranças armadas) que todo mundo sabia quem era, seja X, y ou Z. Essas figuram tinham muito poder e eram eles que botavam a cara para resolver (...) Até os policiais do bairro sabiam que eram eles que resolviam esses casos (Entrevistado – Paiva, 2024)

> Pô, aqui tinha evento grande...tinha a Expo...quem regulava, digamos assim, para manter a ordem desses eventos? Eram os caras. Era o evento para 15 mil pessoas, tinha rodeios. (Entrevistada – Juliana, 2024).

De fato, à medida que a urbanização avançava, as lideranças armadas locais precisavam se adaptar às novas dinâmicas territoriais. A reestruturação espacial em curso reorganizava a localidade de acordo com a divisão do trabalho, transcendendo a antiga lógica centro-periferia. Nesse contexto, figuras como Chico Bala e outras lideranças da região do Rio da Prata desempenharam um papel preponderante, mediando essas transformações e redefinindo seu poder dentro do processo.

A Região do Rio da Prata começa na primeira década de dois mil a experimentar essas mudanças. Novos grandes comerciantes assumem o protagonismo da especulação imobiliária, mas seguindo o corredor que levaria ao principal centro do bairro, centralizado na rua Coronel Agostinho, o Calçadão de Campo Grande. Seguindo a Estrada do Cabuçu surgem no decorrer da via grandes comércios locais modificando a paisagem. E mais ainda: os grandes comércios também acreditavam ser importante ter os "seguranças" locais próximos ao seu comércio.

> Antigamente aqui no bairro, era visto como uma localidade muito pobre, mas que também tinham pessoas com poder aquisitivo muito alto. Região do Rio da Prata ali, já existiam alguns grandes comércios, e não tinha policiamento em Campo Grande. Daí que os próprios comerciantes começaram a se debruçar na amizade com esses caras. Se tivesse um roubo quem ia resolver? Então o que eu vejo, o grande estopim associado a figura e surgimento desses caras, foi o crescimento de grandes players de comércio para a necessidade desses caras com a segurança. Então vem o Prezunic, que ajudou a construir esse cinturão que liga Rio da Prata a Campo Grande, depois vem Craque do Pão. Que ai teve a necessidade desses caras fazerem a segurança desse local. Porque esses caras não faziam segurança parados e parar em frente ao estabelecimento precisava de dinheiro. (Paiva - Entrevistado, 2024).

Essa dinâmica urbana se parece em muito com as dos loteamentos e bairros que analisei no primeiro capítulo, contudo, a diferença se dá pela evolução e clareza mais direta de liderança armada para grupo armado. Na região do Rio da Prata esse processo evolutivo encontrou mais resistência do que se podia esperar. Combinado com uma mudança urbana, as lideranças locais do Rio da Prata se adaptaram a essas mudanças enquanto em Cosmos, Vilar Carioca, Paciência etc. Não notaram a mudança de paradigma urbano, portanto, foram superados não somente pelo tempo, mas pelos novos agentes armados que recorreram a violência para imprimir mudanças.

As lideranças armadas locais, percebendo as transformações em curso, adaptaram suas operações para acompanhar as novas dinâmicas territoriais. Essa adaptação não se limitou ao aumento natural das taxas de extorsão, mas expandiu-se para o controle de mercadorias ilícitas e a regulação de novos mercados ilegais. Com o crescimento iminente do fluxo comercial entre o Rio da Prata e o Centro de Campo Grande, área que crescia ainda mais como polo econômico e comercial, essas lideranças ampliaram sua atuação territorial. Robreldo, por exemplo, passou a construir e alugar lojas comerciais ao longo do eixo que ligava a Estrada do Cabuçu aos bairros menores. Paralelamente, Xando investiu na construção de casas e kitinetes para aluguel, embora

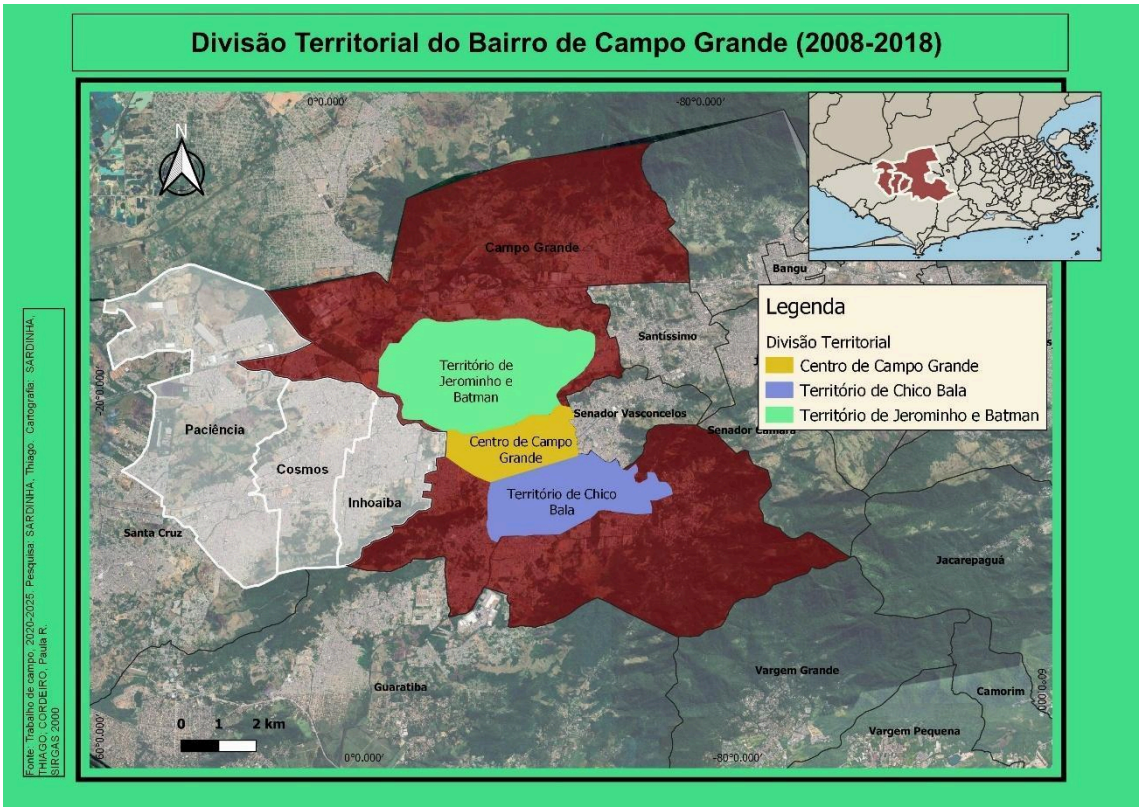
sua principal fonte de acumulação viesse do negócio da segurança. Após Chico Bala, era Xando quem mantinha a presença mais visível perante a comunidade. Já Chico Bala, entra no mercado das vans (inicialmente kombis), no entanto, com um potencial inimigo de antemão.

O risco era iminente. Entrar nos negócios com transporte alternativo naquele momento poderia ser causador de enormes problemas e conflitos. Contudo, era de conhecimento geral que este negócio era lucrativo e ao mesmo tempo a principal alternativa informal para o desemprego. Mesmo assim, o policial adentrou no negócio. Foram criadas três linhas que circulavam toda a região do Rio da Prata ligando a Campo Grande. Todas asseguradas por Chico Bala e as outras lideranças locais[191]. Todas as linhas ligavam os bairros da região à rodoviária de Campo Grande e ao redor: Arnaldo Eugênio, Rio da Prata, Vasconcelos etc. Porém, com trajetos relativamente longos para que embarcasse o maior número possível de passageiros.

Enquanto isso, Ricardo e seu grupo armado (chamado pela imprensa de Liga da Justiça) vinha consolidando sua hegemonia na Zona Oeste, controlando o mercado de transporte, conforme explicado na seção acima. Já dominava a principal linha e a mais lucrativa que era a Santa Cruz – Campo Grande, neste trajeto, com linhas adentrando a bairros também estava sob a proteção e controle de Ricardo Batman e seu grupo. E tratando-se de um bairro controlado por Ricardo, para Jerominho era capital eleitoral correspondente às suas pretensões. Entretanto, ainda faltava a região do Rio da Prata, em Campo Grande. Porém Chico Bala estava decidido a disputar o território com o Ricardo Batman e Jerominho (Mapa 3).

[191] Não consegui a informação mais precisa como a gestão das linhas foi dividida.

Mapa 3 - Divisão Territorial do Bairro de Campo Grande entre o Grupo Armado liderado por Chico Bala e Jerominho e Batman.



Fonte: Fonte: Instituto Pereira Passos. Elaborado por SARDINHA, Thiago; CORDEIRO, Paula R. 2025[192].

A guerra estava declarada entre Chico Bala contra Batman e Jerominho, guerra por disputa pelo principal mercado ilícito para os grupos milicianos da Zona Oeste. Os moradores sabiam que acontecia uma guerra pelos já abalados moralmente milicianos (grupo apenas de policiais que faziam segurança contra o tráfico), a dificuldade se sustentava em discernir quais grupos e seus membros. Chico Bala também conseguiu reunir um grupo de policiais na disputa contra Batman e seu grupo, na CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) são citados como uma espécie de "núcleo duro" de policiais que atuavam junto com Chico Bala[193]. O interessante dessa disputa era que os "cabeças" que na sua maioria era composta por policiais militaras da ativa ou expulsos e aposentados dificilmente se enfrentavam diretamente, as mortes e desaparecimentos

[192] A imagem é apenas para ilustrar como os territórios estavam definidos, portanto, não há uma precisão no georreferenciamento, até mesmo pela dificuldade em definir um limite territorial preciso para ambos os grupos.
[193] São eles: Ronald Bortolozo (PM da ativa); Sérgio de Lima (ex-PM); Alexandre da Silva Monterio – O Popeye – (ex-PM); Eduardo Chagas (ex-PM); Hebert Camijo da Silva (ex-PM); Carlos Alexandre da silva.

forçados eram frequentemente de membros civis e numa posição hierárquica inferior na organização, trocando em miúdos, os chamados "buchas[194]". O assassinato destes membros, ocorria quando involuntariamente desobedecia às regras de um grupo, que mudavam repentinamente. Por exemplo, o fiscal fazia a arrecadação das taxas que motoristas teriam que pagar para circular com a sua van. Se o grupo do Batman soubesse que um fiscal ligado ao grupo do Chico Bala estava em um ponto fazendo a arrecadação de linhas em territórios que supostamente eram seus, algum membro do grupo do Batman executava este fiscal. O contrário também acontecia. Se o grupo do Chico Bala soubesse de alguma cobrança de taxa a algum motorista de alguma motorista circulando em sua linha, algum membro do seu grupo iria até ao local cometer o assassinato.

As mortes desses descartáveis para o grupo armado aconteciam em qualquer lugar, no horário que fosse. Era dessa forma que moradores e, portanto, usuários do transporte por vans percebiam que uma guerra entre grupos armados estava em curso. Motoristas também foram assassinados nessa guerra. O membro do grupo interrompia a van no seu trajeto e com passageiros embarcados, obrigava que todos descessem para que assassinato ocorresse. Em outras, a tática mais comum dessa guerra, era obrigar o desembarque dos passageiros para incendiar a van. Em 2009, em um único dia, três vans foram incendiadas em Campo Grande[195].

O ápice da violência por conta da guerra entre os dois grupos armados milicianos foi quando Chico Bala sofreu uma tentativa de execução promovida diretamente por Ricardo Batman e outros policiais, incluindo o genro do Jerominho, André Luiz Malva. A tentativa de matar Chico Bala ocorreu enquanto ele estava a caminho de São Pedro da Aldeia com a esposa e o enteado. Mesmo sabendo que Chico Bala não estava sozinho, Batman e seus comparsas interceptam o carro na estrada e o metralham. Neste ocorrido a esposa e o enteado são atingidos e morrem em seguida. O caso ganha repercussão na mídia, e Chico Bala, aproveitando a visibilidade, acusa publicamente Ricardo Batman de agir sob ordens de Jerominho. Para reforçar suas alegações, chega a exibir para os jornalistas uma foto de Ricardo como "prova".

---

[194] Os chamados "buchas" eram aquele perfil mais descartável da organização em que facilmente pode ser substituído tanto pela função que exercia quanto pelo perfil facilmente encontrado: homem acima de 25 anos desempregado com escolaridade incompleta. Mais à frente voltarei a falar mais detidamente deste perfil.

[195] CARVALHO, Paulo. "Milicianos Adotam Tática de Destruir Vans". Jornal Extra. Rio de Janeiro, 1 Maio de Maio de 2009. Acesso em: 15/05/2023.

A tentativa de execução do Sargento da PM, Chico Bala, ocorreu em 2007, no ano seguinte, Jerominho é preso pela primeira vez acusado de ser o mandante do ataque e consequentemente da morte da esposa e enteado. A esta altura, ao mesmo tempo, já se falava com frequência na mídia sobre a existência de uma milícia chamada Liga da Justiça e que Jerominho era uma possível liderança do grupo armado.

É interessante destacar os impactos que este ataque a Chico Bala irá proporcionar para as dinâmicas dos grupos armados milicianos, principalmente para o de Ricardo Batman e Chico Bala. Uma regra geral oficiosa entre os milicianos era que policial não mata policial sem antes tentar resolver algum impasse pelo diálogo; não envolver familiares na guerra etc. Ao realizar o ataque, mesmo sendo um ex-policial, a outro policial, Batman rompe uma regra quase institucional entre os milicianos. Esta regra estava presente e funcionava como princípio fundador do grupo: o objetivo era matar somente "vagabundos" e fazer segurança. Portanto, ao tentar executar um policial pelas razões que estavam estabelecidas e a forma como tudo foi conduzido, nesse sentido, perfazia um novo paradigma internalizado pelos grupos armados milicianos.

Ao fazer a denúncia na imprensa oficial, Chico Bala consegue chamar a atenção de outros setores de modo que a percepção da gravidade do ocorrido se amplia. O governador Sergio Cabral, era pressionado para tomar medidas para frear a guerra ora em curso. Não era apenas o nome de Chico Bala e Ricardo Batman que estavam em evidência, todo o conflito era associado também a Jerominho e Natalino.

Nesse contexto, em resposta à ofensiva de Ricardo Batman, Chico Bala elabora uma tática proporcional ao ataque sofrido — e ainda mais ousada: decide "cooperar" com as investigações policiais sobre as ações milicianas em Campo Grande e na Zona Oeste, junto com outro policial Hebert Canijo, conhecido como "Escangalhado"[196], que também era um dissidente do grupo do Batman. A iniciativa surpreende, já que o próprio Chico Bala era reconhecido como um notório miliciano, com controle territorial e do mercado de vans na região. No entanto, evidencia-se que o foco principal dos investigadores era desarticular o maior grupo miliciano, o de Ricardo Batman, ao mesmo tempo que minavam as pretensões eleitorais de Jerominho e Natalino. As investigações na Zona Oeste eram conduzidas pela 35ª DP de Campo Grande, sob o

[196] Ecangalhado e o De lima, outro policial, futuramente se tonariam inimigos do Batman por conta da disputa pelo mercado de vans. Porém, o principal e talvez a altura de Ricardo Batman era o Chico Bala. Ambos foram presos posteriormente e os interlocutores nãos souberam dizer o que aconteceu com eles depois da prisão.

comando do delegado Marcus Neves, que afirmava contar não apenas com a colaboração de Chico Bala, mas também com a de cinco policiais e um bombeiro.

Com isso, a resposta de Chico de Bala perfaz não apenas o aspecto individual, mas a todo grupo rival. Além de romper outro código importante entre os milicianos, que neste período contava com a presença forte de policiais militares. Portanto, a delação não era possível entre seus membros. E no caso de Chico Bala, a gravidade é ainda mais densa por ele ter passado rapidamente pelo grupo de Ricardo Batman e Jerominho.

De fato, as ações de Chico Bala surtem efeito para ambos os grupos armados e para o delegado. Marcus Neves foi responsável pela prisão de um número significativo de membros do grupo de Ricardo Batman, entre os presos havia muitos policiais e ex-policiais. Diante do momento decisivo, os dois grupos em disputa são forçados a reformularem suas estratégias para alcançar objetivos e derrotar seu adversário. Nesse sentido, então, a escala da violência assume proporções quantitativas e qualitativas. A partir desse momento, a violência se intensifica não apenas em quantidade, mas também em brutalidade. Os moradores das áreas disputadas passam a testemunhar assassinatos de policiais em plena luz do dia, cometidos com um *modus operandi* similar por ambas os grupos: emboscadas próximas às residências das vítimas, sempre que estivessem desatentas.

Conforme as ações institucionais do Estado iam se ampliando, os dois grupos também iam mobilizando o máximo de mercadorias políticas para realizar trocas ilícitas e assim atingir seu oponente e manter-se e ampliar seu poder local. Neste caso, Chico Bala mostrou-se ser o mais perspicaz.

O delegado Marcus Neves enfrentava crescentes ameaças devido à sua atuação no combate às milícias em Campo Grande, motivo pelo qual passou a circular com uma escolta composta majoritariamente por policiais civis. Seu nome ganhava destaque tanto na imprensa quanto nas declarações do Secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, sinalizando que o Estado finalmente voltava sua atenção para o problema das milícias. Enquanto isso, o conflito entre Batman e Chico Bala atingiu seu ápice. Como parte de sua estratégia, Chico Bala "colaborou" com as investigações de Neves, o que resultou em diversas prisões de integrantes do grupo de Ricardo Batman. Em retaliação, uma bomba foi lançada contra a sede da delegacia em Campo Grande - não se sabia ao

certo se era um aviso ou uma tentativa de interromper o avanço das investigações. Os supostos autores do atentado, posteriormente identificados como pescadores (pai e filho) moradores de Campo Grande. Em depoimento à CPI os pescadores negaram qualquer execução ou participação no ataque à delegacia. Disseram também não conhecer Jerominho e nem Natalino (Alerj, 2008, p. 58). Pressionado na CPI pelos parlamentares, o delegado Marcus Neves, que sabia da prisão dos supostos autores do atentado, negou a coordenação da operação. Disse que pai e filho de pescadores não tinham qualquer relação com o atentado. Na imprensa, as matérias propositalmente associavam Jerominho e Natalino ao atentado, ambos negaram qualquer envolvimento.

O ataque à delegacia ocorreu em julho de 2008. Em agosto, uma outra investigação descobre um plano dos milicianos em que o delegado Marcus Neves seria assassinado enquanto fosse a uma consulta médica. Surpreso com o detalhe do plano, a tensão aumentava quando o delegado descobre que dois policiais de sua escolta eram os informantes de outros policiais que integravam a milícia. Ainda assim, havia um traço obscuro nessa tentativa de executar o delegado.

As evidências sugeriam que o grupo de Batman e Jerominho havia sido o mais afetado pelas prisões realizadas pelo delegado da 35ª DP, tornando uma represália praticamente inevitável - considerando a conhecida capacidade ofensiva e audácia desse grupo. Contudo, revelou-se posteriormente que os milicianos que planejavam assassinar o delegado eram, na verdade, integrantes do grupo de Chico Bala. Aproveitando o foco das atenções sobre seus rivais, ele articulou meticulosamente a ação para não apenas eliminar uma ameaça, que futuramente poderia prejudicá-lo, mas também para incriminar ainda mais o grupo adversário.

Esse fato, entre outros como o sequestro dos jornalistas do jornal o Dia e a abertura da CPI das milícias, acirraram ainda mais o combate aos grupos armados milicianos, principalmente os que participavam dessa guerra, além da proximidade de Jerominho e Natalino, notórios políticos que aproveitavam sua relação intima com os grupos armados para angariar votos. E não somente isso, Jerominho pretendia ser governador do Rio de Janeiro ou pelo menos candidato, já que, suas votações foram expressivas e tendiam se ampliar.

Entre 2008 e 2009 o cenário territorial torna-se decisivo. Dois grupos armados milicianos disputam territórios para controle e exploração dos mercados ilegais,

principalmente das linhas vans, isso coloca em lados opostos Ricardo Batman e Chico Bala, porém não era apenas isso. Um policial que fazia parte do grupo do Chico Bala ao ser preso revela que a diferença entre os dois estavam no modelo de controle do território.

De Lima, como era conhecido, afirmava que a divergência iniciou quando Ricardo Batman começa seu plano expansivo através da violência e da guerra. Algo totalmente diferente do início da empreitada de um grupo de policiais que se reuniram para "expulsar o tráfico e fazer segurança do bairro". Para alguns policiais este "ideal" ainda era um princípio motivador, que se rompe conforme Batman cada vez mais instrumentaliza a participação policial para seus interesses com uso da violência e execução para controle do território. Por outro lado, mesmo que estes dois grupos estivessem em guerra, seguidas de mortes de integrantes de diferentes lados, Jerominho não abandonava seu propósito. Enquanto o Estado e a imprensa oficial "denunciavam" a proximidade de Jerominho com o grupo miliciano do Batman, nada o fazia desistir da carreira política, e mesmo da proximidade com o grupo. Pois sabia que sua base eleitoral advinha de territórios dominados por ele.

A Região do Rio da Prata foi a que resistiu ao modus operandi de Ricardo Batman e Jerominho, muito por conta dos interesses de Chico Bala e dos policiais que o rodeavam. Ambos não queriam que os bairros da região se tornassem como os bairros de Paciência, Inhoaíba, Santa Cruz etc. Isso não quer dizer que a região se ausentaria de grupo armado ou liderança armada. Neste caso, ao invés das duas formas se oporem (grupo armado e lideranças armadas locais), elas conviveram formando uma espécie de "tradição local". Com a fuga de Chico de Bala, quem mais recebe evidência é Xando. No entanto, para evitar o que acontecera com o grupo dos Caras do Posto a organização do território ocorreu de maneira diferente.

> "Uma bandeira ficou do Chico Bala; o Robredo tinha uma parte da Arnaldo Eugênio que era quem fazia a segurança; O cabeça poderia ser o Xando, porém os outros caras tinham pequenos pedaços em algumas áreas (territórios) dos bairros. Entendeu? Ai que a segurança era meio que dividida. Entendeu? Aí todo mundo ganhava, eles eram muito unidos, não era essa guerra que tem um chefe e os capangas do chefe. Eu morava na Camaipi, um cara cuidava, aí meio que na Arnaldo Eugênio outro cara cuidava, Vila Jardim outro cara cuidava, Rio da Prata outro cara cuidava. Quem cuidava do Rio da Prata era o Xando, ele não era o chefe, mas a consideração dos bairros com ele de liderança era maior do que os outros. Entendeu? Meio que ele era o líder da parada." (Entrevistado – Paiva, 2024).

Essa explicação de Paiva durante a entrevista, denota como que a forma de organizar e gerir os negócios são influenciados pela forma anterior baseada nas lideranças armadas locais. No decorrer da entrevista, em que a Juliana também estava presente, ela chama atenção para o Xando possuir o respeito e a confiança tanto das outras lideranças quanto dos moradores e Xando não era policial[197].

Prisões são realizadas nos dois grupos, prefeitura e Governo do Estado realizam operações para tentar frear o crescimento das vans piratas, mas ainda assim, os negócios se expandiam, embora fosse extremamente importante a participação de seus líderes a organização já era muito maior do que pudesse ser imaginada. Batman é preso pela primeira vez, Chico Bala permanece solto por um tempo, para antes de ser preso, também se tornar um foragido. No entanto, os negócios nunca foram prejudicados, pelo contrário, ampliaram-se, principalmente com a chegada da TV por assinatura pirata, o Gatonet. Com isso e, portanto, consolidação e mudanças ocorrem para que tudo permaneça como deveria ser do ponto de vista do grupo armado miliciano.

4.6 – Desmantelamento Simbólico e Reestruturação Real: fragmentação, disputa interna e expansão territorial.

Estava consolidado na Zona Oeste dois grupos milicianos, principalmente entre os bairros de Campo Grande e Santa Cruz, restando apenas algumas favelas ainda sob o domínio do Terceiro Comando Puro e Comando Vermelho, contudo, seria questão de tempo até que o complexo miliciano não tivesse qualquer rival armado na região.

Entretanto, para que se alcançasse este status precisou que a geografia política e os agentes envolvidos em relações de poder, tanto locais quanto regionais, se movimentassem de tal forma para que os territórios se estabilizassem assumindo um formato que perduraria por muitos anos. Essa construção começa seus desdobramentos entre os anos de 2008 e 2009, quando prisões importantes começam acontecer de forma mais efetiva, era o Estado (institucionalmente) agindo de forma decisiva nas disputas locais e a conjuntura política que favoreceu como uma espécie de preparação de terreno para o planejamento futuro para cidade do Rio de Janeiro. Foi nesse cenário que a chamada "maior milícia" da cidade iniciou sua reestruturação, que foi associada a um “desmantelamento”, por isso que inclui o “falso” no título desta seção para indicar que

[197] Mais uma vez reforço a figura da liderança armada local e da sua importância para o lugar, como significado de pertencimento. Xando e Pedrinho Maluco possuem essa característica.

mesmo com os eventos ocorridos no período destacado, o grupo armado miliciano não se desmantelou. Este período foi marcado por fragmentação, conflitos internos e, paradoxalmente, expansão territorial. Apesar da aparente contradição entre esses elementos, essa é a síntese mais fiel para descrever a complexidade do processo.

A imprensa oficial não parava de noticiar a atuação dos grupos armados como um perigo urbano assim como tráfico. Nesse sentido, há uma virada de chave após o episódio de sequestro e tortura dos jornalistas, pois até então, a opinião dos principais jornais do Rio não deixava claro que o grupo armado miliciano era ilegal e criminoso. E esta posição possuía uma enorme capacidade de influenciar a opinião em geral. O Estado se mobilizava institucionalmente através da CPI das milícias que analisei no capítulo três. Mesmo que timidamente, enquanto os debates aconteciam via CPI, algumas prisões já vinham acontecendo. Por exemplo, Ricardo Batman é preso pela segunda vez em agosto de 2007, contudo a repercussão foi bem menor do que o esperado. Batman foi preso pelo atentado contra Chico Bala e por "ser responsável pelas mortes da quadrilha Liga da Justiça". Com ele estava Malva, que também havia participado do atentado.

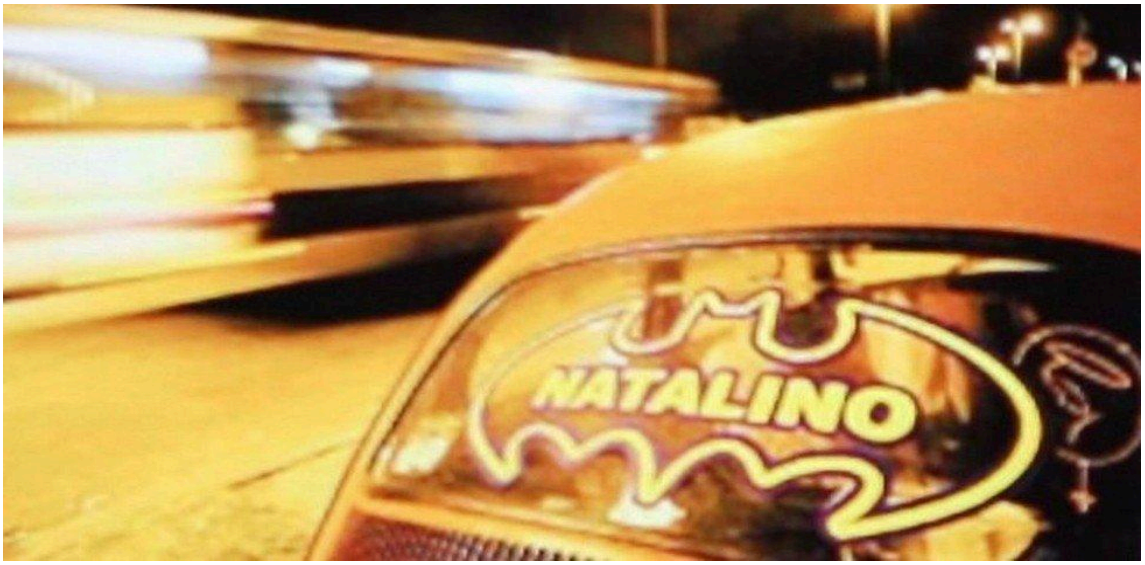
Diante dessa movimentação, os grupos armados nem sequer cogitaram encerrar suas atividades. Nem mesmo Jerominho, que era um dos principais alvos das acusações de envolvimento com a "milícia Liga da Justiça". Jerominho tinha a confiança na sua ampla popularidade conquistada na Zona Oeste, finalmente os irmãos coragem tornaram-se conhecidos.

Natalino foi eleito para deputado estadual em 2006, com 49.405 votos no total. Seguia a mesma votação expressiva de Jerominho, com isso daria para saber o quanto de prestígio social de ambos haviam se consolidado. O curioso nas eleições de Jerominho e Natalino são os locais de votação onde tiveram mais votos. Segundo a CPI, 27. 474 dos votos de Natalino vieram de apenas cinco zonas eleitorais. Enquanto Jerominho havia conseguido a sua reeleição 33.373 em 2004, em que 20.072 dos votos saíram de apenas cinco zonas eleitorais, todas situadas em Campo Grande. Interessante perceber que mesmo com a expansão territorial promovida pela guerra travada por Batman, seus votos concentraram-se próximo de sua residência, onde Jerominho já tinha um notório reconhecimento no local. Todavia, para quem estava inserido na disputa pelo poder na cidade do Rio de Janeiro, a votação expressiva dos irmãos

coragem sinalizava um alerta para uma forma de construir base social e eleitoral recorrendo à violência.

Para sua campanha para a Alerj, Natalino opera sua campanha utilizando do prestígio local de Ricardo Batman no bairro de Cosmos. Lembrando que o prestígio entorno do nome Batman não foi construído por Ricardo Texeira e sim por Aldemar, que já estava morto a esta altura do contexto[198]. Natalino associa sua campanha ao símbolo do Batman (Figura 13).

Figura 13 - Adesivo na Traseira de um Carro Contendo o Símbolo do Batman com o Nome de Natalino.



Fonte: The Intercept Brasil. Disponível em: https://www.intercept.com.br/2018/05/03/criador-de-milicia-sai-da-cadeia/. Visitado em: 14/10/2024.

Uma base social ampla e, portanto, uma eleição, segundo os irmãos coragem, eram garantia de crescimento no cenário político da cidade. Pouco importavam os meios para que tal objetivo fosse alcançado. Ambos tinham a certeza de que este crescimento inibiria automaticamente o fato de os ex-policiais terem buscado e realizado alianças e até trocas de mercadorias ilícitas com lideranças locais armadas e até mesmo com líder do tráfico na Vila Cruzeiro, dominado pelo Comando Vermelho.

Jerominho foi preso em 26 de dezembro de 2007, em Campo Grande. Junto com ele outros suspeitos de serem membros de uma milícia que dominava bairros na Zona Oeste. A operação que envolveu agentes das forças de segurança foi batizada de "Operação Latifúndio", analisada no capítulo dois. Natalino foi preso em casa, em julho

[198] Ver capítulo 2.

de 2008. Diferente da prisão de Jerominho, a de Natalino houve troca de tiros entre os agentes da segurança que participavam da operação e os seguranças de Natalino, que acreditaram serem integrantes do grupo rival de Chico Bala. Ao notarem a "confusão", os seguranças e Natalino se entregam[199]. Um dos chefes que participaram da operação foi o delegado Marcus Neves, o que a esta altura já possuía uma relação conflituosa com o deputado estadual. Natalino no ato da prisão acusou o delegado de perseguição e que não "era chefe de milícia, mas chefe de família." Em entrevista pós prisão, Marcus Neves reafirma que Jerominho e Natalino são líderes de um grupo armado com domínio territorial e execução sumária.

Com isso, os principais líderes daquela que era considerada a maior milícia do Rio de Janeiro estavam presos: Jerominho, Natalino e Ricardo Batman. Em pouco mais de um ano, os Irmãos Coragem e Batman foram capturados. É importante destacar um aspecto pouco conhecido da organização interna do grupo. Os membros mais leais a Jerominho e Natalino eram, em sua maioria, policiais e ex-policiais, além de alguns civis. A atuação do grupo, posteriormente associada ao termo "milícia" em Campo Grande, teve início com Jerominho e outros policiais que viam suas ações como uma atividade "honrosa" para combater o tráfico e garantir segurança. Por isso, a estrutura interna girava em torno da imagem dos irmãos coragem, conhecidos por prenderem Ceslsinho da Vintém. Por outro lado, um segmento mais voltado para mercados ilegais e pilhagem, composto majoritariamente por civis (embora também contasse com policiais), alinhava-se mais a Ricardo Batman. Essa divisão pode ser explicada por dois fatores: 1) a origem geográfica e o vínculo territorial dos membros; e 2) o interesse eleitoral, já que o grupo de Batman não estava totalmente convencido das vantagens de alianças com políticos.

A explicação apresentada anteriormente é necessária porque, mesmo com a prisão dos supostos "chefes", ambos os grupos continuaram operando. O conflito com Chico Bala persistia, assim como os esquemas de propina envolvendo policiais de trânsito e motoristas de vans, que seguiam lucrativos. Os mercados ilegais já estavam consolidados e, apesar das prisões, o objetivo principal era mantê-los em funcionamento.

---

[199] O contexto que envolvendo a prisão de Ricardo Batman, Jerominho, Natalino, e suas respectivas candidaturas, além de outros membros ficaria mais detalhada e precisa em um capítulo à parte. Porém, por conta das regras para esta ocasião, deixarei os detalhes para outra oportunidade

As vantagens com a ocasião ficaram concentradas com Chico Bala, que aproveitou a prisão de seus adversários para expandir seus domínios territoriais. E ainda sendo as linhas de vans como principal vetor de expansão. Chico Bala, avança para linhas em outros bairros. Linhas dos bairros de Vila Nova, Santa Margarida, Jardim Maravilha, Estrada da Posse, entre outras estavam sob o controle de Chico Bala, o maior rival dissidente de Ricardo Batman e Jerominho. Contudo, não demoraria muito tempo para que o foco voltasse para Chico Bala. Porém a demora seria mais longa, pois a situação dos irmãos coragem e Ricardo não estavam completamente resolvidas.

O conflito assume um novo episódio quando após um pouco mais de um ano preso, Ricardo Batman foge do presídio de Bangu. A fuga de Batman, nesse sentido, acirra ainda mais os conflitos entre o grupo de Batman e Chico Bala.

A fuga de Batman do presídio de segurança máxima Bangu 8 — oficialmente chamado Pedrolino Werling de Oliveira — teve ampla repercussão na imprensa e causou forte impacto na sociedade. O miliciano escapou em outubro de 2008, pouco mais de um ano após sua segunda prisão pelo portão de entrada e saída do presídio. Naquele momento, os grupos armados milicianos começaram a receber atenção sistemática da mídia, que, ainda de forma tardia, passava a criticar suas atividades nos bairros e favelas do Rio de Janeiro. Vale aqui uma breve menção à forma como, até então, esses grupos vinham sendo retratados pela imprensa e, por consequência, percebidos pela opinião pública.

Em uma reportagem especial publicada pelo Jornal Extra, intitulada “Milícias S.A.”, no dia 10 de dezembro de 2006, analisava-se o impacto que o fenômeno das milícias poderia representar para a cidade do Rio de Janeiro. A matéria reunia declarações de figuras importantes de diferentes setores, que ofereciam suas interpretações sobre a natureza daquele “novo” grupo armado que ganhava espaço nas favelas cariocas. O então prefeito do Rio, César Maia, por exemplo, definiu as milícias como um grupo de “autodefesa comunitária”. Já um tenente-coronel da Polícia Militar as descreveu como uma “solução para a população”. Quanto à visão de integrantes das próprias forças de segurança — policiais militares e civis, bombeiros e agentes penitenciários que atuavam nas milícias —, estes afirmavam se ver como uma espécie de “poder paralelo” da polícia. A reportagem foi ilustrada com fotos de milicianos na favela Kelson’s, na Zona Norte da cidade. Nas imagens, eles usavam roupas pretas,

portavam rádios transmissores e observavam o horizonte da Baía de Guanabara. O título estampado era direto: “Os novos donos da favela.

Figura 14 - Policiais Realizando Controle na Favela Kelson's (Zona Norte do Rio).



Os novos donos das favelas

Grupos de policiais dominam áreas carentes, oferecendo segurança. Mas cobram por serviços ilegais

FÁBIO GUSMÃO
fabiog@extra.inf.br
MARCO ANTÔNIO MARTINS
marco.martins@extra.inf.br

Há um mês, os moradores da Favela da Kelson's, na Penha, conviviam com traficantes, drogas, menores armados e tiros. O Estado era completamente ausente. Hoje, as bocas-de-fumo estão fechadas, o silêncio da noite não é mais interrompido pelo estrondo de fuzis e a sensação de insegurança diminuiu. O estarrecedor é que o Estado continua tão ausente quanto antes.

A transformação da Kelson's é a mesma percebida em outras 55 comunidades carentes do Rio. O tráfico foi expulso por milícias, grupos de policiais que decidiram lucrar com o vácuo de poder.

Ao ser expulso da Kelson's, o tráfico não deixou como herança apenas as pichações das siglas de facções criminosas nas paredes. Os milicianos vão receber também as fontes de renda ilegais que eram exploradas pelos traficantes, como a TV a cabo pirata, o pedágio das vans e o ágio no botijão de gás.

Além disso, as taxas de R$ 5 e R$ 10, que antes moradores e comerciantes pagavam para a associação de moradores, serão cobradas para manter o domínio da favela, que custa R$ 15 mil por mês. Um dos chefes dos milicianos justifica:

— Nós sabíamos que teríamos que tomar posses de algumas irregularidades para poder manter a nossa estrutura. Hoje, ninguém está retirando dinheiro algum. Todo mundo está trabalhando sem receber. Mas acho válido recorrer a uma coisa ilegal para manter a segurança e o bem-estar de 15 mil pessoas que moram aqui — diz o policial.

Outro miliciano concorda com o colega e emenda:

— Nós temos carteira da polícia e, ao contrário do cidadão que pode prender, nós temos a obrigação de prender, de combater o crime 24 horas por dia — ressalta.

Igual à Zona Sul

Um dos milicianos lembra que a idéia de tomar a favela dos traficantes surgiu para atender aos moradores. Segundo ele, as pessoas eram coagidas pelos traficantes. Ele admite que a milícia vislumbrou uma forma de obter lucro com a prestação de segurança.

— Não moramos aqui e, primeiro pensamos em atender um apelo da comunidade. Na Zona Sul, há segurança clandestina nas ruas e ninguém fala nada. O morador daqui tem o mesmo direito — afirma outro miliciano.

ARQUIVO

FOTOS DE LUIS ALVARENGA

Na Colômbia, paramilitares exploram áreas

Durante seis meses deste ano, a pesquisadora Marianna Olinger acompanhou, na Colômbia, como é a eficácia do processo de paz no país. Como representante da Organização dos Estados Americanos (OEA), ela conheceu grupos paramilitares, ou melhor, as milícias, que negociam a entrega das armas no país.

Segundo ela, os grupos surgiram na Colômbia nos anos 60, quando o Estado não garantia segurança à população. Na ocasião, o governo apoiou as milícias com a justificativa que "melhor elas (a milícias) do que as guerrilhas".

— O que se viu na Colômbia é que este fenômeno acabou com o Estado. O Código Penal foi rasgado. Hoje, a Colômbia paga um preço muito alto por isso — afirma a brasileira, que morou na cidade de Valle du Par, capital do Departamento de Cesar.

Candidatos ameaçados

Situada no norte do país, a cidade é uma das sedes das Autodefensas Unidas da Colômbia (AUC), uma aliança entre pequenos grupos paramilitares. Atualmente, as AUC apóiam candidatos a cargos públicos no país.

Em alguns departamentos (o equivalente a estados no Brasil), dois governadores foram candidatos únicos. Os outros concorrentes foram ameaçados e abandonaram a disputa.

— A polícia e o Exército facilitaram a entrada dessas milícias em determinados lugares. A relação entre eles era muito forte — diz Marianna.

EM 2001, QUANDO A FAVELA ainda era dominada pelo tráfico, os moradores faziam badernas. Hoje, a segurança vigia a Baía para evitar invasões de traficantes

Fonte: Jornal Extra do dia 10 de Dez de 2006. Acessado em: 14/06/2021.

É nesse contexto que a fuga de Ricardo Batman reacende o debate sobre a verdadeira natureza das milícias: tratava-se de um grupo criminoso, a ser combatido como o varejo do tráfico de drogas, ou seriam apenas policiais assumindo o papel que o Estado, há anos, deixara de cumprir — o de oferecer segurança à população das favelas e periferias? Caso prevalecesse essa segunda interpretação, abria-se espaço para a hipótese de um conluio entre o Estado e os policiais envolvidos com milícias, com o objetivo de legitimar e beneficiar tais grupos.

A fuga de Batman do presídio de Bangu 8, somada às prisões de Jerominho e Natalino, além da instalação da CPI das Milícias e das detenções que dela decorreram, abalaram o prestígio com que o grupo vinha sendo tratado nos anos anteriores. Era mais um reforço na virada interpretativa sobre a gravidade representada pelas milícias, que

passaram a ser vistas como grupos armados ilegais e, portanto, deveriam ser combatidas com o mesmo rigor aplicado ao tráfico de drogas. Na esteira desse novo entendimento, a imprensa começou a divulgar que a fuga de Batman teria custado R$2 milhões — versão que, por muito tempo, foi tida como a principal explicação para sua saída do presídio. Restava, nesse sentido, a grande pergunta: quem recebeu os R$2 milhões?

Diante da crescente repercussão pública de seu nome, Ricardo Batman divulgou, de maneira inesperada, uma entrevista em vídeo, dividida em quatro partes e disponibilizada na plataforma YouTube[200]. Na gravação, o miliciano aborda os principais temas que dominavam o debate público no Rio de Janeiro à época, contestando diversas narrativas difundidas pela imprensa oficial. Inicialmente, nega a existência da "Liga da Justiça", atribuindo sua criação a uma construção midiática. A afirmação de Ricardo Batman corrobora minha hipótese tratada no capítulo anterior acerca do surgimento do nome Liga da Justiça atribuída ao grupo vindo da imprensa e da polícia civil. Em seguida, afirma que sua principal fonte de renda estaria ligada ao setor de transporte alternativo, negando envolvimento com atividades ilegais de outra natureza. Sobre sua fuga do sistema prisional, amplamente divulgada como tendo custado R$2 milhões, Ricardo é enfático ao declarar que não houve qualquer pagamento: "Havia uma falha no sistema e a usei para sair. É mais fácil dizer que paguei dois milhões para fugir".

[200] A "entrevista" não se encontra mais disponível na plataforma. O material disponível é uma reportagem do Jornal Extra sobre o vídeo. No entanto, há outra entrevista de Ricardo Batman disponível na plataforma no canal do TV do Jornal O Dia após sua terceira prisão. Entrevista com Batman: fugi para proteger minha família. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=acgkozV6TYk . Acessado em: 14 de Jun de 2021.

Figura 15 - Ricardo Batman Grava Vídeo na Forma de Entrevista e Disponibiliza no Youtube.



Batman, policial foragido, divulga vídeos na internet

Ricardo Teixeira da Cruz, que fugiu da prisão, se defende pelo YouTube

ISABELLA GUERREIRO
isabella.guerreiro@extra.inf.br
MARCO ANTÔNIO MARTINS
marco.martins@extra.inf.br

Um dia depois do Disque-denúncia (2253-1177) anunciar uma recompensa de R$ 10 mil para quem desse informações que levassem à sua prisão, o ex-soldado PM Ricardo Teixeira da Cruz, conhecido como Batman, resolveu usar a internet para se defender. Suspeito de ser um dos líderes da milícia conhecida como Liga da Justiça, ele afirma — em quatro vídeos no site YouTube, que totalizam cerca de 13 minutos — não ser responsável pelas mortes na região e que fugiu do presídio de Bangu 8 sem pagar propina.

Muito tranqüilo — chega a sorrir quando perguntado sobre o número de armas que possui — o ex-policial afirma, inicialmente, que a Liga da Justiça não existe. Logo depois volta atrás e diz que deixou a prisão para "retomar negócios". Defende a milícia e garante só atuar no transporte alternativo a pedido dos motoristas.

Um inquérito da Delegacia de Repressão à Entorpecentes (Draco), entretanto, traz depoimentos de topiqueiros contra Batman. Revela ainda que o grupo miliciano explora gatonet e venda de gás.

REPRODUÇÃO DA INTERNET

BATMAN USA a internet para dar uma espécie de entrevista

— Desde a sua fuga, o número de mortes em Campo Grande aumentou. Essa é a única notícia que temos de lá. Isso tudo acontece sem qualquer ação efetiva do Estado — lamenta o deputado estadual Marcelo Freixo, que presidiu a CPI das Milícias na Alerj.

Investigação

Quando foi preso, em 2007, Batman estava com dois fuzis em um carro com 40 carregadores para fuzil.

— Esse vídeo mostra a periculosidade de um criminoso como este. O nome disto é contra-informação; usar um vídeo para passar a sua mensagem — analisa o delegado Cláudio Ferraz, da Draco.

A Subsecretaria de Inteligência tenta descobrir o local onde foi feito vídeo com Batman. O secretário José Mariano Beltrame não quis comentar o assunto.

Fonte: Jornal Extra do dia 15 de Fev de 2009. Acessado em: 23 de Maio de 2021.

Mas talvez o trecho mais revelador tenha sido quando falou sobre o domínio territorial na Zona Oeste. Disse que a região estava dividida entre ele, Chico Bala, Delson, Escangalhado e De Lima, estes dois últimos ex-membros do grupo de Ricardo e agora mais próximos de Chico Bala. E aqui, uma revelação importante: por um tempo, todos esses líderes atuaram juntos, formando uma aliança que só foi possível graças à articulação política de Jerominho. Era ele quem mantinha o grupo coeso, enquanto os demais cuidavam dos interesses nos mercados de vans e outros mercados. Essa união, ainda que frágil, impediu conflitos diretos por território — algo que, como era de se esperar, durou pouco. No momento da gravação da entrevista, Batman já exercia controle sobre quase toda a Zona Oeste, com exceção da área comandada por Chico Bala.

Batman menciona o motivo de a guerra com Chico Bala ter sido retomada após sua fuga. Comenta que ao ser preso, Chico Bala, De Lima e Escangalhado tomaram algumas linhas de vans que eram suas, além da Cooperativa CooperOeste que possuía linhas em Santa Cruz. E declara: "só quero retomar o que é meu". Quando perguntado de sua relação com Jerominho e Natalino, responde que sempre foi política por conta de a "comunidade tê-lo apoiado".

No território e em Cosmos especificamente, a repercussão tomou as atenções dos moradores. Nasce um personagem desconhecido pelas autoridades, que ainda

discutem como Batman fugiu e muito conhecido pelos moradores de Cosmos: o Mão de Ceda.

Jaime Soares Rocha Filho integrava o grupo de Ricardo Batman, possuía confiança dos outros integrantes por conta de um feito que nunca foi associado a ele, mesmo quando foi preso em uma blitz da Lei Seca, no município de Itaguaí. Jaime Soares era um civil que fazia parte do grupo miliciano de Batman, contudo era daqueles perfis que mesmo oficialmente não sendo policial, agia como se fosse um. Por isso, para ele, em termos subjetivos, integrar a milícia seria o que possuía de mais próximo com a instituição, já que, neste período, o grupo armado ainda aproveitava o prestígio por conta da participação de policiais.

Para se afirmar como um “quase policial”, ele reproduzia uma gramática específica dos integrantes das forças de segurança. Em determinadas ocasiões, apresentava-se como “Papa Mike” — um codinome comum no meio policial, utilizado para se identificar diante de outros agentes sem mencionar explicitamente o nome oficial "Policial Militar". As iniciais do codinome fazem referência às iniciais “P” e “M” de Polícia Militar. Além disso, exibia com frequência a tatuagem do Bope no braço esquerdo, que gostava de deixar visível como forma de reforçar sua identidade de “Papa Mike” perante os moradores.

Jaime era morador do bairro de Cosmos e conhecia praticamente todos os integrantes do grupo miliciano liderado por Batman, além de ter tido contato direto com Aldemar. Dentro de Cosmos, ele era conhecido pelo nome Jaime; fora dali, passou a ser chamado apenas de "Mão de Seda" mas sem ao menos desconfiarem porque assim era conhecido. Esse apelido surgiu justamente por ele ter sido o principal responsável pela fuga de Ricardo Batman do presídio. Segundo os interlocutores, essa informação é dita com convicção, e até com certo tom de humor, já que, até hoje, fora de Cosmos e em parte da Zona Oeste, pouco se associa o episódio ao verdadeiro articulador. Como disse o próprio Ricardo, “é mais fácil dizer que foi comprada por 2 milhões de reais”. Mão de Seda foi assassinado em 2017, em meio às disputas internas de um grupo que já enfrentava uma crise de liderança. Sua morte representa as mudanças que estavam ocorrendo indicando novos paradigmas do grupo.

Batman estava determinado a recuperar as linhas de van que haviam sido tomadas por seus "inimigos". Enquanto isso, a polícia e as forças de segurança

intensificavam sua perseguição contra ele. A imprensa, por sua vez, não cessava de exigir a captura imediata do líder da "maior milícia" do Rio de Janeiro, que escapara de maneira surpreendente, deixando todos perplexos. Enquanto isso, a situação de Jerominho e Natalino só piorava, diante das crescentes revelações que os ligavam a Ricardo Batman.

Para os moradores a situação estava muito confusa acerca de quem era o líder "oficial", quem pertencia a determinado grupo e até onde era a linha fronteiriça de cada território. Só se sabia que Cosmos era de Ricardo Batman e Rio da Prata de Chico Bala como principal além dos outros já mencionados. Por causa desta confusão e, portanto, conflito, parecia ser comum os moradores da Zona Oeste se depararem com a morte de algum integrante fosse policial ou civil. Assim estava a situação dos bairros no cerne da guerra entre Ricardo Batman, Chico Bala, entre outros. Desde que fugiu, Ricardo não somente tentava recuperar o controle das linhas de vans, mas também retomar seu prestígio de símbolo de um modelo de segurança que efetivamente expulsa e evita o varejo do tráfico em locais que possuía controle. Afinal, mesmo não sendo mais policial, conforme o próprio Ricardo, agia como policial.

Inicialmente Ricardo Batman tenta resolver as divergências pelo diálogo por conta de se tratar de assunto entre policiais. Tenta de toda forma entrar em contato com os desafetos. Por conta da negativa, parte para outro método, que é impor o medo e a ameaça. Esse método fica claro quando ao tentar contactar o De Lima e não conseguir, liga para uma Cooperativa que havia sido tomada do Batman pelo policial. A conversa foi interceptada pela polícia e divulgado no portal de notícias Terra:

> "O senhor avisa a ele que a partir de segunda-feira eu vou acabar com essa linha aí. (...) Tá comprando um barulho de Chico Bala... minha guerra é com Chico Bala, não é nem com ele", ameaça. Em seguida, Paulo também sofre intimidação. "O senhor é trabalhador. Se eu fosse o senhor, até pulava fora, hein?!"
>
> "Já te avisei, vou falar mais uma vez. Mas eu tô vendo que vocês não estão querendo acordo. Vocês estão querendo guerra, vocês vão ter, parceiro. Me liga aí, vou esperar teu contato hoje até meia-noite. Se não ligar...não vou medir consequência".
>
> Em uma outra ligação, Ricardo Batman fala direto com o funcionário, sendo alguém desconhecido para ele, já que, quando "assumiu a segurança da cooperativa" trocou os funcionários para que quem ocupasse fosse leal aos seus ditames.
>
> Batman: Bom dia, Seu Paulo. Por favor, o De Lima tá aí?

> Paulo: Aqui não tá, não. Quem é que tá falando?
>
> Batman: É o Batman.
>
> Paulo: Tá de brincadeira comigo, né?
>
> Batman: Não, não tô de brincadeira, não, Seu Paulo. Só tô ligando porque sei que o senhor é uma pessoa do bem. Então, o De Lima, já liguei duas vezes para o celular dele e ele não tá me atendendo. O senhor avisa a ele que a partir de segunda-feira eu vou acabar com essa linha aí. Vocês estão cobrando uma porrada de linha que não é de vocês. (...). Vou cair pra dentro dessa cooperativa e vou acabar. Quem 'tiver' trabalhando aí, vai pagar as consequências também. Eles têm que devolver o que é meu. Não vou medir consequência, não. E o senhor é trabalhador. Se eu fosse o senhor, até pulava fora, hein?!
>
> Paulo: Tá certo.
>
> Batman: Pode ter certeza, eu vou acabar com essa cooperativa. Porque o que vocês estão fazendo comigo é sacanagem, entendeu? Tá comprando um barulho de Chico Bala... Minha guerra é com Chico Bala, não é nem com ele (De Lima), nem com o pai dele (Delson). Pô, neguinho fica dando tiro aqui nos meus moleques que tão trabalhando. Infelizmente, tô num prejuízo do c... e vou correr atrás, certo?
>
> Paulo: Peraí, ô Ricardo. Fala aqui com o Agno também.
>
> Batman: Tranquilo? É o Ricardo quem tá falando.
>
> Agno: Ô, Ricardo.
>
> Batman: A partir dessa semana eu vou cair pra dentro dessa linha aí, parceiro. Não vou medir consequência. Fui preso, vieram aqui em Campo Grande, tomaram tudo que é meu, entendeu? Junto com aquele safado, aquele Gaguinho e aquele Escangalhado... Agora eu quero o que é meu de volta. Entendeu?
>
> Agno: Entendi.
>
> Batman: Eu não queria fazer isso. Só que eu tô sendo obrigado a fazer a mesma coisa que eles estão fazendo.
>
> Agno: Tô entendendo.
>
> Batman: Se eu fosse vocês, até pulava fora dessa porra, porque eu vou botar esse bagulho pra pegar fogo, mano.
>
> Agno: Tá OK. (...) Obrigado pelo...
>
> Batman: Você me desculpa aí... Infelizmente, é uma guerra e eu não vou ficar deixando entrar dinheiro pra eles e eles comprando arma par fortalecer os caras pra vir me dar tiro. Falou, irmão?[201]

Insistindo em resolver entre "colegas", Ricardo Batman ainda tenta falar diretamente com o De Lima, que entre os outros mencionados no conflito era quem mais tinha respeito no miliciano e do antigo grupo por conta de uma "ética" subjetiva

---

[201] Portal Terra. Escutas Revelam que "Batman" fazia ameaça de guerra". Disponível em: https://www.terra.com.br/noticias/brasil/policia/escutas-revelam-que-batman-fazia-ameacas-de-guerras,978aac68281da310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html?utm_source=clipboard. Acessado em: 13 de Abril de 20221.

pela posição de policial. Com isso, em seguida, liga para De Lima deixando recado na caixa postal do quase inimigo.

> Batman: Fala aí, De Lima. Tô aguardando teu contato aí, irmão. Fazer um acordo, mano, tô querendo fazer um acordo, vocês não tão querendo... Vão arrumar problema, parceiro. Não tô querendo problema contigo nem com o Popeye, já te avisei. Mas eu tô vendo que vocês não tão querendo acordo, vocês tão querendo guerra. Vocês tão querendo guerra, vocês vão ter. Me liga aí, vou esperar teu contato hoje até meia-noite, parceiro. Se tu não ligar...

Essa conversa interceptada e divulgada na imprensa expressa alguns elementos que venho tratando neste capítulo. Primeiro a forma com que Ricardo Batman trata o policial que ainda não se tornou seu inimigo. E pelo fato de ser policial, Ricardo parece manter uma compostura diante do antigo colega de grupo armado e de corporação. Já ao falar com o funcionário, também fica nítido o tratamento respeitoso com o "trabalhador" que apenas era funcionário sem lado na guerra. Ao que parecia o único inimigo incondicional de Batman era somente Chico Bala e aquele que escolhesse ficar do seu lado.

Em segundo, em outra parte do vídeo publicado no canal da TV o Dia no Youtube, Ricardo explica que a guerra com outros "donos" da Zona Oeste, começa por conta da "ganância" deles em cobrar taxas de linhas que eram de Ricardo. Ao revelar este motivo, Ricardo Batman, involuntariamente explica a existência de um acordo para exploração econômica dos territórios formados na Zona Oeste do Rio de Janeiro, principalmente do mercado ilegal de vans. Essa parte pode ser comparada com o relato coletado quando entrevistei Ronaldo. Ele explica que internamente não há uma regra geral que direcione as ações, ao contrário, são as ações e quem emite as ações que vão criando as regras, que por sua vez são temporárias.

> Funcionava assim: os caras eram amigos, enquanto eram amigos, policiais amigos, tinha o respeito, mas tinha a ganância também. A ganância só aumentou quando saiu daqui (Cosmos). Por exemplo, tem um cara que é amigo, mas tá de olho em querer mais, o que ele faz? Ele começa a botar o outro cara na bola para ficar com o que é dele. Começa falar que tá faltando dinheiro na contabilidade. Começa a falar que morador não tá gostando da conduta dele, até que a cobrança começa vir na reunião. Só que o cara não aceita a cobrança daí começa o conflito por causa da ganância porque tinha muito dinheiro e muito polícia junto (Entrevistado – Ronaldo, 2023).

Os acordos, aparentemente, eram firmados por meio de contratos verbais, baseados na confiança derivada da posição social ocupada pelo indivíduo — no caso, o policial. Contudo, mesmo tratando-se de um agente da lei atuando na ilegalidade, era

muito difícil determinar qual palavra teria maior validade em um cenário onde a autoridade formal já está comprometida, por isso a intriga interna era recorrente. A hierarquia era mais rigorosa na separação entre militares (agentes das forças de segurança, principalmente policiais) e civis. No entanto, entre os militares a organização ocorria pelas práticas e ações individuais, tudo baseado na simbologia do ser policial, para um civil assumir a posição de liderança no grupo de Batman era quase impossível. Iniciativa e coragem para executar determinadas ações eram também elementos de destaque entre eles e funcionava como reforço renovador de confiança entre eles. Isso explica, por exemplo, o fato de Ricardo Batman procurar insistentemente dialogar com De Lima, que era um policial de confiança do grupo. Já com outros policiais de ambos os grupos não ocorreu da mesma forma. É possível acrescentar também o tempo em que estiveram juntos na formação do grupo, portanto, ambos fizeram parte do início do que o grupo armado havia se constituído.

Ricardo Batman não tinha a dimensão do que o grupo do qual era um dos principais operadores havia se tornado. Repercussão política, pauta constante na imprensa e principalmente na opinião pública que via os Caras do Posto, ou o grupo armado miliciano de outra forma. Apesar disso, não abandonou suas pretensões. Prova disso foi a gravação do vídeo em que tentou desconstruir narrativas que minavam o prestígio inicial de sua empreitada, realizada em conjunto com um grupo de policiais. O codinome "Batman" (tirado de Aldemar) já não o protegia da imagem que o perseguia: a de um fugitivo da polícia, acusado de supostos homicídios. Internamente, o grupo também perdia coesão, distanciando-se do propósito original que unira seus membros — expulsar o tráfico e garantir segurança. Na prática, porém, a "segurança" tornara-se apenas um pretexto para legitimar a pilhagem social no território.

Enquanto Ricardo estava preocupado apenas com as linhas de vans, outros membros do grupo armado expandiram para novos mercados ilegais. Ainda que de forma muito incipiente as ligações de TV por assinaturas clandestinas o chamado “Gatonet” começavam a chegar para os comerciantes utilizarem como atrativo em dias de jogo de futebol em seus bares cuja transmissão somente via TV por assinatura. Porém, o foco de Batman era as linhas de vans por causa da possibilidade maior de arrecadação.

Batman é preso pela terceira vez na noite de 13 para 14 de maio de 2009. Estava na casa da família, no bairro de Paciência. No momento da prisão não ofereceu

resistência. Para a imprensa oficial significou ousadia por parte do “criminoso mais procurado” em ser capturado de forma tranquila na casa da família, esperava-se que estivesse escondido em algum “bunker do crime”. Embora tenha sido encontrado na casa da família, a polícia encontrou na casa uma significativa quantidade de armas. Batizada de "Missão Suporte" pela polícia civil, a operação mobilizou efetivos da CORE e apoio aéreo de um helicóptero, além de contar com a pirotecnia habitual em ações dessa magnitude. Allan Turnowski, chefe da polícia civil na época, revelou que a missão prescindiu de um trabalho de inteligência em que a polícia passou alguns dias disfarçada monitorando os passos do miliciano. Ele foi monitorado por um carro parado na rua da casa de sua família, em que os seguranças do ex-pm, mesmo averiguando, não conseguiram notar que eram de policiais prontos para prendê-lo. Batman também foi rastreado pela repentina compra de móveis residências, os investigadores seguiram todas as compras até o endereço em que o miliciano estava “escondido”. Para os moradores de Cosmos e Paciência não parecia que Ricardo estava se escondendo ou que se comportava como um foragido da polícia.

Após a prisão de Ricardo Batman em 2009, a polícia desencadeou uma série de operações que resultaram na captura de diversos suspeitos de integrar sua organização. Em um único episódio, mais de 40 integrantes foram detidos por suposta vinculação ao grupo armado. A onda repressiva atingiu também figuras-chave como De Lima e, posteriormente, Escangalhado, ambos capturados pela polícia civil. Essas prisões representavam mais do que uma simples demonstração de força estatal contra o crime organizado. Elas marcaram o encerramento de um ciclo característico de uma geração específica de criminosos - um momento de transição onde antigos métodos operacionais cediam espaço a novas dinâmicas. Com a queda das lideranças armadas locais, reconfiguraram-se as fronteiras territoriais do crime, abrindo caminho para a consolidação de grupos milicianos com estruturas mais complexas e abrangentes. Deste momento em diante a complexidade só aumentaria.

Embora as prisões estivessem em curso, a guerra entre os grupos milicianos não cessava. As divergências, aparentemente, não se limitavam às figuras mais conhecidas; outros integrantes assumiram o papel de inimigos uns dos outros. Com a prisão de Batman e seus aliados, quem passa a ser caçado é Chico Bala, que aproveitou o foco estatal na chamada Liga da Justiça para expandir seus domínios — e conseguiu. Ele chegou a dominar linhas de van em Urucânia (Santa Cruz) e Pedra de Guaratiba. No

entanto, faltava a sua prisão para que o ciclo se fechasse de vez. Se, em 2009, a atenção da Polícia Civil e do Ministério Público concentrou-se quase inteiramente em Ricardo Batman e seu grupo armado, em 2010 o alvo se voltou para Chico Bala e os policiais que o ajudaram a ampliar seu território, evitar o domínio do grupo de Batman e defender suas áreas no conflito contra ele.

Em fevereiro de 2010, Chico Bala foi preso em Guarapari, no Espírito Santo, em um contexto semelhante ao de Ricardo Batman: vivia uma vida aparentemente tranquila, longe dos conflitos que marcaram sua trajetória criminosa. No momento da captura, o ex-PM e miliciano celebrava o aniversário do filho em família, desarmado e sem oferecer resistência. Um mês depois, outro nome de destaque do grupo era detido: o também ex-PM Popeye, integrante do grupo armado de Chico Bala.[202] Ralfi, já havia sido preso e Robledo foi morto em 2022, pelo grupo que restou da fragmentada liga da justiça e liderada por Zinho.

Embora as prisões de figuras simbólicas e mortes de policiais integrantes desses grupos, elas não foram suficientes para desmantelar as milícias de Chico Bala e Batman. No entanto, impactaram sua estrutura organizacional, forçando-os a adaptar seus métodos para manter o controle territorial e a operação dos mercados ilegais. Paradoxalmente, longe de serem enfraquecidos, esses mercados não apenas persistiram como se expandiram. O mercado de vans, por exemplo, mantinha-se estratificado, com cada grupo controlando suas próprias linhas e arrecadações, enquanto os territórios eram rigidamente demarcados e protegidos por esquemas de segurança armada.

Portanto, essa construção histórica analisada - iniciada por agentes como Aldemar, Pedrinho Maluco, Kiko, William (entre outros não abordados nesta tese) - evoluiu para a formação de organizações armadas com características específicas. No caso das milícias, seu traço distintivo primordial consistiu na participação ativa de policiais, tanto em exercício funcional quanto já afastados da instituição. Daí decorre talvez um dos elementos chaves que permitiram tratar este grupo armado como milícia caracterizado pelo controle, liderança e participação policial. Contudo, a participação policial também esteve presente na formação do Esquadrões da Morte das décadas de 1960 e 1970. Em termos de mercados ilegais o que estes grupos deixam de acumulação

[202] Na imprensa já circulava que o nome do grupo de Chico Bala chamava-se “Comando Chico Bala”, que nunca se confirmou de fato.

social da violência junto com mercados ilegais pode ser sintetizado no quadro abaixo (Quadro 3).

Quadro 3 - Novos Mercados Ilegais criados Pelos Grupos Milicianos.

Ricardo Batman	Linhas de Vans; Agiotagem; Segurança Privada; Gatonet[203]; Depósito de Gás.
Chico Bala	Linhas de Vans; Agiotagem e Segurança Privada
De lima	Linhas de Vans e Segurança Privada
Escangalhado	Linhas de Vans e Segurança Privada

Fonte: elaborado pelo autor.

Passado esse período um novo paradigma vai sendo formado, combinando elementos do anterior, ao mesmo tempo, trazendo novas configurações para que a estrutura geral se mantenha mais longínqua possível. Para que isso pudesse acontecer novos mercados ilegais para fins de acumulação precisavam ser criados.

4.7 – Introdução às Mudanças: Toni Ângelo e a virada para um “Bando Armado”

Na seção anterior, concluí minha análise sobre os elementos históricos que marcaram o ápice do termo "milícia" enquanto grupo de policiais que se organizaram para expulsar o tráfico e assumir o controle da segurança local. Busquei demonstrar, com o máximo de fidelidade possível, as contradições inerentes a esse fenômeno, estabelecendo conexões com as práticas de figuras anteriores, das quais, no primeiro capítulo, denominei de "lideranças locais armadas". Na seção em questão, é possível identificar uma mudança significativa em relação a essas lideranças: o controle sobre mercados ilegais, especialmente das linhas de kombis e, posteriormente, de vans, além do domínio de outros nichos do comércio ilícito. Outra transformação relevante foi a transição de uma estrutura centrada em uma única liderança para uma organização coletiva, na qual diferentes membros passaram a compartilhar protagonismo dentro do grupo.

[203] A Gatonet não era tão ampla na época de Ricardo Batman e os outros. Ela só terá ampliação quando Toni Ângelo assume a liderança do grupo. O mesmo acontece com os depósitos de Gás.

Nesta seção pretendo examinar as transformações que mudariam consideravelmente o movimento que se iniciou no final de década de 1990, recebendo repercussão proporcional a sua dimensão e do que assumo para esta ocasião como transformações determinantes oferecendo elementos de desconfiguração do grupo armado miliciano.

Essas transformações ocorreram em um contexto amplamente conhecido por diferentes setores da sociedade, incluindo a opinião pública sobre os grupos armados milicianos. Os resultados da CPI e a posterior prisão de figuras emblemáticas – como Jerominho, Natalino, Batman e Chico Bala, amplamente divulgados pela mídia – foram decisivos para alterar a percepção social em relação às milícias. Do ponto de vista interno, essa mudança também está ligada à reconfiguração do perfil típico do miliciano, antes associado principalmente a policiais e ex-policiais. Com essa transição, os agentes de segurança pública se afastaram da linha de frente, mas sem abandonar completamente as posições importantes nas trocas dos mercados ilegais, passando a atuar de forma instrumental por meio de novos integrantes do grupo, principalmente civis. Outro ponto marcante desse período refere-se a participação direta na política ao mesmo tempo em que declaradamente possuindo laços estreitos com membros ou com o próprio grupo armado[204]. As trocas ilícitas com figuras abertamente políticas com interesse eleitoral também é exemplo de mudança. Em uma conversa com Ronaldo, ele explica de forma enfática que depois do que aconteceu com o Ricardo Batman todos que permaneceram convergiam para uma única conclusão: a política.

> A avaliação de geral foi que o problema que fez acontecer tudo que aconteceu foi a política. Geral tá ligado agora...outros tão arrependido, mas geral sabe que o problema foi se envolver com política. Tanto que depois de Jerominho a ordem era ninguém apoia ninguém. Você não viu ninguém fazer campanha aqui depois disso (Entrevistado – Ronaldo, 2024).

> "Eu ouvi o Toni dizendo que não teria nada da Carminha aqui em Cosmos ou daquela família. Quem fizesse algo pra eleger aquela família ia morrer. Família Jerominho aqui nunca mais" (Entrevistado – Valdecir, 2022).

Os milicianos perceberam que a estratégia de Jerominho em se aliar com lideranças armadas para garantir votos no território encontrou seus limites com a prisão de Jerominho e daqueles que controlavam o território com o "apoio" do já velho

[204] Aqui analisamos as figuras de Jerominho e Natalino, poderia citar, nesse sentido, a figura de Nadinho do Rio das Pedras.

político local. Para os adversários políticos de Jerominho não havia pudor em mencionar os agentes territoriais, emissores de violência, fosse comprovado ou não, era recorrente denunciá-los por diferentes meios sua proximidade com o ex-vereador. Embora o método de Jerominho estivesse claro, para estes agentes, realmente havia possibilidade de não serem atingidos pela trama na qual Jerominho estivesse envolvido.

A família de Jerominho estava inflexível em sair da vida política, primeiro Jerominho, depois seu irmão e em 2008 foi a vez da sua filha Carminha Jerominho, que adotou como sobrenome político o nome do pai para explicitar a evidente relação e assim angariar votos, contudo, a alcunha que escolheu foi de "coração valente". A estética de campanha, como jingle eleitoral, material de campanha etc. Seguiu um mote muito parecido com o do pai e do tio, que neste momento estavam ambos presos[205].

Carminha Jerominho se candidatou para vereadora em 2008, mas foi presa pela polícia federal pouco antes da eleição. Eleita mesmo na prisão conseguiu ser absolvida em 2009. No mesmo ano teve seu mandato cassado por campanha realizada com dinheiro de caixa 2. Só conseguiu recuperar o mandato em 2012, próximo das eleições em que seria candidata. Com dificuldades políticas em mobilizar a ampla base eleitoral construída por seu pai e tio, Carminha não conseguiu a eleição e atingiu uma votação pífia de um pouco mais de 6 mil votos.

A derrota eleitoral de Carminha expressa o aspecto de mudança que mencionei linhas acima. O grupo armado miliciano, com amplo controle territorial na Zona Oeste do Rio de Janeiro não mais estava interessado em realizar trocas políticas com algum político naquele momento. Nem mesmo um aliado histórico, como o caso de Jerominho. Sinal de que o comentário de Ronaldo quando o entrevistei fazia todo o sentido. Para reforçar esse novo paradigma, um fato que explica a derrota eleitoral de Carminha Coração Valente, foi que ela foi proibida de fazer campanha em territórios controlados por Toni Ângelo e seu grupo. Em uma ocasião, a candidata tentou realizar uma atividade de campanha no bairro de Vilar Carioca. A atividade foi interrompida por integrantes do grupo armado e todos que trabalham na campanha, inclusive Carminha que estava presente, foram obrigadas a recolherem qualquer material de campanha que estivesse pela localidade. Em seguida, além deste "recado", Carminha foi ameaçada de morte caso insistisse em buscar votos nas redondezas de Cosmos. Antes deste caso,

[205] Com exceção do símbolo do Batman, que a esta altura já era amplamente criminalizado. Além disso, significava também o fim da relação do grupo armado com a família de Jerominho.

porém, como forma de minar ainda mais a figura de Carminha, o grupo armado, agora liderado por Toni Ângelo, articulou para incriminá-la. Eles invadiram seu comitê de campanha e esconderam armas velhas, em seguida, subornaram alguns policiais para realizarem uma operação contra a candidata.

Toni Ângelo ao assumir o protagonismo e a responsabilidade da gestão do grupo armado tratou de marcar o novo período que estava por vir. Muitos ficaram surpresos com a substituição de Toni Ângelo no lugar de Ricardo Batman por conta da sua discrição na atuação do grupo. Toni era policial na ativa, portanto, se preocupava em não ser associado a um grupo armado miliciano, pois tinha medo de que os próprios colegas de profissão pudessem matá-lo. Ronaldo me explicou que o respaldo de Toni com a comunidade se deu por ele se "Cria" de Cosmos e por ser bem-quisto com os moradores[206]. Toni Ângelo era evangélico e frequentador da Igreja Universal, mas logo em seguida se mudou para a Batista.

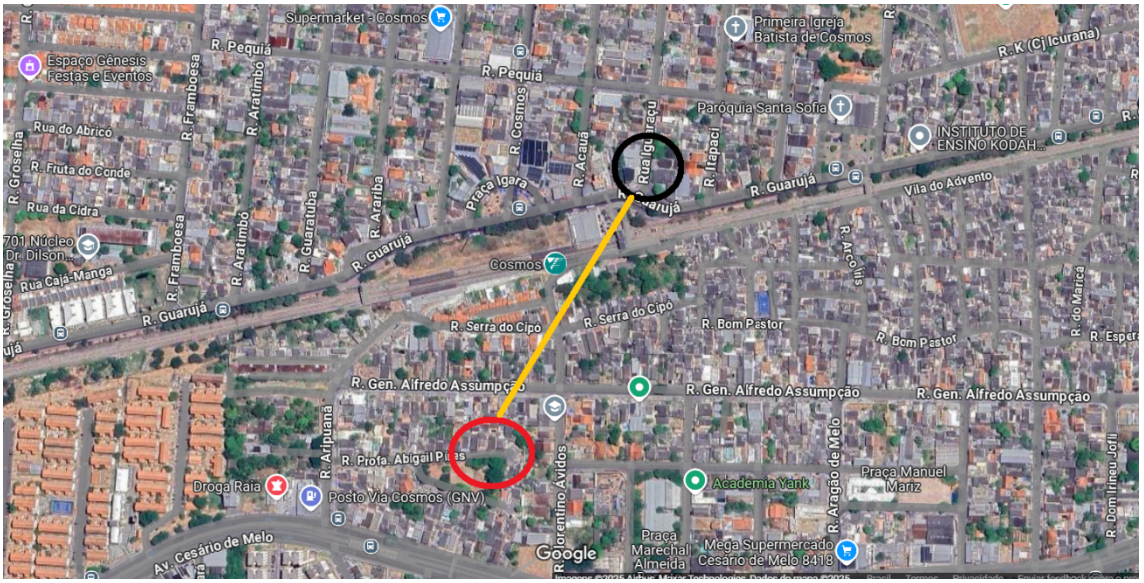
A única ação associada a Toni Ângelo, foi quando em 2009 invadiu um shopping na Zona Oeste com outros integrantes armados para matar outro integrante do grupo rival, de Chico Bala, *"para essas coisas ele era porra-louca"*, comenta Ronaldo. Um dos envolvidos também era policial e estava fardado na ocasião. A repercussão foi tamanha que o secretário de segurança pública, Mariano Beltrame, pediu a prisão administrativa dos policiais envolvidos no caso. Toni foi preso pela segunda vez, permanecendo encarcerado por dez meses.

Para quem minimamente prestava atenção na dinâmica do grupo miliciano, estava evidente que alguma mudança estava em curso. A segurança já deixara de ser a justificativa primordial para se estabelecer no território. Agora o domínio territorial é exclusivamente para realizar pilhagem social desmedida conforme os próprios integrantes iam se interessando. Nesse sentido, a delimitação das vans praticamente estabelecida e muito pelo esforço e foco de Ricardo Batman, Totó (como Toni Ângelo era conhecido em Cosmos) daria atenção ao mercado da TV por assinatura e internet. Se quando Ricardo Batman liderava o grupo o seu foco de acumulação era nas vans, o mercado principal de Toni será o serviço de TV por assinatura e internet. Além disso, Totó muda a localização do "escritório" para um local mais estratégico: em frente a sua casa. Se os Caras do Posto ao construírem um local para servir de local simbólico para

[206] Até a escolha de Toni Ângelo como liderança seguiu um critério, coincidentemente, terriotiral: Aldemar (primeiro Batman), Ricardo Batman e Toni Ângelo.

“dialogar” com a população, Toni Ângelo, transfere esse símbolo para o mais próximo possível de sua tutela (Imagem de Satélite 2). Ali havia um trailer que na verdade funcionava como o local de reserva de armas do grupo.

Imagem de Satélite 2 - Mudança de Local de Encontro do Grupo Armado Sob a Liderança de Toni Ângelo.



Fonte: Google Maps

A chegada de Toni ao topo do grupo armado não se deu através de um processo estatutário interno. Aliás, não havia nenhuma espécie de estatuto ou método mínimo de organização hierárquica, conforme relatei acima. Toni Ângelo precisou tomar tudo o que era de Ricardo Batman sem ter que assassinar ninguém ou mesmo ter autorização do mesmo para assumir os negócios. Em seu pensamento era “direito seu” por conta dos serviços prestados ao grupo até então. Apenas dois integrantes conceituados foram contra, pois também tinha interesse em assumir o lugar de Ricardo. Vendo Toni assumindo tudo, abandonam o grupo e as atividades.

Toni assume o comando do grupo em um período extremamente turbulento. Na época, a Polícia Civil e o Ministério Público intensificavam a pressão sobre policiais envolvidos com milícias, investigando suas participações em grupos armados. Apesar disso, o fato de ele ser policial e ser *cria* — ou seja, ter vínculos com a comunidade — serviu como um símbolo para manter a "tradição" do grupo. No entanto, mesmo sob a liderança de um policial, muitos integrantes policiais começaram a deixar a organização devido à forte atuação da Polícia Civil e do GAECO-RJ, que naquele momento

conduzia operações contra as milícias. Com a saída desses agentes, civis passaram a ingressar no grupo e policiais a deixarem o grupo.

Para os moradores em que o grupo armado exercia seu controle com mais proximidade era possível enxergá-los de outra maneira. Toni, por exemplo, era reconhecido como sujeito responsável e "boa praça" que cumprimentava as pessoas nas ruas, ia ao mercado, frequentava festas, principalmente de rua.

> "Totó era chato às vezes. Quando tinha baile ele pegava o microfone e ficava falando mó tempão. Ficava dando lição de moral falando que ele quem trouxe segurança pra comunidade e avisava 'Carminha Jerominho nunca serão hein" (Entrevistado – Valdecir, 2022).

Essa imagem é realmente reforçada pelos outros entrevistados. Inclusive afirmaram de uma maneira ou de outra que a melhor "gestão" do território depois de Aldemar era a de Toni. Por causa da sua passagem pela igreja, Toni aprendeu a cantar e a tocar violão. Quando organizava uma festa, ou ia em outra, gostava de ficar por horas no vidiokê cantando. No caminho do Céu, construiu um salão de festas para realizar churrascos e festas entre membros do grupo, mas que também alugava para quem pudesse pagar. Ali, Toni recebia celebridades da música e jogadores de futebol. Era muito amigo de um cantor de samba bastante conhecido, chegando até compor uma música para ele gravar. A música foi gravada e é muito conhecida, contudo, a autoria da composição não é revelada.

Essa proximidade entre Toni Ângelo e algumas figuras famosas se dá pela agiotagem. Essas figuras chegaram ao Toni muito endividadas e aproveitando-se da situação Toni construiu vínculo ao mesmo tempo em que este vínculo era mantido por "dever favor". Foi dessa forma que os moradores de Cosmos acessaram a alguns artistas que através de Toni Ângelo faziam shows de graça na praça de Cosmos. No mesmo contexto, artistas frequentavam festas no salão do grupo armado a convite de Toni Ângelo. Valdecir me levou para conhecer o salão, lá me contou como acontecia as festas e quem frequentava. O lugar, também funcionava para que integrantes do grupo fizessem reuniões sobre os negócios e problemas internos, seguido de churrasco. Consegui rapidamente fazer o registro sem que os presentes notassem (Foto 4).

Foto 4 - Salão de Festas do Grupo Armado - Na parte Interna do Muro há Caricaturas de Personalidades que Frequentavam o Salão ou Era Admirado por Toni. (O salão Também era Utilizado para Reuniões do Grupo)[207].





Fonte: Registro do Autor.

Uma mudança significativa que será implementada por Toni Ângelo e também será decisiva em termos de justificativa para ação do grupo armado desde sua origem, será a ampliação dos mercados. Como Toni expropria o que já existia e pertencia ao

[207] Para evitar exposição e problemas judiciais futuros, não detalharei sobre quem eram os artistas que possuía proximidade com o grupo armado de Toni. Contudo, conforme meus interlocutores mencionaram, era comum a presença dessas figuras a convite de Toni Ângelo.

Ricardo Batman, o primeiro esforço foi manter o que já foi conquistado e ampliar o máximo que pudesse. Desta forma, começa monopolização da venda de gás, água, serviço de internet e TV por assinatura. E a segurança definitivamente torna-se sinônimo de extorsão. Além disso, novos mercados são incorporados pelo grupo: depósito de bebidas e loteamentos de terrenos vazios.

> Esses caras ganharam muito dinheiro com negócio de terreno. Lotearam tudo! Tomaram terreno pra caramba dos outro ai...Terreno que não tava murado eles iam tomando. Ai os pitoco (localidade em Paciência) ali tão tudo cheio de casa que os caras loteou. Mas ali foi o cara do Três Pontes (Carlinhos). Mas quem começou com isso foi o Toni. Ai os condomínios. Entrou os condomínios. Eles tudo pagavam os caras, segurança... Cheio de condomínio...eles tudo pagou. Da Tenda (construtora) então...Ali em frente a minha casa tem um. Minha casa minha vida[208] não dava muito dinheiro não as pessoas ganharam a casa, não ia ter dinheiro para pagar não, negócio era o particular da Caixa e da Tenda (Entrevistado – Valdecir, 2022).

Nos condomínios do programa minha casa e minha vida, Toni fez questão ir pessoalmente conversar com os moradores para explicar como eram as regras e os códigos locais, diferentemente de onde elas vinham. *"Ele chegou lá e falou: quem quiser ficar vai ficar, mas sem sacanagem (bagunça)* (Entrevistado – Valdecir, 2022).

A ampliação da extorsão também alcançou proporções enormes a ponto de Toni e seu grupo serem responsáveis pela "segurança" do Clube Luso-Brasileiro, entre outras casas de Show, como West Show e Big Field.

> "Rapá eu acho que os caras do Luso ali, os donos...venderam porque não aguentaram mais perder dinheiro para esses caras (milícia do Toni). Uma vez lá no Show do Racionais eu vi um cara indo cobrar 5 reais da mulher que estava vendendo bala. Eles estacam recolhendo de geral filho. Eles estão recolhendo de geral, barbeiro oficina. (Entrevistado – Valdecir, 2022).

A sensação que circulava era que com a chegada do Toni algumas mudanças necessárias iam ser estabelecidas para "voltar o que era" quando Ademar liderava e controlava o bairro. Diferentemente de Ricardo Batman, Toni circulava bastante pelas ruas, aparecia em locais públicos e participava de confraternização no bairro. Além disso, Toni, pessoalmente, na sua lógica tentava agir com "justeza" mesmo que fosse

[208] O contexto do qual Valdecir menciona sobre as pessoas que ocupavam os apartamentos do programa minha casa minha vida do governo federal, refere-se ao contexto das remoções ocorridas no contexto dos Megaeventos no Rio de Janeiro. Nesse contexto, mais de 67.000 pessoas foram removidas de suas casas em favelas da região onde ocorreria os eventos, o chamado "corredor olímpico". Ao serem removidas parte dessa população foi remanejada para a periferia da cidade, como a Zona Oeste por exemplo. O bairro de Cosmos e Paciência receberam obras de moradia para que as pessoas removidas ocupassem. Para mais detalhe ver: Azevedo, Lena; Faulhaber, Lucas. ***"SMH2016: remoções no Rio de Janeiro Olímpico"***. Editora Mórula. Rio de Janeiro, 2015.

para manter seu controle. Esta característica é importante por conta da expansão territorial e o aumento de integrantes civis no grupo. Algumas extorsões, situações e dinâmicas fugiam ao controle do Toni. Valdecir explica que em uma ocasião em que um membro do grupo estava tomando terrenos que não possuía nenhuma identificação aparente. O miliciano simplesmente cercava e mandava aos moradores avisar que era o novo dono. O verdadeiro dono do terreno aparecia e ficava sabendo do ocorrido, ia até o miliciano e mostrava o documento que comprovava que era dono. O miliciano não importava se tinha documentos ou não, a pilhagem já estava concluída. Este fato chegou até o Toni Ângelo na forma de reclamação do morador. Valdecir não soube explicar como ele ficou sabendo, já que, o escritório para contato com os moradores havia sido extinto pelo próprio Toni, a hipótese é que tenha sido pelo capital social mobilizado.

Diante do caso, Totó ordenou para que um integrante de sua confiança procurasse este suposto dono do terreno para ouvi-lo e caso confirmasse a posse, o terreno deveria ser devolvido. O homem de confiança encontrou o proprietário do terreno, que também lhe mostrou o documento. O miliciano de confiança de Toni disse que devolveria o terreno por conta de o documento ser legítimo, mas que deixou o recado: só seriam devolvidos os terrenos que tivessem documentos. Procurou o comparsa responsável pela “expropriação indevida” e o executou. Para os moradores, essa atitude paradoxal transmitiu a imagem de uma liderança que, mesmo atuando na ilegalidade, mantinha certo código de "justiça", reforçando a percepção de que, "apesar de tudo, não era tão ruim assim".

Esse caso também reforça a retirada dos policiais que integravam o grupo armado, pois, como venho destacando, a dinâmica estava mudando e seguindo uma direção muito diferente dos objetivos iniciais da empreitada, que tinham como premissa garantir a segurança e coibir o tráfico no bairro. Assim, se a participação policial era um argumento para sustentar que o grupo se caracterizava como “milícia”, esse ponto começava a perder força. No entanto, a saída desses policiais não seria de mãos vazias, pelo contrário, de mão muito cheia, até porque, ao que parece, a exploração econômica e a pilhagem social estavam sem controle.

> Os caras estavam com medo de perder a farda. Teve um que botou a cara no início. Construiu os bagulho dele. Tinhas umas quitinetes, tinha um estacionamento pica no Grumari. Ele uma vez falou pro meu irmão se afastar dos caras de Cosmos que eles eram tudo falso. Quando ele sai fica com as paradas dele (mercadorias ilegais) porque ele tinha a moral dele. Ele só recebia sem meter a mão

> (participar organicamente), daí que ele se faz, meteu a mão em uns terrenos, constrói uns depósitos clandestino de bebida. Ai tipo, (mesmo afastado) ninguém metia a mão nele...entendeu? O cara tinha a luta dele. Tinha a moral dele com o Totó (Entrevistado – Valdecir, 2022).

E foi dessa forma que policiais foram deixando o grupo após as prisões de Ricardo Batman e Jerominho durante a liderança de Toni Ângelo. Aliado a isso, uma observação pode ser feita nesse contexto: policiais ao abandonarem o grupo não deixaram suas mercadorias com o grupo e nem pagaram taxas ao grupo pela proteção dos seus mercados, pois, foi como Valdecir comentou: *"tinha moral"*. Tal fato também contribuiu para a generalizada confusão de que policial envolvido com mercados ilícitos seria automaticamente miliciano! Paralelamente, uma reflexão se faz importante: integrantes do grupo armado miliciano possui não somente os negócios do grupo, mas o seu próprio negócio sem prestar contas a liderança do grupo[209]. Isto, em algumas ocasiões, era motivo de intriga interna, conforme relatou Ronaldo, já que, neste caso, qual mercado era prioridade?

O grupo armado liderado por Toni Ângelo também inaugurou algo que depois atingiu proporções significativas para o futuro do grupo, trata-se da entrada de ex-traficantes que ao perceberem que a perda de seu território era iminente. Esses traficantes articulavam com lideranças do grupo miliciano para fazer parte do grupo e assim manter-se no controle do território, não à toa que eram um dos poucos sobreviventes na disputa territorial. No período de Toni, o mais conhecido foi o Hamburgão[210], mais a frente, no período de Carlinhos e Ecko, inúmeros outros ex-traficantes ingressaram no grupo armado. Este processo contribui para que os mercados ilegais se ampliem (quadro 4). Novos depósitos de bebidas falsificadas são construídos em bairros diferentes; a extorsão alcança outros mercados informais; o gatonet (internet e TV a cabo) se ampliam; nesse sentido, mercados informais-ilícitos-ilegais tornam-se significados de milícia. No imaginário dos moradores, caso inaugurasse algum depósito em algum bairro onde não existia, depósito de gás etc. A suspeita era de que fosse dos "caras" era notória.

[209] Voltarei a este tema mais a frente.
[210] Há uma quantidade significativa de ex-traficantes que trocaram o grupo do varejão pelo miliciano. Contudo não cabe nesse momento detalhar cada um deles, descrevendo o contexto e sua história.

Quadro 4 - Negócios e Mercados Do Grupo Armado sob a Liderança de Toni Ângelo.

Ampliação do monopólio da venda de gás
Ampliação da distribuição do Gatonet (Internet e TV à Cabo) sem monopólio.
Depósitos de bebidas com falsificação das bebidas
Loteamento e expropriação de terrenos “vazios”
Construção de Quitinetes e Condomínios de casas
Expropriação de casas “vazias”
Organização de Festas com o monopólio da venda de bebidas

Fonte: elaborado pelo autor.

A gestão de Toni Ângelo, na percepção dos moradores foi uma espécie de tentativa em retomar o projeto inicial de Ademar desvirtuado por Ricardo Batman e Jerominho, principalmente por acreditarem que somente fugiu do propósito por conta do “envolvimento com política”. E de fato, absorvendo esta crítica geral, Toni rompe com a política institucional e não somente com a família Jerominho, com qualquer outro político, exceto um: Sérgio Cabral.

Ronaldo revela que presenciou o encontro entre Sérgio Cabral Filho, o então governador do estado do Rio, na praça onde localizava simbolicamente o quartel general de Toni. Ele explica que Cabral foi pedir ao Toni que as guerras (Grupo do Toni contra o Grupo de Chico Bala) fosse interrompida para que também não impactasse na mídia, já que, o Rio de Janeiro e o Brasil sediariam os megaeventos. Ronaldo contou também que neste dia estava com muito medo por conta da presença do governador e o impacto que poderia trazer para o grupo, como mortes e prisão para seus membros, e Sérgio Cabral estava ali para dar um aviso pessoal ao grupo.

O pedido de Sérgio Cabral foi atendido, Toni aceitou a trégua vindo do governador. Porém, o grupo encontraria outra forma de se mobilizar taticamente na guerra sem que fosse repercutido na imprensa. Os milicianos adotam o desaparecimento forçado para manutenção do controle territorial e atacar o inimigo na guerra. Valdecir conta que havia um burburinho muito frequente no bairro e arredores sobre o

desaparecimento de alguém e que automaticamente sabiam, implicitamente, quem era o responsável. Por um tempo, não se falava muito sobre embates entre milicianos, pois além desse elemento da intervenção de alguém da dimensão do governador, mesmo que não oficialmente, os territórios de ambos os grupos e, portanto, dos negócios, principalmente de linhas de vans, já estavam rigorosamente definidos. O centro de Campo Grande ainda era a parte neutra conforme a mapa 3, até que inesperadamente ocorreu o encontro de Toni Ângelo com um membro do outro grupo.

Em uma noite comum em Campo Grande, em um bar conhecido localizado na Estrada do Monteiro, próximo ao centro, Toni encontra um rival do grupo de Chico Bala, que naquela altura era liderado por Julinho da Vans. O ano era 2013, os conflitos diretos estavam temporariamente cessados e ambos os lados estavam respeitando a trégua. Nesse período era comum milicianos frequentarem bares em que eram seguranças, donos ou praticavam extorsão. Nessas ocasiões era difícil distinguir quem era policial e quem era miliciano de fato. O miliciano do grupo de Chico Bala estava em um local ao fundo do Bar, em uma área destacada em que determinados frequentadores conseguem acessar. Ao chegar no bar, Toni é avisado da presença de seu inimigo, o mesmo acontece com o outro miliciano sobre a presença de Toni. Com isso, Toni Ângelo ocupa o outro extremo do bar, já que, era um espaço considerável de tamanho. Assim permaneceram por um bom tempo, porém o confronto era inevitável.

Por experiência que possuíam sendo integrantes dos grupos armados milicianos, ambos sabiam que o momento era de “matar ou morrer”. Quem toma a iniciativa é o rival de Toni. Junto com seus seguranças, ele simula que estaria deixando o bar, para tanto, teria que passar próximo ao grupo do Toni. Enquanto seus seguranças estavam de pé, o líder da milícia estava sentado em um sofá de uma área também exclusiva para determinados clientes, ao se aproximar de Toni o outro miliciano saca sua arma e atira somente em Toni Ângelo. Após esta ação, seus seguranças agem para executar o rival e mais dois seguranças. Toni é atingido no maxilar e rapidamente levado ao hospital da rede D’or, em Campo Grande, próximo ao bar. A polícia chega em seguida e prende Toni Ângelo enquanto estava na mesa de cirurgia.

Com a prisão de Toni Ângelo o grupo armado entra em uma crise por conta das ambições que seus membros possuíam diante da quantidade de mercados do grupo que movimentava bastante dinheiro. Algumas figuras que possuíam seus próprios mercados gozavam de um certo prestígio interno e conseguiam atrair outros à medida que se

ofereciam para trabalhar em seus negócios. Isto abre margem para formação de facções dentro do grupo armado, que eram conhecidos como bondes. Esses bondes levavam o nome destas figuras internas. Porém, de certa forma, a norma social instituída era a de manter a coesão do grupo acima de tudo, embora cada um tivesse seus próprios homens e mercados ilícitos.

Pela lógica instituída o sucessor de Toni Ângelo deveria ser um policial e cria de Cosmos. Além, é claro, de ter a confiança do chefe. Quem correspondia esse perfil era Gão. Porém, embora fosse o nome imediato indicado pela antiga liderança, por preencher os requisitos de lealdade e confiança, Gão não era consenso dentro do grupo, que já vinha sofrendo mudanças. Portanto, o policial precisava demonstrar capacidade para dar conta da demanda. Em termos de mercados, Gão foi responsável pelos primeiros contatos com territórios na Baixada através de mercados ilegais de extração de areia, porém, internamente, não conseguiu evitar as disputas internas entre civis.

Gão não dura muito como líder do grupo miliciano e logo é preso (2014), menos de um ano cumprindo a tarefa de líder. Enquanto isso, as facções começam a mobilizarem suas mercadorias para operarem na tentativa de assumir a gestão inteira do grupo. E aqui cabe uma comparação importante, diferente do que acontece com o grupo armado do varejo, o líder ao ser preso e substituído, ele deixa de comandar da prisão, os caminhos do grupo seguem o que a nova liderança impõe.

É nesse momento que aparece um personagem que me conecta com meu interlocutor que venho chamando de Valdecir. Seu irmão era integrante do grupo armado, contudo, não do perfil de que ia para uma guerra ou que buscava ser uma das principais figuras do grupo. Otávio, como irei chamar, apenas objetivava proteção para seu pequeno mercado ilícito, que era clonagem de cartões. Depois que certa vez esteve na mira do policial William, Otávio precisava de alguma proteção caso algum outro policial desavisado de que era um integrante tentasse prendê-lo. Em troca Otávio dirigia o carro de um sujeito chamado Pepe. Otávio era o seu motorista particular e além de transportá-lo de acordo com sua exigência pessoal, acabava sendo motorista da família do miliciano. Portanto, levava os filhos a escola, a esposa ao mercado ou a consultas médicas etc. com isso tinha a tranquilidade de portar e possuir sua própria arma.

Com o agravamento da crise interna, o movimento de saídas de policiais tornar-se ainda mais frequente e o argumento era que, *"o negócio tá mudando",* revelou

Valdecir. Um desses policiais em retirada procura o pai de Otávio para avisar e convencer a tirar seu filho do grupo, mesmo na posição terceirizada que ocupava. Segundo me contou Valdecir, ao saber do recado deixado a seu pai pelo policial, preferiu ignorar dizendo que estaria protegido por ser leal a um homem forte do grupo, que neste caso era Pepe. O policial, sabendo que Otávio pertencia a facção de Pepe, reforça ao pai que este não era confiável e que, aliás, ninguém mais era confiável.

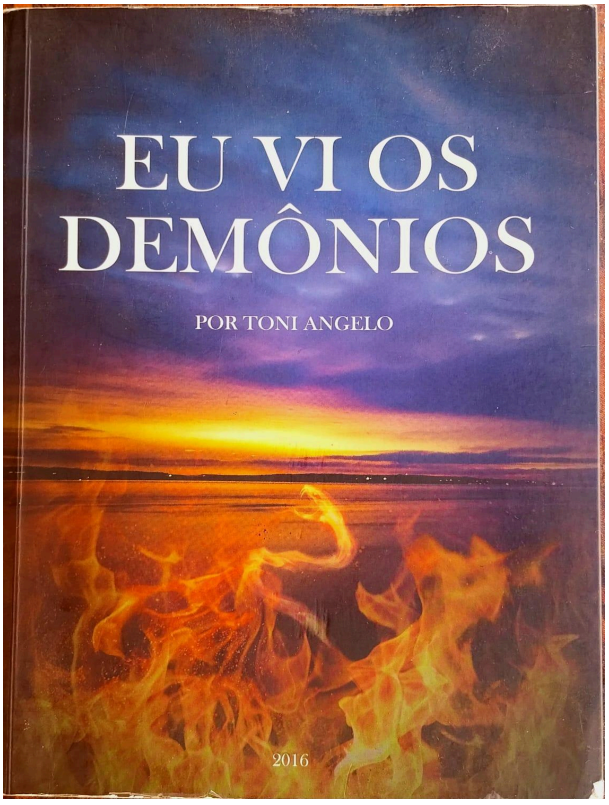
Os rumores sobre a falta de confiança em Pepe cresciam e era preciso agir para que este não assumisse a liderança do grupo. Nesse momento, membros de sua facção são assassinados ou sofrem desaparecimento forçado. Otávio era um deles. Lembro de como Valdecir compartilhou esse relato de forma indignada que era para ele ter seguido o conselho do policial. E que também acreditava que ele pudesse ter fugido para se esconder. Pouco tempo depois, quando a crise demonstra sinais de enfraquecimento, Valdecir recebe a informação de um outro membro do grupo de Pepe que fugiu para sobreviver que seu irmão havia sido levado pelo grupo de Ricardinho (Dentuço). Era a confirmação de que seu irmão havia sido assassinado na crise interna do grupo armado miliciano.

Quando contou pela primeira vez sobre o que havia acontecido com seu irmão, Valdecir tratou de trazer uma riqueza de detalhes. Parecia conhecer a organização como ninguém, porém, ainda não havia iniciado a escrita deste trabalho e quando comecei, precisei voltar até ele para sanar algumas dúvidas, com datas, informações e se algum caso de desaparecimento havia sido noticiado. De forma muito educada, meu interlocutor disse que não voltaria mais a este assunto com ninguém e que só falaria comigo pela confiança que transmite desde que nossas conversas sobre o meu trabalho havia “oficialmente” começado, mas que era muito difícil lembrar do irmão que “partiu” sem a despedida convencional e pior, sem acertarem os percalços de irmãos, pois não se falavam até o dia do desaparecimento.

Em 2016 na prisão, Toni escreveu um livro publicado por uma igreja de Cosmos (Foto 5). Não há referências de editora, apenas o livro contendo relato (testemunho) do ex-líder do grupo armado. No geral o livro é uma demonstração de arrependimento durante sua vida como miliciano. Atribui esse período como sendo influenciado “pelos demônios”. O título do livro expressa o que ele tenta provar durante todo o escrito. “Eu vi demônios” (título do livro) é carregado de racismo e preconceito religiosos em determinadas correntes neopentecostais. Toni Ângelo lamenta ter abandonado a igreja

para ingressar na polícia e posteriormente o grupo armado. Passa o tempo todo descrevendo que em cada situação tensa havia um demônio próximo que apenas ele enxergava, e ao descrever como era este “demônio” se aproximava de alguma figura vinculada às religiões de matriz africana.

Foto 5 - Livro Escrito por Toni Ângelo na Prisão: "Eu vi Demônios".



Fonte: Registro do Autor.

Depois de muitas tentativas dos seus advogados, Toni Ângelo, que estava preso desde 2013 no presídio federal de Mossoró, Rio Grande do Norte, voltou para um presídio do Rio de Janeiro. Totó está agora em Bangu. Aparentemente não está envolvido com o grupo armado ou o que sobrou da liga da justiça. Perdeu o envelope (dinheiro recebido quando se é preso), que foi retirado por Ecko quando este assumiu a liderança. Valdecir explicou que por conta do respeito que Toni Ângelo construiu, dificilmente alguém irá atentar contra seus familiares apenas por ele ter sido membro da liga da justiça. Sua esposa ainda continua na mesma casa deixada pelo ex-policial e segue a vida normalmente.

No entanto, em 2020 o irmão de Toni, Thiago de Souza Aguiar, foi assassinado no município de Belford Roxo. Havia deixado a prisão há poucos meses, pois havia sido

preso por ser um dos membros da liga da justiça. Perguntei a Valdecir se a morte de Thiago significava uma articulação de retorno dos milicianos presos e daí iniciaria-se uma guerra com os atuais. Meu interlocutor explicou que tratando-se de quem era (Thiago) isso nunca iria acontecer. “Mataram ele porque falava demais”, disse Valdecir. Ele ainda revelou que Thiago fazia questão de demonstrar sua insatisfação com a liderança do Ecko. Isso foi motivo suficiente para que Ecko mandasse matá-lo. Perguntei se por causa da morte do irmão Toni reivindicaria uma vingança, rachando ainda mais o grupo. “Toni não quer mais saber disso” disse Valdecir.

5 – Para Onde Vai o Grupo Armado Miliciano (Milícia)?

Ah, cara! Antes os caras andavam de 4x4, Hilux etc. agora andam no carro do entulho[211]*. Outro dia vi um maluco do carro do entulho parar na esquina sair com uma peça (arma) na mão entregar o radinho pra outro maluco. Os bagulho mudou, mano...e outra...os caras tão pagando 150 por semana, ninguém quer ser radinho. Um amigo lá no barbeiro falou outro dia: prefiro ganhar 500 por semana carregando entulho, entregando gás do que ir pro radinho. (Valdecir – 2024).*

A pergunta para iniciar a esta seção é importante porque primeiro se aproxima do relato de Valdecir em que ele comenta e explica como o grupo miliciano se modificou, comparando com o período de Ricardo Batman e Toni Ângelo. Segundo, porque ela adianta o que irá ser explorado nesta seção: as transformações que o grupo armado miliciano irá sofrer nos anos posteriores ao período de Batman e Totó.

Conforme adiantei na seção anterior, após a prisão de Toni Ângelo ocorre uma série de intrigas e brigas internas, mortes e desaparecimentos forçados para decidir não somente a próxima liderança, mas também os rumos no modo de funcionamento da milícia iniciada no final de 1990. Além disso, consolida as transformações que já vinham ocorrendo na época em que Toni Ângelo era a liderança do grupo cujo símbolo territorial era o bairro de Cosmos. Essas mudanças implicam na pergunta que realizei como título desta seção, ela também é pertinente para refletir se o conjunto de mudanças que será tratada ainda servem para caracterizar este grupo armado como milícia, como nos anos anteriores. Adianto que, se nos anos iniciais havia uma dificuldade em classificar o fenômeno de policiais fora de serviço a se organizarem para realizar segurança privada e cobrar por este serviço, atualmente tal característica perde o sentido diante do que o grupo armado se tornou.

A prisão de Gão ocorre em meio a diversas hipóteses que geram incertezas sobre os rumos internos do grupo armado. A primeira delas, como me explicou Valdecir, sugere que Pepe e seu grupo teriam entregado Gão à polícia para que ele fosse preso, permitindo que Pepe assumisse a liderança. Isso seria um marco, já que Pepe seria o

[211] Muitas pessoas desempregadas para conseguir alguma fonte de renda tem comprado carros velhos para cortar a parte traseira de transformar em uma caçamba para carregar entulho, móveis de mudança, objetos pesados etc.

primeiro civil no comando, enquanto Gão, um policial próximo a Toni e cria de Cosmos, representava a continuidade dos princípios fundadores do grupo. Com essa suspeita em circulação, Ricardinho (Dentuço), desconfiando da lealdade de seu "comparsa", age primeiro: promove um acerto de contas que resulta na morte de Pepe e no desaparecimento de sua facção e, por fim, permite sua própria ascensão à liderança do grupo armado.

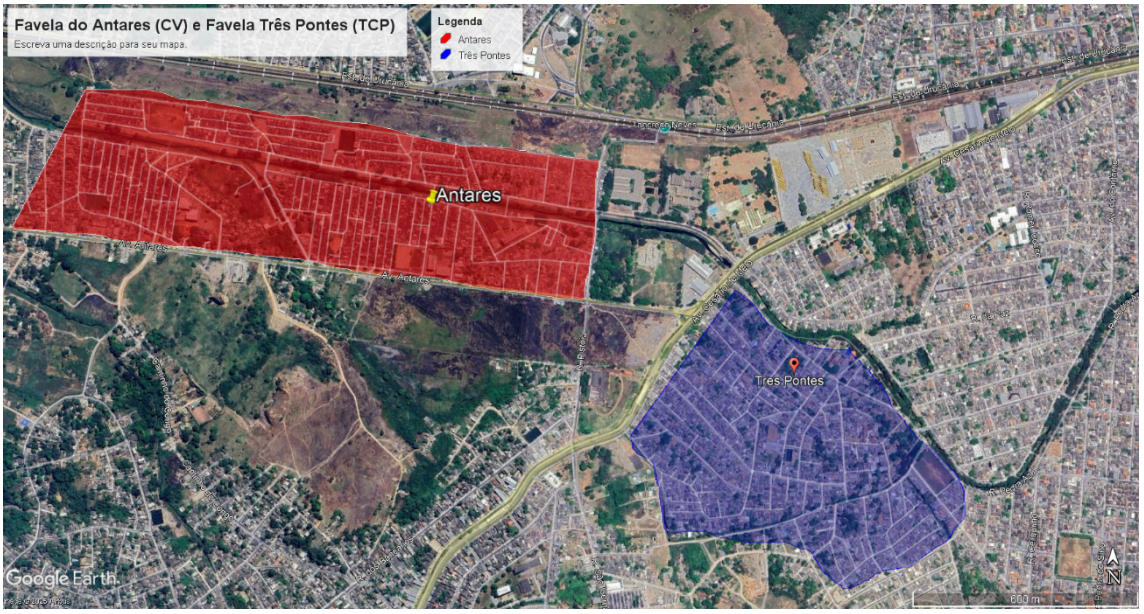
O período era bastante conturbado como revela o interlocutor, a desconfiança e a intriga permeiam o interior do grupo. Ricardinho assume a liderança neste conturbado período, contudo, não possuía a habilidade em trazer a unidade e encerrar a formação de facções internas no grupo. Seu período de liderança dura muito pouco por causa da ascensão de outra facção e futura liderança do grupo, trata-se de Carlinhos Três Pontes.

A história de Carlinhos Três Pontes é recheada de mitos em que na localidade é difícil conseguir alguém que esteja disposto a contar um pouco sobre o miliciano. Valdecir explica que a dificuldade advém por ele ter sido cria de favela e para os moradores dos bairros ao redor, o fato de um favelado ter assumido o grupo miliciano recai sobre ele toda a responsabilidade do solapamento do que um dia foi o grupo armado que “expulsa ou protege moradores do tráfico”. Com o tempo a imprensa começa associar Carlinhos Três Pontes como o possível responsável que aliou o tráfico com a milícia.

Conforme adiantei linhas acima, a favela de Três Pontes é tomada no ano de 2006 sem que ocorresse conflito e mortes generalizadas. A expansão e, portanto, a chegada do Batman à Três Pontes seria iminente. A favela Três Pontes está localizada no bairro de Paciência, em frente à favela do Antares, separada pela Avenida Cesário de Melo. Ambas eram controladas por grupos armados diferentes, Três Pontes pelo Terceiro Comando Puro e Antares pelo Comando Vermelho (Imagem de Satélite 3).[212]

[212] Ambas fazem fronteira com a favela do Rola, que dependendo de quem controla também é chamado de Rodo. Para o Comando Vermelho a favela é do Rodo; para o Terceiro Comando a favela se chama Rola.

Imagem de Satélite 3 - Favela do Antares e Favela do Três Pontes Separadas Pela Avenida Cezário de Melo.



Fonte: Google Earth.

Do ingresso até a liderança do grupo de Carlinhos ainda é rodeada de narrativas inconsistentes que não pude comprovar com meus interlocutores. Por exemplo, uma reportagem publicada pela Revista Veja, de abril de 2017[213] insinuava que Carlinhos Três Pontes era amigo e aliado do traficante Arafat, pertencente ao grupo armado ADA. Segundo a reportagem, Arafat era chefe de favelas da Pedreira, na Pavuna, Zona Norte do Rio, e Japeri, Baixada Fluminense. Procurei Valdecir para explicar sobre esta narrativa e ele explicou que lembra quando essa reportagem saiu, só não lembrava em qual veículo. Também explica que Arafat não era dono da Pedreira, mas de uma favela próxima, Final Feliz.

> "Eu ouvi esse papo ai quando a matéria saiu. Na época eu era solteiro e andava por lá. Perguntei uns amigos de lá se eles conheciam algum Carlinhos ou CL, que frequentava bailes e ninguém tava ligado na dele. Ninguém conhecia o cara lá."

Porém, seguindo a explicação, Valdecir comenta que por Paciência, quando o assunto é Carlinhos Três Pontes alguns ainda o associam ao Arafat. Algumas contradições saltam aos olhos ao analisar esta narrativa. Primeiro que a geografia dos territórios que

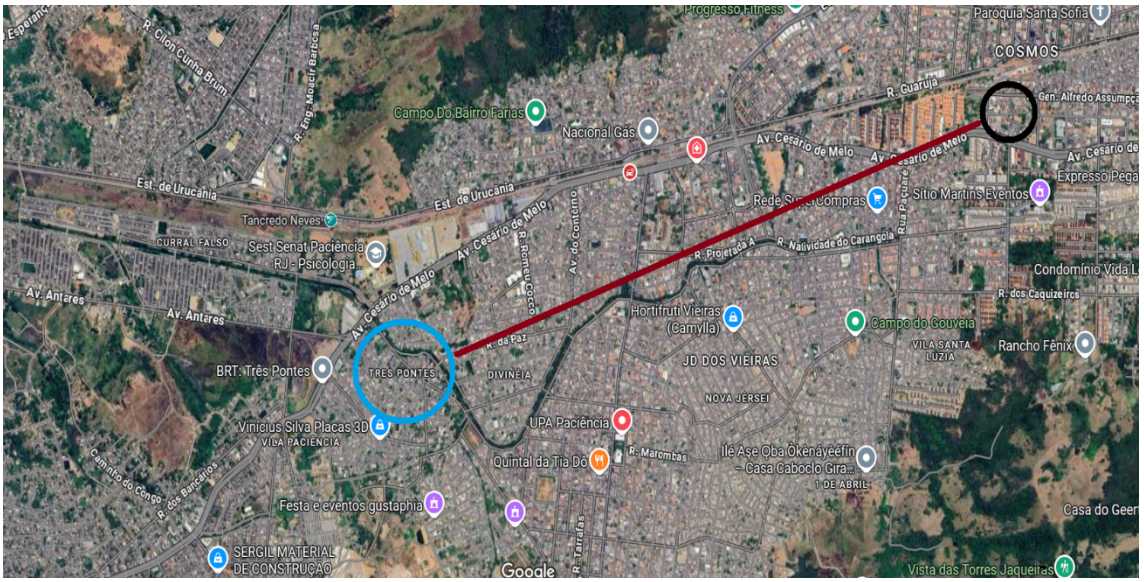
[213] LEITÃO, Leslie. "**Polícia mata o homem que uniu milícia e tráfico no Rio. Revista Veja", 21** de Abril de 2017. Acessado em: 23/06/2023.

separavam Carlinhos e Arafat é enorme. Nesse período em que Carlinhos é membro do grupo miliciano, o mesmo já era considerado inimigo do Comando Vermelho, seria muito difícil para ambos manter uma relação próxima como a reportagem os colocava, reforçada por alguns moradores e circularem para se encontrarem em seus territórios com frequência a ponto de estabelecerem uma aliança.

Outro aspecto relevante é a trajetória de Carlinhos Três Pontes, cuja origem permanece obscura até para Valdecir, que não conseguiu detalhar sua ascensão no grupo. A favela de Três Pontes, conquistada em 2006 sob o comando de Ricardo Batman, ocorre como característica marcante o controle operacional exercido principalmente por policiais. Carlinhos Três Pontes só emerge como líder entre 2014 e 2015, período que marca também o crescimento da relevância estratégica da favela, antes, tanto seu nome quanto o território eram pouco mencionados. Valdecir relata que, segundo rumores, sua entrada no grupo teria sido motivada por um ato de violência cometido por traficantes do TCP contra um familiar próximo: *"Uns dizem que foi o pai, outros a mãe... ou até o filho"*. Mas que ainda sim não explica a demora para ele ter destaque no grupo, já que a favela foi tomada sem conflito e guerra. Carlinhos tinha boa relação com policiais tanto do grupo quanto outros que eram próximos do grupo, mesmo sendo civil. Aliás, cabe destacar que o grupo já contava com poucos policiais nesse período.

Carlinhos Três Pontes assumiu a liderança do grupo armado diante da crise, após o desaparecimento forçado de Dentuço. Sua gestão é marcada não apenas por transformações, mas por uma mudança de rumo que caracterizava o grupo armado quando havia iniciado sua empreitada. A primeira mudança que merece atenção foi a referência espacial de encontro do grupo. E aqui cabe reforçar o retorno às mudanças examinadas acima. O primeiro local de encontro e reuniões do grupo foi no posto de gasolina no bairro de Cosmos, tanto que por conta desta referência o grupo era conhecido pelos moradores como “Os Caras do Posto”; posteriormente, por conta da exposição, se mudam para uma sala em um local próximo do posto; em seguida, sob a liderança de Toni Ângelo, o ponto de referência é modificado para as proximidades de sua casa, em uma praça. Com Carlinhos a mudança torna-se geograficamente mais acentuada. É a primeira vez que um civil possui tal capacidade e é a primeira vez que o centro espacial do grupo armado miliciano do qual venho estudando desloca-se para uma favela (Imagem de Satélite 4).

Imagem de Satélite 4 - Mudança de Referência Espacial e de Encontro do Grupo Armado Sob a Liderança de Carlinhos Três Pontes. Do Círculo Preto (Cosmos) para o Círculo Azul (Três Pontes).



Fonte: Google Maps.

Mais do que nos casos anteriores, a mudança espacial realizada por Três Pontes representa um significado simbólico bem mais claro: a moralidade sobre favela, favelados e tráfico havia sido alterada. Um novo paradigma estava por vir. Em termos de integrantes, Carlinhos amplia a entrada de civis, ao mesmo tempo em que, estes recebem destaque interno no grupo. Ex-traficantes também são recrutados à medida que territórios foram sendo conquistados, junto com a saída de policiais que ainda carregavam princípios do início do grupo (como o caso da ideologia mencionada por Ronaldo) e, portanto, um novo olhar moral sobre este perfil social não os agradava. Inclusive havia um descontentamento de alguns policiais com a liderança do grupo por conta de ele ser civil e não ser Cria do bairro de Cosmos como seu antecessor. Este dado é importante por causa da saída do grupo pelos policiais não representar o abandono ao negócio do qual este policial obtinha. Carlinhos Três Pontes, não retira a mercadoria ilícita que se confundia com o grupo, conforme adiantei acima. Em relação aos antigos líderes, Três Pontes corta o "envelope[214]" de Ricardo Batman e apenas repassa para Toni Ângelo. Ao tomar essa medida causa espanto e capita respeito com aqueles que pretendiam segui-lo e desconforto e abuso para quem não concordava com sua liderança.

[214] Envelope é uma espécie ajuda a família do antigo líder por conta do tempo de dedicação ao grupo. Também significa expressão de respeito ao antecessor.

Carlinhos Três Pontes mantém o trabalho comunitário e realiza uma "política de boa vizinhança". Realiza festas na comunidade,[215] assistencialismo comunitário com distribuição de brinquedos no Dia das Crianças etc. pode parecer algo não tão novo em termos de práticas do grupo, porém, com toda certeza para os moradores já era sinal de mudança, pois, para os moradores dissociava a figura de favelado ligado ao tráfico. Uma ação que mobilizava muitas pessoas no local era os campeonatos de futebol com premiação e até apostas. Valdecir explicou que o líder do grupo armado oferecia dez mil reais em premiação para o time vencedor. Era o momento em que alguns ex-jogadores profissionais também participavam. Esta é uma característica notória que demarca as diferenças com o período do Ecko. Wellington Braga rompe com essa prática de uma espécie de preocupação com a imagem da gestão do território. Carlinhos também entrega alguns negócios para seus comparsas civis, como terrenos e casas "vazias" dentro e fora da favela. Três Pontes realizava essas ações como marketing pessoal e transmite a imagem de "gente boa". O fato é que, com ele, os mercados se ampliam de forma significativa.

A estética do perfil de integrantes do grupo armado também vai sendo modificada aos poucos. O homem de camisa preta, calça jeans, correntes e relógio de ouro dão lugar ao jovem sem camisa, bermuda e chinelo. A gramática de favelado também toma conta da sociabilidade interna do grupo. Outra coisa interessante, diferente das lideranças anteriores, é que Carlinhos Três Pontes espalha homenagens para moradores da favela através de banners (Foto 6). E aqui cabe uma observação. Foi extremamente difícil conseguir o registro dessas homenagens. Foi Valdecir quem se prontificou em realizar o trabalho de registro dessas homenagens e comentou que estava com dificuldades porque era tarefa dos membros do grupo armado vigiar os banners. *"Toda vez que passo ali e disfarço pra tirar uma foto um cara que mora em frente sai no portão. Ele fica vigiando, tenho certeza, porque já fui ali mais de três vezes."* Só conseguimos a foto, depois de inúmeras tentativas de Valdecir, em um dia despretensioso, em que estávamos de carro e quando passamos o motorista reduziu para que eu pudesse fazer o registro com o celular.

[215] Vou colocar festas por não ter a confirmação se eram Bailes Funks por conta de Três Pontes ser mais flexível do que os líderes anteriores.

Foto 6 - Banner Homenageando Alguns Moradores Colocado por Carlinhos Três Pontes na Favela Três Pontes.



Fonte: Registro do autor.

Não consegui a identidade das pessoas homenageadas, nem mesmo Valdecir, meu importante interlocutor soube dizer. Depois passamos outras vezes pelo bairro para visitar um amigo seu da favela do Antares (já controlada pelo grupo miliciano), ao passar por outras partes da favela de Três Pontes, havia outros banners em outros pontos da comunidade, porém, Valdecir aconselhou nem tentar tirar foto por conta de os locais serem mais movimentados do que onde tirei a foto anterior.

Dessa forma, pela região formada a partir da favela de Três Pontes, Carlinhos foi ampliando prestígio social, algo parecido com que Pedrinho Maluco, Aldemar e Toni Ângelo também conseguiram. Esse capital político territorial era baseado no contato direto com os moradores. Carlinhos ao se tornar líder, mantinha um comportamento que para os moradores transmitia a sensação de "justeza", ainda que estivesse "fazendo coisa errada". Carlinhos também era Cria da favela. Algo extremamente importante, quando alguém acende a figura de líder armado. Manter o comportamento de quando não possuía o prestígio é um capital afetivo muito importante para quem busca apoio no seu controle. Com isso, homenagear moradores como fez constituiu um elemento diferente comparado com outras gestões.

Contudo, muitos policiais que ainda continuavam no grupo influenciados pela forma inicial que havia motivado a ingressar, demonstravam insatisfação. Para o policial, mesmo que não ocorresse a venda de drogas por integrantes do grupo, era

impossível conviver com “vagabundos”. Com isso, este torna-se outro motivo para que policiais deixassem a organização. Uma saída orgânica não significou uma saída da lógica dos mercados ilegais, pois esses policiais mantinham relações instrumentais com o grupo armado de Carlinhos, principalmente no mercado de proteção e armas. Porém, embora o complexo miliciano estivesse consolidado, havia um único território que ainda era controlado pelo Comando Vermelho, e bem próximo do atual “quartel general” dos milicianos, estou me referindo a favela do Antares. O último território que ainda era hostil ao grupo armado miliciano. E no caso da favela do Antares alguns elementos da geografia política local são importantes mencionar para entender o porquê a favela se manteve por tanto tempo sob o controle do Comando Vermelho, um grupo rival do grupo miliciano.

A dúvida parte de quando o grupo era liderado por Ricardo Batman. Por que Ricardo ao expandir territorialmente não tomou a favela do Antares? Embora tenha conquistado a favela de Três Pontes, em frente a favela do Antares, Batman deixou a favela “de pé” , a favela do Comando Vermelho. E de antemão descarta-se qualquer acordo com o grupo armado rival por conta de já ter tomado a favela do Barbante, também pertencente ao CV. A segunda reflexão é sobre onde Antares se encaixaria em termos de rivalidades. Antares entra na disputa territorial como inimiga do grupo miliciano e, portanto, chegou finalmente o acerto de contas. Ou o grupo miliciano herdaria a rivalidade oriunda do TCP porque agora seu líder era cria da favela da mesma facção do outro lado da avenida. Poderia até ser uma questão pessoal para Carlinhos Três Pontes, todavia, o fato é: parece que as questões convergem para que Antares não fosse mais dominada pelo Comando Vermelho.

Quando entrevistei Pablo,[216] ele revelou algumas pistas importantes sobre o porquê Antares ter perdurado no mapa do Comando Vermelho. Ele explicou que Carlinhos e seu “bonde” vivia dando baque (tentativas de invasão) na favela, mas nunca ficava. Era apenas para tentar enfraquecer. No entanto, era comum Antares receber reforço de traficantes da Vila Kennedy, que, embora esteja localizada na Zona Oeste, a distância era considerável. E assim foi durante a gestão de Carlinhos. O máximo que eles conseguiam, revelou Pablo, era entrar no Rodo e sair espalhando que tinha tomado

[216] Pablo era um importante interlocutor a quem a partir de sua trajetória elaboraria uma seção para explicar territorialização, desterritorialização e morte, conforme mencionei na metodologia. Contudo, Pablo foi assassinado e não consegui completar o planejamento, embora tenha coletado uma boa entrevista.

tudo. Uma outra explicação que Pablo deu e que soma a essa, meu causou um espanto tremendo, pois até então nunca havia ouvido algo assim. Perguntei a Pablo se ao realizar os bailes com frequência não ficava com medo dos "caras" invadirem em dia de baile. A resposta, com um sorriso de canto de boca, foi que o "arrego estava pesado". Guardei essa informação para esperar o melhor momento para retomá-la.

Pablo explicou a relação da favela do Antares com o 27º Batalhão da Polícia Militar de Santa Cruz. Era ele quem recebia o arrego e, portanto, a proteção da favela contra os milicianos. Um policial militar de patente alta não gosta de milicianos, revelou o interlocutor, e por isso preferia na disputa de mercados ilegais o varejo de drogas. Pois, os milicianos chegaram a tentar cobrir o valor do arrego do Comando Vermelho. Pablo também me contou que quando subia um boato de que naquele dia haveria uma tentativa de invasão por parte do grupo miliciano de Três Pontes este policial enviava o caveirão e o deixava estacionado na boca fumo. *"Nunca vi isso na minha vida...o caveirão proteger a boca"*. Disse Pablo também espantado.

Mesmo com essa geografia política particular, Antares foi tomada em 2018. A invasão foi durante o dia e filmada por canais de notícia ao vivo. Depois de Três Pontes, Antares torna-se o novo quartel general do grupo armado miliciano, que a esta altura era difícil sustentar o termo "milícia" para este grupo. Durante a invasão, todos os milicianos usavam farda da polícia militar para tentar imprimir uma espécie de tróia aos traficantes, em que poderiam acreditar que fossem policiais do 27º Batalhão da PM. Além disso, alguns traficantes já haviam trocado de grupo e ido para o grupo miliciano, como Zulu, Flavinho entre outros. Outro fator que contribuiu para a perda de território do Comando Vermelho, foi a ocupação realizada pelas forças armadas, o exército especificamente, durante a intervenção federal de 2018. Depois de intensas trocas de tiros entre os dois grupos armados por alguns dias seguidos, a intervenção federal ocupou a favela[217].

> Cerca de 1.900 militares das Forças Armadas, 140 policiais do Batalhão de Choque, do Bope (Batalhão de Operações Especiais) e do BAC (Batalhão de Ações com Cães), além de 45 policiais civis, fizeram operações em busca de criminosos nas favelas de Antares e do Rola (Kawaguti, 2018).

[217] KAWAGUTI, Luis. ***'Facção usa fosso 'antitanque' e ataca UPP para tentar impedir ação militar em favela do Rio".*** UOL Site de Notícias. 14 de Agosto de 2018. Acessado em: 17/04/2023. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/08/14/faccao-usa-fosso-antitanque-e-ataca-upp-para-tentar-impedir-acao-militar-em-favela-do-rio.htm

Pablo revelou, de forma indignada, que o acordo para que os traficantes trocassem de grupo e revelassem onde as armas estavam escondidas foi durante a ocupação do exército na favela. Assim, quando os milicianos tentassem uma nova invasão, estariam com menos armas para manter-se por muito mais tempo resistindo à invasão do rival.

Um detalhe importante durante a trama de territorialização e desterritorialização da favela de Antares, foi que o líder que conquistava não era Carlinhos Três Pontes, que havia sido assassinado pela polícia durante uma operação repleta de controvérsia em 2017. O novo comando que liderou o grupo armado miliciano para tomar Antares foi seu irmão, Wellington da Silva Braga, o Ecko[218]. O mesmo que será responsável pela consolidação da descaracterização, a meu ver, completa, do que um dia foi a chamada de Liga da Justiça.

A chegada de Ecko a liderança do grupo armado miliciano revelou o quanto a família Braga estava envolvida com os mercados ilegais do grupo. Além de Carlinhos e Ecko, outro irmão também fazia parte do que um dia foi a milícia do Batman, que no futuro tornaria também uma liderança, Zinho era este irmão. Contudo, resta saber quais negócios eram esses, pois conforme tentarei demonstrar mais a frente, eram bem diferentes do início do grupo.

Ecko, a meu ver, tem a mesma importância que Ricardo Batman para o grupo armado, porém em momentos diferentes em que ambos são a síntese de um paradigma geral das metamorfoses que o grupo foi acumulando durante os anos de atuação.[219].

---

[218] E aqui vale uma nota importante sobre o período em que Ecko ascende como líder. Circulou bastante na imprensa que "agora a liga da justiça chamava-se bonde do Ecko". Conforme venho analisando e enfatizando sobre o surgimento dos termos. Bonde do Ecko nunca foi uma intitulação oficial do grupo. O termo bonde, no Rio de Janeiro refere-se a uma forma corriqueira e, portanto, do sendo comum em nomear qualquer grupo social envolvido em alguma atividade cultural. Por exemplo, na década de 1990 era comum os bailes de briga (barreira) os grupos que brigavam nesses bailes corresponderem a um bairro ou a um território. Nesses bairros, de forma precária, havia linhas de ônibus que ligavam o bairro ou o território ao centro local ou da cidade. Com isso, nomeava-se o grupo social pelo número do ônibus, por exemplo, "Bonde do 390". Com o passar dos anos, os números foram esquecidos e ficando apenas os "bondes". "Bonde de bate-bola". "Bonde da Pixação"; "Bonde da Baixada Cruel" etc. Portanto, é o caso do grupo aramado liderado por Ecko. A referência era apenas para diferenciar dos líderes anteriores, porém, em termos de novidade comparada com a época de Ricardo Batman, ainda era o mesmo propósito. Atualmente, o termo bonde vem sendo substituído por "Tropa". Claro que estes termos são utilizados de forma generalizada, portanto, também são mobilizados por grupos armados, conforme tratei na introdução. No entanto, não estão acima dos grupos existentes. Tropa do Urso não está acima do Comando Vermelho. Assim como "bonde do ecko" não era maior que o grupo armado miliciano ou a milícia.

[219] Infelizmente não conseguirei explorar com mais detalhe o período em que Ecko foi liderança do grupo e descrevê-lo mobilizando todo material que juntei durante a pesquisa. Também ficará para uma outra ocasião.

Nesse sentido, torna-se impossível, a esta altura da tese, não fazer uma comparação entre esses dois períodos.

A primeira menção comparativa tem que ver com a expansão territorial. Ricardo Batman junto com Jerominho expandem o grupo para Zona Oeste partindo de Cosmos e Campo Grande, muito mais de Cosmos em termos de controle de mercados e muito mais de Campo Grande em termos de base eleitoral. Ecko levará seu controle para outros municípios da Baixada Fluminense e outros territórios, da outra parte da Zona Oeste, envolvendo a região de Jacarepaguá. Enquanto a expansão territorial realizada por Batman e Jerominho era resumida na conquista pelo conflito e a guerra quando se tratava de grupo armado do varejo de drogas e a submissão de lideranças locais armadas ao grupo em expansão.

Para Ricardo era interessante para que expandisse principalmente o mercado de linhas de van e segurança. Já para Wellington Braga, o interessante era fazer acordo "mais justo". E a principal mercadoria que oferecia eram armas e soldados caso fosse preciso. Além de proteção do funcionamento dos mercados já existentes. No que tange ao aspecto político, Ecko ressignifica a relação do grupo com figuras políticas. Oficialmente o grupo havia mantido a regra imputada por Toni Ângelo de que não apoiaria e nem se aliaria com nenhum político, depois do que aconteceu entre Jerominho e Batman. O que Ecko fez com os territórios, foi acordar com algum Cria que gerisse o território sob seu comando, tendo este, autonomia para controlar os mercados independente do qual fosse. Apenas estipulou uma percentagem a ser prestada em determinados períodos. Evidentemente, ao que parece, havia acordo mútuo. O sucesso dessa tática é notório. Ecko, por exemplo, conseguiu adentrar a região do Rio da Prata, região historicamente controlada pelo inimigo do grupo desde a época de Ricardo e Jerominho.

Em termos de funcionamento dos grupos armados e também para os moradores que experienciaram essa guerra, uma façanha e tanto. E o responsável pelo acordo representando a região foi Xando. Com isso, esse *modus operandi* de Ecko sucinta refletir semelhanças como era o território, ou seja, uma espécie de retorno às lideranças armadas locais. Ao mesmo tempo, há elementos semelhantes com os grupos armados do varejo, em que cada território dominado pelo grupo é controlado por um membro de confiança com vantagens econômicas e prestígio interno. Nesse sentido, se para os moradores, principalmente os mais antigos, era um período de mais violência sem

“ideologia” em que medo e insegurança se juntavam em uma única sensação, para a nova geração de integrantes era a possibilidade de mais lucro e ampliação dos mercados.

Ainda sobre sua relação com as eleições, Ecko estava decidido a não se envolver, pois, para conquistar território e mercados ilegais já não precisava trocar mercadorias diretamente com políticos, agora, estes precisam mais de Ecko do contrário. Certa vez Valdecir me convidou para irmos até a favela do Antares para acompanhar a realização de um projeto social voltado para leitura. Lá, segundo ele, teríamos a oportunidade de fazer novos contatos e conseguir outros interlocutores. A atividade aconteceria em um domingo pela manhã. Aceitei o convite e fui. Porém, só consegui chegar no final e não pude presenciar o tamanho e quem era o público. Já pelo final, por volta das 13h e 14 horas, passa um carro pela principal avenida que corta a favela até Santa Cruz, que leva o nome da favela, quem dirigia o carro era uma deputada bem conhecida na Zona Oeste, principalmente por Campo Grande. Espantado, olhei para Valdecir com aquele olhar questionador. Com muita discrição me aproximei dele e perguntei o que aquilo significava, já que, o grupo armado oficialmente havia excluído de suas práticas tanto a candidatura quanto acordos com políticos ou quem pleiteasse algum cargo legislativo. Valdecir respondeu que ia procurar saber e em seguida me explicaria.

Depois de um certo tempo a resposta veio. Valdecir explicou que a famosa deputada estadual havia ido até a favela, diga-se o quartel general de Ecko, para negociar a possibilidade de seu filho, candidato ao legislativo carioca, fazer campanha eleitoral no território dominado por ele. E por mais estranho que parecesse para aquele momento do grupo, Ecko aceitou. Evidentemente, que sob algumas condições, isto é, a troca de mercadorias. Ecko permitiu que a deputada e seu filho realizassem a campanha eleitoral desde que não fincasse placas e nem adesivos pelo território para que não configurasse apoio do grupo a algum político. E mais: que um importante membro do grupo que estava preso em Bangu saísse do castigo (solitária) na prisão. A deputada pediu alguns dias para atender a solicitação, pois precisava mobilizar seu capital político e suas outras mercadorias. Quando a campanha eleitoral começou de fato, perguntei ao Valdecir se a “troca” havia sido concretizada e ele me respondeu: “Vai lá no Antares pra tu ver que tu vai esbarrar com o filho dela e o bonde dele lá entregando panfleto”.

Durante as eleições de 2022 e 2024, pude perceber que outros candidatos fizeram campanha política pelos bairros de Paciência e Cosmos, mas de uma maneira muito discreta, quase não se notava placas coladas pelas ruas. Valdecir não soube me explicar se essa discrição advinha de uma "ordem" de algum membro do grupo, que a esta altura tinha Zinho como liderança. Entretanto, mesmo não sabendo explicar diretamente, ele comentou que aparentemente "os caras não tão nem ai para esse bagulho de política. É não atrapalhar os corres deles."

Com isso, Wellington Braga simbolizou não apenas mudanças, mas também rupturas paradigmáticas, desafiando códigos e regras sociais consolidados ao longo dos anos. Esse contexto justifica o título desta seção: *"Para onde vai o grupo armado miliciano?"*. Se a milícia era tradicionalmente definida também como uma aproximação entre policiais e lideranças armadas locais para gerir mercados ilegais sob um discurso moralizante, Ecko enterrou definitivamente esse estigma, que por muito tempo serviu para explicar o fenômeno. Essa transformação, é claro, ocorreu por meio de desaparecimentos forçados e mortes, inclusive, de figuras emblemáticas, consideradas pioneiras da empreitada armada, cujo fim não era esperado.

Em 2018, depois de mais de dez anos cumprindo prisão por "chefiar um grupo de milicianos", Jerominho e Natalino são soltos. Após a saída da prisão voltam para sua mesma casa em Campo Grande, quem imaginou que ambos pudessem mudar de cidade ou mesmo de país como forma de preservação de suas vidas, isso não aconteceu. Tempos depois, em 2019, concedem uma longa entrevista para *Jornal El País*. O conteúdo da entrevista vem em um tom muito diferente da primeira utilizada neste trabalho e outras que os irmãos vão aos poucos cedendo, mas esta conteve todo caráter de exclusividade.

No primeiro momento os irmãos coragem trataram de fazer críticas às milícias: *"A milícia é ruim. Esses bandidos que estão aí e são milicianos é ruim pra todo mundo." Disseram os irmãos ao jornal. E ainda afirmam aguardar o "confronto com eles" (Ecko).* Este confronto mencionado pelos entrevistados não corresponde a uma possível retomada do grupo do qual foram parte importante. Os irmãos se colocavam como um perfil diferente dos atuais integrantes e, portanto, como os originais que iniciaram a empreitada que havia mudado completamente. *"Se o governador montasse um grupo pra acabar com essa porra de milícia, eu gostaria de comandar."* Afirmou, Jerominho em tom crítico. E continua:

> "Com a chegada do tráfico aqui na zona oeste, lá por 1996, houve uma violência tremenda. E nas comunidades carentes daqui moram vários policiais e agentes penitenciários. A população com medo e os policias das comunidades se uniram e criaram [as milícias]. Expulsaram os vagabundos do local para ter condições de sobreviver. Isso que se chamava de milícia antigamente. Surgiu como defesa dos próprios moradores por falta de poder público", argumenta. Já os grupos atuais "se aliam com traficantes e extorquem morador e comerciantes".

Jerominho e Natalino reconhecem a formação de um grupo armado para fazer segurança local contra “traficantes”. Mas nega ter sido uma “milícia”. Anos depois, tentando se diferenciar ainda mais do que o grupo armado havia se tornado sob a liderança de Carlinhos e Ecko, menciona a milícia como algo positivo.

O que Jerominho fez após a prisão foi tentar voltar à vida política. Em conversas com meus interlocutores, nenhum confirmou que Jerominho pretendia retomar a liderança do grupo armado de sua época, mas advertiram que ele tinha que ficar “ligado”. Ou seja, Jerominho corria risco de vida. Entretanto, na entrevista supracitada admitiu não ter medo e junto com seu irmão, Natalino, voltou com o trabalho em novos centros sociais. No seu perfil na rede social Facebook exibe seu novo centro social e os serviços que eram prestados no seu estabelecimento. O imóvel era localizado próximo de sua residência, porém, em local diferente do anterior. Tudo indicava que tentaria de todas as formas voltar à vida política. Circulava por alguns locais de Campo Grande, mas nunca (oficialmente) pisou em Cosmos ou Santa Cruz, nem no Rio da Prata. Apenas no território inicial próximo a sua residência.

Inicialmente, Ecko e seu grupo pareciam quietos sobre a soltura de Jerominho e Natalino. Estava mais preocupado com o seu processo de ruptura e imprimir uma nova lógica de funcionamento do grupo armado. Em uma ação sumária corta o envelope de Toni Ângelo, em seguida expulsa o sobrinho de Ricardo Batman de Paciência, que trabalhava em um trailer vendendo lanches. Por conseguinte, continuando seu processo de ruptura começa a assassinar membros antigos do grupo. O caso mais emblemático, até então, foi o assassinato em 2019 do ex-policial Popeye, que no passado foi integrante do grupo de Chico Bala. O ex-policial foi morto sentado na cadeira de dentista dentro de um consultório em Vargem Pequena, Zona Oeste do Rio de Janeiro. Para Jerominho, poderia servir de aviso e ter mais cuidado, porém, Jerominho continuou com seu trabalho comunitário. Em 2020 cogitou ser candidato à prefeito do Rio, mas

desistiu logo em seguida. Porém em 2022 anunciou que seria candidato a deputado federal.

Também em 2022 Jerominho é preso sob a acusação de assassinato de um motorista de van que havia denunciado estar sofrendo extorsão da milícia Liga da Justiça. Contudo, foi solto uma semana depois. A esta altura, o comando do grupo armado havia mudado por conta da morte de Ecko em uma operação policial, seu irmão Zinho era o novo líder do grupo armado. Daí, poderia se imaginar que o assassinato de membros antigos havia sido interrompido com a morte de seu antigo líder.

A ruptura diante do que foi a maior milícia do Rio de Janeiro, é simbolicamente expressa em 2022 quando Jerominho é assassinado. Jerominho, conhecido como um dos "fundadores" da maior milícia do Rio de Janeiro, a Liga da Justiça, é morto em Campo Grande. Reforço o aspecto simbólico por conta das mudanças e rupturas que já estavam consolidadas. Evidentemente que o grupo do qual Jerominho integrou era completamente diferente do grupo que o assassinou. Perguntei aos interlocutores o motivo do assassinato de Jerominho, já que, não pretendia fazer disputa territorial. Quem me responde é Valdecir e diz que "ele morreu por muita maudade que fez no passado[220]".

Deveras, tudo estava muito diferente desde que Jerominho e Ricardo Batman participaram do grupo armado. Mesmo em termos de mercados ilegais muita coisa se modificou e o principal responsável foi Wellington da Silva Braga. Ecko, realmente modificou o grupo armado miliciano do qual debrucei para objeto desta tese. Os mercados ilegais mudaram a tal ponto que, atualmente, não são o principal mercado do grupo. Aliás, vans caminham para deixar de existir. Conforme Ronaldo bem disse: "Na minha época eram mais de 40 vans só no Jardim Maravilha, se hoje tiver 8 é muita." Sobre o chamado Gatonet, o grupo já não tem mais o monopólio do serviço, muitos policiais entraram no negócio, mas sem pagar taxa para o grupo, assim como depósito de bebidas, apenas o depósito de gás é totalmente controlado pelo grupo. Quanto à extorsão, torna-se extremamente generalizada, qualquer comércio, grande ou pequeno pagavam taxas a algum integrante. Fosse camelô e ambulante, trailer de açaí etc. ambos eram obrigados a pagar.

[220] Até o término da minha pesquisa nenhum dos interlocutores foram capazes de dizer a razão específica que Jerominho foi assassinado, apenas que sabiam que partiu do grupo do Zinho.

Quadro 5 - Mercados do Grupo Armado sob a Liderança de Ecko.

Depósitos de Gás (Monopólio)
Depósitos de Bebidas (Monopólio)
Extorsão Generalizada de Comerciantes
Farmácias
Ferro Velho
Depósito de Rações
Areal (Extração de Areia)
Academia
Cigarros

Fonte: Elaborado pelo Autor

E aqui cabe uma observação sobre o controle desses mercados. Não consegui durante a pesquisa especificar se o negócio pertencia a algum policial e tinha a proteção do grupo armado; se era de algum policial integrante do grupo armado e, portanto, não pagaria taxa para ao grupo; ou se pertencia ao grupo em que os lucros eram divididos entre eles. Atualmente é possível observar um pouco de complexidade para entender o funcionamento dos mercados ilegais. Por exemplo, no bairro de Santa Cruz, há uma empresa de serviço de comunicação e multimídia reconhecida e legalizada pela Anatel, que corresponde a essa complexidade. A "Estrelar Web Serviços de Internet", inclusive presta serviços para Escolas públicas do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Em 2024 ela foi objeto de uma operação da polícia civil e Ministério Público por ter relações com o grupo armado do Zinho[221]. Amado (2024) revela que uma das linhas de investigação era que a empresa funcionava para lavagem de dinheiro do grupo armado. Em uma consulta na plataforma JusBrasil[222] encontrei 174 processos que citam a Estrelar Web. Também fiz uma pesquisa objetivando encontrar algum site oferecendo o serviço e encontrei não apenas um site oficial, mas também uma página na rede social Meta/Facebook. E ao encontrar me surpreendeu o salto de sofisticação e profissionalização comparado com os anos anteriores de quando este serviço havia se tornado uma mercadoria ilícita do grupo armado miliciano (Figuras 16, 17 e 18).

[221] AMADO, Guilherme. Empresa ligada à milícia presta serviço para escolas do governo do RJ. Jornal Metrópoles. 29 de Fev de 2024. Acessado em: 80/10/2024.
[222] JusBrasil.com.br. Acessado em: 04/08/2025.

Figura 16, 17 e 18 - Empresa Regular de Serviço de Internet Sob o Controle do Grupo Miliciano.



Figura 17: Empresa Regular de Serviço de Internet sob o Controle do Grupo Miliciano.



Figura 18: Empresa Regular de Serviço de Internet sob o Controle do Grupo Miliciano.



Fonte: Meta/Facebook

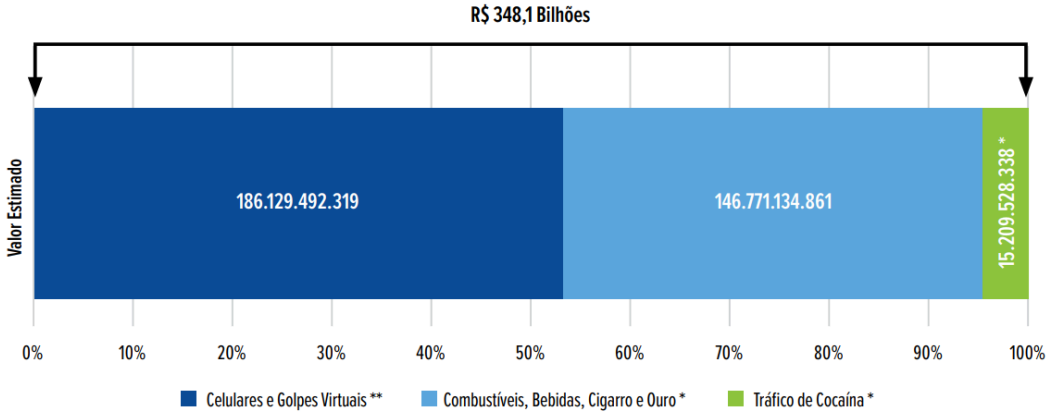
Por outro lado, encontrei uma outra empresa prestadora do mesmo serviço de internet via fibra ótica, localizada em Paciência, que não pertence ao grupo armado e nem mesmo a algum integrante sendo policial ou civil. A empresa é de um morador do bairro, mas que é obrigado a pagar taxa para os milicianos. E a empresa possui registro, com site e página em rede social oferecendo o serviço. Tudo isso denota a complexidade da relação atual entre grupos armados e mercados ilegais e evidentemente crise do capitalismo e o crescimento da pilhagem social. Nesse sentido, o grupo armado do varejo também vem ampliando seus mercados além do comércio varejista de drogas, e tem oferecido uma mercadoria que tradicionalmente "pertencia" ao grupo armado miliciano. Tanto o Comando Vermelho quanto o Terceiro Comando Puro têm investido no controle dos serviços de internet em seus territórios, assim como as milícias, porém, seguindo uma lógica formal, com registro na Anatel e CNPJ regularizados. Paralelamente, esses grupos também monopolizam a venda de gás nas favelas, outra atividade historicamente explorada pelas milícias. Diante dessa convergência de práticas, como diferenciar ou tipificar os grupos armados na atualidade?"

Um estudo publicado em 2025 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública retrata a complexidade da relação entre mercados ilegais e grupos armados independente de sua tipificação (facções e milícias). O estudo revelou que os mercados ilegais que são objeto dos grupos armados vêm se expandindo e movimentando uma quantidade de dinheiro inimaginável. Por exemplo, cerca de 38% da produção nacional de ouro entre 2015 e 2020 tem indícios de ilegalidade, movimentando R$40 bilhões com forte impacto na Amazônia. Uma estimativa da receita geral dos mercados ilegais apontada pelo estudo mostra que o valor chega a 348,1 bilhões de reais. Se for separar por mercado fica mais evidente a diversificação dos mercados dos grupos armados. O setor de combustíveis e lubrificantes, com um total estimado de R$61,5 bilhões, representando 41,8% da receita dos grupos armados. Em segundo lugar, o setor de bebidas, com R$56,9 bi, representando o equivalente a 38,8% da receita estimada. Na sequência, o setor de extração e produção de ouro, com 12,4% da receita do, equivalente a R$18,2 bilhões. E por fim, representando 7% da receita, o setor de tabaco/ cigarros, com uma receita estimada de R$10,3 bilhões.

Enquanto as mercadorias relacionadas aos crimes patrimoniais, incluindo os chamados crimes virtuais, mas que relacionado ao patrimônio físico, entre os anos de

2022 e 2023 também são surpreendentes. A receita estimada anual dos mercados de combustíveis, bebidas, cigarros e ouro chegou a aproximadamente R$146,8 bilhões, os crimes virtuais e os furtos de celulares geraram uma receita ainda maior, de R$186 bilhões4 para o crime, de julho de 2023 a julho de 2024 (FBSP e Instituto DataFolha, 2024)5. Por fim, o estudo estima também a receita do crime organizado com o tráfico de cocaína, na casa dos R$15 bilhões (Gráfico 1).

Gráfico 2: Explicação da Receita dos Mercados Ilegais[223]



Fonte: Instituto Escolhas, 2022[7]; Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), 2023; Euromonitor Internacional; Pesquisa Anual do Comércio (PAC/IBGE), 2022; Pesquisa Industrial Anual (PIA/IBGE), 2022; FBSP e Esfera Brasil, 2024[8]; FBSP e Instituto DataFolha, 2024; World Drug Report/ UDOC, 2024; FBSP, 2024.

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Além de indicar estimativas de receita de cada mercado, o gráfico também mostra como o tráfico de cocaína, uma importante mercadoria, perdeu espaço para roubo de celulares e golpes virtuais e combustíveis, bebidas, cigarro e ouro.

Tudo isso evidencia a complexidade do que se tornou os grupos armados na cidade do Rio de Janeiro na atualidade. Se há alguns anos a diferença entre eles estava entre os mercados específicos de cada um, hoje, apenas o mercado de drogas ilícitas possui essa capacidade, enquanto outros confundem ainda mais a tipificação. É por isso que venho defendendo neste trabalho a categoria grupos armados da cidade do Rio de Janeiro. Se for observar o caso dos grupos armados do varejo, também estão exercendo práticas que outrora eram restritas ao grupo armado miliciano, como extorsão e serviços de internet, bebidas etc. conforme ressaltei.

---

[223] Elaborado pelo FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Voltando para o título desta seção na forma de pergunta: para onde vai o grupo armado miliciano? Tratando-se do grupo armado miliciano que atua na Zona Oeste desde 2007, quando a primeira notícia revelou haver uma "milícia autointitulada Liga da Justiça", até mais recentemente, enquanto finalizo este trabalho, a hipótese a ser lançada é que este grupo demonstra sinais de extinção.

Por razões históricas e conceituais, que tentei explorar no decorrer do desenvolvimento desta tese, mas também por dinâmica do próprio grupo. Atualmente o Comando Vermelho vem progressivamente retomando territórios perdidos para a milícia durante a formação do complexo miliciano. A Favela do Barbante já foi reconquistada pelos Crias. Sob a liderança de RD, ex-miliciano que agora comanda as operações, a facção tem direcionado seus esforços para essa parte da região da Zona Oeste, após já ter assegurado o controle de outras áreas. A atuação de RD tem sido eficaz em intimidar os milicianos remanescentes, cuja organização se encontra visivelmente enfraquecida. O prazo para uma possível dissolução total do grupo? Essa resposta demandará novas investigações e pesquisas.

Aliado a esse contexto, a prefeitura do Rio Junto com a câmara de vereadores aprovou o armamento da Guarda Municipal da Cidade. O projeto prevê a formação de elite chamada de Força Municipal. A prefeitura ainda anunciou a construção de bases para esses grupos, servindo de alocação a centros de formação. Inicialmente serão construídas três bases localizadas nos bairros do Leblon, Piedade e Inhoaíba. Este último bairro é o bairro vizinho de Cosmos e ambos são extremamente conurbados. É nele também que estão as favelas do Barbante e Vilar Carioca. Ou seja, mais um elemento para a história de tradição de violência da segurança pública na Zona Oeste. A dúvida é de como esta base irá impactar na atuação dos grupos armados e na disputa territorial.

CONCLUSÃO

À luz do percurso analítico desenvolvido ao longo desta tese, torna-se possível, neste momento final, retomar o problema central que orientou a investigação e sistematizar questões que acredito serem pertinentes. Ao analisar a constituição e a atuação dos grupos armados milicianos em articulação com processos mais amplos de reestruturação do capitalismo em crise profunda e produção da violência, este trabalho buscou demonstrar que tais grupos não podem ser compreendidos como fenômenos dissociados da realidade social de uma trama mais ampla. Como por exemplo, as particularidades inerentes à crise do capitalismo ocorrida na década de 1970 impactando na formação de um contingente populacional sobrante e excluído do processo produtivo direto, extrapolando a compreensão clássica de exército industrial de reserva. A população afetada por este contexto precisa de alguma forma se virar para sobreviver na informalidade, nos mercados ilegais, no subemprego e em condições precárias de trabalho, vida e estrutural social e espacial. Além de serem afetadas pelos circuitos de violência envolvendo o encarceramento em massa, controle generalizado com uso de tecnologias de guerra, extermínio sistemático via operações policiais e a militarização do espaço urbano.

Esse contingente é condicionado a mobilizar a violência como mediadora das relações sociais e interpessoais como estratégia imediata solucionável de problemas e situações sociais que impactam o ordenamento territorial mais próximo de seu círculo (não se trata de fazer qualquer relação entre pobreza e violência, mas entender como violência e ilegalismos são recursos disponíveis sem juízo moral). Isso faz com que indivíduos ou grupos construam sua própria capacidade de agir socialmente, isto é, de interpretar a realidade, tomar decisões e intervir na realidade, mesmo estando inseridos em estruturas sociais que os condicionam de forma desigual. Foi assim que atores como Pedrinho Maluco, Kiko, Aldemar e Ricardo Batman e posteriormente os Caras do Posto, até a Liga da Justiça formaram suas agências.

Como tentei demonstrar, esse processo associado a formação social brasileira possui uma intima relação com a franja marginal ou massa marginal, que no caso do Brasil (há elementos dessa realidade em outros países da América Latina) trata-se de uma população negra e racializada negativamente que, mesmo após a abolição formal

da escravidão e mais a instituição do trabalho livre, nem sequer foram incluídas neste tipo de realidade, deixada à própria sorte na construção de seus próprios agenciamentos.

No entanto, é na década de 1990 que esse contexto se torna mais dramático para a franja marginal, assumindo uma escala articulada entre os níveis global, nacional e local. Trata-se de uma mudança de paradigma social que incide de forma particular sobre o espaço urbano das cidades, incluindo o Rio de Janeiro. O aprofundamento da crise do sistema social e a necessidade de sua reestruturação produziram um contingente ainda maior de indivíduos excluídos do processo produtivo. Paralelamente, no plano global, o fim da Guerra Fria teve impacto significativo sobre os paradigmas de guerra, deslocando aparatos bélicos e lógicas militares para o interior das cidades e transformando aquilo que se define como segurança pública em formas de guerra civil molecular ou difusa. No geral, trata-se de a vida civil ser pautada pela natureza militar.

Com isso, forças de segurança do Estado atuam em estado de guerra e operação ostensiva permanentes, forças armadas realizam policiamento urbano contra os inimigos internos chamados de classes perigosas. Além disso, grupos civis armados se proliferam no decorrer dos anos da década de 1990, para realizarem o controle territorial recorrendo a mesma lógica militarizada para cumprir ordenamento territorial e assegurar a circulação e trocas políticas de mercados (mercadorias) ilegais (informais), além de praticarem regulação e pilhagem social.

Porém, antes de chegarem a este resultado precisaram existir lideranças locais armadas agenciando individualmente as necessidades mais imediatas do território com o controle ainda incipiente de certas mercadorias ilegais. Pois a preocupação inicial perfazia oferecer segurança através da valentia armada, do que um interesse em lucrar por exercer tal empreitada. Este processo possui um componente espacial muito claro, pois tratando-se de espaço urbano, salta aos olhos uma urbanização desigual. Portanto, o fenômeno do qual analisei para esta tese ocorre na Zona Oeste do Rio de Janeiro, ou seja, na periferia da cidade.

É importante ressaltar o aspecto espacial, e neste caso da Zona Oeste da cidade, por conta de um conhecimento geográfico precário dos espaços periféricos, em que na maioria das vezes são referenciados por olhares externos carregados de imprecisão, mal-entendido e senso comum acerca das espacialidades e territorialidades, entes essenciais que ajudam a entender variados fenômenos, mas principalmente a

militarização e os grupos armados. Portanto, realizei o esforço de tentar colocar de uma forma diferente a Zona Oeste no mapa analítico e da forma mais precisa possível. Utilizando mapas e imagens de satélites, além de outros recursos cartográficos. Ao mesmo tempo citando em demasia os nomes de locais pouco conhecidos.

Por essas razões, no primeiro capítulo examinei o processo de urbanização ocorrido no final da década de 1970 e ao longo dos anos 1980 e 1990 na Zona Oeste do Rio de Janeiro, enfatizando as características específicas dessa região da cidade. A dinâmica local foi marcada por uma tradição de violência que, ao longo do tempo e do espaço, se articulou ao processo de urbanização e ao processo compreendido pela chave da acumulação social da violência.

A partir da articulação desses elementos, foi possível identificar as agências presentes na formação das lideranças armadas locais até a passagem para a formação de grupos armados. A análise desse processo de transição na Zona Oeste do Rio de Janeiro foi orientada, fundamentalmente, pela chave teórica proposta por Michel Misse. Contudo, ao examinar o caso específico da região, tornou-se evidente a necessidade de incorporar as dimensões racial e territorial à perspectiva original. Assim, meu desafio foi realizar um trabalho operando com a noção de acumulação social, racial e territorial da violência, um enquadramento analítico que se mostrou mais adequado para compreender a dinâmica local, principalmente quando examino o perfil demográfico dos ocupantes da Zona Oeste durante o período disposto. Assim, por meio dessa abordagem, foi possível analisar os desdobramentos históricos dessa transição, com especial atenção ao surgimento e à atuação do grupo armado conhecido como Liga da Justiça.

A passagem das lideranças armadas para o grupo armado se dá através de alguns aspectos importantes:1) o desenvolvimento urbano junto com um crescimento populacional, imputando uma nova lógica social incapaz de manter os agenciamentos sob o controle de uma liderança apenas. Embora ainda mantivesse certo prestígio enquanto estivesse vivo; 2) novas demandas de serviços fundamentais para o período que se anunciava e assim o interesse no lucro diante de um mercado ilegal (informal) que se ampliava diante da crise social que se aprofundava, sendo materializado no desemprego e nas privatizações ocorridas durante a década de 1990. Nesse sentido, a escolha em examinar o caso dos transportes por vans se mostrou perspicaz, pois, como

busquei demonstrar, tratou-se de uma mercadoria chave para a transição de interesses individuais para coletivos, principalmente para policiais que controlavam este mercado.

No segundo capítulo, dediquei a estabelecer uma mediação teórica com a dimensão empírica desenvolvida ao longo do restante da pesquisa, retomando debates já anunciados na introdução. Para isso, articulo a teoria da marginalidade, conforme discutida por José Nun e Lélia Gonzalez, com a formação social brasileira, dialogando com as contribuições de Clóvis Moura e Alberto Passos Guimarães. Essa articulação permite relacionar as noções de massa marginal, franja marginal e classes perigosas, de modo a compreender seus entrelaçamentos no contexto brasileiro e, em particular, na cidade do Rio de Janeiro, buscando as raízes históricas de um problema social persistente. A essa discussão acrescento a crise do capitalismo e as transformações no mundo da produção de mercadorias, bem como as mudanças nos paradigmas da guerra, também indicadas na introdução. Por fim, desenvolvo uma reflexão sobre a militarização do espaço urbano, reafirmando minha filiação teórica previamente apresentada na introdução. Embora trate de processos de caráter macroestrutural, considero igualmente as especificidades do Rio de Janeiro, sustentando que, assim como as forças de segurança do Estado e as forças armadas, os grupos armados civis também constituem expressões da militarização, neste caso, da militarização do espaço urbano.

No terceiro capítulo, iniciei uma aproximação com o objeto de pesquisa. Embora se trate de uma abordagem predominantemente conceitual, esse percurso mostrou-se necessário por se tratar de um tema amplamente debatido por diferentes áreas do conhecimento. Nesse sentido, mobilizei narrativas provenientes da produção jornalística, bem como de outros campos, que contribuíram para ampliar a compreensão do fenômeno das milícias no Rio de Janeiro, especialmente em seus aspectos políticos e jurídicos. Reconstruo a trajetória histórica do termo milícia, desde suas primeiras aparições na imprensa até sua consolidação como categoria formal de definição de fenômenos semelhantes. Nesse percurso, analiso o fenômeno contemporâneo ao período da pesquisa, com destaque para o chamado “Escritório do Crime”, apontando os exageros presentes em sua abordagem. Considerando que o termo não é exclusivo do contexto brasileiro, realizo uma análise comparativa com o caso colombiano, demonstrando que, no Rio de Janeiro, a milícia assume um significado próprio, inspirado em outros grupos armados históricos atuantes no Rio de Janeiro e no Brasil.

Desta forma, por conta da variedade de grupos armados que existiram ou existem na cidade do Rio de Janeiro, propus a categoria grupos armados ou grupos civis armados antes de qualquer enquadramento específico. Aplicando-se também ao que no geral é considerado milícia.

Ao final desta parte, dediquei-me a uma discussão recorrente nos debates sobre milícias, Estado e grupos armados, enfatizando seus entrelaçamentos. Parto da análise da presença do Estado na formação de determinados grupos armados que marcaram a formação social brasileira. Abordo também um aspecto relevante e pouco explorado: a participação estrangeira na constituição de grupos de extermínio, com envolvimento direto de agentes estatais. Nesse percurso, procuro desconstruir narrativas consolidadas sobre esses grupos, como aquelas associadas aos esquadrões da morte. Por fim, examino a relação entre Estado, violência e grupos armados, evidenciando a complexidade de se buscar uma essência fixa ou homogênea nesses perfis. Concluo que, entre o Estado, as milícias e outros grupos armados, estabelece-se uma relação de caráter instrumental e operacional, voltada à manutenção e ao funcionamento de mercados ilegais, marcada por intensas trocas ilícitas de mercadorias políticas.

É somente no quarto capítulo que adentro a análise empírica do meu objeto: a milícia denominada liga da justiça. Recorro a reportagens antigas e atuais comparando e combinando com entrevistas de moradores dos bairros onde o grupo armado nasceu e se fortaleceu. O bairro de Cosmos foi o bairro referência para o surgimento do grupo, pois ali encontrava-se a liderança local cujo domínio seria importante para as pretensões de outro agente interessado em controle territorial e domínio eleitoral. É nessa agência que Jerominho e Aldemar (Batman) se aliam para construírem um grupo armado. Nesse sentido, fica mais um registro de transferência de lideranças armadas para grupo armado.

Analiso o papel importante de determinados integrantes que contribuíram significativamente para que o grupo assumisse as proporções que assumiu, como o caso do Aldemar, o primeiro Batman e de Ricardo Texeira, um ex-policial que ao se aliar ao Aldemar vira o Robin, para sem seguida, após o assassinato do comparsa, assumir de vez a alcunha de Batman. Ricardo Batman, como busquei examinar, foi o principal responsável pela expansão territorial do grupo por toda a Zona Oeste, expulsando grupos rivais e criando territórios até constituir um complexo miliciano. A expansão do grupo, que era conhecido pelos moradores como os Caras do Posto, é motivada por três

mercados ilegais: 1) mercado de segurança contra furtos, assaltos e a possível chegada de algum grupo do varejo de drogas; 2) o mercado de proteção para a circulação de mercadorias ilegais; 3) o mercado informal/ilegal de transporte por vans, o mais promissor e lucrativo para o grupo armado. Foi por conta desta importância que discorri e examinei como as vans passaram da informalidade e opção para trabalhadores desempregados na década de 1990, para uma lucrativa mercadoria de um grupo de milicianos. O mercado ilegal de transporte de Vans foi extremamente importante para a região da Zona Oeste a ponto de tornar-se objeto de disputa entre milicianos.

Nesse sentido, outro agente importante será responsável pela disputa do mercado ilegal de transporte por vans, atingindo ao mesmo tempo as pretensões eleitorais de Jerominho e a expansão territorial de Ricardo Batman. Chico Bala, é outra liderança armada que rompe com o grupo de Ricardo Batman para dividir o bairro de Campo Grande, além de promover uma sangrenta disputa por linhas e pontos de vans, e frear o alcance de Jerominho e Batman para a região de Rio da Prata, em Campo Grande.

Com a intensificação das disputas em torno dos mercados ilegais de transporte por vans, os grupos milicianos passaram a ampliar e aprofundar as trocas ilícitas de mercadorias políticas, bem como a expandir sua atuação para a exploração de novos mercados. Nesse contexto, o controle da venda de gás e água adquire novas dimensões, somando-se posteriormente ao mercado de TV por assinatura. Apesar dessa expansão, os conflitos não cessam e passam a expor de forma crescente os integrantes do grupo armado, que, àquela altura, já era amplamente conhecido na cidade como a milícia denominada “Liga da Justiça”. Essa visibilidade contribuiu para a prisão de suas principais lideranças e articuladores. Ricardo Batman e Jerominho foram presos sob a acusação de fundar aquela que passou a ser reconhecida como a maior milícia do Rio de Janeiro, formada e expandida entre os anos de 2005 e 2010. Pouco tempo depois, Chico Bala também foi preso.

Por conseguinte, após a prisão de seus destacados membros, o grupo passou a ser liderado por um policial da ativa que buscou, com considerável esforço, preservar a estrutura construída anteriormente por Ricardo Batman. Ainda assim, foram incorporadas mudanças com o objetivo de adequar o grupo armado às novas circunstâncias. Toni Ângelo, assim como Ricardo, era morador de Cosmos, mas possuía uma imagem e uma percepção bastante distintas sob o olhar dos moradores do bairro. Uma das principais alterações promovidas por sua liderança foi a ruptura das trocas

políticas com atores detentores de interesses eleitorais. Na avaliação do grupo armado, esse tipo de troca, além de expor seus integrantes e comprometer o funcionamento dos mercados ilegais, mostrava-se desvantajoso, uma vez que o capital político mobilizável era reduzido em comparação ao de seus aliados políticos. Nesse sentido, a primeira medida adotada por Toni Ângelo foi o rompimento com a família Jerominho, especialmente porque Carminha Jerominho possuía pretensões eleitorais e buscava utilizar os territórios controlados pelo grupo armado, tal como seu pai havia feito durante a liderança de Ricardo Batman.

Outra medida adotada por Toni Ângelo foi a incorporação de novos integrantes civis ao grupo armado. Nesse momento, policiais passaram a se afastar do grupo ou a redefinir suas posições, buscando manter o controle de seus mercados individuais. Esse movimento esteve diretamente relacionado à exposição frequente do grupo na imprensa, que passou a alterar a opinião pública sobre a imagem da milícia como uma organização que supostamente "fazia segurança contra o tráfico". Diante desse contexto, o grupo atravessou processos de reorganização interna e sucessivas crises, sem, contudo, interromper sua expansão territorial e econômica. A prisão de Toni marcou o início de uma violenta disputa interna, caracterizada por confrontos, mortes e desaparecimentos forçados de determinados integrantes. Essa crise se generalizou entre os anos de 2013 e 2015, até que, em 2015, um civil assumiu a liderança do grupo, um desfecho até então impensável para aqueles que participavam ou haviam participado da organização. Essa inflexão, além de seu forte conteúdo simbólico, representou também a chave para as transformações analisadas no capítulo cinco.

Inicio o capítulo final com a pergunta: "Para onde vai o grupo armado miliciano (milícia)?", que orienta uma reflexão sobre as transformações vivenciadas por esse grupo desde o início de suas atividades, no final da década de 1990 e início dos anos 2000, até seu processo de consolidação. Busquei demonstrar que tais transformações abrangem desde mudanças no perfil de seus integrantes até novas formas de gestão de mercados ilegais e de ordenamento territorial, configurando, em síntese, aquilo que Franz Schandl denomina de pilhagem social. Se anteriormente era problemático denominar este grupo armado como milícia por conta da presença de policiais, atualmente, com essas mudanças, torna-se ainda complexo dizer que se trata de uma milícia, muito por conta do que anteriormente se definia.

Seguindo, portanto, também a chave analítica dos mercados ilegais, é possível observar que o grupo miliciano Liga da Justiça também sofreu transformações significativas em relação às suas características originais. Para essa análise, retomo os eixos propostos por Ignácio Cano para a definição das milícias em seu surgimento: "(1) o controle de um território e da população que nele habita por parte de um grupo armado irregular; (2) o caráter coativo desse controle; (3) o ânimo de lucro individual como motivação central; (4) a participação reconhecida de agentes do Estado; e (5) um discurso de legitimação referido à proteção dos moradores e à instauração de uma ordem". A partir da análise realizada neste trabalho, verifica-se que esses eixos, ainda que pertinentes em sua estrutura, apresentam mudanças marcantes em sua manifestação concreta. Conforme foi examinado no capítulo cinco, essas alterações saltam aos olhos, principalmente no que se refere ao eixo 4. O eixo 3, pode-se afirmar que transparece mais uma necessidade de sobrevivência imediata para quem é atingindo pelo desemprego do que "interesse individual pelo lucro", com destaque para figura masculina. No resquício da Liga da Justiça que persiste, trata-se agora de um grupo predominantemente civil, cuja relação com o Estado se dá por meio de acordos e trocas de mercadorias ilícitas, e não mais pela participação direta de agentes, sejam eles das forças de segurança ou figuras políticas. Por fim, o eixo 5, o discurso legitimador, parece ter desaparecido completamente. Atualmente, na Zona Oeste, o grupo miliciano já se diferencia muito pouco do outro tipo de organização que justificava sua própria existência: o grupo armado do varejo do tráfico. É essa trajetória de convergência que motiva a pergunta do capítulo final: "Para onde vai o grupo armado miliciano?".

Estudar grupos armados milicianos exige, necessariamente, analisar sua relação intrínseca com os mercados ilegais. Essa abordagem metodológica, no entanto, impõe um desafio: a dificuldade em delimitar com precisão qual grupo armado está em observação, dada a complexidade que essas organizações assumiram ao longo do tempo. Um recorte histórico entre o início dos anos 2000 e 2018 revela transformações profundas em sua estrutura, atuação e influência territorial. Para compreender tais mudanças, é essencial adotar uma perspectiva histórica e geográfica. Somente assim se pode decifrar tanto sua dinâmica interna quanto sua relação com os territórios onde se consolidaram. Assim como a natureza desses grupos armados se modificaram ao longo dos anos, os mercados ilegais seguiram o mesmo caminho.

Seguindo essa reflexão como fio condutor, tentei demonstrar quando analisei o grupo armado miliciano conhecido como Liga da Justiça. Adotando diferentes ferramentas de pesquisa pude examinar as contradições, explorar narrativas e ir a fundo em como surgiu um grupo armado formado por policiais que objetivavam "fazer segurança e expulsar o tráfico". O que por essa perspectiva discursiva já era algo problemático, seus desdobramentos só confirmaram sua semelhança com outros grupos armados como grupos de extermínios, facções policiais, esquadrões da morte etc. O caso da chamada Liga da Justiça e sua origem remete a este processo, mas também nas chamadas lideranças locais armadas. Com isso foi possível constatar a maneira que as trocas ilícitas de mercadorias políticas se movimentaram, assim como o próprio grupo e suas respectivas lideranças foram acompanhando até perderem as características originais, causando dificuldades em definir, hoje, um grupo armado miliciano.

REFERENCIAS

ALERJ - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. ***Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a ação de milícias no âmbito do estado do Rio de Janeiro***. Rio de Janeiro: Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, 2008.

ALVES, José Claudio. ***"No Rio de Janeiro a milícia não é um poder paralelo. É o Estado***". Revista Exame. 31 de jan de 2019. Disponível em: *https://classic.exame.com/brasil/no-rio-de-janeiro-a-milicia-nao-e-um-poder-paralelo-e-o-estado/?utm_source=copiaecola&utm_medium=compartilhamento*. Acessado em: 20/03/2020.

ALVES, José Cláudio. ***Dos Barões ao Extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense.*** Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2020.

AMADO, Guilherme. ***Empresa Ligada à Milícia presta Serviço para Escolas do Governo do RJ.*** Jornal Metrópoles. 29 de Fev de 2024. Acessado em: 80/10/2024.

AMORIM, Carlos. ***CV – Comando Vermelho: a história secreta do crime organizado***. Rio de Janeiro: Record, 1993.

ANTP – Associação Nacional de Transportes Públicos. ***Transporte humano: cidades com qualidade de vida***. São Paulo: ANTP, 1997.

ARAUJO, Vera; OTAVIO, Chico. ***Caso Marielle: MPRJ Denuncia Orlando de Curicica por Morte de Assessor Informal de Siciliano***. Jornal O Globo,. Rio de Janeiro, 10 de Julho de 2018. Disponível em: https://oglobo.globo.com/rio/caso-marielle-mprj-denuncia-orlando-de-curicica-por-morte-de-assessor-informal-de-siciliano-22871604. Acessado em: 13/12/2021.

ARTHUR, Leal; OTAVIO, Chico; ARAUJO, Vera. ***Operação Os Intocáveis: Conheça os Alvos e Veja como Age a Milícia que Comanda Rio das Pedras***. Jornal O Globo. Rio de Janeiro, 22 de Jan de 2019. Disponível em: https://oglobo.globo.com/rio/operacao-os-intocaveis-conheca-os-alvos-veja-como-age-milicia-que-comanda-rio-das-pedras-23353397. Acessado em: 17/06/2021.

AZEVEDO, Lena; FAULHABER, Lucas. ***"SMH2016: remoções no Rio de Janeiro Olímpico"***. Editora Mórula. Rio de Janeiro, 2015.

BARREIRA, Cesar. ***Pistoleiro ou Vingador: construção de trajetórias.*** Sociologias, nº 8, jul/dez 2002, p.52-83.

BERNADES, Lysa M. C.; SOARES, Maria Therezinha de Segadas. ***Rio de Janeiro Cidade e Região***. Editora Biblioteca Carioca. Rio de Janeiro, 1990.

BICUDO, Hélio Pereira. ***Meu Depoimento Sobre os Esquadrões da Morte***. Editora Pontes. São Paulo, 1976.

BOTARRI, Elenilce. ***"Máfia de Policiais Controlam Vans".*** Jornal O Globo. Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 2000. Visitado em: 20/06/2023.

BOTELHO, Maurílio. ***Entre Crises e o Colapso: cinco notas sobre a falência estrutural do capitalismo***. Revista Maracanan, nº 18, p. 157-180, jan/jun. 2018. Disponível em: http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/31274.

BOTELHO, Maurílio; BARREIRA, Marcos. ***O Exército nas Ruas: da Operação Rio à ocupação do Complexo do Alemão. Notas para uma reconstituição da exceção urbana.*** IN: Oliveira, Pedro Rocha; Brito, Felipe. Até o Último Homem. Rio de Janeiro. Editora Boitempo, 2013. p. 115-128.

BRAMA, Leonardo. ***As Diversas Milícias do Rio de Janeiro: entre expansões, práticas e semânticas.*** 2019. Mestrado acadêmico (Dissertação em Sociologia). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

BURGOS, M. B. (Org.). (2002). ***A Utopia da Comunidade: Rio das Pedras, uma favela carioca.*** Rio de Janeiro: PUC-Rio; Loyola.

CANO, Ignacio. ***Seis por meia dúzia? um estudo exploratório do fenômeno das chamadas milícias no Rio de Janeiro***. IN: CARVALHO, Sandra, et al. ONG Justiça Global: Segurança, Tráfico e Milícia no Rio de Janeiro.

CANO, Ignacio; DUARTE, Thais. Milícias, pp. 325-333, In: Renato Sérgio de LIMA, José Luiz RATTON, Rodrigo GHIRINGHELLI DE AZEVEDO (orgs.), ***Crime, polícia e justiça no Brasil***, Contexto, v. 1, São Paulo, 2014.

CANO, Ignácio; DUARTE, Thais. ***No Sapatinho: a evolução das milícias no Rio de Janeiro [2008-2011].*** Fundação Heinrich Boll, Rio de Janeiro, 2012.

CARVALHO, Paulo. ***"Milicianos Adotam Tática de Destruir Vans".*** Jornal Extra. Rio de Janeiro, dia 1 de Maio de 2009. Visitado em: 15/05/2023.

COELHO, Edmundo Campos. ***A criminalização da Marginalidade e a Marginalização da Criminalidade.*** Revista Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 131–145, 1978.

COELHO, Gabi; PERLERBERG, Jefferson. ***É falso que a Polícia Tenha Concluído que Marielle foi Morta pelo Tráfico.*** Jornal O Estadão, São Paulo. Disponível em: https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/e-falso-que-policia-tenha-concluido-que-marielle-foi-morta-pelo-trafico-e-que-brazao-e-o-mandante-do-crime/. Acessado em: 07/12/2021.

COELHO, Henrique. ***Milícia Domina Antares e Lucra com Tráfico de Drogas em Santa Cruz, diz MP.*** G1 Portal de Notícias. Rio de Janeiro, 24 de Nov de 2018. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/11/24/milicia-domina-antares-e-lucra-com-trafico-de-drogas-em-santa-cruz-diz-mp.ghtml. Acessado em: 21/04/2022.

COSTA, Flavio. ***Gravação revela novos Suspeitos de Matar Marielle e Aponta Brazão Mentor***. UOL site de Notícias. Rio de Janeiro, 21 de Out de 2019. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/10/27/caso-marielle-beto-bomba-marcello-sicilliano-domingos-brazao-mandante.htm. Acessado em: 07/12/2021.

CREVELD, Martin van. ***The Rise and Decline of the State.*** Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

Cuadernos de Antropología Social, Buenos Aires, n. 27, 2008, p. 19-52.

DAS, Veena. ***Vida e Palavras: a violência e sua descida ao ordinário***. São Paulo, Editora da Unifesp. 2020.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. ***El Estado y Sus Márgenes. Etnografías Comparadas***.

DIAS DE ANTÔNIO, Mariana. ***"Outro Fuzilado Pelo Esquadrão": o Esquadrão da Morte no Ultima Hora Carioca (1968-1969).*** Aedos, Porto Alegre, v. 10, n. 23, p. 170-193, Dez. 2018.

DUARTE, Pedro Henrique Evangelista; LIMA, Isabela Gomes de. ***Superpopulação relativa e marginalidade social: uma análise do Brasil no período 1980-1991.*** Encontro Nacional de Economia política, 28, 2023, UFAL, Maceió – AL Caderno de Resumo. Maceió: SEP, 2023. Disponível em: *https://www.sep.org.br/Resumos23/Caderno_de_Resumos2023_site.pdf*.

ENNE, Ana Lúcia e DINIZ, Betina Peppe. ***"O Caso Mão-Branca" na Imprensa do Rio de Janeiro: narrativa jornalística e fluxo do sensacional***. Trabalho apresentado no XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Rio de Janeiro: 05-09 de setembro de 2005.

ENZENSBERGER, Hans Magnus. ***Perspectivas de Guerra Civil.*** Relógio D'Água, 1998.

FANTTI, Bruna. ***Em carta, Miliciano Delatado no caso de Marielle Nega Acusações***. Jornal O dia. Rio de Janeio, 19 de Maio de 2018 Disponível em: https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2018/05/5539035-em-carta-miliciano-delatado-no-caso-de-marielle-nega-acusacoes.html. Acessado em: 21/10/2023.

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. ***Follow The Produc:s rastreamento de produtos e enfrentamento ao crime organizado no Brasil***. Disponível em: https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/5c49e7c2-f01f-42c8-ae13-83d8fa9987c6.

FELTRAN, Gabriel. ***Irmãos: uma história do PCC***. Editora Companhia das Letras. São Paulo, 2018.

FELTRAN, Gabriel. V***inte Anos Depois: a construção democrática brasileira vista da periferia.*** Lua Nova, n.72, São Paulo, 2007, p.83-114.

FERNANDES, Heloisa Rodrigues. ***Violência e Modos de Vida: "os justiceiros"***. Tempo Social, nº 4, São Paulo, 1992, p. 23-52.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. ***11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública***. Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/11o-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/. Acesso em: 20 de Out. 2021.

FRANCO, Gilberto Medina. ***Una Historia de Las Milicias de Medellín***. Medellín: Instituto Popular de Capacitación, IPC, 2006.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. ***Homens Livres na Ordem Escravocrata.*** 4. ed. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

G1 Portal de Notícias.***19 Capitais do País Têm Guarda Municipal com Arma de Fogo; apenas 4 não fazem uso.*** G1 – Portal de Notícias. Rio de Janeiro. Publicado em 07 de Fev de 2021. Diposnível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/02/07/19-capitais-do-pais-tem-guarda-municipal-com-arma-de-fogo-apenas-4-nao-fazem-uso.ghtml. Acessado em: 15/08/2021

GENI - Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos; Instituto Fogo Cruzado***. "Mapa Histórico dos Grupos Armados do Rio de Janeiro."*** Disponível em: https://geni.uff.br/wp-content/uploads/sites/357/2022/09/Relatorio_Mapa_Grupos_Armados_Geni_WEB.pdf. Acessado em: 18/04/2024.

GENI – Grupos de Estudos de Novos Ilegalismos***. Chacinas Policais no Rio de Janeiro: estatização das mortes, mega chacinas e impunidade***. 2023. Disponível em: https://geni.uff.br/2023/05/05/chacinas-policiais-no-rio-de-janeiro-estatizacao-das-mortes-mega-chacinas-policiais-e-impunidade/. Acessado em: 29/11/25.

GIDDENS, Anthony. ***A Constituição da Sociedade***. Editora Martins Fontes. São Paulo, 2003.

GOMES, Paulo C. da C***. O Conceito de Região e sua Discussão***. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C.; CORRÊA, Roberto L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995, p. 49-76.

GONZAGA, Vanessa Portes Galvão. ***A Sombra do Encarceramento: o entorno das prisões***. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Uberlândia, 2013.

GONZALEZ, Lélia. ***Por um Feminismo Afrolatino Americano***. Editora Zahar. Rio de Janeiro, 2020.

GORTÁZAR, Maria Galarraga. ***Adriano da Nóbrega, o policial que partiu para o túmulo dos segredos do submundo do Rio***. Jornal El País. Rio de Janeiro, 15 de Fev de 2020. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2020-02-15/o-policial-criminoso-que-levou-para-o-tumulo-os-segredos-do-submundo-do-rio-de-janeiro.html?utm_source=chatgpt.com. Acessado em: 08/05/2021.

GRAHAN, Stephen. ***Cidades Sitiadas: o novo urbanismo militar***. Editora Boitempo. São Paulo, 2016.

GUIMARÃES, Alberto. ***As Classes Perigosas***. Editora Graal. Rio de Janeiro, 1982.

Institute for Economics, p & Peace. ***Contemporary Trends in Militarisation: Exploring Military Capacity and Capability, Sydney,*** julho de 2024. Disponível em: http://visionofhumanity.org/resources. Acessado em: 04/06/2025.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ***Nota Técnica sobre a evolução da informalidade no Brasil metropolitano: 1991-2001.*** Rio de Janeiro. IPEA, 2002.

Instituto de Segurança Pública. ***Letalidade violenta tem queda de 20% em julho no RJ***. Disponível em: https://www.rj.gov.br/isp/node/1897. Acessado em: 23/5/2024.

Jornal do Brasil. ***Maioria Paga os Resgastes***. Acervo, 1/11/1995. Visitado em: 12/11/2024.

Jornal do Brasil. ***Polícia Prende Sequestradores***. 31/05/1990, Acervo. Visitado em: 21/10/2024.

Jornal do Brasil. ***Traficantes se Unem e Criam o Cartel do Rio***. Acervo, 15/08/1995. Visitado em: 21/10/2024.

Jornal O Globo. ***Vans Fazem suas Próprias Leis no Rio: Sem regulamentação das autoridades, confederação cria pontos de parada e instala placas nas ruas. Rio de Janeiro***, Jornal o Globo, 9 de Set de 1997. Disponível em: https://oglobo.globo.com/acervo/resultado/. Acessado em: 16/11/2025.

KAWAGUTI, Luis. ***'Facção usa fosso 'antitanque' e ataca UPP para tentar impedir ação militar em favela do Rio".*** UOL Site de Notícias. 14 de Agosto de 2018. Acessado em: 17/04/2023. Disponível em: *https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/08/14/faccao-usa-fosso-antitanque-e-ataca-upp-para-tentar-impedir-acao-militar-em-favela-do-rio.htm*.

KAWAGUTI, Luis. ***'Facção usa fosso 'antitanque' e ataca UPP para tentar impedir ação militar em favela do Rio".*** UOL Site de Notícias. 14 de Agosto de 2018. Acessado em: 17/04/2023. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/08/14/faccao-usa-fosso-antitanque-e-ataca-upp-para-tentar-impedir-acao-militar-em-favela-do-rio.htm

KURZ, Robert. ***Guerra de Ordenamento Mundial: o fim da soberania e a transformação do imperialismo na era da globalização***. Editora, Horlemann. Berlim, 2019.

LAGO, L.; RIBEIRO, L. C. de Q. ***A divisão favela-bairro no espaço social do Rio de Janeiro***. Cadernos Metrópole, n. 05, p. 07–08, 2012. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/9293. Acesso em: 14 out. 2024.

LANDAU, Lucas; ALESSI, Gil. "***Os Fundadores da Milícia Liga da Justiça Querem Reerguer seu Império Político (e cuidar dos netos)"***. Jornal El País. 8 de Maio de 2019. Acessado em: 25/06/2022.

LEITÃO, Leslie. *"**Polícia mata o homem que uniu milícia e tráfico no Rio. Revista Veja"***. 21 de Abril de 2017. Acessado em: 23/06/2023.

LEPLETIER, Gabriel e CAREZZATO, Lucas. Guerra às Drogas e a Derrota dos Dados. Congresso em Foco. Disponível em: https://www.congressoemfoco.com.br/noticia/6885/guerra-as-drogas-e-a-derrota-dos-dados. Acessado em: 05/11/2025.

LENOIR, Rémi. ***Objeto Sociológico e Problema Social***. In: CHAMPAGNE, Patrick; LENOIR, Rémi; MERLLIÉ, Dominique; PINTO, Louis (org.). ***Iniciação à Prática Sociológica.*** Petrópolis: Vozes, 1998. p. 59–106

LESSING, Benjamim. ***Conceptualizing Criminal Governance***. Revista Perspectivas sobre política , v. 19 , Edição 3 , setembro de 2020, pp. 854 – 873.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. ***Violência Urbana, Segurança Pública e Favelas***. Caderno CRH, vol.23, n.59, pp. 283-300, Maio/Agosto 2010. Disponível em: *http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v23n59/06.pdf*.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. ***Sociedade Violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano***. Sociedade e Estado, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, jan./jun. 2004.

MAMANI, Hernán Armando. ***Alternativo, informal, irregular ou ilegal? O campo de lutas dos transportes públicos.*** In: RIBEIRO, Ana Clara Torres (org.). **El rostro urbano de América Latina / O rosto urbano da América Latina**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2004. p. 304–321.

MANSUR, André. ***O Velho Oeste Carioca Volume III***. Editora Ibris Libris. Rio de Janeiro, 2016.

MEDEIROS, Fernanda***. "Linhas de Investigação": homicídios, técnicas e moralidades policiais na gestão de mortos na região metropolitana do Rio de Janeiro***. In: VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia (ReACT). V.3 n.3. De 16 a 19 de maio de 2017. Universidade de São Paulo. Disponível em: https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/react/issue/view/81. Acessado em: 07/11/2025.

MELGAÇO, Lucas de Melo. ***Securização urbana: da psicoesfera do medo à tecnoesfera da segurança.*** 2010. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: https://www.teses.usp.br. Acesso em: 05/01/2026.

MELLO NETO, David Maciel de***. Esquadrão da Morte: genealogia de uma categoria da violência urbana no Rio de Janeiro (1957 – 1987)***. 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

MENGAT, Marildo. ***Estudos sobre Ruínas***. Editora Revan: Rio de Janeiro, 2012.

MISSE, Michel. ***Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro.*** Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 19–37, 2006.

MISSE, Michel. ***"Crime Organizado e Crime Comum no Rio De Janeiro: diferenças e afinidades."*** Revista Sociologia Política, Curitiba, v. 19, n. 40, p. 13-25, Out. 2011.

MISSE, Michel***. "Sobre a Acumulação Social da Violência no Rio de Janeiro***. Revista Civitas. Porto Alegre. V. 8, n.3: 371-385. Set-Dez 2008.

MISSE, Michel. ***"Trocas ilícitas e mercadorias políticas: para uma interpretação de trocas ilícitas e moralmente reprováveis cuja persistência e abrangência no Brasil nos causam incômodos também teóricos".*** Brasília. Anuário Antropológico. v.35, n.2: 89-107. 2010.

MISSE, Michel. ***Malandros, Marginais e Vagabundos e a acumulação social da violência no Rio de Janeiro.*** Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, 1999.

MISSE, Michel. ***O Papel do Inquérito Policial no Processo de Incriminação no Brasil: algumas reflexões a partir de uma pesquisa.*** Revista Sociedade e Estado – v. 26, n. 1 Janeiro/Abril 2011.

MOLICA, Fernando. ***Ex-PM Ligado a Flavio Bolsonaro Recebeu medalha na Cadeia.*** Revista Veja. Rio de Janeiro, 25 de Jan de 2019. Disponível em:

https://veja.abril.com.br/politica/ex-pm-ligado-a-flavio-bolsonaro-recebeu-medalha-na-cadeia/. Acessado em: 07/07/2021.

MOURA, Clóvis. ***Escravismo, Colonialismo, Imperialismo e Racismo***. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/moura/1980/03/21.pdf. Visitado em: 05/11/2020.

NUN, Jose. ***Sobre el concepto de Masa Marginal.*** In: Introducción a Marginalidad y exclusión social. Fondo de Cultura Económica. Bueno Aires, 2001.

OLIVEIRA, Denilson Araújo. ***Geografia Negras do Genocídio Megro Brasileiro: enfrentamentos a antinegritude.*** Editora Consequência. Rio de Janeiro, 2025.

OLIVEIRA, Denílson Araújo. Geografia Negras do Genocídio Negro Brasileiro: enfrentamentos à antinegritude. Editora Consequência. Rio de Janeiro, 2025.

PINTO, Nalayne; ARAUJO, Adriano; GOMES, Jaqueline; ALVES. José Cláudio. ***Desaparecimento Forçado: vidas interrompidas na Baixada Fluminense***. Editora: autografia, 2023.

Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: *https://www.policiacivil.rj.gov.br/news/7099*. Visitado em: 23/07/2024.

PONTES, Fernanda. ***Tráfico e Milícia Disputam Lucros de Serviços Ilegais: TV a cabo clandestina, ágio de gás e taxas para vans rendem R$ 280 milhões/ano***. Jornal O Globo. Rio de Janeiro, 27 de Agos de 2008. Disponível em: https://oglobo.globo.com/acervo/resultado/. Acessado em: 18/11/2025.

RAMALHO, Sergio. ***'Pica do Tamanho de um Cometa' Exclusivo: rachadinha de Flávio Bolsonaro financiou prédios ilegais da milícia no Rio, mostra investigação do MP***. The Intercept. Rio de Janeiro, 25 de Abr de 2020. Disponível em: https://www.intercept.com.br/2020/04/25/flavio-bolsonaro-rachadinha-financiou-milicia/?utm_source=chatgpt.com. Acessado em: 15/05/2021.

RAMALHO, Sergio; COSTA, Flávio. ***PF Suspeita que Milícia Tenha infiltrados em Delegacia do Caso Marielle.*** UOL síte de Notícias. Rio de Janeiro, 14 de Abril de 2019. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/03/14/pf-suspeita-que-milicia-tenha-infiltrados-em-delegacia-do-caso-marielle.htm?utm_source=chatgpt.com&cmpid=copiaecola. Acessado 13/12/2021.

RAMALHO, Sergio; COSTA, Flavio. ***PM diz que Mentiu ao Apontar Miliciano como Mandante da no Caso Marielle.*** UOL Site de Notícias. Disponível em https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/05/31/pm-admite-que-mentiu-ao-apontar-miliciano-como-mandante-no-caso-marielle.htm Acessado em: 07/12/2021.

SANTOS, Milton. ***A Urbanização Brasileira***. Editora Unesp. São Paulo, 2020.

SANTOS, Milton. ***O Espaço Divido***. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SCHNDI, Franz. ***Pilhagem Social: Mosaico de uma desintegração feito com pedras desordenadas.*** Disponível em: https://www.krisis.org/2015/pilhagem-social-mosaico-de-uma-desintegrao-feito-com-pedras-desordenadas/. Visitado em: 20/06/2022.

SOARES, Rafael. ***Adriano da Nóbrega Recrutou Tropa de ex-PMs para Proteger sua Família.*** Jornal Extra. Rio de Janeiro, 20 de Abril de 2021. Disponível em: https://extra.globo.com/casos-de-policia/adriano-da-nobrega-recrutou-tropa-de-ex-pms-para-proteger-sua-familia-24945728.html. Acessado em: 25/03/2021.

SOARES, Rafael. ***Entrevista por Mariana Rossi e Mariana Alvim***. BBC News Brasil, São Paulo, 29 de Out de 2025. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/cvgknnjgmrxo. Acessado em: 01/11/2025.

SOUZA, Marcelo Lopes***. Fobópole: O medo Generalizado e a Militarização da Questão Urbana***. Editora Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2008.

SOUZA, Rafael Nascimento de; WERNECK, Antônio. ***Milicianos e Traficantes já se Uniram em 180 Locais no Rio.*** Jornal Extra. Rio de Janeiro, 10 de Set de 2019. Disponível em: https://extra.globo.com/casos-de-policia/guerra-do-rio/milicianos-traficantes-ja-se-uniram-em-180-locais-no-rio-rv1-1-24007767.html. Acessado em: 07/06/2022.

SOUZA, Roberta; SOARES, Rafael. ***"Contragolpe sangrento: após se alastrar por 21 estados, Comando Vermelho trava guerra expansionista no Rio e já tomou 19 comunidades da milícia."*** Disponível em: https://oglobo.globo.com/rio/especial/rastro-de-sangue-na-guerra-do-comando-vermelho-238-pessoas-foram-assassinadas-pelo-menos-26-delas-inocentes.ghtml. Acessado em:18/07/2024.

TAUSSIG, Michael. ***Xamanismo, Colonialismo e o Homem selvagem: um estudo sobre o terror e a cura.*** Michael Taussig; tradução Carlos Eugênio Marcondes de Moura. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1993.

TELLES, Vera. HIRATA, Daniel Veloso. ***Ilegalismos e Jogos de Poder em São Paulo***. Revista de Sociologia da USP. V.22, n2. 2010. pp. 39-59.

TELLES, Vera. HIRATA, Daniel Veloso. ***Ilegalismos e Jogos de Poder em São Paulo***. Revista de Sociologia da USP. V.22, n2. 2010. pp. 39-59.

VARGAS, João H Costa. ***Por uma Mudança de Paradigma: antinegritude e antagonismo estrutural.*** Revista de Ciências Sociais. Fortaleza, v.48, n. 2, p.83-105, jul./dez., 2017.

VARGAS, João H. Costa***. O Racismo Não dá Conta: antinegritude, a dinâmica ontológica e social definidora da modernidade***. Revista em Pauta. Rio de Janeiro. v. 18, n. 45, p. 16 – 26. Primeiro semestre de 2020.

WACQUANT, Loic. ***Prisões da Miséria***. Editora Zahar. São Paulo, 2011.

WACQUANT, Loic***. Punir os Pobres***. Editora Revan :Rio de Janeiro, 2008.

WEBER, Max. ***Ciência e Política: duas vocações***. Editora Cutlrix. São Paulo, 1967.

ZALUAR, Alba; CONCEIÇÃO, Isabel Siqueira. ***Favela sob o Controle das Milícias no Rio de Janeiro: que paz?***, São Paulo em Perspectiva, v. 21, n. 2, 2007, pp. 89-101.

ZIBECHI, Raul. ***A Militarização das Periferias Urbanas***. Revista Comuneiro, nº6. Janeiro de 2008. Disponível em: *http://www.ocomuneiro.com/nr06_09_raulzibechi.html*.

ZUAZO, Pedro; SOARES, Rafael; GOULART, Gustavo; LEAL, Arthur; ARAUJO, Vera; OTAVIO, Chico. Jornal O Globo. ***Operação Prende Suspeitos de Envolvimento no Assassinato de Marielle Franco***. Rio de Janeiro, 22/01/2019. Disponível em: https://oglobo.globo.com/rio/operacao-prende-suspeitos-de-envolvimento-no-assassinato-de-marielle-franco-23389700. Acessado em: 17/06/2021.